

VOLUME
XXX BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2017

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U •



C •

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

José Pedro Paiva e Júlio Ramos

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)
Cristina Vieira Freitas (FLUC - cristina.freitas@fluc.pt)
Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)
José Pedro Paiva (AUC - lejpaiiva@fluc.pt)
Júlio Ramos (AUC - jsramos@auc.uc.pt)
Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)

COORDENAÇÃO

Gracinda Maria Ferreira Guedes

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632
2182-7974

DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

https://doi.org/10.14195/2182-7974_30

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)
Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)
António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - are-sendeo@gmail.com)
Bernard Vincent (EHESS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bvsjvs@netcabo.pt)
Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)
Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museus.ulisboa.pt)
Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)
Fátima Ó Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - fatima.oramos@antt.dgarq.gov.pt)
Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)
Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)

Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)
Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)

Gabriel Paquette (Johns Hopkins University, Baltimore, EUA - gabriel.paquette@jhu.edu)

Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)

Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)

Giuseppe Marocci (Scuola Normale Superiore, Pisa, Itália - giuseppe.marocci@gmail.com)

Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)

Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)

Jaime Reis (Instituto de Ciências Sociais, Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)

Joana Brites (Univ. de Coimbra, Portugal) - joanabrites@hotmail.com

José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - josemariajardim@yahoo.com.br)

José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)

Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)

Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)

Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)

Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lamaral@letras.up.pt)

Luís de Vasconcelos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)

Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)

Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)

Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mm-pinto@letras.up.pt)

Maria Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)

Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plopez@udc.es)

Rui Cascão (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascão@gmail.com)

Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)

Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fluc.pt)

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS:



Sumário

INSTRUMENTOS DE PESQUISA ARQUIVÍSTICA

Acervo documental da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra	7
Anita Pereira Tavares, Carlos Manuel da Costa Morais	
<i>"Mano muito do meu coração..."</i> Reconstituição do arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos e transcrição das cartas de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1775-1779)	35
Ana Maria Leitão Bandeira	
<i>De Vossa Excelência admirador e servo humilde.</i> Catálogo da Correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior (1851-1884)	161
Ana Margarida Dias da Silva	

ESTUDOS

O poder episcopal e a Misericórdia de Viseu (1516-1720)	377
João Nunes	
Análise da literacia no Convento dos Cardaes: 1681-1856	387
Leonor Calvão Borges	
O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra: Assistência aos soldados enfermos e logística de guerra (1762-1766)	429
José Luís dos Santos Barbosa	
A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos - um caso prático	451
Alice Borges Gago	
Os registos de degredados da Direção Geral do Ultramar	495
Sónia Pereira Henrique	
Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra – ponto de partida para questões e reflexões	517
Gracinda Maria Ferreira Guedes	
Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação	547
Maria de Lurdes Rosa	

Instrumentos de Pesquisa Arquivística

Acervo documental da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra

The archives of Collegiate Church of St. Christopher of Coimbra

ANITA PEREIRA TAVARES

Bolsista no Arquivo da Universidade de Coimbra
anitavares13@gmail.com

CARLOS MANUEL DA COSTA MORAIS

Investigador
cmcm07@gmail.com

Artigo enviado em: 3 de fevereiro de 2017
Artigo aprovado em: 2 de maio 2017

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o inventário do arquivo da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, o qual abrange o período de 1511-1842.

O arquivo desta Colegiada é composto por 24 livros e 7 caixas de documentação avulsa, em originais e cópias. Entre as várias tipologias destacam-se as escrituras relativas à gestão de património, os autos e sentenças e os tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos.

PALAVRAS CHAVE: Colegiada de São Cristóvão; descrição arquivística; Coimbra.

ABSTRACT

This work aims to present the inventory file of the Collegiate Church of St. Christopher of Coimbra, preserved in the Archive of the University of Coimbra,

covering the period from 1511 to 1842. The file is formed by 24 books and 7 boxes of documents, either originals or copies. Here, there can be found multiple documents relating to heritage management, judicial records and some other books of recognition, measurement and bounds of properties.

KEYWORDS: Collegiate Church of St. Christopher; archival description; Coimbra.

Apresentação

Este trabalho pretende dar a conhecer e promover, tanto quanto possível, a documentação do arquivo pertencente à Colegiada de São Cristóvão de Coimbra, após o seu tratamento arquivístico. Documentação essa que se encontra depositada no Arquivo da Universidade de Coimbra desde o ano de 1917.

A Colegiada de São Cristóvão de Coimbra deve ter surgido no século XII e manteve-se ativa até 1848. Em Coimbra, existiam também as colegiadas de São Salvador, de Santa Justa, de São Bartolomeu, de São João de Almedina, de São Pedro (sendo esta a mais antiga) e a de São Tiago.

A igreja de São Cristóvão, onde estava instituída a Colegiada, pertencia ao bispado de Coimbra e localizava-se na alta da cidade. Terá sido mandada construir por D. João Peculiar, durante o governo do conde D. Henrique. Documentos de venda de bens rústicos provam que a Igreja de São Cristóvão existia em 1107-1108, o que remete a sua edificação para o século XII.

A igreja possuía três naves de pedra e cal e era abóbada, apoiada em seis colunas monolíticas.

Foi nesta igreja, a 6 de abril de 1385, que D. João I foi coroado rei de Portugal.

A igreja viria a ser demolida em 1860, para construção do teatro D. Luís, que mais tarde mudaria de nome para teatro de Sousa Bastos. As ruínas deste edifício situam-se, atualmente, na rua designada por Joaquim António de Aguiar.

Augusto Filipe Simões, na sua obra *Relíquias da architectura romano-byzantionia em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, editada em 1870, diz: "*Ha dez anos que transformaram n'um teatro a velha egreja de S. Christovam de Coimbra. De sua veneranda fabrica não ficou patente um só vestígio. Foi completo o sacrificio.*"¹

¹ SIMÕES, 1870: 14.

Da igreja de São Cristóvão são conhecidos uma planta e um desenho da fachada em ruínas, publicados na obra citada (ver Imagem 1 e 2), confirmando-se as inegáveis semelhanças com a Sé Velha de Coimbra, o que desde logo revela não só a sua imponência, mas também a sua importância naquele período. Alguns dos capitéis, recolhidos pelo conde da Graciosa, podem ser vistos no Museu Nacional Machado de Castro² ou no palácio do Marquês da Graciosa.



Imagem n.º 1 – Desenho do frontispício da igreja e estampa dos capitéis.

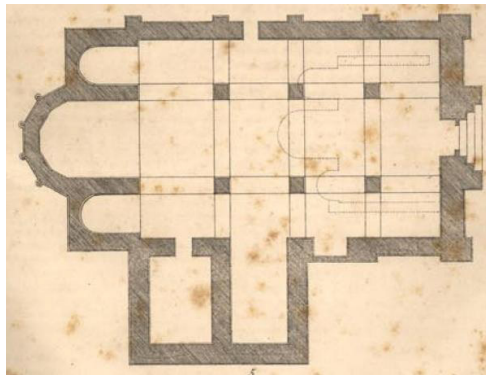


Imagem n.º 2 – Planta da extinta igreja de São Cristóvão.

² Os oito capitéis que se encontram no Museu Nacional Machado de Castro podem ser vistos no seguinte link: MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO – *Igreja de São Cristóvão* [em linha]. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 2017. [Consult. 26 de abril de 2017] Disponível em WWW: <http://www.museumachadocastro.pt/pt-PT/minisitios/ContentDetail.aspx?id=556>.

Através da documentação e com o cotejo dos livros de visitações, é possível conhecer alguns dos priores da Colegiada: Pedro Anes (1531-1560), António Tagaro? (1565-1572), Martim Vaz (1584-1585), Gaspar Fernandes (1585-1597), Felix Guardes? de Andrade (1600-1622), João Henriques (1627-1656), Brás de Andrade (1658-1694), Manuel Simões dos Santos (1700-1707), Sebastião Rodrigues de Moraes (1716-1749), Nicolau da Silva (1752-1781) e José da Encarnação (1785-1793).

No *Livro da Fazenda da igreja de São Cristóvão* feito em 1727, encontra-se nas folhas 270 uma breve descrição intitulada “*Memoria dos Milagres do glorioso martir S. Cristóvão*”, referentes aos anos de 1728, 1729 e 1730, acrescentadas pelo beneficiado Miguel Francisco da Costa. São descritos alguns milagres, como por exemplo, em 1728, quando D. Joana, mulher do médico Manuel da Cruz, moradores na freguesia de São Cristóvão, estando

“ja sarjada e sem esperanças de vida se pegou com o glorioso martir São Christovao prometendo para a cappela maior onde estava o santo hum retabolo e tribuna de castanho e logo Deus por intervensao do santo livrou a dita enferna daquela mortal doensa e com effeito satisfez a dita promessa mandando fazer a dita obra que se acabou de assentar para a festa do santo deste anno de 1729”.³

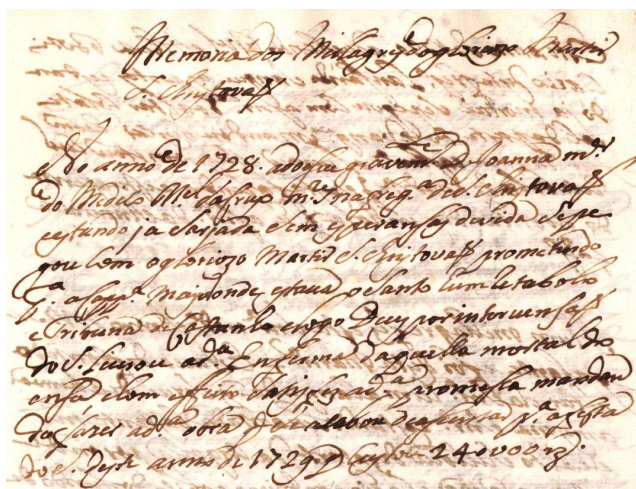


Imagem n.º 3 – Registo de um dos milagres de São Cristóvão.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Liv. 16, III-1.º D-8-2-58, fl. 270

³ Arquivo da Universidade de Coimbra – Colegiada de São Cristóvão (F), Róis de foros e foreiros (SR), 1727-1757 (UI), fl. 270. Cota: III-1.ºD-8-2-58.

Num traslado de 11 de dezembro de 1647, que se encontra nas folhas 265 a 272v.⁴ do *Livro das Sentenças* de 1541?-1723, de um documento de 1542, é descrita a demarcação das freguesias de São Cristóvão, São Pedro, São João e de Salvador de Coimbra. O documento foi feito em presença do bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, D. Ambrósio, visitador, André Dias, prior de São João de Almedina, Pedro Anes, prior de São Cristóvão, Fernão Gomes, prior da igreja de Salvador e João Anes, chantre da igreja de São Pedro e de todos os beneficiados.

Com a extinção da Colegiada, todo o seu património ficou à guarda do Seminário de Coimbra, que passou a administrar todos os bens que eram propriedade das colegiadas.

Em 1853, Alexandre Herculano, percorreu os cartórios das colegiadas de São Pedro, São Cristóvão, São Bartolomeu e Santa Justa e refere numa carta de 18 de julho que

“o estado destes diversos cartórios é vergonhoso, exceptuando até certo ponto o de S. Pedro. Os pergaminhos estão lançados ao montão em arcas, ou em armários, cubertos de pó, sem ordem nem índices, nem resumos ou numeração regular. Em S. Christovam achei uma parte delles podres”.⁵

Em 1932, através de um registo num livro de correspondência expedida do Arquivo da Universidade de Coimbra, o diretor do Arquivo, Dr. Ferrand Pimentel de Almeida dava conta que a documentação da Câmara Eclesiástica de Coimbra, do Cabido e das extintas colegiadas

“foi organizada inteiramente no Arquivo, pois no Seminário, encontrava-se tudo em monte sem qualquer arrumação, tendo-se recolhido os documentos dum curral e dum sótão.”⁶

Estamos, pois, na presença de um fundo arquivístico preponderante para o estudo e conhecimento global da história da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra, como mais à frente daremos conta.

⁴ O texto está incompleto, falta a folha 271 e 271v.

⁵ COELHO, 2011: 73.

⁶ Arquivo da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra (F), Correspondência expedida do AUC (SR), liv. 2 (UI), fl. 148v. Cota: IV-2.ºE-10-2-16.

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC

Título formal: Colegiada de São Cristóvão

Datas de produção: 1511-1842

Nível de descrição: Fundo

Dimensão e suporte: 31 u. i. (24 liv., 7 cx. 7 pt.); perg. e papel.

Nome do produtor: Colegiada de São Cristóvão

História administrativa: desconhece-se a data concreta de início da atividade da Colegiada de São Cristóvão, mas deve ter surgido no século XII, de acordo com testemunhos documentais que provam a sua existência, pelo menos desde 1143.

Era uma instituição eclesíastica formada por um colégio de clérigos, designados como beneficiados, presididos por um prior, que estava sujeito à autoridade do bispo de Coimbra. Este órgão colegial, ou conjunto de beneficiados e seu prior tomavam todas as suas decisões em cabido.

Entre os beneficiados eram escolhidos os membros que ocupavam outros cargos administrativos, como: o tesoureiro, o apontador do coro, o recebedor das rendas, o cartorário, o escrivão ou o celeireiro.

Em conformidade com as outras colegiadas da cidade de Coimbra, a igreja foi sede de paróquia de São Cristóvão. Dado este facto, o prior registava os batismos, casamentos, óbitos e crismados realizados na igreja, existindo registos da sua atividade desde 1614. A atestar esta informação refira-se o exemplo do livro de batismos de 1745-1789 confirmando que os registos eram feitos por algum membro da Colegiada:

“Dou comissão ao reverendo beneficiado Estevão Luís Vieira da Colegiada de São Christovão desta cidade para numerar e rubricar este livro que há de servir para os assentos dos baptismos da freguesia da mesma colegiada.”⁷

Dentro das suas funções destaca-se, principalmente, o culto divino, devendo registar-se, obrigatoriamente, as ausências de rituais não justifica-

⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra – Paróquia da Sé Velha (F), Batismos (SR), 1745-1789 (UI), fl. 1 Cota: III-2.ª D.

das (como doença, serviço da Igreja ou férias) aos rituais. Estas faltas podiam ser penalizadas com pagamento de multas e supressão de direitos.

Os beneficiados celebravam, igualmente, os ofícios pelos mortos, especialmente, por alma dos seus benfeitores ou de quem lhe deixava, em testamento, algum património para com ele se poder fazer o pagamento de missas.

A Colegiada dispunha de um diverso património que devia gerir de forma a manter a sua subsistência. Os seus bens situavam-se, na maioria, na cidade de Coimbra e arredores e compunham-se, no geral, de casas, olivais e vinhas. Contudo também se estendia a lugares que hoje pertencem ao concelho de Condeixa (Sebal e Bruscos), Penela (Rabaçal) ou Mortágua (Santa Cristina).

De forma a acomodar os cereais que recebia por pagamento de foros e rações, a Colegiada tinha um celeiro situado na rua das Fangas, por detrás da igreja e outro celeiro em Rabaçal (c. Penela).

A Colegiada possuiu um cartório, no qual se conservava a documentação produzida, de acordo com os inventários localizados para os anos de 1830 e 1854. Neste cartório não se guardava apenas a documentação, mas também se recolhia o dinheiro da fábrica.

Através das visitas recolhem-se mais alguns dados indisponíveis através da documentação da referida Colegiada. Em 1607, aquando na visita do provisor António Velho, é referida uma confraria que *“já não servia”*.

Refira-se, também, a existência de uma irmandade, através de um requerimento de 19 de julho de 1783, a de São Miguel, que pertenceria à Colegiada, mas que há data do documento já se encontraria extinta.

A igreja deixou de ser sede de paróquia no ano de 1855, já após a extinção da Colegiada, que ocorrera em 1848, em virtude da Lei de 16 de junho, que extinguiu grande parte das colegiadas a nível nacional.

História custodial e arquivística: A Lei de 16 de junho de 1848 ordenou uma redução das colegiadas existentes no país e o respetivo património de cada uma foi entregue aos seminários locais.

Em 20 de maio de 1854 foi feito o inventário do cartório da extinta Colegiada, estando presentes o reverendo doutor Francisco António Rodrigues de Azevedo, representante da Colegiada, e o cônego reitor do Seminário Episcopal, o reverendo José Duarte Coelho do Rego. Nessa altura, o acervo era formado por 32 volumes, 6 maços de processos e 596 pergaminhos, de acordo com o que ficou registado no inventário. Da totalidade dos pergaminhos referidos 58 foram recolhidos por Alexandre Herculano para serem enviados para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

É com o cotejo deste inventário e de outro elaborado em 1830, devido à eleição do novo cartorário, que se verificam perdas documentais. Em 1854, vários volumes referentes a foros, rendas, frutos do celeiro, etc, não são mencionados, não se sabendo o que lhes aconteceu depois de 1830. Quanto aos pergaminhos não se pode chegar a uma conclusão tão óbvia, pois no primeiro inventário estão descritos por maço e não se sabe se o número corresponde ao de 1854.

Pelo inventário de 1830 concluímos que os pergaminhos se encontravam organizados por assuntos e maços. Além de que, os dois documentos em pergaminho, revelam uma numeração, no verso, que deve corresponder a um tratamento arquivístico que lhe foi conferido, em data desconhecida.

Alguma documentação avulsa relativa a processos revela o anterior tratamento arquivístico, ao apresentar numeração na documentação, como é descrito no inventário que foi feito no Seminário, em 1854, mas que não se sabe quando foi numerada.

Sabemos, igualmente, por este último inventário que o "*Livro de sentenças*", já estava em mau estado nessa data, chegando até nós sem a sua encadernação original.

Outro volume, referente a escrituras avulsas, está desmembrado e incompleto, sem índice, que já não chegou até nós e estão omissas as seguintes folhas 1-5, 15, 21, 27, 48-53, 83, 130-131, 219-222, 253-258.

O Decreto de 2 de outubro de 1862 determina que devem ser entregues ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo todos os documentos anteriores a 1600. A incorporação de 2 livros e 33 maços respeitantes ao arquivo da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra ocorreu a 15 de setembro de 1863.

A 27 de junho de 1931, o Decreto n.º 19.952 que organizou definitivamente os arquivos distritais do país e incorporou o Arquivo Distrital de Coimbra no Arquivo da Universidade, determinava que nele se recolhessem os cartórios das Sés, colegiadas e Cabidos, entre outros documentos. Contudo, toda a documentação relativa aos cartórios das extintas colegiadas, já se encontrava no Arquivo da Universidade de Coimbra desde 1917.

Em 1932, o diretor do Arquivo, Dr. Ferrand Pimentel de Almeida, dava conta da existência de 19 volumes e 20 maços da Colegiada de São Cristóvão, que fora incorporada juntamente com as restantes extintas colegiadas e com a documentação da Câmara Eclesiástica de Coimbra e do Cabido.

Identificaram-se documentos que pertenciam a outros fundos como o Seminário Episcopal de Coimbra, Câmara Eclesiástica, Cabido e Sé de Coimbra, São Bartolomeu e Colegiada de Santa Justa, que foram restituídos aos respetivos fundos.

Âmbito e conteúdo: inclui volumes e documentação avulsa, em cópias e em originais, sobre a administração de património como emprazamentos e renovação de emprazamentos, escambos, reconhecimento de prazos, obrigação de dívida, etc.

Engloba, também, sentenças e autos diversos que nos dão conta dos conflitos com os rendeiros e foreiros, com outras instituições ou com os próprios beneficiados da Colegiada.

Contém, igualmente, cartas régias e documentos relativos aos privilégios da igreja, bem como documentação sobre o cumprimento de instituições pias.

Inclui diversos documentos de decisões tomadas em cabido, costumes da igreja, petições para justificar faltas ocorridas ou noutros casos para aplicar sanções por diversas faltas dos beneficiados ao exercício do coro.

É possível conhecer as propriedades da Colegiada através de diversos tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos. Os bens da instituição localizavam-se, na sua maioria, na cidade de Coimbra, suas freguesias e arredores e noutros concelhos: Mortágua (no lugar de Santa Cristina), em Penela (no lugar do Rabaçal) e em Condeixa (nos lugares de Bruscos e Sebal).

Contempla as despesas gerais da Colegiada e inclui livros e documentação avulsa com o registo de censos, foros, rendas, nomes dos foreiros e rendeiros, quantitativos de foros (dízimos, laudémios, rações) pagos, seja em géneros, seja em dinheiro.

Reúne, ainda, três inventários através dos quais podemos conhecer as alfaias litúrgicas que a igreja detinha e o conteúdo do seu cartório.

Sistema de organização: foram identificadas e ordenadas cronologicamente as seguintes séries documentais: *Escrituras diversas e procurações* (1511-1839), *Autos e sentenças* (1565-1842), *Cartas régias e privilégios* (1601-1842), *Receitas e despesas* (1639-1839), *Róis de foros e foreiros* (1656-1819), *Decisões capitulares e costumes da Colegiada* (1698-1815), *Inventários* (1723-1830), *Tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos* (1724-1820) e *Instituições Pias* (1730-1817).

Com a identificação das séries procedeu-se à atualização das cotas seguindo no fim da descrição das séries uma tabela com a equivalência das cotas antigas para as cotas atuais.

No final foi colocado uma pasta com uma coleção de documentos diversos (1727-[séc. 18--]) que não foi possível inserir nas séries existentes, constituída por fragmentos de documentos, cartas e uma petição.

A documentação avulsa estava dividida em oito caixas, nestas incluíam-se dois volumes que foram identificados, através dos inventários, um como sendo o “*Livro das escripturas que andavam avulsas no cartório desta igreja de S. Christovão*” e outro como o “*Livro de sentenças*”.

Na caixa n.º 8 existiam 4 maços individualizados contendo documentos diversos que foram identificados com sumários e inseridos nas respetivas séries documentais. O mesmo tratamento individualizado foi feito com a restante documentação, fosse avulsa ou em livro e dentro de cada série foram organizados cronologicamente.

Idiomas: português, latim.

Características físicas: Documentação com manchas de humidade, acidez e manuseamento. Repasses de tinta, folhas rasgadas ou com rasgões e com picos de traça e galerias.

Dois exemplares estão sem encadernação original, em parte desmembrados e faltando-lhes folhas.

O primeiro volume da série *Autos e sentenças*, apesar de ter uma numeração de fólho, conclui-se que já esteve desmembrado, por ter outras numerações que estão riscadas.

Instrumentos de descrição: Inventário e descrição arquivística das séries.

Unidades de descrição relacionadas: Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Seminário Episcopal de Coimbra (F). Abrange documentos relativos à administração de propriedades que pertenceram à Colegiada de São Cristóvão e um livro intitulado *Extracto dos pergaminhos separados por Alexandre Herculano nas Igrejas Colegiadas da cidade de Coimbra*, onde se pode colher informação sobre os pergaminhos levados para Lisboa.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Paróquia da Sé Velha (F). Contém os registos de batismo, casamentos, óbitos da paróquia de São Cristóvão.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Cúria Diocesana de Coimbra (F), Devassas (SR). Contém os livros de visitas às igrejas da cidade.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Colégio de São Paulo de Coimbra (F).

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) – Colegiada de São Cristóvão de Coimbra (F). Guarda documentação da referida Colegiada de datas anteriores (1143-1599). A descrição pode ser vista no seguinte link: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1379518>.

Notas de publicação: MATOS, João da Cunha (1998) – *A Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra, séculos XII e XIII*. Tomar: [s. n.]⁸

Notas: Título formal

Nota do arquivista: Descrição elaborada por Anita Pereira Tavares e Carlos Morais.

Nota ao elemento de informação *História administrativa*: A localização do celeiro encontra-se no *Tombo I cidade e seu aros*, fl. 37.

Foram consultadas as seguintes obras:

RAMOS, António de Jesus (2002) – Coimbra (diocese). In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, p. 387-399.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2002) – Colegiadas. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, p. 399-403.

Notas ao elemento de informação *História custodial e arquivística*:

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra (F), Correspondência expedida do AUC (SR), liv. 2, fl. 143v.-152v. Contém relatório do então director do Arquivo da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Ferrand Pimentel de Almeida, de 17 de fevereiro de 1936, enviado ao Reitor da Universidade de Coimbra.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Seminário Episcopal de Coimbra (F). Contém o inventário elaborado em 1854.

Regras ou convenções: Conselho Internacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*, adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.^a ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

Direção Geral de Arquivos. Grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo. *Orientações para a descrição arquivística*. 2.^a v. Lisboa: DGARQ, 2007.

⁸ Esta obra não se encontra nas bibliotecas de Coimbra e foi impossível consultá-la, porém sabendo da existência da mesma, era necessário citá-la.

Data da descrição: 2016-09 a 2017-02

Inventário das séries

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/01

Título: Escrituras diversas e procurações

Datas de produção: 1511-1839

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 9 liv., 1 cx., 2 perg.; perg. e papel.

Âmbito e conteúdo: engloba escrituras notariais (originais e traslados) tais como: escrituras de aforamento, de escambo, de renovação de emprazamento, de reconhecimento de prazos, de obrigação de dívida, etc. Inclui, igualmente, procurações simples para realização de escrituras.

Contém os únicos dois pergaminhos deste fundo, o primeiro de 23 de maio de 1527, consiste no emprazamento, em três vidas, de umas casas de sobrado com seu quintal, na freguesia de São Cristóvão, a Francisco Perestrelo, cavaleiro da Ordem de Cristo e alcaide-mor da vila de Avô, pela renda anual de cento e sessenta reis e três capões pagos no dia de São Miguel de setembro.



Imagem n.º 4 – Sinal do tabelião João Toscano, no pergaminho de 1527.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Perg. 1, V-3.ª-10, gav. 1.

O segundo, de 25 novembro de 1533, é uma renúncia e emprazamento, em três vidas, de três pedaços de olival em Vila Franca que a Colegiada de São Cristóvão faz a Jorge Pires, sapateiro, morador em Castelo Viegas, em virtude da renúncia que fez seu pai, João Afonso, lavrador e morador em Vila Franca, pelo foro de oito alqueires de azeite de dois em dois anos

à cafra, medidos no lagar com suas verteduras e uma galinha em cada ano por dia de São Miguel de setembro.

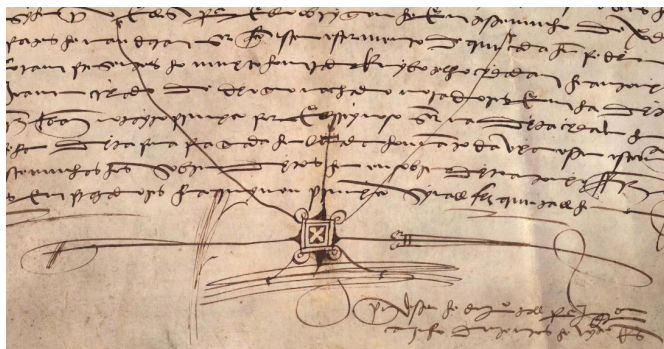


Imagem n.º 5 – Sinal do tabelião António Fernandes, no pergaminho de 1533.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Perg. 2, V-3.^a-10, gav. 1.

Engloba um livro desmembrado de escrituras avulsas que contém um contrato de obrigação de missas, de 3 de julho de 1543, em pergaminho que se manteve na ordem sequencial, deste volume, por ter número de fólio (198-202).

Reúne, igualmente, sete volumes de prazos da Colegiada (1515 a 1793) que se reportam, na sua generalidade, a escrituras de emprazamento, renovação e escambos, apesar de se encontrar, pontualmente, uma instituição de capela ou um contrato de obrigação de missas.

Os prazos da Colegiada situavam-se na cidade e seus arredores: na rua das Solas, rua das Fangas, rua de São Cristóvão, paço do Conde, quinta da Alegria, Machada, Cioga, Marrocos, Pedreira, Banhos Secos, Cruz dos Morouços, Alpenduradas, Arregaça, Eiras, Santa Clara, Vale Gemil, São Martinho, Vila Franca, Portela, Vila Mendiga, Fonte da Talha, Cidral, Vale Cabreira, Celas, Coselhas, Mainça, várzea de Santa Clara, Lapa dos Esteiros, Vale de Rosal, Bordalo, Almalaguês, Souselas, Casal Comba, Quimbres, etc. Assim como em outros concelhos: Santa Cristina (concelho de Mortágua), Rabaçal (concelho de Penela), Bruscos e Sebal (concelho de Condeixa).

Engloba também um livro, de 1815, com diversos traslados, transcritos por Manuel Pinto de Mira, oficial da secretaria da Universidade e “*pessoa inteligente de letra antiga*”, auxiliado pelo Professor de Língua Latina, Félix António de la Espada e Amorim, quando os documentos eram escritos em latim, e certificados pelo tabelião Manuel Moreira Dias. O livro apresenta também algumas certidões de sentenças.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas	Cota atual
1511-1839	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 1, III-1. ^o D-8-2-67
1512-1738	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 1, III-1. ^o D-8-2-43
1515-1569	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 2, III-1. ^o D-8-2-44
23 maio 1527	Colegiada de São Cristóvão, Perg. 1, V-3. ^a -10, gav. 1
25 novembro 1533	Colegiada de São Cristóvão, Perg. 2, V-3. ^a -10, gav. 1
1539-1564	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 3, III-1. ^o D-8-2-45
1548-1559	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 4, III-1. ^o D-8-2-46
1561-1610	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 5, III-1. ^o D-8-2-47
1610-1650	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 6, III-1. ^o D-8-2-48
1650-1723	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 7, III-1. ^o D-8-2-49
1725-1793	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 8, III-1. ^o D-8-2-50
1815	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 9, III-1. ^o D-8-2-51

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/02

Título: Autos e sentenças

Datas de produção: 1565-1842

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 4 liv., 5 cx.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui autos de natureza diversa, como: libelo cível, embargo, força nova, execução, etc, bem como sentenças e seus traslados. Na sua generalidade, estes autos e sentenças relacionam-se com questões dirimidas entre a Colegiada e os seus foreiros e rendeiros sobre dívida de foros e rações ou posse e domínio das propriedades.

Engloba quatro livros, o mais antigo (1541?-1723), que além das sentenças contém por exemplo, medições de propriedades no Sebal, em 1682 ou o título do casal de Quimbres, em 1635.

Dois outros livros são relativos ao lugar de Bruscos (c. Condeixa), um por causa da repartição do foro de 250 alqueires (metade trigo, metade cevada) e 25 capões pelos diversos foreiros (1751) e outro com 13 sentenças de encabeçamento e repartição de foro (1755). Bruscos é a localidade

que mais surge na documentação avulsa, são inúmeras as sentenças relativas aos foreiros da Colegiada nessa localidade, essencialmente por dívida de foro.

O último livro reporta-se a uma sentença cível no casal das Coalhadas (c. Coimbra), em 1805, sobre a eleição do cabeça de casal Joaquim Mano das Casas Novas do Campo do segundo terço do casal das Coalhadas.

Entre os litigantes com a Colegiada de São Cristóvão encontra-se o Cabido da Sé de Coimbra, existindo autos sobre diversos assuntos como o direito de encomendação da alma dos defuntos falecidos na freguesia de São Cristóvão (1681), o pagamento dos dízimos e do azeite ao Cabido (1731-1732) e sobre a demarcação dos casais em Bruscos (1740).

Refira-se também documentos relacionados com uns processos de excomunhão, no ano de 1732, em Mortáguia, que incluem as cartas de excomunhão, publicadas nas igrejas de Pala e Espinho.

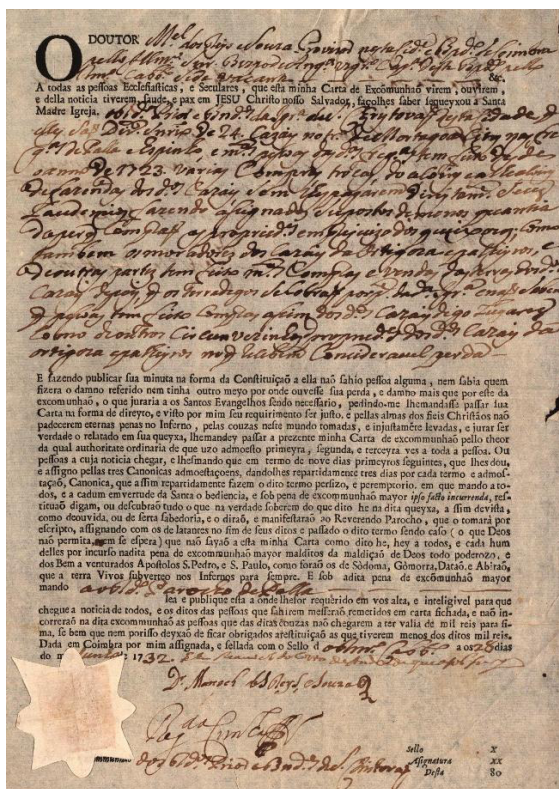


Imagem n.º 6 – Carta de excomunhão publicada na igreja de Pala, termo de Espinho a 28 de junho de 1732. Carta: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 4, III-1.ºD-8-2-70.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas e locais	Cota atual
1565-1725	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 2, III-1. ^ª D-8-2-68
1726-1731	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 3, III-1. ^ª D-8-2-69
1732-1742	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 4, III-1. ^ª D-8-2-70
1743-1804	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 5, III-1. ^ª D-8-3-1
1805-1842	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 6, III-1. ^ª D-8-3-2
1541?-1723	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 10, III-1. ^ª D-8-2-52
1751 – Bruscos	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 11, III-1. ^ª D-8-2-53
1755 – Bruscos	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 12, III-1. ^ª D-8-2-54
1805 – Casal das Coalhadas	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 13 III-1. ^ª D-8-2-55

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/03

Título: Cartas régias e privilégios

Datas de produção: 1601-1842

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui alguns documentos relativos a privilégios e benefícios concedidos à igreja de São Cristóvão. Refira-se a certidão autêntica pedida em 3 de março de 1601 dos privilégios de segurança dados por D. Dinis, em 1311, e D. Afonso IV, em 1326.

De igual importância é o edital de publicação (28 setembro 1787) de um breve de Pio IV de 14 de agosto de 1787, pelo qual se concedeu à igreja altar privilegiado do Santíssimo Sacramento.

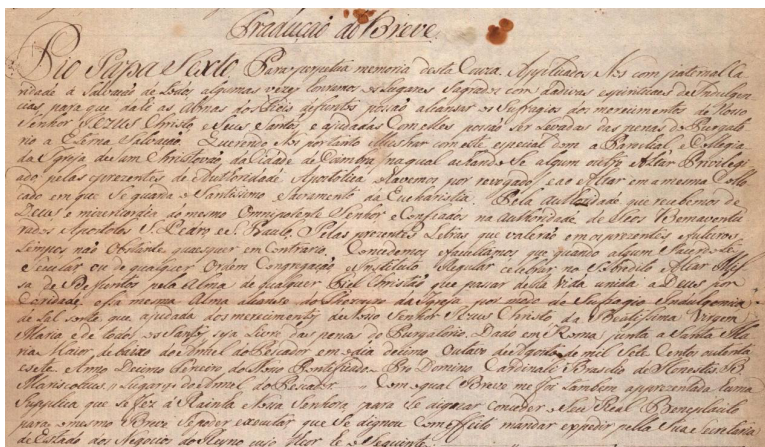


Imagem n.º 7 – Tradução do Breve Pio IV de 14 de agosto de 1787.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas **Cota atual**

1601-1842 Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/04

Título: Receitas e despesas

Datas de produção: 1639-1839

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui documentação avulsa que retrata as despesas e receitas gerais da Colegiada. Ilustra, como receitas, os géneros e dinheiro recebido de foros, bem como os nomes de quem os pagava e locais onde se situavam os bens. Como despesas, ficaram registados os pagamentos relativos à elaboração de tombos e outros pagamentos como azeite para luminárias, encadernação de livros ou alugar de bestas.

Engloba um fragmento, do que se supõe ter sido um livro, com termo de abertura “*Livro de contas da recebedoria desta igreja de S. Xpovão*”

incluindo receitas e despesas de 1639 a 1649 e pensões de foro de 1728. Não se encontram referências a este volume no inventário do cartório elaborado em 1831. As despesas mais elencadas são as folhas de aniversários, a cera e "cousas tocantes e necessarias para o serviso da igreja" (não especificando).

Contém o contrato da obra de construção do pavimento da igreja e da torre dos sinos feita com o mestre pedreiro Manuel Afonso, seguindo-se diversos registos de pagamentos que lhe foram feitos de 6 de setembro de 1728 a 30 de janeiro de 1729.

Descrição	Valor
Esta lançada de Despesas de acordo com os Recebidos em Choro desde o Natal de anno de 1827 até o dia de São João de 1828	304000
Mais com 8 Semanas de Missas	84480
Mais p.º de despesas	39840
Mais p.º de despesas da semana Santa	168800
Mais com a Encadernação de livros de ouro	4720
Mais de guerra da semana p.º	4480
Mais com o Anuário p.º de Lembranças	4340
Mais com um livro de impressões do Imperador de Portugal	4960
Mais p.º de despesas de Braxo	34200
Mais p.º de Anuário p.º de Anuários	34120
Mais com a aluguer de 3 Contos p.º de Anuários e missas de ouro de. Medico Apollonio de. S. João	18440

Imagem n.º 8 – Algumas despesas da Colegiada desde o Natal de 1827 até o dia de São João de 1828. Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas **Cota atual**
 1639-1839 Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/05

Título: Réis de foros e foreiros

Datas de produção: 1656-1819

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 3 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: Inclui livros e documentação avulsa com o registo de censos, foros, rendas, nomes dos foreiros e rendeiros, quantitativos de foros (dízimos, laudémios, rações) pagos, seja em géneros – capões, azeite, cereais – seja em dinheiro, das propriedades da Colegiada que se situavam em diversos locais como na cidade de Coimbra e seus arredores: Alpenduradas, Arregaça, Eiras, Santa Clara, Vale Gemil, São Martinho, Vila Franca, Portela, Vila Mendiga, Fonte da Talha, Cidral, Vale Cabreira, Celas, Coselhas, Mainça, várzea de Santa Clara, Lapa dos Esteiros, Vale de Rosal, Bordalo, Almalaguês, Souselas, Casal Comba, Cioga, Quimbres, etc. Assim como em outros concelhos: Santa Cristina de Mortágua, Rabaçal de Penela e Bruscos e Sebal de Condeixa.

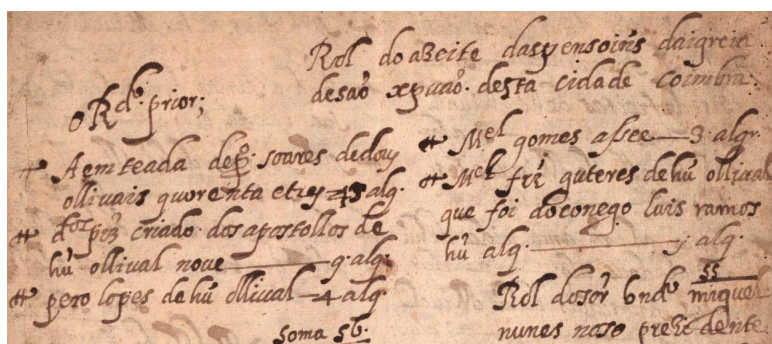


Imagem n.º 9 – Rol do azeite das pensões da igreja de São Cristóvão, séc. XVII.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas e locais

1656-1819

1691-1778

1707-1726 – Bruscos

1727-1757

Cota atual

Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Colegiada de São Cristóvão, Liv. 14, III-1.ºD-8-2-56

Colegiada de São Cristóvão, Liv. 15, III-1.ºD-8-2-57

Colegiada de São Cristóvão, Liv. 16, III-1.ºD-8-2-58

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/06

Título: Decisões capitulares e costumes da Colegiada

Datas de produção: 1698-1815

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui diversos documentos que revelam as decisões tomadas, em cabido, pela Colegiada, relativamente aos seus próprios beneficiados, tais como pedidos de licença para se ausentarem, por motivo de doença ou justificações de faltas ao coro e às missas. As ausências não justificadas por motivos válidos podiam ser penalizadas com pagamento de multas e supressão de direitos.

Cite-se, a título de exemplo, várias petições do beneficiado Miguel Francisco da Costa (19 de junho de 1729, 20 de março 1732 e 30 de junho de 1732) para que o apontador do coro passe certidão sobre as faltas do coro.

Outro documento em que está patente esta situação é a petição, em 1730, do mesmo beneficiado, escrivão e cartorário da Colegiada, para que não seja permitido aos beneficiados e prior tirarem qualquer documento do coro, sob pena de excomunhão. Inclui também certidão dos estatutos da Colegiada e certidões diversas de decisões sobre as obrigações do tesoureiro, a obrigação de procissões e condenações sobre as faltas às obrigações, etc.

Uma outra situação vem exemplificada no documento de 22 de junho de 1796, com as decisões tomadas pelos beneficiados, em cabido, sobre as faltas ao coro e à missa e multas que devem ser aplicadas. Ficou acordado que as multas podiam variar entre os 20, 80 e 100 réis ou serem descontados nas pensões.

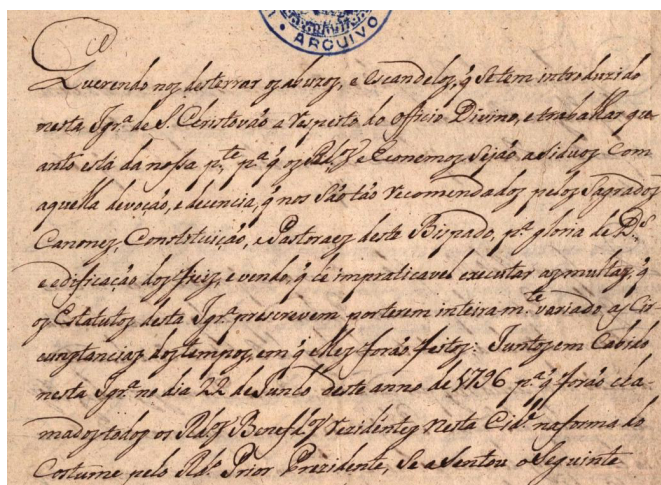


Imagem n.º 10 – Documento de 22 de junho de 1796 das decisões tomadas em cabido sobre as faltas no coro e à missa.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Apesar do ensino estar associada às funções das colegiadas, o único registo claro sobre essa ocupação é o documento de 14 de fevereiro de 1794, em que o beneficiado, Joaquim António de Lora, pede dispensa do exercício de coro por ser incompatível com as horas das aulas.

Refiram-se, igualmente, as petições dirigidas ao provisor do bispado ou ao bispo de Coimbra, em diversas situações, como por exemplo, para se benzerem os sinos novos (14 novembro 1728) e as imagens de Nossa Senhora da Encarnação, de Santa Ana, de São Benedito, de São Amaro, de São Joaquim e de São Cristóvão, recentemente restauradas (20 janeiro 1732).

Do séc. XVIII ficou um registo de orações e salmos para serem cantados diante do altar-mor.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas	Cota atual
1698-1815	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/07

Título: Inventários

Datas de produção: 1723-1830

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: Constituída por três documentos é possível saber através de um inventário feito em 1723, completado até 1733, *“que se fez na Igreja de Sam Christovam desta cidade por causa de nella não haver”* todas as alfaias de culto que detinha a igreja: peças de pratas, patenas, lampadários, caixas de hóstias, paramentos litúrgicos, dalmáticas, manípulos, véus de ombros, capas de asperges, alvas, cera, etc.

Através de outro inventário, sem data, mas que se identificou como sendo do século XVIII, além de referir alfaias de culto, como as peças de prata, ornamentos, véus, alvas e missais, são descritos os frontais de altar que estavam no interior da igreja: altar-mor, altar da Piedade, altar da Senhora da Encarnação, altar da Senhora da Apresentação e altar de Santo António.

O último documento de 21 de agosto de 1830 reporta-se ao cartório desta igreja elaborado devido à eleição do novo cartorário. Enumera todos os volumes dando a conhecer o tipo de encadernação, o título e o número de páginas.

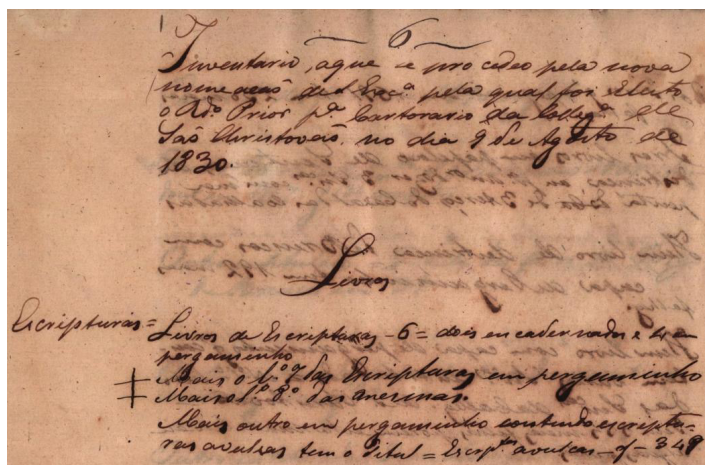


Imagem n.º 11 – Início do inventário do cartório elaborado em 1830.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas **Cota atual**
1723-1830 Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/08

Título: Tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos

Datas de produção: 1724-1820

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 8 liv., 1 pt.; papel

Âmbito e conteúdo: inclui tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos de propriedades da Colegiada, os quais incluem autos de demarcação, medição e reconhecimento das mesmas propriedades, conten-

do, também, em alguns casos, autos de sentença e de destrinça de foros e casais.

Todos os volumes apresentam as provisões régias que ordenam a elaboração dos tombos, a qual era feita, geralmente, a pedido do prior e beneficiados da Colegiada. Refira-se, por exemplo, o “Tombo da cidade e seus aros” (vol. 1) que contém a provisão original de D. João V, datada de 14 de fevereiro de 1724.

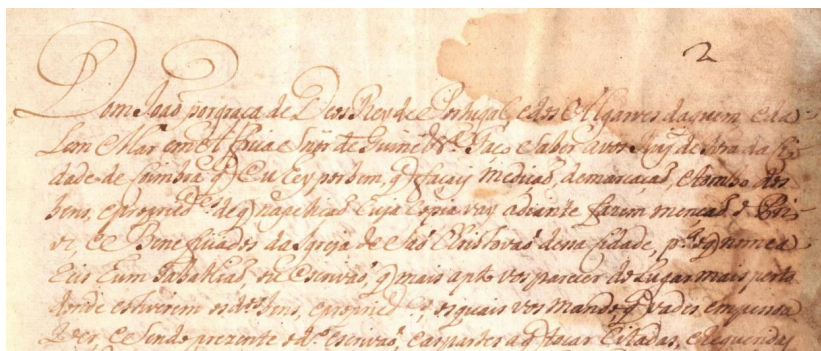


Imagem n.º 12 – Provisão de D. João V, de 14 de fevereiro de 1724, dando autorização a elaboração dos tombos.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Liv. 18, III-1.ºD-8-2-60, fl. 2

Todos os volumes foram elaborados no início do século XVIII e tiveram como juiz do tombo, o doutor António Marinho Fiúza, juiz de fora de Coimbra. Apenas o tombo de Casal Comba e Souselas, é mais antigo, tendo sido feito no final do século XVII, sendo juiz do tombo, o doutor Francisco de Figueiredo Pereira, juiz da Mitra Episcopal de Coimbra.

Permitem conhecer as localidades onde a instituição possuía bens, sendo de maior relevância os dois tombos da cidade de Coimbra, através dos quais é revelada a toponímia da cidade, com indicação das suas ruas, largos, becos como são os seguintes casos: rua das Fangas, rua de São Cristóvão, rua das Ilha, Beco dos Gatos, rua dos Estudos, rua de Coruche e rua dos Sapateiros.

Além dos dois tombos da cidade de Coimbra e dos seus aros, refiram-se os volumes para os lugares de Casal Comba, Souselas, Ançã, Cioga, Quimbres, Ameal, Besteiros, Coalhadas, Poço?, Bruscos e Sebal (c. Condeixa) e Santa Cristina (c. Mortágua).

A elaboração de tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos de propriedade era muitas vezes motivo de conflitos entre proprietários de bens confinantes, por causa da demarcação dos prazos.

Exemplo disso é um documento de 7 de dezembro de 1724 sobre a elaboração do toambo de outra instituição, o Mosteiro de Santa Clara. O beneficiado Miguel Francisco da Costa pede ao juiz do toambo de Santa Clara, doutor Manuel Rodrigues de Figueiredo, que passe certidão do protesto que fez perante o escrivão do toambo, pois não estava de acordo com a demarcação no sítio da Copeira de um prazo do mosteiro de Santa Clara que confinava com bens da igreja de São Cristóvão.

Refira-se igualmente, um mandado do séc. XVIII para citar o reitor e religiosos do Colégio de São João Evangelista devido a um libelo entreposto pela Colegiada de São Cristóvão em virtude do referido Colégio, ao elaborar o seu toambo de bens, não notificar a Colegiada que também possuía bens no limite de Sebal Pequeno e Sebal Grande (c. Condeixa).

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas e locais

1688-1689 – Casal Comba e Souselas

1724 – Coimbra e arredores

1724-1730 – Coimbra e arredores

1724-1732 – Sousela, Ançã e Cioga

1724-1725 – Sebal e Coalhadas

1724-1735 – Sebal e Coalhadas

1724-1726 – Bruscos e Poço

1724-1820

1732 – Souselas, Ançã e Cioga

Cota atual

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 17, III-1.^ªD-8-2-59

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 18, III-1.^ªD-8-2-60

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 19, III-1.^ªD-8-2-61

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 20, III-1.^ªD-8-2-62

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 21, III-1.^ªD-8-2-63

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 22, III-1.^ªD-8-2-64

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 23, III-1.^ªD-8-2-65

Colegiada de São Cristóvão,
Cx. 7, III-1.^ªD-8-3-3

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 24, III-1.^ªD-8-2-66

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/09

Título: Instituições pias

Datas de produção: 1730-1817

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui diversos registos, em documentos avulsos, do cumprimento de instituições pias, nomeadamente as certidões de missas que foram celebradas na igreja Colegiada, com menção dos instituidores e, por vezes, dos bens que estavam vinculados para pagamento de missas.

Engloba também alguns registos dos nomes dos beneficiados da Colegiada, a quem foram confiados os ofícios e missas, podendo citar-se ainda a cópia de uma escritura de obrigação (29 de agosto de 1812), pela qual Catarina Cerveira deixara um casal, no Rabaçal (c. Penela), para com seus foros e rendas se satisfazerem as despesas de celebração de missas de aniversários, por falecimento de seus pais, a serem celebradas pelo prior e beneficiados da Colegiada.

Refira-se, o requerimento de 19 de julho de 1783 que comprova a existência da irmandade de São Miguel, para que seja aplicada a uma obra pia da Colegiada o dinheiro mencionado numa escritura de juro feita pela extinta irmandade.

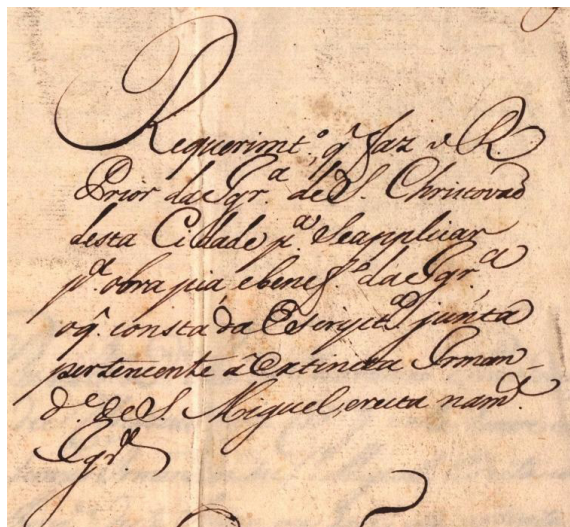


Imagem n.º 13 – Documento de 19 de julho de 1783 onde se refere a extinta irmandade de São Miguel que pertencia à Colegiada de São Cristóvão.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas **Cota atual**
1730-1817 Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.^aD-8-3-3

Tabela de equivalência de cotas

Datas e locais	Cota antiga	Cota atual
SR: Escrituras diversas e procurações		
1511-1839	III-1. ^a D-8-2-67	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 1 III-1. ^a D-8-2-67
1512-1738	III-1. ^a D-8-2-67	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 1 III-1. ^a D-8-2-43
1515-1569	III-1. ^a D-8-2-49	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 2 III-1. ^a D-8-2-44
23 maio 1527	V-3. ^a -10, gav. 1	Colegiada de São Cristóvão, Perg. 1, V-3. ^a -10, gav. 1
25 novembro 1533	---	Colegiada de São Cristóvão, Perg. 2, V-3. ^a -10, gav. 1
1539-1564	III-1. ^a D-8-2-50	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 3 III-1. ^a D-8-2-45
1548-1559	III-1. ^a D-8-2-51	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 4 III-1. ^a D-8-2-46
1561-1610	III-1. ^a D-8-2-52	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 5 III-1. ^a D-8-2-47
1610-1650	III-1. ^a D-8-2-53	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 6 III-1. ^a D-8-2-48
1650-1723	III-1. ^a D-8-2-54	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 7 III-1. ^a D-8-2-49
1725-1793	III-1. ^a D-8-2-55	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 8 III-1. ^a D-8-2-50
1815	III-1. ^a D-8-2-43	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 9 III-1. ^a D-8-2-51
SR: Autos e sentenças		
1565-1725	III-1. ^a D-8-2-68	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 2 III-1. ^a D-8-2-68
1726-1731	III-1. ^a D-8-2-69	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 3 III-1. ^a D-8-2-69
1732-1742	III-1. ^a D-8-2-70	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 4 III-1. ^a D-8-2-70
1743-1804	III-1. ^a D-8-2-71	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 5 III-1. ^a D-8-3-1

1805-1842	III-1. ^a D-8-3-1	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 6 III-1. ^a D-8-3-2
1541? - 1723	III-1. ^a D-8-2-67	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 10 III-1. ^a D-8-2-52
1751 - Bruscos	III-1. ^a D-8-2-64	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 11 III-1. ^a D-8-2-53
1755 - Bruscos	III-1. ^a D-8-2-65	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 12 III-1. ^a D-8-2-54
1805 – Casal das Coalhadas	III-1. ^a D-8-2-66	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 13 III-1. ^a D-8-2-55

SR: Cartas régias e privilégios

1601-1842	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

SR: Receitas e despesas

1639-1839	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

SR: Róis de foros e foreiros

1656-1819	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
1691-1778	III-1. ^a D-8-2-44	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 14 III-1. ^a D-8-2-56
1707-1726 – Bruscos	III-1. ^a D-8-2-48	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 15 III-1. ^a D-8-2-57
1727 – 1757	III-1. ^a D-8-2-45	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 16 III-1. ^a D-8-2-58

SR: Decisões capitulares e costumes

1698-1815	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

SR: Inventários

1723-1830	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

SR: Tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos

1688-1689 – Casal Comba e Souselas	III-1. ^a D-8-2-58	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 17 III-1. ^a D-8-2-59
1724 – Coimbra e arredores	III-1. ^a D-8-2-56	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 18 III-1. ^a D-8-2-60
1724-1730 – Coimbra e arredores	III-1. ^a D-8-2-57	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 19 III-1. ^a D-8-2-61

1724-1732 – Sousela, Ançã e Cioga	III-1.ªD-8-2-59	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 20 III-1.ª D-8-2-62
1724-1725 – Sebal e Coalhadas	III-1.ªD-8-2-61	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 21 III-1.ª D-8-2-61
1724-1735 – Sebal e Coalhadas	III-1.ªD-8-2-62	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 22 III-1.ª D-8-2-65
1724-1726 – Bruscos e Poço	III-1.ªD-8-2-63	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 23 III-1.ª D-8-2-62
1724-1820	III-1.ªD-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1.ª D-8-3-3
1732 – Souselas, Ançã e Cioga	III-1.ªD-8-2-60	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 24 III-1.ª D-8-2-66

SR: Instituições pias

1730-1817	III-1.ªD-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1.ª D-8-3-3
-----------	----------------	--

Bibliografia⁹

ALMEIDA, Fortunato de (1970) – *História da Igreja em Portugal*. Livraria Civilização Editora: Lisboa; Porto.

CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva – *Elementos de Direito Eclesiástico Português e seu respectivo processo*. Rev. e corrig. José Pereira de Paiva Pita. 4ª ed. Coimbra: (Imprensa da Universidade), 1888.

FERREIRA, Lúcia Rodrigues (2014) – *Instituto de Coimbra: o percurso de uma academia*. Coimbra: [s.n.].

FERREIRA, Rui Filipe Alves (2011) – *Sousa Bastos: recuperação e reconversão do antigo teatro*. Coimbra: [s.n.] (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra).

MEIRELES, António da Cunha Vieira de (1872) – *Bibliographia: Reliquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra - com quatro estampas por Augusto Filipe Simões*. *O Instituto: jornal científico e litterario*. Vol. XV, p. 23-24.

SANTOS, Maria José Azevedo (1994) – *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nac. de Investigação Científica e Tecnológica.

SIMÕES, Augusto Filipe (1870) – *Reliquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*. Lisboa: Typ. Portugueza.

Recursos eletrónicos

MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO – *Igreja de São Cristóvão* [em linha]. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 2017. [Consult. 26 de abril de 2017] Disponível em WWW: <http://www.museumachadocastro.pt/pt-PT/minisitios/ContentDetail.aspx?id=556>.

⁹ Outra bibliografia está incluída na descrição arquivística do fundo, no campo notas do arquivista.

“Mano muito do meu coração...”
**Reconstituição do arquivo pessoal
de D. Francisco de Lemos e transcrição
das cartas de seu irmão João Pereira Ramos
de Azeredo Coutinho (1775-1779)**

“Brother of my heart ...”
**Reconstitution of D. Francisco de Lemos
personal archive and transcription of his
brother João Pereira Ramos de Azeredo
Coutinho letters (1775-1779)**

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA
Técnica Superior de Arquivo
Arquivo da Universidade de Coimbra
amaria.bandeira@auc.uc.pt

Artigo enviado em: 27 de fevereiro de 2017
Artigo aprovado em: 26 de abril 2017

RESUMO

Foi identificada a correspondência familiar recebida por D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, que terá feito parte do seu arquivo pessoal. Entre esse núcleo de correspondência, encontram-se as cartas que lhe foram dirigidas por seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Estas mesmas cartas são agora apresentadas, em transcrição, sendo feita, primeiramente, a descrição arquivística do fundo documental. As relações de amizade que uniam estes dois irmãos transparecem ao longo de todas as missivas, permitindo-nos conhecer a intimidade familiar e a forma como os

assuntos públicos e privados são abordados. No período cronológico em que foram redigidas (1775-1779) D. Francisco de Lemos vivia os primeiros anos da implementação da reforma universitária e exercia, simultaneamente, o cargo de governador do bispado de Coimbra, durante a prisão do bispo D. Miguel da Anunciação.

PALAVRAS-CHAVE: D. Francisco de Lemos; Bispo de Coimbra; Universidade de Coimbra; Arquivo Pessoal.

ABSTRACT

It was identified the family correspondence received by D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, which have been part of his personnel archive. Between this correspondence, are the letters written by his brother João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. These same letters are presented now, with the archival description of the documentary fund where they belong. The letters reflect the friendship relations of these two brothers, allowing us to meet the familiar intimacy and how they speak about public and private affairs. The chronological period in which they were written (1775-1779) D. Francisco de Lemos lived the first years of implementation of the University reform and held the Office of Governor of the bishopric of Coimbra, during the arrest of Bishop Miguel da Anunciação.

KEYWORDS: D. Francisco de Lemos; Bishop of Coimbra; University of Coimbra; Personal Archive.

Apresentação

O núcleo epistolográfico recentemente identificado vem questionar a existência de um arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho¹ que terá sofrido, como tantos outros acervos documentais, uma desagregação, uma dispersão por outras instituições ou mesmo a desintegração total.

O teor pessoal, e por vezes intimista destes documentos, faz pressupor que eles faziam parte do seu arquivo pessoal, no período em que exercia já as funções de Reitor da Universidade e governador do bispado de Coimbra. Está pois, fora de questão, que formassem parte do arquivo institucional da

¹ Doravante, ao longo do artigo será utilizada a forma abreviada de seu nome: D. Francisco de Lemos.

Universidade de Coimbra, ou do Cabido ou ainda da Mitra Episcopal de Coimbra, que existem no Arquivo da Universidade de Coimbra.

A separação de documentos públicos e privados de há muito que vem sendo proposta, quando se faz a análise da produção documental e se inicia o tratamento arquivístico de um acervo. O olhar sobre os arquivos privados e pessoais tem sido dirigido muito mais a figuras que desempenharam cargos políticos e diplomáticos, ou que tiveram papel cultural de relevo.² Os arquivos pessoais são, hoje em dia, cada vez mais valorizados, pelo seu contributo para estudos em áreas diversificadas do conhecimento. É inquestionável a importância que, por exemplo, os arquivos pessoais de arquitetura têm como recursos de informação para o estudo da história da arquitetura, do urbanismo, das artes, etc. Veja-se o conjunto de arquivos pessoais de arquitetos e de engenheiros que têm sido adquiridos para integrar instituições públicas.³

Recentemente, diversas instituições têm orientado a sua preocupação para a aquisição de arquivos pessoais e privados, como a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra⁴, ou é feita a colaboração com outras instituições, no sentido de fazer o tratamento destes arquivos, como é o exemplo dado pelo Arquivo Distrital do Porto, ao ter feito, já há anos, um protocolo com a Fundação Eça de Queiroz para o tratamento do arquivo de família e arquivo pessoal do escritor. Também o Arquivo da Universidade de Coimbra recebeu, ultimamente, por doação, os arquivos pessoais (ou parte deles) dos professores da Universidade de Coimbra, os doutores Joaquim de Carvalho, José Martins Vicente Gonçalves e Manuel dos Reis.⁵

Uma questão pertinente é que, grande parte das vezes, os documentos de carácter pessoal se confundem com os documentos institucionais, sobretudo se eles eram guardados no mesmo local de desempenho de funções públicas; tornando-se difícil destrinçar os documentos que resultam do exercício de cargos públicos e oficiais, daqueles de cariz mais pessoal. Uma outra questão foi já referida por Fernanda Ribeiro, ao estudar o acesso à informação nos Arquivos:

² O interesse sobre os arquivos pessoais que ultimamente tem surgido revela-se na formação de associações e plataformas de discussão e gestão documental como: PAPIR (Plataforma de Arquivos Pessoais e de Instituições Religiosas), acessível em <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/>; Associação Portuguesa de Arquivos Históricos Privados, cuja atividade pode ser conhecida por acesso ao site <http://arquivoshistoricosprivados.pt/index.php/2016/12/> e que tem levado a cabo debates e conferências sobre arquivos de família e arquivos privados.

³ Estão divulgados pelo SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) gerido pela Direção-Geral do Património Cultural e podem ser conhecidos no respetivo site.

⁴ Podem consultar-se as iniciativas de aquisição de arquivos, divulgadas no dossier de imprensa da instituição <https://www.uc.pt/bguc/DossierImprensa>

⁵ PAIVA, 2015: 725-732.

"[...] O facto de só modernamente se ter reconhecido o valor informativo dos arquivos pessoais também contribuiu para que não se tivessem conservado antigos arquivos, a que não era atribuída qualquer importância. Assim se perderam os acervos de inúmeras personalidades cuja acção justificaria a preservação desses testemunhos documentais".⁶

Não cabe neste texto uma análise ou discussão sobre o tratamento arquivístico de arquivos pessoais e arquivos de família, pois uns e outros estão frequentemente relacionados. No entanto, não podem deixar de ser mencionadas as questões que se levantam face a estes acervos, já debatidas em locais próprios, deixando de lado as questões de interpretação na perspectiva do historiador, do arquivista ou do cientista da informação.⁷

Quanto mais se recua no tempo, em que a atenção sobre documentos particulares e pessoais era ainda menor, há que acrescentar também o fenómeno da dispersão desses arquivos quer por diferentes instituições, quer, ainda, os casos em que houve herança de acervos documentais e posterior venda e aquisição por particulares. Refira-se o exemplo de um volume de apontamentos pessoais, à guisa de memorial diário, de Manuel Corte-Real de Abranches, reitor da Universidade de Coimbra entre 1664 e 1666, que surgiu há alguns anos à venda em leilão.⁸ Trata-se, efetivamente, de um exemplar de um volume do seu arquivo pessoal.

O caso do acervo epistolar recebido por D. Francisco de Lemos, proveniente, maioritariamente, de seus familiares mais próximos e, concretamente, em maior número de cartas, de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, insere-se numa destas situações acima invocadas. Foram localizadas, no Arquivo da Universidade de Coimbra, em momentos diferentes, em caixas dispersas de documentação não tratada arquivisticamente. No entanto, a coleção Salema Garção, também existente no AUC, integra as Cartas régias dirigidas a D. Francisco de Lemos, enquanto reitor da Universidade, incluindo a Carta de mercê de 14 de maio de 1770 da sua nomeação como reitor.⁹ Não

⁶ RIBEIRO, 2003: 395.

⁷ Refiram-se alguns trabalhos já publicados sobre o tema dos arquivos pessoais e de família: SILVA, 2004: 55-84 – acessível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>.; ROSA, 2009: 9-42 – acessível em <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39576/1/Problematicas%20historicas%20e%20arquivisticas%20actuais.pdf>.

⁸ Adquirido particularmente em 2011.

⁹ CASTRO; CAPELO, 1995: 161-185. A descrição arquivística da coleção Salema Garção pode ser consultada em PAIVA, 2015: 150-151; acessível em https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/guia_de_fundos_do_arquivo_da_universidade_de_coimbra

pode deixar de ser colocada a questão, sobre como puderam estes documentos ser adquiridos pelo Eng.º Salema Garção. No entanto, saliente-se a sua atitude de filantropo e benemérito, em doar à Universidade de Coimbra esta documentação, nos anos de 1949 e 1951.

Os acervos pessoais de reitores não são conhecidos, se excetuarmos os casos do Visconde de Vila Maior (Júlio Máximo de Oliveira Pimentel), reitor da Universidade de Coimbra entre 1869 e 1884, cujo arquivo pessoal se encontra no Departamento de Ciências da Vida, da FCTUC, ou o caso do doutor Francisco Gomes Teixeira, reitor da Universidade do Porto, de 1911 a 1917, que doou à Universidade de Coimbra a correspondência (com colegas matemáticos e personalidades do mundo da ciência e da cultura) do seu arquivo pessoal.¹⁰

Os acervos de instituições (públicas ou privadas) refletem a sua atuação, missão e atividades desenvolvidas, mas no caso dos acervos de arquivos pessoais, como aquele que agora se dá a conhecer (mesmo que seja, apenas, de forma fragmentária) a sua documentação transmite também o caráter individual do seu produtor, os seus traços de personalidade, a sua intimidade familiar. Incisivamente, assim o revela também Catherine Hobbs:

“There is an intimacy in the personal archive not present in the collective, corporate, formalized record-keeping system”, ou ainda “Personal archives reflect not only what a person does or thinks, but who they are, how they envision and experience their lives”.¹¹

O trabalho elaborado consiste na transcrição das cartas enviadas a D. Francisco de Lemos por seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, entre 1775 e 1779, com informação sobre as personagens e assuntos tratados (apresentada em notas de pé de página), sempre que foi possível proceder a essa identificação. Previamente, foi feita a descrição arquivística do fundo documental em que as referidas cartas se inserem, de acordo com regras internacionais de descrição de arquivo. Optou-se por esta designação de fundo documental de um arquivo pessoal e não a de Sistema de Informação Pessoal, apesar da relevância que tem esta proposta de designação, nos novos domínios da ciência da informação.¹² É feita ainda uma breve análise das mesmas cartas e assuntos que versam.

¹⁰ Consulte-se a descrição arquivística do seu acervo em PAIVA, 2015: 721-723.

¹¹ HOBBS, 2001: 127-128.

¹² SILVA, 2004: 77.

Deve referir-se que este acervo já fora identificado, no Arquivo da Universidade de Coimbra, como o permite ajuizar um pequeno papel que sobreviveu para contar algo mais, cuja fotografia se apresenta de seguida. Escrita em ambos os lados, esta tira de papel tem, de um dos lados, uma nota redigida pelo doutor António de Vasconcelos, a tinta azul-violeta, como usava fazer e, de outro lado, uma outra nota, a lápis, do punho do licenciado João José de Brito e Silva, que foi 1.º conservador no Arquivo da Universidade.

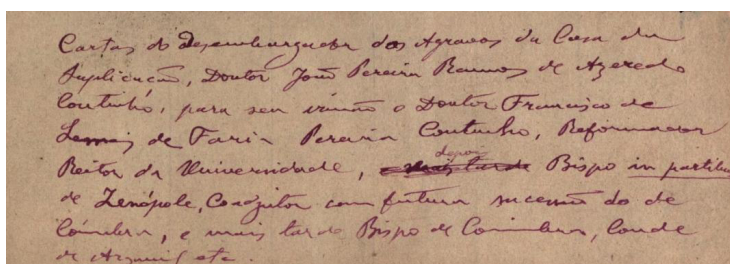


Foto 1 – Identificação das cartas dirigidas a D. Francisco de Lemos pelo seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho que estaria colocada no macete que continha os documentos. A análise da grafia permite identificar o seu autor, o doutor António de Vasconcelos, primeiro diretor do AUC, de 1901 a 1927.

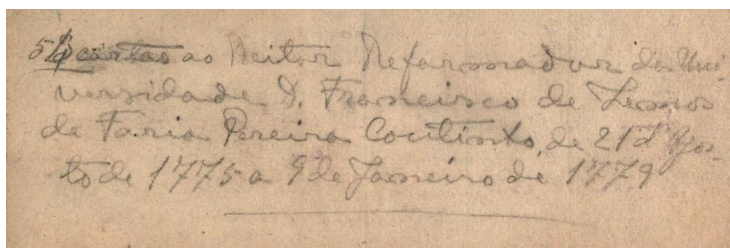


Foto 2 – No verso da mesma nota encontra-se um pequeno texto identificativo da autoria do lic. João José de Brito e Silva, 1.º conservador do AUC, em 1921-1936: "54 cartas ao Reitor Reformador da Universidade D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, de 21 d'Agosto de 1775 a 9 de Janeiro de 1779". Estas 54 cartas não foram transcritas na totalidade, como se refere no próprio texto, pelas razões alegadas.

1. Descrição arquivística do fundo documental D. Francisco de Lemos

Código de Referência: PT/AUC/PFM/DFL

Título formal: D. Francisco de Lemos

Datas de produção: 1775-1819

Nível de descrição: Fundo

Dimensão e suporte: 1 cx. (128 doc.); papel

Nome do produtor: Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho

História Biográfica:

Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho nasceu em 05.04.1735, na casa e morgado de Marapicu, freguesia de Santo António de Jacotinga, Rio de Janeiro (Brasil), sendo filho de Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria e D. Helena de Andrade Souto Maior Coutinho.

Estudou em Coimbra, no Real Colégio das Ordens Militares, e nesta cidade recebeu a prima tonsura e as quatro ordens menores, em 09.09.1753, concedidas pelo Bispo de Macau, D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, na Capela de São Francisco de Borja, do Colégio de Jesus. Frequentou a Faculdade de Cânones, desde 1740, tendo obtido o grau de licenciado em 24.07.1754 e o doutoramento em 24.10.1754; tendo sido opositor às cadeiras de Cânones, logo após o seu doutoramento.

Em 05.09.1767 tomou posse como juiz geral das três Ordens Militares. Foi deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e deputado da Real Mesa Censória, de que tomou posse em 29.04.1768. Por Decreto de 18.01.1768 foi nomeado Desembargador da Casa da Suplicação, tomando posse em julho do mesmo ano. Também em 1768 foi eleito pelo cabido da Sé de Coimbra vigário capitular do bispado e nesse mesmo ano foi nomeado governador do bispado, após a prisão do bispo D. Miguel da Anunciação.

Por Decreto de 08.05.1770 e Carta Régia de 14.05.1770 foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, tomando posse em 29.05.1770 que ficou registada no livro dos *Conselhos da Universidade* (vol. 44, fl. 9-20v), juntamente com a descrição do cortejo que o acompanhou desde que entrou na cidade, vindo da sua Quinta de São Martinho, até que chegou à sala grande dos atos.

O Alvará Régio de D. José, de 23.12.1770, de criação da Junta da Providência Literária, que ficava debaixo da inspeção do Cardeal da Cunha e do Marquês de Pombal, nomeava também os seus membros, entre os quais se contavam, entre outras personalidades, D. Francisco de Lemos, como reitor da Universidade, e seu irmão o Dr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, Desembargador da Casa da Suplicação.

Recebeu a nomeação de membro do Conselho de Sua Majestade, por Decreto de 29.08.1772 e Carta Régia de 02.09.1772.

Por Carta Régia de 11.09.1772 foi nomeado reformador da Universidade e foi já nesta qualidade que preparou a visita do Marquês de Pombal à Universidade, para entrega dos novos Estatutos, que se iniciou em 22.09.1772.

Pela Bula de 13.04.1774 foi feita a confirmação da sua nomeação como Bispo de Zenopoli e como coadjutor e futuro sucessor do Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, que se encontrava preso no forte de Pedrouços. Foi o 52.º Bispo de Coimbra e 17.º Conde de Arganil.

Em 1777, D. Francisco de Lemos elaborou a *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra, desde o princípio da Nova Fundação até ao tempo presente*, para com ela dar conta do que fora a sua atividade como reitor da Universidade, desde a sua nomeação em 1772 até setembro de 1777. Este trabalho seria apresentado à Rainha D. Maria I pelo seu Ministro e Secretário de Estado da Repartição dos Negócios do Reino, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, servindo este texto de justificação à sua atuação na Universidade, numa ocasião em que já não tinha o apoio do Marquês de Pombal e do Rei D. José, falecido em 24.02.1777. A partir do ano de 1779, ausentou-se para Lisboa e ali residiu até 1799, tendo habitado no designado Palácio do Machadinho, na rua do Acipreste, na morada de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho que adquirira aquele palacete depois da morte do seu proprietário, José Machado Pinto. Quando o Marquês de Pombal faleceu, na sua casa da vila de Pombal, D. Francisco de Lemos presidiu às exéquias ali celebradas, em 11.05.1782.

Ocupou de novo o reitorado da Universidade, depois da sua nomeação por Carta Régia de 13.05.1799 e até 11.09.1821, data em que pediu a sua exoneração, quando contava já 86 anos de idade.

Fez parte de uma deputação organizada pelo general Junot, que se dirigiu a Baiona, encarregada de prestar cumprimentos a Napoleão, tendo saído de Lisboa em 17.03.1808. Devido à Guerra Peninsular e aos movimentos militares que tiveram lugar, só pode regressar ao país em 09.11.1810. Quando se preparava para entrar em Coimbra foi mandado desterrar para o Porto, por ter sido considerado traidor à pátria, ali permanecendo até 1812. Redigiu em sua defesa, em 1811, uma exposição dirigida ao Príncipe Regente, justificando a sua ausência do país e pedindo para regressar à sua diocese. Só lhe foi permitido regressar à sua diocese de Coimbra e à Universidade por Aviso Régio de 07.08.1812, tendo regressado apenas em 23.12.1813.

Deve-se-lhe o empenho na reforma universitária, bem como a direção das obras de construção dos novos edifícios da Universidade: Museu de

História Natural, Observatório Astronómico, Gabinete de Física, Hospital, Jardim Botânico, etc., bem como a renovação da Imprensa da Universidade.

Em 1817 foi contestado na sua atuação na Universidade, tendo surgido espalhados pela cidade alguns pasquins; dirimiu, então, diversas questões com os lentes da Faculdade de Medicina, doutores Ângelo Ferreira Dinis, Jerónimo Joaquim de Figueiredo e José Feliciano de Castilho, tendo conseguido a suspensão das suas funções, mas mais tarde vieram a ser reintegrados.

Foi seu homónimo seu sobrinho Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, nascido em Lisboa, em 29.10.1778, filho de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e de sua mulher D. Maria Ramalho Cardal Arnaut de Rivo.

Enquanto Bispo de Coimbra, usava também os títulos de Conde de Arganil e Senhor de Coja. Devem-se-lhe diversas cartas pastorais, algumas das quais foram impressas em Lisboa, providenciando sobre instruções aos párocos, as dispensas matrimoniais, etc.

Faleceu na Quinta de São Martinho (freg. São Martinho do Bispo, c. Coimbra), propriedade da Mitra de Coimbra, em 16.04.1822. Foi na Sé de Coimbra que tiveram lugar as solenes exéquias fúnebres, em 23 e 24.05.1822, tendo sido proferidas orações fúnebres por Fr. António José da Rocha e por Fr. Fortunato de São Boaventura que foram impressas nesse ano.

História custodial e arquivística:

O arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos devia ser formado por outra documentação que não terá sobrevivido até hoje. Por outro lado, assim como a documentação que foi identificada esteve largo tempo descaminhada, pode suceder que venha a ser localizada ainda, posteriormente, outra documentação.

Quando faleceu D. Francisco de Lemos, em 1822, residia então na Quinta de São Martinho (na freg. São Martinho do Bispo), em Coimbra e, muito provavelmente, ali conservaria alguma documentação particular. O mesmo se diga quanto à existência de documentos pessoais, guardados em armários do seu gabinete, junto aos seus aposentos, no Paço Episcopal, de acordo com o que pode ler-se no inventário feito em 30.04.1822.

Também no Paço Reitoral da Universidade poderão ter ficado alguns dos seus documentos pessoais.

De acordo com uma pequena nota manuscrita que se encontrava junto a alguns dos documentos: "*Cartas do Dezembargador dos agravos da Casa da Suplicação João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho...*", o autor dessa nota, doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (diretor do AUC

entre 1901 e 1927), terá feito a identificação destas cartas pessoais, que integram o fundo documental, procurando atribuir-lhes um tratamento arquivístico.

Por seu turno, no verso da mesma nota, encontra-se uma outra identificação do punho do licenciado João José de Brito e Silva, que foi 1.º conservador do AUC entre 1921-1936: *"54 cartas ao Reitor Reformador da Universidade..."*, a revelar uma outra fase de tratamento arquivístico. São do seu punho, também, as identificações, a lápis, que estão colocadas no verso de algumas cartas, assim como a numeração sequencial de 1 a 54. Por impossibilidade de tempo para se dedicar a este trabalho, não lhe terá dado continuidade, pois no relatório sobre o seu trabalho no Arquivo, que redigiu em 28.05.1935, dá conta do excesso de trabalho, da desorganização do acervo e da falta de funcionários: *"Todos os cartórios que constituem hoje este arquivo, andaram em tempos confundidos"*.

Mais tarde, pese embora não ter sido possível precisar a data, as cartas foram de novo identificadas e colocadas em capilhas com breve identificação, denotando, ainda, nova etapa de tratamento arquivístico.

Refira-se, também, que o próprio D. Francisco de Lemos terá organizado a sua correspondência pessoal, de acordo com os breves sumários e indicações que deixou redigidos no verso das cartas, ficando a dúvida se é redação sua, ou de algum secretário, uma vez que a grafia parece ser diferente dos seus textos autógrafos.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Não está ainda determinada a forma de incorporação deste fundo documental, no Arquivo da Universidade, uma vez que as caixas com documentação onde foram localizadas estas cartas não estavam associados a qualquer fundo, em concreto. Resta, ainda, a dúvida se este fundo poderá ter estado, sempre, integrado no acervo documental da Universidade de Coimbra, por D. Francisco de Lemos ter sido seu reitor. O atual edifício do Arquivo da Universidade foi inaugurado em 16 de outubro de 1948, transitando para aqui toda a documentação existente no antigo cartório da Universidade.

Âmbito e conteúdo:

Contém correspondência recebida de seus familiares, nomeadamente sua mãe Helena de Andrade Sotto Maior Coutinho, seus irmãos João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e Inácio Rangel de Azeredo Coutinho (cartas redigidas no Rio de Janeiro, em 1778), suas irmãs, as religiosas Ana de São

Francisco e Maria da Encarnação, seu primo Francisco Teles Barreto de Meneses, de sua prima Ana Cândida de Castro Lemos e Morais, de seus sobrinhos Manuel Inácio, Inácio José de Morais e Brito e de sua sobrinha Maria da Conceição Lacerda.

Contem ainda correspondência de outras pessoas, para as quais não foi possível estabelecer laços familiares, mas que pelos apelidos utilizados poderão ser da família. Refiram-se os nomes desses signatários: Luís Manuel de Meneses Mascarenhas, Berarda Violante Ramalho da Fonseca e Lemos, Fernando Luís, Vicente Pereira de Melo, Grácia Perpétua de Almeida Beltrão, Marcelino Pinto, José Pacheco de Albuquerque e Melo, Damião Pereira, Bernardo Cabral Arez de Belmonte, José Xavier Teles, António Barbosa de Almeida, Monsenhor Freixo de Miranda (João Pedro Freixo de Miranda), Francisco Manso de Canais, José da Fonseca e Silva e Baltasar da Silva Lisboa.

As cartas são provenientes de diversos locais, desde o Rio de Janeiro, a Lisboa, Porto, Coimbra, Aguim, Lorvão, etc., sendo em maior número as missivas de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, redigidas em Lisboa, entre 1775 e 1779.

Todas estas missivas dão a conhecer assuntos de natureza particular, como o seja o pedido de Bernardo Cabral Arez de Belmonte para que seu filho seja admitido no Seminário de Coimbra (1785); ou o pedido expresso pelo Bispo do Rio de Janeiro para proteção ao aluno António Teles Barreto de Menezes que iria estudar na Universidade (1778).

As expressões utilizadas na forma de endereço das cartas, ou nas demonstrações de afeto, são demonstrativas dos laços de profunda amizade, de parentesco, ou de serviço. Refiram-se alguns exemplos, como: José Xavier Teles dirige-se ao seu "*prelado, amigo e senhor de toda a minha veneração e afeto*" (1819); António Barbosa de Almeida diz "*suspiro para ter a honra e gosto de beijar a mão a V. Ex.^a e de reunir-me ao seu serviço doméstico*" (1812); Monsenhor Freixo de Miranda [o doutor João Pedro Freixo de Miranda, prelado da Sé Patriarcal de Lisboa] subscreve-se como "*muito particular, reverente, afeto, venerador e obrigadíssimo*", depois de invocar "*o favor e amizade com que [...] me honra*" e de pedir intercedência para o seu sobrinho João Gonçalo de Miranda Peleção, professor na Faculdade de Matemática.

Alguma documentação permite conhecer a vida interna da Universidade e os assuntos a tratar pelo seu reitor. Cite-se o exemplo da carta redigida por D. Carlos Maria de Figueiredo Pimentel (em 31.03.1777), quando fala da eleição para vice-reitor: "*sabendo V. Ex.^a das intrigas da Universidade*"; ou ainda, uma outra do mesmo signatário (em 21.04.1777): "*António Lopes*

Carneiro descompôs da cadeira os estudantes por faltarem às aulas, porém de hum modo muito imprudente [...] eles escandalizaram-se muito”.

O fundo documental engloba breves apontamentos manuscritos da sua atividade quotidiana, mais concretamente: rascunhos de duas cartas que terá redigido, um dos quais está lançado, curiosamente, no verso de documento de despesa, não datado, contendo o valor de trabalho de costura “*pegar botões em duas murças*”, “*feitio de vestido de pano roxo*”, etc., bem como apontamentos, em forma de agenda de trabalho (Foto 3), distribuído pelos dias da semana: “*responder a cartas de correio*”, “*presidir à Junta da Fazenda*”, “*presidir ao Conselho de Decanos*”, “*expediente da Secretaria de Estado*”, etc.

Sistema de organização:

Ordenação da correspondência pelo apelido, do nome de cada emissor das cartas, seguida de uma ordenação cronológica das cartas de cada um. No final ficaram colocados os rascunhos de cartas que terá redigido.

Idioma:

Português

Características físicas:

Oxidação do papel pela tinta ferrogálica, em alguns casos; manchas de humidade e fungos, com perda de suporte, em percentagem reduzida dos documentos.

Cota topográfica:

VI-3.^a-1-3-29

Instrumentos de descrição:

Índice dos nomes dos signatários de cartas e datas de sua redação.

Unidades de descrição relacionadas:

Complementar:

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra (F). PT/AUC/ELU/UC. Inclui documentação relativa à atividade de D. Francisco de Lemos enquanto reitor da Universidade

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Mitra Episcopal de Coimbra (F). PT/AUC/DIO/MEC. Inclui documentação relativa à atividade de D. Francisco de Lemos como governador do bispado e como bispo de Coimbra.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Salema Garção (COL). PT/AUC/COL/SG. Inclui Cartas Régias de nomeação e de mercê de D. Francisco de Lemos como reitor da Universidade de Coimbra e um exemplar da “*Exposição que ao Príncipe Regente nosso Senhor fez o Bispo-conde Reformador Reitor desta Universidade*” que é apenas uma cópia do documento original.

Notas:

Outras formas de nome: Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.

Nota do arquivista:

Descrição elaborada por Ana Maria Leitão Bandeira, com recolha de dados durante a fase de organização e tratamento do fundo documental que também executou.

Nota ao elemento de informação *História Biográfica*: para sua elaboração foram consultadas as seguintes obras e fontes documentais:

BRAGA, Teófilo (1894) – *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

MIRABEAU, Bernardo António Serra de (1889) – *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Esboço histórico-biográfico. O Instituto*, 36. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 597-609, 669-678, 737-741.

Ode á morte do ilustrissimo e eiscelentissimo [sic] senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho: bispo de Coimbra, conde d’Arganil, reformador reitor da universidade (1822). Coimbra: Imprensa da Universidade.

ROCHA, António José da (1822) – *Oração funebre que nas exequias do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra, conde de Arganil, reformador Reitor da Universidade, celebradas pela Mocidade Academica, recitou....* Coimbra: Imprensa da Universidade.

RODRIGUES, Manuel Augusto (1984) – *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Coimbra: A.U.C., p. I-XII, 278-298.

SILVA, Hélia Cristina Tirano Tomás; LOURENÇO, Tiago Borges (2016) – *Palácio do Machadinho – As múltiplas vidas de uma casa. Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ªs., 5. Lisboa, p. 129-171.

TEIXEIRA, António José (1890) – *Apontamentos para a biographia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. O Instituto*, 37. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 1-16.

AUC – *Universidade de Coimbra (F), Livros dos Conselhos da Universidade (SR)*, vol. 44 (1769-1772), fl. 19-20v – (cota AUC-IV-1.ªD-1-3-8).

Nota ao elemento de informação *História custodial e arquivística e Fonte imediata de aquisição ou transferência*: foram recolhidas informações nas seguintes fontes bibliográficas:

AUC – Universidade de Coimbra (F), Reitoria da Universidade (SC), *Correspondência Recebida (SR)*; *Correspondência recebida do Arquivo da Universidade*, (1897-1947) – (cota AUC-IV-2.ªE-11-4-15).

AUC – Mitra Episcopal de Coimbra (F); *Inventários e índices (SR)*; *Inventário do cartório da Mitra, 1822, liv. 128* – PT/AUC/DIO/MECIBR/07/04 - (cota AUC-II-2.ªE-1-3-7).

Nota ao elemento de informação *Âmbito e Conteúdo*: A dúvida acerca da proveniência pessoal de algumas missivas ou se as mesmas poderiam ser integradas nos fundos documentais da Universidade de Coimbra ou da Mitra Episcopal de Coimbra, atendendo aos cargos exercidos por D. Francisco de Lemos, foram dissipadas pela análise de expressões particulares e de intimidade que só poderiam usar-se em correspondência particular. Veja-se o caso da carta de José da Fonseca e Silva (Lisboa, 1797) que é endereçada eloquentemente ao “*Il.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*”, mas que refere que José de Seabra da Silva lhe pedira que confidencialmente escrevesse.

A identificação de alguns dos familiares, autores de cartas dirigidas a D. Francisco de Lemos, foi colhida em:

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2005) – *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, p. 193-195.

Regras ou convenções:

Conselho Internacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*, adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ªed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

Direção Geral de Arquivos. Grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo. *Orientações para a descrição arquivística*. 2.ª v. Lisboa: DGARQ, 2007.

Data da descrição:

Elaboração: 2017-02

Couzas que devo fazer em cada
 huma das Semanas seg^{da} a
 repartição dos dias.

Seg^{da} ff.^a = Devo responder a todas as Cartas
 do Cons. sem falar a respeito alguma.
 e aproveitar p^o esse tempo q^o me re-
 ter no meu dia. Item p^o informar-me do
 estado das Obras no termo do Regimento.

Terça ff.^a = Tenho de presidir a Junta de Caren-
 da. Este dia devesa ler p^o mim Dei-
 tando particularm^{te} p^o fretas e informarme-
 do Estado das rendas, Cobranças do Expedien-
 te do Officeny de cumprir on nas em
 as suas obrigaçoes.

Quarta ff.^a = Tenho de presidir ao Conselho do Dia-
 nos. Este dia devesa deitar p^o os negocios
 relativos ao objecto d^o Conselho, e p^o infor-
 marme do Estado da Secretaria; e p^o dar
 o parecer de Invenção.

Quinta ff.^a = para as Informaçoes e mais cousas do
 expediente da Secretaria de Estado.

Sexta ff.^a = Fretaria particularm^{te} de informarme do
 Estado do Hospital em todo o seu objecto

Foto 3 – Apontamento de D. Francisco de Lemos, sem data, com indicação das suas tarefas ao longo dos dias da semana: “Couzras que devo fazer em cada huma das semanas segundo a repartição dos dias”.

Do Promotor D de Des.^{bro}
 de 1811
 Parabem

Foto 4 – Anotação no verso da carta redigida por Manuel Domingos de Gouveia (promotor do bispado de Coimbra) em 08.12.1811, na qual se congratula por D. Francisco de Lemos “ter sido declarado inocente, como devia”, depois de regressar a Portugal, vindo da ida a Baiona, incorporando a deputação que foi cumprimentar Napoleão. Envia-lhe “Parabem” (i.e. parabéns) e é isso mesmo que ficou redigido no verso da carta.

2. Breve análise da correspondência de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho

As 49 cartas agora apresentadas foram redigidas entre 1775 e 1779, quando João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho se encontrava em Lisboa, residindo no Palácio do Machadinho, na rua do Acipreste, onde viverá também D. Francisco de Lemos, sempre que se ausentou de Coimbra para Lisboa.¹³ Apenas cinco cartas foram redigidas na designada Quinta das Praias, local ainda não totalmente identificado, para onde se dirigia, em períodos de descanso, para usufruir do uso terapêutico de banhos. Na missiva redigida em 12 de setembro de 1778, na Quinta das Praias (carta n.º 47), diz que retomara os banhos e fazia imersões da cabeça e de todo o corpo “apesar de hir para o mar na cadeira de que uso”. Esta expressão permite localizar a referida Quinta junto ao mar e dá uma informação sobre a sua forma de locomoção, em cadeira.

Nesse período, em que as cartas foram redigidas, ocupava na corte o cargo de Procurador da Coroa e por Decreto da Rainha D. Maria I, de 7 de agosto de 1778, seria nomeado Desembargador do Paço, conservando o mesmo lugar que anteriormente exercera. Nasceu no Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1722, tendo sido batizado em casa de seus pais, o engenho de Marapicu, de que era proprietário seu pai, o capitão-mor Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria. Veio estudar para a Universidade de Coimbra, em 1 de outubro de 1739, tendo concluído o doutoramento na Faculdade de Cânones em 19 de julho de 1744 e foi lente substituto da 1.ª Catedrilha, da mesma Faculdade, em 1752 e em 1755, tendo sido colegial do Real Colégio de São Paulo, em Coimbra, enquanto foi professor da Universidade.

Dispensa-se aqui a indicação de uma biografia completa¹⁴, sendo referidos, apenas, os dados mais significativos. Por Decreto de 23 de dezembro de 1770 foi criada a Junta da Providência Literária, sendo nomeado seu membro, quando era Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação. Em resultado do trabalho desta Junta foi elaborado o *Compendio Histórico do Estado da Universidade*, em cuja redação foi colaborador.¹⁵ Deve-se-lhe a elaboração de grande parte dos *Estatutos da Universidade de Coimbra de*

¹³ SILVA; LOURENÇO, 2016: 129-171.

¹⁴ A biografia completa está publicada em *Revista trimestral de historia e geografia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro* (1840), t. 2 (abril, n.º 5) Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, p. 118-125.

¹⁵ Publicado em Lisboa, pela Régia Oficina Tipográfica, em 1771. Com edição fac-similada, em 1972, pela Universidade de Coimbra, por ocasião do II Centenário da Reforma Pombalina.

1772. Em 1774 teve ordem do Marquês de Pombal para assistir, semanalmente, às quartas-feiras e sábados, às conferências que se faziam em casa do referido Marquês, sobre negócios do Erário e em que estavam presentes outros conferentes, os ministros de Estado, o Procurador da Fazenda e o Tesoureiro Mor do Erário Régio.¹⁶ Por diversas ocasiões, ao longo de diversas cartas, dá conta a seu irmão D. Francisco de Lemos, destas reuniões em que participava e dos assuntos que estavam a ser tratados.

As cartas refletem assuntos diversos, de âmbito privado e público. Assim, estes assuntos podem ser analisados na esfera do foro familiar e privado, como: a compra de propriedades em Pereira (freg. do conc. Montemor-o-Velho) e Formoselha (freg. Santo Varão, do conc. Montemor-o-Velho), a administração deste património familiar, assim como daquele que fora herdado em Condeixa, como o prazo da Ega, para onde propõe a plantação de amoreiras, para criação de bichos-da-seda, as questões de arrendamentos de propriedades, a notícia sobre a compra do Engenho de Santo António de Jacutinga, no Brasil, por seu irmão Inácio de Andrade Sotto Maior, etc. Quanto a assuntos do foro familiar e privado podem ainda apontar-se, por exemplo: as notícias sobre suas irmãs, religiosas e preladadas no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Marvila, a notícia da vinda de seu primo, José Joaquim da Cunha Coutinho, chegado do Brasil e que se dirigia à Universidade de Coimbra, pedindo o seu acolhimento (cartas de 21.08.1775 e 29.09.1775); a notícia do nascimento de seu filho Manuel e o convite que endereçara aos Marqueses de Pombal, para padrinhos deste filho (carta de 23.09.1775), a "*padrinhagem*" dos Marqueses de Pombal, como foi referida; cite-se também o "*púcaro de água*" oferecido pelos festejos deste batizado e a prataria cedida por D. Francisco de Lemos para essa ocasião.

A vida da Universidade de Coimbra fica ilustrada com os seguintes temas, abordados nesta correspondência: as obras dos edifícios pombalinos e o projeto de uma nova livraria (carta de 02.12.1775), a vinda para a Universidade dos professores italianos Michele Franzini e Michele Antonio Ciera (cartas de 09 e 16.12.1775), a incorporação do património do Colégio da Madre de Deus de Évora (cartas de 24.02.1776, 02 e 13.03.1776), a publicação da dissertação de Domingos Vandelli intitulada "*Dissertatio de monstris*" (carta de 06.07.1776), que foi impressa na Imprensa da Universidade em 1776, a nomeação de um bibliotecário para a livraria da Universidade, tratando-se, provavelmente, de António Ribeiro dos Santos (carta de 20.07.1776), etc.

¹⁶ V. nota 14, p. 120-121.

Quanto à vida do país muito perpassa por estes documentos, desde as breves informações sobre as reuniões do Erário Régio, da Real Mesa Censória, das conferências em Oeiras, aos dados mais particulares sobre ministros, secretários de Estado, assim como a vida particular de alguns, como a do malogrado Desembargador José de Seabra da Silva. As expressões usadas, para dar notícias sobre este antigo ministro de Estado: *"já não tem tantas visitas, e se lhe observa bastante melancolia"* e ainda *"Dizem que está melancólico e assim me parece, posto que elle faz, quanto pode para disfarçar a melancolia"* atestam a amizade para quem se vira afastado da corte, depois de ter estado nos mais altos cargos.

Estando em causa uma epistolografia tão pessoal, houve, inicialmente, uma certa hesitação na sua publicação, pois entendia-se ser necessário respeitar a vontade de quem desejou mesmo que nunca fossem conhecidas as suas palavras. A identificação de certas expressões, de reserva destes escritos, fizeram redobrar essa hesitação: *"Peço-vos que rasgueis estas cartas para que se não vejaõ"*.¹⁷ Mantendo esta vontade do seu signatário, não foram transcritas as cartas que trazem consigo esta ressalva de privacidade. Por outro lado, trazer a público este acervo, faz jus a ambos os irmãos, ao permitir conhecer a sua individualidade e os seus laços de amizade.

D. Francisco de Lemos foi uma personalidade de destaque a quem muito ficou a dever a Universidade de Coimbra e a própria diocese, sendo certo que a sua atuação não terá agradado a todos com quem conviveu. Que perdesse a imagem que dele nos transmitiu Serra de Mirabeau:

"Dos homens notáveis que floresceram em Portugal pelos fins do seculo decimo oitavo e no primeiro quartel do seculo actual, raros sobressahiram tanto por assignalados serviços públicos e por vida laboriosa e acidentada como o celebrado antestite conimbricense [...]."¹⁸

Também Teófilo Braga o definiu de forma elogiosa, sobretudo pela sua atuação quando já não tinha qualquer proteccionismo:

"Homem de caracter íntegro teve a coragem digna de não renegar o Marquez de Pombal na sua desgraça, e elle próprio fez as exéquias pomposas ao decahido ministro, na villa de Pombal em 11 de maio de 1782."¹⁹

17 Palavras redigidas no final da carta remetida de Lisboa em 02.12.1775.

18 Citação colhida em RODRIGUES, 1984: 278.

19 BRAGA, 1894: XLII.

Sendo naturais do Brasil, estes dois irmãos não esquecerem as raízes familiares brasileiras e procuraram ajudar os sobrinhos que vieram estudar para Coimbra e outros familiares e amigos. As cartas testemunham esse protecionismo, podendo referir-se os nomes de Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho e Vasco Fernandes Coutinho,

O estilo epistolar utilizado oscila, por vezes, entre uma franqueza crua e um distanciamento cerimonioso. Citem-se algumas frases exemplificativas: *"Basta de matraca. Peço ocazioens de vos dar gosto e dezejo-as com o amor e eficácia de quem hé vosso Irmão muito amigo do coração"* (carta de 18.04.1776); e também *"já não morrerei sem este sacramento"* (ao noticiar a sua nomeação para o Desembrago do Paço, carta de 22.08.1778) ou ainda *"Não sey dar as graças que devo a Deus por este próspero passo da minha fortuna"* (ao referir-se à mesma nomeação, em 15.08.1778).

Nesta mesma carta acima referida revela, curiosamente, como os comportamentos humanos perduram no tempo, sendo tão atual a afirmação: *"Tem-se trocado as indiferenças por obzéquios"*. Quanto a conselhos fraternais dados por um irmão mais velho (lembremos que o signatário das cartas era mais velho 13 anos) podem ler-se, por exemplo: *"Hé necessário não tomar as couzas a peito."* (carta de 17.01.1778); *"[...] sempre vos aconselho a moderação, e circunspeção em tudo o que obrares"* (carta de 09.01.1779).

Por último, registre-se a forma como a saúde e a vida do monarca estavam sempre no centro das suas preocupações, revelando-se os banhos que toma em casa, com a água das Alcaçarias, esperando que fechem a feridas das pernas para os tomar no próprio local de Alcaçarias (no bairro de Alfama, Lisboa), as festas de toiros em Salvaterra, os banhos termais no Estoril, chegando ao pormenor de se dizer: *"acha-se tãobem incommodado de hemorroides, e dificuldade de obrar"* (carta de 13.03.1776).

Desconhece-se a razão de existirem cartas de periodicidade mensal, em 1775 e 1776, enquanto que para 1777 não existe qualquer carta, reduzindo-se também o seu número em 1778. Apenas existe uma carta em janeiro de 1779, uma vez que a partir deste ano D. Francisco de Lemos vai viver para Lisboa e por isso deixa de se corresponder com o irmão, pois convive diariamente com ele, residindo em sua casa.

Atente-se em que todas as cartas se iniciam, invariavelmente, com a saudação *"Mano muito do meu coração"* e a subscrição é também, geralmente, *"Irmão muito amante do coração"* ou *"Irmão muito amigo do coração e obrigado"*. Com esta divulgação permite-se conhecer a dedicação de

ambos à causa pública, no desempenho de seus altos cargos, não esquecendo nunca os laços que os uniam e os cuidados com a família e seus conterrâneos.

Notas à transcrição das cartas:

Foram seguidos os seguintes critérios de transcrição paleográfica:

- Atualização de maiúsculas e minúsculas.
- Separação de palavras indevidamente unidas e união de palavras separadas.
 - Manteve-se a pontuação original, atualizando-a apenas nos casos de dúvida, ou nos casos em que seria mais compreensível o texto.
 - Atualização da acentuação gráfica de palavras.
 - Desdobramento de abreviaturas, mantendo apenas as que são, ainda hoje, de uso corrente como Sr., Sra., D., Snor., Sor., V. Ex.^a, etc.
 - Atualização de grafia de palavras abreviadas, como, por exemplo Lx.^a, i.e., Lisboa.
 - As palavras de leitura duvidosa foram transcritas seguidas de (?).
 - A utilização de [sic] a seguir a palavras cuja grafia pode estar errada, mas que foi mantida, ou cuja compreensão está comprometida.
 - O símbolo &c foi desenvolvido para etc.
 - Manteve-se a ortografia, no que respeita a consoantes e vogais duplas, colocando hífen nos casos em que atualmente se usam, para melhor compreensão do texto.
 - A assinatura de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho foi desenvolvida apenas para Azeredo Coutinho; partindo de leitura das letras monogramáticas RAC ou AC.
 - Colocou-se entre [] a indicação de texto escrito posteriormente à finalização da carta (nas margens superiores ou inferiores).
 - Colocaram-se < > para indicar as palavras entrelinhadas.
 - Não foi dada indicação das palavras rasuradas, quando estas não comprometem a leitura do texto.
 - Manteve-se a diversidade de grafia de nomes, como no caso de Crisóstomo que surge nas variantes de Chrizostomo, Crisostomo e também utilizando o X, da forma abreviada do nome de Cristo (em grego Xpto), como Xsostomo e Xzostomo, situação em que foi feita a transcrição para Crisóstomo (exemplos nas cartas n.º 2 e 4).

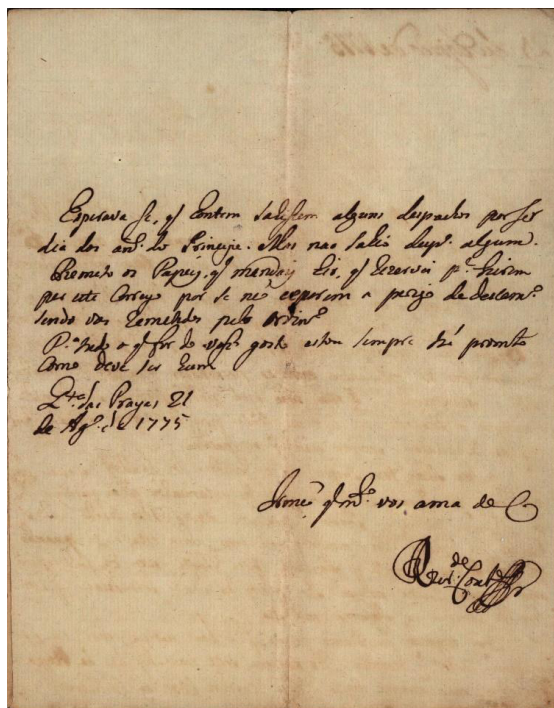


Foto 5 – Reprodução da última folha da primeira carta, redigida na Quinta das Praias, em 21 de agosto de 1775, com a assinatura de Azeredo Coutinho, na forma que foi usada em todas as cartas, exceto as n.º 45 e 46, em que usou João Pereira Ramos.

3. Cartas de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho a seu irmão D. Francisco de Lemos

1 – 1775, agosto, 21, Quinta das Praias²⁰

Mano muito do meu coração. Com as boas notícias da vossa saúde, que tenho recebido, não só nas vossas cartas, mas também nas de outras pessoas, que mais particularmente tem segurado achares-vos livre das pintas, que tinhaõ vindo à superfície da cútis, tenho concebido hum gosto tal, como podeis supor de hum irmão, que sempre vos amou com especialidade. Queira

²⁰ A Quinta das Praias, de onde são redigidas algumas das cartas, era certamente uma quinta de recreio junto ao mar. Na carta n.º47, também ali redigida, refere os banhos e a ida ao mar. No entanto, em Belém e junto ao rio Tejo, situaram-se inúmeras quintas, junto às praias, algumas das quais na posse de famílias nobres. Entre essas quintas refiram-se: a Quinta Real da Praia, situada no local onde está hoje edificado o Centro Cultural de Belém, que foi adquirida por D. João V. Ali esteve depois o Palácio da Quinta da Praia, na posse da família do Marquês de Loulé.

Deos continuar-vos huma saúde sempre feliz e vigorosa, para que sobre esta baze possais edificar a vossa verdadeira fortuna, que nunca podereis desfrutar sem huma boa saúde, e sem huma perfeita tranquilidade de espírito. Como ainda tendes mais de hum mez para continuares no retiro dessa quinta, fazendo exercício, e dando os vossos passeyos, espéro em Deus que o Outubro vos ache bastantemente fortalecido para poderes aguentar o trabalho do anno seguinte. Para o conseguires porém he necessário que neste bimestre das férias não vos canseis, nem trabalheis tanto, como fazem certo as vossas contas, que nelle tendes já dado para o Senhor Marquez.

Eu aqui vou passando nestas Prayas sem novidade considerável. Conto já 22 banhos, dos quaes sempre tenho tirado alguma vantagem. Brevemente porém determino recolher-me a Lisboa. Porque não quero que aqui me apanhe o parto de minha mulher, que de dous de Setembro por diante pode verificar-se em qualquer hora. Queira Deus dar-lhe huma hora feliz; para que me não sobrevenha agora mais esta occasião para a minha aflicção. Manoel vai-se criando muito bem, e com muita esperteza, e robustez.

O Amaral sey que só leva por hora providência do Senhor Marquez para a exasperação das penas dos Novos Estatutos, que respeitaõ os vadios que a esta Universidade concorrem, vestindo-se de batinas para melhor se introduzirem com os estudantes, com os perniciosos fins de os roubarem, e preverterem.²¹ O mais não está ainda provido, succedendo o mesmo a matéria da última conta, porque o dito Senhor tem andado com as suas costumadas, e sempre grandes occupaçoens.

Sua Magestade tem suspendido o remédio dos banhos há mais de oito dias, por alguma humidade, que se lhe encaminhou para as pernas, e lhe fez algumas feridinhas. Parece que nenhum alívio tem tirado dos banhos do Esturil.²² Porque ainda que está bem, assim estava já quando foi para elles; e posto que alguma couza sinta, não hé substancial, nem ameaça ruina mayor. Hé efeito da idade sexagenária, que sempre hé sujeita a alguma moléstia.

²¹ A Provisão do Marquês de Pombal de 12.08.1775 determina, entre outros assuntos, a proibição do uso do trajo académico, por outros que não pertencessem ao corpo académico ou fossem eclesiásticos. Refere, textualmente: "*Que ninguém das portas da cidade de Coimbra para dentro possa usar de vestidos talares, se não for pessoa ecclesiastica, ou addida a alguma das igrejas da referida cidade; ou daquelas pessoas, que constituem o corpo académico, quaes são Professores, Doutores, e Estudantes que frequentam as aulas da sobredita Universidade...*". Ordena também a expulsão da cidade de todos os estudantes que residam na cidade e não se matriculem dentro do tempo previsto pelos Estatutos da Universidade. Esta Provisão encontra-se inserida em: *Universidade de Coimbra (F); Alvarás, Decretos, Cartas, Provisões (SR); Nova Fundação e Reformação da Universidade (1774-1776)*, vol. 2, fl. 136-137 – (cota AUC-IV-1.ºD-3-2-8). Foi também publicada em ALMEIDA, 1937: 209-210.

²² Os banhos do Estoril (c. Cascais, d. Lisboa) podem ser aqui entendidos como os banhos termais, na nascente de água mineral designada Estoril – v. COSTA, 1938: 381.

Dos negócios de Roma parece, que há boas notícias; mas eu não sei couza certa, que adiante; da mesma sorte nada sey dos da nossa América, onde sempre espero, que haja carolos com os Castelhanos. Esperava-se, que hontem sahíssem alguns despachos por ser dia dos anos do Príncipe. Mas não sahio despacho algum. Remeto os papéis, que mandais hir, que reservei para hirem por este correyo por se não exporem a perigo de descaminho sendo-vos remetidos pelo ordinário.

Para tudo o que for do vosso gosto estou sempre já (?) pronto como deve ser hum

Irmão que muito vos ama do coração

Quinta das Prayas, 21 de agosto de 1775

Azeredo Coutinho²³

[fl.1] Agora vou a falar-vos sobre José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho²⁴ filho de Sebastião da Cunha Coutinho Rangel. Hé moço de 32 anos de idade, muito propózito, e muito assento, extraordinário dezejo de saber, e grande aplicação aos estudos, que depois da Gramática, e da Filozofia, e Moraes do paíz, tem sido os da jurisprudência, a que se entregou, quando correu a cauza sobre o morgado, que elle recuzou sendo filho mais velho em beneficio do irmão segundo, da qual jurisprudência tem grandes tinturas, e fala nas matérias, como Professor. Tãobem tem cultivado muito a Teologia Moral, e nas conferências que o novo Bispo do Rio²⁵ faz em sua caza sobre ella com os seos clérigos, elle concorreu sempre, e deu taõ boa conta de si, que o dito prelado espera ter nelle huma das melhores columnas do seu bispado. Ainda que não hé clérigo, e não tem ordens algumas, por ficar sem efeito por ocasião da desgraça de Seabra²⁶ hum avizo, que lhe mandei, elle traja já como tal, trazendo o seu cabelo sem poz, e vestindo batina curta.

²³ O texto que se segue está lançado em duas folhas que poderão não pertencer a esta carta, mas que nela se encontram inseridas.

²⁴ Natural de Campo de Goitacazes (Rio de Janeiro), onde nasceu em 1742, viria a estudar na Universidade de Coimbra, em Cânones. Obteve a formatura em 30.05.1780 e o grau de licenciado em 30.07.1785, tendo ocupado depois diversos cargos eclesiásticos, durante a sua vida, desde bispo de Olinda a Inquisidor-Geral. A sua biografia pode ser conhecida em BRAZ, CONTI, 2013: 1-18, acessível em <http://www.revista.ufpe.br/revistatempohistorico/index.php/revista/article/viewFile/49/43>.

²⁵ Referência a D. José Joaquim Mascarenhas Castelo Branco, bispo do Rio de Janeiro, de 1773 a 1805.

²⁶ Antecedido de palavra riscada. O doutor José de Seabra da Silva, Desembargador do Paço e Ministro de Estado, adjunto do Marquês de Pombal foi afastado de todos os cargos públicos por Ordem régia de 17.01.1774. Daí a referência à suspensão de todas as decisões por si tomadas, que de novo será feita mais adiante, em carta de 29.09.1775. Trata-se da primeira de muitas referências que lhe são feitas, ao longo desta correspondência.

O Bispo do Rio de Janeiro me faz as mayores abonaçoens do seu talento, applicação e virtudes. A minha experiência (?) e o que delle me diz Manuel (?) Francisco confirmão tudo largamente. A figura não hé má, posto que na cor seja bastantemente trigueiro. O irmão hé o sucessor do morgado de José de Azeredo recuzado por este para poder encher a vocação de clérigo e está já de posse do dito morgado. O pay hé Sebastião da Cunha²⁷, que aqui conhecestes, e tratastes parente honrado, que sempre tratamos. Acha-se porém tão pobre, que apenas tem hum partido em hum engenho achando-se ainda com duas filhas donzelas. Por não ter com que lhe assistir, não tem elle vindo mais cedo para a Universidade.

Agora foi a Marapicu²⁸ pedir a nossa May que vos pedisse o tenhais em vossa caza; representado-se-lhe que de nada vos serviria de gravame o referido, e esperando poder elle auxiliá-lo para o vestuário. Nesta esperança embarcou e está. O mesmo me pedem a mim, que vos peça. Eu lhe disse vos remetesse as cartas, que traz para vós de nossa May, e do Pay; mas elle diz que as quer pessoalmente entregar. Eu lhe ponderei já os embaraços de estar na vossa caza onde há muita falta de cómmodos, e onde tendes recuzado admitir outros parentes pelas mesmas razoens. Tenho-lhe dito, que faça (?) a sua jornada com Francisco de Macedo²⁹ seu parente, e que vá pernoitar em caza delle, e vos procure logo que chegar, desviando-se de hir em direitura para vossa caza. Vós lá fareis o que vos parecer, bem entendido, que nenhum hé tão digno de todo o benefício pelas suas virtudes. Tem-me lembrado, que poderia ficar em algum quartinho do Paço Episcopal, ou que pode ficar com o Macedo. Falta-lhe gosto de estudos modernos, mas como hé muito aplicado, há-de melhorar. Desconhecer o parentesco hé impossível, sendo notório, vindo com Manuel Francisco, e outro menino (?), tratando-nos a todos por tios, e assim no Brasil, sendo recebido por mim nesta caza, e nella buscado, como tal por algumas pessoas distintas, e sendo parentes com que sempre nos tratamos, posto que não são mais chegados, que o Macedo e o Sodré³⁰, que se não tomar caminho, sendo bem adver-

²⁷ Referência a Sebastião da Cunha de Azeredo Coutinho, cujo segundo filho, com o mesmo nome, lhe sucedeu no morgado, por recusa de seu irmão mais velho que viria a ser o já referido bispo.

²⁸ Foi no engenho de Marapicu (em Santo António de Jacotinga, Iguaçu, estado do Rio de Janeiro), pertencente ao seu pai Manuel Pereira Ramos, que nasceu D. Francisco de Lemos, em 1735.

²⁹ Trata-se, seguramente, de Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho, natural do Rio de Janeiro, que estudou na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Leis, entre 1772 e 1776.

³⁰ Referência a António Sodré Pereira de Azeredo, filho de José Pereira Sodré, natural do Rio de Janeiro, que apenas esteve matriculado na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Filosofia, nos anos letivos de 1774 a 1776 e não prosseguiu os seus estudos.

tido, se fará o que determinares, visto não saber aproveitar-se de vossa grande esmola. O tal Jozé Joaquim toca com saltério, e sabe solfa. Nada mais tenho, que vos diga sobre este assunto.

2 - 1775, setembro, 23, Lisboa

Mano do meu coração. Hontem 6.^a feira 22 do corrente recebi a vossa carta vinda pelo novo correyo, e escrita na terça-feira próxima antecedente. E depois de dizer-vos, que della fiz o devido apreço pela certeza do bom estado da vossa saúde e do muito que vos tem aproveitado a assistência no campo, o que vós bem podeis supor do meu affecto, ainda que nisso não vos tocasse, devo passar a dar-vos conta do mais que fazia o objecto della.

Na manhã do mesmo dia mandei entregar a carta de Luiz Jozé Foucault³¹ ao negociante a quem vinha dirigida, recommendando ao portador <lhe pedisse que lhe> dissesse logo de palavra, se o negócio della, se havia de efeituar, ou não; satisfazendo o portador a esta mesma recommendação, lhe respondeu o dito negociante, que não podia ser, por se tratar de huma quantia muito avultada, e que nem acharia hoje em Lisboa quem o fizesse, concluindo depois deste dezengano, que elle responderia a Luiz Jozé pelo correyo. Devendo avizar-vos logo deste successo, como determinastes, não o fiz, porque aqui se não achaõ, nem o Amaral³² que vindo aqui dizer-me que João Crisóstomo³³

³¹ Luís José Foucault trabalhou na Aula do Comércio, em Lisboa, tendo sido nomeado funcionário da Universidade de Coimbra em 1772, como escrivão da Junta da Fazenda. Acumulava os cargos de escrivão e secretário da Junta da Fazenda da Universidade, contador da Contadoria da mesma Junta e escrivão da receita e despesa do tesoureiro geral da Universidade. Serviu estes cargos desde 01.10.1772, podendo conhecer-se os pagamentos dos seus ordenados através da consulta dos volumes da série documental de *Livros de Folhas de Ordenados*, organizados internamente de forma quadripartida: Folha Académica (pagamento a professores), Folha Eclesiástica (pagamento a capelães da capela da Universidade e restantes funcionários a ela adstritos), Folha Económica (pagamentos aos funcionários da Junta da Fazenda, Tesouraria e Contadoria) e Folha Civil (funcionários da Conservatória da Universidade: ouvidor, solicitador, meirinho, almotacés, etc.). Veja-se o primeiro volume (1772-1773) desta citada série (cota AUC-IV-1.ºE-11-5-41). Recebia um substancial ordenado de 480\$000 anuais, valor a que foram acrescidos mais 120\$000 anuais, por Provisão régia de 02.10.1775, de acordo com a informação registada a fl. 7v, do volume do ano letivo de 1773-1774 (cota AUC-IV-1.ºE-11-5-42). Para compreender o valor deste ordenado, pode fazer-se uma comparação com o ordenado do Dr. Miguel Carlos da Motta e Silva, secretário e mestre-de-cerimónias da Universidade que auferia, apenas, 400\$000 anuais.

³² António do Amaral era o correio da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, empregado no expediente da Universidade, como refere, usualmente, nos pedidos de pagamento de serviços, apesar de não existir qualquer documento anterior a 1782 - V. *Universidade de Coimbra (F); Correio e cautelas de seguro (DC)*, (cota AUC-IV-1.ºE-8-3-18A).

³³ A primeira referência a João Crisóstomo de Faria e Sousa de Vasconcelos e Sá (1732-1803) que irá surgir, diversas vezes, ao longo desta correspondência. Ocupou, entre outros cargos, o de oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Foi também “o Secretário da Visita e

o tinha expedido, e aviado para poder partir a levar-vos a notícia do nascimento do vosso novo sobrinho, foi por mim expedido com a dita notícia na 2.^a feira, dia em que hindo de tarde a Oeiras, me disse o dito João Chrisóstomo o contrário, posto que aprovando, e havendo por aprovado o que eu fizera, sem embargo de que a dita jornada pertencia ao Ventura. Nem o dito Ventura se acha taõbem, porque depois do dito dia partio passados dous, ou três dias, tomando contra mim o despique de não me dar parte, nem vir aqui saber, se queria para vós alguma couza. Por esta razão, e por ser hoje dia do correyo, tomei a resolução de fazer-vos por elle o dito avizo, diligenciando porém saber por outras vias, se há algum portador, que possa chegar lá com mais alguma presteza. Não posso deixar de repetir-vos o que vos disse sobre o assumto, que fez necessária a dita carta e muito mais depois, que sey as circunstâncias, que me expusestes.

Hé negócio, a que não procedera só pela minha vontade e a que só procedi, quando me (?) faria muito reparável deixar de fazê-lo. Hoje entendo, que receberei a conta feita na forma do meu segundo avizo respectivo a esta matéria, porque nos dias passados, em que podia, e esperava recebê-la, perguntando eu por ella, me disse, o commissário, que por ter andado excessivamente occupado não pudera fazê-la, por depender ella do exame de livros, que por outras occupaçoens indispensáveis e indiferíveis não pudeira examinar e conferir. Pelo que até agora não tem feito falta a <da> promtificação do preço, e vindo a providência depois de vos chegar este avizo com a brevidade possível, tudo se poderá compor sem incómmodo algum, havendo concorrido para isso a demora, que cá tem havido na conta, principalmente sendo agora tempo de se cuidar mais nas vindimas, e no recolhimento dos frutos, do que na alienação dos prédios.

Minha mulher, e o vosso novo sobrinho vão passando bem, graças a Deus.³⁴ Já fallei aos Senhores Marquezes para padrinhos e sobre o bap-
ti-

Nova Fundação da Universidade" e nesta qualidade subscreve uma carta enviada a D. Francisco de Lemos, em 08.07.1775 – v. *Universidade de Coimbra (F); Alvarás, Decretos, Cartas, Provisões (SR); Nova Fundação e Reformação da Universidade (1774-1776)*, vol. 2, fl. 125 – (cota AUC-IV-1.^oD-3-2-8). Existem inúmeras outras cartas, assinadas por João Crisóstomo, inseridas neste volume referido, as quais, invariavelmente, utilizam a invocação "*Meu Prelado, meu Amigo, e meu Senhor*". Algumas destas cartas estão publicadas em ALMEIDA, 1937: 79, 111, 119, 191, 186, 210.

³⁴ Este novo sobrinho é José Ramalho. Manuel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, o primeiro sobrinho, viria a ser aluno da Universidade de Coimbra e, de acordo com os procedimentos habituais, entregou uma certidão de batismo, para fazer prova de idade. Assim, podemos confirmar que os Marquezes de Pombal também foram padrinhos de seu batismo, tendo sido batizado na ermida da casa de seus pais, na rua do Acipreste, freguesia de Santos, em 27.04.1774 – V. *Universidade de Coimbra (F); Certidões de Idade (SR)*, vol. 40, fl. 90 – (cota AUC-IV-1.^oD-5-2-40). Irá ser referido diversas vezes em outras cartas.

zante dura a questão indeciza. Falta-me o tempo para falar em mais couzas; porque vou para Oeiras, e deixo esta feita, porque na volta de lá raro hé o dia, em que posso escrever a tempo do correyo. Sua Magestade vai melhor. Os Senhores Marquezes bons. Ouvi a Fr. Joaquim que há portador para lá em hum destes dias próximos. Por elle escreverei o que mais ocorrer. Por hora concludo pedindo as ocazioens do vosso gosto para as cumprir, como

Irmão amante do coração e muito obrigado

Azeredo Coutinho

Lisboa 23 de setembro de 1775

3 - 1775, setembro, 24, Lisboa

Mano muito do meu coração. Como António Pereira veyo aqui dizer que parte esta manhã para essa cidade, e que pertende lá chegar na terça-feira próxima, adiantando-se consequentemente ao correyo ordinário, pelo qual tenho respondido a vossa última carta vinda pelo último correyo da Secretaria, que para lá expedistes, aproveito-me da occasiaõ, que elle me oferece para vos dizer, que estimei, como sempre, a certeza da vossa saúde, que me participastes na dita vossa última carta; que muito vos agradeço a promptidão, com que provestes ao preço da compra que vos communiquei, em que o meyo da dita providência não sortio efeito, porque mandando eu logo entregar a carta do Foucault, que vinha dirigida ao dito fim, e saber a rezolução do negociante, a quem veyo, logo este disse não ser possível apromtar a quantia de que na dita carta se tratava, por ser muito avultada, e que nem se acharia hoje na terra pessoa alguma que o fizesse. À vista do que fica este negócio³⁵ ainda por se concluir até que chegue nova providência, pela qual ainda pode esperar sem dizer, nem inconveniente, porque ainda hontém não me deu Estevão António a última conta por ser dia de sábado, em que elle costuma vir a Lisboa as suas cobranças, digo, as cobranças das rendas do Senhor Marquez, e até a minha vinda de Oeiras não tinha voltado.

Hontem me disse João Chrisóstomo, que terça, ou quarta-feira vos expede o último correyo, e que por elle hão de hir as Provizoens da vossa reconducção;³⁶ por que até agora não houve lugar de se expedirem. O

³⁵ Poderá tratar-se de uma referência ao intento de aquisição da Quinta das Carrafochas, na localidade de A-das-Lebres, no concelho de Loures. A quinta, com sua casa, foi adquirida, efetivamente, no final do séc. XVIII, por João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (vide descrição da casa da quinta em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10425)

³⁶ Alusão à recondução de D. Francisco de Lemos no cargo de reitor da Universidade de Coimbra que só viria a ser feita no mês seguinte. Foi reconduzido neste cargo, por mais três anos,

Morgado de Oliveira³⁷ me disse taõbem hontem que assistira à abertura da vossa carta, em que remetestes o plano último respectivo à conservação, e florecência da Faculdade de Teologia, fazendo-me elle muito grandes elogios, e repetindo outros semelhantes, que ouvio ao Senhor Marquez. Isto me enche de summo gosto, e para vossa satisfação, e consolação vo-lo participo.

Quarta-feira da semana passada hindo eu a caza do Senhor Cardial³⁸ satisfazer a atenção de lhe participar o nascimento do meu 2.º filho, me falou na obra das Constituiçoens; e dizendo-lhe eu, que nella cuidavas com muita diligência, e que posto que as impreteríveis obrigaçoens dos vossos ofícios vos não tinhaõ permitido adiantá-la com tudo ultimamente me havias avizado, que sobre ella determinavas escrever a Sua Eminência, e que para ella convertias presentemente os vossos cuidados. Mostrou ficar disto muito satisfeito, e acrescentou, que dezejava muito os progressos, e conclusão da dita obra, porque o Senhor Marquez se acha agora com grande appetite de vê-la concluída e fala repetidas vezes na prompta expedição delle por ser chegado o tempo prescrito na Carta Régia, recomendando-me muito, que vo-la lembrasse, e dando-se por muito satisfeito com a certeza, que lhe dei, de que estavas na rezolução de consagrar a ella as vossas vigílias presentes. Hontem me perguntou em Oeiras, se vos escrevia, ainda hontem mesmo pelo correyo, e me recommendou vos agradecesse da sua parte o generozo mimo das caixas de doce, que erão admiráveis e excellentes.³⁹

por Ofício do Marquês de Pombal de 02.10.1775 – o documento original está inserido em *Universidade de Coimbra (F): Alvarás, Decretos, Cartas, Provisões (SR); Nova Fundação e Reformação da Universidade (1774-1776)*, vol. 2, fl. 150 – (cota AUC-IV-1.ºD-3-2-8).

³⁷ Trata-se, certamente, de uma menção do 1.º conde de Rio Maior que foi o 16.º administrador do morgado de Oliveira: João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira (1746-1804) que casou com D. Maria Amália de Carvalho e Daun, filha dos Marqueses de Pombal. As palavras *Morgado de Oliveira* estão sublinhadas a vermelho, denotando uma leitura desta carta, e o intuito de identificar este nome, tal como aconteceu em outras situações nesta correspondência, desconhecendo-se a data em que foi aposto este sublinhado.

³⁸ Era então 3.º patriarca de Lisboa o Cardeal D. Francisco Saldanha da Gama que viria a falecer, no ano seguinte, em 01.11.1776; continuará a ser referido em diversas cartas.

³⁹ A referência à oferta de doces será retomada em outras cartas, denotando o uso desta forma de obséquio. Conhece-se a tradição de fabrico de doces, em diversas casas monásticas femininas de Coimbra, estando documentada já desde o séc. XVII. Veja-se, por exemplo, o registo do pagamento de doces conventuais, em junho de 1628, feito pela Universidade de Coimbra a D. Maria Manuel, religiosa do Mosteiro de Celas – documento localizado em *Livro da receita e despesa da Universidade de Coimbra, 1627-1628, fl. 89* – (cota AUC-IV-1.ºE-12-3-7). A obra de ALMEIDA, 1972:10, 13, apresenta outros exemplos da mesma natureza. Mais adiante, na carta de 27 de fevereiro de 1776, iremos encontrar a oferta de barris com lampreias, o mesmo acontecendo com uma outra oferta, mencionada na carta de 21 de março e 1 de abril de 1776.

As outras caixas ficão entregues aos seos respectivos donos, a saber duas dúzias ao Sr. Marquez, a Manoel Jozé Ferreira, e o caixote com meya dúzia ao P.e Joaõ Baptista, o qual ainda não vi depois da entrega. Pareceu-me que o número destinado para o Sr. Marquez, hé muito bastante e decente. Eu fiquei com a meya dúzia, que me destinastes, que logo teve prompta sahida. Hum dos bons presentes, com que se pode lizongear o gosto do Sr. Marquez hé o de meloens de inverno de Soure, que lhe tenho muitas vezes ouvido serem os melhores de todo o reino, e que por isso diz, que sempre manda fazer provimento deles.

O Conde se Sampayo⁴⁰ me encontrou hontem em Oeiras, e depois de perguntar-me por vós, o que nem sempre faz, me recomendou vos mandasse sempre lembranças suas.

O Bispo de Aveiro⁴¹ vos remete essa carta. Elle me disse, que a mesma carta tem por objecto huma reposta sobre elle consentir, em que certo pároco seu continue a comer os frutos da sua paróquia no exercício de reitor do Seminário desse bispado, para que quereis nomeá-lo, e que elle se via hum pouco embaraçado por escrúpulos, que nisso fazia, mostrando querer para isso avizo superior. Na dita carta vereis melhor o que elle responde. Percebi-lhe alguma queixa dos vossos ministros sobre alguns pontos, como são: o 1.º de não entregarem aos seos alguns feitos e cauzas respectivas a súbditos seos, que ainda pendem, e que entende se devem processar pelos seos ministros sem embargo da regra *ubi ceptum 30 de Judiciis*; o 2.º de que não seja o seu vencimento dos frutos, que lhe pertencem nem do tempo da posse, porque diz, que só de agora por diante querem que elle perceba; o 3.º que dizendo-se que a renda do seu bispado seria⁴² de 15 mil cruzados para cima, feitas as contas ao que lhe ficou apenas chega a 12 mil e tantos: <mas> que para elle lhe basta e sobeja a dita quantia. Disse-me mais, que está na rezolução de escrever-vos directamente sobre as matérias que occorressem; porque assim concluiria melhor as dependências que tivesse por occasião da divizão do seu novo bispado; protestando sempre querer estar por tudo, o que vós rezolvesseis, e concluindo com grandes elogios vossos, e asseveraçoens de sua antiga e fiel amizade. Pela conversação, que com

⁴⁰ António de Sampaio de Melo e Castro Moniz Torres de Lusignan, senhor da Casa de Vila Flor, foi nomeado 1.º conde Sampaio (ou São Payo) em 1764.

⁴¹ Ocupava, então, a cátedra episcopal, como primeiro bispo de Aveiro, D. António Freire Gameiro de Sousa que teve apresentação régia em 29.09.1773 e foi confirmado em 18.04.1774. As questões abordadas nesta carta refletem a recente criação do bispado de Aveiro, em 12.04.1774 e tudo o que envolveu a desanexação de territórios e paróquias do bispado de Coimbra.

⁴² Leitura provável, pois a palavra está rasurada.

elle tive, na qual falamos sobre a pertensão <da parte> das rendas desse Bispado, que elle requereu, depois de me expor os seus fundamentos concluiu, dizendo que elle tinha dado hum requerimento ao Snor. Marquez, e que elle há-de rezolver, e decidir a matéria. Quando não haja outro título, quer que do depósito das rendas, de que não necessita esse bispado por estar fundado, se lhe mande dar ainda que seja por esmola alguma porção para os ornamentos, pontificaes, obras de sua nova Cathedral, visto que não chega para elles a renda, que lhe fica, e que <hum parte> dos frutos foi percebido daquellas ovelhas, que se achão já separadas. Pelo que vem a ser indispensavelmente necessário que mandeis o papel, que o Sr. Marquez me disse lhe fosse por escrito, e que me avizaste, estavas fazendo, antes que haja alguma surpresa contra a resolução verbal do dito Snor. Argumenta muito com o Bispo de Penhafiel⁴³, a cujo favor foraõ decretos para se lhe entregar parte das rendas do do Porto, e foi este exemplo, o que na dita ocasião lembrou o seu patrono. Mas isso procedeu de que quando se nomeou <o Bispo de Penhafiel>⁴⁴ já a Sé <do Porto> estava vaga; pois a divizão do dito bispado se fez depois de falecido o bispo delle; o que posto não havia quem tocassem os frutos todos, nem quem pudesse fazê-los seus pois o nomeado para Bispo do Porto depois da divisão só podia ter direito às rendas de parte, que lhe foi determinada e ainda que nenhum teria o de Penhafiel a parte alguma da renda, havendo bispo de todo o bispado, que tinha título para as perceber todas até à posse; com tudo o contrário procede não havendo bispo; por não haver outro a quem pertença, visto que não podem pertencer ao cabido.

Sua Magestade vai passando melhor, mas ainda se não diz, quando se recolhe a Ajuda. O tempo vai por cá invernososo.

Huma criada da Sra. Marqueza chamada D. Anna Joaquina tem hum sobrinho nesse vosso Seminário, que hé afilhado da dita Sra. Marqueza, e à vista della me pedio, e por vezes tem pedido, vo-lo recomende, para que o favoreçais, no que a dita Sra. fareis lizonja e obzéquio.

⁴³ Referência a D. Fr. Inácio de São Caetano, bispo da recente diocese de Penafiel, criada por Bula de Clemente XIV, de 01.07.1770. Esta carta aborda as questões relativas à desanexação de territórios da diocese do Porto para formar a recente diocese de Penafiel, facto que tem sido interpretado como uma forma de contestação ao bispo do Porto, D. João Rafael de Mendonça, diminuindo os seus rendimentos e o território do seu bispado. Sobre a criação deste bispado, que foi extinto oito anos depois da sua criação, veja-se a obra de FERREIRA, José Fernando Coelho (2016) – *Diocese de Penafiel – 1770-1778*. Penafiel.

⁴⁴ As palavras entrelinhadas estão sobrepostas ao texto riscado: “Fr. João de Mendonça para o Porto”.

Aqui tinha chegado, querendo continuar, mas apertaõ-me por esta, dizendo, se perde a hora da maré. Terça ou quarta-feira escreverei sobre o mais. Fico muito dezejezo de vos dar gosto, como quem hé

Vosso irmão amante do coração e obrigado

Azeredo Coutinho

Lisboa 24 de setembro de 1775

[Em adenda, na margem inferior]:

O Sr. Cardial já pôz nas suas salas as pedras que lhe mandastes, e está muito contente com ellas. São as primeiras, que serviram. Pô-las sobre pés de bronze ou ferro dourado seguros na parede.

4 – 1775, setembro, 26, Lisboa

Mano muito do meu coração. Depois de vos escrever sábado passado pelo correio ordinário, e no domingo seguinte por António Pereira Roza, que veyo aqui saber, se queria alguma couza para vós, dizendo-me que partia no mesmo domingo e que hoje terça-feira à noute lá chegaria o que certamente não fez por chover muito no dito domingo; chegou a esta caza o Amaral na segunda-feira de manhã, trazendo comsigo a prata, cuja remessa vos agradeço, e logo que tiver servido, voltará.⁴⁵

Agora chegão aqui ao mesmo tempo dous correios, o 1.º hé o novo, que sábado me disse João Chrizóstomo vos havia de expedir hoje, ou amanhã com as provizoens da vossa recondução, dizendo-me o dito correio, que com efeito parte amanhã quarta-feira, posto que ainda antes disso há-de voltar a Oeiras, pois se não acha ainda expedido de lá; e vindo por mandado do dito João Chrizóstomo buscar esta carta. O 2.º hé o mesmo Amaral, que me diz, vem-me remetido pelo mesmo Chrizóstomo para eu o expedir, quando quizer. Sempre remeto esta pelo dito correio novo, e o Amaral partirá (?) logo.

Já vos avizei do successo da carta do Foucault assim pelo correio ordinário, como por António Pereira, e sobre esta matéria não tenho que acrescentar.

Tãobem não tenho novidade que vos dê sobre o que passa nesta caza; porque nella não há alteração do bom successo do parto de minha mulher, e das consequências d'elle, nem também de vosso novo sobrinho. Tudo vai continuado com a mesma felicidade, e ella vos agradece vivamente o gosto, que concebestes com a certeza do seu bom successo, e com que por elle a felicitaes.

⁴⁵ Referência ao correio António do Amaral que terá levado o serviço de prata de D. Francisco de Lemos, provavelmente para ser utilizado na receção dada por ocasião do batizado de seu sobrinho, como é referido em carta de 14.10.1775: "*Houve púcaro de água, e tudo se fez com decência [...]*". Trata-se, certamente, da prata de mesa utilizada em banquetes e refeições de aparato.

Ainda não há dia para o baptizado, porque pende de virem os Snors. Marquezes a esta cidade, mas cuido em que tudo se abrevie, para o que não há outro embaraço.

Domingo entrou huma embarcação vinda do Rio de Janeiro. Mas nada sey ainda das notícias que trouxe.

Aqui veyo hontem Marçal Jozé Galvão⁴⁶, e me repetio a petição de escrever-vos, para que quizesses dar conta ao Sr. Marquez de ter elle acabado, e do que pertence a sua recondução, dizendo que necessitava muito de saber o fim desta dependência para se rezolver sobre o governo, e arrumação da sua nova caza. Pelo que não posso deixar de repetir-vos a prática, que respeita a este ponto; no qual convém adiantar a sua conclusão, antes que haja algum terceiro que leve o lugar por surpresa, e seja menos do vosso agrado.

Para lá vão vários fidalgos, e entre eles hum filho do Marquez de Penalva, e outro do Visconde de Vila Nova de Cerveira dos quaes o 1.º sey vos escreve, do 2.º nada sey, só sim que veyo a esta caza hoje, mas como lhe não falei, creyo que seria a pedir-me alguma recomendação para vós, encabeçando porém a vizita nos parabéns pelo nascimento do meu filho. Peço-vos, os attendais de sorte que conheção que eu tãobem vo-los recomendei, e muito especialmente o de Penalva por se me ter já feito esta petição.⁴⁷

Aqui se prenderaõ no sábadò muitos negociantes portuguezes e estrangeiros, dizem que por contrabando de diamantes.

Peço a Deus vos continue a melhor saúde e vos dê a tranquillidade de espírito, e mais felicidade que cordialmente vos dezeja este

Vosso irmão muito amante do coração e obrigado

Azeredo Coutinho

Lisboa 26 de setembro de 1775

[Em adenda, na margem inferior]:

Por cá tem chovido muito. Sua Magestade vai melhor, e ainda se não sabe quando se recolherão para a Ajuda; tendo-se já por certo desvanecer-se por hora a jornada de Mafra.

⁴⁶ Marçal José Galvão de Oliveira Fajardo era juiz conservador da Universidade de Coimbra e também juiz executor das dívidas à Universidade, cargos pelos quais recebia estes seus dois ordenados, num total de 65\$850 pagos em cada trimestre – V. *Universidade de Coimbra (F); Livros de Folhas de Ordenados (SR)*; vol. 2, fl. 3 – 3v (cota AUC-IV-1.ªE-11-5-43).

⁴⁷ Referência à vinda para a Universidade de Coimbra dos filhos do Marquês de Penalva e do Visconde de Vila Nova de Cerveira. Quanto ao primeiro, trata-se de José Teles da Silva que estudou na Faculdade de Cânones, entre 1775 e 1781, ano em que obteve a licenciatura; quanto ao segundo, averiguou-se ser Fernando Xavier de Lima Teles da Silva, estudante da mesma Faculdade, no mesmo período de tempo.

[Em adenda, no verso]:

Depois desta carta feita, e entregue ao correyo novo me falou o Amaral, e pelo que me disse a fiz cobrar do dito correyo novo e vai por elle; porque me parece que chegará primeiro que o outro, o qual como depende de despacho da Secretaria⁴⁸ para partir, talvez não vá quando se diz. Leva o dito Amaral a lata que veyo com as vossas cartas, e papéis, na qual vão mais documentos do que vieraõ; e não leva a da Bulla da reforma das freiras, porque já a mandei.⁴⁹

Falta a certidão da beca de mercê (?) da primeira beca de colegial que vagasse, e da recondução nella como doutor. Estimarei muito que a mandasses tirar dos livros do Colégio, e que mandasses copiar todos esses documentos postos na ordem cronológica, e acrescentados com as reconduçoens nos lugares de Reformador e Reitor, e que mos remetesses, porque gosto de tê-los, e por não demorar a remessa vo-los mando sem eu cá (?) o ter feito, como intentei fazer.

5 – 1775, setembro, 29, Lisboa

Mano do meu coração. Quarta-feira de manhã se expedio daqui o Amaral para essa cidade, onde o suponho já a esta hora, em que escrevo que hé a das 9 da manhã de hoje sexta-feira dia de S. Miguel. Por elle vos avizei de tudo o que havia digno de vos ser participado. Não tem occorrido outra alguma couza, porque hontem houve avizo para não se hir às Conferências de Oeiras por haver embaraço para ella: e dahi rezultou não saber eu novidade alguma.⁵⁰

O portador desta hé Jozé Joaquim da Cunha Coutinho⁵¹ sobre o qual vos tenho já escrito em diferentes cartas, filho de nosso primo Sebastião da

⁴⁸ A correspondência dirigida ao reitor da Universidade era remetida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino.

⁴⁹ Como pode confirmar-se, por estas expressões, os assuntos tratados com D. Francisco de Lemos diziam respeito aos seus cargos de reitor da Universidade de Coimbra e de governador do bispado de Coimbra.

⁵⁰ Referência às Conferências que se faziam em casa do Marquês de Pombal, sobre negócios do Erário, estando presentes ao Ministros de Estado, o Procurador da Fazenda e o Tesoureiro Mor do Erário Régio.

⁵¹ De seu nome completo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821). Estudou na Faculdade de Cânones, na Universidade de Coimbra e veio depois a ocupar diversos cargos, tendo sido Bispo de Olinda. A sua vida e obra foram tema da tese de doutoramento de CANTARINO, Nelson Mendes (2012) - *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do antigo regime português (1742-1821)*. São Paulo, acessível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28082012-121845/en.php>.

Cunha Coutinho Rangel, que ambos conhecemos e tratamos nesta corte. Em todo o tempo, que aqui tem estado nesta caza, tem dado provas do seu bom procedimento, do seu talento, da sua applicação, e da sua honra, que são superiores a toda exceção. Hé homem já feito e podeis estar certo, de que não há-de fazer couza, que possa dar-vos o menor desgosto, e incómodo. Tem feito todos os estudos que podia fazer na sua pátria, na qual se applicou particularmente à jurisprudência por occasião da defeza, que tratou, da cauza da successão do morgado que instituirão os dous Jozés de Azeredo pay e filho que ultimamente se julgou a seu irmão segundo, que o está possuindo depois de grandes trabalhos. Os ditos seos tios quizerão chamá-lo para a dita successão, mas elle não aceitou a vocação, dizendo que a fizessem em seu irmão segundo porque elle queria ser clérigo. Com efeito tem sido constante na sua vocação, e não quer outra couza. Eu tinha-lhe mandado hum Avizo para se ordenar; mas este padeceu a mesma sorte de todos os que passou Seabra⁵², e não estavam ainda executados ao tempo da sua depozição. No Rio de Janeiro entrava nas Conferências de Moral, que o bispo fazia em sua caza com o seu clero; nellas fez dissertações próprias com louvor, das quaes vos pode mostrar algumas, e por ellas fareis conceito. Tem duas irmans mais moças, de que espera ser o único apoio; porque seu pay está exaurido de bens, e seu irmão cheyo de filhos, para os quaes não bastão as rendas do seu morgado que elle achou decadente, por consistir em hum engenho, que padeceu muito no tempo da administração do possuidor a quem se tirou por demanda. Pela dita tão forte razão se rezolveu a vir estudar tendo já 32 annos de idade. O Bispo do Rio de Janeiro me escreve muitos elogios d'elle, e me diz, lhe custou, que elle tomasse a resolução de vir para cá; porque lá queria arrumá-lo. Tudo isto haveis de achar certo; e eu tomo sobre mim o dezempenho desta certeza. Elle vai daqui com Francisco de Macedo⁵³, e com Jozé Maria Mascarenhas⁵⁴ sobrinho do Bispo do Rio de Janeiro, e filho natural de seu irmão Fernando Mascarenhas.⁵⁵ Leva cartas, que quiz pessoalmente entregar-vos. Dezeja muito ser admitido a matricular-se em Direito sem fazer logo exames nas disciplinas de Geometria, etc., que não estudou; e se isto tem lugar seja este o primeiro benefício, que façais a quem certamente hé digno de todos.

⁵² O doutor José de Seabra da Silva já referido anteriormente - v. nota 26.

⁵³ Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho, natural do Rio de Janeiro, frequentou a Universidade de Coimbra de 1772 a 1776, tendo obtido formatura em Leis.

⁵⁴ Sobrinho de D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, 6.º bispo do Rio de Janeiro (1774-1805).

⁵⁵ Fernando José de Mascarenhas Castelo Branco.

Tenho sentido amargamente as dezordens de António Sodré,⁵⁶ a cujo respeito convenho, em que não continue esta vida, e que o despeçais dessa Universidade, onde tem feito couzas tão vergonhozas e indignas de seu nascimento e dos vossos benefícios. O que porém há-de ser delle, eu o não sey. Lembro-me, de que embarque com praça assentada para o Rio de Janeiro em huma nao, que está a partir; porque vai para sua terra, e com a única vida, que pode ter. Encarrego a Jozé Joaquim, e a Francisco de Macedo, que o persuadam a tomar este caminho. Vindo nesta resolução lhe farei assentar a dita praça, e emquanto a nao não parte lhe mandarei dar crédito em alguma caza de pasto para o necessário sustento; para evitar a vergonha de fazer aqui outras figuras, que cedaõ em dezhonra. Neste sentido podeis lá determinar-lhe por via do mesmo Francisco de Macedo, que pode ser o ministro e oficial dessa diligência. Emfim bem podeis estar certo que eu só quero o que vós quizeres; porque conhecendo o vosso ânimo e sabendo, que hé todo de piedade, e de caridade, fico bem convencido, de que nunca a quereis suspender sem cauza urgentíssima, como reconheço, a que elle vos tem dado.

Chegou huma embarcação do Rio, pela qual se falsificão as notícias que aqui corriaõ de ter-mos tomado Rio Grande⁵⁷ e Montevideo. Tudo está como estava.

Fico com grande vontade de dar-vos gosto em tudo. Como
Irmão muito amante do coração e obrigado
Azeredo Coutinho

Lisboa 29 de setembro de 1775

6 – 1775, outubro, 14, Lisboa

Mano muito do meu coração. Quarta-feira desta semana à noute veyo a esta caza Estevão António do Monte, e me trouxe o título do prazo da Ega,⁵⁸ dizendo não ter ainda achado os das terras do Campo de Treixede,

⁵⁶ António Sodré Pereira de Azeredo - v. nota 30.

⁵⁷ A conquista do Rio Grande do Sul à coroa de Espanha só teve lugar no ano seguinte, em 1776.

⁵⁸ João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho adquiriu mais tarde o paço da Ega e a sua quinta que pertenciam anteriormente à Comenda da Ega. Estas propriedades voltarão a ser referidas nas cartas. No AUC existem livros notariais de Ega, mas o mais antigo é de 1791-1794, do notário Caetano Pimentel da Silva Serrão. Este volume contem, a fl. 109-111, uma escritura de compra de um lugar de azeite, no sítio do Olho, limite do rego do Paúl, feita por João Pereira Ramos, em 23.06.1793, comprovando a forma como continuou a engrandecer o seu património – (cota AUC-V-1.ªE-16-1-171).

e Abadinhas, nem taobem os de Alencarse, mas que se ficavão procurando; e trazendo-me a conta do preço de tudo, que chega a quaze 16 mil cruzados, fora os laudémios, e cizas, dos quaes pensoens livro eu inteiramente a dar cizas por comerem tença a título do habilitado (?) tanto eu comprador como o vendedor. Mas não succede assim com os laudémios, que necessariamente se hão-de pagar, sendo de mais de 50 moedas só o do prazo da Ega. Disse-lhe que se queria, se efectuasse a compra, lhe desse certidão de que como tença para mandar hum correyo com ella aos sítios das ditas fazendas para de lá virem as certidoens delle não se dever afim de com ella se podem lavrar as escrituras. Respon-di-lhe, que eu na quinta-feira seguinte baptizava meu filho, e que na sexta-feira ou no sábadó hiria a Oeiras, e lhe levaria a dita certidão. Assim o fiz. Na sexta de manhã chegou o Amaral com a encomenda dos 15, e na sexta à noute fui a Oeiras agradecer ao Sr. Marquez a honra de sua padrinhagem; entreguei ao dito Estevão a referida certidão, e lhe disse que podia vir receber o dinheiro; quando quizesse, ao que me respondeu que hoje expedia correyo para trazer as certidoens respeitantes a ciza, e que chegadas que fossem, se lavrariaõ as escrituras e entretanto se faria mais diligência pelos títulos e se pedia notícia delles ao porteiro dessa comarca, que fez o tombo de todas as ditas terras. Este hé o estado, ou o progresso do referido negócio.

A Sra. D. Teodora⁵⁹ me deu essa carta para por ella mandar eu tomar posse da quinta das Sarzedas, e de todos os foros de trigo, que a caza de Pereira tem, em Ancião, como taobem do azeite que lá tem. Como ella não gosta, que meu sogro tenha parte nessa administração, tomo o acordo de vos mandar essa folha com o meu nome escrito para que nella mandeis escrever hum alvará de procuração necessária para aquella pessoa, que vos parecer capaz de ser mandada logo a Ancião, para ahi tomar posse da dita quinta das Sarzedas, e de todos os foros, olivaeas, e mais bens, que ali há pertencentes à caza de Pereira. Deve-se cobrar os foros de trigo vencidos, e os atrazados, que se deverem.

Deve-se mandar fazer o azeite; para o que se devem por escritos para se arrendarem a quem por eles mais oferecer, sendo sempre afrontado (?) hum homem chamado Manoel Ferreira que mora no dito lugar, o qual disse que daria oitenta alqueires não havendo quem mais dê. Pelo lagar, que ahi há, parece que dão (?) 20. Quem há-de dar notícias disso hé o Manoel Ferreira.

⁵⁹ Trata-se de referência a Teodora Hígina Arnaut de Rivo, avó da mulher de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Isto mesmo pode ser atestado, com a afirmação feita na carta apresentada mais adiante, redigida em 28.10.1775: " *por sua avó a Sra. D. Teodora Hígina...*"

O que correu até agora com isso hé hum Vital António, que ahi há no mesmo lugar; o qual hé quem há-de fazer a entrega das chaves da[s] cazas da quinta, que estão quaze perdidas pelo total dezamparo em que isso está. Elle há-de declarar os que pagaõ foros, etc., e deve-se lhe pedir o que deverem, abatendo os anos de que tiverem recibo. Hé necessário que me façais o favor de despedir logo para Ancião a pessoa que encarregares do referido, porque a azeitona veyo mais cedo este anno, e se se não lhe acode, logo, perde-se e esta hé a razão, porque escrevo já e com esta pressa. Creyo esses bens todos poderão render 20 ou 25 moedas conforme os anos.

Como o Sr. Marquez se embaraçou para vir pessoalmente ao baptizado, e este não podia esperar mais tempo, mandou a elle seu filho o Conde de Oeiras com procuração; veyo a Sra. Marqueza pessoalmente. Convidei seu filho Jozé Francisco⁶⁰; seus 3 genros o Conde de Sampayo,⁶¹ o Morgado,⁶² e D. Cristóvão,⁶³ e o dom Prior de Guimarães, e nenhuma outra pessoa. Baptizou o dito Prior Mor de Aviz. Taõbem veyo a Snra. D. Maria Francisca. Armou-se a capella. Houve púcaro de água, e tudo se fez com decência de sorte que se conheceu que tudo era obzéquiar (?) a Sra. Marqueza. Chama-se o menino Jozé em contemplação de seu avô materno.⁶⁴

Não tenho tempo para mais. A Deus.

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 14 de outubro de 1775

[Em adenda, na margem superior]:

Na mesma quinta-feira se esquarterjou no Campo da Junqueira hum genovês⁶⁵ por se lhe acharem máquinas que fez para meter na caixa da sege do Sr. Marquez, e a fazer voar, quando nelle fosse o dito Sr. para a função da inauguração da estátua equestre de Sua Majestade. A Sra. D. Teodora taõbem está já reduzida a entregar-me a administração de toda a caza de Pereira com a obrigação porém de acomodar-lhe o sobrinho como tio de minha mulher, no que convenho, e lucro muito.

⁶⁰ José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun.

⁶¹ António de São Paio Melo e Castro Moniz Torres de Lusignan (1720-1803).

⁶² João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira (1746-1804), administrador do Morgado de Oliveira e que viria a ser 1.º Conde de Rio Maior.

⁶³ D. Cristóvão Manoel de Vilhena.

⁶⁴ José Ramalho de Oliveira Catana da Fonseca, casado com Ana Teresa Higina de Carvalho Arnaut do Rivo, pais de D. Maria Ramalho Cardal Arnaut de Rivo.

⁶⁵ Referência ao genovês João Baptista Pelli que foi sentenciado em 11 de outubro desse ano. Este tema será retomado em carta seguinte, de 27 de novembro.

7 – 1775, outubro, 17, Lisboa

Mano do meu coração. Pelo correyo vos escrevi, avizando-vos de ter chegado o Amaral, e trazido com bom successo a encomenda, que fielmente entregou. Agora o faço pelo Ventura, que parte amanhã, e na sexta-feira o tornarei a fazer pelo Amaral, que parte então, e vos há-de levar algumas encomendas, que tem, apromtado o Pe. Florêncio, como elle mesmo me disse. Na carta do correyo, vos remeti huma cópia da conta, que se me deu, e não foi o original, porque tem de aparecer ao celebrar da escritura, o que será logo que voltar o correyo, que se expedio para trazer a certidão de não se dever siza;

Suas Magestades vierão para o seu Paço de Ajuda hontem mas o Sr. Marquez ainda ficou em Oeiras por cauza de sua pequena moléstia, e ouço, que se recolhe segunda-feira seguinte. Pelo correyo vos remeti huma folha de papel assinada em branco para nella mandares lavrar huma procuração minha para a pessoa, que quizeres mandar a Ancião para arrendar a azeitona que lá tem a caza de Pereira, pela qual me dizem, que há quem ofereça já cem alqueires para o que se devem por editais para se arrendar a quem por ella mais der. Adiantei este negócio por assim ser preciso por se ter adiantado este anno a boa sazão da dita azeitona. A respeito do arrendamento da quinta, que por si só hé couza de muito pouco rendimento, e do lagar, hé necessário vêr cá os arrendamentos feitos pela Sra. D. Teodora a Vital António que me parece ainda não estão acabados neste anno, posto que ainda faltando algum se lhe pode tirar por ter deixado cahir parte das cazas da quinta, e nellas não ter rezidido. Pelo Amaral mandarei todas as clarezas necessárias. Por hora hé tempo de acodir logo ao azeite. Quem o arrendar deve dar fiador ao pagamento; ou ser pessoa em si abonada.

A Sra. D. Teodora está de ânimo de me entregar toda a caza de Pereira, e todo o obstáculo que tem havido até agora hé o de não querer que fique dezacomodado o sobrinho, no que tem razão, e eu tenho tomado a resolução de prover a isso inteiramente muito a seu contento, até que possa haver providência que seja para mim de mais alívio. A dita Sra. não quer, que meu sogro administre, nem ponha administrador em Ancião, nem em Pereira. Pelo que para mais a contentar lhe tenho asegurado, que o administrador há-de ser posto por vosso mandado, e na certeza de que assim se há-de executar hide lançando as linhas a quem há-de ser, porque pelo Amaral espero mandar as ordens necessárias para a entrega de toda a caza. Todas as terras do Campo, e Monte se devem arrendar. A quinta deve-se conservar em administração por conta da caza para se não perder; mas o administra-

dor, ou feitor, deve ser hum homem de botas, que trabalhe, para o que não faltaõ capazes; e sobretudo hum inspector que vigie sobre elle, e veja de quando, em quando, o que elle faz. Eu tenho tido minha idea de lá dar huma chegada nestes últimos dias de outubro para ver tudo por mim mesmo; pois já hé objecto junto com as fazendas das compras, e não teria embaraço para a jornada; mas não tenho assentado nisso. Ouço, que vem Jozé de Sá, e se diz que para ajudante, e que ficará Ayres de Sá⁶⁶ com a Secretaria de D. Luís da Cunha⁶⁷. Nada sey ao certo. Beijei a mão ao Sr. Marquez pela vossa recondução,⁶⁸ e disse-me que era couza necessária. A Deus.

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa em terça-feira 17 de outubro de 1775

8 – 1775, outubro, 28, Lisboa

Mano muito do meu coração. Recebi pelo correyo a vossa carta de 20 de outubro corrente a que deu matéria a execução da Carta Régia expedida a favor de Luíz de Mello.⁶⁹ Por ella sey o modo, com que Luíz de Mello a fez executar, e vejo ao que me parece, que não hé o do real espirito da dita Carta. Por ella foi o dito tratado de cónego meyo prebendado: este hé o modo, com que o capítulo o deve tratar, não lhe dando jamais o nome de cónego simplesmente, mas sim sempre com a adição de meyo prebendado. Ser cónego meyo prebendado, vem a ser o mesmo que meyo cónego, com a diferença somente que o nome de cónego meyo prebendado hé jurídico, e legal, o de meyo cónego não sey que couza seja, e creyo, que nas bullas

⁶⁶ Aires de Sá e Melo de Menezes Sotto Maior (1690-1786), sucederia no cargo de chefe do governo, em 04.03.1777, após a morte do Marquês de Pombal.

⁶⁷ D. Luís da Cunha Manuel, Secretário de Estado de D. José, faleceu em junho de 1775 e foi substituído, em 1776, no cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra por Aires de Sá e Melo. Quanto à atividade governativa deste último, exercida até ao seu falecimento, em 1786, veja-se a correspondência existente no Arquivo Histórico Militar, cuja descrição arquivística está acessível em <https://arqhist.exercito.pt/details?id=102295>

⁶⁸ Recondução de D. Francisco de Lemos no cargo de reitor da Universidade de Coimbra.

⁶⁹ O meio cónego Luis de Melo era, no dizer do historiador Fortunato de Almeida, um «*homem decidido, astuto e intriguista, sem escrúpulo na escolha dos meios para conseguir os fins*» - veja-se a citação feita em RODRIGUES, 1986: 3. Na referida obra são dados a conhecer, com publicação de documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra, os factos internos que desestabilizaram as relações entre o Cabido da Sé de Coimbra e o seu prelado. Veja-se o que ficou registado no livro dos *Acórdãos do Cabido da Sé de Coimbra*, vol. 23, fl. 108-112 (cota AUC-III-1. ^oD-1-1-23) relativo à questão com o cónego Luís de Melo e a decisão régia a seu favor, comunicada ao provedor da comarca de Coimbra, Dr. Constantino Barreto de Sousa.

de criação das meyas coneziás há-de achar-se o nome de cónegos meyo prebendados, e não os de meyos cónegos. Seria a dita Carta Régia prejudicial, se passasse a mandar, que os ditos cónegos meyos prebendados se ficassem reputando por cónegos, e como taes tivessem voto em cabido, e gozassem de todas as mais honras, e prerogativas dos cónegos. Mas isto hé o que não vejo, que fosse determinado pela dita Carta Régia. Este ponto deixou ella indecizo. Este ponto por ella mesmo se prova, que ficou indecizo; porque se do espirito da dita Carta fosse que elles ficassem tendo voto, e tudo o mais, como cónegos então era escusado mandar se nella expressamente, que hum cónego meyo prebendado fosse sempre o secretário do cabido, e que houvesse taõbem sempre hum dos referidos, que fosse coadministrador, suposta a igualdade a respeito dos votos, etc., ficava este ponto sem necessidade de decizão. Que hum deles seja secretário, hé justo, porque no Cabido se tratão negócios, que tocão a sua ordem; e porque da Congregação camarária da Patriarcal composta de principaes o secretário hé um Monsenhor, e dos Tribunaes sempre os secretários são de inferior graduacão. Que seja coadministrador outro da mesma ordem, taõbem hé justo pelo dito interesse commum. Ora sendo a dita carta assim entendida, e executada, não vejo nella couza, que ofenda, nem vos desconsole. Quanto aos excessos de Luíz de Mello, nada posso dizer, se não reprová-los. Para se reprimirem hé necessário excogitar com muita prudência o modo, e o meyo. Huma representacão feita em nome do Cabido poderá ser mal recebida, se não principiar pela conta da execucao prompta do que manda a dita Carta Régia, e depois pro-
porer o duvidoso, <e se não> apparecer instruída com as bullas da criação das meyas coneziás, e declaraçoens do fim dellas; e com essa sentença que os cónegos tiverão contra os meyos cónegos contendo a dita representacão huma notícia do estado da cauza ao dito respeito. Vindo assim concebida, e bem encaminhada parece-me que não há-de ser dezatendida. Conheço, que mais atencão merecerá vindo feita por vós. Mas para que quereis vós fazer papel nessa scena, de que Deus vos tem livrado? Para expor-vos as contingências do modo, com que o Sr. Marquez tomara essa vossa intervençãõ? Quanto mais dolozas são as pertensoens de Luíz de Mello quanto mayores forem as dezordens por elle cometidas na dita execucao, tanto melhor será para a cauza dos cónegos. Porque o Sr. Marquez hé tão justo, como todos sabemos, e não há-de dezatender ao Cabido. Falar nesta matéria não deve o Cabido sem instruir bem o negócio. Mas eu sou de voto que falle o Cabido, e que vós vos conserveis a capa para seres ouvido, se assim se rezolver; e quando rezulte dezordem na prática dos offícios divinos poderias declarar-vos depois de terem já soado por outras partes os excessos de Luíz

de Mello nos ouvidos do Sr. Marquez. Este hé o meu parecer, e que vós por nenhum modo vos produzaes no teatro (?). A questão não hé comvosco não queirais tomar sobre vós perigo algum por parte della.

Sobre esta matéria falei a J. C.⁷⁰ o qual achei favorável aos meyo cónegos, querendo que tenham voto, etc. Reconheceu o perigo, e melindre da matéria, e diz que hé necessário muito modo, e geito para nelle se falar, e que elle ainda o não fizera até terça-feira à noute; e que sem se saber a verdadeira origem da criação dos meyo cónegos, e estado da cauza, nada se pode fazer; sempre prometeu porém tocar na matéria, quando achasse ocasião de fazê-lo. Há grande prevenção contra os cónegos. A sua justiça deve provar-se demonstrativamente para ser atendida. Se assim se não pode provar, que quebrem elles as cabeças; e salvemos nós as nossas pelles.

Quinta-feira 26 do corrente se efetuou a compra do prazo chamado da Várzea debaixo da Ega; do casal de Alemcarse junto a Soure, e das fazendas do Campo de Treixede, e Abadinhas, que erão do Snor. Marquez, e se lavrarão as escrituras nesta caza entre mim, e Estevão António de Montes, como procurador do dito Snor. A importância dellas foi a mesma que já vos communiquei, convém a saber dezaseis mil cruzados menos sincoenta e sete mil e quatrocentos para o Snor. Marquez, a quem promptamnte entreguei toda a dita quantia no acto das escrituras completando-se com hum dinheiro pertencente às freiras de Cós⁷¹ irmans de Pedro Dias, que poucos dias antes me havia entregado o bispo de Aveiro, a quem eu tinha incumbido a cobrança della do rendeiro da comenda, que o dito Pedro Dias tem em Lamego, e para o que podesse suceder o havia detido em meu poder. Agora resta pagar os laudémios, os quaes a respeito do prazo da Ega são 259\$000 por ser a razão da décima. A respeito das outras fazendas assim de Alemcarse, como do Campo de Treixede, e Abadinhas ainda, se não sabe, que natureza tem. Porque o Sr. Marquez não sabe a natureza dellas, nem tem dellas outro título, que não seja o auto das posses, que tomou dellas por morte do Sr. Francisco Xavier de Mendonça.⁷²

⁷⁰ Referência a João Crisóstomo de Faria e Sousa de Vasconcelos e Sá (1732-1803) – v. nota 33.

⁷¹ Mosteiro de Santa Maria de Cós, Alcobaca, da Ordem de Cister.

⁷² Francisco Xavier de Mendonça Furtado era irmão do Marquês de Pombal e também de Paulo de Carvalho e Mendonça, inquisidor geral que foi elevado ao cardinalato em 1769, pouco antes da sua morte. No acervo documental da Universidade de Coimbra pode hoje localizar-se o processo de empraçamento de dois prazos no Campo de Treixede, dos quais era senhorio direto a Universidade, feito pela Mesa da Fazenda da Universidade a Paulo de Carvalho e Mendonça, em 1758. O processo inclui a vedoria dos prazos feita pelo Dr. Francisco José de Carvalho, sendo reitor da Universidade D. Gaspar de Saldanha e Albuquerque - V. *Universidade de Coimbra (F); Mesa da Fazenda (SC); Administração do prazo e renda de Treixede, séc. XVIII-XIX* (cota AUC-IV-1.ºE-17-1-29). Trata-se, provavelmente, das mesmas propriedades mencionadas nesta carta.

Só sim sabe, que são por elle possuídas, como livres, e só sugeitas ao vínculo que o dito seu irmão fez de todos os seus bens, sem delles pagar foro, nem razão, e debaixo desta qualidade se fez a compra. O Campo de Treixede hé foreiro a essa Universidade, e nelle tem minha mulher pela caza de Pereira hum ou dous prazos feitos a essa Universidade por sua avó a Snra. D. Teodora Higina. Porém as terras deste prazo são summamente pensionadas. Porque pagaõ à Universidade hum foro pequeno, a Santa Cruz outro tãobem pequeno, e alem disso de cada sinco dous, creyo que para a extinta Caza de Aveiro. As terras porém do dito Snor. Marquez nada pagaõ; pois se buscaraõ os livros do cartório do dito Snor. e não apareceu clareza, nem título algum. Foraõ antes do Snor. Marquez e de seu irmão do chanceler mor Francisco Luíz da Cunha de Ataíde.⁷³ As de Alemcarse são de menor importância. Fica-se tirando a escritura do portacolo. Segunda-feira mando pagar o laudémio do prazo da Ega, e pelo primeiro portador hirá a minha procuração para vós mandares tomar posse de todas as ditas fazendas para se cuidar no arrendamento dellas; pois hé tempo, a qual posse se há-de tomar com declaração de que hé de tudo o que está incluído dentro dos marcos, que há poucos anos se lhe pozeraõ em virtude do tombo, que o Sr. Marquez mandou fazer pelo provisor que hora hé dessa cidade; e para constar das demarcaçoens das ditas terras se há-de mandar ao Pombal tirar certidoens dos autos originaes dos tombos dellas que estão no cartório de Tomar (?), para o que se hão-de fazer petiçoens ao ouvidor em meu nome para as mandar passar, e Estevão António lhe escreve, que as mande logo passar, e para esta diligência podeis aproveitar-vos de meu sogro que fica mais perto do Pombal, a qual se pode já fazer para adiantar a posse, quando chegarem as escrituras.

Duas couzas faltão para dar hum grande valor a esta compra na Ega. A primeira hé o prazo de António <Teixeira> Alv[a]res confinante com o do lizeirão de meu sogro. A segunda hé a quinta chamada da Ordem confinante com o dito prazo de António Teixeira Alv[a]res, que tem cazas nobres e boa abegoaria, tudo necessário em huma tão grande fazenda. Há tempos fiz explorar de António Teixeira, se queria vender o dito prazo sem se dizer para quem, e respondeu, que não. Neste correyo me escreve meu sogro, que lhe disse o vosso João Baptista, que elle já o quer vender. Com que fundamento o disse, não sey. A quinta de Ordem hé do capitão do Loureiro, que deve ao meu sogro 9, ou 10 mil cruzados; que elle <está tendo> a opção (?) por ter sido seu fiador. O dito capitão deve 24 contos de réis à Patriarcal,

⁷³ Significará, certamente, que as propriedades foram herança do Desembargador Francisco Luíz da Cunha de Ataíde, que era Chanceler mor do Reino, padrao do Marquês de Pombal.

ainda que elle diz, que não hé tanto. Se a dita quinta podesse ficar à caza de Condeixa pela dívida bom seria; quando não, sempre a Patriarcal a há-de vender na praça, e fará muita conta comprá-la; porque depois della comprada tira-se o prazo de António Teixeira por encravado, e fica sendo hum grande fazendão junto, e ao pé de caza.

O dinheiro, que me remeteste da mesma sorte, que veyo, o guardei pela minha mão no mesmo sacco, e da mesma sorte, e o tive sempre em parte onde ninguém foi nem nunca soube delle. Quando o fiz contar, foi na ocasião da entrega, e em hum dos embrulhos, em que se dizia virem 600\$000, se acharão de menos quatro moedas, sem dúvida por equivocação de quem os contou, e encartuchou.

Pode ser, que as sobreditas terras compradas em o campo de Treixede sejam prazo dessa Universidade, e que o último, a quem (?) se fizesse, fosse o chanceler mor Francisco Luíz da Cunha⁷⁴. Não seria mau averiguar isto pois o Snor. Marquez não sabe de tal, e eu tenho lembrança de que pode ser pela natureza do outro, que no mesmo sítio tem a caza de Pereira.

Pelo Amaral vos remeti procuração para mandares tomar posse da caza de Pereira, e já antes o tinha feito para o que tocava às fazendas de Ancião. Sobre isso nada tenho, que acrescentar, senão que a azeitona se perderá havendo demora.

O Sr. Marquez ainda está em Oeiras, mas quazi bom da sua perna. Eu ainda o não vi depois da compra nem pude lá hir agradecer-lhe o favor da venda.

Sua Magestade passa bem, e vai agora à Picaria⁷⁵ de manhã e de tarde. Determina partir para Pancas até 13 de novembro próximo.

Há tempos, que não vejo o Sr. Cardial, e não me atrevo a apparecer-lhe em sua caza sem satisfação da promessa, que de vossa parte lhe fiz.

Não me occorre por hora outra couza. Aqui estou com a mais ardente vontade de dar-vos gosto em tudo, como quem hé

Vosso irmão mais amante do coração e obrigado
Azeredo Coutinho

Lisboa 28 de outubro de 1775

[Em adenda, na margem inferior]:

Aqui se tem feito cantar o *Te Deum* em acção de graças por ter livrado o Snor. Marquez da traição, que contra elle se maquinava, sendo o primeiro

⁷⁴ Veja-se a nota anterior, persistindo a ideia da proveniência da herança, pelo padraço do Marquês de Pombal.

⁷⁵ Picaria Real ou Picadeiro Real, junto ao Palácio de São Bento.

a Junta do Comércio, depois o Erário, dizendo que o fazião por serem criações do dito Snor.⁷⁶

Vai o papel, da conta feita por Estêvão António e pode tornar.

9 – 1775, novembro, 2, Lisboa

Mano muito do meu coração. Há bastante tempo que não tenho carta vossa, não contendo a última que recebi mais negócio, que o respectivo à execução da Carta Régia expedida pelo Ministério sobre a cauza de Luíz de Mello, e as vantagens, que della pertende tirar o mesmo Mello. Como porém o correyo Ventura deu nesta caza boas notícias da vossa saúde, fiquei consolado, e sem cuidado. Queira Deus continuar-vos a mais perfeita robustez; pois toda vos hé necessária. Por cá não há novidade. Eu vou passando com as minhas costumadas mazelas, e só tenho o gosto de ver a minha família desfrutando toda boa saúde.

O Sr. Marquez ainda está em Oeiras; porque ainda a feridinha que fez na perna, se não acabou de fechar; mas vai fechar-se, o que se espera com muita brevidade.

Sua Magestade passa muito bem. Vai todos os dias à Picaria, de manhã, e de tarde, e está na resolução de hir para Pancas até 15 do corrente, o que todos recebem por hum evidente sinal do bom estado, em que o mesmo Senhor não só tem, mas considera ter a sua saúde. Deus a tome debaixo da sua protecção; pois della e da do Sr. Marquez depende a feliz conclusão e complemento dos vantajosos estabelecimentos que neste ditozo reinado se tem feito em tão conhecido bem, e aumento da monarquia.

O Sr. Marquez recebeu conta, que lhe deu o provedor dessa comarca⁷⁷ sobre a execução da Carta Régia dirigida ao Cabido. Ficou satisfeito da prompta execução, e obediência que della deu o Cabido, e os capitulares exterminados, e mandou por a dita conta de parte. Duvido porém muito que a rezolva com brevidade; e talvez ficara em esquecimento, embrulhando-se taõbem nelle a questão concernente ao cónego mais antigo que há-de hir para o desterro. Reprovou a aceitação que fez Luíz de Mello do lugar do secretário, e hé sem dúvida, que o seu espírito não foi, nem hé de que os cónegos meyo prebendados fiquem igualados aos outros. Ouvi, que sim era

⁷⁶ Estas instituições foram criadas no reinado de D. José. O Marquês de Pombal, então ainda, apenas conde Oeiras, foi o 1.º inspector-geral do Erário Régio. O acervo documental produzido encontra-se no Arquivo do Tribunal de Contas e a sua descrição arquivística encontra-se acessível em: <http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/historia/tc1761-1832.shtm>

⁷⁷ V. nota 69.

de sua mente, que o ficassem taõbem nos actos da purificação (?), e na paz por serem obzéquios christaons que era escandalozo negar-lhes, e por eles haverem estado na posse delles, da qual os expulsou o Bispo D. Miguel.⁷⁸ Nesta certeza se pode estar. Os cónegos que procedaõ com toda a mansidão, e quanto mais o praticarem assim, tanto melhor. O provizor deu conta dos quezitos de Luíz de Mello, e nelles não faz carga ao Cabido. Pelo que não sey, se será melhor dezistir por hora de contas, e deixar esquecer esta matéria, para depois passado algum tempo competente poderes vós falar nella, e até suplicar o levantamento do desterro dos exterminados. Hé porém necessário apromtar os documentos da criação das meyas conezias, e as sentenças havidas pelos capitulares contra elles; porque sem elles e a história desses benefícios, das contendadas havidas com o Cabido, e das sentenças sobre elles proferidas não se pode conhecer a verdade.

Pelo correyo ordinário, que sábadò partio daqui, vos escrevi muito largamente, participando-vos a notícia da compra, que se efeituou das fazendas do Sr. Marquez, e prometendo mandar-vos a escritura com procuração para as posses se tomarem logo para se arrendarem as terras. Ainda porém não remeto agora a dita escritura, nem a procuração que há-de acompanhá-la, por embaraços ocasionados por cauza dos laudémios. Verei, se podem hir pelo correyo ordinário de sábadò.

A respeito da caza de Pereira, e dos bens de Ancião não deixo de receyar, que não se lhes acodindo com a promptidão, que eu vos recomendava, haja algum prejuízo nos azeites, e passe⁷⁹ o tempo do arrendamento das terras, que por cá se estão lavrando e muitas estão já sementeas. A negociação que ao dito respeito fiz com a Sra. D. Teodora foi muito útil, assim para dahi poder perceber alguma couza, como para impedir a perda e deterioração, em que tudo se hia pondo, e para se poder melhorar a cultura, etc. Deus queira prosperar as couzas. Por hora não há mais novidade. Peço a Deus vos conserve a melhor saúde e fico à vossa obediência como

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 2 de novembro 1775

[Em adenda, na margem superior esquerda]:

O Dezembargador Manoel Francisco da Silva e Veiga chegou a esta terra, e porque no Rio vos servio com boa vontade e préstimo, lembro que

⁷⁸ D. Frei Miguel da Anunciação (1703-1779), 51.º bispo de Coimbra.

⁷⁹ O texto seguinte, até final da carta, está redigido na margem superior das duas folhas, formando uma mancha uniforme de escrita.

Ihe escrevais huma carta de boas vindas; porque elle a há-de estimar. Elle não se tem queixado, nem dado o mais leve sinal de não estar satisfeito, nem eu sey verdadeiramente se Ihe escrevestes. Isto hé huma lembrança minha para o cazo de não o teres feito.

10 – 1775, novembro, 5, Lisboa

Mano muito do meu coração. Depois da vossa última carta, que foi escrita em 20 do passado não tenho recebido outra alguma como porém por huma, que neste correyo recebi do meu bom ajudante [que tem o deza-fogo de se andar por lá divertindo faltando cá a obrigação de hir à Relação, que hoje se abriu, e não houve procurador da Coroa, porque eu não pude lá hir] fiquei certificado de vossa saúde, cessou em grande parte o meu cuidado. Por cá não há novidade em saúde.

Neste correyo entendia que a pessoa a quem quizesse dar a minha procuração para a posse, e administração desses bens de Ancião, e de Pereira, poderia ter já dado algum passo ao dito respeito; suposta a necessidade, que havia de adiantá-los, para se não perder a azeitona, e não ficarem as terras por arrendar. Mas só soube conservar-se tudo no mesmo estado, havendo já muitos dias que tinhão chegado as minhas cartas, e assinados para as procuraçoens; o que atribuo a alguns justos embaraços, que haveria para se não poder fazer o que eu vos pedia, e recommendava.

Hoje me chegam as escrituras da compra das fazendas do Sr. Marquez, e tendo eu determinado remeter-vo-las pelo correyo, não o faço por me terem chegado a tempo de eu as não poder mandar segurar. Hirão pelo primeiro portador. O laudémio do prazo da Ega já fica pago e foi de 257\$500.

Esqueceu-me repetir-vos que fizesses cantar o *Te Deum* por livrar o Sr. Marquez da conjura forjada contra elle não só na Universidade, mas taobem na Sé; e que depois disso feito o participasses por huma conta ao dito Snr., e que além disso e de felicitaes o Sr. Marquez em nome da Universidade fizesses huma deputação por elle cometida a alguns dos lentes bispos que aqui estão para hir entregar a dita carta, e em nome da Universidade fazerem o dito cumprimento a sua Ex.^a. Por cá todos o tem feito. Não hé necessário mandar lentes de lá.⁸⁰

⁸⁰ A sugestão de celebração do *Te Deum* foi acatada por D. Francisco de Lemos, como se constata pela carta seguinte de 27.11.1775.

El Rey vai de segunda-feira a 8 dias para Pancas, e por lá andarás os 6 mezes seguintes. O Sr. Marquez ainda está em Oeiras, e dizem, que vem segunda-feira próxima.

Não vos esqueçais de mandar o papel que vos disse ser necessário para rebater o requerimento do Bispo de Aveiro sobre a pertença do dinheiro do bispado, porque elle cá anda, fez muita diligência, e creyo não está cá a outro fim.

Taõbem lembro a dependência do Cardial (?). Peço a Deus vos guarde como muito vos dezeja este

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 5 de novembro de 1775

11 – 1775, novembro, 7, Lisboa

Meu irmão muito do meu coração. Para essa Universidade vai agora hum fidalgo filho da Ex.ma Snra. D. Anna Joaquina de Lencastre, e de seu primeiro marido o Snr. da Caza da Cavallaria,⁸¹ e enteado do Ill.mo e Ex.mo Governador das Armas⁸² do partido do Porto, e governador das justças daquella cidade, cujo intento hé frequentar, e continuar os estudos, que elle já seguio nella alguns annos antes da reforma, e antes de entrar na religião da Graça, onde esteve alguns anos depois dos quaes deixou por justos motivos o hábito da dita religião, e se acha vivendo no estado clerical com o nome de Jozé de Almeida. Dezeja receber do mano o favor de mandar admiti-lo à matrícula, levando-lhe em conta para o novo curso da reforma os annos que contava já da Universidade antes da reforma, ou pelo menos alguns deles, e da mesma sorte todos os mais favores, que couberem no possível, em tudo o que respeita aos exames que devem preceder ao passe para ouvir a disciplina que lhe competir. Ainda que estou bem certo de que para recommendá-lo muito ao mano bastaõ as circunstâncias que nelle concorrem; comtudo por satisfazer ao preceito de huma pessoa, que pode mandar-me, e a quem muito dezejo obzequiar em tudo o que couber no possível, vou pedir ao mano, queira atendê-lo em todas as matérias, que poderem ser objecto de graça, e favor, de sorte que a experiência mostre a utilidade, e eficácia destes meos officios, que na ver-

⁸¹ D. Ana Joaquina de Lencastre e Noronha casou em primeiras núpcias com D. Gonçalo de Almeida de Sousa e Sá, Senhor do Morgado da Cavallaria, donatário da vila do Banho.

⁸² D. João Manuel de Almada e Melo (1703-1786), Governador das Armas e Justças do Porto, entre outros cargos e titulos, seu segundo marido.

dade são muito sinceros, e feitos com verdadeiro empenho, de que lhe sejam vantajozos.

Para, tudo o que for dar gosto ao mano, fico sempre tão prompto, como quem hé

De V. Ex.^a

Irmão muito amante do coração

Azeredo Coutinho

Lisboa 7 de novembro de 1775

12 - 1775, novembro, 27, Lisboa

Mano muito do meu coração. Todas as vossas cartas últimas, e da mesma sorte as notícias, que por outras vias recebo da vossa boa saúde, me deixão cheyo de huma indizível satisfação. Queira Deus continuar-me o mesmo gosto pelos annos do nosso dezejo. Por cá não há novidade em matéria de saúde. Minha mulher se vos recomenda com as devidas expressoens do muito que estima a vossa feliz disposição. Os meninos passão ambos bem e o mais velho não acha couza, com que mais se entretenha do que com os livros.

Estimo infinitamente tudo o que nessa Universidade se passou no dia do domingo destinado para a acção de graças a Deus⁸³ por nos ter preservado a importantíssima e precioza vida do Sr. Marquez de Pombal das terríveis machinaçoens que contra ella hia urdindo, e tecendo o malvado João Baptista Pelli⁸⁴, e seos infames sócios até agora não descobertos.

A abertura dos novos edifícios foi muito bem determinada para esse mesmo dia, e muito bem ordenado, que na ocazião delle se recitasse a oração, que fez o Prof. Dalabella⁸⁵. O Snor. Marquez há-de estar muito

⁸³ A falta de documentos de despesa da Universidade, para os anos de 1772-1777, não permite averiguar com clareza o que terá ocorrido na Universidade nesta data em que a carta foi redigida. No entanto, a consulta do *Livro de Receita e Despesa da Junta da Fazenda da Universidade, 1772-1775*, fl. 178 (cota AUC-IV-1.ºE-12-4-1) permite saber que foram distribuídos 78\$800 réis, em 18.11.1775, pelos músicos da cidade que foram chamados à Capela da Universidade "*para solemnizarem com a devida pompa a Festa de Acção de graças celebrada com a assistência do corpo da Universidade [...] pela preservação da vida do Ill.mo e Ex.mo Senhor Marquez de Pombal...*".

⁸⁴ Em 11 de outubro de 1775 foi executado o pirata genovês João Baptista Pell; que havia sido acusado de atentado contra o Marquês de Pombal, por ocasião de inauguração da estátua de D. José, em junho desse ano.

⁸⁵ Giovanni António Dalla Bella (1723-1823), professor paduano que leccionou entre 1773 e 1790 a cadeira de Física Experimental na Universidade de Coimbra. Anteriormente, fora professor no Colégio dos Nobres, em Lisboa, de 1766 a 1772. Os novos edificios referidos nesta carta são, certamente, o Museu da História Natural, o Laboratório Químico e o Gabinete de Física cuja construção vinha sendo delineada desde 1773 pelo tenente-coronel Guilherme Elsdén, por ordem do Marquês de Pombal. Entre outros trabalhos já publicados, leia-se o de BENTO, 1993: 177-219.

contente, e satisfeito, e alem do agradecimento de que elle há-de estar penetrado pelas públicas demonstraçoens do amor, e do reconhecimento dessa Universidade aos incomparáveis benefícios que delle tem recebido (o que toca ao seu pessoal) há-de tãobem achar-se muito gostozo, enquanto Lugar-Tenente de Sua Magestade nessa Universidade, por ver que os novos edificios estão já com a última mão (excepto somente o Observatório Astronómico) e que delles se começa já a dar princípio à prática dos fins, para que são ordenados, e que prometem grande benefício e immensas vantagens à Nação Portuguesa. Elle dezejava ver acabado algum dos ditos edificios. Agora recebeu junto o gosto de ver ao mesmo tempo completos tantos, como são o Muzeo, o Laboratório Chímico, o Hospital, o Collégio das Artes, e a Imprensa.⁸⁶ Eu no sábado tive a honra de estar com o dito Senhor (e mais outros) até às 10 de meya da noute; e por isso vos não escrevi; e posto que eu já tinha notícia do que ahi se passou no sobredito domingo por via de Fr. Joaquim; nem por isso lhe quiz falar em couza alguma dessas, dezejando muito, que essas notícias lhe fossem pela primeira vez annunciadas por carta vossa. Estando nisto tive o gosto de receber a vossa carta hontem, e de saber, que o correyo as trazia (?) para o dito Senhor.

Hontem foi o dia da publicação da Bulla da Cruzada, a qual se fez com grande enxovalho; porque estando o tempo bom na véspera, amanheceu o dia chuvoso, e toda a manhaã choveu de sorte que nunca cessou. Sem embargo disso assistio o Sr. Marquez, e a Sr.^a Marqueza e jantaraõ com o Sr. Cardial na forma costumada.

Estando eu na função da Bulla me veyo aqui buscar João Chrizóstomo, mas não me achou, o que senti, porque talvez teria que me dizer alguma couza a vosso respeito, e por ocasião da chegada do dito correyo. Vi o papel que fizestes, e me mandastes sobre o título de *Meyos-Cónegos*, e o de *Cónegos Meyos Prebendados*. E parece-me sem dúvida muito bem feito e que mostra não ser o dito título insignificante, nem questão de nome. Porém como elle ainda que <por huma parte> representa bem decidida a denominação de cónego meyo prebendado, dada a Luíz de Mello⁸⁷; por outra parte mostra não ser feito senão para impugná-la e para fazer que ella se lhe mandou dar sem justos, e sólidos fundamentos: parece-me, que se não deve

⁸⁶ Para conhecer, de forma mais particular, a construção destes edificios e obras no Paço das Escolas podem consultar-se as seguintes obras: PIMENTEL, 2000; MORA, 1993 e CRAVEIRO, 1990.

⁸⁷ Luíz de Melo (1718-?), natural de Ansião, era irmão do jurista Pascoal José de Melo Freire dos Reis, foi ordenado sacerdote em 1745. O tema já foi abordado em cartas anteriores e continuará a sê-lo em outras missivas - V. nota 69.

apresentar ao Sr. Marquez. Porque como hum dos pontos principaes da sobredita decizão consistio no referido título de cónegos meynos prebendados; este se deve reputar o mais sagrado da Carta Régia que ao dito fim se expedio; e certamente não seria tomado bem pelo dito Snor ao menos na presente occasião, em que elle quer a extinção dessa controvérsia, e enquanto elle não vem a fazer o devido conceito das intrigas de Luíz de Mello. Isto mesmo pareceu tãobem a João Chrisóstomo. O Sr. Marquez o que quer hé que elles se chamem cónegos meynos prebendados, que entrem nos lugares da Secretaria e da Administração da Fazenda, Repartição do Celeiro, etc., mas não quer que elles sejaõ vogaes no Cabido, nem que se lhes incumba o cartório, etc. As novas e impertinentes queixas de Luíz de Mello talvez o ponhão em má-fé com o dito Snor. e lhe fação desmerecer huma boa parte do conceito, que elle lhe devia. Quando isso se verificar, então será o momento oportuno de fazer ver do dito Snor. as artes, com que elle o veyo surprender [sic] para o melhoramento do título. Sem dúvida o Sr. Marquez não tinha notícia das três sentenças conformes obtidas pelo Cabido contra os meynos cónegos, nem de que os autos delles se recolhem à Secretaria por ordem superior a instância do mesmo Cabido.⁸⁸

Vi a petição do Cabido, que se vos fez para justificar os artigos, que nella se deduzem para servir de defeza ao mesmo Cabido contra as novas queixas, e maquinaçoens de Luíz de Mello. Parece-me que fizestes muito bem em a não despachar. Como porém ella contém a defeza do dito Cabido, e pode haver prejuízo em ficar suprimida por não ser a primeira vez, em que triunfa a calúmnia; resultando della não só detrimento do Cabido por indefezo, mas tãobem o poder imputar-se-vos o dito detrimento. Taõbem me parece, que deis conta ao Sr. Marquez da apresentação que se vos fez da dita petição por parte do Cabido, remetendo-a ao dito Snor; e dizendo-lhe que vos não atrevestes a despachá-lo, nem da matéria della a tomar conhecimento algum sem para isso receberes ordem expressa de Sua Ex.^a que sobre elle mandará o que for servido. E com isto acho ser melhor esperares por hora, até que o mesmo capítulo depois de bem justificado possa fazer a deducção dos seus direitos. Sey que isto não hé o mais conforme ao vosso gosto, mas eu o reputo pelo mais seguro.

⁸⁸ A questão com os cónegos tercenários e meios-cónegos deu origem a diversa documentação que pode hoje ser consultada no Arquivo da Universidade de Coimbra inserida em *Mitra Episcopal de Coimbra (F)*, nomeadamente os liv. 129, 130 e 131 (1775-1776) – (cota AUC-II-2.^ªE). Leia-se, sobre este tema, a tese de mestrado, defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de GODINHO, Carlos Alberto da Graça (2009) – *A Sé de Coimbra em conflito (1758-1780). Meios Cónegos e Terceiros em oposição aos Capitulares*. Coimbra: FLUC.

Luíz de Mello mandou hum presente a João Chrizóstomo. Mas este o regeitou. Sey que tem amizade com o meyo cônego Campos, mas não me parece, que seja capaz de faltar à razão, e à justiça e que contra ella lhes conceda os seos officios. Elle mostra-se-me muito dezejezo de fazer-vos o gosto, e que hé muito vosso apaixonado.

O Bispo de Aveiro persevera nos seos projectos de tirar dinheiro do cofre do deste bispado. Com este fim, e outros busca algumas vezes o Sr. Marquez, e como tem patrono, poderá pescar alguma couza por surpresa. Já vos avizei, que o Sr. Marquez depois de eu lhe falar na matéria em Junta do Erário⁸⁹ depois de se persuadir de que não tem justiça, me disse se lhe formalizasse requerimento para assim o decidir, e vos pedi mandasses o dito requerimento, mas elle até agora não veyo; e entretanto pode o dito Bispo conseguir algum despacho contrário. Eu não posso suprir esta vossa falta; porque a minha vida hé hoje a mais miserável do mundo; e nem tempo tenho para responder a huma carta, quanto mais para fazer representaçoens. Elle argumenta com a contribuição do bispado do Porto para o de Penhafiel, mas isso se fez, porque quando se fez a divizaõ, já o bispado do Porto estava vago. Estando provido, há os exemplos do Bispo da Guarda, com o de Castelo Branco; e do Sr. Arcebispo de Évora com o de Beja. Elle quer dar por morto o Bispo D. Miguel valendo-se para isso das Cartas, e Decretos Régios; mas não vê, que Sua Magestade o houve depois por vivo quanto à sucessão do coadjutor.

Remeto-vos esse papel, que hé cópia de outro, que pela Secretaria de Estado se remeteu ao Dezembargo do Paço para delle se tomar conhecimento. Pelo Dezembargo do Paço se expedio à Junta das Confirmaçoens⁹⁰ para por ella se haverem as informaçoens necessárias na intelligência de que nella se achariaõ os privilégios e doaçoens da Universidade para se confirmarem. Nada porém se achou, nem consta, que a Universidade satisfizesse a dita Ley das Confirmaçoens Geraes. Não sei como isto passou, nem se se obrou com

⁸⁹ A Carta de Lei de 22 de dezembro de 1761 criou o Erário Régio presidido por um inspector-geral e subordinado ao Rei. O Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, foi o seu primeiro inspector. João Pereira Ramos assistia às reuniões do Erário, como Prouador da Coroa. Pode conhecer-se a documentação produzida por este órgão administrativo pela consulta de MOREIRA, Alzira Teixeira Leite (1977) – *Inventário do fundo geral do Erário Régio: Arquivo do Tribunal de Contas*. Lisboa.

⁹⁰ A Junta das Confirmações Gerais foi criada por Carta de Lei de 6 de maio de 1769, estando entre as suas atribuições a confirmação dos privilégios que tivessem sido concedidos a pessoas e instituições. A documentação produzida encontra-se no ANTT e a sua descrição arquivística está acessível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4643519>. Nesta mesma carta se refere a consulta a esta Junta, para averiguar os privilégios da Universidade de Coimbra.

ordem superior, e de quem. Sey sim, que os ditos privilégios e doações da Universidade vieraõ as confirmaçoens passadas, e assim consta dos livros dellas.

Huma criada da Sr.^a Marqueza, que tem ahi hum sobrinho não sey se no Seminário, ou aprendendo para médico, a cujo favor já vos escrevi me deu há poucos dias hum grande ataque na presença da dita Snr.^a dizendo que nada se tem feito ao dito respeito. A Sr.^a Marqueza interessa-se. Hé necessário satisfazer-lhe.

Não há tempo para falar agora nas dependências de Ancião, e da casa de Pereira. Lembro a posse das fazendas compradas ao Sr. Marquez, e que para ellas se mandem primeiro tirar certidoens dos tombo das ditas fazendas, que estão em Pombal, onde se achaõ os autos originaes dos ditos tombo, para o que o ouvidor da dita vila tem ordem para mandar logo as ditas certidoens, e apromtar tudo o mais que a respeito das ditas fazendas se achar nos ditos autos, e cartório; e em conformidade dos ditos tombo se devem agora tomar as posses; o que se faz muito necessário para se arrendarem, e se não perderem os frutos deste anno.

Não posso mais, nem há tempo. Tudo o que recomendastes respectivo a João Chrizóstomo fiz, como mandastes. Se falta alguma couza, dirás em outra ocasião, pois fica cá muito correyo. Fico com grande dezejo de dar-vos em tudo gosto, como

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa em segunda-feira
27 de novembro de 1775

13 - 1775, dezembro, 2, Lisboa

Mano muito do meu coração. Depois de vos escrever pelos três correys, que partiraõ daqui juntos, soube, que por elles tinha o Sr. Marquez mandado informar de novo o provedor dessa comarca sobre os novos factos, que fizeraõ o objecto das queixas do meio cónego e do tercenário dessa cattedral representadas em huma petição, que ofereceraõ ao dito Senhor. O mesmo Sr. Marquez quando elles lhe falaraõ lendo a dita petição se mostrou enfatiado, e quaze posto em cólera, e lhes perguntou se se atreviaõ elles a provar os ditos factos, ao que disseraõ que sim. Lendo porém immediatamente a conta do provedor se aquietou alguma couza, e os despedio, dizendo-lhes que se havia de fazer justiça. Sey que dizendo-se-lhe que vós havias de estar sentido por veres o que passava na vossa Sé, elle respondeu que não era nada convosco, e que tendes feito bem em vos não meteres nisso.

Daqui tirareis as conclusões, que se seguem. A nova conta do provedor hé que pode fazer agora muito, tendo elle todo o cuidado em examinar bem os ditos factos e em verificá-los com os documentos; que os provaõ. Se elle vos consultar, como supponho, podeis habilitá-lo com algumas notícias que elle não pode ter, e que fallo (?) ao cazo. Luíz de Mello taõbem aqui appareceu, publicando, que se hia logo embora mas parece que ainda cá está. Falou ao Sr. Marquez, e tanto elle, como os seus dous embaixadores obtiverão audiência por mediação do Geral dos Jerónimos. João Chrizóstomo está muito contra o dito Mello porque se diz que quaze lhe tomou satisfação de não aceitar o presente que elle lhe mandou.

Hoje hindo a caza do Sr. Marquez à Conferência do Erário achei lá, como esperava, o Tenente-coronel Elsdén com o Livro das Plantas dos Novos Edifícios dessa Universidade⁹¹, os quaes estão já vendo o Senhor Marquez e o Senhor Cardial que havia chegado pouco antes que eu. Gostei muito de ver tudo e o Senhor Marquez ficou muito satisfeito. O Sr. Cardial disse que só aquillo bastava para fazer honra a este reinado. Quando se chegou à planta onde vinha a Livraria, explanou o Sr. Marquez o como ella fica, expondo o seu projecto das duas Livrarias e a Capella no meyo, achando-se inteiramente fora do novo plano, que já vinha indicado na planta.⁹² O Tenente-coronel se calou, e taõbem eu, e por hora ficou ainda nelle. Joaquim Ignácio⁹³ taõbem mostrou ficar satisfeito e gavava [sic] a grandeza das salas etc.

O Sr. Cardial vendo que eu sahia ao Jardim, sahio taõbem a elle, e me disse vos escrevesse, que elle me falava nas novas Constituições; e vo-las

⁹¹ O livro referido é, muito provavelmente, a obra manuscrita que hoje se conserva no Museu Nacional Machado de Castro com a designação *Livro das Obras da Universidade* ou "*Livro das Provisões*", de 1772-1773 - MNMC2231. A sua descrição, com indicação das provisões régias que contem e desenhos dos edificios pombalinos pode ser consultada em <http://www.museummachado-castro.pt/pt-PT/minisitios/ContentDetail.aspx>. Existe também a publicação de FRANCO, Matilde Pessoa Sousa (1983) – *Riscos das Obras da Universidade*. Coimbra, MNMC. Outras plantas de obras pombalinas da Universidade, da autoria do architecto e Tenente-coronel Guilherme Elsdén podem ser consultadas na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – BGUC - *Plantas pombalinas*, Ms. 3179, 3180. No Arquivo da Universidade de Coimbra existem pagamentos diversos a Guilherme Elsdén, bem como os livros de registo de obras dos edificios pombalinos. Curiosamente, tem passado despercebido aos investigadores um volume, exclusivamente dedicado à *Despeza da Meza do Tenente Coronel Guilherme Elsdén [...]*, 1773-1775 (cota AUC-IV-1.ªE-10-2-40), contendo as despesas de alimentação, mas que, infelizmente, se encontra deteriorado, com omissão de texto.

⁹² A proposta de remodelação da Casa da Livraria (a Biblioteca) não chegou a ser executada. Pode consultar-se sobre o tema MORA, 1993: 156 e 158.

⁹³ Joaquim Inácio da Cruz Sobral, tesoureiro-mor do Erário Régio, sucedendo por morte de seu irmão José Francisco da Cruz, do Conselho de Sua Magestade. O seu nome surge, frequentemente, ao longo das cartas, estando presente nas Conferências do Erário, juntamente com João Pereira Ramos.

lembrasse, porquanto elle se vê muito apertado pelo Sr. Marquez, que lhe pergunta muitas vezes por ellas; e dezeja com grande empenho, que vós mandeis alguma couza, que mostre ter-se dado princípio a ellas. Eu lhe disse que vós me havias escrito, que entravas a cuidar nellas, e que por o outro correyo escrevia a Sua Eminência, como eu já dissera a Sua Eminência; mas que algum embaraço terias, pelo qual o não fizestes. Peço-vos pois, que suspendais por algum tempo outras occupaçoens, e que cuideis muito nisso, para que não percais a boa vontade, e amizade do dito Cardial, que hé muito conveniente, e dahi se nos não sigaõ mais prejuizos do que são os que eu vou experimentando, <em mim> que bastaõ para me inquietarem, e me trazerem em huma contínua perturbação de espírito.

Não tenho tempo para mais. Fico para vos dar gosto como
Irmão muito amante e todo do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 2 de dezembro 1775

[Registado na margem superior, em adenda]:

Quarta-feira passada à noute à minha vista disse Fr. Manuel de Mendonça ao Sr. Marquez, que dizião, que nas obras da Universidade se tem gasto mais de hum milhão e quatrocentos mil cruzados e que só estava feito o Muzeo. O Sr. Marquez respondeu, que perguntasse a quem o dizia se esse milhão, se gastara do seu dinheiro, e acodindo eu a dizer que Sua Excelência teria já recebido notícia de que tudo o mais estava acabado etc., me disse elle que sim. Elle na verdade está contente. O Sr. Marquez conveyo em que se tomasse aquelle canto de pateo ou quintal dos Grilos,⁹⁴ que quaze toca a Universidade, e que em lugar d'elle se lhe desse outro tanto em outra parte, que pode ser adiante.

14 - 1775, dezembro, 9, Lisboa

Mano muito do meu coração. Recebi com o costumado gosto, e satisfação a vossa carta vinda pelo correyo ordinário e por me constar, que hoje parte hum dos da Secretaria e eu hir para a Ajuda, donde não sey a que horas voltarei, deixo em caza esta feita à pressa para se lhe entregar, vindo elle por ella, e porque não vindo, se remeta pelo correyo.

⁹⁴ Grilos ou Frades Grilos era a forma vulgar como eram conhecidos os Eremitas Descalços de Santo Agostinho. Em Coimbra, tiveram o Colégio de Santa Rita, fundado em 1755, construído acima do local designado por Palácios Confusos – VASCONCELOS, 1987: 280-281. É provável que tenha sido feita alguma permuta de propriedades, ainda não identificada entre o acervo documental do AUC.

O primeiro motivo da minha satisfação, e gosto, hé a vossa boa saúde. Deus vo-la continue sempre na mayor perfeição. Por cá não há novidade com matéria de saúde, e nem em outra alguma, que eu saiba.

O grande negócio, em que interessa esse cabido, tudo está agora dependente do Ministro a que foi informar. Elle hé o que deve trabalhá-lo, examinando o cartório, extrahindo certidoens do que for necessário, e conveniente, e remetendo-as, para o que deve ser socorrido com as notícias competentes; pois per si só não as acharia nem dellas saberia fazer o uzo devido. Duvido, que esses papeis me venhaõ com vista, porque como andaõ por cima, ou se rezolveraõ por cima, ou se consultaraõ pela Meza, quando succeda mandarem-se a ella, sem eu ser ouvido, como hé pratica em outros muitos. Eu na verdade não dezejo, que elles cá me venhaõ, porque como o Sr. Marquez tem rezolvido, que elles sejaõ cónegos meynos prebendados, como hé possível combater este ponto directo, nem indirecto, sem hum evidente perigo de se estranhar toda a contrária decizaõ ou arreoado a ella tendente. Deus ponha tudo na ordem, e socego que vós dezejais e na verdade convém.

Quinta-feira se foi Franzini⁹⁵ despedir do Sr. Marquez e reparei que foi só, tendo antes andado sempre acompanhado por Ciera⁹⁶, contra o qual ouvi falar o dito Snor. estranhando-lhe os requerimentos que fazia, e em que metia ao outro, que o dito Snor. julgava intempestivos. Falando-se, em que a Faculdade de Matemática não tem quaze nada de ouvintes, e assim taõbem a de Medicina, disse o mesmo Snor. ao dito Franzini que vos dissesse consultasses sobre esta matéria para se darem as providências necessárias para se animarem essas Faculdades. Isto fareis, quando puderes, visto que ainda as outras consultas não estão rezolutas, nem decididas.

Agradeço a diligência de mandares tomar posse da caza de Pereira. Hé certo, que meu sogro fala em entregar a caza de Condeixa, rezervando para si alguma parte della juntamente com a caza de Fermozelhe; vindo porém elle assistir nesta caza os invernos, e passando a essa província nos veroens, e tempos das caçadas. Além disso creyo, que determina venhaõ, ou venha para cá algumas, ou alguma das irmans. Com o que creceraõ talvez as despezas de sorte, que eu da dita entrega pouco, ou nenhum cómodo tire. Elle ainda não

⁹⁵ Michele Franzini (ou Miguel Franzini) natural de Pádua (1730-1810) foi nomeado professor de Álgebra, da Faculdade de Matemática, em 1772. Foi jubilado em 15.6.1791 e foi também Lente da Aula de Fortificação, em Lisboa, em 1780.

⁹⁶ Michele António Ciera, também italiano, foi nomeado Lente de Astronomia, da Faculdade de Matemática, em 1773. Foi director da mesma Faculdade, nomeado em 1778. Seria também professor em Lisboa, da Aula de Navegação, tendo sido nomeado em 18.1.1780. Veio para Coimbra já depois de ter leccionado no Colégio dos Nobres, em Lisboa.

escreveu sobre esta matéria, na qual há-de escrever a Fr. Joaquim para elle me propor os seus projectos, e depois de conferir comigo sobre elles passar a Condeixa com as minhas respostas e concluir o dito negócio, para que na primavera se faça a mudança. Sempre se poderá cuidar em alguma couza, e se comporá pelo menos a frontaria da dita caza de Condeixa. Não me ocorre outra couza. Fico com grande dezejo de vos dar gosto, como quem hé.

Vosso irmão o mais amigo do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 9 de dezembro 1775

[Texto acrescentado no final da carta e na margem superior]:

Para tomar posse das fazendas compradas ao Sr. Marquez não são necessárias as escrituras de compra; huma das quaes ficou preza no cartório por onde se fez o aforamento. Basta tirarem-se certidoens dos tombo, que estão no Pombal, fazer petição, etc., porque nenhum impugne e para prova da venda lá estão os assentos da ciza, que se pagou da venda. Hé preciso adiantar a posse por amor do arrendamento das terras, para que não fiquem sem ellas este anno. Hé necessário mandares falar sobre isso a meu sogro, que já mandou tirar as certidoens ao Pombal.

15 - 1775, dezembro, 16, [Lisboa]

Mano muito do meu coração. Há dias que me falta o estimável gosto das vossas cartas. Como porém me consta da vossa saúde não tem a dita falta produzido em mim os efeitos, que sem dúvida produziria se eu não me achasse certificado de que não padeceis diminuição na boa disposição, de que antecedentemente gozavas. O ceo vos continue esta felicidade, como muito lhe peço.

Por cá não tem havido novidade considerável, e isto se verifica primeiro que tudo na saúde de todas as pessoas principaes desta caza.

Sábado passado partiraõ as pessoas reaes, que aqui tinhaõ ficado, para Salvaterra, para onde Suas Magestades passão hoje. Ayres de Sá⁹⁷ fica a partir taobem para lá rezidir, e assistir aos mesmos Snrs., enquanto lá estiverem, ficando aqui só o Sr. Marquez, que sempre hirá ver a Suas Magestades alguma vez.

Luíz de Mello se despedio de mim já sem me ter buscado outra vez. Não sei se terá já partido, e me parece, que já não achou as águas tão claras para o seu negócio.

⁹⁷ Aires de Sá e Melo (1690-1786) – v. notas 66 e 67.

O Ciera foi já deferido, mandando-se-lhe pagar pelo Erário hum conto de réis, assim como a Franzini, e cuido, que não tardará em se recolher para essa Universidade, para onde parte amanhã o conservador com a sua família.⁹⁸

Lembro-vos o importante negócio, em que interessa o Senhor Cardial, e peço-vos que tomeis para isso algum tempo, agora que tendes dado várias contas, que ainda estão sem providência, e que o Sr. Marquez se acha verdadeiramente muito contente com o complemento dos edifícios dessa Universidade, do que tem mostrado muita satisfação. Este hé o modo de hires acodindo a tudo, e não vos pareça que o dito negócio hé indiferente.

O Pe. Sebastião nosso primo pode agora ficar ou vigário de Candelária por ser falecido o que o era, ou Deaõ do Rio.⁹⁹ O Deado rende 500 rs a vigairaria [sic] 4 mil cruzados. Poem a escolha nas mesmas maons para a petição de huma das ditas duas couzas. Estou perplexo. Dai-me o vosso parecer. Não posso mais porque hé tarde, e hora de hir para a Ajuda. Dezejo em tudo dar-vos gosto, como

Irmaõ muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Sábado 16 de dezembro 1775

16 - 1775, dezembro, 19, Lisboa

Mano do meu coração. O memorial incluzo hé de hum criado do Marquez de Marialva¹⁰⁰, pelo qual elle se interessa a favor do estudante médico João da Fonseca¹⁰¹, de quem hé o dito memorial. Peço-vos que lhe façais algum

⁹⁸ Vide notas anteriores 95 e 96 sobre os professores italianos Michele António Ciera e Michele Franzini. A referência ao conservador reporta-se ao desembargador Marçal José Galvão de Oliveira Fajardo, juiz conservador da Universidade e simultaneamente seu juiz executor. Veja-se o *Livro de Folhas de Ordenados da Universidade, 1774-1775*, fl.3 (última foliação), (cota AUC-IV-1^oE-11-5-43) no qual ficam registados os recibos de ordenados de seus cargos. No *Livro de Folhas de Ordenados, de 1775-1776*, fl. 78 e 80, (cota AUC-IV-1.^oE-11-5-44) podem ver-se os pagamentos aos professores italianos. Em carta de 30.11.1772 o Marquês de Pombal solicitara já a D. Francisco de Lemos que declarasse as casas que tinha destinadas para acomodação de Michele Antonio Ciera: “*para que as ditas cazas se achem prontas quando elle chegar*” – v. *Livro da Nova Fundação da Universidade*, vol. 1 (1772-1774), fl. 110 (cota AUC-IV-1.^oD-3-2-7).

⁹⁹ O Pe. Sebastião Rodrigues Aires, cuja mãe D. Maria de Lemos Pereira, natural do Rio de Janeiro, era irmã do pai de D. Francisco de Lemos, foi deão da Sé do Rio de Janeiro – v. CARDOSO, 2011: 68; ali se publica uma carta do Bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Mascarenhas Castelo Branco, datada de 1774, enviada ao Rei D. José, sugerindo os nomes dos eclesiásticos mais aptos para exercerem cargos na sua Sé, incluindo o citado nome para Deão.

¹⁰⁰ D. José Pedro de Alcântara de Meneses Noronha e Coutinho (1713-1799).

¹⁰¹ Este estudante, natural de Olhão, filho de Mário da Fonseca, encontrava-se, no ano letivo de 1775-1776, a frequentar o 3.^o ano da Faculdade de Medicina e o 4.^o ano da Faculdade de

favor, e esmola, como nelle se pede, para que saiba o Marquez que atendemos às pessoas por quem elle se interessa e interpoem os seus officios. Deus vos remunerara a esmola, que lhe fizeres, e por elle vos concederá muita vida e saúde, como sempre lhe peço. Lisboa 19 de dezembro de 1775

Irmao que muito vos ama de todo o coração
Azeredo Coutinho

[o referido memorial, em folha anexa a esta carta]

Ill.mo Snr.

Joaõ da Fonseca estudante matriculado na faculdade de Medecina e natural de Olhão, reyno do Algarve se acha na Universidade de Coimbra na frequencia dos seus estudos: mas quazi impossibilitado a frequentá-llos por lhe faltarem meios para isso, sendo seus pais pobres pello que lhe não podem assistir com todo o necessário para a sua subsistência e conservação: razão por que

Recorre humildemente à innata benevolência do Ill.^{mo} Snr. João Pereira Ramos, para que atendendo com olhos de piedade à sua pobreza queira interceder por elle ao Ex.^{mo} e R.^{mo} Snr. Reitor Bispo e Reformador irmão de V.^a Ill.^{ma} para que o queira tomar entre o número dos muitos que com as suas pias e liberaes mãos favorece dando-lhe pello amor de Deus alguma couza para ajuda dos seus estudos: ficando elle por esta acção obrigado a rogar a Deus pello augmento temporal e spiritual de V.^a Ill.^{ma}

E R M [Espera Receber Mercê]

Pede o Marquez de Marialva por ser couza de hum seu criado.¹⁰²

17 - 1776, janeiro, 13, Lisboa

Mano muito do coração. Tenho-vos faltado com cartas pelos últimos correys ordinários porque tenho padecido hum defluxo impertinente, que me teve em caza toda a festa. Passo agora com alívio. Minha mulher passa bem, e vos agradece vivamente a vossa lembrança e vossos [sobrinhos] estão muito bons; e o mais velho já vai falando, mostra muito tino, e grande inclinação a livros. Tenho certeza de que passais bem, e estimo mais do que sey expressar-vos.

Filosofia – v. *Universidade de Coimbra (F); Relação dos estudantes de todas as Faculdades, matriculados neste presente anno de 1775 p.^a 1776*, fl. 58 e 94 – (cota AUC-IV-1.^aE-13-3-23).

¹⁰² Nota manuscrita lançada à margem por Azeredo Coutinho.

Sobre a dependência dos cônegos não há, nem haverá novidade enquanto não vier a informação do provisor, que de lá deve vir bem digerida, e com a verdade posta em toda a sua luz.

A respeito do negócio da pertensão do Bispo de Aveiro só posso dizer, que o papel que me mandavas está muito bom. Mas como não veyo em forma de requerimento, por isso o não tenho apresentado. Hei-de fazer huma representação breve, em que elle vá incluzo. O Sr. Cardial disse hum dia destes, que o Bispo de Aveiro não fazia aqui nada e devia recolher-se. Mas creyo, que parou tudo no seu dito, e não houve procedimento ulterior. Hontem soube, que lhe escrevestes pela festa, e lhe disse, que esperava carta mais extensa. Elle está com ambos os olhos fitos na obra das Constituições.

Hoje baixaraõ esses despachos. Muitos entenderaõ, que o houvesse tãobem para os Tribunaes. Mas isso corre com passos muito lentos. Eu já sabia que não. Pude despachar o cunhado de Pedro Fabião, e parente de minha mulher para o lugar de juiz do crime dessa cidade, que hé o que mais conta lhe faz. Mas não pude conseguir, que o filho do Mimoso levasse huma correição ordinária. Isso mesmo que teve, não o teria, se eu o naõ lembrasse, o que pude fazer por huma casualidade.

O Príncipe esteve doente com huma febre, que deu cuidado, mas passa livre de susto. O Sr. Marquez tem tido seu defluxo mas não tem sido muito forte.

Agradeço o cuidado, que tem havido na administração, e entrega das fazendas. Sobre tudo isso se deve consultar meu sogro, que como experiente pode dirigir a João Baptista.

Já sabereis, que elle me escreveu, dizendo, que me quer entregar a administração de toda a sua caza, assim de Condeixa como de Fermozele, dando-lhe eu huma pensão, que entendo não passa de 600\$000, e vindo elle morar nesta caza. A dificuldade está no cómodo das irmans seculares. Mas se ellas voluntariamente não quizerem hir para Convento viraõ para cá, porque sempre faz conta receber todo o rendimento da caza ainda que seja com estas pensoens quando ¹⁰³[...] Sempre a resolução (?) de meu sogro tem poucos exemplos. Fr. Joaquim, que partirá daqui em fevereiro hé quem há-de ajustar este grande negócio que dando-nos Deus vida poderá contribuir muito para o adiantamento da caza.

Não me lembra outra couza. Fico à vossa obediência como
Irmão muito amante do coração
J Azeredo Coutinho

Lisboa 13 de janeiro 1776

¹⁰³ Seguem-se palavras entrelinhadas cuja leitura não é perceptível.

18 - 1776, janeiro, 19, Lisboa

Mano muito do meu coração. Partem os correysos em ocasião em que eu me acho tão incommodado com as minhas hemorroides, que apenas poderei expor-vos o meu fervoroso desejo, que se dirige às vossas felicidades. Deus vos continue a feliz saúde, com que estais, e vos conceda quanto eu vos cordialmente vos apeteço.

Por cá não há novidade em matéria de saúde, pois a que me respeita, de que falo acima, não hé de consequência por hora. Minha mulher passa bem, e se vos recomenda. Vossos sobrinhos vão-se criando sem novidade.

Aqui veyo esta tarde, e agora se vai daqui a Sr.^a D. Marianna de Menezes mulher de Ayres de Sá, a qual depois de ter já feito a sua vizita em outro dia, veyo hoje a pedir-me com grande empenho, que vos madasse muitas lembranças suas, e que da sua parte vos pedisse os dous negócios seguintes em que ella tem empenho grande.

O 1.^o dos ditos negócios hé o bom despacho do requerimento que na petição a esta Junta faz Jozé Francisco de Albuquerque da vila de Annadia, que pede o officio de escrivão do público, judicial, e notas¹⁰⁴ e câmara da dita villa. O dito hé irmão, ou pay de huma aya muito estimada da dita Snra.; e hé pessoa de bem. O dito officio há-de ter serventuário, mas parece, que consta, que elle serve muito mal, e que está em termos de se lhe tirar. Neste cazo se há-de entrar outro, quer ella que entre o seu afillhado, e nestes termos hé o requerimento de possível bom despacho.

O outro negocio hé de Manuel Gomes de Beça Negrão, que tãobem pertende outro officio. Mas o memorial este não o acho agora, hirá em outra ocasião. O 1.^o hé muito grande empenho.

Pelo correyo passado vos escrevi, e agora pouco tenho que acrescentar.

Sahirão confessor de El Rey Fr. Mathias Frade Arrábido de S. Jozé de Ribamar¹⁰⁵, que hia a nossa quinta das Prayas, tinha sido Mestre em Mafra, e era parente do médico Payzinho¹⁰⁶, e taõbem sahio deputado da Censória. Para confessor do Sr. Infante D. Pedro o Pe. Mainé dos Borrás,¹⁰⁷ que hé deputado da Censória.

¹⁰⁴ Segue-se, riscado: da dita villa.

¹⁰⁵ Convento de São José de Ribamar, da Ordem dos Frades Menores, da Provincia da Arrábida, situado em Algés (c. Oeiras).

¹⁰⁶ João da Silva Moreira Paisinho (Payzinho), natural de Lisboa, filho de João da Silva Freire, estava no 3.^o ano da Faculdade de Medicina em 1776; fica a dúvida se é o mesmo, uma vez que não foi localizado outro médico com este apelido.

¹⁰⁷ Fr. José de Jesus Maria Mayne (1723-1792), da Ordem Terceira de São Francisco, deputado da Real Mesa Censória.

Ayres de Sá me disse, que vos avizasse, que disfarçasses com hum ex-jesuíta, que está em caza de Miguel Paes do Amaral, e lhe ensina os filhos, para que podesse pregar, porque falando-se nesta matéria ao Sr. Marquez, pedindo-se-lhe licença para confessar, e pregar, disse, que para pregar sim, porém para confessar não, e que quanto à prédica o melhor meyo era escrever ao Bispo, que o deixasse pregar. Eu verdadeiramente não sey, se o dito hé o mesmo, sobre que elle me disse, que vos escrevesse, ou se hé outro, que esteja na sua caza de Annadia, ou na de Condeixa dos Sás; porque me parece, que me disse, que a exemplo do que eu vi rezolver pelo Sr. Marquez sobre o de Miguel Paes que foi o referido vos avizasse fizesses o mesmo a respeito do outro. Por isto já tereis vindo na intelligência de quem elle hé; e o que for falará.

Não tenho mais que dizer-vos por hora; porque me falta a commodidade. Peço instantemente a Deus vos dê muitas felicidades, e eu em tudo dezejo dar-vos gosto como

Irmão o mais amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 19 de janeiro de 1776

[adenda na margem inferior]:

Hontem se deu a sepultura João Pedro de Souza. Tinhão falecido o Provedor dos Armazens Jozé Felix da Cunha, e Fr. António Cogominho.¹⁰⁸

19 - 1776, fevereiro, 10, Lisboa

Mano muito do meu coração. Pelo correyo passado não pude escrever-vos, porque nesse dia vim muito tarde da Ajuda; e não preveni este successo que bem podia esperar, porque sabia que João Chrízostomo vos escrevia pelo dito correyo, e elle me tinha tãobem segurado, que expedia logo o Ventura, pelo qual tinha determinado escrever-vos. Porém o dito Ventura até agora não partio.

Desejo muito que a vossa saúde seja felicíssima. Por cá não há novidade em matéria de saúde.

Senti muito o cazo, de que me destes notícia na vossa última carta. Porque tinha grande satisfação de que vós não tivesses figurado nessa crítica questão, o que bem podia continuar a ser ainda nessa occasião; e havendo receyo era muito melhor fugir da occasião prevenindo esse successo, que ainda independente da resposta do homem tinha más consequências. O Sr.

¹⁰⁸ Fr. António Cogominho, Eremita de Santo Agostinho.

Marquez tem reservado o conhecimento, e decisão de tudo para quando vierem as informações do provedor; e antes delle não há que esperar decisão. Elle tinha dito, que vos avizassem (como entendo se fez) que não figurasses nessa matéria, e que os deixasses quebrar as cabeças, se assim quizessem. Ainda porém, que elle não quis tomar conhecimento, nem dar providência alguma, nem por isso se mostrou irritado, nem alterado; que hé o que basta para não haver mayor cuidado. Quanto à satisfação, fica demorada, e pendente do successo final da cauza, o que não seria se a matéria della fosse outra. O ponto hé, que venhão as informações do provedor, como devem vir; porque sobre ellas se poderá dar huma resolução, que ponha tudo nos termos devidos.

Luíz Jozé Foucault escreveu huma carta a Joaquim Ignácio, dizendo-lhe que vós, e o provedor da comarca querião que elle arrumasse e formalizasse as contas, e modo da arrecadação da fazenda do Cabido, pedindo licença, ou declaração, se o devia fazer. Joaquim Ignácio leu a carta em conferência e o Senhor Marquez resolveu que sim, e que elle vos ajudaria tãobem se pudesse.

Sua Magestade está com repetição de moléstia na sua perna e teve nella huma erizipella, que se vai curando. Por conta disto despedio os múzicos da Ópera, e só conserva em Salvaterra os das novenas da Quaresma. Por cauza da sua moléstia não há assinatura.

Aqui andam espalhadas muitas vozes vagas, e notícias que fazem haver grandes estragos na Caza da Suplicação. Dão muitos ministros por apozen-tados. A mim mandão-me para o Dezembargo do Paço¹⁰⁹ e tirão a procuradoria da Coroa, que huns dão ao Quintela¹¹⁰ e outros a outro. Os que a dão a Quintela, poderão acertar, por que tem amigos que o lembrem o que eu não tenho, pois sempre cuidei mais em adquirir merecimento que padri-nhos. Tirarei dahi o grande lucro de poder ter mais algum descanço, e não me arruinar de todo tão depressa. Não poderei queixar-me, se não da minha falta de merecimento, pois todo o mal há-de nacer dahi. Eu não podia dar boa conta de tão grande lugar sendo promovido a elle *nec saltum*. Tenho a satisfação de que nunca o pedi, <e que logo o disse>. Como sempre dizem, que me dará o Dezembargo do Paço, vinha embora, por que com elle vinha o foro para meos filhos e sobre o mais faça-se o que Deus quizer. Eu só sentirei o que ofender a minha honra.

¹⁰⁹ Só por decreto de 7 de agosto de 1778 Azeredo Coutinho teve a mercê de um lugar ordinário de Desembargador do Paço - V. *Estatutos do Instituto historico e geographico brasileiro*, vol. 2, p. 122.

¹¹⁰ Luís Rebelo Quintela foi juiz dos Feitos da Coroa e da Fazenda.

Do Sr. Regente não tenho que esperar; porque a âncora que havia para o presidente não se tem lançado, nem virá a tempo certamente. Elle já não pergunta por tal couza, e eu já tenho vergonha de lhe dar recados e falar na matéria. Bem sei que tudo nasce da vossa impossibilidade. Mas quando Deos quer, permite suas mesmas impossibilidades. Deos sobre tudo. Pelo Ventura escreverei, e por hora a Deus.

Mano muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 10 de fevereiro de 1776

[Nota, em adenda, na margem superior]:
esta apenas lida, logo logo seja rota¹¹¹

20 - 1776, fevereiro, 17, Lisboa

Mano muito do meu coração. Depois de me achar no último correio ordinário sem carta vossa recebi de Luíz Manuel que esteve aqui todo o dia de quarta-feira próxima, as melhores, que eu podia ter da vossa saúde; porque me certificou de passares com a melhor dispozição, que nunca tivestes, achando-vos muito mais gordo, e robusto do que eras. Ora permita Deus, que nessa dispozição vivaes e passeis pelo longo tempo do nosso desejo; para que eu tenha esse grande gosto, em quanto viver, e não falte depois de mim a meos filhos o único, e grande apoio, em que sereno todas as minhas esperanças, e descançaõ todos os meos cuidados.

Nesta caza não há novidade em matéria alguma. Aceitai as devidas memórias da Sra. D. Maria, e abençoi aos vossos dous sobrinhos, que vão ambos felizmente crescendo. A moléstia de Sua Magestade continua no mesmo estado pois a erizipella está da mesma sorte; o dito Sr. tem dores na perna, que não deixão de afligi-lo, assim de dia, como de noute, dorme muito pouco, ou quase nada. Dos médicos quase todos votaõ, em que se sangue. Porém a repugnância que a isso tem Sua Magestade tem feito desprezar os ditos votos. Não obstante ella conforme as últimas notícias já o mesmo Snor. ficava disposto a consentir por lhe ter mostrado a experiência, que por falta dellas, não faziam progresso as melhorias. Mas ainda não há notícia de que com efeito se sujeitasse ao dito remédio. Passa com muita melancolia. Della participa toda a gente, que está em Salvaterra, concorrendo

¹¹¹ É a única carta que se transcreve, apesar da indicação para ser rasgada, por não conter informações pessoais ou de intimidade familiar. Expressões como: "*sempre cuidei mais em adquirir merecimento que padrinhos*", revelam a personalidade do signatário, justificando a publicação, apesar da nota acrescida.

para isso não haver ali divertimento algum; estar o tempo sempre chuvozo, e até haver falta de gente; pois só se achão ali os que vão fazer as suas semanas; e acabadas ellas voltão logo para esta cidade. O Snor. Marquez de Pombal dezeja que Suas Magestades tomem a resolução de se recolherem para esta cidade e para os convidar a hirem para Oeiras, se quizerem, está ali mandando fazer huma caza, que possa servir para ópera. Finalmente começaõ já a aparecer as Constituiçoens dos Bispados¹¹²; e foi a primeira a do Bispo de Castelo Branco, da qual se me continuou já vista pelo Dezembargo do Paço. Hontem deu Bartolomeu Jozé esta notícia no acto da Conferência o que deu ocasião a pedir o Sr. Cardial ao Sr. Marquez, que me ordenasse a suspender a resposta a ellas até aparecerem as suas e depois a perguntar-me o estado, e progresso dellas, ao que eu satisfiz com as vossas últimas notícias, não lhe declarando porém, que só as prometeis passados quatro mezes. Tornou a fazer as mayores recomendaçoens, dizendo, que essas hão-de ser as que se hão-de seguir, e dar o tom a todas as outras.

Hontem me disse João Chrizóstomo, que expede hoje o Ventura. Sobre o negócio principal a que elle veyo, não sey, que tenha havido novidade alguma. Luíz Manoel me disse, que não tinhas Pontificado no dia da Purificação, o que estimei por se ter com isso evitado alguma nova ocasião de figurares na questão, que há entre o Cabido, e Luíz de Mello. Pelo que ouvi não se bole na matéria antes de vir a informação do provedor. Eu tenho sentido que houvesse essa occasião de vos declarares. Mas nem por isso tenho receyo de que ella vos faça mal.

Luíz Manoel me entregou seiscentos mil réis para o pagamento das Freiras de Cós irmans de Pedro Dias pela dívida em que eu lhes fiquei pela applicação que fiz de outra tanta quantia dellas para complemento da satisfação do preço das fazendas compradas ao Sr. Marquez. Pela remessa delles vos fico muito obrigado; porque me vejo livre das perseguiçoens das ditas freiras, que estão esperando a dita quantia com língua de palmo.

Das trez fazendas compradas ao Snor. Marquez já lá sabereis, que se tem tomado posse, e que se tem arrendado segundo me diz meu sogro pelo mesmo, em que andavaõ. Ellas são vossas; pois ainda que se compraram em meu nome, e por isso para mim passou o domínio; como foi com dinheiro todo vosso, vossas são. Hé pois necessário que determineis o género de cultura a que quereis applicá-las. O Sr. Marquez falou em outro tempo, que o

¹¹² A referência completa às Constituições dos Bispados permite identificar todas as outras alusões a Constituições que são feitas em diversas cartas. Apesar de se anunciar a sua concretização não foram publicadas quaisquer constituições diocesanas, neste período cronológico, de acordo com a consulta dos artigos de PAIVA, 2000: 9-15 e VASCONCELOS, 1911: 491-505.

meyo de fazer ali grande rendimento hé o de pôr amoreiras; pois hé sítio muito próprio dellas. O mesmo tem persuadido ao Sá na quinta da Várzea, mas não sey, se o Monsenhor está nisso. Digo que falou em outro tempo, porque agora já não fala nisso. A pôr amoreiras não devem ser aos centos, porque nenhuma conta faz armar fábrica para criaçoens tão insignificantes. Hé necessário pô-las aos milhares. O Snor. Marquez tem dezasete mil em Oeiras, e na Granja. Ahi se podem pôr quatro, ou sinco mil, ou mais, e em outros sítios. Tem a grande conveniência, de que não embaraçaõ a sementeira do milho nas mesmas terras, e não custaõ a pegar. Para haver as plantas há hoje grande dificuldade. Porque o Raton, que tem feito viveiros para as criar só tem 1.200 pés, que já tem vendido.¹¹³ O meyo de fazer viveiros hé muito vagaroso e não dá esperanças que animem e fação entrar nisso com o gosto necessário. Pelo que só hé bom para se hirem depois ampliando muito, mas não para princípio. Joaquim Ignácio manda agora buscar de França 15 mil estacas grandes, como as que poz o Sr. Marquez em Oeiras, das quaes me disse, que para si só quer sinco ou seis mil, e que as mais são para algumas pessoas, que lhe tem encomendado, ou quizerem ainda encomendar-lhas. Que cada huma estaca, custa posta aqui dezoito vinteins, e cada mil estacas, custão trezentos e sessenta mil réis, e que fora desta ocazião não haverá outra de se fazerem vir de França as ditas estacas. E pelo que me disse, me esperançou de ter lugar a encomenda; que eu quizesse fazer-lhe. Nesta matéria nada tenho rezolvido, nem devo rezolver. As fazendas são vossas. Vós sois o que deveis determinar a espécie de cultura, que ellas devem ter!

A das amoreiras se representa muito útil, mas há-de ser em lavoura avultada. O Sr. Marquez já colhe bastante seda e havendo tão poucos anos que poz as estacas, já as árvores destas formaõ bosques. A agradar este género de agricultura poderião mandar-se vir de França nesta ocazião duas mil estacas que custaõ 720\$000, ou ainda três mil, para adiantar muito esta lavoura, e neste mesmo anno se podem mandar semear para fazer viveiro

¹¹³ Referência à plantação de amoreiras, para criação de bichos-da-seda, devido à atividade de Jacome Rattton como produtor de tecidos e de seda. No acervo documental da Junta do Comércio existem diversos licenciamentos de fábricas, incluindo a Real Fábrica da Seda, na Rua da Escola Politécnica, em Lisboa, cujo consulta é acessível em: <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=2137>. Leia-se também sobre este assunto o que diz RATTON, 1813: 56-59. Refira-se a existência na Praça das Amoreiras, em Lisboa, de um edifício da Antiga Fábrica de Tecidos de Seda, que alberga, atualmente, a Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva. Citem-se ainda as obras publicadas sobre instruções para o cultivo de amoreiras e criação de bichos-da-seda: NIRSO, Tomás Sabatino (1772) - *Instrucção summaria sobre o modo de cultivar as amoreiras, e de crear os bichos de seda*. Lisboa: Regia Officina Typografica; e OSÓRIO, Simão de Oliveira da Costa (1773) - *Tratado pratico da cultura de amoreiras, e da creação dos bichos da seda, com huma necessaria instrucção de tudo o que he congruente ao feliz successo deste trafico*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

dellas, que dará plantas para daqui a trez ou quatro annos, com que se pode dobrar <e acrescentar muito mais> o número dellas; e entretanto se poderaõ hir comprando ao Raton, algumas, que puder largar nos anos seguintes que custaõ a nove vinteins, e adiantão trez, ou quatro anos a sementeira dos viveiros, e por isso o Sr. Marquez ainda lhe comprou o anno passado trezentos e tantos mil réis dellas. Se vos agradar esta cultura, avizai logo para encommendar a Joaquim Ignácio as estacas, determinando o número das que devem vir; pois não hé conveniente perder tempo de adiantar a dita cultura, e a resposta deve vir logo; porque como El Rey aforou 15 grandes cazaes em Abrantes, terra própria para ellas, e todos os emfiteutas querem por amoreiras, se se não previne Joaquim Ignácio com a encomenda, encherá o número com as dos ditos novos emfiteutas. Para a criação dos bichos há-de ser necessária fábrica e caza.¹¹⁴ Para esta poderá servir a da quinta, que na Ega tem Tomaz Caetano, que por todos os modos se deve segurar para a caza, ou em pagamento da dívida, que elle deve, a meu sogro, no que se cuida, ou comprada na execução, que ao dito Thomaz Caetano fizer a Patriarcal, a qual não tardará muito. Porque comprada, ou adquirida a dita quinta, e depois o prazo de António Teixeira Ál[va]res, que nesse cazo já se poderá tomar por encravado, unido tudo ao prazo comprado ao Sr. Marquez, ao do lizeirão de meu sogro, e a outras muitas fazendas separadas, que elle tem no mesmo caminho de Condeixa para Ega ficará hum fazendaõ respeitável, qualquer que seja a cultura, a que se quizer fazer a applicação delle.

Hé necessário lembrar-vos taõbem que eu pelo privilégio de Dezembargador não pago jugada; <mas sim pago as raçoens dos reguengos> que nas terras da caza de Pereira que pagaõ raçoens à Caza de Aveiro, e reguengos da Coroa, se pode fazer composição para ficar pagando qualquer quantia certa; porque assim se tem determinado mandar fazer para todos os moradores dos reguengos, que se quizerem compor, para se livrarem de bulhas, e questoens com os rendeiros. Além disto as pastagens das terras quando não estão afruitadas, são commuas a todos os vizinhos; eu como Dezembargador posso rezervá-las para mim, e coutar as minhas terras para nellas só entrarem os meos gados, e não os tendo vender as ditas pastagens, o que faz hum novo ramo de renda: e as terras assim coutadas¹¹⁵, ficaõ <coutadas> para

¹¹⁴ Em Portugal restam vestígios arquitetónicos do que foi um empreendimento deste género, em Trás-os-Montes. Refira-se o Real Filatório de Chacim (c. Macedo de Cavaleiros) fundado em 1788. As ruínas atuais permitem identificar o que foi o edifício da fição, a casa dos casulos dos bichos-da-seda, etc.

¹¹⁵ Seguem-se palavras riscadas: "e tapadas", e também, novamente riscada, mais adiante, onde ficou a palavra sobreposta.

sempre, posto que tapadas, e muradas não legão (?); mas para isto hé necessário unir pedaços contíguos, encravados, e intermédios.

Huma das melhores couzas, que se podem adquirir para a caza, são huns foros, e raçoens, que os Padres Jerónimos de S. Marcos tem em Condeixa, o que elles poderiaõ largar por algum padrão de tença. Taõbem o Morgado de Coelheiros possui parte das raçoens dos quintos em dous cazaes do morgado comprado ao homem de Ourem. E seria muito conveniente fazer com elle algum ajuste para tudo ficar unido. Podendo-se fazer as compras do que pertence aos referidos Padres de S. Marcos, e Morgado de Coelheiros, então poderia dizer-se com bom fundamento, que éramos Snores. de Condeixa. Mas tudo isto deveria ser manejado com muito segredo; porque há quem disso muito se doe.

Até aqui tinha chegado, esperando que viesse o Ventura buscar esta carta; pois veyo aqui na quinta-feira tempo, em que hé sabido, que eu estou na Ajuda, e deixou dito, que vinha buscar a carta na sexta-feira de manhã, pelo que eu cuidei em apromtá-la e a escrevi logo, que me levantei da cama para a ter prompta: mas elle não veyo por ella, e perguntando eu se tinha aparecido, me disse Fr. Joaquim, que lhe passou pela porta, e que dizendo-lhe elle, que esperasse, que queria fazer duas regras, disse que não podia, porque João Chrizóstomo lhe mandara, que partisse directamente, e não viesse aqui buscar as cartas. O que me parece mentira. Pois o mesmo Chrizóstomo me disse na Ajuda, que estava para expedi-lo, e que podia eu escrever e que elle viria buscar as cartas. Mas não hé a primeira vez, que o dito Ventura faz destas.

Ainda que eu na quinta-feira fallei na Ajuda ao dito Chrizóstomo foi na Secretaria de Estado, e de passagem, e por isso não sei, o que contem a carta d'elle, e se a expedição do dito correyo tinha algum objecto interessante. Vós o tereis sabido melhor. Mas eu me persuado, que não será pertercente ao negócio da vossa última carta.

Como esta carta ficou, acabo antes de hir hoje para a Ajuda, e a deixo prompta para hir pelo correyo ordinário.

Mais que tudo peço a Deus vos conceda sempre a melhor saúde e aquella tranquillidade de ânimo, que constitue a primeira felicidade dos que vivemos neste mundo. Queira o mesmo Snor. atender aos meos votos; e dar-me taõbem ocazioens, em que vos possa dar tanto gosto, como ardentemente apeteço.

Vosso irmão muito amante do coração e obrigado
Azeredo Coutinho

Lisboa 17 de fevereiro de 1776

21 - 1776, fevereiro, 24, Lisboa

Mano muito do coração. Hontem sexta-feira à noute chegou aqui o correyo Bernardo com a vossa carta, que me trouxe que sentir por me certificar de que padecestes defluxo, que vos veyo com inchação de cara, e obrigou por três dias a cama, trazendo-me porém juntamente a consolação de saber, que ficáveis já melhorado delle. Dezejo estejais já de todo bom, como sempre peço a Deus. Nesta caza não há novidade em matéria de saúde. Minha mulher se vos recomenda muito agradecida a vossa lembrança, e vossos sobrinhos pedem por mim a vossa benção.

Eu tinha feito uma carta para hir pelo Ventura; e como elle não veyo procurá-la, remeti-a pelo correyo passado. Nella vos respondia a alguns capítulos da deste correyo, e falava em outras muitas couzas. Depois do correyo revolvendo alguns papeis, achei huma carta, que vos tinha escrito ainda em janeiro, e que entendendo eu ter-vo-la remetido, vim a convencer-me de que não o fizera; e por isso vo-la dirijo incluza nesta. Tereis o incômodo de lê-la, por que nella vão humas recomendaçoens da Snra. D. Mariana, e de Ayres de Sá para vós.

Já vos avizei de que João Chrizóstomo quiz ler a vossa carta ao Sr. Marquez, e que este por elle lhe dizer logo a matéria sobre que ella versava, lhe disse que não podia lê-la pela muita occupação, com que sabia, que elle andava; acrescentando, que como estavaõ a vir as informações do provedor, então se daria providade a tudo junto. O dito Chrizóstomo não está nos interesses de Luíz de Mello. Não vos persuadais que terias feito melhor se escrevesseis directamente ao Snor. Marquez sobre a referida matéria.

Poderia elle entrar em suspeita de que estavas parcial dos cónegos¹¹⁶, assim como lhe occorreu, que estarias voltado, quando lhe falastes na restituição do Colégio de S. Pedro à Universidade; e o negócio presente hé tanto mais melindroso, quanto elle já vos tinha insinuado, que nelle não vos metesses. Como a informação do Provedor vem boa, e com as provas necessárias, hé natural que vá ao Dezembargo do Paço e sey, que os Ministros hão-de fazer justiça. O ponto hé, que a dita informação venha logo. Pelo mesmo tempo não seria mau, que viesse huma representação do Cabido, para se juntar, e ver tudo ao mesmo tempo.

¹¹⁶ É abordada novamente a questão dos meios-cónegos e mais uma vez Azeredo Coutinho aconselha D. Francisco de Lemos a não se envolver no assunto. Em causa, estava o interesse dos meios-cónegos e tercenários em aceder a lugares de capitulares da Sé de Coimbra. Esta questão começou a ser dirimida em 1758 e apenas terminou em 1780.

Manuel Jozé Álv[a]res fez bem em morrer antes do golpe, que o esperava.¹¹⁷ He sem dúvida, que a falta de lentes há-de cauzar dezordem grande... Podeis dar conta da necessidade que há de lentes.

Na cauza do médico de Condeixa nem meu sogro me tem falado, nem falará, porque já sabe que eu não quero figurar em semelhantes negócios. O médico aqui veyo, mas nem me buscou. Negociou por via do D. Prior huma provisão do Dezembargo do Paço, com que se recolheu a Condeixa.

Quando Joaquim Ignácio leu ao Sr. Marquez a carta, em que Foucault lhe pedia beneplácito para fazer as contas do Cabido, eu estava presente e o Sr. Marquez não respondeu aprovando a eleição delle mas sim, que devia fazer a dita conta por vos ajudar, o que elle tãobem faria se podesse. Hé certo, que elle ainda vos não supoem [sic] parcial dos cónegos.

Os negócios da Mitra, que respeitam ao Bispo de Aveiro, não tem dado passo; porque em lugar de huma petição, ou requerimento formalizado, como mandou o Sr. Marquez, veyo huma alegação, que posto que seja muito boa, se deve formalizar em requerimento, o que eu ainda não pude fazer, nem por mim, por falta de tempo; nem por outrem por não ter quem mo faça. Verei porém como hei-de adiantar isso. Desse embargo da renda de Barrô pelo Bispo de Aveiro não sey ainda se hé mais fundamento que o geral.¹¹⁸

Quinta-feira se tomou a resolução de se vos mandarem remeter dous caixotes dos papéis pertencentes ao Collégio da Madre de Deus de Évora¹¹⁹ instituído pelo Dezembargador Heitor de Pina¹²⁰ para 13 colegiaes estudantes; com ordem para se fazer a arrecadação dos bens delle para o Colégio das Artes, a que elle se manda unir. Terá 3 mil cruzados de renda. A igreja da Cumieira¹²¹ entendo que rende certos de 12 até 15. A de Alcafache, que

117 Manuel José Álvares de Carvalho foi reitor do Real Colégio de São Paulo, de Coimbra, até 1772 e foi lente substituto da Primeira Cadeira Analítica de Cânones, tendo falecido em 16.02.1776. - V. RODRIGUES, 1992: 94. Muito provavelmente, iria ser afastado desta cadeira, a levar em conta a expressão: "*fez bem em morrer antes do golpe que o esperava*".

118 Em todo este parágrafo se alude à questão entre a Mitra Episcopal de Coimbra e o Bispo de Aveiro, pela delimitação de territórios de ambos os bispados e receita de rendas e dízimos, sendo D. Francisco de Lemos, como governador do bispado de Coimbra, um dos envolvidos.

119 A documentação referida encontra-se incorporada no acervo do Arquivo da Universidade de Coimbra. A sua descrição arquivística pode ser conhecida em CAPELO, 2010; acessível em https://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/UE_Inventario_Universidade_Evora

120 Foi o fundador do referido Colégio, juntamente com sua mulher D. Francisca de Brito, em 1583 – v. ob. cit. na nota anterior, p. 31.

121 Esta igreja e a de Alcafache (a seguir referida) passaram a fazer parte do padroado da Universidade. O traslado das Letras apostólicas do papa Pio VI, de 02.05.1775, de união das duas igrejas paroquiais de Santa Eulália da Cumieira e de São Vicente de Alcafache ao Colégio das Artes,

se entendeu render 5 mil cruzados, dizem que só rende 400\$000. Manda-se suprir este engano com a união de huma conezia dessa Cathedral. Estou vendo se se tira o encanto (?) da que está vaga querendo, que seja ella a unida. O Sr. Marquez vos ordena em carta sua, que proponhais logo reitor para o dito Collégio. Tinha determinado, que formalizasse os Estatutos regulando-vos pelos de Mafra. Porém João Chrizóstomo lhe fez a aprovação, que elle já fazia do vosso diferente plano; e estando já feita a carta, para vós, e assinada, tomou outra rezolução. O Sr. Cardial diz, que o Colégio deve ter 40 mil cruzados. Há-de ter 100 collegiais e querem que paguem 60 mil (?) cada hum. Toda a demora, que há na expedição do correyo, que leva estas ordens, procede de se estar copiando primeiro na Torre do Tombo o testamento do dito instituidor Heitor de Pina, para ficar nella o original, e hir para lá huma copia authêntica.¹²²

Boa occazião será de accomodar Luíz Manuel porque hé muito capaz para Reitor, e não se achará outro semelhante. Sempre hé huma dignidade de huma Sé. Para ser hum lente, fica sendo o reitorado pendanga. Como há-de hum lente assistir a cadeira, e aos actos, e mais funçoens, e ter ao mesmo tempo cuidado nas couzas do Colégio. A renda deve ser competente.

Ouvi que Sua Magestade tem algum alívio mas nada sey de certo. Por cá não há outra novidade. Aqui fico para vos fazer em tudo o gosto como quem hé

Vosso irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 24 de fevereiro de 1776

[na margem superior, acrescentando]:

Por não virar a folha na carta que acompanhou os 14 barris primeiros das lampreas, estive em dúvida sobre o destino delles; e nesta dúvida rezolvi mandar 8 ao Sr. Marquez e seis ao Sr. Cardial. Tendo ido já os 6, soube que vinhão tãobem 3 para João Chrizóstomo, e como não havia de mandar ao Sr. Marquez menos de 6, mandei os dous ao dito Chrizóstomo. Agora se preencherá a conta delle, e direi o que se faz sobre estes últimos.

encontra-se inserido em volume, contendo documentação diversa relativa ao Colégio da Madre de Deus de Évora e ao Colégio das Artes (cota AUC-IV-1.ªE-6-2-9).

¹²² O traslado deste testamento foi feito em 29.02.1776, estando o documento autenticado por João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, como guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo. Foi enviado à Universidade e encontra-se inserido no volume citado na nota anterior.

22 - 1776, março, 2, Lisboa

Mano muito do meu coração. Pelo Amaral recebi, e com muito gosto a vossa última carta pela certeza de ficares livre do vosso defluxo. Deus vos conserve sempre a saúde no mais próspero estado. Eu há dias, que ando com cuidado por cauza de dores, que padeço no peito, que por virem com algum defluxo me fazem receyar que até (?) cahisse nelle. Faça-se a vontade de Deus. Minha mulher, e vossos sobrinhos passaõ bem. Aquella agradece muito as vossas memórias, e vos retribue com as suas; e para os pequenos pedimos ambos a vossa benção.

Hoje parte o Amaral com os caixotes dos papéis pertencentes ao Collégio da Madre de Deus, de que já vos fiz avizo. Vão as cópias dos testamentos dos instituidores que será bom mandares encadernar juntos para assim se guardarem.¹²³

Eu não vejo há 10 dias o Sr. Marquez; mas sey, que anda bom, mas tem estado muito ocupado ao que entende o vulgo com matérias de negociaçoens com as cortes estrangeiras.

Sua Magestade passou muitas dores, e algumas convulsoens da sexta-feira passada para o sábado, o que o obrigou a mandar pela meya noute do sábado para o domingo o escaler a buscar o resto dos médicos da câmara que estavaõ nesta cidade: foram os ditos médicos, e da junta, que fizeraõ rezultou mandarem deitar nos caldos sumo de azedas, e de chicórea, e mudar-se dos digestivos, que se applicavaõ às pernas. Depois disso tem o mesmo Snor. passado quaze no mesmo estado, alguns dias com dores, e convulsoens, e com huma grande vigília, e outros com mais algum alívio, e somno. As chagas das pernas, que antecedentemente estavaõ com má cor e denegridas achaõ-se já com melhor cor, e tem suporado muito, e vão suporando; e nisto consiste toda a melhora do dito Snor. O médico Alberto de Azevedo¹²⁴ ainda insiste na sangria que entende será muito útil para abreviar a cura. Mas como Sua Magestade tem repugnância a ella, acha-se só no dito voto. Esta cura há-de ser mais vagarosa do que todos dezejamos. Tudo em Salvaterra está desconsolado porque não aparecem as Pessoas Reaes e só o Sr. Infante vai por dentro do Paço¹²⁵ a hum jogo de bola, que

¹²³ V. nota 121, sendo este o volume que se sugere nesta carta que seja encadernado.

¹²⁴ O médico Alberto de Azevedo Coutinho, natural de Lisboa, obteve a formatura na Faculdade de Medicina, em Coimbra, em 1737 e foi um dos médicos da Real Câmara.

¹²⁵ Desde o séc. XIV que são conhecidas referências documentais relativas ao Paço de Salvaterra de Magos. Com o terramoto de 1755 o edificio ficou arruinado e foi reconstruido por obra dos arquitetos José Joaquim Ludovice e Carlos Mardel. No reinado de D. José adquiriu grande

ali há, jogar alguns jogos para fazer exercício, e livrar com elle as suas pernas da grande inchação que tomam quando não faz exercício. Acha-se inteiramente parada a assinatura. Luíz Manuel de Menezes me entregou os papéis incluzos para vo-los remeter com esta carta.

Dos barris que vieraõ depois dos primeiros, mandei huma dúzia ao Sr. Marquez, que com os primeiros 6 fazem 18; e ao Sr. Cardial mandei mais 6, que com os 6 antecedentes fazem 12; mandei mais três ao João Chrizóstomo, que com os dous antecedentes fazem 5, o que faz o número de 35. Dos outros tenho gasto dous em caza: e hei-de aproveitar-me da liberdade, que me dais, para facultar a Sr.^a D. Maria, que mande alguns a algumas amigas, que a lizongeaõ com outras semelhantes.¹²⁶

Basta de escrita; pois vou para a Ajuda. Aqui fico à vossa ordem como quem hé

Irmão muito vosso amante do coração e obrigado
Azeredo Coutinho

Lisboa, 2 de março de 1776

23 - 1776, março , 13, Lisboa

Mano muito do meu coração. Com a certeza de passares de todo livre do defluxo que ultimamente padecestes, conçebi aquelle gosto, que sempre me cauza huma noticia tão agradável, que apenas me deixa lugar aos dezesjos da continuação de huma tão estimável felicidade. Queira Deus satisfazer inteiramente a minha vontade e aos meos votos.

Nesta caza não há novidade alguma. Continuamos todos na mesma disposição e minha mulher agradece, e retribue muito obrigada as vossas memórias, e as vossas liberalidades. Dos pequenos só Manoel passa agora com algum defluxo. Para ambos peço a vossa sagrada benção.

Pela vossa última carta vi, que não tinhas recebido huma minha, que levava incluza outra tãobem minha escrita há mais tempo, que por engano tinha cá ficado, estando eu na intelligência de a ter remetido. As referidas cartas foraõ daqui no correyo, que havia de chegar a essa cidade na quinta-

vitalidade, com a atividade musical, no Teatro de Ópera que também lhe estava anexado e no Palácio de Falcoaria Real. O Paço viria a ser destruído num violento incêndio, em 1824, pouco restando do magnífico edifício que ali existiu e onde, nos meses de inverno, a família real passava grandes temporadas - v. CORREIA; GUEDES (1989).

¹²⁶ Mais uma referência a ofertas de barris que D. Francisco de Lemos, habitualmente, enviava a seu irmão, como o atestam outras cartas, transportando lampreias, morcelas, etc., referidas também na carta seguinte.

-feira da semana antecedente à em que chegou o Amaral com os caixotes dos papéis pertencentes ao Collégio da Madre de Deus. Nessa carta vos dava notícia do que estava rezoluto a respeito delle. E para não expor as ditas cartas a descaminho, mandei por-lhe sobrescrito por outra letra. Espero, que as tendeis já recebido. Nella tocava em muitas matérias, que por isso não repito agora.

O Snor. Marquez há muitos tempos anda tão occupado que até faltou, e fez suspender quatro conferências do Erário. Entende-se, que trabalha em negociaçoens com a corte de Madrid por meyo da de Londres; e por isso se nega a todos os outros negócios nas occazioens das chegadas dos paquetes, em que recebe respostas das suas cartas. Por esta razão não pude falar-lhe no negócio de Barrô, e nos mais que respeitaõ as pertensoens do Bispo de Aveiro.

Sua Magestade vai passando ainda com dores, que lhe cauzão as suas feridas; as quaes já se achaõ com melhor aspecto, e se vão curando. Porém, está o dito Snor. magro, e por causa do calor da caza acha-se tãobem incommodado de hemorroides, e dificuldade de obrar. Passa com melancolia, e continua em não se querer sugeitar aos remedios que os médicos lhe receitaõ para correger os humores, cujo decúbito lhe tem feito as ditas feridas.¹²⁷

Martinho de Mello¹²⁸ veyo no domingo para cuidar na expedição da nao da Índia e cá se acha ainda.

Alguns bispos têm escrito ao Sr. Marquez, dizendo-lhe, que pelo Núncio lhe foraõ remetidas a Carta Encíclica e a Extensão do Jubileo, e que antes de fazerem por ellas obra, querem saber, o que ao dito respeito hé do agrado de Sua Magestade e de Sua Ex.^a. E sey eu, que elle respondeu a alguns, que naõ publicassem a dita Carta e Breve, emquanto o não vissem publicado na capital do reino. Entende-se, que a cauza da dita re[s]posta hé hum reparo, que a Meza Censória rezidente em Salvaterra propoz ao Sr. Marquez por occaziaõ do que diz o Papa na Extensão do Jubileo negando faculdade aos confessores para absolver os complices [sic] dos peccadores de lascívia com elles cometidos, remetendo-se a declaração (?) da *Bulla Sacramentum Poenitentioe* do Papa Benedito XIV do anno de 1741,¹²⁹ na qual impoz excomunhão mayor *ipso facto* aos confessores, que o contrário fizessem

¹²⁷ São comuns, ao longo das cartas, as descrições do estado de saúde do rei D. José e a manifesta preocupação sentida por Azeredo Coutinho.

¹²⁸ Martinho de Melo e Castro (1716-1795) era então Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, cargo que exerceu até ao seu falecimento.

¹²⁹ Bula cuja data completa é 01.07.1741.

rezervada ao Papa. Esta reserva parece, que hé a que deu lugar ao reparo de que se supoem autor Fr. Luíz do Monte Carmelo, cuja religião se tem mostrado contraditória da dita bula. Amanhã se congrega a Meza¹³⁰ para nella se propor esta matéria. Porém o Breve da Extensão do Jubileo está concebido da mesma sorte, que o da Extensão do (?) anno de 1750, que não consta tivesse contraditor; e parece, que nem este o deve ter. Ouvi, que no *Pároco Instruído* do de [sic] Penhafiel se toca alguma couza na matéria, mas eu não a li nelle.¹³¹

A Sr.^a D. Mariana de Sá me aperta para que vos escreva que naõ vos esqueçais dos seos dous afilhados.

Fico entregue das morcelas (?) e lampreyas, as quaes farei distribuir conforme o vosso gosto e taõbem conforme a liberdade que nos dais. Como veyo Martinho de Mello entrará na partilha. O Cardeal tem estimado a lembrança. E eu fico para vos dar gosto como

Irmaõ muito do coração

Azeredo Coutinho

[na margem superior, em adenda, ficou lançada a data]:

Lisboa 13 de março de 1776

24 - 1776, março, 16, Lisboa

Mano muito do meu coração. Agora que estou para hir para a Ajuda chega o Bernardo a dizer-me, que está a partir hoje mesmo para essa Universidade. E como há poucos dias, vos escrevi pelo Ventura e antes vos tinha escrito pelo Amaral, e com mais largueza pelo correyo ordinário antes disso, não serei por hora mais largo.

Estimo que continueis a hir tendo alívio do vosso defluxo. Por cá não há novidade.

O negócio a que fui chamado na quinta-feira à Meza Censória hé o mesmo de que já vos avizei. Sendo questão entre os teólogos se o sacerdote podia confessar os seos cúmplices nos peccados do sexo; segundo a melhor parte delles que não, pelo perigo de peccarem, tendo algum delles alguma deleitação no acto da confissão etc., e sustentando os probabilistas,

¹³⁰ Referência à reunião da Real Mesa Censória da qual era deputado Fr. Luíz do Monte Carmelo, da Ordem dos Carmelitas Descalços, consultor do Santo Officio e examinador das Três Ordens Militares. A carta seguinte continua o mesmo assunto.

¹³¹ Publicado sem autor, mas atribuído a Fr. Inácio de São Caetano (1719-1788), Bispo de Penafiel – *Idea de hum perfeito pároco, instruído nas suas obrigações e instruindo as suas ovelhas na sólida piedade*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1772.

que sim; sahio Benedito XIV com a bulla *Sacramentum Poenitentiae* – do ano de 1741, em que tirou aos sacerdotes confessores a faculdade de confessar os seus cúmplices no dito peccado, permitindo-lho só no artigo da morte no caso de não haver então outro confessor; e reservando para si a escomunhaõ [sic], que poz aos sacerdotes que o contrário fizessem. Sobre esta constituição se fizera [sic] vários reparos, a que o mesmo Papa satisfez, e atendeu com outra Bulla de declaração do ano de 1745. Depois disso veyo o Jubileo do Ano Santo de 1750, e na Bulla da publicação delle introduzio o dito Papa por exceção [sic] de amplíssima faculdade de absolver dos reservados, que nelle se costuma dar, a decizão respeitante aos cúmplices feita na dita Bulla *Sacramentum*, referindo-se a ella. Vindo agora a Bulla da Extensão do Jubileo do Anno Santo, deu sua Magestade licença ao Núncio para a mandar aos bispos. O que elle fez, e a mayor parte dos bispos tem escrito ao Sr. Marquez perguntando, se a devem publicar. Hindo a dita Bulla à Meza Censória, fez Fr. Luíz do Monte Carmelo hum reparo contra ella por se referir à dita Bulla *Sacramentum*, e trazer à exceção [sic] della hum papel, em que disse, que como a dita *Sacramentum* não obriga neste reino, por não haver sido publicada com o beneplácito régio, se não deve publicar agora a do jubileo, que a elle se refere, sem se fazer presente esta matéria ao Ministério; dizendo, que a dita Bulla *Sacramentum* hé cauzadora de gravísimos inconvenientes, e que hé contra os privilégios da Bulla da Cruzada e contra o direito dos bispos em cujos bispados não pode o Papa fazer destas rezervas. Este hé o caso. Mas eu vejo, que o Concílio Tridentino lhe dá a dita faculdade em toda a Igreja na Ses. 14, Cap. 7, vejo, que a matéria hé puramente moral; vejo que uzando destes privilégios (?) ficaõ deitadas abaixo todas as bullas que têm vindo a este reino desde o tempo del Rey D. João II, o que contem muitos graves inconvenientes; e não sey onde se vai parar com semelhantes princípios. O Bispo de Penhafiel no seu *Pároco instruído* fala na matéria¹³². Eu o não vi. Ell Rey está melhor com o uzo de banhos de leite, e mezinhas do mesmo, etc., e já ouve contar (?) e conta taõbem a sua história.

Aqui se fala muito, em que temos guerra; que França e Castela se armaõ contra Inglaterra para aproveitarem o momento favorável da rebelliaõ das colónias da América, e que querem pôr-nos na necessidade de declararmos. O certo hé, que o gabinete trabalha muito, e que alguns movimentos pre-

¹³² Alusão à obra já referida na carta anterior. O autor viria a ser nomeado Arcebispo de Tessalónica e confessor da Rainha D. Maria I. Foi membro da Real Mesa Censória desde 1768, ano da sua criação.

paratórios se v[ê]em. Deus queira que não tenhaõ mais objecto, que o da prevenção e nos livre de taõ grande flagelo.

Fico com muito dezejo de vos dar gosto em tudo, como
Irmaõ muito amante do coração e obrigado
Azeredo Coutinho

Lisboa 16 de março de 1776

25 - 1776, março, 21, Lisboa

Mano muito do meu coração. Há poucos dias vos escrevi por hum dos correys, que aqui mandastes. Agora o faço pelo Amaral, que entendo partirá para essa Universidade hoje quinta-feira 21 do corrente, pois assim mo disse antehontem João Chrizóstomo, e elle mesmo mo veyo annunciar hontem.

O dito Amaral chegou aqui no sábado passado, pelo meyo dia, quando eu me achava na Ajuda, donde me naõ recolhi se naõ muito tarde. As lampreas vivas chegaraõ mortas, dizendo elle, que humas acabavaõ de espirar [sic] havia pouco tempo. No domingo de manhã cedo as remeti logo com oito barris ao Sr. Marquez, contando o cazo, e successo do projecto de chegarem vivas. Disse que havia poucos dias, que o Snor. D. João as remetera vivas de Salvaterra ao Sr. Marquez, e que sem embargo de as trazerem em vasilha com areya metida sempre dentro da água do Tejo, não chegaraõ vivas, mas que sempre se podia aproveitar o sangue, etc. Ao Sr. Cardial fiz terceiro presente de meya dúzia, e a Martinho de Melo, que chegou de Salvaterra a preparar a nao da Índia, e cá se acha ainda, mandei huma dúzia de barris tudo em vosso nome. João Crizóstomo tem tido quatro barris em cada uma das condutas.¹³³

O dito João Chrizóstomo me communicou os descobrimentos, que cá se fizeraõ da collusão, que se supoem ter havido no arrendamento das rendas dessa Universidade, que se arrendaraõ por 22 contos de réis, ficando os arrematantes do pé para a maõ com 22 mil cruzados de lucro, que por huma escritura repartiaraõ entre si, ficando alem disso salvos aos rendeiros, que subarrendaraõ os ramos partidos da dita massa, os lucros que elles esperavaõ receber dos ditos subarrendamentos.¹³⁴ Este descobrimento entendo

¹³³ Nova referência ao consumo de lampreias, desta vez com a acrescida informação sobre a forma de conservação dos seus barris, a crer que fosse feita em condutas de água.

¹³⁴ Alusão ao sistema de arrendamento das propriedades em «*ramos*». Esta designação reporta-se a parcelas de propriedades que se arrendavam em conjunto. Algumas vezes, ocorria o subarrendamento por parte do principal rendeiro, com o objetivo do lucro. A designação de «*massa*» era também usual para identificar todo o património, formado por propriedades diversas.

que foi feito por huns sugeitos, que cuido eraõ alhegados, e tinhaõ hido com recomendaçoens para serem atendidos nos termos hábeis, não sei se ao Escrivão da Fazenda, os quaes parece que só pertendiaõ alguns ramos, e não os tiveraõ pela razaõ de se arrendar a massa junta. Observa-se que houve grande prejuízo no arrendamento de toda a massa, e que à vista delle não convém, que a Universidade assim arrende as suas rendas, podendo fazer mais renda, arrendando-as com diversos ramos, visto ter facilidade de cobrar por efeito do seu privilégio¹³⁵ e que deve pôr editaes quando arrendar, quando se arrendar em ramos porque entãõ concorrem os rendeiros das próprias terras delles que são os que mais dão, e melhor podem segurar os pagamentos.

Observa-se ter-se feito a arrematação a hum João de Araújo Lima homem de negócio taõ conhecido por mao pagador, e pouco seguro, que tendo tomado rendas de muitos contratos reaes nunca pagou algum sem execuçoens, e por isso já se lhe não arremata contrato algum. Porém tudo isto me disse João Chrízostomo, que ainda não sabe o Sr. Marquez. À vista disto faz-se preciso que pela vossa parte haja mais vigilância sobre o referido ponto, e tudo o que pertence à Fazenda e que não descanseis tanto sobre o escrivão della, que este possa e venha a ter todo o influxo nessas arremataçoens em que vai tanto como agora se reconheceu; porque ainda que o escrivão seja muito fiel, como homem, pode deixar de penetrar alguma traficância, que haja, e hé necessário que haja quem lha advirta, e o faça ser mais diligente, principalmente quando a nação dos rendeiros hé taõ costumada a dolos, enganos, e colluzoens ainda mayores.

As notícias de Salvaterra são todas de que Sua Magestade vai continuando a experimentar conhecidas melhorias, e que brevemente se porá em pé.

[texto registado na margem superior]

Assim o esperamos, e dezejamos todos com grande alvoroço; e todos nos achamos certos, graças a Deus, de que assim o veremos.

Não me ocorre por hora outra couza, se não dizer-vos que o Sr. Marquez anda occupadíssimo em negócios políticos. Toda a Europa se arma, e faz preparos militares; e nós taõbem os fazemos agora. O objecto das negociaçoens do gabinete não me hé conhecido. Fazem-se muitos discursos. Deus

¹³⁵ É citado o privilégio da Universidade de cobrança de rendas, à semelhança do património régio. Leia-se o Alvará Régio de 28 de agosto de 1772, pelo qual foi extinta a Mesa da Fazenda da Universidade, tendo sido criada, em substituição, a Junta de Administração ou Junta da Fazenda. O § X deste Aviso refere, concretamente, que nos contratos de arrematações se observam as mesmas condições com que se arrematam os da fazenda real – v. COSTA, 1961: 275-279.

nos defenda do flagelo da guerra. Elle vos conceda sempre a próspera saúde, que vos dezejo e me dê occasioens, em que vos mostre o muito que taõbem dezejo dar-vos gosto como

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa, 21 de março de 1776

26 - 1776, março, 23, Lisboa

Mano do meu coração. Serve esta taõ somente de acompanhar a carta incluza de António Caetano da Silva Morais Castro Sarmiento¹³⁶ opositor às cadeiras dessa Universidade taõ distinto pela sua literatura, e talento, como hé pela qualidade do seu na[s]cimento. Impossibilitado para vos aparecer prezentemente por cauza dos graves dependentes da sua caza, que aqui se acha tratando, e que absolutamente não pode dezemparrar [sic] sem muito grande ruina, e perda irreparável, tomou a rezolução de apresentar-se-vos, e de dirigir-vos por esse meyo as suas representaçoens, e as súplicas, que vos faz. E para lhes dar mais algum pezo, solicita a minha recommendação, e apoio, valendo-se para consegui-lo da mediação de huma pessoa de grande respeito para nós ambos, e que ambos nós dezejamos muito servir. Rogo-vos, que o attendais, e favoreçais em tudo o que for possível; pois me consta ser na verdade muito benemérito, e todo o benefício que lhe fizeres, me deixará na mayor satisfação pelo grande empenho que tenho, de que meos officios lhe sejaõ proficuos.

Para tudo o que for dar-vos gosto estou sempre taõ pronto, como quem em tudo dezejar mostrar o grande affecto, com que sou

Vosso irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa, 23 de março de 1776

27 - 1776, março, 27 (?), Lisboa

Mano muito do meu coração. Tendo-me dito João Chrizóstomo, que partia o Amaral, e vindo elle saber, se eu vos escrevia, fi-lo, e lhe entreguei a carta quinta-feira passada antes de hir para a Ajuda. Mas recolhendo-me

¹³⁶ Filho de Lourenço de Silva Sarmiento, natural de Vinhais (d. Bragança) estudou na Faculdade de Cânones de 1761 a 1766. Fez formatura em Cânones em 1765 - v. *Universidade de Coimbra (F); Processos de carta de curso (SR)*, 2ª s., cx. 38. (cota AUC- IV- 2ªD-12-4-4).

dela para caza, achei nella a vossa carta com a cópia das contas, que ultimamente dirigistes¹³⁷ ao Snor. Marquez. E hoje me constou, que o dito Amaral ainda não partio.

O Snor. Marquez anda occupadíssimo com as negociaçoens em que agora trabalha o gabinete; e nas occazioens, em que chega o Paquete de Inglaterra, não se emprega em outra alguma couza. Duvido pois, que tenhais agora prompta re[s]posta. Para a dificultar concorre taõbem o virem 6 contas juntas; o melhor meyo de segurar a promptidaõ das re[s]postas hé o de não ajuntar, nem cumular muitos negócios. A multidão delles faz medo, e conduz muito para não serem logo deferidos.

Muito estimarei, que se salve o honrado Fr. António Caldeira¹³⁸ pelo qual eu já fiz fervorozos, e instantes ofícios na ocaziã do despacho passado; mas todos infrutíferos. Receyo-lhe porém muito e muitíssimo, porque tem inimigo, que tem trabalhado, e conseguido arruiná-lo no conceito do Snor. Marquez; mas hé sem dúvida, que com manifesta injustiça, e iniquidade. Queira Deus que se não accenda agora o espirito da parcialidade contrária que lhe tirem até o lugar de chronista, do que está ameaçado há muito tempo sem eu poder ser-lhe bom.¹³⁹ A respeito de todos os outros propostos assim teólogos, como médicos, *fiat justitia*.

A proposta, que tem por objecto a assistência dos quatro Padres Camillos nesse Hospital, taõbem tem no meu conceito muito perigoza a sua aprovação. O Sr. Marquez por diferentes vezes tem estado para mandar sahir deste reino os Camillos, que estão no Hospital desta corte. Hoje porém está de outro acordo; pois lhes deu lugar no novo Hospital de S. Jozé.¹⁴⁰ Poderá conformar-se.

O Snor. Cardial pode hoje muito com o Snor. Marquez. Na ocaziã da outra consulta das Faculdades Jurídicas fiz-lhe a lizonja de lhe hir mostrar, como couza insinuada por vós, as cópias das contas, que me mandastes [sic], com as quaes elle ficou porque me pedio lhas deixasse não me sendo necessárias. Agora será preciso fazer o mesmo para ver se se salva Fr. António Caldeira, e o segundo Crúzio.

137 Leitura provável pois a palavra está corrigida, com letras sobrepostas.

138 Fr. António Caldeira, monge da Ordem de S. Bernardo.

139 São comuns as notícias sobre as intrigas na corte e redes clientelares que procuravam influências junto do Marquês de Pombal e este é apenas mais um dos exemplos.

140 Referência à Ordem de S. Camilo de Lellis, designada normalmente por Congregação dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos de Portugal e dos Algarves. Em Lisboa, possuíram residência no Poço do Borratém, desde 1759. O novo Hospital de São José a que é feita referência foi inaugurado em abril de 1775, sucedendo ao antigo Hospital Real de Todos os Santos cujo edifício ruiu com o terramoto de 1755. Estava instalado no antigo Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus, tendo sido este edifício cedido pelo rei D. José, razão pela qual recebeu o nome de São José.

Na carta, que está entregue ao Amaral, vos falo largamente sobre outra matéria, que posto já não sirva para agora, vos servirá para o futuro. Lembrome, que houve quem me disse, vos avizasse que não obrigasses a Junta da Fazenda a hir aos Préstitos; porque como os deputados della, por serem Collegiais ou Lentos tinhaõ os seus lugares, onde hiaõ, de pouco servia fazer lá hir o escrivaõ. Daqui se pode inferir, que elle taõbem falou aqui nesta matéria, talvez descontente do lugar, que no Préstito tem e pertendendo [sic] o melhor. Lá sabereis isso melhor pelo que tiver havido a este respeito.¹⁴¹

Tornando ao Sr. Cardial, o seu voto hé, que para se atrahirem estudantes às aulas de Medicina hé necessário diminuir-lhe os annos do curso académico. Porque 9 anos metem medo, aos que podem seguir a Faculdade, que todos são pobres.¹⁴² Eu não sou de parecer, que os Estatutos se revoguem, nem alterem em couza alguma.

O Cardial Patriarca ainda não publicou a *Bulla do Jubilo do Anno Santo*. Eu vi o régio beneplácito, com que ella foi restituída ao Núncio. Dos progressos da Consulta da Meza Censória não tenho notícia.

O afilhado de Anadia da Sr. D. Mariana hé hum irmão de huma sua criada D... N. [sic]¹⁴³, que ella estima muito, e parece, que hé pessoa de bem.

[Na margem superior]:

De Sua Magestade temos, graças a Deus, muito boas notícias. Vão continuando as melhorias: mas até quinta-feira não havia notícia de que se tivesse levantado da cama.

Os outros negócios não tem dado passo, porque até as conferências do Erário se tem interrompido successivamente.

Peço a Deus vos dê sempre saúde, e vos guarde como lhe pede este vosso
Irmão amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa, 26 de março de 1776

¹⁴¹ Uma outra referência ao escrivão da Junta da Fazenda da Universidade, Luís José Foucault, mais propriamente «*escrivão da Tesouraria Geral*» como era designado aquele cargo, tantas vezes já citado ao longo das cartas. A questão das precedências, nas cerimónias da Universidade, sobretudo nos préstitos, esteve sempre presente e foi ponto de discórdia no seio da instituição.

¹⁴² Os nove anos de frequência, dos preparatórios médicos e do curso médico, vigoraram até meado do século XIX. Eram constituídos pelos designados anos de preparatórios médicos, estudando no 1º a 3º ano de Matemática e de Filosofia e, posteriormente, durante seis anos na Faculdade de Medicina.

¹⁴³ Sem indicação do nome e apenas com estas iniciais.

28 - 1776, abril, 1, Lisboa

Lisboa 1 de abril de 1776

Mano muito do meu coração. Há bastantes dias que vos tinha escrito, e entregado a carta ao Amaral na suposição de que elle partia logo. O contrário porém succedeu. Pois só agora hé que parte juntamente com outro. Na carta, que elle já tem em seu poder digo o que se oferecia até o dia da data della. Agora direi sobre o mais, que tiver acrescido, que hé pouco mais de nada. Aceitai de todos nós os mais fervorosos dezejos de que tenhais Páscoas alegres.

Pouco tempo depois de vos ter falado em huma matéria, que podia ser importante, tive notícia de que chegou a esta corte o escrivão da Fazenda¹⁴⁴, porque me constou, que aqui me veyo buscar em ocasião, em que eu não estava em caza, e por isso não lhe falei, nem d'elle tive mais notícia. Ouvi que foi ao Sr. Marquez, e que lhe entregou os balanços da conta, que trouxe, mas não sei adiantar esta notícia. Sey mais que há muito poucos dias buscou a João Chrizóstomo. Sey que o Sr. Marquez não está pela arrematação da renda dessa Universidade que ultimamente se fez a João de Araújo Lima, e que por occasião disso determina mandar huma Provizão, porque as arremataçoens das rendas dessa Universidade, que excederem a quantia de 400 ou 800 mil réis subaõ por consulta para cá serem aprovadas por Sua Magestade por se conhecerem cá melhor os arrematantes, fazendo-se ahi praticar o mesmo que o dito Snor. tem determinado, a respeito das rendas da Patriarcal, para evitar alguma colluzão dos rendeiros com os officiaes da Fazenda. E a razão, por que a dita Provizão não vai já, hé porque com ella hão-de hir as condiçoens, que cá se tem determinado, se observem nos arrendamentos das rendas, assim respectivas ao tempo, como a outras circunstancias, as quaes condiçoens mandou o dito Snor. Marquez se procurassem, e copiassem, para se remeterem, e ficarem constituindo huma regra certa.¹⁴⁵ Tudo isto procedeu da pouca atenzão, que lá se teve com certos recommendados; perde a Universidade a regalia de arrendar livremente as suas rendas, de que até agora gozou; mas como isso hé para mayor segu-

¹⁴⁴ Nova referência a Luís José Foucault.

¹⁴⁵ Nunca chegou a ser concluído o trabalho de elaboração de uns Estatutos Civis e Económicos que regulamentassem a gestão económica, formas de arrendamento de bens, etc. A Universidade reger-se-ia por diplomas que pontualmente lhe eram enviados. Pode consultar-se a *Legislação académica desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850. Colligida e coordenada por ordem do excellentíssimo senhor Conselheiro Reitor da Universidade de Coimbra* (1851). Coimbra: Imprensa da Universidade.

rança, e aumento dellas não tanto para agora, como para o futuro, não hé couza, que possa desconsolar-vos.

O Sr. Marquez ainda não vio as vossas últimas contas. Porque tem continuado a estar muito occupado com as negociaçoens políticas, em que tem trabalhado até agora. Ouvi que dissera a respeito das contas precedentes respectivas às Faculdades Jurídicas que nellas havia, que considerar por ocazião dos despachos para as relaçãoens, que se propunhão porque não convinha ainda declarar as gradaçoens, e os ascensos. Sey que João Chrizóstomo vos toca, em que deis outras contas sobre a mesma matéria. Na Faculdade de Cânones há o motivo da cadeira de Prima vaga.¹⁴⁶ Mas eu não alterava nada do que tinha dito nas outras sem ordem pozitiva, nem me fazia sabedor da dúvida do dito Sr. Quem sabe, se para a dita dúvida influio o Cardial, a cujo gosto hé provável não viesse o que tocava ao Castelhana (?). Mas sempre entendo, que elle não havia de ser o primeiro em ponderar a dita dúvida. As outras ainda lhe não mostrei, porque todavia não quiz fazê-lo, sem determinação vossa expressa. Fá-lo-hei agora, que assim o determinaes.

Lá estará já o Godinho¹⁴⁷, que não deixou de ter aqui as suas melancolias. O Sr. Marquez não lhe falou na despedida, nem viu os papéis, que ultimamente lhe foi levar, (porque eu não me quiz encarregar delles, receyando algum cazo funesto, que não pudesse acautelar, e embaraçar) mas fez-lhe dizer, que se podia recolher (o que eu já lhe tinha dito há hum anno), e havendo quem lhe expoz a desconsolação em que elle estava pelo receyo de ter incorrido na desgraça de Sua Ex.^a por algum motivo, recommendou o dito Sr., que lhe segurassem, que não, e que só pelo seu grandíssimo embaraço lhe não falava.

A respeito do Jubileo¹⁴⁸ não sey, que haja novidade nem que até agora tenha vindo consulta sobre a matéria, de que já vos avizei. Emquanto vos não constar da publicação delle pelo Patriarca deixai-vos estar. Porque isto hé o que o Sr. Marquez tem respondido a alguns bispos, como entendo já vos avizei. Dos 15 barris de lampreas mandei logo 8 ao Sr. Marquez, 6 ao Snor. Cardial, e ajuntando ao outro mais três, que ainda cá tinha mandei 4

¹⁴⁶ Referência ao doutor Manuel José Alves (ou Álvares) de Carvalho que era apenas lente substituto, pois a cadeira não era presidida por um lente proprietário – v. nota 117.

¹⁴⁷ Trata-se, certamente, da referência ao doutor José Joaquim Vieira Godinho, professor da Faculdade de Leis, na cadeira de Direito Civil Pátrio, desde 1773. Foi também procurador da Universidade, em Lisboa.

¹⁴⁸ Francisco de Saldanha, Cardeal Patriarca de Lisboa (1758-1776) publicou neste ano a *Pastoral de publicação da Bula da extensão do Jubileo do Anno Santo por tempo de seis meses...* Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1776.

a João Chrizóstomo. Martinho de Mello levou só os 12 pela vez que disse. Agradeço a remessa das morcellas.

[na margem superior da 1ª folha da carta, no verso]

Não esqueça o negócio das Constituições.

Hontem veyo aqui Jozê de Vasconcelos e Souza¹⁴⁹ saber como succedeu o cazo dos porcionistas, e empenhado, em que elle se não tomasse de sorte, que houvesse grande castigo, etc. Disse-me, que estava certo, que vós o não havias de pintar com cores mais feyas, e antes vos não havias de esquecer da vossa costumada moderação. Mostrava empenhar-se tãobem pelo Collégio.¹⁵⁰ Como o Sr. Marquez não vio hontem a carta, não soube nada até hontem. Hoje poderá vê-la. Fizestes bem em mandá-los prender nas cellas, e dar conta; mas hé necessário inquirir os sócios, e contrários, para se castigarem os culpados.

Tenho dito tudo o que me lembra; e concluo segurando-vos o muito que dezejo dar-vos gosto, como quem hé vosso

Mano muito do coração

Azeredo Coutinho

[na margem superior da primeira folha, em adenda]:

Lisboa 1 de abril de 1776

El Rey nosso senhor vai continuando com as suas melhorias. Ainda não sey, se os Dezembargadores do Paço hirão a Salvaterra aos perdoens, como o anno passado. Mas creyo, que não, porque julgo, que El Rey não está ainda em termos de assistir a esse acto. A esta hora já isso se sabe, mas eu ainda o ignoro. Hontem me disse o Vasconcelos que se diz que Sua Magestade se recolhe para a Páscoa. Não hé porém certo.

29 - 1776, abril, 18, Lisboa

Mano muito do meu coração. As vossas boas notícias me trouxerão os prazeres, que eu dezejava em hum tempo tão próprio delles. Estimo infinitamente, que tenhais vencido o grande trabalho das funções da Semana Santa e da Páscoa, sem delle se vos ter seguido moléstia alguma. Dezejo, que tendo-se efetuado [sic] o retiro, que ideavas fazer para a Quinta¹⁵¹; por

¹⁴⁹ Referência a José Luís de Vasconcelos e Sousa (1740-1812) que, pelo casamento, viria a ser 1º Marquês de Belas e 6º Conde de Pombeiro. Era Desembargador da Casa da Suplicação e Conselheiro de Estado.

¹⁵⁰ A alusão ao Colégio tem aqui lugar por José Luís de Vasconcelos e Sousa ter sido porcionista do Real Colégio de São Paulo, em Coimbra, enquanto estudante.

¹⁵¹ Trata-se da Quinta de S. Martinho do Bispo, designada "*quinta de recreio*" ou "*quinta da Mitra*". Despesas de manutenção desta Quinta podem ser colhidas em PT-AUC-DIOC-

meyo delle, e da respiração de hum ar mais puro, tendeis adquirido novas forças para rezistir aos trabalhos inseparáveis dos dous grandes lugares de prelado dessa dioceze, e reitor da Universidade. Deus queira annuir aos meus votos.

Na minha família não tem havido novidade. Eu vou passando, graças a Deus, com algum alívio na minha moléstia; porque ainda que me leva o mesmo, ou mais tempo em se reduzir a parte queixosa, que levava até agora; contudo faz-se a redução com menos dores; e eu ando muito mais nutrido do que até agora, tanto assim, que já não gosto; porque a mayor nutrição unida à total falta de exercício me tem feito poltrão, de sorte, que qualquer leve exercício me faz cançar [sic]. Minha mulher passa bem, por se achar ainda sem esperanças de 3º parto. Ella vos dezeja, e annuncia por mim o grande fervor com que vos dezeja as Páscoas mais felizes; e vos agradece quanto deve a vossa lembrança.

Os pequenos vão hindo bem, e para assim continuarem vos pedem a vossa benção. Manuel tem-se enfeitado mais, e hé vivíssimo, e muito atinado. Já entende tudo, ou quaze tudo, e já se explica pela sua língua. Jozé vai-se criando muito bem, tem melhor cor, e figura, e goza de huma nutrição fortíssima.

O Sr. Cardial partiu na última oitava da Páscoa para Salvaterra, donde se recolheu a esta corte na sexta-feira seguinte. Entende-se, que foi comunicar a Sua Magestade a matéria, e progressos das grandes, e importantes negociações, que tanto tem occupado o gabinete do mesmo Senhor, que tãobem se prezume não se haverem antecedentemente participado a Sua Magestade pelo prudente receyo de aumentar-lhe cuidados. O dito Snor. vai continuando felizmente no restabelecimento da sua saúde, e se espera nesta cidade até 3 de mayo. O Sr. Marquez tem trabalhado, e trabalha, como hum homem de ferro. Os negócios, em que se emprega, são todos políticos, e respeitaõ às negociações, que tem com as cortes estrangeiras. Sem embargo de que parece ter havido algum receyo de guerra por parte de Castella; como temos a fortuna de ter na frente do Gabinete hum Ministro tão hábil, e que sabe tomar tãobem as suas medidas, podemos ter a esperança de que evitaremos este grande golpe, e flagello. As pessoas, que discorrem de fora, como eu, e outros, entendem, que Castella se não declara sem França; e como observaõ que França tem cuidado, e cuida somente em restabelecer as suas finanças, e toda se aplica ao governo económico

dellas; tiraõ dahi por concluzão, que não há-de querer concorrer para guerras, não obstante parecer a ocazião oportuna pela circunstância de se achar Inglaterra tão embaraçada com o levantamento das suas colónias. Além disto tãobem se prezume, que nas negociaçoens do nosso Gabinete tem tãobem por objecto o cazamento do Príncipe com huma Princeza de França, e que o ajuste delle se acha muito adiantado; o que na verdade será muito conveniente para a paz, e socego deste reino; porque como França hé o primeiro móvel, sem o qual nada obra Castella em semelhantes artigos, fica a aliança de França servindo para mais firmar, e segurar a tranquillidade pública deste reino. Há poucos dias se mandou mobiliar [sic], e preparar o Palácio das Necessidades, no que se tem cuidado, e cuida com grande calor. Tenho por mais provável que seja para nelle se hospedar o Duque de Chartres¹⁵² que conforme as notícias da Gazeta¹⁵³ havia de achar-se até meyado [sic] março em Toulon para ali embarcar em huma esquadra, que havia de sahir daquelle porto para o de Brest. Pode ser, que na passagem pela nossa costa queira entrar neste porto, e que sabendo o nosso Ministério, que elle terá esta intenção, lhe queira prevenir a hospedagem com dignidade correspondente a huma tão grande personagem. Tudo isto porém, que tenho dito, não passa de ser escrito por meras conjecturas extrínsecas, e por discursos, que faço como qualquer outro do povo. Isto porém não obstante como só o escrevo para vos dar alguma idea meramente provável do que passa prezentemente nesta corte, não será justo, que o propaleis, nem me deis por autor. Porque eu mais quero festejar, aplaudir, e louvar as rezoluçoens do nosso sábio Ministério, quando ellas sahem à luz, do que occupar o meu entendimento em querer adivinhá-las, faltando-me as noçoens necessárias para isso. Deus abençoe o nosso Gabinete, e nos conserve por largos anos a precioza vida do nosso amável e incomparável Marquez de Pombal, em cujas luzes probidade, boa fé, e dexteridade faço tanta confiança, que nada receyo em detrimento da paz pública; emquanto elle conservar os alentos vitaes.

A respeito das vossas últimas contas creyo, que se não tem tomado deliberação alguma, e não sey se o Sr. Marquez as terá lido. Sey, que leu a

152 Referência a Filipe II de Orleães, Duque de Chartres, então em carreira de oficial da marinha.

153 Numa primeira interpretação, poder-se-ia tratar de referência a notícia na *Gazeta de Lisboa*, o primeiro jornal português publicado a partir de 1715. No entanto, a sua publicação foi interrompida entre 1762 e 1778, por proibição do que viria a ser Marquês de Pombal (veja-se o artigo "*Da Gazeta de Lisboa ao Diário da República*" em <http://dre.pt/comum/html/historia.html>). Estando a dita publicação suspensa nesta data, trata-se certamente da *Gazette de France*.

respeitante ao caso dos porcionistas; e que disse que como o Reitor os fizera prender, que assim estivessem por mais tempo, e persuado-me, que com isso se contentará. O dito Sr. Marquez não admite prática em negócios diferentes dos que trata, e até se fecha de sorte, que não hé fácil falar-lhe.

Hontem me disse Fr. Joaquim, que as Freiras de Esperança estavam aflictas com a notícia que tinhaõ de que as de Santa Anna, e de outros conventos são mandadas mudar para a Esperança. Não averigui ainda o que há. Mas como isto hé da incumbência do Executor da Bulla, e não sei, se tendes largado isso, vos dou sempre esta notícia.

Sobre o negócio da Bulla do Jubileo não tem havido novidade alguma. Quaze todos os bispos escreveraõ ao Sr. Marquez, e tiveraõ a mesma re[s]posta que o de Penhafiel. Como vos avizei, que nada publicasses sem saber que se publicara nesta corte pelo Cardial Patriarca, não me dá cuidado, que tenhais deixado de escrever sobre esta matéria.

Como meu sogro está mais perto da Quinta de Pereira¹⁵⁴, e entende de agriculturas, escrevi-lhe que fosse vê-la, e cuidasse em mandar plantar-lhe árvores de fruta de boas castas etc., o que elle tem feito em parte. Parece-me porém, que para a dita quinta ficar boa, e nella se unir o útil com o agradável, que sempre rezulta da boa ordem; quando fores à Quinta da Mitra¹⁵⁵, deis [sic] lá huma vista de olhos, levando convosco o Elsdén¹⁵⁶; que façais tirar huma planta de todo o território della, formar ruas, e repartir o terreno, para horta, jardim, pomar de fruta, de caroço, de espinho, etc., dispôr ruas compridas, em que se ponhã (?) árvores silvestres; e que para isso vá tãobem em todo o segredo o vedor de ágoa, quando vier, para dizer onde se achará ágoa, assim dentro, como de fora da quinta; porque havendo-a fora, e perto, se pode comprar a propriedade, onde a houver. Eu não desgosto do sítio da quinta, e como ella hé huma boa fazenda, por isso dezejo adiantá-la. Os frutos recolhidos de milho, e azeite, hé tempo de se venderem; porque daqui em diante abaterá o preço principalmente do pão, porque o anno vai bem principiado. Do producto dever-se pagar primeiro que tudo todas as despezas que lá tiver feito João Baptista por occasião da administração, direitos dados a João Negrão para a jornada; depois as pensoens, que eu pago ao dito Negrão, à Sr. D. Teodora, e a minha mulher dos seos alfinetes, que tudo

¹⁵⁴ Trata-se da Quinta de Pereira, c. Montemor-o-Velho, onde João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho possuía um considerável património rústico.

¹⁵⁵ Referência à Quinta de S. Martinho do Bispo que tinha também esta designação e era considerada uma Quinta de recreio, já mencionada em cartas anteriores – v. nota 151.

¹⁵⁶ Tenente-Coronel Guilherme Elsdén, arquitecto das obras pombalinas da Universidade de Coimbra, já referido anteriormente.

importa 87 moedas, que eu desembolço para isso; e o que ficasse se deve aplicar para os benefícios, de que depende a melhoração da caza; pois ainda que eu necessite para os gastos desta caza, comtudo será mais conveniente applicá-lo para o restabelecimento das propriedades, etc., pois ainda que agora não renda, passado algum tempo pagará as despezas que agora se applicarem, e os juros. Esta hé a minha tenção; mas como este anno há pouco, pagas as despezas que lá se tem feito pelo dito motivo; quero que se ficar, sirva para <por estacas de oliveiras>, comprar duas terrinhas encravadas na Tapada de Pereira, huma terra sita acima da Quinta de Ansião, e o mais que for necessário; que havendo abegão na Quinta de Pereira se compre gado, que esterque as terras da quinta para aumentar a producção do pão, e que se vá fazendo o que poder ser, etc., e o que não poudeser, se reserve para a producção do anno seguinte. Basta de matraca. Peço ocazioens de vos dar gosto e dezejo-as com o amor e eficácia de quem hé

Vosso irmão muito amante do coração

Azeredo Coutinho

Lisboa 18 de abril de 1776

[adenda, na margem inferior]:

Tãobem estou de ânimo de fazer lagar de azeite na Quinta de Pereira, mas isso não tem pressa.

[adenda, na folha seguinte]:

Hontem veyo dar-me as boas festas Martinho de Mello¹⁵⁷ e me encarregou de vos mandar memórias suas, etc.

30 - 1776, abril, 23, Lisboa

Mano muito do meu coração. Agora vem aqui inesperadamente o Amaral despachado já para partir para essa Universidade. E porque a hora, em que chega, hé a das dez <da noute>, do dia de S. Jorge 23 do corrente em que me acho com algumas pessoas em caza por ser o dito dia o dos annos de minha mulher, que não pude encobrir para omitir a memória d'elle, como faço aos meos; não hé possível, que eu me demore convosco nesta carta. Nem na verdade eu tenho prezentemente matéria para escrita larga.

Pelo que toca a da saúde, estimo muito a vossa, e como estou certo, que não duvidareis do muito que todos vo-la dezejamos sempre muito continuada, e na mayor perfeição, não vos occuparei o tempo com a leitura de

¹⁵⁷ Martinho de Melo e Castro (1716-1795), Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, sucederia a Aires de Sá e Melo, no cargo de chefe do governo, no reinado de D. Maria I.

semelhantes expressoens. Aceitai-as de ambos nós e disponde da nossa, que graças a Deus não hé má ao presente, excepto somente os continuados e inseparáveis incómodos de minha cançada moléstia.

O dito Amaral leva a re[s]posta da conta sobre o cazo dos porcionistas, e tãobem algumas ordens respeitantes a esse cazo, e ao socego do Collégio de S. Paulo. Estas providências tomou o Sr. Marquez no dia de hontem 22 do corrente, por se achar segundo prezumo mais dezembaraçado dos negócios políticos, em que tanto tem trabalhado, e trabalha o nosso Gabinete desde o verão passado. Estimarei, que possa agora ter algum lugar para se dezembaraçar, e rezolver as outras contas, que lhe tendes dado.

Pelo que se pode ajuizar, estão os sobreditos negócios do Gabinete em muito bom estado; porque se assenta já, que estamos fora do receyo de guerra e que para mais seguro vínculo de paz se acha ajustado o cazamento do Príncipe com huma irmãa do Rey de França. O Palácio das Necessidades está preparado, e mobiliado [sic], dizem, que para o Duque de Chartres filho primogénito e futuro successor da Caza de Orleans, o qual há-de passar por esta costa em huma armada de Toulon, e se espera que aporte aqui.

Sua Magestade vai passando bem em Salvaterra, donde se espera no mez seguinte, huns dizem que a 3, e outros depois. Tem já assinado muitos papeis, e vai correndo a assinatura.

Chegou a nao de guerra que tinha hido ao Rio de Janeiro buscar os quintos, e ouço que em ouro e diamantes traz 10 ou 12 milhoens. Nelle veyo o Morgado de Mateus que acabou o seu governo de S. Paulo.¹⁵⁸

Tenho recebido carta somente do primo (?) Gregório de Moraes, que me pede, lhe mande licença para vir a este reino com sua mulher e filha para a cazar cá, pois a contingência dos bens do Brasil, e o pouco respeito que os villoens ruins tem no mesmo Estado aos fidalgos particulares lhe não permitem cazar lá a dita sua filha. Isto hé sem dúvida efeito de algum ajuste, que já cá tem feito por meyo dos parentes transmontanos, que por lá passarão no regimento daquella província que lá está. Parece-me porém, que ou elle desconhece as despezas, que há-de fazer com hum tal transporte, ou que estará de ânimo de as fazer muito moderadas.

¹⁵⁸ D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, 4.º Morgado de Mateus, terminara em 1775 o exercício do cargo de governdaor da capitania de São Paulo. Por sua vez, a referência à nau de guerra tem lugar pela «Real extracção de diamantes das minas do Brasil». Teve a sua administração própria e a documentação sobrevivente produzida pode ser conhecida através da consulta em <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4743744>; na qual se pode obter informação sobre o carregamento dos reais quintos e dos diamantes (numa nau de guerra) no Rio de Janeiro.

Tenho ouvido que o Bispo do Rio está embrulhado com as religioens por querer obrigá-los a que se examinem para terem licenças para confeçar e pregar.

Achando-se o P.^e Sebastião¹⁵⁹ provido por encommendação na freguesia de Candelária, a proveu Sua Magestade há poucos dias em hum irmão do Dezembargador Jozé Luis França. Agora hei-de renovar a súplica do deado, antes que haja outro que o leve do mesmo modo. Elle antes quer ser Deão.

Sobre os negócios do Bispo de Aveiro não tem havido novidade nem lugar para ella.

Basta de escrita; e não sey, como cheguei a tanto. Aqui estou com tanto dezejo de dar-vos gosto, como podeis supor de hum

Irmão muito amante do coração

Azeredo Coutinho

Lisboa, 23 de abril de 1776

[adenda, na margem inferior]:

Sobre as dependências de Pereira e de Ancião tenho já escrito o que me tem ocorrido.

[adenda, na margem superior]:

Tinha de escrever-vos sobre o Foucalt, e a respeito da necessidade de procederes sem demora a fazer Juntas da Fazenda; seja onde for, e fazer, que lá se saiba que se fazem, e a razão porque não se tinham feito, não devendo elle ser só a da falta de caza para isso. Porém julgo supérfluo fazê-lo, e a razão vós mesmo a conhecereis por este correyo. Por isso eu vos dizia.

31 - 1776, abril, 30, Lisboa

Mano muito de meu coração. Hontem soube por Elsdén¹⁶⁰ que passavas muito bem, o que estimo no coração. Eu, minha mulher e vossos sobrinhos sem novidade.

Vai Fr. Joaquim, e elle dará as novidades – vai concluir o ajuste e condições da entrega da caza de Condeixa.

Quinta-feira passada vi entregar o Sr. Marquez a Joaquim Ignácio o sacco, em que vierão as contas da Universidade, que elle disse primeiro que não lhe pertenciaõ antes de se fazer a entrega sem a declaração do que se continha no sacco, e dizendo-lhe o dito Sr., que eraõ as da Fazenda da Universidade para as pôr no Erário, disse, que estimava muito.

¹⁵⁹ Sebastião Rodrigues Aires, V. nota 90 e já referido em outras cartas.

¹⁶⁰ Tenente-coronel Guilherme Elsdén já identificado em notas anteriores.

Está-se esperando o Duque de Chartres.

Vão essas cartas do Rio. O primo Gregório pede licença para vir para cá, e que não quer cazar sua filha no Brasil. Primeiro pela incerteza dos estabelecimentos das cazas, segundo para evitar os atrevimentos dos villoens ruins.

O menino Vasco¹⁶¹ virá com o Dezembargador Brandão, e não veyo agora por não haver pessoa de amizade a quem se entregasse. Não sei mais novidades. Fico muito dezejoso de dar-vos gosto, como

Irmão o mais amante do coração e obrigado
Azeredo Coutinho

Lisboa 30 de abril de 1776

32 - 1776, maio, 9, Lisboa

Mano muito do meu coração. Não vos escrevi pelo correyo de hontem por saber que partia hoje o Amaral, o qual com efeito aqui se acha já esperando por esta carta; que por isso necessariamente há-de ser breve. Sexta-feira recebi a que trouxe o correyo Bernardo, em que foi summamente estimável a certeza da continuação de vossa boa saúde. Por cá não há novidade nesta matéria. A Sr.^a D. Maria vai passando com os costumados incómodos do estado, em que se acha; e agradece muito as vossas memórias. Os dous pequenos passam bem, e pedem a vossa santa benção.

Não falei com João Chrizóstomo depois da vinda do correyo, e por isso não sei nada do que obrastes a respeito do negócio, em que interessa o Bispo de Beja.

Hontem, que foi o 1º dia de conferência depois da moléstia de Joaquim Ignácio, ouvi ao Sr. Marquez que vos tinha escrito para fazeres todos os cortejos a hum Príncipe da Rússia¹⁶² que hé cunhado do Duque de Curlândia, que anda viajando e depois de aqui estar há quaze hum mez, partio hoje para Cintra, e vai dormir a Mafra, donde vai a Alcobaça, Batalha, Leiria,

¹⁶¹ Vasco de Vilhena Coutinho de Melo, segundo informação colhida em carta de Ana de São Francisco, irmã de D. Francisco de Lemos, de 27.05.1778, inserida no fundo documental PT/AUC/PFM/DFL. Nas cartas n.º 45 e 47 é referido novamente; foi identificado o seu nome usado enquanto aluno da Universidade: Vasco Fernandes Coutinho.

¹⁶² Referência ao Príncipe Nikolai Borisovich Yusupov (1750-1795) que era cunhado do Duque da Curlândia e Saxónia (do ducado da Curlândia e Semigália) pelo casamento de sua irmã, a Princesa Yevdokiya Borisovna Yusupova (1743-1780). O nome do “Príncipe Yossopof” é mencionado em carta do Marquês de Pombal enviada a D. Francisco de Lemos, em 06.06.1776, solicitando-lhe que o acolhesse em Coimbra, como veio a acontecer. A carta está inserida em *Universidade de Coimbra (F); Alvarás, Decretos, Cartas, Provisões (SR); Nova Fundação e Reformação da Universidade (1774-1776)*, vol. 2, fl. 200 – (cota AUC-IV-1.ºD-3-2-8).

Pombal, a essa cidade e dahi para o Porto, donde volta por cauza das estradas a Vizeo, dahi a Almeida e passa então a Castella a continuar a sua viagem. O dito Príncipe hé hum moço muito civil e dizem, que bem instruído. Não anda com fausto <e traz pouca família. Aqui assistiu na Caza do Pasto (?) que está na dos Magalhaens>. O Sr. Cardial e o Sr. Marquez lhe derão jantares; e o Sr. Marquez o recomenda para todas as partes, por onde elle há-de passar, para o hospedarem e tratarem bem. Em Pombal o mandou hospedar nas cazas da Câmara. Estando elle para passar a Coimbra, e tendo-vos obrigado de o hospedares, pareceu-me que vos faria falta o vosso cozinheiro que aqui chegou hoje, dizendo trazia licença vossa. Fiz dizer-lhe, que viera em má conjuntura, pois vos havia de ser agora necessário; e elle com boa vontade disse, que partia logo, e ouço que vai com o Amaral. Sexta-feira estive em caza do Sr. Cardial vendo a livraria toda a manhã até às duas horas.

Domingo passado concorreraõ aqui os dous cónegos com João Crizóstomo, que os animou muito tirando-lhes algum cuidado com que estavaõ. De então para cá não lhes tenho falado; e eu lhes disse, que nesse dia os não rogava a jantar, para que com isso não demos matéria aos seos inimigos. Os papéis hão-de me vir com vista, e hé necessário proceder a respeito delles com toda a cautela. Eu não sey o que elles tem feito de domingo para cá e ignoro se tem conseguido falar ao Sr. Marquez. Elles me perguntaraõ se podiaõ mandar recado ao Sr. Marquez de que traziaõ huma carta vossa para entregar a Sua Ex.^a, e eu receyando, que esse recado não produzisse o efeito dezejado, lhes disse, que como a sua comissão só era do Cabido, e tinha hum objecto, que não vos tocava, não me parecia bem, que elles se encabeçassem na vossa carta, quando esta sómente lhe fora entregue para a entregarem quando falassem ao dito Snor. As couzas estão bem assombradas (?); e parece, que não há que temer; mas o Snor. Marquez entendo que considera o Cabido como réo e não quer mostrar que o favorece antes de lhe constar da justiça de sua cauza. O que hé de receyar, hé que depois de feita a consulta não vá embarrancar para sempre na Secretaria de Estado porque os muitos negócios do Sr. Marquez a podem fazer ali parar. Os conégos hão-de ter-vos dado notícias do que tem feito.

As senhoras de Condeixa têm escolhido hirem todas para Santa Clara. Pelo que entendo que se concluirá o grande negócio da entrega de Caza de Condeixa. Peço-vos, que não vos esqueçaes de mandar o engenheiro¹⁶³ à

¹⁶³ Guilherme Elsdén, já referido anteriormente, terá participado na construção da Quinta de Pereira.

Quinta de Pereira, e se vós fosses estar na Quinta da Mitra¹⁶⁴, alguns dias, seria bom, que chegasses lá alguma tarde, e que então o mandasses lá hir, e que nessa ocasião lhe desses as vossas ordens. Eu dezejo, que reparta o terreno em ruas, fazendo lugar para todas as partes de que se deve compor huma quinta, como são jardim, horta ajardinada, <tanque>, pomar, etc., alameda e bosque, para se mandarem plantar árvores, que o fação. Gosto do sítio, e quero delineado tudo o referido para o hir fazendo devagar, menos o que toca à aberturas das ruas, e plantação das árvores para hirem logo cre[s]cendo. Hé certo, que o jardim não pode ser cultivado com flores, etc., não estando eu lá; mas pode chegar e a fazer-se de bucho [i. e. buxo] e ficar assim. O negócio principal hé o de achar água de fontes, de que tenho esperança e dezejo desenganar-me. Fico com grande dezejo de dar-vos gosto como

Irmão do coração
Azeredo Coutinho

[na margem superior da 1.^a fl.]:

Lisboa 9 de mayo de 1776

[na margem superior da fl. anterior]:

Hontem disse Ayres de Sá, que dezejava muito que concluísse já a execução do Breve das Freiras Franciscanas, a qual se retarda mais pelo que vai fazendo o Geral de Alcobaça. Hé necessário que neste verão cuideis nisso, para o que entendo será muito conveniente que venhais abaixo, visto que já o anno passado não viestes: e a haveres de vir seja immediatamente depois de fechada a Universidade. Para largares a comissão seria melhor tê-lo feito mais cedo. Pensai sobre este ponto. Eu dezejo chegar a Condeixa e Pereira e se vieres, vos acompanho na volta para Lisboa que sendo em princípio de outubro me cahe em bom tempo.

33 - 1776, maio, 11, Lisboa

Mano muito do meu coração. Pelo correyo Ventura vos escrevi com largueza. Agora só vou a repetir-vos o incessante dezejo, que tenho, de que passeis com saúde perfeita, e livre de todo o género de moléstias; e juntamente a dizer-vos que minha mulher se acha novamente pejada, e vai em dous mezes deste embaraço, o que eu tenho por certo, porque toda esta semana tem dado todos os sinaes disso e ultimamente se acha no trabalho-

¹⁶⁴ Trata-se, certamente, da Quinta em S. Martinho do Bispo, igualmente citada em diversas cartas.

zo passo dos vômitos, que muito a tem aflicta, e enfraquecido por não poder conservar nada no estômago, nem ter vontade alguma de comer.

Por cá não há novidade de consequente. Sua Magestade já aparece em público em Salvaterra, e assistio ao divertimento dos touros, que ali se fizeram nos primeiros três dias desta semana.¹⁶⁵ O dito divertimento se há-de ainda repetir, porque todos os fidalgos, que têm criaçoens delles, os querem dar das suas raças para o dito fim. Com isto se vai Sua Magestade entretenendo ainda ali; e como o tempo vai fresco, ainda se não fala no regresso para esta cidade.

Nesta semana não tem havido conferência por estar Joaquim Ignácio doente, mas sem moléstia de cuidado. Os Srs. Marquez e Cardial forão prontamente buscá-lo.

Cuida-se com muita força em preparos militares, e há quem diga, que o Palácio das Necessidades se preparou para o Conde de Lipe.¹⁶⁶ Mas não há receyo de guerra.

Aqui estou com o meu costumado dezejo de toda a occazião de dar-vos gosto, o que sempre farei, como vosso

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa, 11 de mayo de 1776

34 - 1776, maio, 18, Lisboa

Mano muito do meu coração. Vivo muito faminto de cartas vossas; pois as não tenho há mais de 15 dias, tendo-me faltado não só pelos correys ordinários, mas até por hum dos da Secretaria, que veyo sem ella. Esta falta sempre me hé muito sensível pela grande consolação, que com as vossas cartas recebo; ainda que por me constar por outra parte, que passais muito bem de saúde não me aflige o cuidado, que necessariamente teria, se me faltasse esta certeza. Todos me dizem, que estais gordo, e que passais por hora muito bem. Pelo que louvo a Deus, como devo, e lhe peço a continuação da mesma felicidade.

Eu passo sem novidade, e assim vossos inocentes sobrinhos. Minha mulher lutou com huma fortíssima, e prolongada tormenta; mas seja Deus

¹⁶⁵ Alusão às habituais corridas de touros em Salvaterra (c. Salvaterra de Magos, d. Santarém). – v. nota 125.

¹⁶⁶ Friedrich Wilhelm Ernst von Schaumbur-Lippe (1724-1777). Deve-se-lhe a reorganização do exército português, a que se dedicou desde 1764.

louvado, já a leva vencida, e vai-se restabelecendo do grande abalo, e mace-
ração, em que ella a deixou, porque já come sem fastio. Queira Deus que
se não malogre com algum incidente contrário o fruto, que me faz esperar
o estado, em que se acha, e que tenha desta vez tão bom successo, como
da segunda.¹⁶⁷

Ainda dura a moléstia de Joaquim Ignácio, mas está já quaze bom e só
necessita de hir convalescer alguns dias na quinta.

El Rey recolhe-se a esta cidade sábado 25 do corrente, e vem bom.

Aqui não há novidade digna de contar-se. Fico com o mais vivo dezejo
de dar-vos gosto em tudo, e por tudo, como quem hé vosso

Irmão o mais amante do coração

Azeredo Coutinho

Lisboa 18 de Mayo de 1776

35 - 1776, junho, 16, Lisboa

Mano muito do meu coração. Quinta-feira perto da noute chegou aqui
o portador que mandastes para fazer partir para essa cidade o vosso cozi-
nheiro, e para o mais, que continha a carta, que por elle me dirigistes. Logo
que eu soube que o Príncipe Russiano¹⁶⁸ hia a essa Universidade, e que o
Sr. Marquez vo-lo recommendava, reconheci que vos havia de ser necessário
ter lá o dito cozinheiro, e por isso logo que elle chegou, o fiz voltar para lá,
o que elle fez com boa vontade, e pelo que me disse o portador acima
mencionado, encontrou-o com o Amaral muito perto dessa cidade. Com a
sua chegada socegaria [sic] nesta parte o vosso cuidado. Quanto ao modo
de tratar o Príncipe Russo, assim em público, como no particular, parece-me
que tãobem preveni a vossa pergunta, dizendo-vos a este respeito o que eu
alcançava; e o que tinha visto fazer pelo Sr. Marquez. De tratamento não
pode ter mais de Ex.^a porque este hé o que se deu ao Conde de Lipe, sendo
Príncipe soberano, até que El Rey lhe mandou dar Alteza por mercê. O Sr.
Marquez falando-lhe em francez, lhe dava o costumado *vous* dos francezes
no discurso familiar, creyo que depois de lhe ter declarado Ex.^a na entrada.
Pelo que me disse o Sr. Marquez, entendo que o dito Príncipe chegou a essa
cidade na sexta-feira, e que se deteria ahi no sábado, domingo e segunda-
-feira, pois não sahio com tenção de mais demora, que a precisa para ver o

¹⁶⁷ Referência ao estado de gravidez de sua mulher, em gestação do 3.º filho, João Ramalho de Azeredo Coutinho.

¹⁶⁸ Príncipe Nikolai Borisovich Yusupov - V. nota 162.

que nessa Universidade há de notável. Nestes termos não pode chegar a tempo o dessert¹⁶⁹ que mandavas hir, por mais pressa, que se dê o portador, e por isso não vai agora visto não poder chegar a tempo de servir na presente occazião. Hirá porém em outra occazião, e será bom que seja quando for o Amaral; porque eu só nas dos baptizados dos meos filhos tenho uzado delle. Na verdade hé traste necessário a quem tem occazioens de dar jantares. E este que eu tenho, hé muito grande, e admite toda a divisão, que se lhe quizer dar, para o que se deve haver respeito à grandeza e extensão das mezas, para que se querem, e em que hão-de servir. Aqui se tratou de despachar as pautas dos vereadores dessa cidade. E ouvi a Ayres de Sá, que não tinhão vindo as de Coimbra porque a Universidade não tinha nomeado o vereador, que lhe pertence, o que cauza detrimento ao governo económico da cidade; porque perpetua nelle os que servem há muitos annos contra as Ordenaçoes do Reino. Dizei-me o que há nesta matéria, e as razoes, que tem a Universidade para não fazer nomeação de vereador, ou dar providência a isso, para que cesse esse incómodo público.¹⁷⁰

Tãobem ouvi cá queixarem-se frades de que estão alguns religiosos seos, e tãobem alguns seculares, que se querem graduar esperando occazião de o fazerem; e que tendo-se passado tantos annos depois da reforma, ainda não são admitidos a isso, pelo que alguns querem deixar-se disso, e tomar outra vida. Dizei-me tãobem o que há a este respeito, para que eu saiba rebater estas accuzaçoens e queixas.

Lá tereis recebido ou recebereis agora providências sobre o provimento das becas dos collegiaes, das quaes fica inteiramente dezesmbaraçado o Reitor da Universidade, segundo o que me disse João Chrizóstomo, de quem tive esta notícia.

O Bispo de Beja¹⁷¹ está a sahir com as suas Constituiçoens e isto cauza sentimento ao Sr. Cardial, que queria sahisses primeiro as suas para servirem de modello a todas as outras.

As Senhoras de Condeixa escolhem hir para Santa Clara, e entre ellas há a Sra. D. Antónia¹⁷² que é freira de Sandelgas, e quer passar para o

¹⁶⁹ Certamente a expressão francesa *dessert*, para apelar a pastelaria fina, não é aqui aplicada. O contexto do uso do termo nesta carta permite apontar para algum serviço de aparato.

¹⁷⁰ A Universidade elegia um seu representante para vereador do município de Coimbra.

¹⁷¹ Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814) foi nomeado Bispo de Beja em 1770 e depois Arcebispo de Évora, em 1802. As Constituições do bispado de Beja não chegaram a ser impressas.

¹⁷² Antónia Rosa Ramalho, filha de João Ramalho de Oliveira Catana e D. Antónia Luísa da Fonseca, natural de Condeixa-a-Nova, ingressou aos 18 anos no Convento de Nossa Senhora de

Convento de Santa Clara dessa cidade, que hé da sua ordem, concorrendo para facilitar este trânsito a futura extinção, de que se acha já ameaçado o Convento de Sandelgas¹⁷³. Vós como executor da Bulla da extinção e união dos Conventos Franciscanos tendes jurisdição para determinar este trânsito; mas parece que só o deveis fazer quando proveres aos mais, e não para prover somente a huma religioza. Dizei-me tãobem alguma couza sobre esta matéria porque não havendo outro meyo, nem esperança próxima delle, recorrerei ao Sr. Marquez, a quem não dezejo lembrar este negócio por pender da execução do dito Breve, que elle dezeja concluído por qualquer modo que seja. Pelo que vos peço muito, que attendais a isso sem demora, assim como tãobem ao negócio das Constituições, pondo de parte tudo o mais, que vai já correndo o seu caminho. Hé o que me occorre por hora dizer-vos, e tãobem que para isso seria não só conveniente, mas necessária a vossa vinda a esta corte pessoalmente pelo que pertence ao negócio das freiras. Fico com grande vontade de dar-vos gosto em tudo como quem hé vosso

Irmão o mais amante de coração
Azeredo Coutinho

Lisboa, 16 de junho de 1776

[em adenda, na margem superior da fl. 2 da carta]:

Há dias que não tenho notícia dos cónegos. Sey somente que falaraõ a Jozé Pereira de Brito¹⁷⁴ para ser seu advogado, e que este lhes não quiz aceitar procuração sem licença do Sr. Marquez, e que pedindo-lha, o dito Sr. lha concedeu.

36 - 1776, julho, 3, Lisboa

Mano muito do meu coração. Depois da carta, que recebi pelo Ventura, com notícia da hospedagem, que fizestes ao Príncipe Russiano, não tenho recebido outras notícias vossas, esperando-as, e dezejando-as; porque nem as tive pelo correyo ordinário, nem pelo extraordinário que vós annunciavas ficar a partir. Como entendo, que tendes passado, e passais com saúde, tudo o mais vou levando com resignação, e a tudo me accomodo, não faltando jamais a deprecar ao ceo a continuação de vossa saúde.

Campos de Sandelgas, em 1751 – v. *Cúria Diocesana de Coimbra (F); Câmara Eclesiástica de Coimbra (SC); Processos de profissão religiosa*, cx. 9 – (cota AUC-III-2.ºD-16-1-9).

¹⁷³ O Convento de Nossa Senhora de Campos de Sandelgas (c. Montemor-o-Velho) apenas seria extinto em 1891.

¹⁷⁴ Riscado “Snor Marquez” e substituído por este nome.

Por cá não há novidade neste ponto. Eu fico cuidando em dispor-me para o meu costumado remédio dos banhos do mar. Minha mulher começa a passar a melhor, do que tem passado até agora. Os pequenos vão-se criando. Aceitai as devidas memórias da mãe, e a elles lançai a vossa bênção.

Finalmente mandou o Sr. Marquez que se publique a Bulla do Jubileo do Anno Santo. Assim mo disse o Arcebispo de Lacedemónia,¹⁷⁵ do que cuidou já vos avizei; e depois disso assim o disse o presidente da Meza Censória;¹⁷⁶ mas não sei, se com efeito está já aqui publicado. Sempre podeis já dispor a publicação para assim que tiveres notícia della se ter aqui publicado. A questão, que havia, ainda continua, e vai tomando humas alturas, que muito me tem enfastiado. Tem-se gastado muitas conferências em se lerem os papéis feitos sobre a mesma matéria, e ainda se não concluiu a leitura delles. Como porém se tomou a resolução de separar della a publicação da Bulla do Jubileo, por isso ella se vai a publicar.

Aqui se achaõ algumas naos de guerra castelhanas que são parte de huma esquadra, que anda cruzando nas costas deste reino, onde tãobem cruza a do Duque de Chartres. Deste ainda não entrou naõ alguma, nem elle tem ainda aparecido a receber a hospedagem, que lhe está preparada.

Sua Magestade continua com a sua moléstia de perna; mas não padece por hora dores, que o vexem, e que impossibilitem ao divertimento do jogo, que tem no quarto da Sra. Rainha.

Acabou finalmente Fr. Dionísio de Deos¹⁷⁷ o seu segredo. Está restituído ao seu convento com todas as suas honras; e Fr. Joaquim está com projectos de que saha [sic] lente de Teologia para huma das cadeiras dessa Universidade.

Não quero repetir o que já tenho dito em outras cartas. Estimei a boa hospedagem feita ao Príncipe Russo; e por não deter mais o Ventura, concluo pedindo a Deus vos guarde como muito dezejo, e segurando-vos o muito que tãobem dezejo dar-vos gosto em tudo como

Irmão o mais amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 3 de julho de 1776

¹⁷⁵ D. António Bonifácio Coelho, arcebispo de Lacedemónia apresentado em 13.03. 1770.

¹⁷⁶ Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814) foi presidente da Real Mesa Censória, criada por Alvará de 05.04.1768, sucedendo a D. João Cosme de Cunha, o Cardeal de Cunha.

¹⁷⁷ Fr. Dionísio de Deus (1716-1797), do Convento dos Eremitas da Serra de Ossa, fora lente de Teologia da Universidade de Évora e veio a ser lente substituto de cadeiras de Teologia Dogmática e Teologia Litúrgica, na Universidade de Coimbra, de 1780 a 1793.

37 - 1776, julho, 6, Lisboa

Mano muito do meu coração. Quinta-feira de tarde recebi a vossa carta, que me trouxe o correyo Lopes. E como me certificou de ficares com saúde, fiquei muito contente. Deus vo-la conceda pelos annos do nosso dezejo. Por cá passamos todos agora sem novidade. A Sr. D. Maria não padece já tanto, e os meninos vão-se criando sem novidade. Por elles vos peço a vossa bênção, e pella may tenho commissão para vos agradecer, e retribuir muito as vossas memórias.

Hontem foi dia de annos do Sr. Infante D. Pedro,¹⁷⁸ e não houve beija-mão por cauza da moléstia de Sua Magestade que vai passando menos mal; toma em caza banhos da água das Alcaçarias,¹⁷⁹ e está esperando, que se lhe fechem humas feriditas, que tem na perna para os hir tomar nas mesmas Alcaçarias.

Falei com o Póvoa sobre o trãnzito da Sra. D. Antónia Roza de Sandelgas para Santa Clara, e disse-me que a reforma e reducção dos conventos da sua ordem, estava a fazer-se, e pelo que colhi, ou por elle com aprovação do Sr. Marquez, ou pelo Sr. Marquez insinuada <a elle para elle > aprovar e publicar; e tanto hé isto assim, que até me disse, que esperasse eu por ella, porque então com menos trabalho fazia eu o que queria. Creyo que o Sr. Marquez tem disposto isso, e quando a dita reducção e reforma estiver arrumada, vos avizará, que visto as vossas occupaçoens não vos permitirem ser executor de Breve, que tem esse objecto, hajais de vos escuzar da execução delle para se fazer a subdelegação em outrem. Pois isto mesmo hé o que elle já vos disse aqui o anno de 1774, em que aqui estivestes. À vista do que, e na certeza de não poderes vós fazer isso dessa Universidade, e do movimento, em que estão as couzas, que não permitem mayor demora neste ponto; parece-me que podeis escrever sobre esta matéria ao Sr. Marquez, para que elle não entenda que vos esqueceis. Se viesses abaixo, cá falarias sobre isso. Não vindo parece-me, que deveis escrever, e propor a vossa escuza, se for do agrado de Sua Ex.^a, para fazê-la (?) depois de aprovada.

Quanto à vossa vinda, ou para dizer melhor, a vossa rezolução de não vires, hé sem dúvida, que a dita rezolução hé muito contrária ao meu gosto. Mas a vossa saúde está primeiro que tudo. Como já o anno passado não viestes, discorria eu, que seria bom vir este anno porque quem por muito

¹⁷⁸ Infante D. Pedro Clemente (1717-1786) irmão do rei D. José que viria a desposar sua sobrinha e depois rainha D. Maria I.

¹⁷⁹ As águas de Alcaçarias, também designadas por Alcaçarias de Alfama (Lisboa) eram águas termais com diversos usos terapêuticos.

tempo não aparece, ou esquece, ou insensivelmente se vai pondo em termos disso, e ainda que os vossos grandes lugares não permitem que de todo esqueçais, contudo a longa auzência sempre faz alguma brecha. Tãobem poderias concluir algumas couzas pertencentes à Universidade e não continuará certo amigo a fazer os ofícios que quer. Porém não deixo de reconhecer os incómmodos que há por outra parte.

Amanhã 7 do corrente se publica aqui o Jubileo do Anno Santo. A outra questão vai correndo o seos termos.

Sobre os negócios do Bispo de Aveiro hé claro, que elle não tem direito a rendas seculares, pois são da Mitra de Coimbra e não se lhe tirarão. Hé preciso fazer requerimento ao Sr. Marquez para declarar huma couza, e outra, e não basta fazer hum papel. O que vós me mandastes, vinha excelente e hia cavar na raíz. Mas em semelhantes papéis quer o Sr. Marquez menos especulação, e factos mais palpáveis. Eu principiei a formalizá-lo em forma de requerimento. Mas parei; porque vos confeço [sic] que para tudo me falta o tempo; e não sei quando o acabarei: e creyo que será melhor vir formalizado de lá, em duas contas diferentes, huma sobre a pertença da porção pecuniária, e outra sobre as rendas da coroa. E não seria mau escreveres ao Sr. Cardial, para completar a obra que principiou; pois hé Ministro de Estado, e de caminho lhe falavas nas Constituições.

Gostei muito de ver as conclusões de Luís António Furtado. Hontem vi na Meza Censória a dissertação *de Monstris* de Vandelli¹⁸⁰.

Estimo que o vedor das águas fosse à quinta de Pereira. A água que ella dá sahe em boa parte; mas o ponto hé, que a haja com certeza. Estimarei, que os engenheiros vão lá quando houver lugar.¹⁸¹ Mas será bom, que seja quando estiveres na quinta de S. Martinho em dia que possais alargar até ali o vosso passeio. As Senhoras de Condeixa escolherão hir para Santa Clara e para isto inclinava mais meu sogro. Fico muito dezejozo de dar-vos gosto em tudo como

Irmão o mais amante do coração

Azeredo Coutinho

Lisboa 6 de julho de 1776

[na margem superior da 1.^a fl., em adenda]:

Eu ainda me não sangrei para me preparar para os banhos. Estou entalado, como sempre me succede com grave detrimento meu. Escrevi a Fr.

¹⁸⁰ Esta dissertação de Domingos Vandelli (1730-1816) foi publicada pela Imprensa da Universidade. v. Vandelli, Domenico – *Dominicu Vandelli... Dissertatio de Monstris*. Collimbriae: ex typographia Academico Regia, 1776.

¹⁸¹ Certamente, nova referência ao tenente-coronel Guilherme Elsdén que estava em Coimbra, trabalhando na construção dos novos edifícios pombalinos da Universidade.

Joaquim que faça remeter para a Louzaa a João Negrão Arnao¹⁸² trinta mil réis, para o que vos peço deis ordem a João Baptista.

38 - 1776, julho, 9, Lisboa

Mano muito do meu coração. Por não perder esta occazião de escrever pelo Bernardo, vou a fazê-lo sem embargo da necessidade de ser muito breve.

Domingo teve Sua Magestade hum ataque de febre, que posto não fosse grande, deu cuidado emquanto se não descobrio a origem que tinha de huma erisipella. Logo porém, que ella se reconheceu, cessou o dito cuidado, e por vir a dita erisipella com pouca força, continuou logo o mesmo Snor. a experimentar muito alívio, no que tem proseguido.

No mesmo domingo se publicou a Bulla do Jubileo do Anno Santo, de que remeto esses exemplares, que para vos enviar me deu hontem na Meza Censória o Arcebispo de Lacedemónia.

Hontem segunda-feira houve sessão plena da Meza Censória. Nella se acabou de ler a proposta ou censura do Bispo de Penhafiel ao voto de Fr. Francisco Barba, a qual acabou denunciando o dito Bispo a Meza (?) dita re[s]posta, e a pessoa do autor della. Finda porém a re[s]posta, e antes de se votar, intimei eu a Meza, que o Sr. Marquez me chamou, e me ordenou <lhe> intimasse da parte del Rey hum perpétuo silêncio na questão, que a ella havia dado cauza, e que os escritos se recolhessem pelo secreto [sic] della. Com isto se terminou falar muito a dita controvérsia que muito cuidado me deu.

Mandou o mesmo Snor. que sobre ella se observe hum profundo segredo. Debaixo da obrigação delle vos dou esta notícia.

Chegou navio do Rio, e dizem, que houve acção entre as nossas tropas, e as de Castella no Rio Grande. Mas ainda o não sei com certeza.

O portador leva em huma caixa huns pedaços de pratos, que manda Fr. João de S. Francisco para amostra. E vão acompanhados com a carta incluza.

Não há lugar para mais. Dezejo-vos a mais próspera saúde, e muitas ocazioens de vos dar gosto, como

Irmão o mais amante do coração
Azeredo Coutinho

[em adenda]:

Jozé de Lemos e Nápoles irmão mais novo de Filipe Xavier¹⁸³ está destinado para Ministro de alguma corte estrangeira e com este destino passa

182 Trata-se, provavelmente, de João Negrão Arnaut, capitão-mor da Lousã.

183 Filipe Xavier de Nápoles Telo de Meneses.

brevemente a Inglaterra para se instruir com Luíz Pinto, e de lá seguir o destino que se lhe der. Hontém mo disse o Sr. Marquez, mas não sey se o disse a outrem, nem se está já publicado.

Lisboa 9 de julho de 1776

39 - 1776, julho, 20, Lisboa

Mano muito do meu coração. Não tive carta vossa pelo correyo prezente, mas como sey, que estais bom, socego. Eu hoje me acabei de sangrar para hir tomar os meos costumados banhos, o que farei infalivelmente até quarta-feira da semana que entra. Há dias, que passo mais incommodado da minha moléstia. Queira Deus que não tenha agora de padecer alguma tormenta semelhante à que padeçi há dous annos quando cá estivestes. Minha mulher passa agora melhor, e muito se vos recomenda. Os meninos vão-se criando; e só Manoel fica alguma couza doente por lhe estarem agora a sahir alguns dentes. Para ambos vos pedem os pays a vossa benção.

A grande necessidade que eu tenho de ver as fazendas da caça de Pereira, e ainda mais as da de Condeixa, que me vai a ser entregue, para sobre o ocular conhecimento dellas poder conceber ideas certas, e seguras do que hé mais vantajozo à boa conservação, e aumento dellas, e procurar practicá-las. O gosto que tenho de aliviar a minha saudade e de vêr-vos; pois há dous annos que vos não vejo, e tãobem de conversar comvosco sobre a mesma matéria, e de explorar os vossos sentimentos a respeito della; me tem feito entrar no projecto de tomar os meos banhos até 15 de setembro e partir então daqui para Condeixa com ânimo de estar por lá todo o mez de outubro; e depois disso voltar para cá, tendo visto tudo com os próprios olhos. Ainda não pedi licença; mas estou certo que ma não hão-de negar. Esta minha hida há-de ser depois de se terem recolhido a Santa Clara as tias de minha mulher, que não quero saibam deste meu projecto. Minha mulher não quer ficar cá só. A sua hida faz-me incómodo, mas não há outro remédio. Entretanto vou cuidando em dispor a arrumação das tias.

Sua Magestade continua com dores, e vigílias; mas não há moléstia de perigo.

Aqui me veyo hoje falar hum homem, dizendo-me, que se fala em prover bibliotecário dessa Universidade, e que hé hum irmão do corregedor dessa cidade; e que quem o patrocina, hé o Dezembargador Pissarro.¹⁸⁴

¹⁸⁴ António Ribeiro dos Santos viria a ser nomeado bibliotecário da Biblioteca da Universidade por Carta Régia de D. Maria I de 09.10.1777; era irmão do dr. João Ribeiro dos Santos,

Tudo isto me foi inteiramente novo; porque em tal couza não ouvi falar ao Sr. Marquez, nem a João Chrisóstomo, que não vejo há muito tempo.

Chegou navio do Brazil que traz a notícia de termos tomado o Rio Grande, e alem disso algumas missoens, que foraõ nossas.

Está a chegar de França hum navio, em que Joaquim Ignácio mandou vir dez mil estacas de amoreiras, sinco mil para si, e outras sinco para algumas encomendas que tem, e as mais para quem as quizer comprar. Se tendes alguma idea de plantação de amoreiras para criação de bichos de seda no prazo da Ega, que dizem ser sítio próprio; não será fácil haver outra occazião de provimento de estacas, que vem muito mais cedo; pois não hirá mais navio a buscá-las; e feita a primeira plantação, por cá se hiraõ depois com mais vagar adquirindo mais plantas ou fazendo sementeira. Este género de plantação faz muita conta; mas há-de ser havendo fábrica grande.¹⁸⁵ Os Sás querem plantá-las na quinta de Várzea. Anticipo esta notícia porque assim o pede a occazião, mas somente para o cazo, em que tendes algumas ideas dessa espécie de agricultura.

O abalo das sangrias não me permite mais escrita. Fico pedindo a Deus vos dê a saúde, que vos dezejo, e a mim muitas ocazioens, de vos dar gosto, como

Irmão o mais amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 20 de julho de 1776

[na margem inferior, em adenda]:

Se ahi estiver o P.^e Mestre Fr. Joaquim dai-lhe lembranças minhas e que as mande tãobem para Condeixa, para onde não posso escrever por estar sangrado, ainda que com bom successo.

40 - 1778, janeiro, 17, Lisboa

Mano muito do meu coração. Hoje me forão entregues duas cartas vossas, huma vinda pelo correyo, e outra pelo Dr. Jozé da Fonseca e Silva. Ambas me encheraõ de gosto pela certeza da vossa saúde. Por cá não há novidade.

formado em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1755. É de sua autoria a "Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra", localizado no cod. 4676 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Este texto foi já publicado por MOTA, 1991: 197-228.: 2.

¹⁸⁵ O Filatório de Chacim (c. Macedo de Cavaleiros) é um dos exemplos de sucesso da instalação das fábricas de seda. O séc. XVIII foi fértil na criação de unidades de produção de seda que pressupunham a plantação de amoreiras.- v. notas 113 e 114.

Pelo correyo passado deixei de escrever-vos, porque me seguraraõ, que partia o Amaral no domingo; mas fazendo a carta incluza para elle levar, a mando neste correyo, porque ainda se não sabe, quando elle há-de partir.

Tem-se tratado sobre alguns negócios da Universidade, e sey que alguns forão remetidos ao Dezembargo do Paço para consultar ouvido o Procurador da Coroa, e estes são os que respeitaõ às conezias das Sés Novas, e o Visconde¹⁸⁶ disse ao Godinho que fizesse de procurador delles. O das igrejas de Braga não está bem assombrado. O Visconde dezeja, que vença a Universidade, e o mesmo quer o Bispo de Penhafiel, que foi, e hé presente-mente Arcebispo de Tessalónica com 10 mil cruzados de renda, o Palácio de Penhafiel, e a Quinta da Mitra. Porém sem embargo disso vai o dito negócio a perder-se.

Apareceraõ final [sic] os requerimentos sobre a igreja da Cumieira, hum em nome do Arcebispo, e outro do Cardozo. Mandou-mos o Visconde hon-tem para para que eu os veja, e lhe vá segunda-feira falar sobre elles. Ainda não pude vê-los, mas parece-me, que vi, que quando o Ministério mandou sustar a renúncia, já o Papa tinha feito a graça da aceitação della, e se havia posto o *fiat* na súplica, o que basta para dar o direito, que na Bulla depois concedida à Universidade se rezalva. Isto porém ainda hé dito quaze de cor. O modo, com que se trataõ os negócios não hé bom. Mas que remédio! Todos padecem, e os primeiros, que padecem, são os mesmos Ministros de Estado. Hé necessário não tomar as couzas a peito. Tudo isso, que me dizeis, vos aflige, não deve fazer-vos impressão, e merece ser tratado com hum ar de ridículo, porque não hé injúria feita a pessoa; hé sistema do presente governo, e não há quem não passe por ahi.

Agradeço a promessa de remessa dos Mapas. Hoje escrevi pedindo a re[s]posta, que esperava sobre o prazo de António Teixeira Álv[a]res. Hé digno de não esquecer.

Farei as recomendaens para o Brazil.

Estimo se doutorasse o irmão do demonstrador.¹⁸⁷

Suas Magestades vão depois da manhã [i. e. de amanhã?] para Salvaterra. Não tenho lembrança de outra couza, que tenha de dizer-vos. Peço a Deus

¹⁸⁶ Deve tratar-se de referência a D. Tomás Xavier de Lima e Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva, Visconde de Vila Nova de Cerveira (1754-1781). As alusões às conezias das Sés têm aqui lugar por a Universidade de Coimbra nomear os que ocupavam os cargos de cónegos magistraes e doutorais de diversas Sés, em todo o país.

¹⁸⁷ Era então demonstrador da cadeira de Anatomia, da Faculdade de Medicina, o brasileiro José Correia Picanço (natural do Recife), mas não foi identificado qualquer irmão que tivesse sido doutorado na Universidade.

vos conserve a vida, e saúde, e fico pronto para dar-vos o gosto em tudo, como

Vosso amantíssimo irmão e obrigado
Azeredo Coutinho

Lisboa 17 de janeiro de 1778

[em adenda, no final da carta, na margem inferior]:

Pelo que vejo, ainda Jozé Joaquim Vieira Godinho¹⁸⁸ não partirá tão depressa.

41 - 1778, agosto, 8, Lisboa

Mano muito do meu coração. Faltou-me neste correyo carta vossa, mas como soube que ficavas de saúde, isto bastou para consolar-me. Por cá tenho de participar-vos a grande novidade de me ter Sua Magestade feito a mercê de Dezembargador do Paço conservando o lugar de Procurador da Coroa. O Decreto está já lavrado, mas ainda se não publicou, nem se publicará se não talvez por toda a semana, que vem, porque o despacho hé grande, e envolve muitos despachos que querem que sahão todos juntos. Hoje se deu o mesmo despacho do Dezembargo do Paço a João de Oliveira Leite¹⁸⁹ por decreto singular em atenção a ser secretário del Rey. Está feito outro decreto em que se faz a mesma mercê a Jozé Alberto Leitão, Manuel Gomes Ferreira, Jozé de Vasconcelos e Souza, e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Não me canso com dizer o que sey dos outros despachos, porque hé tarde e chego da caza do Marquez, onde soube o que digo. Dou muitas graças a Deus, porque não faltarão sustos já de não entrar no despacho, e ficar Procurador da Coroa, já de ser Dezembargador do Paço, e não ficar Procurador da Coroa. Tudo porém se venceu com a ajuda de Deus.

A Sr.^a D. Maria passa sem novidade, e se vos recomenda. Os Meninos passam bem, e Manoel já está em caza da estrangeira. Pelo correyo passado não pude escrever-vos e por isso não vos disse que tinha hido ver os Senhores de Palhavã,¹⁹⁰ que me receberão com muita honra e agasalho, encarregando-me de vos mandar da parte delles muitos agradecimentos aos muitos

¹⁸⁸ José Joaquim Vieira Godinho (natural de Ouro Preto, Brasil) – v. nota 147, referido ainda em outras cartas.

¹⁸⁹ João de Oliveira Leite de Barros, desembargador do Paço, deputado da Mesa da Consciência e Ordens.

¹⁹⁰ Referência a D. António e a D. José filhos ilegítimos de D. João V que residiam em Palhavã, no palácio do Marquês do Lourical. Foram desterrados de Lisboa em 1760, para o Mosteiro do Buçaco, tendo dali regressado apenas em 1777.

obzéquios, que lhe fizestes, e dizendo mil bens de vós. Eu ainda não fui lá segunda vez; mas brevemente vou. Sey que dizem muito bem de vós.

Chegou Seabra muito magro e queimado.¹⁹¹ Porém veyo bom. Tem sido tratado de Excelência pelos Ministros de Estado. Foi logo a Queluz, onde foi bem recebido de Suas Magestades. Tem sido buscado de todos e o povo o recebeu com o mayor alvoroço possível. Não se duvida da restituição de honras, e creyo que tãobem de ordenados. Duvida-se porém do exercício do lugar. Espero por carta vossa para elle.

Basta por hoje; não se publique ainda a notícia dos despachos. Fico à vossa obediência como

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 8 de agosto de 1778

[em adenda, na margem inferior]:

Por occazião do despacho não fui ainda para as Prayas.

As manas de Marvila¹⁹² acabarão as suas prelazias: mas o Patriarca nomeou Micaela¹⁹³ vigária *in capite* para continuar, e a Helena¹⁹⁴ também Prioreza. Estas as novidades. Não há notícias do Rio.

42 - 1778, agosto, 15, Lisboa

Mano muito do meu coração. Pelo correyo passado vos noticiei do meu despacho para o Dezembargo do Paço, conservando o lugar de Procurador da Coroa. Agora acre[s]cento que os decretos baixaraõ quinta-feira última assinados por Sua Magestade, e por não se terem registado, e a sexta-feira seguinte ser feriado, ficaraõ para hir ao Dezembargo do Paço na segunda-feira próxima 17 do corrente. Porém na quinta-feira depois de acabada huma Junta, que nessa tarde houve por ocazião do Novo Código de Leys, publicou os ditos despachos o mesmo Visconde, e se fizeraõ públicos, e da Secretaria de Estado me tratão já como Dezembargador do Paço. Tomaremos posse quarta ou sexta-feira. Não sey dar as graças, que devo a Deus por este próspero passo da minha fortuna.

¹⁹¹ Referência ao regresso a Lisboa de José Seabra da Silva. Fora Secretário de Estado do Marquês de Pombal desde 1771 até 1774, ano em que foi afastado da corte, tendo sido desterrado para o Brasil e depois para África. Na origem do seu afastamento tem sido aventada a incompatibilidade e intrigas palacianas do cardeal patriarca de Lisboa, D. João Cosme de Cunha (1715-1783), Cardeal de Cunha.

¹⁹² Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Marvila (Lisboa), da Ordem de Santa Brígida, onde residiam, como religiosas, as irmãs de D. Francisco de Lemos.

¹⁹³ Micaela Joaquina Pereira de Faria e Lemos.

¹⁹⁴ Helena Josefa de Andrade Sotto Maior Coutinho.

Não tenho frequentado muito a Seabra porque as minhas occupaçoens não o permitem. Tenho-o porém buscado algumas vezes, e estado já com elle devagar. Disse-me, que tinha recebido huma carta vossa, mas não sabia por quem, e eu lhe segurei, que não fora por minha via. Não me perguntou por vós nem me falou mais a vosso respeito, e nem do meu cazamento, filhos, etc. Falla pouco, e mostra viver bastantemente possuído de melancolia, ainda que elle trabalhe por disfarçá-la querendo uzar do seu génio festivo.

Não lhe observo porém falta, nem deterioração alguma de juizo, antes sim a mesma viveza antiga; e as faltas de civilidade ou podem provir de melancolia, ou de alguma frialdade, em que tinhão posto o seu espirito para comnosco. Elle sempre me faz entrar logo, como em outro tempo. Os grandes obzéquios, que teve, o fizerão entrar com ar de Secretário de Estado, e no mesmo se tem posto a sua família. Porém como o despacho se demora; muita gente vai desconfiando, já não tem tantas vizitas, e se lhe observa bastante melancolia. Antehontem foi com toda a sua família para as Prayas, onde a Sr.^a vai tomar banhos.¹⁹⁵

Está provido o canonicato do Porto no Cacheta¹⁹⁶. Hé necessário que cuideis em informar o requerimento dos frades para aumento do ordenado das cadeiras, sobre o que direi mais devagar, e dirá tãobém João Crizóstomo, que tem recado do Visconde para vos dar.

Escrevi ao Marquez de Angeja,¹⁹⁷ ao Visconde¹⁹⁸ e ao Bispo de Penhafiel, dizendo-lhe que eu vos referi quanto lhe devo no meu despacho, e agradecendo-lhes a todos o fazerem desterrar as dificuldades, que havia contra elle, etc. Porque tudo isto agrada. Escrevi tãobem a Jozé de Vasconcelos, e não fique sem carta Luíz de Vasconcelos, ao qual podeis dizer, que pelas infinitas occupaçoens do vosso reitorado não poderes até agora satisfazer a essa diligência, e rezervastes para agora.

O Colégio de S. Paulo requer se lhe declare o modo, porque hão-de fazer os exames para os colegiais que entrarem nas becas, e anda nisso Luíz

¹⁹⁵ Novamente, são feitas referências ao regresso de José Seabra da Silva, após o seu afastamento da corte em 1774, bem como a referência aos banhos de mar, já então muito comuns, referindo-os novamente em carta de 19.08.1778.

¹⁹⁶ Francisco Pereira Cacheta, cónego magistral da Sé do Porto.

¹⁹⁷ D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa (1716-1788) foi 3º Marquês de Angeja e 4º Conde de Vila Verde. Após a queda do Marquês de Pombal, ascendeu a presidente do Real Erário, em 1777 e a chefe do governo, já no reinado de D. Maria I.

¹⁹⁸ Poderá tratar-se de referência ao Visconde de Mesquitela, D. José Francisco da Costa de Sousa e Albuquerque (1740-1802) que recebeu o título de 1º Visconde de Mesquitela, concedido pelo rei D. José, em 1754, mas também pode ser referência ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, já mencionado em outras cartas anteriores.

António Furtado, pedindo, que interinamente se lhes deixe seguir o mesmo método antigo. Seria bom prevenir esta negociação, assentando lá nas Congregações das Faculdades¹⁹⁹ no melhor modo, e dando conta. Sobre o modo parece-me, que assim como o que quer doutorar-se, defende no respectivo tezes de todas as disciplinas do curso; o mesmo exame se deve fazer ao que se habilita para as becas, que abrem a porta para o magistério, pensando-se no modo mais próprio do dito exame.

Estimo, que haja quem tire a planta do Paúl de Fermozele. Hé necessário ver, se o rio fica mais alto que a vala, e neste cazo até onde se deve continuar a valla para se meter no rio mais abaixo porque sem isso não se pode enchugar [sic] o Paúl, e será bom comprar algumas terras vizinhas.

Não há mais que dizer, nem tempo para isso. Fico com grande dezejo de dar-vos gosto como vosso irmão muito amante e obrigado

Azeredo Coutinho

[em adenda]:

As manas Micaela, e Helena tornaraõ a ficar Preladas de Marvilla.

Lisboa 15 de agosto de 1778

[na margem superior da 1.^a fl., em adenda]:

Se vos resolveres a hir tomar banhos em Fermozele, ou sem esse fim lá estiveres alguns dias; hi-de alguma vez à Quinta de Pereira, lançaí os olhos sobre aquelle sítio, e fazei o vosso plano para a abertura das ruas, e de algumas em que se plantem árvores silvestres, e sítio para cazas.

Na abertura do poço para achar água; parece que só se deve cuidar na primavera.

43- 1778, agosto, 19, [Lisboa]

Mano muito do meu coração. Pelo correyo próximo passado vos escrevi, e ainda que o fiz com pressa, persuado-me, que não faltei com re[s]posta a todas as matérias de vossa última carta, que della necessitavaõ. Agora quarta-feira de manhã, que está a partir o Amaral, só vou a repetir-vos os meos ardentes dezejos, de que continueis a passar com saúde, e que uzeis do remédio dos banhos para com elles vos pores a salvo de todo o detrimento que ella pode ter recebido, e vir a receber do excessivo trabalho do

¹⁹⁹ Referências às reuniões dos professores de cada Faculdade designadas por congregações. Existem no Arquivo da Universidade de Coimbra as diversas séries documentais de *Livros de Atas das Congregações* de cada Faculdade, que foram publicadas em 1984, por iniciativa de Manuel Augusto Rodrigues, por ocasião do II Centenário da Reforma Pombalina, pelo menos as que dizem respeito ao período cronológico até 1820.

anno acadêmico, do qual hé sem dúvida, que convém muito respirar por algum tempo no campo, para se poderem adquirir novas forças para as fadigas do anno próximo, que tãobem não serão poucas, como entendo.

Nesta caza não há novidade em matéria de saúde. A Sr.^a D. Maria vai passando da mesma sorte, e se vos recomenda muito agradecida a vossa lembrança. Manoel está já há 17 dias em caza da estrangeira, onde vai dando provas da sua esperteza, e do seu talento.

Ante hontem segunda-feira 17 do corrente baixarão ao Dezembargo do Paço os despachos, de que vos remeti a lista pelo correyo passado, e entre elles baixou tãobem o meu para Dezembargador do Paço conservando o lugar de Procurador da Coroa. Immediatamente fiz expedir a carta que actualmente está na assinatura de Sua Magestade. Duvido, que hoje se ponha corrente para tomar posse por lhe faltarem ainda os registos da Chancelaria, e das Mercês. Pelo que me parece, que tomarei posse no sábado, por ser amanhã dia feriado, e o dia seguinte, de beija-mão pelo aniversário do nascimento do Príncipe.²⁰⁰ Não sey louvar bastantemente a Deus por me ter auxiliado neste tão substancial passo da minha vida, e da minha fortuna, e concorrido, para que nelle se salvasse tão visivelmente a minha honra, e a minha utilidade, apesar da numeroza multidão dos meos émulos, que tantos vaticínios publicavaõ em dezabono da minha reputação, e contra os meos interesses. Tem-se trocado as indiferenças em obzéquios. Deus me dê vida, e saúde para poder tirar do dito despacho os interesses e conveniências lícitas, que delle podem rezultar em benefício da nossa família, e de vossos sobrinhos. Não tem sido pouco chegar a Dezembargador do Paço com o lugar de Procurador da Coroa em menos de 9 anos de Dezembargador da Suplicação e juntamente com ministros que já erão agravantes há muito anno, quando eu fui nomeado extravagante para a mesma Caza e chegar ao referido despacho quando os inimigos formavaõ diferentes juízos, e levantavaõ horóscopos contrários.

Tomada a posse do dito lugar março logo para a Quinta das Prayas, a aproveitar o pouco tempo, que ainda me resta para o uzo dos banhos.

Remeto as Gazetas Portuguezas²⁰¹ que podem hir com regularidade o que não succedera com as de Amsterdão, porque me vem sem ella; mas se tãobem as quizeres, hirão à proporção do tempo em que eu as receber.

²⁰⁰ Alusão ao aniversário de D. José Francisco, nascido em 21 de agosto de 1761. Este primeiro filho de D. Maria I, o Príncipe da Beira, faleceu em 11 de setembro de 1788, permitindo a ascensão de seu irmão, o futuro D. João VI.

²⁰¹ A "*Gazeta de Lisboa*" que retomara a sua publicação em 4 de agosto de 1778, depois de ter sido suspensa, em junho de 1762, por decisão do Marquês de Pombal.

Há muito tempo que não falo a Martinho de Melo.²⁰² Mas hontem lhe falei, e vos manda recados. Hé muito vosso apaixonado, e tãobem me faz muito favor.

O Cardeal de Cunha²⁰³ fica sangrado por huma efervecência [sic] de sangue, mas não há couza de cuidado.

Dos despachos que leva o Amaral não tenho notícia certa.

Vai essa petição de António de Abreu, que hé afilhado do P.^e Fr. Bernardo companheiro do Bispo de Penhafiel, e muito empenhado pela feliz concluzão desse negócio, o qual parece estar em termos de se poder fazer. Mandai logo examinar esse negócio, e tomar as informações necessárias para elle, e avizai com alguma re[s]posta para eu dar ao dito P.^e. Hé certo, que a Universidade não convém conservar quintas de renda, e hé melhor aforá-las, e segurar o foro <e laudémios>, e dizem, que essa se tem já deteriorado muito e vai arruinar-se. Eu tenho sido obrigado ao Bispo de Penhafiel, e Fr. Bernardo tãobem me faz seos agazalhos e se mostra vosso apaixonado, e amigo.

Não me lembra outra couza por hora, havendo muitas, e do meu interesse. Fico com grande dezejo de dar-vos gosto em tudo como

Mano muito amante e obrigado

Azeredo Coutinho

19 de agosto de 1778

[na margem superior da 1.^a fl., em adenda]:

Jozé Pimentel Nogueira de Fermozelhe hé quem sabe as terras, que tem a caza em Fermozelhe, e no Paúl do dito lugar.

Nada que acre[s]centar sobre Jozé de Seabra, o qual está nas Prayas para acompanhar a mulher, que toma banhos. Dizem, que está melancólico e assim me parece, posto que elle faz, quanto pode para disfarçar a melancolia.

44 - 1778, agosto, 22, Lisboa

Mano muito do meu coração. Esperava pelo presente correyo r[es]posta vossa à primeira carta, em que vos participei a gostosa notícia do meu despacho para o Dezembargo do Paço conservando o lugar de Procurador da Coroa. Porém chegou o dito correyo, e nelle não recebi carta nem notícia

²⁰² Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

²⁰³ D. João Cosme da Cunha (1715-1783), Arcebispo de Évora, Inquisidor geral, elevado ao cardinalato em 1770.

alguma vossa. Isto me fez desconfiar da entrega de minha carta, por entrar na desconfiança, de que se perdesse, ou demorasse no correyo por ter sido mandada por elle já tarde. Agora porém me certifiquei do contrário por huma carta, que ao fazer desta recebo de meu sogro, na qual me certifica ter recebido a carta, que fazia objecto de minha desconfiança, acrescentando, que estivera comvosco em Coimbra, e que reciprocamente se havia communicado entre ambos o segredo, que a ambos participara. Por aqui vim a conhecer, que tãobem a vossa carta não teve descaminho, e que meu sogro sempre soube mais por ella, do que eu lhe revelara; pois não lhe tocava na matéria de dificuldade de conservação do lugar de Procurador da Coroa, a qual somente havia julgado conveniente declarar-vo-la; e mais ninguém.

Pelo correyo passado vos avizei que o despacho baixaria ao Desembargo do Paço na segunda-feira 17 do corrente, o que assim succedeu, e deste posterior successo já verificado levou o Amaral a notícia. Hoje sábado 22 do corrente tomei posse do lugar de Desembargador do Paço e já não morrerei sem este sacramento. Fica-se passando a carta do Conselho, e amanhã vem aqui o Holbeche²⁰⁴ para se tratar do filhamento.

Meu sogro me diz, que até o dia de hontem sexta-feira passavas a descansar [sic] dos trabalhos do anno académico nas cazas de Condeixa. Estimarei, que a liberdade do campo, e a respiração de hum ar mais puro, vos communique novos alentos para as fadigas do anno próximo futuro. Pelo que infiro, não vos rezolvestes a uzar do remédio dos banhos. Queira Deus que vos não fação falta. Eu fiquei aqui parado primeiramente pela necessidade de promover o meu despacho e depois pela necessidade de satisfazer aos cumprimentos, que elle faz necessários. Amanhã hei-de hir aos Snores. de Palhavã,²⁰⁵ e até terça-feira seguinte vou infalivelmente para as Prayas, onde está Jozé de Seabra, em cujos despachos se não fala por hora.

Hontem entraraõ as naos de guerra, que estavaõ no Rio de Janeiro, e sahiraõ com outros navios, que se separaraõ depois e ainda não chegaraõ. Trazem a notícia de estarmos de posse da Ilha de Santa Catarina.²⁰⁶ Entendo, que em algum dos referidos navios virá Vasco, e os filhos do irmão de João Manoel. Porém nada sei ainda. Só sim recebi huma carta de 8 de março, que me certifica viverem os nossos.

²⁰⁴ Duarte Alexandre Holbeche (ca. 1730-1787), filho de José Vitorino Holbeche, natural de Lisboa, foi professor substituto da Faculdade de Leis, entre 1772 e 1778. Foi Desembargador da Relação do Porto e também da Casa da Suplicação.

²⁰⁵ V. nota 190.

²⁰⁶ Depois de ter estado ocupada pelos espanhóis, entre 1763 e 1777, a Ilha de Santa Catarina, no Estado de Santa Catarina (Brasil) foi reconquistada pelos portugueses, em 1778.

Vão as Gazetas²⁰⁷ últimas, portuguezas, e se quizeres as de Amsterdão²⁰⁸, hiraõ com a mesma irregularidade, com que me vem. Vai a petição do afilhado do P.^e Fr. Bernardo, companheiro do Bispo de Penhafiel, que esqueceu na carta que levou o Amaral.

Por hora não sei mais novidade. Fico com a mayor vontade de dar-vos gosto em tudo como

Irmão muito amante do coração
Azeredo Coutinho

Lisboa 22 de agosto de 1778

[na margem superior, em adenda]:

São cá muito necessários aquelles papéis todos, que Tomaz de Freitas entregou ao mano pertencentes a aquella [sic] matéria, que sabe. Lá escrevo hoje ao Colégio de S. Paulo dando-lhe parte de meu despacho. Dezejo saber se faz alguma demonstração, como a colegial.²⁰⁹

45 - 1778, agosto, 29, Quinta das Prayas

Mano do meu coração. Há dous correysos que vos tenho participado a notícia do meu despacho, quando ainda parava na Secretaria, alem de terceira carta, em que vos avizei de ter já baixado ao Dezembargo do Paço; e nada tem sido bastante para me fazer conseguir huma re[s]posta às ditas três cartas. Como porém estou certo, que isso não pode proceder de olhares com indiferença para o dito despacho, que estou bem certo haveis de ter estimado, cá vou tragando o dissabor da falta de letras vossas, com toda a rezignação possível; pois assim como nas occasioens de desgostos serve de consolação haver quem ajude a sentir, e tome parte nos pezares, tãobem nas de gosto se estima, e crece o preço dellas, vendo-se difundir o mesmo gosto a mayor número de pessoas, e principalmente quando essas são as que mais se estimaõ.

Neste correyo me diz meo sogro, que fostes na sexta-feira a Condeixa, e que no sábadò vos retirastes a Coimbra. E Gaspar Honorato²¹⁰ me comu-

207 Referência à *Gazeta de Lisboa* cuja publicação fora retomada em agosto de 1778.

208 A *Gazeta de Amsterdam* foi fundada em 1675 por judeus de origem ibérica e publicou-se até 1699, em espanhol, de acordo com BARATA, 1975: 287-288, pelo que não é a publicação que aqui está em causa. Deve tratar-se da *Gazette d'Amsterdam*, de título semelhante, publicada em francês na data em questão.

209 Era habitual o Reitor e colegas do Real Colégio de São Paulo, de Coimbra, enviarem as saudações pela tomada de posse, em cargos públicos, dos seus antigos colegas. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho fora colegial deste Colégio enquanto residiu na Universidade de Coimbra, como professor.

210 Referência, certamente, a Gaspar Honorato da Mota e Silva, secretário da Universidade.

nicou, que seu irmão lhe avizou, que ficaras com um defluxo, que vos tinha cauzado dores em todo o corpo. Queira Deus que não tenha sido alguma espécie de reumatismo, porque costumaõ ser impertinentes. Para me livrar do cuidado, que isto me cauza, dezejo com impaciência a vinda do Amaral.

Por cá não há novidade em saúde. Terça-feira vim dormir a esta quinta das Prayas, quando já o tempo não corre próprio para banhos, porque já tem chovido, ainda que pouco, e tem havido trovoadas, sendo fortíssima huma, que houve na quarta-feira em cuja manhaã houve tãobem um terremoto pelas duas da madrugada, que poz em agitação muita gente em Lisboa. Hontem, e hoje porem tenho tomado já dous banhos.

Quinta-feira entrou hum navio do Rio, no qual veyo o nosso Vasco filho do mano Clemente,²¹¹ acompanhado de hum preto chamado Calisto, e de hum mulatinho pequeno forro, que vem a título de seu criado, e hé afilhado das manas do Desterro,²¹² que se empenhaõ comnosco, para que no serviço de Vasco estude, e se forme em Medicina. Vieraõ tãobem dous sobrinhos de João Manuel e hum meyo irmão delles por parte de may. O Vasco <está em 11 annos>, hé claro, e loiro, e não hé torpe. Sabe já construir, e tem capacidade. Os outros dous vão em 13 e 14 anos, são já homens, e tem fortes pernonas [sic], e estão muito atrazados. O pay os manda para o Collégio dos Nobres. Eu tenho vontade de que vão para lá, mas a figura delles me faz receyar, que sejam lá muito metidos à bulha pelos outros. Não sey o que será melhor fazer. O irmão delles há-de hir para Coimbra, e para separá-lo dos outros convirá, que estes fiquem no Collégio.

Remeto as cartas, que trouxe Vasco, o qual pelo correyo seguinte vos renderá a sua obediência. Ignácio não tem adiantado cousa alguma no seu grande négocio. Diz-me, que Gregório tem ajustado a filha com o João Correa militar, que lá foi servir no regimento do Porto, e que isso ficava para se declarar. Cuido, que este militar hé filho de Sebastião Correa de Sá, e que tomou o Dom do avô materno; mas não tenho notícia alguma certa. Diz-me que está disposto a cuidar nas novas plantaçoens. No mais não me diz couza notável.

De mim não posso dizer mais; porque me tomaraõ a tarde. Seabra não tem feito couza alguma, nem tem esperanças. Tenho por certo, que se quizer hir por Ministro para alguma corte, poderá ser atendido. Elle esteve aqui hontem comigo toda a tarde, e grande parte de noute.

²¹¹ Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo, governador do Maranhão.

²¹² As irmãs de D. Francisco de Lemos e de João Pereira Ramos, religiosas no Convento de Nossa Senhora do Desterro (Rio de Janeiro) depois designado Convento de Santa Teresa e antes apenas Recolhimento do Desterro, fundado na Chácara da Bica, adquirida por seu pai o capitão-mor Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria.

El Rey teve terça-feira e quinta duas cezoens, pelo que se espera, que se recolherá com brevidade ao seu Palácio da Ajuda.

Fico com a mayor vontade de dar-vos gosto, que hé possível, dezejando sempre mostrar-vos o muito que sou

Vosso irmão muito amante e obrigado

João Pereira Ramos²¹³

Quinta das Prayas, 29 de agosto de 1778

[na margem superior, em adenda]:

Lembro o negócio da petição de António de Abreu afilhado de Fr. Bernardo companheiro do Bispo de Penhafiel.

O Cardeal Reg. (?) teve hum pequeno ataque, que lhe entortou hum olho, mas foi pouco forte. Uza dos banhos das Alcaçarias.

Estive terça-feira com os Senhores de Palhavã, que me tornaraõ a repetir o muito que vos saõ obrigados.

46 - 1778, setembro, 5, Quinta das Prayas

Mano muito do meu coração. Graças a Deus, que já tive o gosto de ver letras vossas; e bastando a simples vista dellas para me cauzar alvoroço, principalmente depois de tão repetidas faltas, ainda mais me satisfizeraõ, pela certeza, que me trouxeraõ de haver-se minorado o vosso defluxo, e de terem deixado de afligir-vos os flatos que vos haviaõ cauzado dores em todo o corpo. Estimo, que tomasses a rezolução de sahir de Coimbra, o que há mais tempo deveras ter feito, por ser o presente mez de setembro; que só resta já das férias, hum mez, que costuma em muitos anos ser invernozo. Já agora muito poucos banhos tomareis, mas sempre vos há-de servir de muito hir respirar novos ares em Fermozele.²¹⁴

Eu aqui continuo a estar no Sítio das Prayas, onde tenho tomado sete banhos; hontem porém, e hoje interrompeu-me o uzo delles o dezabrimento do tempo ventozo, e chuvozo. Cedo começou o inverno, mas espero, que não durará muito a internada, e que ainda poderei continuar com os banhos, que tenho principiado. Toda a família passa bem; e a Snr.^a D. Maria se recomenda na vossa lembrança agradecida às vossas atençoens. Já vos avizei que tinha chegado Vasco, e os sobrinhos de João Manoel Pinto Coelho, e

²¹³ Utiliza, pela primeira vez, forma diferente da habitual de subscrição: Azeredo Coutinho.

²¹⁴ Antiga designação de Formoselha, lugar da freg. de Santo Varão, c. Montemor-o-Velho. Pertenceu aos bens da Mitra Episcopal de Coimbra, tendo estado integrado no Couto de Santo Varão. Foi igualmente couto, antes de ser anexado a Santo Varão.

que todos aqui estão nesta quinta, onde tãobem se acha Jozé Joaquim da Cunha,²¹⁵ que diz parte para essa Universidade até 20 do corrente; e Francisco de Macedo, que afirma estar para embarcar para o Rio de Janeiro.

El Rey tem estado com cezoens, pelas quaes se vio precizado a uzar do remédio de sangria; mas já fica bom. O sítio de Queluz não tem provado de sadio no mez de agosto. Porém ainda se não sabe, quando se recolhe a corte para o de Nossa Senhora da Ajuda. Recebi o papel, que me mandastes. Quanto ao descobrimento do Tomaz eu me persuado, que não hé conforme a verdade. Porém sendo ajudado, poderia servir. Hé porem dificultozo o adjutório de que necessita. Elle representa a couza como certa, eu nem provável a acho. A razão por que não vos respondi logo a esta matéria, hé porque semelhantes re[s]postas não são para cartas, e melhor se reservaõ para a vista. Devo porém dizer-vos, que o papelinho, que veyo dado por elle agora, não hé só o que eu pedia. Peço tãobem o instrumento, que elle vos entregou há hum anno, ou dous, o qual está em vosso poder, e posto nelle só pode prejudicar. Pelo qual peço, que o procureis, e que mo remetais na primeira ocaziãõ.

João Crizóstomo está agoniado com a grande demora do Amaral, e entendo, que dezeja muito cá a informação, que se vos mandou pedir sobre o requerimento do aumento de ordenados das cadeiras dos teólogos. Quinta-feira estive em Queluz com o Visconde, o qual me disse que tinha muito papel da Universidade, que propôs, mas que hia devagar, receyando algum desmancho.

Seabra partio deste sítio para o de S. Sebastião quaze de repente por se ter contispado nelle duas vezes; e porque a mulher depois do 11.º banho teve o ataque de hum defluxo, que a obrigou a suspendê-los. Tenho notícia de que continua a passar com alguma moléstia em S. Sebastião. Elle anda muito melancólico. Assenta-se geralmente que não entra no emprego, que largou. Entende-se, que o único meyo de remir-se hera o de alguma missão para as cortes estrangeiras. Mas para isto mesmo hé necessário que elle peça ao Marquez de Angeja, que o ajude, falando em geral, e esperando que elle lho proponha, petição que elle ainda não fez. Elle esteve aqui comigo huma tarde, e parte da noute e não mostra estar mal comnosco nem terá razão para isso.

Será boa ocaziãõ de tomares conhecimento das terras que há no Paúl de Fermozele.

²¹⁵ José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821) era primo de D. Francisco de Lemos. Estudou na Faculdade de Cânones, desde 1775, mas só conclui a licenciatura em 1785. Viria a ser Bispo de Pernambuco (1795) e depois nomeado Bispo de Bragança-Miranda em (1802), cargo que não chegou a ocupar, tendo sido posteriormente Bispo de Elvas (1806).

Lembro o negócio de António de Abreu afilhado de Fr. Bernardo, o qual quinta muito me perguntou por elle, e me encarregou de dar-vos recomendações suas. Não há tempo para mais. Fico à vossa disposição como

Irmão muito amante do coração

João Pereira Ramos

Quinta das Prayas, em 5 de setembro de 1778

[na margem superior, em adenda]:

No correyo passado recebi por Fr. Damião huma carta de Jozé Innocêncio, na qual me diz, que elle condescendera com a nossa vontade nas cartas de 6, e de 7 de julho do anno passado, que as nossas occupaçoens erão tão notórias, que nos não dava lugar a que nos lembrássemos do que disséramos nas ditas cartas, e que por isso elle lembrava o seu negócio.

[Na margem superior da 1.^a fl., em adenda]:

O Colégio de S. Paulo respondeu-me com huma carta muito atenta; mas não fala em que fizerã as demonstraçoens, o que pode ser mayor atenção porque hé fazer sem dizer. Eu sempre devia dar parte.

47- 1778, setembro, 12, Quinta das Prayas (1.^a carta)

Mano muito do meu coração. Recebo pelo Ilheo huma carta vossa com outra que della hé suplemento; e antes della só tinha recebido outra pelo correyo passado. Estimo, que tomasses a resolução de hir para Fermozele, porque o sítio não hé mao para os passeyos do campo, de que tanto necessitais. Sinto porem que a chuva viesse fazer suspender, ou dar fim aos banhos que apenas principiastes a tomar. Ainda que se hei-de dizer a verdade, sabe Deus o que hé melhor; porque se haviaõ de vir atacar-vos algumas cezoens, melhor terá sido preveni-las não os tomando. Ellas têm sido neste anno muito geraes até por cá, e as atribuem aqui à excessiva abundância de melancias e meloens no meyo de huma grande falta das outras espécies de frutas.

Eu suspendi os banhos depois do sétimo, porem passados os três dias do tempo invernozo, continuei o uzo delles, e conto já doze, uzando de repetidas immersoens da cabeça, e todo o corpo, as quaes não prejudica o modo de hir para o mar na cadeira, de que uzo. A minha família passa bem e sem novidade.

Para a Universidade vai hum rapaz meyo irmão dos sobrinhos de João Manoel para cursar a Universidade. Este creyo, que ficara companheiro de outro novato do Pitanguí²¹⁶ filho de hum paulista homem de bem, e este

²¹⁶ Trata-se, certamente, de José Joaquim Carneiro de Miranda, que faria a sua matrícula no

hé por hora o meu parecer. Os sobrinhos de João Manoel vêm crecidotes sem embargo de só terem 13 e 14 anos. Estou na resolução de que vão para o Colégio dos Nobres, e quando lá não aproveitem, podem de lá sahir passado hum anno. Eles vêm miseráveis em matéria de estudos, porque nada sabem. Vasco há-de uzar dos apelidos de Fernandes Coutinho.²¹⁷ Sabe construir, e nada mais; não hé despiciendo de figura, porque ainda que não hé bonito, tãobem não hé hediondo, e hé claro, o que nelle hé mais estimável por excluir toda a prezunção que daria lugar a cor trigueira, suposto ser illegítimo. Ele não pode aprender nada aqui. Para estudar Filozofia, Retórica e Línguas, pode hir, ou para Mafra, ou para essa Universidade se vós o quereis lá, hirá, como e quando mandares. Se porém não gostais que vá já para lá, isso mesmo se fará, como determinares. Elle tem viveza, e talento. A fala ainda está com vícios do paiz; mas como só tem 11 anos com viveza, há-de perder logo os vícios. Com elle veyo hum mulatinho mais novo, que elle bem figuradito agregado a elle a título de criado, mas com o fim de estudar. Hé afilhado das manas do Desterro. Veyo tãobem o preto Calisto, mas este quer voltar com alliberdade, que tem merecido. Agora direis vós sobre a arrumação de todos os referidos o que vos parece.

Estimo, que para se cultivarem as terras do Paúl de Fermozelhe baste a abertura das vallas. A valla real estando aberta em cima acha-se com a água estagnada junto à ponte da Granja do Ulmeiro; se esta estagnação nace de estar entupida, e por abrir dahi para baixo, ou de outra cauza, e se se não cuida em abri-la dahi para baixo para se evitar que por ella mais aberta se não introduza no Paúl mayor abundância de água do rio, como lá dizem, eu o não posso decidir, porque nem passei da dita ponte para baixo. Será muito melhor, que baste a abertura das vallas. As terras, que a caza tem no Paúl são 25 ou 26 geiras, mas não todas juntas, porque entre humas e outras se metem outras alheyas. A inundaçào em que estava o Paúl quando lá estive não me permitio, senão, chegar à borda dellas. Para se conhecer a verdadeira pozição dellas, e das intermédias alheyas será necessário hum mapa topográfico do dito Paúl, e por meyo delle se poderiaõ ver as que se deverão comprar, e as que se podem trocar com as ditas intermédias. A matéria hé atendível, e tanto mais quanto mais fácil for a reduççào dellas a cultura; porque antes della se poderão ajustar com mais conta, e depois o

1.º ano Jurídico em 18.12.1778.

²¹⁷ Vasco Fernandes Coutinho, filho de Clemente Pereira de Azeredo Coutinho, só ingressaria na Universidade de Coimbra em 02.10.1782, ao fazer a sua matrícula no 1.º ano Jurídico. Atente-se na referência à cor da pele "*hé claro*" e a ser filho ilegítimo de seu irmão.

benefício que se fizer para humas aproveitará para todas. Este negócio hé de grande utilidade, e fará avultar muito a caza de Fermozelhe.

Quanto à quinta de Pereira parece-me muito bem tudo o que dizeis não só pelo que toca ao muito que avultará com a fazenda de João Pedro Pimentel desse lugar de Fermozelhe, mas tãobem a que necessita de hum feitor separado do de Condeixa por cuja conta corra tãobem a administração das fazendas de Fermozelhe. Tãobem me parece bem a mudança de caza se para por meyo della se gozar da vista do campo, basta edificá-las no sítio do pinhal, ou ao pé delle; porque essa vista hé muito digna de procurar-se; mas se hé necessário sahir para o sítio da Capela de Santiago, aonde hé que se descobre todo o campo de Mondego, e do Paúl de Tigueiro (?), e Fermozelhe, e onde está tãobem hum pinhal da caza, então não me parece tãobem. O pinhal sempre faz vontade de se conservar pelo tamanho dos pinheiros, que se não crião assim em muitos anos; e porque hé o que defende o pomar, posto que isto seria remediável de outro modo. O alto do sítio, em que está o dito pinhal, dava bom assento para as cazas, e podendo-se lá levar a água, e achar toda a necessária viria a ser grandíssima propriedade; e poderia criar-se nella muito gado. Porém, a base de tudo hé a compra da fazenda do Coelhal. O ponto estaria em ajustá-la; porque como a quantia não pode ser muito avultada, ainda se poderá avançar a ella se se podesse ajustar. Eu toco nisso a meu sogro neste correyo. Queira Deus que não succeda o que aconteceu com a fazenda das Mendes no sítio do Paúl de Anobra, que quando menos se esperava se achou vendido ao escrivão Antónimo Ignácio. Se as cazas de novo feitas no alto do pinhal grande não alcançarem a vista do campo, sendo térreas, talvez o alcancem sendo de sobrado. No caminho de Pereira para S. Verão no sítio mais aprazível pela vista está a quintinha, ou fazenda do Matoutinho sobre a qual há as dúvidas com os herdeiros do capitão Antónimo Pinheiro que querem valesse mais do que o preço porque se adjudicou para pagamento da dívida que se devia à caza de Pereira. Eu quero pôr fim a isso, consentindo que se ponha em lanços para se rematar a quem mais der, e quando não haja lançador, para ficar com ella pela dívida. Se aparecer lançador, com o preço della se compra o Coelhal, se não houver quem lance, fica a dita fazenda à caza de Pereira. Mas eu quizera antes ficar com a dita fazenda porque gosto do sítio, e na quintinha do dito Matoutinho há humas poucas de árvores de espinho, e tem água. Será bom cuidar do descobrimento de hum bom feitor para a Quinta de Pereira, e caza de Fermozelhe.

Estimo que me dizeis, vos escreveu Ignácio; e que os campos do Paúl já se não inundam. O preto Calisto me diz, que no último anno houve mil

bezerros de parição. Se assim hé, verifica-se hir o gado em aumento e crecerá ainda mais daqui em diante, visto que se não inundão os pastos, e que consequentemente não perecerá o gado com as enchentes, como em outro tempo succedia. A notícia de se terem feito 64 pipas de aguardente me hé agradável. Isso só basta para encher as fazendas de escravos, se se for repetindo o cuidado de se fazer nos annos seguintes toda a que for possível. Eu me temperarei com elle na primeira ocazião; porque já no anno pretérito vi algum fruto das minhas pregaçoens.

O dito mano²¹⁸ comprou mais hum engenho, que hé o chamado de Santo António. Quanto ao cazamento, nada tenho a acrescentar ao já dito. Pelo que toca ao foro, parece-me que se poderá armar (?) com os serviços de mestre de campo e as occupaçoens, e diligências extraordinárias de que o encarregou o Marquez de Lavradio, e a oferta que elle fez de servir com 50 homens à sua custa. Isto auxiliado com os serviços dos avós (?) para atenção, e alguma comtemplação vossa, e tambem minha poderá talvez bastar. Os bispos despachão-se com o foro para seos sobrinhos, mas não são todos os bispos. Hé necessário escrever-lhe, que peça ao Marquez de Lavradio certidoens de tudo o [sic] em que servio, e que com ellas se trabalhará o negócio; no qual e em todos os mais eu não tenho dúvida, nem farei reparo, em que façais com que se diminuão os despachos dos vossos serviços. Se o noivo da filha do Gregório vier para cá, haverá mais essa aliança próxima, que não será má.

A respeito de Seabra não tenho que acrescentar ao já participado. Eu o não vejo há tempos. Sey, que tem estado doente em S. Sebastião, e que há poucos dias sahe de caza. Creyo, que não tem adiantado os seos interesses. Elle vos respondeu já, e encarregou da entrega da carta a Tomaz de Freitas, que hoje partio de Lisboa.

Fr. Bernardo ficou muito obrigado com a promessa de aforamento da quintinha, que pretende o seu afilhado António de Abreu, e me disse vos participasse, que o rendeiro da dita quintinha a tem tratado muito mal, e até cortado árvores; que por isso está nos termos de se lhe não continuar novo arrendamento; e até de se despedir antes de findo o tempo d'elle; e que então dezeja elle, que o seu afilhado entre logo na dita quintinha, como

²¹⁸ Inácio de Andrade Souto Maior cujo filho, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, seria o 1.º Marquês de Itanhaém. Também usou o nome de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, 1.º senhor da Casa de Mato Grosso, Senhor de Engenho, Mestre de Campo. Este Engenho de Santo António, em Jacutinga, agora citado, e adquirido em 1778, é referido, entre outros bens patrimoniais desta família, em RODRIGUES, 2013: 89, 114; acessível em <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/pphr/files/2015/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Ana-Paula-Souza-Rodrigues.compressed.pdf>

rendeiro; em quanto se não conclue o aforamento, que há-de levar tempo pela dependência que tem de prévias diligências, e exames.

Estimo, que escrevesses a estes senhores, que remetesses a vossa informação sobre os ordenados das cadeiras de Teologia, e que desses conta de ter acabado o vosso terceiro triénio. Luíz Manoel está há tempos no Estoril com a Marquessa de Angeja. Para lá lhe remeto a vossa carta, e quando elle se recolher, que não será daqui a muitos dias falarei no tom da vossa carta. Tãobem cuidarei em falar a João Chrizóstomo para saber do que há.

O Bispo de Faro, que há tempos está doente em Sacavém, escreveu huma carta a D. Diogo, na qual lhe dizia, que por ter notícia do Decreto, que vos foi para dar a razão, porque se não tinha executado o que se mandava no outro respectivo ao pagamento das proprinas dos canonicatos ao Secretário da Universidade, queria prevenir a Sua Ex.^a contra tudo o que vós dissesse contra elle; porquanto Sua Ex.^a bem sabia as razoes que havia para vós lhe seres seu pposto, e enemigo, e que pedia não se vos desse crédito em couza alguma, que dissesse contra elle. D. Diogo mostrou esta carta a Luíz Manoel fazendo della o cazo, que merece.

Amanhã se sagrão no Convento dos Remédios, o Bispo de Cochim²¹⁹, o de Portalegre²²⁰, e mais outro. Faleceu o célebre Pedro Teixeira criado e valido del Rey D. Jozé. Vai a gazeta última. Fr. Joaquim passa melhor. Luíz António escudeiro da Sr.^a D. Maria está atacado de hum estupor, que lhe poz leza toda a parte esquerda. O ataque foi domingo, e até agora apenas começa ter algum alívio, mas pouco.

Não me occorre outra couza. Fico com grande desejo de dar-vos gosto em tudo, como

Irmão muito amante do coração e obrigado
Azeredo Coutinho

Quinta das Prayas 12 de setembro de 1778

48 - 1778, setembro, 12, Quinta das Prayas (2.^a carta)

Mano muito do meu coração. Hoje partio daqui o nosso bom e verdadeiro amigo Tomaz de Freitas, com o qual conversei largamente sobre o novo descobrimento, que elle fez, e sobre tudo o mais, que convém fazer ao dito

²¹⁹ D. Frei Manuel de Santa Catarina Soares, OCD, Bispo de Cochim (1778-1785) e depois Arcebispo de Goa, (1784-1812).

²²⁰ D. Manuel Tavares Coutinho e Silva, Bispo de Portalegre de 1778 a 1798.

respeito, o que elle pessoalmente vos referirá. Hé muito necessário que vós procureis o instrumento, em que já vos toquei nas minhas cartas passadas. Porque nenhuma conta faz que elle se conserve entre os vossos papéis, e se veja. E sobre este ponto não tenho mais, que dizer-vos. A gravidade da matéria basta para a fazer bem recomendada.

O P.^e Fr. Damião confessor da Sra. D. Mariana de Sá me remeteo essa carta de Jozé Innocencio, que repete o seu negócio, por ver o pouco fruto da sua condescendência praticada há mais de hum anno. Eu dezejo vivissimamente acodir a isso; porque até hé vergonha saber-se disso em caza de Ayres de Sá, e por toda a sua família.

Peço-vos que olheis para isso, e que penseis no modo de se poderem haver de empréstimo quatro ou sinco mil cruzados para pagar a esse homem; e que entretanto lhe respondeis, ou faleis sobre essa matéria ao menos para o aquietar por alguns mezes. Os juros vencidos são avultados, porque só paguei os primeiros dous, ou três annos. Eu se tivera meyos por cá, bem podeis estar certo, que vos não falaria e que só o faço porque todos os que posso ter me são necessários para o meu sustento, e trato. Porém estou para fazer, quanto apontares, e poderes aconselhar-me. Lembra-me porem huma couza, e hé: que o amigo Thomaz de Freitas acaba de recolher huma pingue herança e que auxiliado della, e do seu crédito pode procurar esse dinheiro com o segredo e cautela possível, ou tomando-o sobre si e obrigando-nos nós a elle com hipoteca de fazendas para elle ficar seguro, e que deste modo pode-se tapar essa brecha, mudando a dívida de hum para o outro, e ficando agora com hipotecas, que até agora não tinha. O dito amigo há-de estar agora comvosco alguns dias. Se vos parecer, falai-lhe nisto, pois pode ser, que seja providência estar elle ahi nesta ocazião para vos livrares de procurar esse dinheiro em vosso nome.

O mesmo amigo me inculcou huma boa parelha de machos, de que eu muito necessitava, e com o seu costumado primor a mandou logo pagar sem eu lhe dar dinheiro para isso, e continuando com o dito seu excessivo primor até recuzava receber o pagamento de 300\$000, que custaraõ, mas cedeu às minhas instâncias, e recebeu-os.

Não tenho mais que dizer nesta, se não, que sou, como sempre

Vosso irmão muito amante do coração e obrigado

Azeredo Coutinho

Quinta das Prayas 12 de setembro de 1778

[em adenda]:

Não vai a carta de Jozé Innocência porque não a acho nesta occazião de fechar a presente; e não há tempo para procurá-la.

49 - 1779, janeiro, 9, Lisboa

Mano muito do meu coração. A certeza da vossa saúde, que acabo de receber na vossa carta do presente correyo, me fez conceber o costumado gosto, que com ella sempre recebo, e só me deixa para dezejar nesse género a continuação dessa estimável felicidade. Por benefício de Deus todos passamos nesta caza sem novidade em matéria de saúde. A Sr.^a D.^a Maria estima infinitamente, que passeis bem, e se recommenda a vossa memória.

Pelo correyo Bernardo não vos pude escrever; porque quando me avizou, foi na última hora, tempo em que eu estava impossibilitado para escrever. Pela carta de João Crizóstomo tereis sido informado do mais substancial acerca das couzas da Universidade. Luíz Manoel me disse tãobem, que vos escreveu por hum próprio, que de cá se mandou a Manoel Joaquim por occazião dos embaraços, que lá se pozeraõ a graduar-se o irmão; avizando-vos do ânimo, em que está o Ministério actual a respeito desse negócio. Na minha presença se assentou, que a ley, que abolio o judaísmo, está em toda a sua força, e vigor, e que por isso se deve cumprir e observar como nella se contém.²²¹ Nessa matéria não há mais novidade do que huma consulta feita, <sobre hum requerimento>, pelo D. Prior de Thomar pelo que pertence às inquiriçoens dos seos frades fundado em não ter havido Bulla contrária à que elles têm para se não poderem habilitar os judeos. A qual consulta não pode servir de obstáculo à execução, e observância da dita ley. O Visconde diz, que vos escreva, que procedais afoito nessa matéria, e na execução das leys, obrando o que entenderes, e fazendo-as observar, e que não tenhais medo. Sem embargo disso porem sempre vos aconselho a moderação, e circunspecção em tudo o que obrares.

A papelada respectiva ao negócio da igreja de Papízios²²² já cá chegou, e por via particular. Ouço, que vos há-de ser remetida para informares sobre ella. O cazo dos embargos à colação do apresentado na dita igreja hé novo. Aqui houve tãobem quem ultimamente embargou huma carta de hum lugar de letras dado a hum bacharel depois de assinada pela Rainha, não se tendo ainda visto outro semelhante dezaforo. Como nenhum delles se cohibe, hão-de hir crescendo, e subindo cada vez mais de ponto. O Visconde me

²²¹ Lei de 25 de maio de 1773, de abolição da distinção entre cristãos novos e cristãos velhos.

²²² A igreja de São Miguel de Papízios (c. Carregal do Sal) do bispado de Viseu fez parte do padroado da Universidade.

disse, que tem cá muitos papéis da Universidade, e que tem já pedido muitas vezes audiência para os propor sem a ter podido obter. Não me falou por hora na vossa vinda. Disse-lhe que a Universidade necessitava muito de que Sua Ex.^a lhe ponha os olhos, e que concorra pelo provimento dos lentes, ao que me respondeu, que ainda não tem vindo as informações dos concursos. Também me falou em hum requerimento, que fazem os Teólogos, para que se peça de Roma huma nova Bulla a respeito das rezidências dos que têm canonicatos; sobre o qual me disse se lhes ordenava, que se explicassem declarando a razão, com que se fundavaõ para o pedir. Também me disse, que tinha vindo informado o requerimento do Bispo de Elvas, e outros mais sobre conezias.

O Godinho ainda se não despedio de mim; elle veyo emtabular o requerimento do seu officio; e me disse, que assim que o puzesse em via, partia. Com elle há-de hir o vosso Vasco, que por falta de boa companhia não tem já partido.

Jozé de Seabra tomou parede²²³ no dia do beija-mão por ser essa huma das honras de que gozaõ os Ministros e Secretários do Estado, de que elle devia participar, visto estar já restituído a todas as de que elles gozaõ. Está bem aceito [sic] do Marquez de Angeja e também do Visconde, mas não sei, se tornará a ser Ajudante. El Rey não hé desse voto. Mas tudo vence o tempo, e conseguem as muitas instâncias. O Duque de Lafoens chegou, foi ao Paço, e adoeceu logo, dizem que de cezoens. Fala-se muito em Presidentes de Tribunaes, o Penalva para o Paço, Villaverde para o Senado, Valadares para a Consciência. Mas eu só o ouço ao povo. O negócio das igrejas de Braga não vai bem. Favorecerei aos Terceiros para a igreja que querem, e expedirei os cónegos. A Deus

Azeredo Coutinho

[na margem superior da 1.^a fl., em adenda]:

Lisboa 9 de janeiro de 1779

A Marqueza de Angeja vai melhor. Morreu um hirmão de Jozé Frederico Ludovici²²⁴ Secretário das Justiças do Dezembargo do Paço, que actualmente cursava essa Universidade.

223 "Tomar parede" era expressão usada na corte, no momento do beija-mão real, significando a presença em lugar de destaque, para determinadas individualidades, durante essa cerimónia protocolar.

224 João Pedro Ludovice, natural de Lisboa, frequentava então o 4.º ano da Faculdade de Leis. O *Livro de Matrículas*, vol. 7 (1778-1779), fl. 27v, apresenta a informação lançada à margem "Falescido" – (cota AUC – IV-1.ºD-2-3-74). Era neto do arquiteto João Frederico Ludovici e seu pai, João Pedro Ludovice, foi igualmente architecto.

Índice cronológico das cartas

- 1 – 1775, agosto, 21, Quinta das Praias
- 2 – 1775, setembro, 23, Lisboa
- 3 – 1775, setembro, 24, Lisboa
- 4 – 1775, setembro, 26, Lisboa
- 5 – 1775, setembro, 29, Lisboa
- 6 – 1775, outubro, 14, Lisboa
- 7 – 1775, outubro, 17, Lisboa
- 8 – 1775, outubro, 28, Lisboa
- 9 – 1775, novembro, 2, Lisboa
- 10 – 1775, novembro, 5, Lisboa
- 11 – 1775, novembro, 7, Lisboa
- 12 - 1775, novembro, 27, Lisboa
- 13 - 1775, dezembro, 2, Lisboa²²⁵
- 14 - 1775, dezembro, 9, Lisboa
- 15 - 1775, dezembro, 16, [Lisboa]
- 16 - 1775, dezembro, 19, Lisboa
- 17 - 1776, janeiro, 13, Lisboa
- 18 - 1776, janeiro, 19, Lisboa
- 19 - 1776, fevereiro, 10, Lisboa
- 20 - 1776, fevereiro, 17, Lisboa
- 21 - 1776, fevereiro, 24, Lisboa
- 22 - 1776, março, 2, Lisboa
- 23 - 1776, março, 13, Lisboa
- 24 - 1776, março, 16, Lisboa
- 25 - 1776, março, 21, Lisboa
- 26 - 1776, março, 23, Lisboa
- 27 - 1776, março, 27 (?), Lisboa
- 28 - 1776, abril, 1, Lisboa
- 29 - 1776, abril, 18, Lisboa
- 30 - 1776, abril, 23, Lisboa
- 31 - 1776, abril, 30, Lisboa
- 32 - 1776, maio, 9, Lisboa
- 33 - 1776, maio, 11, Lisboa
- 34 - 1776, maio, 18, Lisboa
- 35 - 1776, junho, 16, Lisboa

²²⁵ Existe outra carta com a mesma data que não foi transcrita, pelas razões já invocadas.

- 36 - 1776, julho, 3, Lisboa
- 37 - 1776, julho, 6, Lisboa
- 38 - 1776, julho, 9, Lisboa
- 39 - 1776, julho, 20, Lisboa
- 40 - 1778, janeiro, 17, Lisboa
- 41 - 1778, agosto, 8, Lisboa
- 42 - 1778, agosto, 15, Lisboa
- 43 - 1778, agosto, 19, Lisboa
- 44 - 1778, agosto, 22, Lisboa
- 45 - 1778, agosto, 29, Quinta das Praias
- 46 - 1778, setembro, 5, Quinta das Praias
- 47 - 1778, setembro, 12 (1ª carta), Quinta das Praias
- 48 - 1778, setembro, 12 (2ª carta), Quinta das Praias
- 49 - 1779, janeiro, 9, Lisboa

Bibliografia

- ALMEIDA, Manuel Lopes de (1937) – *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Vol. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de (1972) – *Artes e ofícios em documentos da Universidade, vol. 3 (1630-1650)*. Coimbra.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo (1975) – «A Gazeta de Amsterdam de 1675 e as suas notícias de Portugal». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 9: 287-317.
- BENTO, Anabela (1993) – A construção do edifício pombalino do Museu da História Natural da Universidade de Coimbra. *Actas do Colóquio a Universidade e a Arte*. Coimbra, p. 177-219.
- BRAGA, Teófilo (1894) – *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- BRAZ, Fabiana Schondorfer; CONTI, Paulo Fillipy de Souza (2013) – «D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho». *Revista Tempo Histórico*, vol. 5, p. 1-18,
- CANTARINO, Nelson Mendes (2012) – *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do antigo regime português (1742-1821)*. São Paulo.
- CAPELO, Ludovina Cartaxo (2010) – *O fundo documental da Universidade de Évora no Arquivo da Universidade de Coimbra*. Évora: Universidade de Évora.
- CARDOSO, Lino de Almeida (2011) – *O som social: música, poder e sociedade no Brasil (Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX)*. São Paulo.
- CASTRO, Maria João; CAPELO, Ludovina (1995) – Catálogo da Colecção Salema Garção. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 13-14 (1993-1994), p. 161-185.

- CORREIA, Joaquim Manuel; GUEDES, Natália Correia (1989) – *O Paço Real de Salvaterra de Magos – a Corte, a Ópera, a Falcoaria*. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, Américo (1929-1949) – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização. 12 vol.
- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Documentos para a história da Universidade de Coimbra (1750-1772)*. Coimbra.
- CRAVEIRO, Lurdes (1990) – *Manuel Alves Macombos, Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de História de Arte.
- FRANCO, Matilde Pessoa Sousa (1983) – *Riscos das Obras da Universidade*. Coimbra, MNMC.
- GODINHO, Carlos Alberto da Graça (2009) – *A Sé de Coimbra em conflito (1758-1780). Meios Cónegos e Terceiros em oposição aos Capitulares*. Coimbra: FLUC.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1935 - 1960) – Liboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica, Limitada, 40 vol.
- HOBBS, Catherine (2001) – The character of Personal Archives: Reflections on the value of Records of Individuals. *Archivaria, The Journal of the Association of Canadian Archivists*, 52, p. 127-128.
- MIRABEAU, Bernardo António Serra de (1889) – D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Esboço histórico-biográfico. *O Instituto*, 36. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 597-609, 669-678, 737-741.
- MORA, Mariana (1993) – Os projectos de remodelação do Paço das Escolas ao tempo da Reforma Pombalina. *Actas do Colóquio A Universidade e a Arte, 1290-1990*. Coimbra: Instituto de História de Arte, p. 129-167
- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite (1977) – *Inventário do fundo geral do Erário Régio: Arquivo do Tribunal de Contas*. Lisboa.
- MOTA, Luís Carlos Martins de Almeida (1991) – “A Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra” de António Ribeiro dos Santos. Algumas notas para o seu enquadramento sócio-cultural. *Universidade(s) História Memória Perspectivas. Actas 2. Congresso História da Universidade. 7º Centenário*. Coimbra.
- Ode á morte do ilustrissimo e eiscellentissimo [sic] senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho: bispo de Coimbra, conde d’Arganil, reformador reitor da universidade* (1822). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Oração funebre que nas exequias do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra, conde de Arganil, reformador Reitor da Universidade, celebradas pela Mocidade Academica, recitada pelo Dr. Fr. António José da Rocha* (1822). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PAIVA, José Pedro (2000) – Constituições Diocesanas. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Dir. Carlos Moreira Azevedo. C-I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 9-15.
- PAIVA, José Pedro, coord. (2015) – *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PIMENTEL, António Filipe (2000) – Cidade do Saber/Cidade do Poder: a Arquitectura da Reforma. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coord. Ana Cristina Araújo. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- RATTON, Jacome (1813) – *Recordações de Jacome Ratton sobre occurrencias do seu tempo em Portugal...* Londres: Impresso por H. Bryer.

- Revista trimestral de historia e geografia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro* (1840), t. 2 (abril, n.º 5) Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, p. 118-125.
- RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O acesso à informação nos arquivos*. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, Ana Paula (2013) – *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro - (Piedade do Iguaçú e Jacutinga, século XVII-XVIII)*. Nova Iguaçu (RJ), UFRRJ,
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1984) – *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Coimbra: A.U.C.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1986) – *D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra*. Coimbra: AUC.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1992) – *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis, 1772-1937*. Vol. 2. Coimbra: AUC.
- ROSA, Maria de Lurdes (2009) – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, Coimbra, p. 9-42.
- SILVA, Armando B. Malheiro da (2004) – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, p. 55-84
- SILVA, Hélia Cristina Tirano Tomás; LOURENÇO, Tiago Borges (2016) – Palácio do Machadinho – As múltiplas vidas de uma casa. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2. ºs., 5. Lisboa, p. 129-171.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2005) – *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP.
- TEIXEIRA, António José (1890) – Apontamentos para a biographia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. *O Instituto*, 37. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 1-16.
- VASCONCELOS, António de (1911) – Nota Chronologico-Bibliográfica das Constituições Diocesanas Portugesas, até hoje impressas. *O Instituto*, 58. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 491-505.
- VASCONCELOS, António de (1983) – *Escritos Vários*. Vol. 1. Coimbra: AUC. (reed. coord. Manuel Augusto Rodrigues).

***De Vossa Excelência admirador
e servo humilde.***
**Catálogo da Correspondência recebida
de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel,
2º Visconde de Vila Maior (1851-1884)¹**

***Of your Excellency, admirer
and humble servant***
**Catalogue of the Received correspondence
of Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2nd
Viscount of Vila Maior (1851-1884)**

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

Doutoranda na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra
Centro de Ecologia Funcional, Universidade de Coimbra
margaridadiasdasilva@gmail.com

Artigo enviado em: 27 de fevereiro de 2017

Artigo aprovado em: 26 de maio 2017

RESUMO

A correspondência constituiu-se, ao longo dos séculos, como meio primordial de transmissão e circulação de ideias e de conhecimento. Conscientes da importância e da riqueza informacional dos epistolários particulares

¹ O presente artigo e respetivos anexos têm por base o trabalho realizado no âmbito do Seminário de Doutoramento em Ciência da Informação, Seminários Interdisciplinares, sob orientação da Professora Doutora Maria José Azevedo Santos e Professor Doutor Saul António Gomes (ano letivo 2015-2016).

apresenta-se, neste trabalho, o catálogo e o estudo diplomático da correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior (1809-1884). A correspondência tratada revela as diferentes áreas de atividade em que se envolveu enquanto cientista, acadêmico ou político. O sumário das 474 missivas da correspondência recebida exigiu um elevado grau de exaustividade, e a sua disponibilização, procura ser um contributo mais para o conhecimento da personalidade de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo pessoal; Arquivo privado; Diplomática.

ABSTRACT

Throughout the centuries, correspondence has been the primary means of transmitting and circulating ideas and knowledge. Aware of the importance and the informational richness of private epistolaries, the catalog and diplomatic study of the correspondence received from Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2nd Viscount of Vila Maior (1809-1884), is presented in this work. The correspondence treated reveals the different areas of activity in which he became involved as a scientist, an academic or a politician. The summary of the 474 letters of the correspondence received required a high degree of completeness, and its availability seeks to be a further contribution to the knowledge of Júlio Máximo de Oliveira Pimentel's personality.

KEY-WORDS: Personal archive; Private archive; Diplomatics.

Introdução

A correspondência constituiu-se, ao longo dos séculos, como meio primordial de transmissão e circulação de ideias e de conhecimento. Enquanto instrumento de interlocução, a correspondência, pessoal ou institucional, formal ou informal, manuscrita ou impressa, “torna presente pela escrita a voz ausente da palavra”².

É hoje uma fonte de inesgotável riqueza e que pode ser analisada nas suas características extrínsecas e intrínsecas.

² ARAÚJO, 2005: 120.

A matéria suporte sobre a qual se escreve (tabuinha, papiro, pergaminho, papel, etc.), a matéria aparente com a qual se escreve (tinta) e a matéria instrumental com o que se escreve (cálamos, penas, estiletos, giz, caneta, esferográfica, etc.) são reveladores, num primeiro contacto com os documentos, das realidades social, económica e geográfica em que se encontram.

Depois, com maior pormenor, a leitura do conteúdo e a análise diplomática complementam a visão e o enquadramento do estudo.

As cartas percorrem caminhos, encurtam distâncias e, como

“Objecto de pequeno formato, normalizado pela medida padrão de uma dobra de papel, a carta guarda e transporta o pensar e o sentir de quem a escreve ou dita. Manifestação única de personalidade, vontade, sensibilidade e inteligência, a carta particular, em especial, perpetua, através da ordem gráfica, a solene inscrição de uma presença viva, perceptível tanto na plenitude da sua autografia alfabética, como, na ausência dela, na marca ou sinal mercenário, feito a rogo, que cunha e autentica, de outro modo, a sua autoria. Maleável, desdobrável e perecível, feita de papel – material suporte acessível e de fácil manuseamento, cujo consumo se vulgariza nos tempos modernos -, a sua leveza suporta a carregada inscrição da escrita, mancha escura, por vezes de uma tinta noz de galha, sobre pálida folha de tons claros”³.

Conscientes da importância e da riqueza existente nos epistolários particulares considerámos pertinente a realização de um catálogo e o estudo da correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior.

Por razões ainda não apuradas, encontra-se salvaguardado no Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, o arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior, e parte do arquivo da família Oliveira Pimentel. Entendeu a Sociedade Broteriana⁴ que o tratamento e disponibilização do arquivo pessoal e familiar do Visconde de Vila Maior constituiria contributo relevante para o conhecimento da ciência na sociedade oitocentista e bem assim desta figura insigne do Liberalismo.

Foi nos seus arquivos pessoal e familiar que colhemos as fontes para a realização do nosso trabalho.

³ *Idem*: 120.

⁴ A Sociedade Broteriana foi fundada por Júlio Augusto Henriques em 1880. Foi a primeira sociedade científica de botânica em Portugal.

Entre a vasta documentação de tipologia diversa existente no seu arquivo, foi selecionada a correspondência recebida por Júlio Máximo entre 1851 e 1884 e que conta com 474 missivas, de correspondentes nacionais e estrangeiros.

O trabalho que nos propomos fazer compõe-se de 3 pontos principais, a que se juntam 3 anexos. No primeiro ponto veicula-se informação genérica sobre o arquivo do Visconde de Vila Maior. O segundo ponto versa diretamente sobre as cartas, os postais, os cartões-de-visita, os telegramas e as circulares que Júlio Máximo de Oliveira Pimentel recebeu nos anos em apreço; aqui fazemos a caracterização geral da correspondência descrita, dos correspondentes e uma breve análise do teor diplomático das cartas, as cláusulas essenciais e as cláusulas acessórias, os assuntos versados. Por fim, fazemos a apresentação do catálogo com uma referência às opções tomadas na sua execução.

Em anexo apresentam-se: o registo de autoridade com a descrição segundo as normas ISAAR(CPF) (Anexo 1), feita a partir da informação biográfica do produtor, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior, que nos permite conhecer todas as funções que realizou ao longo da sua vida e todas as áreas de interesse desta insigne personalidade do Liberalismo português; só com esta contextualização se compreende a diversidade de matérias plasmada na vasta correspondência. Em seguida, o catálogo com o sumário da correspondência segundo as normas ISAD(G) e as *Orientações para a Descrição Arquivística* (ODA) (Anexo 2). Por fim, o índice dos correspondentes com a informação biográfica que conseguimos identificar (Anexo 3), onde cada nome surge como um ponto de acesso normalizado, segundo as ODA, parte III.

1. O arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel

A aprovação do projeto *“O Arquivo Pessoal e Familiar do Visconde de Vila Maior – preservar memória, divulgar o passado”* pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do *“Concurso de Recuperação, Tratamento e Organização de acervos documentais”*, em junho de 2015, foi determinante para a sua execução. Com os objetivos de restaurar e preservar, organizar e descrever, digitalizar e divulgar toda a documentação, o projeto decorreu entre 6 de outubro de 2015 e 30 de novembro de 2016.

Ocupando cerca de 1,5 metros lineares de estantes, com centenas de documentos e 5 livros, em papel e pergaminho, originais manuscritos e documentos impressos, situado cronologicamente entre 1830 e 1884, o

arquivo particular do Visconde de Vila Maior compõe-se de um vasto conjunto de informação resultante da multiplicidade de funções e cargos que desempenhou, refletidos nas 16 secções do Quadro de Classificação orgânico-funcional, que incluem 58 séries num total de 732 documentos.

A descrição arquivística está acessível na plataforma do Arquivo da Universidade de Coimbra: <http://pesquisa.auc.uc.pt/results?t=Visconde%20de%20Vila%20Maior>.

2. Correspondência recebida: entre o público e o privado

*Não há cousa mais commua, que o escrever cartas;
E com tudo não he cousa commua o sabellas compor.*⁵

As missivas recebidas pelo Visconde espelham as relações estabelecidas com os seus contemporâneos, nos diferentes cargos que desempenhou. Aqui não encontramos cartas pessoais, familiares, íntimas ou amorosas; encontram-se, sim, trocas de mensagens sobre negócios - pessoais e de trabalho -, notícias sobre política, recados diplomáticos.

Em termos quantitativos, o catálogo que agora se apresenta, compreende 474 missivas, recebidas entre 16 de janeiro de 1851 e 19 de setembro de 1884, escritas em português, inglês, francês e italiano.

Nestas cartas, maioritariamente manuscritas, ressaltam as grafias personalizadas, algumas autógrafas, outras “de outra mão” validadas pela aposição da assinatura, onde encontramos “uma escrita hispânica, cheia e verticalizante, de uma escrita à francesa, com horror ao encadeado e assaz redonda e ampla no traçado do corpo das letras, de escritas à italiana ou à inglesa, esta última fina e inclinada à direita”⁶.

A escrita de correspondência tem regras, segue “um protocolo ajustado ao conteúdo da mensagem, ao estatuto do remetente e posição destinatário”⁷; as cartas compõem-se de cláusulas essenciais e cláusulas

⁵ Francisco José Freire (1745) – Secretario Portuguez, compendiosamente instruido no modo de escrever cartas por meyo de huma instrucçam preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos, e hum grande numero de cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias cartas discursivas sobre as obrigações, virtudes e vícios do nosso secretario. Escrito, e consagrado ao Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarca Primeiro de Lisboa, do Conselho de Estado, e Capellão Mór, Lisboa, na Officina de António Isidoro da Fonseca, p. 1.

⁶ GOMES, 2002: 116.

⁷ ARAÚJO, *op. cit.*: 122.

acessórias. As primeiras, fórmulas obrigatórias sem as quais não temos carta, são o destinatário ou endereço, o autor e o texto. Esta tripartição do formulário das cartas mantem-se hoje como ontem. As segundas, “dispensáveis” localizam no tempo e no espaço.

A fórmula de endereço denuncia de imediato “o grau de parentesco, a diferença social, o sexo e outros factores”⁸. No conjunto que nos propomos estudar são escassas as formas mais familiares ou mais próximas, que denotam relações de amizade. Entre centenas de “Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor” encontra-se um “Amigo Júlio”, “O meu amigo”, “Meu caro amigo”; entre irmãos, lê-se “Meu caro Júlio”. Há ainda os tratamentos de “Meu prelado”, “Meu presado amigo e compadre” e “Meu caro colega”.

Nas missivas francesas pode ler-se um simples “Monsieur”, “Très honoré Monsieur” ou “Cher et honoré Vicomte”, mas também “Mon cher ami” e “Mon cher collègue”.

O tratamento inglês é menos variado, mais simples e direto: apenas “Sir” encabeça 29 cartas e ofícios; nas restantes aparece “Dear Sir”, “Excellence”, “Gentlemen”, “Honorable Sir”, “Kind Sir” ou “My Lord”.

Algumas fórmulas de endereço identificam o cargo que Júlio Máximo desempenha: “Digníssimo Reitor da Universidade de Coimbra” e “Mon cher commissaire général”.

Como já atrás ficou dito, a correspondência que tratámos é, *grosso modo*, relacionada com as atividades profissionais e políticas de Oliveira Pimentel. Os assuntos englobam pedidos de análises químicas ao Lente da Escola Politécnica de Lisboa, questões sobre hipotecas e obras ao proprietário da Quinta do Rego da Barca, nomeações para comissões diversas e pedidos de redação de leis ao Par do Reino, solicitação de verbas para a Escola Ampelográfica no Jardim Botânico enquanto reitor da Universidade de Coimbra, por exemplo. E este é um “grande atractivo da documentação de índole pessoal e familiar ... o da complementaridade da informação conservada na posse dos indivíduos e das famílias com a documentação conservada nos arquivos institucionais”⁹.

O maior número de cartas recebe-as enquanto comissário régio à Exposição de Londres em 1862 (169) e, no mesmo cargo, mas na Exposição de Paris de 1878 (183), numa troca de missivas quase diária.

Em ambos os casos, Oliveira Pimentel corresponde-se com elementos da delegação portuguesa e do governo e dos ministérios envolvidos na

⁸ SANTOS, 2002: 65.

⁹ RODRIGUES, *op. cit.*: 16.

participação nacional na exposição, com expositores portugueses e com membros dos júris internacionais. Se parte dos assuntos se relaciona com a logística das exposições (transportes, pagamentos, etc.), com convites para cerimónias, com indicações aos expositores, há também um outro conjunto de informação que é bem demonstrativa das relações diplomáticas e das “trocas de favores” entre países.

De familiares, apenas conhecemos as cartas de António e Cândido Augusto, irmãos de Júlio Máximo, 2 cartas de cada.

Cândido Augusto envia ao irmão os “apontamentos do tio Claudino”¹⁰ (PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/010 e PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/013) e António informa sobre os “processos da Alçada” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/012), que a sua transferência deve ser para Vila Nova de Famalicão e “Diz não ser preciso mandar a remessa pois já pagou a renda da casa e, por isso, pode dispensar a quantia costumada; caso precise de alguma quantia avisará” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/014).

Há ainda um telegrama da Viscondessa, mas sem grande informação e ausente de qualquer nota mais pessoal (PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/007).

Duas cartas, uma de José Joaquim Ferreira (PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/008) e outra de João C. Barros(?) de Sousa (PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/009), evocam a tragédia que se abateu sobre a família do Visconde: a morte prematura do filho, Emílio.

Destas missivas estão, pois, arredados os assuntos de família, vigoram as fórmulas oficiais de tratamento, mas, aqui e ali, muito raramente, há quem inicie o texto com desejos de “melhoras de saúde”, votos de que “tenha passado bem e que em breve goze perfeita saúde” ou termine perguntando “pela saúde da viscondessa e das meninas”, ou enviando “cumprimentos à Viscondessa”. As relações mais próximas, de amizade e convivência familiar, parece tê-las com Júlio Henriques, diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (1873-1918). Em carta de 26 de dezembro de 1877, escrita a partir de Aveiro, informa que comprou a Quinta da Zombaria, “que o Visconde conhece muito bem” e “Diz que a sua mulher Zulmira agradece os cumprimentos do Visconde de da Viscondessa” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/006); noutra, de janeiro de 1878, “Deixa os cumprimentos ao Visconde de à Viscondessa, da sua parte e da sua esposa Zulmira” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/008).

¹⁰ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel dedicou ao seu tio paterno a obra *Memorial biográfico de um militar ilustre, o General Claudino Pimentel*, com Prólogo de Latino Coelho e editado pela Imprensa Nacional em 1884.

Ministerio do Reino
 Direção Geral
 Administração do Reino
 2.º Repartimento
 C.º n.º 619

Luz, 24 de Junho de 1852

Excmo. Sr. D.º Ministro e Secretário de
 Estado por despacho de V.ª Magestade
 a V.ª para sua satisfação e respeito
 queridos, que por decreto de V.ª Magestade
 último, V.ª Magestade a V.ª para sua
 por dem. Fazer entrega de V.ª Magestade
 meo Comendador de V.ª Magestade, e de
 V.ª Magestade a V.ª Magestade de San-
 tiago de Espirito Santo, e de
 e de V.ª Magestade

Pelo Guardador de V.ª Magestade
 de V.ª Magestade por despacho de V.ª Magestade
 no dia 6 de Novembro de 1852

Antônio de Roboredo

Ofício do Ministério do Reino, assinado por António de Roboredo

Ministerio do Reino

Luz, 24 de Junho de 1852

Excmo. Sr. D.º Ministro e Secretário de
 Estado por despacho de V.ª Magestade
 a V.ª para sua satisfação e respeito
 queridos, que por decreto de V.ª Magestade
 último, V.ª Magestade a V.ª para sua
 por dem. Fazer entrega de V.ª Magestade
 meo Comendador de V.ª Magestade, e de
 V.ª Magestade a V.ª Magestade de San-
 tiago de Espirito Santo, e de
 e de V.ª Magestade

Pelo Guardador de V.ª Magestade
 de V.ª Magestade por despacho de V.ª Magestade
 no dia 6 de Novembro de 1852

Joaquim J. F. P. da Fonseca Telles

Ofício do Ministério do Reino, assinado por Joaquim J. F. P. da Fonseca Telles

Relativamente aos autores das missivas, contam-se 334 correspondentes, nacionais e estrangeiros, grande parte de renome e gente letrada. Encontramos políticos, deputados e ministros do Reino, viscondes e barões, cientistas, professores e lentes, artistas e jornalistas, comerciantes e negociantes¹¹. Contam-se apenas 3 mulheres entre os autores dos textos: da Viscondessa um telegrama, mas que não é um autógrafo (PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/007), de Maria Amália uma carta por causa de questões relacionadas com a morte do tio (PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/033), e da condessa de Zurpind(?) uma carta em que diz que mantém relações com Portugal por parte do seu tio, comendador da Gama Machado, grande colecionador que legou obras de arte ao duque do Porto e a sua biblioteca ao Museu de Coimbra (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/075).

António Augusto de Aguiar e Rodrigo de Moraes Soares são os dois correspondentes que têm o maior número de cartas: 29 e 18, respetivamente.

O primeiro escreve ao Visconde por ocasião da Exposição Universal de Paris de 1878. Aliás, todas as cartas são desse período em que António Augusto de Aguiar foi comissário técnico da secção industrial portuguesa, por nomeação do governo. As suas cartas são em tom informal, sobretudo aquelas enviadas após a conclusão dos trabalhos. Apesar de tratar dos assuntos da exposição, Aguiar partilha com Júlio Máximo algumas notas sobre o tempo: queixa-se que “Paris está coberta de neve e bastante desagradável” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/125), que “Paris está cheia de neve e frio mas sem vento” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/130), que o “tempo frio e gelado que está em Paris, a neve que dificulta a circulação e provoca acidentes” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/156) e que um “indígena como ele não se aventura a grandes passeios com a neve que cai desde quarta-feira em Paris, nalgumas ruas subiu já 3 palmos que saiu para ir ao Palácio do Mendes por causa do Tratado e que lhe custou chegar a casa; Paris parece um lameiro”, acrescenta (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/161). São suas as poucas cartas com nota de “confidencial” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/153 e PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/175) e “particular” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/181).

O contacto escrito entre ambos é quase diário; Aguiar refere mesmo que “Após a carta recebida ontem tem de escrever-lhe imediatamente, mesmo tendo-lhe escrito no dia anterior” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/126).

Rodrigo Moraes Soares corresponde-se com Oliveira Pimentel desde a Exposição Internacional de Londres em 1862 e mais tarde, durante a Exposição Universal de Paris em 1878. O tom de escrita é também informal e até

¹¹ Ver índice de correspondentes, Anexo 2.

confidencial. A 4 de abril de 1878 confia ao Visconde as queixas do ministro e para “se arranjar como puder” em relação aos jurados da Exposição de Paris (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/011). Em carta de 11 de agosto de 1878, com indicação de reservada, dá conta da pressa com que escreveu a carta do dia anterior, do “seu estado de fraqueza e abatimento”, e diz que vai uma temporada para o Bussaco (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/059). São diversas as cartas de Rodrigo de Moraes Soares que começam com a informação de que “se encontra a banhos nas Caldas da Rainha” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/099), que “se encontra no Bussaco devido à sua falta de saúde” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/063). Amiúde, Moraes Soares vai dando notícias de Emílio, filho do Visconde: em *postscriptum* diz que “o negócio do seu Emílio está arranjado” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/030), que “o Emílio já partiu para Leiria” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/042) e que “os trabalhos da Estatística Agrícola só começam em janeiro próximo e que então se verá qual a parte que poderá tomar o Emílio” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/095).

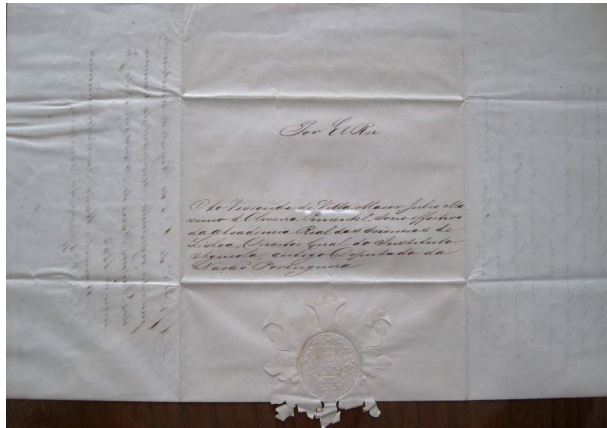
A correspondência de Júlio Máximo permite verificar o tom informal e “um toque muito pessoal dos seus autores, muito para além dos canais oficiais, reféns que são do formalismo imposto pelas normativas e directrizes em vigor ao tempo do exercício de funções”¹².

Concluídos os assuntos, os tratamentos finais seguem os códigos das boas maneiras. As expressões utilizadas denotam deferência e submissão: “Mais humilde e obediente servo”, “Criado de V. Exc.^a”, “criado muito venerador e obrigado”, “muito humilde colega” ou “muito humilde aluno”. A fórmula institucional e formal “Deus Guarde a Vossa Excelência” é a mais frequente, apenas uma deixa escapar um “por muitos anos”.

Também aqui procurámos expressões menos formais de saudação. Encontramos despedidas de um “Amigo velho e obrigado”, de “Seu amigo do coração”; outros remetem com “Até outro dia” e deixam “Vivas saudades” do “Amigo do coração”.

Nas missivas francesas é vulgar terminar com a certeza dos “sentiments les plus distingués”, “respectueux” ou “dévoués” de um “très obeissant” ou “très humble serviteur”. A fórmula inglesa expressa, igualmente, deferência: “Your obedient servant”, “Very obedient humble servant” e “I am Dear Sir faithfully yours”.

¹² RODRIGUES, *op. cit.*: 16.



O papel das missivas é de boa qualidade, principalmente de origem estrangeira, como se disse, em papel timbrado do Ministério das Obras Públicas, do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, do comissariado real de Portugal na Exposição Universal de 1878, do gabinete do ministro da Agricultura e Comércio francês (1878), da Agência de Trabalhos da Biblioteca Nacional de França (1878), da Legação Portuguesa em França (1878), dos comerciantes Alfred & Smith, do jornal *Le Moniteur Vinicole*, da Imprensa Nacional de Portugal, entre outros. Há também papéis com o monograma do autor, como os de G. F. dos Santos, João Inácio Ferreira Lapa, António Augusto de Aguiar, Alfred Allen, Louis Etienne Nicolas, J. H. Tchamp, Sigismond Singer, J. van den Brock d'Obrenan, entre outros.

Essencialmente em formato *in-4º* (A4) e *in-8º* (A5), “Escolhe-se o papel de que se gosta, aquele que se acha mais adequado ao destinatário e à natureza da carta, enfim, aquele que há no mercado e se pode comprar”¹³. E por isso termino com a advertência feita por José Joaquim Ferreira, que em *post scriptum*, na carta de pêsames pela morte do filho do Visconde, Emílio, pede “desculpa pelo papel mas não tinha outro” (PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/008).

Por tudo o que atrás ficou dito podemos afirmar que “Cartas não são papéis velhos”¹⁴ e a correspondência recebida por Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, é bem prova disso!

¹³ SANTOS, *op. cit.*: 63.

¹⁴ SANTOS, *op. cit.*: 61.

3. Apresentação do catálogo de correspondência recebida

O catálogo da correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel está organizado em função das várias secções arquivísticas, de acordo com o Quadro de Classificação abaixo:

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

PT/UC/FCT/BOT/VVM – Visconde de Vila Maior
PT/UC/FCT/BOT/VVM/A – Pessoal
PT/UC/FCT/BOT/VVM/A/001 – Certidões
PT/UC/FCT/BOT/VVM/A/002 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/B – Estudante
PT/UC/FCT/BOT/VVM/B/001 – Certidões
PT/UC/FCT/BOT/VVM/B/002 – Alvarás
PT/UC/FCT/BOT/VVM/C – Proprietário
PT/UC/FCT/BOT/VVM/C/001 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/C/002 – Diplomas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/D – Militar
PT/UC/FCT/BOT/VVM/D/001 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/D/002 – Diplomas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E – Químico
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/001 – Análise químicas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/002 – Apontamentos científicos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/003 – Catálogos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/004 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/005 – Diários
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/006 – Diplomas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/007 – Licenças
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/008 – Lições
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/009 – Listas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/010 – Passaportes
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/011 – Portarias
PT/UC/FCT/BOT/VVM/E/012 – Trabalhos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/F – Deputado às Cortes e Parlamentar
PT/UC/FCT/BOT/VVM/F/001 – Atas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/F/002 – Apontamentos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/F/003 – Contas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/F/004 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/F/005 – Discursos

PT/UC/FCT/BOT/VVM/G – Vereador da Câmara Municipal de Lisboa
PT/UC/FCT/BOT/VVM/G/001 – Atas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/H – Membro da comissão central para a exposição de Paris de 1855
PT/UC/FCT/BOT/VVM/H/001 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/H/002 – Diários
PT/UC/FCT/BOT/VVM/H/003 – Folhetos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/I – Diretor do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa
PT/UC/FCT/BOT/VVM/I/001 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/J - Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
PT/UC/FCT/BOT/VVM/J/001 – Concursos públicos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/K – Visconde de Vila Maior
PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/002 – Diplomas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/L – Comissário régio à exposição de Londres de 1862
PT/UC/FCT/BOT/VVM/L/001 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/L/002 – Desenhos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/L/003 – Faturas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/L/004 – Folhetos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/L/005 – Inventários
PT/UC/FCT/BOT/VVM/L/006 – Minutas de correspondência expedida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/L/007 – Trabalhos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M – Par do Reino
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/001 – Apontamentos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/002 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/003 – Desenhos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/004 – Diários
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/005 – Diários do Governo
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/006 – Diplomas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/007 – Faturas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/008 – Folhetos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/009 – Inventários
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/010 – Minutas de correspondência expedida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/011 – Relatórios
PT/UC/FCT/BOT/VVM/M/012 – Trabalhos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/N – Comissário régio à exposição de Paris de 1867
PT/UC/FCT/BOT/VVM/N/001 – Convites
PT/UC/FCT/BOT/VVM/N/002 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/N/003 – Diários

PT/UC/FCT/BOT/VVM/O – Reitor da Universidade de Coimbra
PT/UC/FCT/BOT/VVM/O/001 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/O/002 – Diários
PT/UC/FCT/BOT/VVM/O/003 – Diplomas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/O/004 – Discursos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/O/005 – Inventários
PT/UC/FCT/BOT/VVM/O/006 – Minutas de correspondência expedida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/O/007 – Trabalhos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/P – Comissário régio da Exposição Universal de Paris de 1878
PT/UC/FCT/BOT/VVM/P/001 – Correspondência recebida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/P/002 – Diários
PT/UC/FCT/BOT/VVM/P/003 – Diplomas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/P/004 – Folhetos
PT/UC/FCT/BOT/VVM/P/005 – Listas
PT/UC/FCT/BOT/VVM/P/006 – Minutas de correspondência expedida
PT/UC/FCT/BOT/VVM/P/007 - Passaportes

Apresenta-se a descrição de cada Secção (SC) e da Série (SR) Correspondência recebida, antes do sumário dos documentos. A descrição arquivística segue as regras de descrição nacionais (ODA) e internacionais (ISAD(G)). Foram preenchidos os elementos de informação: *Código de referência* (que indica a Secção e o código da Série em que os documentos se inserem), *Título*, *Data*, *Nível de descrição* (Secção (SC), Série (SR), Documento simples (DS), Documento Composto (DC)), *Dimensão e suporte*, *Âmbito e conteúdo*, e *Idioma*. A estes campos juntou-se o campo *Método de registo* por se considerar pertinente informar o investigador se a documentação é manuscrita ou impressa.

A correspondência é uma tipologia documental que exige um elevado grau de exaustividade para a extração de informação. Por ser aquela tipologia que aparece em número mais elevado e devido à riqueza informacional que contempla, optou-se pela realização deste catálogo.

Conclusões

Um arquivo pessoal ou familiar é um retrato da vida e das ações dos seus intervenientes. É por isso fundamental legislar e regular a incorporação de arquivos privados, pessoais e/ou familiares nos serviços públicos de Arquivo e/ou de Biblioteca.

A descrição e disponibilização e acesso a arquivos pessoais e familiares é pois, no nosso entender, da maior relevância para a compreensão do processo histórico e da memória coletiva comum.

A correspondência que tratámos é reveladora das diferentes áreas de atividade em que Júlio Máximo se envolveu, quer enquanto cientista, quer enquanto académico ou político.

A elaboração de um catálogo pressupõe um elevado grau de exaustividade de descrição. A leitura e o sumário das 474 missivas que integram a correspondência recebida de do 2º Visconde de Vila Maior, e conseqüentemente, a sua disponibilização, procuram ser um contributo mais para o conhecimento da personalidade de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel. Esperamos, igualmente, que possa trazer novas informações sobre a sociedade e o universo onde o Visconde se inseria.

Fontes

Portugal, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Arquivo de Botânica. *Arquivo Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior* (F).

Normas

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – Orientações para a descrição arquivística. 2.ª v. Lisboa: DGARQ, 2007. 325 p. ISBN 978-972-810791-8 [Em linha]. Acessível em <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/oda1-2-3.pdf>

ISAAR (CPF): Norma Internacional de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias. Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. [Em linha]. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004. Acessível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isaar.pdf>

ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para

a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.^a ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. Acessível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isadg.pdf>

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ana Cristina (2005) – *A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita*. In NETO, Margarida Sobral (coord.). *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, p. 119-145.
- CALVO, Emílio Rivas; ABREU, Carlos de (2013) – O iberismo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e a defesa da união aduaneira. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 51-76.
- CHORÃO, Luís Bigotte; FERNANDES, Paulo Jorge (2004) – *Bernardo Serpa Pimentel*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. III, N-Z, p. 280-282.
- FERNANDES, Adília (2013) – Júlio Máximo de Oliveira Pimentel: reitor da Universidade de Coimbra (1869-1884). *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 19-40.
- FERNANDES, Paulo Jorge (2004) – *Miguel Pereira Coutinho*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. I, A-C, p. 918-921.
- FREIRE, Francisco José (1745) – *Secretario Portuguez, compendiosamente instruido no modo de escrever cartas por meyo de huma instrucçam preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos, e hum grande numero de cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias cartas discursivas sobre as obrigações, virtudes e vícios do nosso secretario*. Escrito, e consagrado ao Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarca Primeiro de Lisboa, do Conselho de Estado, e Capellão Mór, Lisboa, na Officina de António Isidoro da Fonseca.
- GARCIA, José Luís de Lima (2013) – O Visconde de Vila Maior e algumas das mais relevantes exposições universais do século XIX. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 85-102.
- GOMES, Saul António (2002) – “Em testemunho de verdade”: o exercício (paleo)gráfico na Coleção Documental da Família Beltrão. *Colecção Documental do Prof. Doutor António Beltrão Poiães Baptista (Séculos XVI-XIX)*. Catálogo da Exposição. Coimbra: Reitoria da Universidade de Coimbra, p. 101-134.
- LAGE, Marita Otília Pereira (2013) – *O Douro Ilustrado* do Visconde de Vila Maior: homem de ciência, cultura e ação (século XIX). *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 103-121.
- MARINHO, Maria João (2004) – *F. Rodrigues Batalha*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. I, A-C, p. 910-911.
- MARINHO, Maria João (2004) – *J. E. Magalhães Coutinho*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. I, A-C, p. 355-356.
- MARINHO, Maria João (2004) – *Pereira de Melo*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. II, D-M, p. 827-831.

- MARTINS, Conceição Andrade (2004) – *António Augusto de Aguiar*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. I, A-C, p. 59-64.
- MARTINS, Conceição Andrade (2004) – *Pereira Lage*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. II, D-M, p. 491-492.
- MOREIRA, Fernando (2004) – *J. G. Barros Cunha*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. I, A-C, p. 945-947.
- MOTA, Guilhermina (2013) - A ação do Visconde de Vila Maior enquanto químico: notas breves. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 77-83.
- MOTA, Guilhermina (2012) - O Visconde de Vila Maior: alguns apontamentos sobre a sua vida e ação. *Biblos*, Vol. X (2ª série). Faculdade de Letras – Coimbra, p. 245-292.
- MOTA, Guilhermina (2011) - Um bolseiro em Paris em meados do século XIX: a preparação de um químico notável, o visconde de Vila Maior, In *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*. Coimbra, Universidade de Coimbra, (26-29 Outubro 2011), p. 260-278,. Acessível em: http://sequoia.bot.uc.pt/botanica/files/Mota_2011_Artigo_CLBHC.pdf
- PEREIRA, Zélia (2004) – *Bocage*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. I, A-C, p. 395-397.
- PEREIRA, Zélia (2004) – *Larcher*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. II, D-M, p. 500-501.
- PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira (2014) - *Memórias – Visconde de Vila Maior*. FERNANDES, Adília - Prefácio e transcrição. BASTOS, Manuel Pimentel Quartin de – Introdução. Coimbra: Palimage.
- POUSINHO, Nuno (2004) – *José de Melo Gouveia*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. II, D-M, p. 361-362.
- REIS, Jaime (2004) – *M. A. Seixas*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. III, N-Z, p. 620-621.
- RODRIGUES, Abel (2015) - *Conde de Margarida. Correspondência Política (1870-1918). Estudo introdutório, leitura e notas*. Lisboa: Aletheia Editores.
- RODRIGUES, Margarida (2004) – *H. Burnay*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. I, A-C, p. 486-489.
- SAMBADE, Carlos (2013) - *Os Oliveira de Pimentel* de Moncorvo: notas para um memorial. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 41-49.
- SANTOS, Maria José Azevedo (2002) - “Cartas não são papéis velhos”. Correspondência da Família Beltrão (1774-1833). *Colecção Documental do Prof. Doutor António Beltrão Poiares Baptista (Séculos XVI-XIX)*. Catálogo da Exposição. Coimbra: Reitoria da Universidade de Coimbra, p. 61-99.
- SILVA, Filipe Ribeiro (2004) – *António Caetano Oliveira*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. III, N-Z, p. 97-98.
- SOARES, Maria Isabel (2004) – *F. M. da Rocha Peixoto*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. III, N-Z, p. 200-201.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2004) – *R. Dias da Silva*. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. III, N-Z, p. 729-730.

ANEXO 1

Registo de Autoridade

Zona da Identificação:

Tipo de entidade: Pessoa singular

Forma(s) autorizada(s) do nome: Júlio Máximo de Oliveira Pimentel

Outras formas de nome: Visconde de Vila Maior, 2º Visconde de Vila Maior

Zona da Descrição:

Datas de existência: 1809-10-04 a 1884-10-20

História: Júlio Máximo de Oliveira Pimentel era filho de Luís Cláudio de Oliveira Pimentel, 1º Visconde de Vila Maior e sargento-mor da referida vila, e de D. Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel. Casou com Sofia de Roure Auffdiener de quem teve dois filhos: Júlia e Emílio. Faleceu no dia 20 de outubro de 1884 em Coimbra, no Colégio de S. Pedro, residência oficial dos reitores e da família real em visita à Universidade.

Teve ampla atividade associada à viticultura, à ampelografia e à enologia, entre outros aspetos da problemática agrícola; de facto, destacou-se também pela sua produção científica e teórica sobre a região do Douro, onde foi proprietário. É do seu punho, por exemplo, a obra “O Douro illustrado: album do Rio Douro e paiz vinhateiro: introdução e memoria descriptiva”, de 1876.

Lugares: Torre de Moncorvo, Coimbra, Lisboa, Londres, Paris.

Funções, ocupações e atividades: Estudante de Matemática na Universidade de Coimbra tendo obtido o grau de bacharel a 16 de junho de 1837. Químico e Professor na Escola Politécnica de Lisboa Bolseiro do governo português uma bolsa, entre 1844 e 1846. Vereador (1852-1853) e presidente (1858-1859) da Câmara Municipal de Lisboa. Deputado às Cortes por Lisboa em mais de uma legislatura. 2º Visconde Vila Maior em 1861, Par do reino e presidente interino da Câmara dos Pares. Membro da comissão central para a exposição de Paris, presidida pelo Marquês de Ficalho, em 1855, e membro da comissão de estudo da mesma exposição. Comissário régio na Exposição Universal de Londres em 1862. Comissário régio na Exposição Universal de Paris em 1867. Comissário régio na Exposição Universal de Paris em 1878. Reitor da Universidade de Coimbra (1869-1884).

Mandatos/Fontes de autoridade: Recebe o Diploma de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada do Valor da Lealdade e Mérito, passado no Porto

a 28 de fevereiro de 1833, por Decreto de 23 de setembro de 1832, pelos feitos singulares praticados por ele na defesa do posto fortificado da Serra do Pilar, no dia 14 de outubro de 1832.

Foi nomeado Par do Reino por Carta de Lei de 15 de setembro de 1842.

Por Decreto de 8 de setembro de 1847 é nomeada a comissão de melhoramento e reforma do Colégio Militar, da qual faz parte Júlio Máximo de Oliveira Pimentel.

É nomeado pela rainha para vogal da comissão consultiva de Minas, criada por Carta de Lei de 25 de julho de 1850, e publicada em Diário do Governo n.º 180.

Por Portaria de 14 de agosto de 1852 é nomeado pela rainha membro do júri de avaliação da capacidade dos opositores às cadeiras de Matemática e Ciências Naturais do Colégio Militar.

Por Decreto de 4 de janeiro de 1852 é nomeado vogal da comissão das Pautas, criada por decreto de 28 de dezembro de 1851.

Foi nomeado vogal do Conselho Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas, por Decreto de 29 de novembro de 1852.

O Decreto de 22 de fevereiro de 1854 provê Júlio Máximo de Oliveira Pimentel no lugar de Lente da 7ª cadeira do Instituto Industrial de Lisboa.

Foi nomeado para fazer parte da comissão para a reforma dos Estatutos da Companhia Lisbonense de Iluminação e Gás, criada por decreto de 8 de março de 1855.

Foi nomeado vogal do conselho de Saúde Pública, criado por decreto de 29 de Setembro de 1857.

Por Decreto de 8 de fevereiro de 1858, foi exonerado do lugar de Lente da 7ª cadeira do Instituto Industrial de Lisboa, a seu pedido.

Por ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino foi atribuído a Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, por Decreto de 15 de julho de 1861, o título de Visconde de Vila Maior, em sua vida.

Integra a comissão encarregada de averiguar as moléstias da família real, e de que faleceram D. Pedro V e D. Fernando, e verificar as condições de salubridade dos Paços Reais das Necessidades e de Belém, por Portaria do Ministério do Reino de 24 de dezembro de 1861.

Por decreto de 31 de outubro de 1862 teve mercê de ser nomeado Comendador da antiga, nobilíssima e esclarecida Ordem de São Tiago por mérito científico, literário e artístico.

Por Decreto de 15 de janeiro de 1864 o rei concedeu a exoneração pedida pelo Visconde de Vila Maior do lugar de diretor do Instituto Agrícola de Lisboa.

Por Decreto de 23 de maio de 1867 foi nomeado para assistir em Paris, no dia 17 de junho de 1867, e com o Conde de Ávila, delegado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a uma conferência composta de delegados de diversos governos, a fim de se estudar a unificação internacional dos tipos monetários.

Decreto Real de julho de 1869 que o nomeia reitor da Universidade de Coimbra por três anos.

Recebeu o título de Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de Carlos III de Espanha, concedida pelo monarca castelhano por decreto de 6 de dezembro de 1872.

Foi nomeado presidente da comissão de estudo e tratamento das vinhas do Douro por Decreto de 7 de agosto de 1879.

Estruturas internas/Genealogia: Júlio Máximo de Oliveira Pimentel era filho de Luís Cláudio de Oliveira Pimentel (1772-?, 1º Visconde de Vila Maior) e de Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel Machado, que casaram a 29 de janeiro de 1804. Irmão de António Claudino de Oliveira Pimentel (1815-08-15 a 1883-11-13), Cândido Augusto de Oliveira Pimentel (1808-08-28 a ?), João Carlos de Oliveira Pimentel (1804-10-08 -?), Jorge Artur de Oliveira Pimentel (1811-03-25-?) e de Justiniano Claudino de Oliveira Pimentel (1805-11-05 -?). Neto paterno de João Carlos de Oliveira Pimentel (1749-10-07 a 1842, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor de Moncorvo, administrador-geral dos tabacos e sabões nessa vila e donatário das barcas do Douro) e de Violante Engrácia da Silva Torres. Sobrinho paterno de Ana Benedita de Oliveira Pimentel (1787-07-19 a ?), António José Claudino de Oliveira Pimentel (1776-1831-08-13, general), Francisco Manuel Justiniano de Oliveira Pimentel (pai), José Luís Henriques de Oliveira Pimentel.

Marido de Sofia de Roure Aufdiener e pai de Júlia (?-1874-04-24) e Emílio de Oliveira Pimentel (?-1880-10-28).

Contexto geral: Júlio Máximo de Oliveira Pimentel era um liberal, como os membros da família, e soube conjugar a sua carreira de professor e de cientista com a atividade política e administrativa, com uma participação na vida económica, com um forte envolvimento cívico e associativo.

Zona das Relações:

Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas: Família Oliveira Pimentel.

Tipo de relação: Familiar.

Descrição da relação: Predecessor.

Datas da relação: 1809-10-04 a 1884-10-20

Zona do Controlo:**Identificador do registo de autoridade:** PT-UC-FCT-BOT-VVM**Identificadores da instituição:** Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra**Regras e/ou convenções:** *ISAAR (CPF): Norma Internacional de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias*. Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.^a ed. [Em linha]. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004. Acessível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isaar.pdf>**Estatuto:** Finalizado.**Nível de detalhe:** Completo.**Datas de criação, revisão ou eliminação:** junho 2017 (criação).**Línguas e escritas:** Português.**Fontes:**

CALVO, Emílio Rivas; ABREU, Carlos de (2013) - O iberismo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e a defesa da união aduaneira. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 51-76.

FERNANDES, Adília (2013) - Júlio Máximo de Oliveira Pimentel: reitor da Universidade de Coimbra (1869-1884). *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 19-40.

GARCIA, José Luís de Lima (2013) - O Visconde de Vila Maior e algumas das mais relevantes exposições universais do século XIX. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 85-102.

LAGE, Marita Otília Pereira (2013) - *O Douro Ilustrado* do Visconde de Vila Maior: homem de ciência, cultura e ação (século XIX). *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 103-121.

MOTA, Guilhermina (2013) - A ação do Visconde de Vila Maior enquanto químico: notas breves. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 77-83.

MOTA, Guilhermina (2012) - O Visconde de Vila Maior: alguns apontamentos sobre a sua vida e ação. *Biblos*, Vol. X (2^a série). Faculdade de Letras – Coimbra, p. 245-292.

MOTA, Guilhermina (2011) - Um bolseiro em Paris em meados do século XIX: a preparação de um químico notável, o visconde de Vila Maior, In *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*. Coimbra, Universidade de Coimbra, pp: 260-278, 26-29 Outubro 2011. Disponível em: http://sequoia.bot.uc.pt/botanica/files/Mota_2011_Artigo_CLBHC.pdf

PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira (2014) - *Memórias – Visconde de Vila Maior*. FERNANDES, Adília - Prefácio e transcrição. BASTOS, Manuel Pimentel Quartin de – Introdução. Coimbra: Palimage.

SAMBADE, Carlos (2013) - *Os Oliveira de Pimentel* de Moncorvo: notas para um memorial. *Revista CEPiHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, p. 41-49.

Notas de manutenção: Responsável pela criação do registo de autoridade: Ana Margarida Dias da Silva.

ANEXO 2

Catálogo da correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A

Título: Pessoal

Datas: 1862-09-11 a 1884-03-08

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 20 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida no âmbito da sua vida pessoal e familiar, nomeadamente certidões e correspondência recebida.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002

Título: Correspondência recebida

Datas: 1862-09-11 a 1884-03-08

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 15 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida no âmbito da sua vida pessoal.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/001

Título: Carta de F. F. Campos Júnior(?)

Data: 1862-09-11; Londres

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Comunica ao primo, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, o envio de dinheiro e os procedimentos relacionados com a sua entrega; pergunta pelo primo Emílio e quanto tempo se demorará em Paris pois Joaquim Brasil regressa brevemente e poderiam aproveitar os dois para ver Paris e seguir depois juntos

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/002

Título: Circular da Imprensa da Universidade de Coimbra

Data: 1875-09-13 a 1875-09-20, Coimbra, Bragança

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o “Manual de Viticultura Prática”, volume com mais de 500 páginas em 8º e ilustrado com gravuras, que se encontra no prelo, e cujo preço será de 1.000 réis; é limitado o número de exemplares que o autor manda imprimir, por isso, os interessados devem fazer assinatura prévia, dirigindo-se em carta a Olímpio Nicolau Rui Fernandes, Coimbra. Na folha da circular, Cândido Pimentel regista o nome de 6 assinantes, a saber: Cândido Pimentel, José Carlos L. P e Castro, Th. António de Novais e Sá, Frederico César de Moraes, Henrique José Ferreira Lima e padre A. Abílio Lopes, todos de Bragança. Junto, duas notas do Visconde de Vila Maior com os exemplares que distribuiu, quer pelos jornais quer para particulares e até para o Ministério das Obras Públicas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/003

Título: Carta de Adolphe Tourrette

Data: 1876-07-09, Convento da Arrábida

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 4 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece ao Visconde de Vila Maior a intervenção para que pudesse ficar no convento da Arrábida em convalescença, depois de ter passado todo o mês de maio de cama; diz que passou dois dias em casa do senhor da Fonseca, que o ajudou bastante, e qua a Casa do Bispo estava num tal estado de frescura(?) e que encontrou, em Azeitão, um jovem a quem ensinou alguns princípios da cozinha francesa, e que conseguiu impressionar, com o seus modestos preparativos, sendo improvisados, o pintor Layrand, compatriota que esteve com o Conde de Armand na embaixada de França e que foi à sua propriedade da Comenda, e daí o foi visitar; o pintor, prémio de Roma fez três quadros com vistas da Arrábida e lamentou ter de partir para a Comenda e daí regressar a Lisboa para continuar o retrato para o rei D. Fernando. Diz que trouxe consigo a obra do Visconde “O Tratado de Viticultura” e que o estudou e que teve a visita do Senhor de Aguiar; recebeu há dois dias um “le cormaissement” de uma charrua “vigneronne” executada em França a partir dos desenhos de Aguiar e pare-

cida com os planos que viu na escola Politécnica mas toda em ferro e mais sólida, esta charrua teve o 2º(?) prémio na exposições de “vignerones” em Bordéus e já tinha ganho o 1º prémio em Mont-de-Marsan, e quando a comprou em Bayonne ela já vinha premiada; fica feliz de a ter introduzido em Portugal e de o Aguiar a ter em sua posse, irá visitá-lo dentro de 4 dias. Diz-se triste com as notícias do seu país: a filoxera, depois das neves de maio, destruiu o noroeste. Diz ter intenção de escrever ao Duque de Palmela desde que chegou e de lhe oferecer a imitação de dois pratos de majólica copiados da colecção de Florença pelo Marquês de Mouestrit que assinada “le potier de Rungis”: foi na Exposição Internacional de Bayona onde concorreu na secção “agricultura Nacional”, com cultura de abelhas e seus produtos, que conheceu este artista e viu a origem dos dois pratos em Florença em 1847; quer oferecer estes pratos artísticos ao Duque de Palmela com os retratos de Laura e Petrarca, como testemunho do seu agradecimento, mas houve quem lhe dissesse que o duque não iria aceitar a oferta e pergunta ao Visconde o que ele acha sobre o assunto. Em *post scriptum* diz que recebeu um vinho ordinário de 1875 da Costa de África trazido pelo senhor Valdy e que descobriu, na Arrábida, uma vinha muito velha com uvas de Dromissão(?) com 90 centímetros mas que hoje está atacada de doença; envia grãos da flor dente-de-leão, recomendados pelo amigo senhor Valdy, dizendo que são bons em saladas e para fazer no Inverno... muito famoso em Paris.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/004

Título: Carta de António Maria Seabra de Albuquerque

Data: 1876-08-18

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o número de volumes do “Manuel da Viticultura” oferecidos ao autor, aos jornais de Lisboa, Porto e Coimbra, à Secretaria das Obras Públicas e aos Livreiros de Lisboa, Porto e Coimbra, num total de 1.017 exemplares distribuídos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/005

Título: Cartão-de-visita de Adolphe Tourrette

Data: 1876-11-29, Quinta da Comenda, Setúbal

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que vai partir, que não conseguiu ver o senhor Aguiar na Escola Politécnica, e deixa os cumprimentos à senhora Viscondessa.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/006

Título: Carta de Adolphe Tourrette

Data: 1878-02-23

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta recebida do Visconde de Vila Maior; diz enviar uma caixa que acha poder ser útil a Portugal e duas qualidades de mel e as tangerinas no licor de mel; ficaria contente se pudessem encontrar o Visconde na exposição. Diz ter tido tempo para visitar o Museu Colonial. Em *post scriptum* diz que vai trazer uma prova fotográfica na bela ...(?), no Verão, encontrada no seu departamento e que existe no Museu da cidade e que gostaria de oferecer ao Visconde.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/007

Título: Telegrama da Viscondessa de Vila Maior

Data: 0000-09-04; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Manda dizer os nomes dos pais do Fábio(?), indispensáveis para a procuração; nota do Visconde rogando a D. Carolina o favor de mandar os nomes pedidos e responder, e assina.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/008

Título: Carta de José Joaquim Ferreira

Data: 1880-11-02; Correio da Granjo Corvo(?)

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Lamenta a morte do filho do Visconde de Vila Maior, Emílio. Em *post scriptum* pede desculpa pelo papel mas não tinha outro.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/009

Título: Carta de João C. Barros(?) de Sousa

Data: 1880-11-04; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Lamenta a morte do Visconde de Vila Maior, Emílio.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/010

Título: Carta de Cândido Augusto [de Oliveira Pimentel]

Data: 1882-03-23, Braga

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 8 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel do dia 19; estima que a mana Sofia tenha passado bem e que em breve goze perfeita saúde, assim como o Júlio Máximo, a Fábia e as suas netinhas. Tem notícias do António, que conta vir pela Páscoa e convida Júlio Máximo para ir também nessa altura, que saindo de Coimbra estaria lá ao anoitecer, hora a que chega o António. Envia apontamentos a respeito da vida militar do tio Claudino.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/011

Título: Carta de Francisco Manuel da Rocha Peixoto

Data: 1882-06-06, Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel pautado

Âmbito e conteúdo: Comunica que vai à Relação para saber da pretensão de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e aí fora informado de que os processos da Alçada no tempo de D. Miguel, que escaparam à submersão no rio Douro quando eram conduzidos de Lamego para o Porto, se encon-

travam no arquivo, mas que está um caos, principalmente depois das obras que se fizeram no edifício. Diz ter encarregado o empregado competente de procurar o processo, principalmente quando colocar nas estantes os processos antigos; caso apareça, satisfará ao que o Juiz pretende.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/012

Título: Carta de António [de Oliveira Pimentel]

Data: 1882-06-07, Santo Tirso

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f., papel

Âmbito e conteúdo: Informa que segue a resposta do juiz da Relação Rocha Peixoto acerca dos processos da Alçada; diz que se aparecer o do tio Claudino logo de obterá o documento.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/013

Título: Carta de Cândido Augusto [de Oliveira Pimentel]

Data: [1882]-11-18, Braga

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 6 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel do dia 14, em resposta à sua do dia 11. Lamenta que Júlio Máximo, a mana Sofia, a Fábia e a sua netinha mais velha não tenham gozado a saúde de lhes deseja sempre. Diz enviar uns pequenos apontamentos sobre a vida do tio Claudino; manda cumprimentos à mana Sofia, Fábia e suas netinhas. Em *post scriptum* pede para que lhe envie um volume das poesias de Parcivy(?), que havia na livraria de Moncorvo. Em anexo, os apontamentos sobre o tio Claudino.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/014

Título: Carta de António [de Oliveira Pimentel]

Data: 1882-11-21, Santo Tirso

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel pautado

Âmbito e conteúdo: Deseja melhoras de saúde para a família; diz que vai indo, apesar da sua falta de vista. Diz não ser preciso mandar a remessa pois já pagou a renda da casa e, por isso, pode dispensar a quantia costumada; caso precise de alguma quantia avisará. Acha que a sua transferência será para Vila Nova de Famalicão e não sabe o que fará o Júlio de Vilhena.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/A/002/015

Título: Carta da Academia Real das Ciências de Lisboa

Data: 1884-03-08; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a oferta da obra “Memorial biográfico de um militar ilustre – o General Claudino Pimentel”. Carta manuscrita assinada pelo secretário geral José Latino Coelho.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C

Título: Proprietário

Data: 1861-10-13 a 1883-10-23

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 58 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida no âmbito das suas atividades enquanto proprietário de quintas, vinhas, casas de habitação, nomeadamente correspondência recebida, diplomas e receitas e despesas.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001

Título: Correspondência recebida

Data: 1861-10-30 a 1883-10-23

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 49 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida enquanto proprietário.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/001

Título: Carta de José Gaspar da Graça

Data: 1861-10-30; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que não foi possível enviar a participação do Visconde pelo telégrafo para Essa(?); diz que o pano, o retrato e os livros ficam num pequeno embrulho, em casa do senhor Florindo José Teixeira de Carvalho, para seguirem para Moncorvo, pelo rio acima.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/002

Título: Carta de José Gaspar da Graça

Data: 1865-03-08; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que os limpadores José Luís Mouta e António Joaquim Rodrigues pedem que o Visconde entregue a cada uma das suas mulheres, 4.500 reis.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/003

Título: Carta de M. L. da Graça

Data: 1865-10-28; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que enviou à Viscondessa 18.000 réis, conforme indicado pelo Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/004

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Data: 1866-04-16; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Explica questões relacionadas com um empréstimo

e obrigações que ficaram na Companhia de Crédito Predial; comenta ainda o caso das janelas do Senhor Oliveira com a sua irmã por causa de uma questão judicial envolvendo a compra de bens.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/005

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Data: 1866-04-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Escreve sobre a compra da Companhia ... [folha rasgada] Provinciana de Moncorvo e da entrega do dinheiro de obrigações a António Caetano de Oliveira, à viscondessa, a José de Melo da Silva Lobo e ao senhor Graça; informa que o Visconde tem de pagar as anuidades à Companhia Crédito Predial no dia 1º de abril e no dia 1º de outubro. Escreve sobre a questão da abertura das janelas em casa das irmãs do Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/006

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Data: 1866-05-02; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Dá conta, em aditamento à sua carta de 23 de abril, da escritura de empréstimo que fez o Crédito Predial e cuja cópia encomendou ao tabelião Abranches, e de pequenas despesas feitas por si. Mais esclarece, em resposta a carta do visconde de 29 de abril, que as anuidades têm de ser pagas no escritório da Companhia do Crédito Predial

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/007

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Data: 1866-05-12; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa ter de ir hoje à presença do Visconde de

Vila Maior porque o senhor ... da Graça lhe ordenara que entregasse ao senhor Mateus [da Silva Louro] as obrigações da Companhia de Crédito Predial Portuguesa, de que tinha ordem do visconde para pôr à sua disposição; a entrega foi de 27 obrigações no valor de 96 mil réis cada uma e uma de 18 mil réis, num total de 2.448.000 réis, ficando em seu poder quatro obrigações no valor de 360 mil réis, que perfazem os 2.500 mil réis que o Visconde tinha ordenado.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/008

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Data: 1866-06-30; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que pagou ao Banco de Portugal a letra de 800 mil réis metal, que rendia a 26 de junho; pede para fazer uma escritura de distrate de uma propriedade que está hipotecada à Companhia e para o informar quando quer que passe no Ministério das Obras Públicas para receber os 325 mil réis.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/009

Data: 1866-07-06; Lisboa

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa ter entregado, por indicação do Visconde Vila Maior, 50 mil réis a sua esposa, 25 mil réis ao livreiro Silva do Rossio e o restante, a entregar ao senhor Germano, não pode cumprir por ainda faltar liquidar a conta com a Companhia do Crédito Predial, o que só poderá ser feito depois da apresentação da escritura de distrate e estar solvido o empréstimo por causa da hipoteca de uma propriedade. Após isto já poderá retirar da Companhia as obrigações em depósito e colocá-las à venda, o que antecipa difícil por causa dos baixos juros, inferiores aos dos Bancos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/010

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Data: 1866-08-03; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que a escritura de quitação e distrate que mostra livre a Quinta do Rego da Barca satisfaz a Companhia de Crédito Predial e, por isso, já recebeu as obrigações ali depositadas como caução e a letra de 800 mil réis paga ao Banco de Portugal; diz que vendeu estas e outras obrigações em seu poder, no valor de 1.530 mil réis, no dia 28 de julho a 97%, e que renderam 1.484.100 réis mais 45.900 réis de juros, já creditados na conta do Visconde. Refere que tentou enviar-lhe remessa pela Companhia de Tabaco, mas foi-lhe dito que não havia dinheiro apurado; assim, o visconde terá de tratar com a Companhia Segurança Provinciana ou com o administrador dos tabacos, enviando uma letra selada ou carta de crédito. Diz ainda que repetidas vezes tem procurado o senhor conselheiro Pedro Roberto para solucionar o recebimento dos 325 mil réis que o visconde lhe remetera, mas que o assunto está em poder do ministro para despachar, juntamente com outros semelhantes, e mais nada pode adiantar.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/011

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Data: 1866-08-18; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa ter entregado à esposa do Visconde de Vila Maior a quantia de 80 mil réis e ao senhor Mateus da Silva Louro 590.790 réis, de que junta recibo. Informa que está passada a ordem de pagamento de 375 mil réis pela Repartição das Obras Públicas, abonados para os estudos da ampelografia e oenologia no Douro, montante que será recebido na próxima segunda-feira.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/012

Título: Carta de Manuel António de Seixas

Data: 1866-10-01; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o pagamento à Companhia de Crédito Predial o valor de 211.415 réis relativo à prestação semestral por conta do empréstimo que fez a 60 anos, a juro de 6%, de 5.994 mil réis, e outras despesas igualmente discriminadas na carta.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/013

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1868-04-01; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre uma letra da Agência do Banco União do Porto e sobre o pagamento à Companhia do Crédito Predial, da 5ª prestação semestral de um empréstimo contraído.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/014

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1869-04-05; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; bom estado de conservação; vincos de dobragem

Âmbito e conteúdo: Participa o pagamento à Companhia do Crédito Predial da 7ª prestação semestral por um empréstimo contraído. Nota de que respondeu a 8 de abril.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/015

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1869-04-17; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; bom estado de conservação; vincos de dobragem

Âmbito e conteúdo: Informa da retificação feita relativamente à localidade registada a Companhia de Crédito Predial: Moncorvo e não Moura, como erradamente estava.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/016

Título: Carta de José Gaspar da Graça

Data: 1869-05-23; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa que levou a crédito a conta de 2.500.00 reis, importância de uma Letra, a 8% de saque de António Caetano de Oliveira, pagável à ordem do Visconde sobre os senhores Vieira Botelho. Tem junto outra Letra de 2.500.000 reis, saque de João da Costa a favor de Carmo & Sobrinho, pagável à ordem do Visconde a 8% sobre o senhor Eduardo Prece d'Eça.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/017

Título: Carta de A. Palmeirim

Data: 0000-05-16; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Dá notícias da Póvoa, das ações que espera vender e das contas da fábrica.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/018

Título: Carta de José Gaspar da Graça

Data: 1871-08-28; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde de Vila Maior e de outra de José Joaquim Ferreira, feitor do dito Visconde, sobre a entrega de pipas de vinho e o seu pagamento. Pede ao Visconde que fique em sua casa 1 ou 2 dias para que veja o adiantamento das obras do Hospital e diz ter uma sala a que os seus chamam "sala do senhor Visconde".

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/019

Título: Carta de José Gaspar da Graça

Data: 1871-10-01; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete a conta e explicando que o lambico foi vendido, havendo um saldo a seu favor de 13.630 réis, e informa que parte para Londres na próxima semana. Nota manuscrita de que respondeu.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/020

Título: Carta de José Gaspar da Graça

Data: 1872-03-27; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção das cartas enviadas pelo Visconde de Vila Maior e que as mostrou ao senhor Molarinho, que informou que se encontra a concluir uma obra. Informa que o maior preço recebido pelas pipas foi dos senhores Macedo, de 22.000 reis por pipa, por consideração ao Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/021

Título: Ofício nº 1139 da Companhia Geral de Crédito Predial Português

Data: 1875-12-01; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Ofício nº 1139 da Companhia Geral de Crédito Predial Português, assinado pelo ouvidor Francisco Dias Ferreira, informando que para o distrate da hipoteca da Quinta do Rego Barca teria de antecipar um conto e oitocentos mil reis e respetiva indemnização de 3%.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/022

Título: Ofício da Ouvidoria da Companhia Geral de Crédito Predial Português

Data: 1876-06-06; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica a decisão do Conselho da Administração que fixou em 360 mil réis o valor do distrate da propriedade Souto Longo, a que acresce a indemnização de 3%, quantia que o Visconde de Vila Maior tem de entregar à Companhia, em metal ou em obrigações prediais. Assina o ouvidor Francisco Dias Ferreira.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/023

Título: Carta de António Caetano de Oliveira

Data: 1876-07-24, Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o pagamento do crédito predial, que demorou mais tempo por causa das exigências dos senhores Seixas e C.^a e não por culpa sua; tem em seu poder o resto do pagamento do senhor Constantino e já apresentou na Conservatória a certidão de distrate das hipotecas do Rego da Barca e Souto Longo.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/024

Título: Carta de António Caetano de Oliveira

Data: 1876-08-05, Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que, como os filhos vieram com o António Lopes, pediu ao doutor Areoga que pedisse ao cunhado António de Almeida e Silva para entregar ao Visconde de Vila maior a importância de 450.000 réis que tinha para lhe entregar; pede para confirmar se os recebeu.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/025

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1880-03-04; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel pautado

Âmbito e conteúdo: Informa que já concluiu a parede da casa da quinta do Cuco e dá conta do valor que custaram várias obras: assento de portas, reforma da porta da loja, e compra de telhas para o telhado que tem caído por causa de grandes ventos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/026

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1880-05-15; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa sobre as obras na quinta do Cuco, sobre as árvores de fruto que ficaram danificadas por causa do vendaval e que tiveram que ser cortadas, sobre as oliveiras que estão bem tratadas e “andam muno bem limpas”; diz ainda que manda fazer lenha da mata.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/027

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1880-06-08; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde de lamenta “que haja gente que se atreva a dizer tanto em meu desabono”, por motivo de vingança, mas diz-se tranquilo. Explica como decorreram as obras na quinta do Cuco, com as estradas intransitáveis por causa da muita neve e do gelo, e das muitas dificuldades que teve. Fala também da vinha e da mata e do trabalho que tem sido feito em ambas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/028

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1880-09-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa que a serpentina esta destrocada e que havia algumas ruturas para soldar.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/029

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1880-10-09; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel pautado

Âmbito e conteúdo: Informa que procurou o senhor João Carlos Ferreira para pagar a renda que deve ao Visconde, e que a quantia pode entregue ao Visconde em Coimbra, Lisboa ou Porto. Envia 311.069 réis com o saldo da renda do ano corrente.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/030

Título: Carta de José Gaspar da Graça

Data: 1880-10-16; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa que recebeu a carta do Visconde, que vinha acompanhada de uma ordem de 31.069 réis, sobre Anastácio Dias da Cunha, e que já foi paga; dá conta de outros pagamentos já saldados e da importância da ordem remetida ao irmão do Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/031

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1881-02-16; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que as muitas chuvas fizeram desmoronar três bocados da parede na quinta do Cuco.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/032

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1881-03-01, Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que uma parede caiu e que há uma pessoa interessada em arrendar a casa e os baixos para comércio de fazenda branca e mercearia, e que consoante o preço arrendaria a casa por 5 ou 6 anos. Informa que um dos inquilinos atuais faz lume e a casa está muito deteriorada aconselhando a fazer novo arrendamento a uma pessoa só. Fita negra em volta da folha, em sinal de luto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/033

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1881-04-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que foi entregue pelo senhor Sebastião de Almeida Trigoso a quantia de 1.600.000 reis que, após deduzidos 200 réis de selo, ficam à disposição do Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/034

Título: Carta de Maria Amália

Data: 1881-05-12; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre as contas do seu tio, entretanto falecido, onde consta o valor da venda das tulhas, do quarto do feitor, e os gastos com várias coisas da casa e na capela de Nossa Senhora da Esperança e condução dos livros e tudo mais necessário, cujas despesas ascenderam aos 83.200 réis. Diz ter em seu poder 22.100 réis que enviará para onde o Visconde indicar. Diz que o senhor Gomes lhe disse que o Visconde o encarregou de várias coisas, entre elas receber a renda do Palheiro e pergunta se também lhe pode entregar o baú com os arranjos de Nossa Senhora e os dois leitos de madeira que se não venderam, úni-

cas coisas que restam na casa. Fita negra em volta da folha, em sinal de luto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/035

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1881-06-04 a 1881-06-10; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa da compra de nove obrigações dos Caminhos do Minho e Douro.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/036

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1881-06-15; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que as nove obrigações dos Caminhos do Minho e Douro compradas se encontram na 1ª Repartição competente a averbar.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/037

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1881-06-21; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que receberam das nove obrigações dos Caminhos do Minho e Douro o juro de 24.300 réis.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/038

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1881-09-20; Longroiva

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel pautado

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde, com demora de oito dias pois fora remetida para Moncorvo e daí teve ser reenviada para Longroiva, onde se encontra a banhos, e demorou no correio de Meda. Avisa que já pagou a contribuição municipal. Informa que mandou fazer uma cancela para a portada do tapadão e, para isso, mandou cortar um zimbro na mata; mandou compor um palheiro na quinta Branca e diz que a cozinha dela está a cair; na quinta de Vila Maior o caseiro diz que há já dois anos que chove nos palheiros e na casa, de tal forma que não pode continuar na quinta.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/039

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1881-11-03; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel pautado

Âmbito e conteúdo: Informa sobre várias reparações: na casa da Quinta Branca, cuja cozinha estava a cair, na Quinta de Vila Maior, que necessita de substituição de telhas e de ma porta, e na casa do Cuco, onde “estão constantemente a cair paredes”.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/040

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1881-10-02; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel pautado

Âmbito e conteúdo: Informa que assim que chegou a Longroiva e recebera a carta do Visconde que tratou de arranjar o dinheiro da renda, que seguirá pelo correio.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/041

Título: Carta de Carlos Alfredo Mota

Data: 1881-10-04; Moncorvo

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete as contas do ano 1881.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/042

Título: Carta de J. G. da Graça

Data: 1881-10-08; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta de cobrança de uma ordem sobre o senhor Francisco Cardoso Valente.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/043

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1882-01-07; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa do envio, em anexo, da conta corrente com a empresa, mostrando a balanço a favor do Visconde, e que foram entregues ao Tesouro Público das 9 obrigações de 6% dos Caminhos-de-ferro, em troca das quais o Visconde fica com 9 obrigações de 5% do governo português.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/044

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1882-09-14; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Acusam a receção da procuração enviada pelo Visconde para a cobrança dos juros das suas obrigações, de que recebeu, pelo semestre vencido a 30 do corrente, 19.482 reis.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/045

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1882-10-12; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Explica que para se efetuar a venda de algumas ou todas as obrigações de 5% do empréstimo português de 1881, o Visconde tem de enviar uma procuração do próprio punho para a empresar o poder fazer; o sinal deve ser reconhecido assim como o sinal do tabelião.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/046

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1882-10-20; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da procuração para venda das obrigações do Empréstimo de 1881 e informa que a devolve para o Visconde colocar o selo de 300 e que os selos devem ser inutilizados com a assinatura e data.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/047

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1882-11-02 a 1882-11-03; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da procuração para a venda das três obrigações de 5% do empréstimo de 1881, cuja venda foi realizada a 30 do mês passado ao preço de 81.500 réis. Informa que pagou ao Crédito Predial 130.207 réis da prestação vencida em abril. Nota manuscrita do Visconde em como respondeu a 3 de novembro.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/048

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1883-01-05; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio, em anexo, do extrato da conta corrente fechada a 31 de dezembro passado, com um balanço de 220.183 réis a favor do Visconde, que passam para o crédito em conta nova.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/C/001/049

Título: Carta de Seixas & Companhia

Data: 1883-10-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio, em anexo, da conta corrente fechada com um saldo de 271.770 réis a favor do Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E

Título: Químico

Data: 1837-12-18 a 1864-04-25

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 90 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida no âmbito da sua atividade enquanto cientista e professor de Química no Politécnico de Lisboa, nomeadamente, análise químicas, apontamentos científicos, catálogos, correspondência recebida, diários, diplomas, licenças, lições, listas, passaportes e trabalhos.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português, Inglês e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004

Título: Correspondência recebida

Data: 1855-11-07 a 1862-08-25

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 13 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida no âmbito da sua atividade enquanto cientista e professor de Química no Politécnico de Lisboa.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/001

Título: Ofício do Conselho Ultramarino

Data: 1855-11-07; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede esclarecimentos sobre uma substância filamentosa, pedido que também seguiu para o governador-geral de Angola, e lamenta não poder dar mais informações que aquelas que seguiram em ofício de 7 de agosto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/002

Título: Ofício do Conselho Ultramarino

Data: 1856-01-18; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia um caixote com quatro amostras de diversos produtos vulcânicos da Ilha do Fogo, Cabo Verde, para análise. Assina o secretário João de Roboredo. Incluso, cópia de ofício da Administração do Concelho da Ilha do Fogo, de 30 de junho de 1855, com a informação sobre os produtos do vulcão: sal da cratera que se formou na erupção de 1847, produto ácido colhido dentro do vulcão, enxofre misturado com terra colhido na planície do vulcão e uma lama, que é negra e mole, mas que depois de fria se torna dura. No mesmo documento, a análise e identificação dos produtos feitas por Júlio Máximo de Oliveira Pimentel. Em anexo, minuta da resposta dada por Júlio Máximo de Oliveira Pimentel com o exame realizado.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/003

Título: Ofício do Conselho Ultramarino

Data: 1856-02-08; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção e agradece o exame a que se procedeu no Laboratório da Escola Politécnica de Lisboa de uma coleção de amostras de produtos naturais do vulcão da Ilha do Fogo. Informa que cópia do ofício vai ser remetida ao governador-geral de Cabo Verde. Assina Sá da Bandeira.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/004

Título: Ofício do Conselho Ultramarino

Data: 1856-04-22; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita informações sobre o químico francês Langlois de Chalange, que pediu para ser nomeado diretor de um laboratório químico que diz ser de muita conveniência estabelecer na Costa Ocidental de África. Assina Sá da Bandeira. Junto, minuta da resposta de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/005

Título: Ofício do Conselho Ultramarino

Data: 1856-09-12; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia um pequeno caixote com uma porção de mineral colhida na Nitreira da ilha Brava, Cabo Verde, por ordem do Presidente do Conselho, para estudo químico, e cópia do ofício do Governo-geral da Província de Cabo Verde com informações sobre a mesma nitreira, que junto anexa. Assina o secretário João de Roboredo. No mesmo documento, minuta da resposta de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/006

Título: Ofício do Conselho Ultramarino

Data: 1856-11-04; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece o envio do resultado do ensaio realizado a uma amostra de terra salitrosa da ilha Brava do arquipélago de Cabo Verde e remete cópia de Ofício do Governo-geral da Província de Cabo Verde onde informa porque não pode dar cumprimento ao ofício de 9 de julho do ano passado. Assina o secretário João de Reboredo.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/007

Título: Ofício da Secção do Ultramar do Ministério da Marinha e Ultramar

Data: 1857-01-14; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete os vidros contendo parte do resíduo obtido depois da evaporação de água de cada um dos poços chamados da Vila e da Matiota, na ilha de S. Vicente, e pede para examiná-los e informar sobre a inconveniência ou não do uso das águas para bebida ou para outros usos. Assina Manuel Jorge de Oliveira Lima. Em anexo, minuta da análise feita por Júlio Máximo de Oliveira Pimentel.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/008

Título: Ofício da Secção do Ultramar do Ministério da Marinha e Ultramar

Data: 1858-08-18; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete a Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, em nome de Sua Majestade, dois volumes com produtos do vulcão da Ilha do Fogo, Cabo Verde, para análise e posterior informação sobre a natureza dos produtos e das utilidades que deles podem resultar. Assina Sá da Bandeira.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/009

Título: Carta do delegado da 6ª vara

Data: 1862-03-09, Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio da cópia do ofício da Procuradoria Régia n.º 2 com data de 8 de março de 1861 informando sobre o pagamento ao Laboratório da Escola Politécnica das despesas relacionadas com a análise das vísceras do cadáver do infante D. João, que não cobrem os honorários devidos aos peritos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/010

Título: Ofício da Escola Politécnica de Lisboa

Data: 1862-08-25

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: papel

Âmbito e conteúdo: Remete cópia da Portaria do Ministério do Reino de 19 de agosto de 1862 que destinou a quantia de 1.200.000 réis para a compra de instrumentos, aparelhos e mais objetos necessários no Laboratório de Química da Escola Politécnica, valor a ser pago pela Agência Financial de Londres e em libras esterlinas. Inclui também cópia do ofício dirigido ao encarregado da Agência Financial comunicando a autorização de pagamento da referida quantia.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/011

Título: Carta de José Rodrigues Coelho do ...

Data: 1862-08-25

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: papel

Âmbito e conteúdo: Informa não ter recebido carta anterior e dizendo remeter a correspondência sobre o abono de 1.200.000 réis para compra de instrumentos e aparelhos para o Laboratório; felicita-se pelos produtos apreciados por Júlio Máximo Pimentel e seus colegas e diz que a Rainha irá por Paris a Londres, embarcando em Southampton.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/012

Título: Carta de F. de Magalhães

Data: 0000-09-04

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: papel

Âmbito e conteúdo: Remete 300.000 réis para despesas extraordinárias do corrente ano; informa que foi encontrada a primeira ...(?) numa gaveta do porteiro da secretaria dos Negócios Estrangeiros, não sabendo como aí foi parar visto que fora remetida para as Obras Públicas; explica que não há mais dinheiro para este ano mas que o ministro se comprometeu a enviar nova verba para o ano seguinte; igualmente, o senhor Francisco Mota vai remeter também para as aulas de Matemática e Astronomia.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/E/004/013

Título: Carta de Stapz(?)

Data: s. d.; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de três cartas para Bruxelas, Gand e Liège e diz para ir ter com o comendador da Escola de Bruxelas.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/F

Título: Deputado às Cortes e Parlamentar

Data: 1851 a 1867-06-22

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 72 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida no âmbito da sua atividade enquanto parlamentar e deputado às Cortes, nomeadamente, atas, apontamentos, contas, correspondência recebida, discursos, estatísticas, minutas de correspondência expedida, projetos-lei, propostas de lei, relatórios e requerimentos.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/F/004

Título: Correspondência recebida

Data: 1851-01-16 a 1865-10-17

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 5 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida no âmbito da atividade enquanto Deputado às Cortes e Parlamentar

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/F/004/001

Título: Ofício da Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios da Fazenda

Data: 1851-01-16; Lisboa, Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel.

Âmbito e conteúdo: Dirigida ao conselheiro de Estado e ministro secretário de Estado honorário Rodrigo da Fonseca Magalhães, remete cópia autêntica da sua nomeação régia para presidente da comissão criada para pôr o atual sistema monetário em harmonia com o valor relativo do ouro e da prata. Em anexo, a referida cópia autêntica da sua nomeação assim como da de Francisco Simões Margiochi (conselheiro e par do reino), Agostinho Albano da Silveira Pinto (conselheiro ministro e secretário de Estado honorário e deputado), José Isidoro Guedes (deputado), Joaquim Larcher e Filipe Folque (conselheiros) e de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (lente da Escola Politécnica de Lisboa). Assina António José d'Ávila

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/F/004/002

Título: Carta de F. da Silva Costa

Data: 1851-10-04

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que a comissão criada por Decreto de 12 de setembro de 1851 irá reunir no dia 7 de outubro, pelas 11 horas, na secretaria do Corpo de Engenheiros, no edifício da Boa-Hora.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/F/004/003

Título: Carta de Fontes Pereira de Melo

Data: 1865-10-17; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel, envelope com sinete/lacre de cera preta

Âmbito e conteúdo: Pede ao Visconde de Vila Maior para ir a Lisboa pronunciar-se sobre a questão do caminho-de-ferro do sueste. No envelope, o Visconde escreveu “Convite do Fontes para eu reduzir a lei da Moeda segundo as bases que eu lhe havia apresentado”.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/F/004/004

Título: Carta de Fontes Pereira de Melo

Data: s. d.; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Convida o Visconde de Vila Maior para a redação da Lei da Moeda segundo as bases que lhe havia apresentado. Fita negra em volta da folha, sinal de luto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/F/004/005

Título: Carta(?) de J. Caniço

Data: s. d., s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa da sua aprovação ao projeto da lei da moeda e explana sobre o assunto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H

Título: Membro Comissão Exposição de Paris (1855)

Data: 1854-01-26 a 1856-03-28

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 8 docs., 1 liv.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida enquanto membro da comissão régia portuguesa na Exposição Universal de Paris, em 1855, nomeadamente, correspondência recebida, diários e folhetos.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português, Inglês e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H/001

Título: Correspondência recebida

Data: 1854-01-26 a 1856-03-28

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 7 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida enquanto membro da comissão régia portuguesa na Exposição Universal de Paris, em 1855.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português, Inglês e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H/001/001

Título: Ofício da Direcção geral do Comércio e Indústria

Data: 1854-01-26; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio do decreto de 23 de janeiro de 1854, que cria a Comissão Central para a Exposição de Paris de 1855.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H/001/002

Título: Ofício do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Data: 1855-03-29; Paço das Necessidades, Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Encarrega Júlio Máximo de Oliveira Pimentel de tratar da exposição e produtos portugueses na Exposição de Paris, podendo contar com 600 libras para despesas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H/001/003

Título: Ofício da Direcção geral do Comércio e Indústria

Data: 1855-03-30; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio do decreto de 29 de março de 1855 que cria a comissão de Estudo para a Exposição Universal de Paris de 1855.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H/001/004

Título: Ofício do Ministério do Reino

Data: 1855-04-02; Paço das Necessidades, Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica a licença concedida a Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, pela Câmara dos Deputados, para se ausentar do país em serviço público.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H/001/005

Título: Ofício da Comissão Imperial da Exposição Universal de Paris

Data: 1855-10-31; Paris

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita o relatório sobre os expositores da 1ª classe. Assina o presidente Napoleão Bonaparte.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H/001/006

Título: Ofício do Conselho Ultramarino

Data: 1855-12-13; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a informação sobre dois produtos das Províncias Ultramarinas, que faziam parte da coleção que o Conselho Ultramarino enviou para a Exposição Universal de Paris, que atraíram grande atenção. Felicita Júlio Máximo pelo trabalho e diz que será publicado no Diário do Governo para que o comércio e indústria fabril possam tirar proveito dos seus valiosos conhecimentos. Assina Sá da Bandeira.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/H/001/007

Título: Ofício do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Data: 1856-03-28; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia cópia da informação sobre a cerimónia de entrega de medalhas do prémio obtido pelos expositores portugueses na Exposição Universal de Paris.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/K

Título: Visconde de Vila Maior (1861-1884)

Data: 1870-08-18 a 1883-08-11

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 29 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida enquanto Visconde de Vila Maior, nomeadamente, correspondência recebida e diplomas.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português e Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/K/001

Título: Correspondência recebida

Data: 1870-08-18 a 1883-08-11

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 15 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida enquanto Visconde de Vila Maior.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português e Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/001

Título: Ofício do Ministério do Reino

Data: 1870-08-18

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Ofício n.º 323 da 1ª repartição do Ministério do Reino, assinado por Luís António Neguem(?), participando que el rei aceitara o pedido de renúncia da mercê concedida da Comenda da Ordem de Cristo

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/002

Título: Carta de Carlos Relvas

Data: 1878-03-11

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Carta manuscrita e assinada por Carlos Relvas apresentando o senhor João Martinho da Silva e pedindo ao Visconde de Vila Maior que o ouça e lhe conceda o que pretende.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/003

Título: Carta de João Carlos de Brito Capelo

Data: 1878-04-25

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o resumo do ano 1877 das observações relativas ao ponto meteorológico de Moncorvo está concluído e que os mapas de Moncorvo são em tudo iguais aos que se têm publicado noutros pontos, conforme verá na coleção enviada; remete também os resultados médios de 20 anos (1856-1875) do Observatório D. Luís assim como uma folha com os sinais utilizados nos postos termofísicos(?) do leste de Portugal, por ordem deste Observatório quando há probabilidade de temporal.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/004

Título: Carta de Pedro Roberto Dias da Silva

Data: 1878-06-25

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o negócio do filho do Visconde de Vila Maior que está em poder do ministro e que, espera, será a resolução

favorável; diz que o negócio das gratificações suprimidas pela Portaria de 10 de julho será deferido.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/005

Tipo de título: Carta de Octave Bernard

Datas de produção: 1878-12-07

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o envio de caixas de vinho pelo ... Rio-Douro, sob os números 127, 128 e 129. Pede a morada de Lisboa para fazer chegar ... contra a filoxera.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/006

Tipo de título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-01-29

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece ao Visconde de Vila Maior o que tem feito pelo seu negócio, que já pagou o colégio do filho e que fica apenas com o indispensável para se manter por uns dias; fala em dinheiro não porque tem medo que não lhe paguem mas porque o que tinha acabou. Explica que o Moreno se demorou mais 24 horas no regresso a Portugal, depois de 8 dias em Paris, por causa de uma constipação de um convite para jantar com o Camilo de Moraes; que a desculpa de se ter encontrado com ele foi uma "criancice". Agradece as notícias de seu pai. Em relação à política francesa, diz que o marechal não quer assinar a demissão dos comandantes dos corpos do exército, e por isso sai; que se fala de Dufaure para presidente; os fundos desceram para 1,50 francos em algumas horas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/007

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-01-08

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que ficou sem dinheiro, depois de ter pago 1.050 francos do colégio do filho, e que o Silva lhe emprestou dinheiro, coisa que poderá não acontecer segunda vez, visto não ter também muitos recursos. Fala da situação política da república francesa, das demissões do barão de Watterville, depois de 34 anos de serviço, de seu irmão e de outros, que estão a ser substituídos por funcionários novos que não conhece; diz que falta a “justiça” no lema da República e que a continuar a assim prevê que este caminho termine mais cedo que o esperado.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/008

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-01-17

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a última carta do Visconde de Vila Maior e informa que o Corvo mandou pagar-lhe até ao final de janeiro. Diz que em França as coisas políticas marcham menos mal, que alguns empregados alcançaram a reforma; que o barão de Watterville retirou-se com 4.500 francos, tenho ganho durante a efetividade 16.000 francos e que mais vale morrer que ser velho nestas regiões. Diz que recebeu carta do barão de Watterville perguntando pelo significado de outra que recebera de Costa Simões; este renunciou ao diploma de oficial da Academia embora estranhe que o tenho feito dois meses depois de ter recebido o diploma. Diz que como Bardoux não é ministro e Watterville director, não pode trocar as condecorações pelas palmas de ouro. Diz que é melhor não pedir distinções a compatriotas, que eles que julgam com direito a tudo. Diz que Drevet quer falar consigo para saber se está condecorado, que lhe disseram que o havia prometido. Diz que quarta-feira é a festa oferecida a Teirrence(?) de Bort, ex-ministro, e que Bratz está “uma bicha” porque não foi festejado por ninguém

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/009

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-03-02

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que os últimos dias de fevereiro foram os piores de todo o universo pelo vento penetrante que acompanhou o frio e os parisienses começam a estar aborrecidos com tanto gelo. Diz ter ainda em seu poder o diploma do engenheiro Houberdou, que recusou aceitá-lo, e pergunta ao Visconde de Vila Maior o que quer que faça com aquela carta régia; o do Warrington Smith foi remetido para Inglaterra. Diz-se feliz pelo Visconde por ter concluído o seu relatório. Os seus negócios diplomáticos estão entregues a quem sabe e não há novidades; os ministros franceses mudam a casa instante e, neste momento, fala-se da saída do Maicero(?) e Leon Loy, e até na substituição de todo o ministério. Diz nunca mais ter recebido notícias sobre o metro do amigo Stas e do Govi escreveu-lhe dizendo que era necessário fazê-lo nomear primeiro como representante de Portugal para a ... comissão; saiu há 8 meses de Portugal e deve ter, hoje, aí poucos amigos. O seu colega russo que obteve 2 grandes prémios na ... classe foi feito conselheiro de 1ª grandeza.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/010

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-03-18

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que, apesar de ter em Lisboa todos os livros e apontamentos do seu relatório, vai escrevendo-o com rigor mas que o tempo é pouco para o adiantar como desejava e não tem copista que faça agradável à vista o seu borrão, que era mais fácil se o deixassem imprimir ali mas sabe que ele vai "dormir" no ministério pois o do Visconde ainda de lá não saiu e o da filoxera nunca sairá. Diz que o tratado caminha lentamente e que a nova comissão da companhia postal está concluída. Pede para se vir o Corvo lhe perguntar se está contente consigo. Diz que a política francesa corre regularmente, o Fournier foi nomeado para a comissão das viagens científicas e o amigo Tuseraud tem recebido muitos "degraus"(?); se por um lado se despedem empregado que tiveram a desdita de servir com o 16 de Maio, logo outros se nomeiam, dignos e respeitáveis; o presidente Gsevy(?) é homem resoluto e reflexivo, que não deixará cair a república pelo caminho da comuna. Elliot ainda não recebeu a solução do seu negócio apesar da

valiosa proteção do Visconde. Pergunta o que quer que faça com a comenda ou condecoração do Houberdou.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/011

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-03-30

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Nível de descrição: DS

Âmbito e conteúdo: Com nota de confidencial, onde agradece as duas últimas cartas do Visconde de Vila Maior; estima que o Corvo esteja satisfeito; diz que é difícil trabalhar com o M, só a pessoa anulando-se espontaneamente; diz que o tratado não fica (?) por mais de um ano, está prolongado por mais 6 meses, com a modificação do artigo dos vinhos e depois trata-se de o prolongar até à assinatura do tratado definitivo e nestes 15 dias não será possível assinar a negociação. Diz que é fácil mandar o borrão do relatório para que o Visconde veja as provas, pois sempre terá modificações a introduzir. Diz que a ideia das gravuras é excelente mas que a primeira dificuldade é que há poucos trabalhos sobre a exposição cujas gravuras sejam úteis e a segunda é quem paga e até que quantia as que são aproveitáveis no mercado? Informa que não recebe dinheiro nenhuma há dois meses, que o Corvo pagou a quinzena de dezembro e o mês de janeiro e a vida em Paris não tem sido tão agradável como pensava, melhor seria fazer tratado no rio da Prata com o R.(?) de S. Januário que não gastará ao governo menos de 60 contos! Ainda assim não pensa em sair de Paris pois já o dinheiro escasseia e em Lisboa tarde o receberá. Diz que o diploma do Houberdou foi entregue, que ele disse que não tinha percebido e que nada esperava de Portugal; agora estão todos os diplomas distribuídos e sem recorrer às embaixadas. O tempo está péssimo e ele muito constipado há alguns dias.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/012

Título: Ofício da secretaria do Conselho geral do Comércio, Indústria e Agricultura

Data: 1879-05-12

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa da reunião do referido Conselho no dia 15 de Maio, quinta-feira, pelas 12 horas, para dar o seu parecer acerca da inclusa representação da Companhia fomentadora das indústrias e agricultura de Portugal e suas colónias, pedindo auxílio ao Governo para realizar uma expedição no Rio de Janeiro. Assina o secretário F. ... Vasconcelos. Junto anexa a referida representação.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/013

Título: Ofício do Gabinete do diretor geral do Comércio e Indústria

Data: 1879-05-13

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o ministro pede ao Visconde de Vila Maior a declaração das condecorações que devem ser dadas aos seus propostos. Assina Rodrigo de Moraes Soares Inclui nota manuscrita pelo Visconde com indicação de que respondeu no dia 14 de Maio e que enviou a nota cuja minuta fica junta a esta carta.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT/UC/FCT/BOT/VVM/K/001/014

Título: Ofício da Sociéte d'Encouragement pour l'Industrie Nationale de France

Data: 1879-07-11

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa da nomeação do Visconde de Vila Maior como sócio correspondente estrangeiro no comité das artes químicas, honra concedida pelos serviços prestados à indústria e ao comércio. Assina o secretário da sociedade e membro da Academia das Ciências, Eugène Peligot.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/K/001/015

Título: Carta de Carlos Pires(?) Santos e Castro

Data: 1883-08-11; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o ministro aprova a publicação pelo Ministério da Guerra da biografia do general Claudino e pede o envio do original para impressão.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L

Título: Comissário Régio Exposição de Londres (1862)

Data: 1861-04-17 a 1863-04-03

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 191 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida enquanto presidente da comissão régia portuguesa na Exposição Universal de Londres, em 1862, nomeadamente, correspondência recebida, desenhos, minutas de correspondência expedida, faturas, folhetos, inventários e trabalhos.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português, Inglês e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001

Título: Correspondência recebida

Data: 1861-04-17 a 1863-04-03

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 169 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida enquanto presidente da comissão régia portuguesa na Exposição Universal de Londres, em 1862.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português, Inglês e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/001

Título: Ofício do Ministério das Obras Públicas e Comércio

Data: 1861-04-17; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica a nomeação de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, por decreto de 10 de abril de 1861, para vogal da secção da Indústria fabril da Comissão Diretora da Exposição dos produtos nacionais em Lisboa e dos trabalhos preparatórios para Londres.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/002

Título: Ofício do presidente da secção da Indústria para a Exposição Universal de Londres, Joaquim Larcher

Data: 1861-05-04

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita a Júlio Máximo, enquanto vogal da 2ª secção da Comissão criada por decreto de 10 de abril de 1861, para exercer influência junto da Associação de Industriais do Porto de modo a que eles participam das exposições de Lisboa e de Londres.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/003

Título: Circular de John Penn & Son

Data: 1862-01-14; Londres

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre a utilização de uma patente.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/004

Título: Carta de Charles F. T. Young

Data: 1862-02-00; Londres

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 1 doc., 1 postal; papel

Âmbito e conteúdo: Informa da mudança de escritório e dá conta dos seus serviços de desenho de navios a vapor, máquinas, mapas, entre outros.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/005

Título: Ofício do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Data: 1862-03-07; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de cópia do Decreto de 3 de março de 1862 que nomeia o Visconde de Vila Maior para comissário régio da Exposição de Londres e para presidente da Comissão de Estudos, nomeada pelo mesmo decreto. Assina o Marquês de Loulé.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/006

Título: Circular da Accademia Medico-cirurgica e di Scienze Naturali

Data: 1862-03-10, Génova, Itália

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Solicita o preenchimento do inquérito em anexo para confronto dos diversos métodos adotados no ensino médico-cirúrgico.

Idioma: Italiano

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/007

Título: Ofício da Comissão Central Portuguesa para a Exposição Universal de Londres de 1862

Data: 1862-03-10; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica que os senhores Helck & Lucas, de Londres, que construíram o palácio da exposição de Londres em novembro de 1861, ofereceram os seus serviços para o arranjo da secção portuguesa na mesma exposição, tendo sido recomendados por F. R. Sandford, secretário da comissão real inglesa. Fica o Visconde habilitado para, na sua próxima chegada a Londres, resolver o que julgar mais conveniente. Assina o secretário João Palha de Faria Lacerda. Fita negra em sinal de luto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/008

Título: Ofício da Comissão Central Portuguesa para a Exposição Universal de Londres de 1862

Data: 1862-03-11; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia cópia autêntica das instruções para regular o serviço da Comissão Portuguesa da Exposição Universal de Londres. Assina, pelo secretário, João Palha de Faria Lacerda. Fita negra em sinal de luto. Em anexo as instruções para regular o serviço dos comissários portugueses à Exposição Universal de Londres, nomeados por decreto de 3 do corrente.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/009

Título: Ofício da Comissão Central Portuguesa para a Exposição Universal de Londres de 1862

Data: 1862-03-21; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de cópia do contrato assinado, em 11 do corrente, para o fretamento do vapor inglês “Vasco da Gama”, cujo valor deve ser pago em Londres na importância de 300 libras esterlinas, e cinco por cento por chapéu ou capa, cobrando-se o competente recibo ao capitão Thomas Coubron; a agência financeira de Londres tem ordem para pôr à disposição do Visconde esta soma.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/010

Título: Carta de [assinatura ilegível]

Data: 1862-03-21; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Informa da disponibilidade de transporte de produtos a partir de Chelsea.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/011

Título: Ofício da Comissão Central Portuguesa

Data: 1862-03-21

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio da tabela dos vencimentos autorizados para o pessoal da comissão de estudo e seus empregados, desde o dia da sua chegada a Londres, para a Exposição Universal. Assina o secretário João Palha de Faria Lacerda.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/012

Título: Ofício da comissão Central Portuguesa à Exposição Universal de Londres 1862

Data: 1862-03-21; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Junto envia o contrato assinado em 11 do corrente para o fretamento do vapor inglês “Vasco da Gama”, que pertence à Companhia denominada “Glasgow and Lisbon Steam Packet Company”; informa que o preço do fretamento deverá ser pago em Londres, à chegada do vapor, na importância de 300 libras esterlinas, e 5 por cento para chapéu ou copa, cobrando-se o competente recibo ao capitão Thomaz Coulson. Assina o secretário João Palha de Faria Lacerda.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/013

Título: Circular

Data: 1862-03-24; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Convoca para reunião sobre a vontade de criação de uma Enciclopédia Mundial das Artes e Ciências.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/014

Título: Carta de Frank Wilkingson & C.^a

Data: 1862-03-31, Funchal, Madeira, Portugal

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Lista de artigos enviados da Madeira para a Exposição Universal de Londres 1862, Secção 3ª, Classe 24

Idioma: Inglês, Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/015

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862-04-00; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia informações a remeter aos jurados portugueses e que o encontro dos júris vai ser no dia 7 de maio. Assina o secretário J. F. Iselin.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/016

Título: Circular

Data: 1862-04-00; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Convite para participar na procissão da cerimónia de abertura da Exposição. Junto envia cópia do regulamento e pede para vestir uniforme ou traje de gala. Informa que será enviado um livre-passe e dois bilhetes para assentos reservados.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/017

Título: Carta de León Riant

Data: 1862-04-01; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio do prospeto-circular do boletim da exposição universal de Londres e pede indicação sobre a chegada dos expositores portugueses, para quem reserva um espaço no seu jornal.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/018

Título: Ofício da comissão Central Portuguesa à Exposição Universal de Londres 1862

Data: 1862-04-02; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que acaba de receber um ofício de F. R. Sandford, secretário da comissão real inglesa para a Exposição Universal de Londres, que acusa a receção da lista com o nome dos jurados nomeados pelo governo português e pede para que seja especificada a classe em que cada um deve servir. Diz que o governo português decidiu enviar só três e não quatro jurados, para conservar mais liberdade na classificação mas que o Visconde decida junto dos comissários reais ingleses como melhor lhe parecer; pelo catálogo suplementar é visível o aumento do número de expositores e essa circunstância pode levar os comissários ingleses a concederem que todos os membros da comissão nomeada por Decreto de 3 de março, sejam membros do júri. Assina o secretário João Palha de Faria Lacerda. Junto

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/019

Título: Carta do Departamento italiano na Exposição Universal

Data: 1862-04-03; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa, em resposta ao pedido do Visconde de Vila Maior, que é possível fazer a cedência de 30 metros quadrados na grande nave, no espaço dos instrumentos agrícolas, para colocar as máquinas da comissão portuguesa e pergunta se é preciso ajuda para as meter no sítio. Diz enviar um pequeno desenho do pavilhão. Assina o superintendente geral do Departamento italiano, Henri de Grabau.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/020

Título: Carta de Frederico Youb

Data: 1862-04-03; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Diz ter recebido há pouco, de Lisboa, um quadro do insigne pintor português Tomás da Anunciação, que descreve a “Debulha do Trigo”; teve conhecimento do quadro em novembro do ano passado, altura em que ficou encarregue da sua venda. Informa que a mandou para Manchester para aí a vender por não menos de 200 libras mas agora foi aconselhado a enviar o quadro para a Exposição de Londres como obra portuguesa de mérito, pensando que aí encontrará comprador. Pergunta ao Visconde se a pode aceitar na exposição.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/021

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862-04-05; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita o envio da bandeira nacional até ao dia 18 de abril, para ser colocada no edifício dos comissários estrangeiros. Junto anexo, o modelo de bandeira com as medidas.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/022

Título: Ofício da comissão Central Portuguesa à Exposição Universal de Londres 1862

Data: 1862-04-05; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Junto envia uma fatura de doze caixas com os produtos coligidos pela secção do Ultramar, que vão no vapor inglês “Alhambra”, a entregar ao cônsul português em Southampton, com ordem de avisar logo o senhor Batalha, agente desta comissão, a fim de que esta as faça transportar para o edifício da exposição, segundo os preceitos que estiverem estabelecidos para este serviço. Assina João Palha de Faria Lacerda. Nota do mesmo de que não houve tempo de fazer imprimir o suplemento do catálogo da parte relativa a Angola.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/023

Título: Carta da Direcção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

Data: 1862-04-07; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Deseja a maior atenção para as amostras dos seus vinhos e para a forma de exposição dos mesmos, solicitando que fiquem assentes sobre um grande dístico de letras douradas sobre cristal para chamar mais à atenção dos visitantes. Assinam José Pinto Soares, Francisco Ribeiro ...(?) Júnior e Joaquim Torquato Alvares Ribeiro.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/024

Título: Legação de S. M. Fidelíssima em Londres

Data: 1862-04-08; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Apresenta os cumprimentos do conde de Lavradio e informa que o senhor Taylor se irá apresentar com amostras de vários produtos das minas do Bembe em África; o conde do Lavradio acha que amostras idênticas integram a coleção portuguesa mas pede ao Visconde para aceitar expô-las, caso contrário irão para a coleção inglesa. Carta não assinada. Fita negra em sinal de luto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/025

Título: Carta de G. F. dos Santos

Data: 1862-04-09; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o conde de Lavradio decidiu tomar conta do quadro que falou ao Visconde e se este pode ser apresentado na Exposição, sendo que é conveniente examiná-lo primeiro. Não sabe o tamanho do quadro, quem é ao autor nem que destino tenha mas supondo que se algum português "(por ventura um Silva que está em Roma)" o enviasse para ser exposto, não queria impedir uma obra de receber um justo galardão.

Deixa, contudo, ao arbítrio do Visconde a melhor resolução da questão. Fita negra em sinal de luto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/026

Título: Carta de Frederico Youb

Data: 1862-04-10; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a carta de 8 do corrente sobre a pintura de Tomás de Anunciação e explica que em novembro do ano passado ficou encarregue da pintura e, por isso, Tomás da Anunciação não podia responder ao convite da Comissão Central de Lisboa, por não saber se a pintura estaria, ou não, vendida. Assim, recorre agora ao Visconde para o ajudar nesta matéria e incluir o quadro na exposição como obra-prima de Portugal.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/027

Título: Carta de Gonçalo Telo de Magalhães Colaço

Data: 1862-04-15; Coimbra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que a precipitação com que foram remetidos os produtos destinados á Exposição de Londres fez com que as guias não levassem o destino pretendido. Diz ter escrito ao senhor Batalha mas como não teve resposta, pede ao Visconde o fazer de vender, em leilão, tudo que lhe pertence, por não menos de 20 libras.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/028

Título: Carta de Domenico Sant'Agata

Data: 1862-04-15; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Envia pelo paquete uma fechadura inventada por si para figurar na Exposição de Londres.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/029

Título: Carta da Administração Geral das Matas do Reino

Data: 1862-04-16; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio, pelo paquete, de seis volumes contendo produtos e artigos da Administração Geral das Matas para a Exposição de Londres e que já figuram no catálogo. Carta assinada pelo administrador geral José de Melo Gouveia. Fita negra em sinal de luto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/030

Título: Carta de Frederico Youb

Data: 1862-04-16; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que escreveu para Manchester e daí foi enviado o quadro para a Exposição de Londres para o endereço do Visconde e para a Repartição de Portugal, e que deve ser entregue hoje de manhã.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/031

Título: Carta de F. R. Sandford, secretário da comissão real inglesa

Data: 1862-04-16; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em sequência da carta de 10 de abril, onde pedia a indicação de mais um membro do júri para Portugal, para além dos 3 já anteriormente nomeados, para as classes já assinaladas, e após receber a carta de hoje da Comissão Central de Portugal, solicita ainda, se possível, a inclusão de dois outros membros da Comissão portuguesa no júri internacional.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/032

Título: Ofício da comissão Central Portuguesa à Exposição Universal de Londres 1862

Data: 1862-04-16; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que dera competente aviso ao cônsul português em Southampton de que vão pelo vapor Paquete inglês "Tagus" 9 caixas com objetos para a secção portuguesa, recomendando ao dito cônsul que faça depositar na Alfandega as referidas caixas e dê logo aviso ao agente da comissão, adjunto á comissão de estudo. Assina o secretário, José de Torres.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/033

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862-04-22; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Convidam para a cerimónia de abertura no dia 1º de maio e informam que cada jurado terá direito a um lugar e outro para a mulher, caso seja portadora de bilhete. Pede brevidade na indicação de quantos jurados portugueses irão participar na sessão. Assina o secretário F. R. Sanford.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/034

Título: Carta de N. M. Prianly

Data: 1862-04-22; Southampton, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa do envio de uma caixa de fechaduras, trazida pelo vapor "Tagus" e endereçada ao Visconde e que dará conta ao senhor Batalha do pagamento do senhor Vanzeller, cuja conta recebeu esta manhã. Junto, a fatura das nove caixas contendo objetos para a Exposição Universal de Londres que vão no pacote "Tagus".

Idioma: Inglês, Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/035

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862-04-22; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa não estar ainda de posse dos nomes que o Visconde quer indicar. Diz que são 45 jurados e que cada um pertence a um júri e que só aguarda os nomes dos jurados portugueses para publicação da lista. Assim ao secretário J. F. Iselin. Em minuta de correspondência expedida, o Visconde indica os nomes dos membros do júri de Portugal: J. A. C. das Neves Cabral, A. V. Lourenço, J. d'Andrade Corvo, Visconde de Vila Maior e J. M. da Ponte Horta.

Idioma: Francês, Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/036

Título: Carta de N. M. Prianly

Data: 1862-04-23; Southampton, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em relação à carta de ontem, informa que foram enviadas 9 caixas endereçadas para a Exposição Internacional e 1 a bordo do "Tagus", desde que viu o senhor Batalha esta manhã, e cujas contas vai enviar ao Visconde.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/037

Título: Carta de Pinto Leite & Irmãos

Data: 1862-04-24; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que os seus correspondentes Senhora Fonseca & Ferreira do Porto mandaram para a Exposição dois meios couros de sola da sua fábrica, por intermédio da Comissão de Lisboa, e como premiados com a Medalha de Prata da Exposição do Porto, pede para que se junte uma declaração sobre isso na descrição dos couros, que junto anexa.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/038

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862-04-25; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita ao Visconde que notifique o presidente dos júris portugueses para comparecer na procissão do 1º de Maio e que serão guardados dois lugares para dois acompanhantes; o júri terá também direito a 2 lugares mas as senhoras, em ambos os casos, têm que ter bilhete. Pede a informação sobre o número de pessoas o mais breve possível. Assina o secretário F. R. Sandford. A minuta da resposta enviada, em francês, informa que os membros do júri estarão presentes na cerimónia de abertura; são eles: J. de Andrade Corvo, J. M. da Ponte Horta, A. V. Lourenço e J. das Neves Cabral.

Idioma: Francês, Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/039

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862-04-25; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita o envio de uma lista das obras de arte expostas pela Comissão portuguesa e diz que o catálogo tem que seguir para imprimir o quanto antes.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/040

Título: Carta de N. M. Prianly

Data: 1862-04-25; Southampton, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que as contas das caixas enviadas para a Exposição Universal e das caixas enviadas pelara o endereço do Visconde devem ser pagas ao cônsul-geral Vanzeller. Nota de que as contas foram entregues ao senhor Batalha.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/041

Título: Circular dos Comissários da Rainha

Data: 1862-04-26; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia um passe para os dias da exposição, que também dá acesso ao 1º de Maio e dois bilhetes para lugares no mesmo dia, que pode oferecer a quem quiser.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/042

Título: Carta de Filipe Folque

Data: 1862-04-26; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde e congratula-se pelo interesse que manifestado nos trabalhos corográficos, que vai enviar imediatamente para a exposição.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/043

Título: Carta de Pinto Leite & Irmãos

Data: 1862-04-28; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde e explica que os amigos Fonseca & Ferreira querem que se faça saber a todos que vejam os couros na Exposição que eles foram premiados com a Medalha de Prata da Exposição do Porto, e por isso fizeram imprimir uma declaração para o efeito.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/044

Título: Carta não assinada

Data: 1862-05-00; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita autorização para distribuir amostras de cigarros e tabaco manufacturados, autorização semelhante à dada à água-de-colónia.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/045

Título: Ofício da Comissão preparatória da Exposição de Londres em 1862

Data: 1862-05-06; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em aditamento ao ofício de 26 de abril, remete os apontamentos para o catálogo dos objetos vindos de Angola, para a Exposição de Londres; informa que não teve tempo de fazer as reduções para o sistema métrico; remete também uma nota de alguns objetos de diversas províncias que ultimamente, acompanhada dos esclarecimentos que conseguiu obter. Assina o vice-secretário João de Roboredo.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/046

Título: Day & Son, litógrafos da rainha

Data: 1862-05-08; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informam do envio do prospeto com livros que poderão interessar às bibliotecas ou escolas de arte.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/047

Título: Carta de H. R. Spries(?)

Data: 1862-05-09; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Informa que, caso não haja espaço suficiente na Exposição Universal para todos os produtos de Portugal, terá um espaço designado na “International Bazaar” que pode ser utilizado.

Idioma: Português

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/048

Título: Ofício da Comissão Belga da Exposição Universal de Londres

Data: 1862-05-10; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de três catálogos de produtos industriais e obras de arte da Bélgica que se encontram na Exposição Internacional.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/049

Título: Carta de Manuel José Ribeiro

Data: 1862-05-15; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre os objetos que seguem amanhã pelo paquete, que vão estar na exposição foi o que foi possível arranjar, que seguiu o indicado pelo senhor Corvo, que poderá dar algumas explicações que julguem necessárias. Diz que a doença do Viegas e outros transtornos que ocorreram só agora lhe foi possível concluir o trabalho. Dá nota de algumas situações e diz que o catálogo dos produtos agrícolas foi mandado fazer pelo senhor Moraes Soares e que ainda não se imprimiram mais por falta de dinheiro. Informa que os tumultos do Minho, de que o Visconde terá ouvido falar, acham-se aplacados; que continua em discussão na Comissão dos Deputados a questão das irmãs da Caridade, ... Pinto Coelho, e o público está ansioso por ouvir José Estevão; no Instituto não há novidades nos negócios que o Visconde deixou em andamento.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/050

Título: Carta de N. M. Prianly

Data: 1862-05-16 a 1862-05-22; Southampton, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de um rolo de estanho com mapas e de 3 caixas para a Exposição Internacional de Londres, cujas contas serão enviadas ao senhor Batalha. Junto, a relação dos objetos remetidos pelo consulado de Portugal em Southampton no pacote inglês barco a vapor "Alhambra".

Idioma: Inglês, Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/051

Título: Carta de Filipe Folque

Data: 1862-05-16; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia, em conformidade com o vice-cônsul português em Southampton, diferentes exemplares de trabalhos geográficos e hidrográficos, como amostra do que tem sido feito; lamenta não poder enviar duas Folhas da Carta Corográfica que estão quase prontas. Espera que os trabalhos tenham bom acolhimento e agradem o público e que o júri lhes faça alguma honrosa menção.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/052

Título: Ofício da Repartição do Comércio e Indústria, da Direcção do Comércio do Ministério das Obras Públicas

Data: 1862-05-16; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em nome do ministro, acusa a recepção de cinco ofícios do Visconde e enumera as respostas a alguns assuntos: que na Agência Financeira de Londres se abra um novo crédito de 2000 libras esterlinas à disposição do Visconde para continuar as despesas da exposição portuguesa; que o Visconde dê imediatamente por concluídos e dispensados serviços, nessa comissão, do agente e dos amanuenses e do intérprete; que deverá ser conferida qualquer distinção honorífica ao membro da comissão de estudo, Agostinho Vicente Lourenço, pelo distinto merecimento e serviços

prestados à ciência. Pede para remeter regularmente as contas e coligir alguns dados importantes dos trabalhos da comissão portuguesa, notícias, apreciações ou documentos importantes que apareçam sobre a exposição em geral, para que o governo português possa “ir apreciando a marcha deste grande e glorioso acontecimento”. Assina, pelo diretor-geral, Rodrigo de Moraes Soares.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/053

Título: Ofício da comissão Central Portuguesa à Exposição Universal de Londres 1862

Data: 1862-05-16; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que seguem pelo pacote inglês “Alhambra”, em direção a Southampton, quatro volumes constantes da relação que vai junta, a entregar ao cônsul daquela cidade, com ordem de serem logo remetidos à secção portuguesa no Palácio da Exposição à ordem do Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/054

Título: Carta de Eduard Ford

Data: 1862-05-17; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede o favor de conseguir, para si, um bilhete para a Exposição Internacional, como agente de J. M. Rebelo Valente e J. Archer, do Porto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/055

Título: Circular da Society of friends of Foreigners in Destress

Data: 1862-05-19; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio do bilhete grátis para a festa de

aniversário da Sociedade. Assina o secretário William Charles Laurie. Junto anexo folheto sobre a London Drawing Association.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/056

Título: Circular dos Comissários estrangeiros

Data: 1862-05-20; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Convite para jantar no dia 24 de maio, sábado, às quatro da tarde. Circular impressa assinada por T. Gerstenberg

Idioma: Português

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/057

Título: Carta de Eduard Ford

Data: 1862-05-22; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Sobre bilhete para a exposição.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/058

Título: Carta da Sociedade Geológica de Londres

Data: 1862-05-23; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita o catálogo sobre minas, metalurgia e produtos minerais publicado pela comissão portuguesa na exposição internacional.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/059

Título: Carta da Society of Arts, Manufactures & Commerce

Data: 1862-05-24; Adelphi; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita a presença do Visconde no encontro da Sociedade na noite do dia 29. Carta manuscrita assinada por ...(?) Foster.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/060

Título: Carta de Francisco Rodrigues Batalha

Data: 1862-05-26; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção do ofício do Visconde, de 23 do corrente, onde participa que, por ordens do Ministério das Obras Públicas, fica dispensado do serviço de agente da comissão portuguesa na Exposição Universal de Londres. Contudo, não se considera dispensado pois foi nomeado adjunto da comissão e especialmente encarregado da Agência, o que é distinto, e considera que “aquelas ordens não podem destruir os efeitos do Decreto de 3 de março que o nomeou”, motivos pelos quais se considera ainda a fazer parte da comissão.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/061

Título: Carta de Pierre de Quartin

Data: 1862-05-26

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Manifesta surpresa com a sua dispensa de funções na Exposição, que considera um mancha na sua honra, que programou os trabalhos na expectativa de ficar durante toda a exposição e que nada faria supor o seu termo precoce dos seus serviços. Pede para o Visconde pensar na posição cruel, súbita e imerecida em que se vê e que considere reintegrá-lo nas duas funções.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/062

Título: Carta da National Association for the Promotion of Social Science

Data: 1862-05-26

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre os preparativos do Congrès de Bienfaisance, a realizar em Londres entre 5 e 14 de junho, onde espera inúmeros juristas, economistas, especialistas em estatística e filantropos estrangeiros. Diz ainda que o comité de receção aos participantes estrangeiros achou por bem convidar os participantes na Exposição Universal de Londres a participar do congresso e a tornarem-se membros. Junto anexo, os documentos com informação sobre o Congresso Internacional de Filantropia. Assinam os secretários.

Idioma: Inglês e Francês

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/063

Título: Carta da Imprensa Nacional

Data: 1862-05-26 a 1862-06-05; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete 25 exemplares do relatório “A Imprensa Nacional de Lisboa e os seus produtos”, redigido em português e em inglês, para melhor esclarecer o júri internacional sobre a Imprensa. Julgava que os exemplares iriam por mão de José Maurício Veloso, sub-proto da tipografia e um dos artistas subsidiado pelo governo português para visitar a referida exposição, mas a sua viagem ainda não está fixada. Minuta de resposta com informação sobre o desejo de obtenção, junto do diretor Marecas, de uma obra da Imprensa Nacional.

Idioma: Português, Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/064

Título: Carta de J. Mage Mîné

Data: 1862-05-28; Lyon, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita a entrega de uma carta ao senhor Reis e de outra ao senhor Bukler.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/065

Título: Carta de Marciano Henriques da Silva

Data: 1862-05-30; Roma, Itália

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 3 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que um amigo, artista e expositor na Exposição Internacional, o avisou que dois quadros seus, “Tasso” – propriedade do rei D. Luís – e um retrato, que por intervenção do conde de Lavradio remeteu para a dita exposição, foram retirados do apartamento destinado às Belas-Artes e passaram para aquele a todos os outros produtos de Portugal, e que foram colocados numa altura infeliz e com péssima luz. Pede a intervenção do Visconde para colocar os quadros de modo que o público possa fazer o seu juízo sobre eles. Junto a descrição do quadro “Tasso”.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/066

Título: Circular da Comissão Real Italiana

Data: 1862-06-00; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; bom

Âmbito e conteúdo: Informa da disponibilidade em colocar artigos no seu Departamento e pede em troca produtos e objetos para os museus industriais de Itália.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/067

Título: Circular dos Comissários da Rainha

Data: 1862-06-00; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia junto cópia de ofício relativo à admissão de estrangeiros durante a Exposição Universal.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/068

Título: Carta da Chemical Society

Data: 1862-06-04; Londres, Inglaterra
Nível de descrição: DS
Dimensão e suporte: 2 f.; papel
Âmbito e conteúdo: Informa sobre reunião 19h30. Carta assinada por M. Odlin(?)
Idioma: Inglês
Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/069
Título: Carta da Sociedade Geológica de Londres
Data: 1862-06-04; Londres, Inglaterra
Nível de descrição: DS
Dimensão e suporte: 2 f.; papel
Âmbito e conteúdo: Carta assinada pelo secretário Warington Smyth agradecendo o livro “Catalogue des Produits minéraux du Portugal. Exposition Universelle de Londres, 1862”.
Idioma: Inglês
Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/070
Título: Carta de Francisco Rodrigues Batalha
Data: 1862-06-04; Londres, Inglaterra
Nível de descrição: DS
Dimensão e suporte: 2 f.; papel
Âmbito e conteúdo: Pede para o amanuense A. de M. Menge o mesmo deferimento que tiveram os exonerados amanuense Silva e intérprete Quartin, que foram atendidos com uma quantia, auxílio para o seu regresso a Portugal.
Idioma: Português
Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/071
Título: Carta de B. Beedham
Data: 1862-06-06; Kimbolton, Inglaterra
Nível de descrição: DS
Dimensão e suporte: 2 f.; papel
Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde e da brochura da Imprensa Nacional de Lisboa e agradece as diligências feitas junto do diretor da Imprensa para obter a referida obra.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/072

Título: Carta de Rodrigo de Morais Soares

Data: 1862-06-16; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece as cartas enviadas e o interesse pela sua saúde. Diz ter exposto ao ministro a situação do Visconde e a falta de provimento de despesas no congresso industrial de todas as nações mas que o Duque de Loulé é “quase uma estátua” ou como diz um “nosso distinto escritor – é uma vida sem sangue” e só responde “sim, amanhã”. Afirma que julgava questão do Batalha e companhia definitivamente resolvida mas já lhe disseram o contrário, se alguma coisa se fez vou às escuras e no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Congratula-se com os bons resultados da exposição portuguesa em Londres e adianta que o pedido das coleções é natural pois os homens das ciências são sempre curiosos, mas entende que não se devem dar pois não têm outras e muitas têm lacunas ou incorreções. Aceita as indicações para a exposição hortícola. Lembra o Visconde para examinar os resultados da lavoura a vapor e das máquinas de ceifar ultimamente aperfeiçoadas, e pergunta quando se poderá obter um pequeno rebanho, 10 ovelhas e 2 carneiros, da raça Southdown.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/073

Título: Carta de N. Rondot

Data: 1862-06-17 a 1862-06-23; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz ter partido para Paris em negócios urgentes e que não teve tempo de se despedir do Visconde. Mostra-se feliz por ter conhecido o Visconde em Londres e que mantiveram relações agradáveis. Pede atenção para os colegas do júri que, embora nem sempre tenham conseguido as recompensas dignas aos expositores portugueses, fizeram o seu dever e que os méritos dos agricultores e fabricantes portugueses foram assinaladas na maior parte das classes. Oferece dois exemplares do livro que escreveu em 1858 sobre a China. Junto, minuta da resposta do Visconde

agradecendo a oferta dos livros e que o governo português não vai esquecer a bondade que teve para com os expositores portugueses.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/074

Título: Carta de J. S. Staz

Data: 1862-06-20; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Explica que os membros do júri belga realizaram grandes serviços e com grande interesse na indústria em geral. Indica o nome de alguns, e das classes respetivas, e diz que o governo belga ficaria muito satisfeito com alguma distinção honorífica que o governo português pudessem dar aos seus compatriotas.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/075

Título: Carta do Comissário Colonial de Nova Gales do Sul, Austrália

Data: 1862-06-23; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o catálogo da coleção da Colónia de Nova Gales do Sul foi traduzido para francês, para apresentação junto de instituições públicas de países estrangeiros; solicita o envio dos endereços e o número de cópias que desejarem receber.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/076

Título: Ofício da Repartição de Contabilidade do Ministério das Obras Públicas

Data: 1862-06-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em nome do ministro e secretário de Estado, participa ao Visconde que foi dada ordem à agência financeira de Londres para se colocar à disposição do Visconde a quantia de 1.000 libras esterlinas ou

4.500.000 réis, para as despesas da comissão. Assina Pedro Roberto Dias da Silva.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/077

Título: Carta de Firmo Augusto Pereira Marecas

Data: 1862-06-24

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; bom

Âmbito e conteúdo: Felicita o Visconde pelo zelo, inteligência e atividade que tem tido na Exposição de Londres e que tem valido ao país “o bom conceito de que tem gozado”, agradece a proteção que tem dado à Imprensa Nacional. Diz sentir-se lisonjeado com o interesse do Conde do Lavradio nos exemplares tipográficos expostos mas explica que aqueles exemplares fazem parte da Livraria da Casa e que se não podem vender nem “distrair” do lugar a que pertencem; caso o Conde do Lavradio tenha interesse em obras semelhantes às expostas, poderá ver se existem exemplares nos armazéns da Imprensa Nacional que lhe possam ser oferecidos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/078

Título: Carta de Firmo Augusto Cerveira Marecas

Data: 1862-06-25; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a distribuição dos folhetos. Congratula-se com a aprovação e louvor do júri sobre vários objetos da Imprensa Nacional. Informa que recebeu a carta do inglês pedindo um livro da Imprensa Nacional e o que o enviará oportunamente, e que pelo pacote vai para Londres um hábil e honrado artista tipógrafo da Imprensa Nacional, subsidiado pelo Governo, para se apresentar ao Visconde a fim de ver e estudar o que for útil à tipografia; o artista, José Maurício Veloso, estudou na Imprensa Nacional de Paris.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/079

Título: Ofício da comissão Central Portuguesa à Exposição Universal de Londres 1862

Data: 1862-06-26; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que pelo paquete, que de Lisboa parte amanhã para Southampton, remetem com direção ao Visconde, e a entregar ao cônsul daquela cidade, doze volumes contendo uma máquina de debulhar mandada fazer sob direção do seu inventor, Bento Potier. Carta manuscrita assinada pelo secretário, José de Torres. Junto, a descrição da máquina de debulhar trigo e preparar palha, do inventor Bento Potier.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/080

Título: Carta de W. J. Hooker, diretor do Jardim Botânico de Kew

Data: 1862-06-30; Kew, Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita a oferta ou venda de produtos vegetais portugueses que integraram a exposição internacional de 1862, de forma a integrarem a coleção “useful Vegetable Products” do Museu Nacional de Economia Vegetal nos Jardins de Kew.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/081

Título: Carta do Gabinete do Júri

Data: 1862-06-30; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Junto envia convites para o 11 de julho. Assina o secretário J. F. Iselin.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/082

Título: Carta do Gabinete do Júri

Data: 1862-06-30; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que a cerimónia oficial de entrega dos prémios aos expositores será no dia 11 de julho, sexta-feira. Durante a cerimónia, os júris e respetivo presidente vão distribuir os prémios a personalidades internacionais. Pede para confirmar a presença até ao dia 5 de julho. Carta manuscrita assinada pelo secretário Lyon Ruyfurs(?).

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/083

Título: Carta de A. Lion-Levêque

Data: 1862-06-30; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Chama a atenção para o jornal francês "Siècle Industriel", presente na exposição de Londres e onde já escreveu alguma coisa sobre os produtos portugueses; pede alguns documentos ou notas que o Visconde julgue possam ser úteis e interessantes para esta série de estudos especiais. Informa que o inscreveu no número dos recebedores do jornal.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/084

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862-07-01; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o dia e hora da reunião dos presidentes dos Conselhos.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/085

Título: Carta do Gabinete do Júri

Data: 1862-07-04; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre a reunião do Comité dos Presidentes do Conselho amanhã às 12 horas. Carta manuscrita assinada pelo secretário J. F. Iselin. Junto anexo, relatório dos presidentes do conselho sobre o trabalho dos júris.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito, impresso.

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/086

Título: Carta de Bento de Potier

Data: 1862-07-04, Chamusca

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Informa ter partido no passado dia 27 a máquina de debulhar por si inventada e manifesta a sua felicidade pelo interesse do Visconde e por poder integrar a exposição de Londres. Diz que o senhor Tiago Horta conseguiu enviar, pelo ministério, o artista Carlos Augusto Pinto Ferreira, incumbido de armar e trabalhar com a máquina.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/087

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862-07-05; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Convite para participar na cerimónia de entrega dos prémios do júri no dia 11 de julho. Carta manuscrita assinada pelo secretário F. R. Sandford.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito; impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/088

Título: Carta do Conde de Lavradio

Data: 1862-07-07; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o rei o nomeou seu representante na cerimónia do dia 11 do corrente, no palácio da Exposição Internacional, por ocasião da distribuição das medalhas aos expositores premiados.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/089

Título: Circular

Data: 1862-07-08; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre a hora e local da procissão dos júris da exposição.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/090

Título: Carta de Lyon Ruyfurs(?)

Data: 1862-07-09; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita o envio de 40 cópias de retrato, na forma de carta-visite, autografadas em baixo, para serem oferecidos a cada um dos presidentes dos conselhos; desta forma cada um ficará com uma recordação dos colegas.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/091

Título: Carta do Gabinete do Júri

Data: 1862-07-12; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que vai ser publicada uma 2ª edição da lista de premiados e pede para que remeta as correções e alterações aos nomes ou números dos expositores, que entender. Assina o secretário J. F. Iselin.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/092

Título: Circular da revista The Chemist & Druggist

Data: 1862-07-12; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa da publicação das principais coleções de produtos médicos e farmacêuticos exibidos na Exposição Universal, na revista "Chemist and Druggist" de julho e agosto; terá 32 páginas e, antecipando grande quantidade de pedidos, pede o favor de reservar um exemplar com antecedência. Assina James(?) ...(?)

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/093

Título: Ofício da Repartição do Comércio e Indústria, da Direcção do Comércio do Ministério das Obras Públicas

Data: 1862-07-15; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita informação sobre o pagamento de 760.000 réis, pedido por Henrique Peters diretor da fábrica Vulcano, da construção de uma máquina de debulhar trigo e fazer palha para alimento de gado, inventada por Bento Potier, máquina que diz ter sido encomendada pelo Visconde na qualidade de diretor do Instituto Agrícola. Assina Joaquim Larcher. Em anexo minuta da resposta onde confirma o contacto com Bento Potier e que falara com o ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria que, verbalmente, o autorizou a falar com Bento Potier e que a máquina seria paga pela verba da exposição e que o cálculo da despesa era de 500.000 réis.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/094

Título: Carta do Departamento de Estatística, enviada em nome do Comité do Priory(?) Conselho do Comércio

Data: 1862-07-16; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de duas cópias em língua francesa, do último número de "Statistical Abstract" para o Reino Unido, solicitando a entrega das cópias às pessoas endereçadas.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/095

Título: Carta dos comissários régios da Exposição Internacional de 1862

Data: 1862-07-18; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o catálogo de Belas Artes começará ser impresso no dia 1 de agosto e que o dia 25 de julho é o último para o envio de informações adicionais. Assina o seu secretário F. S. Sandford. Em anexo, circular com as informações de preços relativos à impressão de matérias no catálogo ilustrado.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/096

Título: Carta de J. M. Prianly

Data: 1862-07-19; Southampton, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção do telegrama do Visconde, depois de ter recebido a carta do senhor Batalha e informa que as 12 amostras“ ficam em Douâne até ter outras ordens.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/097

Título: Carta de Leone Levi, professor de Princípios e Práticas de Comércio no King's College

Data: 1862-07-19 a 1862-09-00; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita a oferta de alguns dos artigos expostos pela Delegação portuguesa na Exposição Internacional de 1862 para serem apresentados como exemplos nas suas aulas; diz que os seus alunos são maioritariamente homens de negócios o que pode trazer benefícios e visibilidade aos produtos portugueses. Anexa outra carta, impressa, com conteúdo semelhante. Inclui a minuta da carta de resposta, manuscrita em

francês, propondo ao professor Leone Levi que a escolha seja feita por si no escritório da delegação portuguesa, artigos que lhe poderão ser remetidos após conclusão da exposição.

Idioma: Inglês, Francês

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/098

Título: Carta de A. das Neves Cabral

Data: 1862-07-24; Tavislock, Devon, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Informa que partiu de Londres e se encontra numa pequena cidade, Tavistock, que é um dos principais centros minais de Devonshire; depois seguirá para Cornwall, fazendo escala por diferentes minas. Diz que se o Visconde tiver alguma coisa a comunicar que envie correspondência para Lostwithal (Conrwall) e pede para pedir ao Vasconcelos ou ao Mouta que lhe guardem as carta que lhe forem dirigidas do parlamento português.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/099

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1862-07-25, Caldas da Rainha

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que se encontra a banhos nas Caldas da Rainha. Enquanto esteve em Lisboa, procurou atender aos pedidos do Visconde mas que os negócios relativos à exposição não eram tratados na sua reparição e que assinava os ofícios escritos pelo José da Torre, na conformidade dos despachos do Ministro, e por isso não se lhe podem atribuir algumas incoerências da correspondência oficial. Diz estar ansioso por saber o resultado das sentenças proferidas pelos diversos júris em relação aos objetos agrícolas e coleções do Instituto. Acha razoável o projeto do Visconde de ir de viagem oenológica à Borgonha e acrescenta que é melhor ir e só dar parte que de foi pois se pedir autorização, esta pode vir só depois de ter passado a oportunidade. Aconselha a ir em viagem com Ladrey “padre mestre da oenologia francesa” e para falar com Dr. S. Guyot, hoje o mais célebre viticultor de França. Informa que a Companhia dos Vinhos do Alto

Douro não cede a sua coleção e que no final da exposição vão buscar os vinhos. Diz que a sua saúde e ausência de Lisboa até setembro o impedem de concorrer à exposição hortícola, a realizar em princípio de outubro. Gostava que o Visconde lhe comprasse alguns instrumentos e máquinas agrícolas, para renovar a alfaia rural em que faltam as novidades da ciência, e alguns animais reprodutores. Informa que o amigo Lapa se prepara para fazer uma viagem químico-científica, na sua especialidade agrícola, por toda a Europa. Em Lisboa trata-se do casamento do rei: “a Duquesa da Terceira, o Marquês de Souza e o Visconde da Carreira partiram para ir buscar a Pia”; congratula-se com os termos honrosos com que os corpos parlamentares do reino de Itália felicitam a Casa de Saboia pela sua ligação com a de Bragança. Informa que “está iminente uma espantosa fornada de Pares”.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/100

Título: Carta de Bento de Potier

Data: 1862-07-26; Chamusca

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde e manifesta o seu desapontamento e deceção com a situação da máquina, que já chegara a Lisboa. Agradece todos os obséquios que o Visconde tem feito e espera continuar sob sua valiosa proteção; quando o Visconde regressar a Portugal irá pessoalmente cumprimentá-lo e receber as suas ordens.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/101

Título: Ofício da Repartição do Comércio e Indústria da Direcção do Comércio do Ministério das Obras Públicas

Data: 1862-07-26; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que por Portaria de 12 do corrente, José Maurício Vieira, diretor da oficina de instrumentos de precisão do Instituto Industrial de Lisboa, foi nomeado para estudar a Exposição Universal de Londres no ramo especial que professa, tendo sido atribuída a ajuda de custo de 40 libras esterlinas, mais o subsídio diário de duas libras por tempo que

não exceda sessenta dias. Diz que por Portarias de 25 do corrente foram nomeados, para irem para a mesma Exposição, industriais das cidades de Lisboa, do Porto, e da Covilhã, com obrigação de permanecerem menos de um mês. Comunica que foi enviado novo crédito para a Agência Financial, que foi aprovado um aumento do subsídio devido ao correio e uma ajuda de 15 dias ao ex-intérprete da comissão portuguesa, que o industrial da Covilhã procurará o Visconde para receber a portaria de nomeação e as ajudas de custo, e, finalmente, que foi expedida a máquina de debulhar, cuja montagem deve ser feita na exposição com o auxílio de Carlos Augusto Pinto Ferreira.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/102

Título: Carta de José Maurício Vieira

Data: 1862-07-29; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que vai para Paris, onde não pode receber a prestação que o governo lhe atribui, por isso, pede ao Visconde que receba por si a referida prestação e assine os documentos para esse fim forem necessário.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/103

Título: Carta de José Maurício Vieira

Data: 1862-07-29; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa ter concluído o estudo dos progressos relativamente à construção dos Instrumentos de Precisão, encomendado pelo governo português, e pede licença para seguir para Paris, para ir colher os conhecimentos que precisa sobre a limpeza e reparação de cronómetros.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/104

Título: Carta de A. Lion-Levêque

Data: 1862-07-30; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Lamenta que o Visconde não tenha recebido a tempo e com regularidade o jornal e envia-lhe os números 763, 765, 766, 767 e 768; o jornal de quinta-feira parte do trabalho que o Visconde lhe enviou.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/105

Título: Carta de Francisco Pinto da Costa

Data: 1862-07-31

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que concluiu os estudos de que foi encarregado pelo governo português, na qualidade de membro da Comissão Industrial Portuense, e pede licença para seguir para Paris, fazer alguns estudos, visto que está a terminar o prazo dado pela Portaria do Ministério das Obras Públicas de 25 de julho de 1862. Nota de que foi concedida licença.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/106

Título: Carta de A. V. Lourenço

Data: 1862-08-01; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que concluiu os trabalhos de júri na exposição Internacional e que está ocupado com outros estudos de que foi encarregue e segue em viagem por França e Alemanha.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/107

Título: Carta de José de Melo Gouveia

Data: 1862-08-02; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Felicita o Visconde pelo sucesso da Exposição Universal. Diz que esperava alguma distinção para os produtos florestais resinosos ou lenhosos de Portugal, artigos que tinham certo interesse em qualidade, coleção e arrumação, da Administração das Matas Nacionais; os mesmos produtos foram medalhados e com distinção na Exposição do Porto; diz que no catálogo dos expositores e na relação oficial dos prémios que o Visconde mandou publicar na folha oficial não consta o nome das Matas Nacionais, não obstante os periódicos de Lisboa e do Porto haverem dado esta repartição como premiada com medalha em produtos químicos, por extratos de publicações autênticas de jornais ingleses. Vê que houve equívoco na relação oficial e pede para repará-lo. Gostava de ter mais medalhas sobretudo na classe 4^a, onde figuram as madeiras, e não o faz por vaidade mas pelo país. Em *post scriptum* informa que os produtos florestais devem voltar a Portugal, finda a exposição.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/108

Título: Carta de Luís Bernardo da Silva

Data: 1862-08-06; Rua das Flores, Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que enviou para a Exposição Universal três amostras de objetos por si fabricados – três bolsas de prata – que são o melhor que em tal género se fabrica em Portugal e no estrangeiro, e tem mandado para Inglaterra, França, Comissão Belga e América. Mostra-se sentido e receoso que os seus objetos se tenham extraviado pois o seu nome não consta da lista dos expositores premiados. Ficou esperançado que se fizesse justiça quando viu o ofício publicado do Visconde dirigido ao diretor-geral do Comércio e Indústria; suplica a intervenção do Visconde e pede para se informar junto dos artistas portuenses que por ordem do governo visitaram a exposição de forma a ver o quanto é justa a sua reclamação

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/109

Título: Carta de Charles Wrauks(?)

Data: 1862-08-07; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede, o mais breve possível, a correção das legendas em anexo, para serem incluídas no catálogo de Belas Artes da Exposição Internacional de 1862.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/110

Título: Carta de Agostinho da Silva Vieira

Data: 1862-08-07; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que termina hoje o tempo concedido pela sua portaria para permanecer em Londres e segue para Paris, não em negócios particulares mas também para visitar alguns estabelecimentos, e que ali foi difícil de conseguir, apesar das cartas que obteve por via de Agostinho Lourenço.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/111

Título: Carta de C. A. Pinto Ferreira, G. A. Penteado, J. O-S Grusseir e Roza

Data: 1862-08-08; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informam que faltam apenas dois dias para completar o prazo marcado para o fim da sua comissão em Londres, que partem amanhã para Lisboa e pedem licença para regressar.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/112

Título: Carta do Departamento Português na Exposição Universal de 1862

Data: 1862-08-09; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o senhor Beaton obteve do governo português a concessão de terrenos na costa ocidental de África para formar uma companhia de cultivo de algodão; pede ao Visconde que autorize a

oferta de metade das amostras de algodão n.º 1089, 1349 e 1356 para serem limpas na máquina para demonstração aos interessados. Carta manuscrita assinada por Francisco Rodrigues Batalha. Junto, minuta da resposta onde coloca à disposição as mostras de algodão que pede mas adverte que já foram examinadas na máquina algumas amostras e pede para serem restituídas a parte das amostras limpas e o juízo sobre as experiências feitas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/113

Título: Carta de Francisco A. Gallo

Data: 1862-08-10; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa que vai para Paris, onde ficará aproximadamente um mês; despede-se e diz que tenciona ficar no Place de St. Germain, onde aguarda ordens do Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/114

Título: Carta de Miguel José de Sousa Ferreira, farmacêutico da Farmácia Ferreira - Porto

Data: 1862-08-13; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Diz que leu, em tempos, no Jornal do Comércio o nome dos expositores premiados na Exposição Universal de Londres e que enviou produtos seus farmacêuticos especiais, recompensados em 5º lugar entre mais de cinquenta. No entanto, acha que merecia mais alguma recompensa mas não sabe se os membros do júri lhe farão justiça, pois não vê o seu nome no número dos premiados. Diz não ter relações diretas com Agostinho Vicente Lourenço, membro do júri da 2ª classe por parte dos expositores portugueses, por isso, pede ao Visconde para lhe transmitir os seus sentimentos. Em *post scriptum* diz que recebeu a medalha de prata na Exposição do Porto de 1861.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/115

Título: carta de J. M. Veloso

Data: 1862-08-18; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que vai partir para Paris, terminado que está o tempo designado pelo governo português para a sua missão; coloca à disposição do Visconde, os seus serviços.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/116

Título: Carta da Cotton Suplly Association

Data: 1862-08-21, Manchester, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção e agradece a cópia do discurso do Visconde de Vila Maior proferido a 31 de julho.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/117

Título: Telegrama de Joaquim Savelles

Data: 1862-08-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que a agência financeira portuguesa já deve ter a resposta da Direção geral do Comércio e Indústria.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/118

Título: Carta de John Manley

Data: 1862-08-24, West Bromwich, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita o envio de um catálogo com a lista dos expositores portugueses presentes na Exposição Universal de Londres.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/119

Título: Carta de Atchley & C.^{ie}

Data: 1862-08-26; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia um catálogo com as suas obras publicadas relativamente a Arquitetura, construção de pontes, caminhos-de-ferro, e máquinas para Agricultura e decoração.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/120

Título: Telegrama de Joaquim Larcher

Data: 1862-08-26; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de uma ordem de mil libras no vapor e se não achar enviará segunda via.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/121

Título: Telegrama

Data: 1862-08-26; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de uma ordem de mil libras no vapor e se não achar enviará segunda via, como em telegrama de 26 de agosto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/122

Título: Ofício da Repartição do Comércio e Indústria da Direcção do Comércio do Ministério das Obras Públicas

Data: 1862-08-27; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção dos ofícios do Visconde e informa que foi dada ordem de pagamento á Agência Financial na importância de mil libras esterlinas a para despesas da comissão. Diz ainda que o ministro autoriza o Visconde a subscrever por conta do governo português dois exemplares da publicação inglesa sobre as obras-primas da exposição de 1862 e a tratar com o barão de Brisse para que a exposição portuguesa tenha no seu álbum uma parte condigna, ocupando nele as páginas que dão direito a um exemplar. Carta manuscrita assinada por Joaquim Larcher.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/123

Título: Ofício do Ministério da Guerra

Data: 1862-08-29; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita o exame de alvos elétrico que existem na Exposição Universal, cuja aquisição poderá ser útil.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/124

Título: Carta de J. V. Smith, curador do Museu das Patentes

Data: 1862-09-00; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia circular com o formulário impresso do "Patent Museum" a preencher pelos expositores da Exposição Internacional de Londres que manifestem interesse em prolongar a demonstração de máquinas, modelos de máquinas e outras invenções, para além da conclusão da Exposição Internacional, no "Museum of Patents".

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/125

Título: Carta de António Correia Belém

Data: 1862-09-01; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel vegetal azul quadriculado

Âmbito e conteúdo: Diz não ter visto no grande catálogo inglês mencionados os trabalhos farmacêuticos e conservas que os seus filhos enviaram para a Exposição de Londres, e que o Visconde terá visto na Sala do Arsenal de Lisboa. Pede a proteção do Visconde e informa que receberam a Medalha de Prata da Exposição do Porto no dia 27 do mês passado.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/126

Título: Ofício da Repartição do Comércio e Indústria da Direcção do Comércio do Ministério das Obras Públicas

Data: 1862-09-03; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que no paquete saído de Lisboa a 7 de agosto passado foi remetida à Agência Financial uma ordem de mil libras esterlinas para serem aplicadas às despesas da comissão portuguesa na Exposição Universal. Diz ainda que o ministro determina a conclusão dos trabalhos da comissão portuguesa no dia 20 de outubro, cessando nesse dia os abonos respetivos. Pede ao Visconde que providencie a embalagem e expedição dos produtos portuguese de Londres para Lisboa.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/127

Título: Carta de José de Torres

Data: 1862-09-03; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em nome do conselheiro Joaquim Larcher, cuja vista já não lhe permite escrever, acusa a receção da carta do Visconde de 25 de agosto. Responde que não têm fundamento as suspeitas acerca de menor consideração dada no ministério às requisições do Visconde e que é gratuita a suposição de que se tenham promovido contrariedades à comissão portuguesa em Londres: as que têm havido têm nascido de deploráveis circunstâncias. Diz que o ministro despacha os negócios da exposição internacional com a diligência compatível de dois ministérios e mais com tantos incidentes em

que é chamado a tomar parte por causa do casamento real; no vapor de 7 de agosto seguiu um crédito de 1000 libras esterlinas para o Visconde mas pelo telegrama de 25 percebeu que o não recebeu, mas que depois do telegrama de 26 terá aparecido a ordem que se afigurava perdida. Comunica a decisão do ministro de que os trabalhos da comissão e demais empregados a ela anexos cessem funções no dia 20 de outubro, ficando de encarregar, o Visconde, a 1 ou mais superintender a embalagem e expedição dos objetos para Lisboa. Informa que segue um crédito de 500 libras para as últimas despesas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/128

Título: Carta de Guillaume(?) ... (?) Ballery(?), comissário régio de Espanha

Data: 1862-09-23; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de 6 exemplares do catálogo do departamento de Espanha na Exposição Internacional. Nota do Visconde de Vila Maior de que respondeu a 2 de outubro.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/129

Título: Carta do Museu Industrial da Escócia

Data: 1862-09-29, Edimburgo, Escócia

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 3 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete uma *desiderata* de produtos portugueses presentes na Exposição Internacional de 1862. Assina o diretor (?) Archer.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/130

Título: Carta da Society of Arts, Manufactures & Commerce

Nível de descrição: DS

Data: 1862-09-29; Londres, Inglaterra

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita aos comissários portugueses da Exposição Internacional de 1862 cópia de todos os catálogos, panfletos e relatórios

impressos no âmbito da participação de Portugal na exposição internacional. Assina o secretário P. New Foster.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/131

Título: Circular da Comissão da Exposição Internacional 1862

Data: 1862-09-30; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Convite ao Visconde de Vila Maior para subscrever a publicação "Masterpieces of Industrial art and Sculpture at the International Exhibition, 1862". Assinam Day & Son, litógrafos da rainha. Em anexo, folheto impresso com a publicidade à obra.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/132

Título: Circular do Crystal Palace

Data: 1862-09-30; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Circular assinada pelo secretário G. Groul(?) onde informa que o Crystal Palace continuará a expor objetos de arte, máquinas e manufaturas, após a conclusão da Exposição Universal. A circular anexa inclui os termos gerais das candidaturas.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/133

Título: Carta de E. Hardy

Data: 1862-10-04; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Carta dirigida a Richard onde informa sobre o grande cronógrafo que tem em Londres e sobre os resultados obtidos perante uma plateia de sábios e militares. Diz que o aparelho ainda não está concluído e aponta as melhorias a fazer. Junto anexo, folheto com tabela de preços dos aparelhos de precisão do engenheiro E. Hardy.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/134

Título: Carta de Robert Fauntleroy & C^{ie}, comerciantes de madeira

Data: 1862-10-07; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita ao comissário de Portugal, na Exposição Internacional de 1862, amostras de madeira pois estão sempre a ser solicitados sobre novas variedades; pede também informações sobre o crescimento e tamanho médio das madeiras e o seu custo, em Londres. Junto anexo, folheto com a indicação de que o senhor Robert Fauntleroy foi nomeado júri na classe IV da Exposição Internacional de 1862 e, por isso, teve que sair da competição. Inclui um extrato da página 96 do Catálogo Oficial Ilustrado onde consta a informação sobre a Robert Fauntleroy and C^{ie}, n.º 1069 da classe IV, sub-classe "Vegetable substances used in Manufactures, etc". A informação é complementada com um plano com o modelo de apresentação das madeiras expostas por Robert Fauntleroy & C^{ie} com respetiva lista.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/135

Título: Carta do Ministério da Guerra

Data: 1862-10-10; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de informações sobre os alvos de S. C. Hemming, folheto em anexo, que diz só servirem para os exercícios de tiro de infantaria. Informa que no ofício que enviou ao senhor João Palha de Faria Lacerda explanou o que sabia sobre os aparelhos cronógrafos. Assina o chefe da 1ª Direção.

Idioma: Português e Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/136

Título: Carta do Departamento sueco

Data: 1862-10-10; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita a oferta de espécies ou amostras de produtos ilustrativos de Portugal, como minerais, produtos agrícolas, lã, algodão, drogas, madeira, etc. para os museus de Estocolmo e Gotemburgo. Tem todo o gosto em enviar produtos suecos à delegação portuguesa, caso haja interesse. Assina o comissário C. F. Woru.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/137

Título: Circular de W. S. Browne

Data: 1862-10-15; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Pede informação sobre a forma de apresentar o seu produto ao seu governo.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/138

Título: Ofício do Ministério da Guerra

Data: 1862-10-17; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que não é dos cronógrafos balísticos de que se precisa exemplar mas sim de alvos elétricos para experiências de artilharia, que pode obter junto senhor Gisborne, H. Bolton e Hemming & C.^a.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/139

Título: Carta de F. C. Penrose

Data: 1862-10-20; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede informações sobre mármore português incluído na Exposição Internacional de 1862, particularmente aquele com o n.º 121 a indicação “marbe tigré”, de Estremoz - Évora, apresentado pelo senhor João Ferreira Braga. Fita negra em volta, em sinal de luto.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/140

Título: Carta do Departamento Russo na Exposição Internacional de 1862

Data: 1862-10-22; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete ao Visconde de Vila Maior 10 cópias do Catálogo Especial da Rússia para os jurados portugueses e informando que na primeira semana de novembro irá colocar à disposição do Visconde de Vila Maior uma coleção de produtos russos raros. Assina o comissário Leo Petersen. Nota manuscrita de que foi dada resposta a 23 de outubro juntamente com o envio de uma coleção de produtos agrícolas e os relatórios de 1855.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/141

Título: Telegrama de Palha

Data: 1862-10-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de uma ordem de 200 libras à agência de Londres e que mais detalhes sobre o insucesso do pedido do Lourenço seguem por correio.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/142

Título: Ofício da Repartição do Comércio e Indústria, da Direcção do Comércio do Ministério das Obras Públicas

Data: 1862-10-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica a resposta do ministro às cartas do Visconde de 26 de setembro e 8 de outubro: reconhece as razões do vogal da comissão de estudos, Agostinho Vicente Lourenço, que pediu para se demorar em Paris todo o mês de novembro com o vencimento da gratifica-

ção que lhe foi atribuída como membro das comissão de estudos, no entanto, o ministro considera que o pedido deve ser feito ao ministério do Reino, dizendo que a comos trabalhos da comissão em Londres estão findos e esgotado o crédito que as câmaras legislativas concederam para as despesas da exposição. Acrescenta que ao ministério a cargo de quem está a instrução pública do Reino, e a Escola onde é professor o referido membro da comissão de estudos, deve ele recorrer, no caso de julgar que te direito a alguma gratificação para tomar o grau de doutor em Paris e para fazer as publicações que alude. Em resposta ao ofício de 8 de outubro, informa que expedi pelo telégrafo ordens à agência financeira de Londres para pôr à disposição do Visconde as 200 libras para as despesas do mês de novembro, não compreendendo o frete para o transporte dos objetos que não forem vendidos, o qual será pago em Lisboa. Atendendo às circunstâncias apresentadas pelo Visconde no seu ofício, devem demorar aí os dois segundos oficiais, Francisco António de Vasconcelos e Francisco António da Mouta e Vasconcelos, pelo tempo que for indispensável, sendo coadjuvados pelo correio desta secretaria, José Vieira de Sousa, que tem servido de guarda dos produtos. Quando o Visconde deixar Londres, deve deixar indicações sobre a remessa dos produtos para Portugal, produtos que não forem vendidos e regressarem a Lisboa devem ser transportados pelo meio mais económico, e como não há urgência na sua chegada, pode ser fretado algum navio de vela, que faça a viagem direita de Londres para Lisboa. Relembra que todos os documentos relativos às despesas da exposição devem ser guardados de modo que se possa, com brevidade, organizar a conta geral. Carta assinada por Joaquim Larcher.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/143

Título: Carta de Guillaume Jervis

Data: 1862-10-24; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; 1 cartão-de-visita; papel

Âmbito e conteúdo: Remete a oferta de cartas topográficas feitas por seu pai, Génie Jervis, antigo diretor do Gabinete de Topografia do Departamento de Guerra em Londres. Pede para que uma coleção seja entregue no Gabinete de topografia de Lisboa e outras duas coleções, semelhantes, sejam remetidas para duas das bibliotecas mais importantes de Portugal. Escreve a lista das cartas topográficas enviadas e pede, em troca, qualquer carta topográfica que possa enviar de Portugal, deixando, para o efeito, o seu endereço.

Segue em anexo um cartão-de-visita de M. P. Jervis, assistente geral dos comissários especiais de Itália à Exposição Internacional, com uma nota manuscrita, atrás, a lápis, indicando que “Todas as cartas do Folque devem ser entregues a este homem”.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/144

Título: Carta de J. H. Lepry(?), coronel, encarregado do Museu de Artilharia

Data: 1862-10-25, Woolwich; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita alguns objetos militares na exposição portuguesa e pergunta a quem se dirigir para os adquirir.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/145

Título: Circular da Comision de Estudios

Data: 1862-10-27; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 3 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em nome da rainha de Espanha, a comissão criada para estudar a exposição de Londres e redigir a Memória sobre o estado da indústria e da educação das diferentes nações, solicita o envio de um exemplar do Programa Geral de Estudos e da Lei sobre a Instrução Pública de Portugal.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/146

Título: Carta de Norman M. Leonard(?)

Data: 1862-10-28; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Em nome dos Lordes do Comité do Conselho de Educação, agradece a oferta da coleção dos principais produtos agrícolas portugueses, enviados para o Museu.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/147

Título: Carta dos Jardins Botânicos de Kew

Data: 1862-11-01; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Felicita o Visconde de Vila Maior pela coleção de produtos agrícolas e informa que vão ser depositados no Museu de Botânica Económica. Assina o diretor. W. J. Hooker.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/148

Título: Carta de E. Hardy

Data: 1862-11-15; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f., envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que Martin de Brettes o abordou e falou sobre os alvos de armas que criou com o Visconde. Explica como acha que os alvos devem ser, sobretudo no caso de serem para a infantaria.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/149

Título: Carta de N. Rondot

Data: 1862-12-28; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Explica que perguntou ao senhor Vasconcelos se o Visconde ainda estava em Parias mas como não obteve resposta, imaginara que o presidente e os membros da comissão régia portuguesa teriam regressado a Lisboa. Informa que os relatórios dos jurados franceses desapareceram em poucos dias, que a comissão imperial reservou poucos exemplares, os suficientes para uso de serviço, e portanto não conseguiu obter os exemplares que desejava para a comissão portuguesa, no entanto, como subscreveu alguns exemplares pode oferecer e que irá enviar para Lisboa os seis volumes e duas obras que pensa terem interesse: uma memória do governador-geral da Argélia e outra da memória de uma escola célebre em France: La Martinière de Lyon.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/150

Título: Carta de Neves Cabral

Data: 1862-12-28

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f., envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Informa das alterações que fez ao catálogo oficial da exposição na parte que diz respeito a Portugal e indica nomes para condecorações da classe de minas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/151

Título: Ofício do Gabinete do Conselheiro do Estado da Comissão geral do Império Francês

Data: 1862-12-30; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Exprime, ao Visconde, a sua satisfação com o bom relacionamento entre os dois, agora que está concluída a Exposição, e lamenta não ter tido tempo, em setembro de se despedir do Visconde. Pede para se lembrar dele, agora que Portugal vai distribuir recompensas e condecorações. Recorda que desde 1861 enviou, à delegação portuguesa, todos os documentos publicados da comissão francesa e deu sempre todas as explicações solicitadas, algumas das quais verbalmente ao Visconde de Paiva e ao cavaleiro d'Antas. Carta manuscrita assinada por Ch. de Franqueville.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/152

Título: Carta do comissário real de Itália, J. Duincery(?)

Data: 1862; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de uma coleção de grãos agrícolas expostos pelo Departamento italiano, acompanhada de um catálogo especial com indicação de outros produtos que terá todo o gosto em enviar, caso seja de interesse. Afirma que gostaria de receber uma amostra com grãos provenientes de Portugal e que enviará envelopes "gommées" para os receber.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/153

Título: Carta dos Comissários da Rainha

Data: 1862; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que caso os premiados querem um duplicado da medalha recebida tenham em atenção a circular anexa de Leonard C. Wyou.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/154

Título: Carta de David José da Silva

Data: [1862]

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Fabricante de tecido de sedas, diz ter sido nomeado pela Associação Industrial Portuense para visitar a exposição Universal de Londres de 1862, escolha confirmada por Portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 25 de junho, diz que concluiu um estudo sobre as máquinas e manufaturas de diferentes países e pede licença para seguir para a cidade do Porto no barco a vapor, que deve partir no dia 5 do corrente. Nota de que foi concedida licença.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/155

Título: Carta de Manuel Rodrigues de Faria

Nível de descrição: DS

Data: [1862]

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que vai partir para Paris, e dali para o Porto; como não teve tempo de se despedir, fá-lo desta forma.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/156

Título: Carta do Professor Arenstein, membro da comissão austríaca

Data: 1862-07-10; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita o envio de cópias de todas as publicações governamentais impressas sobre as exposições portuguesas e que considere interessantes. Inclui cópia.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/157

Título: Circular da Real Comissão italiana

Data: 1862; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete o Catálogo italiano e solicitando a entrega das cópias à pessoa para quem são endereçadas.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/158

Título: Circular

Data: 1862; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Testemunhos relativos ao catálogo oficial.

Idioma: Inglês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/159

Título: Circular

Data: 1862; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Contem indicação dos principais artigos sujeitos a taxas alfandegárias e os procedimentos a seguir; anexa formulário relativo aos artigos ... a preencher pelos expositores estrangeiros.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/160

Título: Carta do Comissário do Canadá para a Exposição Internacional de 1862

Data: 1862; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde de Vila Maior e da coleção de espécies de produtos agrícolas português. Em troca, o comissário canadiano enviará ao Visconde de Vila Maior uma coleção de produtos agrícolas do Canadá.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/161

Título: Carta de N. Rondot

Data: 1863-01-04; Paris, França

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Nível de descrição: DS

Âmbito e conteúdo: Com nota de “particular”, trata de um assunto particular. Informa que ele e o senhor Gervais, de Caen, procuraram junto do imperador príncipe Napoleão obter uma comenda da Legião de Honra para o comissário régio de Portugal; se a exposição tivesse sido em Paris, a iniciativa teria sido imediatamente acolhida mas como foi exposição no estrangeiro, não é muito comum e uma distinção a um comissário poderia causar situação de embraço junto de outros governos com representação igualmente na exposição de Londres. Ainda assim fizeram a tentativa. Pediu informação do Visconde ao senhor de Ávila sobre títulos e funções e considerou que uma iniciativa a deveria se secreta, espera conseguir falar com o ministro dos Negócios Estrangeiros. Queria só falar disto ao Visconde quando fosse resultado certo ma a necessidade de saber os seus títulos obrigou-o a escrever-lhe.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/162

Título: Ofício do Gabinete do Conselheiro do Estado da Comissão geral do Império Francês

Data: 1863-01-13; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Relembra a carta que enviou anteriormente, que desde o começo dos trabalhos da exposição enviou todos os documentos publicados ao Visconde de Paiva e ao Cavaleiro d'Antas e enviados ao governo português. Pensou que as boas relações mantidas durante a exposição de Londres lhe garantiam uma recompensa honorífica do governo português. Carta assinada por Ch. de Franqueville.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/163

Título: Carta de N. Rondot

Data: 1863-01-14; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Com nota de "particular", informa que não vai ser possível solicitar ao imperador distinções honoríficas para os comissários estrangeiros, essa resolução foi aprovada e não é possível fazer qualquer proposta a título excepcional. Lamenta não conseguir ao comissário régio de Portugal uma distinção. Pede desculpa pela liberdade de o informar de forma confidencial. Diz que o senhor Vasconcelos, em Londres, falou na eventualidade de distinções dadas pelo rei de Portugal a jurados estrangeiro da exposição Universal e pede uma atenção especial arpara si e o seu amigo senhor Gervais, de Caen, ambos devotos dos interesses portugueses.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/164

Título: Ofício do Gabinete do Conselheiro do Estado da Comissão geral do Império Francês

Data: 1863-01-20; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde e agradece as suas palavras. Carta manuscrita assinada por Ch. de Franqueville

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/165

Título: Carta de Watts, Blake, Bearne C.^{ie}

Data: 1863-01-28; Newton Abbot, Devon, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Comunicam que são fornecedores dos maiores fabricantes de barro de Inglaterra e de olaria, semelhante a “Blue Clay” enviada de Dorsetshire mas na exposição internacional de Londres viram que o barro português era de melhor qualidade e disponibilizam-se a negociar contrato de remessa de fabrico português.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/166

Título: Carta de N. Rondot

Data: 1863-02-04; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Com nota de “particular”, acusa a receção da carta de 18 de janeiro. Explica que que ele o senhor Gervais, de Caen, indicarem o nome do Visconde ao imperador para uma nova distinção honorífica, mais do que uma vez. Agradece a lembrança para uma condecoração do governo português e lembra o nome de Gervais, de Caen, também que é comendador da Conceição e que a comenda da cruz de Santiago de Espada lhe seria muito agradável. Diz que á tem a Cruz de Comendador de Cristo e a Cruz de Cavaleiro da Conceição, e afirma que ambiciona a Cruz de comendador da Torre e Espada e caso não seja possível obter, então a Cruz de Comendador da Conceição ou de Santiago da Espada. Explica que a sua preferência pela ordem da Torre Espada se deve ao facto de em 1855, o senhor de Ávila, lhe perguntou e ele optou pela Ordem de Cristo.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/167

Título: Ofício da Comissão Imperial Francesa para a Exposição de Londres de 1862

Data: 1863-04-03, Paris

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc., envelope com lacre de cera vermelha; papel
Âmbito e conteúdo: Comunica o envio da medalha comemorativa da referida exposição e atribuída ao Visconde de Vila Maior. Carta da mesma data e com o mesmo assunto do Auditor do Conselho. Minuta de carta expedida pelo Visconde de Vila Maior felicitando o Auditor pela condecoração com a Ordem da Conceição.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/168

Título: Carta de J. G. Barros e Cunha

Data: s. d., s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o senhor Cobden está interessado num encontro com o Visconde e pergunta se este está disponível na 2^a-feira próxima, pois nesse dia há uma soirée com amigos franceses e seria um prazer contar com a presença do Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/L/001/169

Título: Carta de E. Laveguit(?)

Data: s. d.; Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete redação do relatório relativo à classe XV para aprovação do texto.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/M

Título: Par do Reino

Data: 1876-08-13 a 1879-10-20

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 30 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida no âmbito da sua atividade enquanto Par do Reino, nomeadamente apontamentos, correspondência recebida, desenhos, diários do governo,

diários, diplomas faturas, folhetos, inventários, minutas de correspondência expedida, relatórios e trabalhos.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português, Inglês e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/M

Título: Correspondência recebida

Data: 1876-08-13 a 1879-10-20

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 4 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida no âmbito da sua atividade enquanto Par do Reino.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português, Inglês e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/M/002/001

Título: Carta de Nicolau Pereira de Mendonça Falcão

Data: 1876-08-13; Castro d'Aire

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção e agradece o envio do "Relatório da Exposição de 67", que diz ser um trabalho de grande utilidade aos vicultores portugueses, tal como as duas outras publicações "O Manual" e o "Tratado de Vinificação". Diz ter encontrado informações curiosas e importantíssimas para os vicultores portugueses, sobretudo os roteiros das Províncias, os processos de vinificação dos diferentes vinhos da Europa, a sua classificação e definição pelas suas qualidades específicas e os dados estatísticos sobre a produção, exportação e preços de quase todos os vinhos conhecidos; folgou ver as indicações sobre a forma de produzir e exportar em mais larga escala os vinhos portugueses, sendo Portugal um país com excelentes condições de terreno, clima e exposição e principalmente a temperatura; lamentou ver que a produção portuguesa, embora com superfície que talvez seja o dobro da da Catalunha, seja inferior à da província espanhola; achou também interessante a 2ª parte do relatório sobre os instrumentos e aparelhos e a proposta que faz ao governo do tratado das vinhas de Portugal e o apelo feito a todos dos práticos para uma classificação metódica dos vinhos portugueses à semelhança da do Marquês E. Bertoni de Sambuy, adotada pelo Visconde de Vila Maior.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/M/002/002

Título: Carta de António Maria de Amorim

Data: 1878-07-11; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia, conforme pedido, as tabelas de despesa dos ministros do Reino, Guerra, Ultramar e Obras Públicas nos anos 1869 a 1879 e 1878 a 1879; diz que por aqui não será possível fazer uma verdadeira ideia do progresso dos cargos nos últimos 10 anos porque muitos melhoramentos são pagos por transferência de verbas orçamentais, que seria preciso examinar as contas mas que estas não se encontram publicadas nem aprovadas pelo Tribunal. Diz não ter conseguido, do amigo Corvo, a memória sobre a Escola Politécnica nem do Adriano Machado a conclusão da memória da Academia Politécnica do Porto, embora desta última tenha 100 páginas impressas que espera aproveitar para outra ocasião.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/M/002/003

Título: Ofício da secretaria do Conselho geral do Comércio, Indústria e Agricultura

Data: 1879-05-12; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Informando da reunião do referido Conselho no dia 15 de maio, quinta-feira, pelas 12 horas, para dar o seu parecer acerca da inclusa representação da Companhia fomentadora das indústrias e agricultura de Portugal e suas colónias, pedindo auxílio ao Governo para realizar uma expedição no Rio de Janeiro. Junto anexa a referida representação. Assina, pelo secretário, Francisco António de Vasconcelos

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/M/002/004

Título: Carta de Francisco António de Vasconcelos

Data: 1879-10-20; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o conto de réis relativo a despesas com preparados e outras coisas para combater a filoxera; a conta está feita e documentada devidamente. Diz que precisa de um ofício de remessa do Visconde de Vila Maior para a direção do Comércio e Indústria para lhe juntar as contas e documentos na repartição de Agricultura; foi tratado por si com o José de Melo Gouveia e quer fechar o assunto. As suas contas já foram entregues na repartição de Contabilidade. Pergunta pela saúde da viscondessa e das meninas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/N

Título: Comissário Régio Exposição De Paris (1867)

Data: 1865-07-19 a 1867-07-00

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 3 docs.; 1 liv.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida enquanto presidente da comissão régia portuguesa na Exposição Universal de Paris, em 1867, nomeadamente, convites, correspondência recebida e diários.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/N/002

Título: Correspondência recebida

Data: 1865-07-19 a 1867-07-00

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 2 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida enquanto presidente da comissão régia portuguesa na Exposição Universal de Paris, em 1867.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/N/002/001

Título: Ofício do Ministério das Obras Públicas

Data: 1865-07-19; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: papel

Âmbito e conteúdo: Comunica ao Visconde de Vila Maior a sua nomeação para a Comissão Central Diretora para a Exposição Universal de Paris de 1867.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/N/002/002

Título: Convite

Data: 1867-07-00; Paris

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: papel

Âmbito e conteúdo: Convite para a Festa na Câmara Municipal de Paris e nota com indicação do traje a vestir pelos convidados. Envelope em anexo.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O

Título: Reitor da Universidade de Coimbra

Data: 1869-03-00 a 1884-09-19

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 28 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida no âmbito da sua atividade enquanto reitor da Universidade de Coimbra, nomeadamente, correspondência recebida, diários, diplomas discursos, inventários, minutas de correspondência expedida e trabalhos.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001

Título: Correspondência recebida

Data: 1875-06-06 a 1884-09-19

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 12 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida no âmbito da sua atividade enquanto reitor da Universidade de Coimbra.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português e Francês

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/001

Título: Carta de Duarte Sá

Data: 1875-06-06; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o herbário de Welwitch e outros herbários de igual importância, que encontrou no espólio de seu tio, Manuel Bernardo Lopes Fernandes, e cuja aquisição seria de grande conveniência para a Universidade. Dá conta de tudo ao Dr. Júlio Henriques e pede ao Visconde para dizer ao Dr. Júlio Henriques para ir a Lisboa ver e tratar pessoalmente da compra.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/002

Título: Ofício do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra

Data: 1876-09-22; Coimbra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio da inclusa nota de despesa feita com a cultura da vinha na cerca de S. Bento, no ano económico de 1875 a 1876, informando que se despendeu mais do que a quantia concedida pelo governo de Sua Majestade para a referida cultura. Segue junto o resumo da despesa feita com a plantação da vinha, covas, empa e mais despesas desde 17 de março de 1875 a 30 de junho de 1876. Assina o diretor Júlio Augusto Henriques.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/003

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1877-04-25; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que em vista da última carta do Visconde de Vila Maior, este não deve ter recebido a sua última carta, por vezes acontece ficarem em cima da carteira, sem se expedirem. Diz que pode contar com o subsídio para a escola vitícola; dela o Aguiar disse coisas bonitas e que lhe deram prazer. A viagem do Paulino está resolvida mas não sabe

quando se reúne o congresso, o cônsul de Genebra não deu resposta, quem sabe se o congresso já se abriu. Falou com o ministro e o Paulino vai receber três libras diárias e as jornadas pagas. Informa que há muitos pedidos de madeira de cedro e, por isso, resolveu-se não se dar gratuitamente, a ninguém, salvo alguns pedaços como quer o Júlio Henriques e o Dr. Rodrigo. Diz que o Visconde pode fazer a obra sobre a Universidade de Coimbra, que seja bonita e barata e sugere que a 1ª parte do livro tenha um esboço histórico da Universidade, nomeadamente épocas em que a Universidade fechou os livros para tomar as armas, como quando D. Manuel de Saldanha, bispo conde e reitor da UC formou sob o seu comando um batalhão académico nos anos 1640-50, lembra também a notícia dos matriculados e formados até onde chegam os registos. Pede para esclarecer a nota biográfica do médico que pensa ser da sua família, pelo apelido, e que escreveu um livro de botânica intitulado “Index das plantas que contem o real Jardim Botânico de Queluz”.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/004

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1877-07-04; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que estão votados os 300 contos de réis para a “vinha das vinhas” e pede para entregar a papelada sobre a filoxera ao Dr. Paulino; diz que ainda não se sabe onde e quando reunirá o Congresso.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/005

Título: Carta de Júlio Augusto Henriques

Data: 1877-12-21; Coimbra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Resume do estado atual da escola ampelográfica, existente na cerca de S. Bento anexa ao Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Informa que as castas da Madeira são as que têm tido melhor vegetação e as que melhor resistem ao efeito do oídio; que das castas estrangeiras frutificam mais as Chasselas de Fontainebleau, Syras, Barbarena

do Piemonte, sendo que esta última sofre muito com o oídio; recomenda a aquisição de mais castas estrangeiras e diz que na escola contam-se hoje treze castas americanas. Diz que a principal propagação tem sido por esta- ca, por sementeira poucas plantas têm sido obtidas e que todos os anos se tem feito viveiros; vendem-se as castas portuguesas a 20 réis e as castas estrangeiras a 60 réis. Termina dizendo que os viveiros atuais contam com 974 plantas portuguesas e 819 plantas estrangeiras, num total de 1793 plantas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/006

Título: Carta de Júlio Augusto Henriques

Data: 1877-12-26; Aveiro

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede desculpa pela demora em enviar a notícia sobre a escola ampelográfica. Diz que tem de se fazer viticultor e que comprou uma quinta, que o Visconde conhece muito bem - a quinta da Zombaria -, que ultimamente pertencia ao irmão do Paulo de Moraes, e cuja maior produção é de vinho. Diz que foi passar uns dias a Aveiro mas que regressará a Coimbra o mais tardar no dia 2. Deixa os cumprimentos ao Visconde de à Viscondessa, da sua parte e da sua esposa Zulmira.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/007

Título: Carta de Adolfo Frederico Möller

Data: 1878-01-03; Coimbra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 5 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde de Vila Maior com data de ontem, e à qual responde, remetendo incluso notas sobre a vinha e diz que todas as notícias que sabia sobre as videiras as deu ao Dr. Júlio Henriques, para que ele fizesse o relatório que remeteu ao Visconde de Vila Maior; mais informa que a poda está quase concluída e que depois irão à plantação. Junto, as referidas notas com a data da primeira plantação, em março de 1870, e as proveniências dessas primeiras plantas; com a referência ao primeiro ano em que se começou a fabricação do vinho e as des-

pesas com conservação, plantação, adega, assinaturas dos jornais, obras na vinha e a receita com venda de viveiros e vinho.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/008

Título: Carta de Júlio Augusto Henriques

Data: 1878-01-08; Coimbra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde de Vila Maior e diz ter visto a carta que enviara a Adolfo Möller e que se soubera a que fim se destinava a notícia, teria dado todos os esclarecimentos. Diz enviar cópia da análise, tal como está no livro e que, se houvesse tempo, o Santos poderia fazer outra em melhor ordem; envia também a receita da venda do vinho e do bacelo, cuja receita tem sido empregada na cerca e não na vinha. Diz ter enviado um exemplar da sua tradução do "Primer of Botany", do Dr. Hooker, e pede para que o Visconde veja se convém para os liceus, pedido que justifica por duas razões: a primeira pela qualidade do livro e por ser muito bom para dar ao ensino uma feição prática, e a segunda para que o editor não perca muito; se o Visconde entender, enviará um exemplar ao Amorim. Diz ter escrito ao Paulo de Morais, pedindo esclarecimentos sobre a videira da Zombaria. Diz que a sua mulher Zulmira agradece os cumprimentos do Visconde e da Viscondessa.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/009

Título: Carta de G. Crans

Data: 1879-01-22, Vitry-sur-Seine, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Apresenta a sua candidatura como jardineiro nos Jardins da Universidade, visto que o Senhor Thierry, inicialmente previsto para o cargo, ter apresentado a sua demissão por preferir ficar em França, no cargo de jardineiro-chefe de uma escola de Agricultura. Descreve o seu percurso de ensino e de trabalho a fim de o Senhor Diretor da Universidade poder pedir mais informações aos superiores do autor.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/010

Título: Circular n.º 150 da Secretaria da Câmara dos Pares do Reino

Data: 1883-05-17

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa da reunião da comissão de Instrução Pública, a realizar no dia 18 de maio, pelas 13 horas. O documento é assinado pelo conselheiro secretário geral Joaquim Hemetério Luís de Sequeira. No verso, manuscritos a lápis, encontram-se apontamentos sobre a Instrução Pública.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/011

Título: Carta de Francisco Palma(?)

Nível de descrição: DS

Data: 1884-09-19; s. l.

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa ter mostrada a carta do Visconde ao ministro e que este respondeu que estava de acordo, o Visconde que fizesse como melhor entendesse. Votos de muita saúde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/O/001/012

Título: Carta de Manuel Paulino de Oliveira

Data: 0000-05-20, Bragança

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que ainda não saiu portaria alguma que o nomeasse para ir ao Douro e, por isso, pede ao reitor que lhe diga como abonar as faltas e se lhe parece que deva mandar certidão de doente; diz que esteve com o irmão do Visconde de Vila Maior, que está de boa saúde, e que vai partir para a Serra de Montesinho, por isso não escreve mais.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P

Título: Comissário Régio Exposição De Paris (1878)

Data: 1878 a 1879-12-12

Nível de descrição: SC

Dimensão e suporte: 192 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Integra documentação/informação produzida e recebida no âmbito da sua atividade enquanto presidente da comissão régia portuguesa na Exposição Universal de Paris, em 1878, nomeadamente, correspondência recebida, diários, diplomas, folhetos, listas, minutas de correspondência expedida e passaportes.

Sistema de organização: Ordenação alfabética das séries.

Idioma: Português, Inglês e Francês.

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001

Título: Correspondência recebida

Data: 1878-01-02 a 1879-12-12

Nível de descrição: SR

Dimensão e suporte: 183 docs.; papel

Âmbito e conteúdo: Inclui correspondência recebida enquanto presidente da comissão régia portuguesa na Exposição Universal de Paris, em 1878.

Sistema de organização: Ordenação cronológica.

Idioma: Português, Inglês e Francês.

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/001

Título: Carta de Hippolyte Mazl

Data: 1878-01-02; Paris

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a atribuição do Diploma de Cavaleiro da Ordem de Cristo pelo governo português.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/002

Título: Ofício do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Data: 1878-01-19; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de carta régia de nomeação do Visconde de Vila Maior, como Comissário régio da Exposição de Paris de 1878. Assina João Gualberto de Barros e Cunha. A referida carta de nomeação junto anexa tem data de 16 de janeiro de 1878 e vai assinada pelo rei.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/003

Título: Ofício de Le Moniteur Vinicole

Data: 1878-01-24; Paris

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Felicita o Visconde de Vila Maior pela nomeação de comissário régio à Exposição Universal de 1878, com quem mantém excelentes relações de 1867, e espera revê-lo. Na expectativa que o Visconde não tenha esquecido o diretor do “Journal de Viticulture pratique” e do “Moniteur Vinicole”, com quem o colocará em contacto, e pede, caso o tempo o permita, para escrever sobre os produtos vinícolas em exposição. Assina Tasse de Souny. Em nota pessoal, escrita após assinar, Tasse de Souny, lembra ao Visconde a promessa de obter o Diploma de Oficial da Ordem das Ciências e das Artes, após os trabalhos publicados sobre Portugal no “Journal de Viticulture” e pede para que, passando por Lisboa, não se esqueça de obter a roseta para si. Junto, a minuta da resposta manuscrita pelo Visconde agradecendo e confirmando a nomeação para Comissário régio e manifestando o interesse em retomar as relações de 1867; diz que fará todos os possíveis para obter, junto do diretor geral de Agricultura, a referida honra e que, em todo o caso, o poderá fazer a proposta junto do ministro, assim que iniciar o comissariado régio.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/004

Título: Carta da Direcção das Secções Estrangeiras da Exposição Universal Internacional de 1878, do Ministério da Agricultura e Comércio de França

Data: 1878-01-26; Paris

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 3 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Dirigida ao conselheiro Rodrigo de Moraes Soares, com extratos do artigo 15 do Regulamento das Entradas, aprovado por

decreto de 13 de outubro de 1877, e solicitando fotografias para os cartões de circulação dos participantes (em formato de *carte-visite*, ou seja, 12cm x 6cm). Assina G. Berger.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/005

Título: Carta de Francisco José Resende, pintor portuense

Data: 1878-03-06, Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Dá instruções sobre como colocar a sua pintura na Sala das Artes da Exposição de Paris (altura e inclinação) e explica o que sucedera em 1867. Fita preta em volta, em sinal de luto.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/006

Título: Carta de Carlos Relvas

Data: 1878-03-11, Golegã

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Apresenta o senhor João Martinho da Silva e pede ao Visconde de Vila Maior que o ouça e lhe conceda o que pretende.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/007

Título: Carta de Cossart, Gordon & C^o

Data: 1878-03-13, Londres

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Agradece a concessão de um lugar nos jardins da secção portuguesa para a construção de um quiosque e pergunta qual o sítio para que possam começar os trabalhos, o mais brevemente possível.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/008

Título: Circular

Data: 1878-03-17; Paris

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Sobre o Congresso Internacional de Higiene a realizar na primeira quinzena de agosto de 1878 em Paris.

Idioma: Português

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/009

Título: Carta de Sousa Holstein

Data: 1878-03-29; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que os caixotes da 1ª secção estão prontos e devem se enviados na próxima remessa; ao mesmo tempo será enviado o catálogo. Diz que escreve também ao senhor Guillaume, diretor da Escola de Belas Artes, para que combine com o Visconde de Vila Maior sobre as obras que devem figurar na exposição.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/010

Título: Carta de Joaquim Possidónio Narciso da Silva

Data: 1878-04-07; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete a relação dos objetos enviados para a Exposição de Paris, na secção das ciências antropológicas, pertencentes à Associação dos Arquitetos e Arqueólogos portugueses. Igual cópia da carta seguirá para o secretário-geral da exposição das ciências antropológicas, senhor Marneir(?) Gabriel de Mortillet. Nota de que foi enviada a 14 de abril de 1878.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/011

Título: Carta de Rodrigo de Morais Soares

Data: 1878-04-08; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção das cartas do Visconde de Vila Maior a que responde, com a indicação de Confidencial: o ministro teve queixas contra o Bomtempo que deve 30.000 réis ao cônsul de Gibraltar e que se tivesse sabido, não o nomeava para ir a Paris; o Moreno é a vítima expiatória pois ficou sem a condecoração pelo que fez o Bomtempo, informação que pode referir ao Lapa, que também pediu a condecoração para ambos; amanhã seguem os esclarecimentos acerca da exposição dos gados e diz que o Senhor Berger ainda não comprou todos os bovídeos que mandaram para a exposição; teme que a instalação portuguesa esteja atrasada e pede ao Visconde de Vila Maior que seja severo com os empreiteiros; quanto aos jurados, “arranje-se como puder” pois o ministro não deu indicações de aumentar o pessoal e o orçamento das despesas totais já ascende aos 110 contos de réis. Informa que o filho está bom e trabalha ativamente no mapa vinícola e que a notícia, sobre os vinhos e outra sobre a quinta regional de Sintra, fica pronta até final do mês.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/012

Título: Carta de Bernardo de Serpa Pimentel

Data: 1878-04-11, Coimbra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Lamenta que na obra do Visconde de Vila Maior “Exposição sucinta da organização atual da Universidade de Coimbra” não conste o seu trabalho, nem uma referência à Biblioteca, a seu cargo, e que a sua intitulação tenha apenas Lente catedrático sem a designação de Lente de Prima; pergunta se as incorreções apontadas poderiam ser emendadas nos exemplares originais ou traduzidos que vão ser apresentados na secção portuguesa da Exposição de Paris. Nota de que respondeu a 19 de abril.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/013

Título: Carta de Rodrigo de Morais Soares

Data: 1878-04-15, Coimbra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção de duas cartas do Visconde de Vila Maior (uma de paz e outra de guerra) às quais responde dizendo não ter razões para se queixar da falta de notícias, que tem recebido cartas de todos menos do Pedro, do Bomtempo e do Abílio. Informa que o ministro não vai mandar mais jurados e que foi aberto um crédito a seu favor, em Paris. Diz que os subcontratos das obras da secção portuguesa foram feitos pelo Conselho Diretor, com aprovação do ministro, e que as bandeiras seguiram no último vapor. Finaliza com a boa notícia da salvação das searas, pelas últimas chuvas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/014

Título: Carta de Rodrigo de Morais Soares

Data: 1878-04-22; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece as notícias do Visconde e não sabe quem se espanta com as despesas da Exposição visto que são votadas e autorizadas e incluídas nos orçamentos complementares, e que tudo é para que o comissário régio não faça má figura. Diz que em relação à publicação do catálogo não pode haver dúvida e que o livro do barão de Wildick não pode publicar-se com o caráter oficial mas que pode ser recomendado no catálogo, tal como fez na memória oficial com a obra “Douro Ilustrado” do Visconde de Vila Maior.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/015

Título: Carta de João Carlos de Brito Capelo

Data: 1878-04-25; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o resumo do ano 1877 das observações relativas ao ponto meteorológico de Moncorvo está concluído e que os mapas de Moncorvo são em tudo iguais aos que se têm publicado noutros pontos, conforme verá na coleção enviada; remete também os resultados médios de

20 anos (1856-1875) do Observatório D. Luís assim como uma folha com os sinais utilizados nos postos termofóricos(?) do leste de Portugal, por ordem deste Observatório quando há probabilidade de temporal.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/016

Título: Carta de Paul de Saund(?)

Data: 1878-05-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que uma indisposição o deixou de cama, e que por isso o número que vai sair amanhã não contém o estudo sobre a exposição portuguesa. No entanto, agradece os documentos enviados e compromete-se a fazer um estudo sobre a viticultura portuguesa, sem prejuízo de outros estudos sobre a exposição propriamente dita.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/017

Título: Carta de L. Dubier(?), presidente da câmara e membro do Conselho Superior de Instrução Pública

Data: 1878-05-07; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Convida o Visconde de Vila Maior para assistir a um concerto da Caisse(?) das Escolas do 5º Bairro de Paris, no domingo 12 de maio.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/018

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1878-05-13; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz sentir os incómodos de saúde do Visconde de Vila Maior, numa altura de trabalhadeira com a exposição universal e informa que em Portugal não se dá peso ao que dizem os jornais. Comunica que o

Sousa sairá com os gados no próximo dia 20 e que lhe manda alguns objetos destinados à exposição, para além de 20 exemplares do Douro Ilustrado. Em breve irá a notícia da Quinta regional e diz que a memória vinícola está mais atrasada por causa da carta da filoxera. Junto, um recorte de jornal sobre a Exposição de Paris.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/019

Título: Carta de de lu Antlaz(?), diretor do Jornal Semanário Ilustrado

Data: 1878-05-18; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Solicita autorização para reproduzir através de fotografia e gravura a fachada e as decorações da secção portuguesa na Exposição Universal, destinadas a um álbum que o jornal irá fazer sobre a referida exposição.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/020

Título: Circular do Secretariado Geral da Sociedade dos Agricultores de França

Data: 1878-05-22; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o Congresso Internacional de Agricultura se irá realizar no dia 11 de junho, às 14 horas no Palácio do Trocadéro e pede que passe no secretariado da Sociedade entre as 10 e as 16 horas para levantar o cartão de membro do congresso.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/021

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1878-05-23; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete a declaração exigida pelo programa do

curso dos animais, com as notas verdadeiras, e que deve substituir a outra, cujas notas não podiam ser exatas pois o gado ainda não estava comprado, confiante de que o senhor Berger os ajudará; diz que o gado deverá partir no dia 27. Informa que o ministro tem receio que a música faça despesa e não aprova coisa alguma que apresente essa possibilidade.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/022

Título: Circular da Société des Agriculteurs de France

Data: 1878-05-30; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: sobre o Congresso Internacional de Agricultura que versará, entre outros temas, sobre a questão vinícola e a filoxera.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/023

Título: Circular da Associação Internacional de Professores

Data: 1878-05-30; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 doc.; papel; 1 postal

Âmbito e conteúdo: Coloca à disposição dos comissários gerais os seus colaboradores para traduções em diversas línguas. Segue junto o envelope e um postal com informação relativa aos serviços da Associação Internacional de Professores. Assina o diretor-fundador Charles Rudy.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/024

Título: Carta do Jornal da Exposição

Data: 1878-06-01; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a fotografia deixada pelo Visconde de Vila Maior e pede autorização para a sua publicação, juntamente com o artigo, no próximo número dedicado a Portugal. Assina Charles Baroaat.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/025

Título: Carta de Rodrigo de Morais Soares

Data: 1878-06-04; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que o Sousa leva as autorizações necessárias para a venda do gado e que a exposição dos bovídeos, de raças típicas portuguesas, é para os entendedores da especialidade. Pede para escrever ao ministro sobre a condecoração senhor L. Saurd(?) e diz que seguiram por correio 50 exemplares da “Memória” acerca dos vinhos e que pelo Sousa seguiu o folheto e o álbum fotográfico da Quinta regional. Diz estar com o filho do Visconde de Vila Maior e que está tudo arranjado.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/026

Título: Carta de J. G. de Barros e Cunha

Data: [1878]-06-09; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Cópia de carta de Barros e Cunha onde informa que está disponível o espaço para o Madeira na Exposição de Paris.

Idioma: Inglês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/027

Título: Carta da Administração de l’Octroi de Paris

Data: 1878-06-10; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção de oito exemplares do catálogo da delegação do governo português na Exposição Universal. Assina o chefe de serviço.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/028

Título: Carta do Barão de Wildick

Data: 1878-06-12; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; bom

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção da carta do Visconde de Vila Maior sobre a escassez de tempo para a impressão do original da notícia que antecede o catálogo e que se o Barão não pode rever as provas os membros da comissão se encarregam disso; mostra o seu desagrado com a carta recebida e explica os motivos da demora na revisão do seu texto, que não pode ser feita por outros por não se tratar apenas da revisão da ortografia mas também do conteúdo.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/029

Título: Carta de A. Carvaillo(?)

Data: 1878-06-1; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete um artigo do “Journal l’Union National”, órgão das câmaras sindicais do Comércio de Paris, sobre Portugal; informa que amanhã vai à estação para a partida do Dr. Fernando.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/030

Título: Carta de Rodrigo de Morais Soares

Data: 1878-06-19; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz ter pouco tempo para escrever ao Visconde de Vila Maior mas ainda assim lhe escreve três pontos: diz estar contente com o prémio dos gados e as notícias agradáveis sobre a exposição portuguesa em Paris; avisa que o ministro lhe recomenda o senhor João Borges de Almeida, negociante do Porto, que pretende ser adido ao comissariado régio; e que já está autorizado a solicitar ao ministério do Reino a condecoração para o senhor Le Soizd(?), por recomendação do Visconde. Em *postscriptum* diz que o negócio do seu Emílio está arranjado.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/031

Título: Carta [não assinada]

Data: 1878-06-19; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Com os cumprimentos de M. G. de Moliéri(?), agradece ao Visconde de Vila Maior pelo o envio dos documentos relativos à exposição portuguesa em Paris e felicita-o pela magnífica obra sobre o Douro.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/032

Título: Carta de A. Morales de los Rios, adjunto do commissariado espanhol

Data: 1878-06-20; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o arquiteto Pascal colocou à sua disposição toda a informação pedida a 7 de maio passado, sobre a fachada portuguesa; agradece tudo o que o Visconde de Vila Maior fez por si, como representante da comissão espanhola e que irá retribuir a amabilidade. Informa que o Dr. de Santos, comissário geral de Espanha se mostra reconhecido e pede que lhe envie toda a informação sobre a secção portuguesa exposta no Champ de Mars sobre os caminhos-de-ferro, de cuja secção é membro do júri.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/033

Título: Carta de José Amorim

Data: 1878-06-25

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede a bondade de fazer chegar às mãos do Dr. Costa Simões a carta junta.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/034

Título: Carta do Barão de Kessler

Data: 1878-06-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa da visita do rei D. Fernando à secção portuguesa da exposição de Paris, às 14 horas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/035

Título: Carta de K. L. Kisslig

Data: 1878-06-28; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção de 3 catálogos da secção portuguesa.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/036

Título: Carta da Biblioteca Nacional da Agência dos Trabalhos do Ministérios dos Trabalhos Públicos

Data: 1878-06-29; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz ter encontrado as cartas que ainda não foram publicadas na Revista de Arquitetura e de Trabalhos Públicos, que teve ocasião de enviar aquando da sua viagem a Lisboa; pede para bem acolher o testemunho das excelentes relações que tem com o Visconde de Vila Maior e o bom acolhimento que teve em Portugal. Assina por Jean Louis Pascal.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/037

Título: Carta de Eugène Bellet

Data: 1878-07-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Solicita a intervenção do Visconde de Vila Maior junto do rei português para a aquisição de um instrumento da sua casa de manufatura de pianos, contente que está de receber a Cruz de Portugal. Diz que gostaria de estender as suas relações comerciais a Portugal e agradece ao Visconde oferecendo-lhe um piano feito por si e que enviará para Lisboa. Afirma que desta forma estará a ajudar um pai de família trabalhador, numa indústria que nem sempre é bem tratada e que se esmerou nas esculturas do piano, para mostrar a forma como trata os seus instrumentos.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/038

Título: Circular de Carta de recomendação n.º 1 da Sociedade de Geografia de Lisboa

Data: 1878-07-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Apresenta aos confrades o Visconde de Vila Maior como membro correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Academia Real das Ciências, reitor da Universidade de Coimbra, vice-presidente da Câmara Alta, e comissário régio de Portugal à Exposição Universal de Paris, entre outros. Junto anexo o envelope e a ficha de inscrição no Congresso Internacional de Higiene de Paris em 1878. Assina o presidente José Vicente Barbosa du Bocage, o primeiro secretário geral Luciano Cordeiro e o 2º secretário geral Rodrigo Afonso Pequito.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/039

Título: Carta de Miguel Ângelo Lupi

Data: 1878-07-03; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece os esclarecimentos prestados pelo Visconde de Vila Maior; concorda que a lacuna da secção portuguesa de Belas-Artes no catálogo se deve a falha de quem tinha que enviar a relação dos artistas expositores e não o fez a tempo e propõe a colocação dos preços junto às obras que são para venda, por considerar que poucas pessoas irão consultar

o catálogo especial onde se acham descritas as peças da referida secção, embora não ache que vão haver muitos compradores.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/040

Título: Ofício do Gabinete do ministro do Ministério dos Negócios da Fazenda

Data: 1878-07-03; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre a nomeação de Henriques Burnay, por portaria de 3 de julho de 1878, para comprar, na Exposição Universal de Paris, os géneros e artigos nacionais com os estrangeiros quanto à sua qualidade e preço, de forma a conhecer o grau de adiantamento da indústria portuguesa. Assina o Visconde de Calhariz de Benfica.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/041

Título: Carta do Comissariado Régio de Portugal na Exposição Universal de 1878

Data: 1878-07-06; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Requisita 18 catálogos para serem distribuídos aos júris das classes pertencentes à secção industrial. Assina Jerónimo da Silva. Nota assinada pelo Visconde de Vila Maior de que foi enviado um maço com 20 catálogos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/042

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1878-07-08; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Manifesta ansiedade por saber o resultado das provas dos vinhos e informa que o Emílio já partiu para Leiria; em *postscriptum* pede todas as atenções para o senhor Benion.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/043

Título: Carta da Direcção da Secção francesa na Exposição Universal de 1878 em Paris, do Ministério da Agricultura e Comércio

Data: 1878-07-08; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o júri da classe 64 vai examinar a viatura "trammoay" (elétrico).

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/044

Título: Carta de José Amorim

Data: 1878-07-10; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede para fazer uma entrega logo que chegue ao Visconde uma carta.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/045

Título: Ofício n.º 705 da Direcção geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino

Data: 1878-07-16; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o embarque de um caixote com 1.700 exemplares do "Catalogue des publications de la direction générale des travaux géodésiques, topographiques, hydrographiques et géologiques du Portugal - 1878", para serem colocados junto à exposição dos trabalhos desta direcção geral e distribuídos por todas as pessoas a quem interessarem os referidos trabalhos ou a quem entenda devam ser oferecidos; no final do mês serão entregues os restantes exemplares daquelas publicações pelo chefe de serviço da secção fotográfica desta direcção geral, J. F. da Costa Ramos, que em comissão de estudo vai visitar a exposição com licença do governo.

O ofício é dirigido ao conselheiro António Augusto de Aguiar, comissário da Indústria Portuguesa na Exposição Internacional de Paris. Assina o diretor geral Francisco Maria Pereira da Silva.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/046

Título: Carta de António de Almeida, dom

Data: 1878-07-17; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Manifesta a sua indignação com a “figura de beberão vestida com um hábito de frade” que considera um atentado à religião, à ciência e aos sentimentos religiosos e delicados de quase todos os portugueses, e pede ao Visconde de Vila Maior que faça desaparecer aquele “atentado” afirmando que “Algum socialista aplaudirá a reprovada exibição; os homens de crença e pessoas de bem serão sempre ali indignados!”.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/047

Título: Circular da Direcção das Secções Estrangeiras do Ministério da Agricultura e Comércio

Data: 1878-07-18; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre a hora, local e data da reunião com os presidentes e secretários do grupo ... [folha cortada]. Assina o diretor G. Berger.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/048

Título: Circular da Société Française de Tempérance

Data: 1878-07-21; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o Congresso Internacional para o estudo de questões relacionadas com o Alcoolismo, realizado por ocasião da Exposição Universal de Paris.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/049

Título: Carta da Société des Agriculteurs de France

Data: 1878-07-22; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Convida o Visconde de Vila Maior a participar de uma comissão de estudos da ação da filoxera nas vinhas francesas, cujos trabalhos se irão realizar entre 16 e 30 de agosto. Junto a minuta de resposta enviada pelo Visconde de Vila Maior onde agradece o convite para integrar as excursões de visita às vinhas afetadas pela filoxera mas, por motivos familiares, não poderá aceitar; sugere o nome do colega Aguiar, que já conhece as principais zonas afetadas pela filoxera, porque as percorrerá em 1875.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/050

Título: Folheto da Associação Francesa para o Progresso das Ciências

Data: 1878-08-00

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; 1 postal; papel

Âmbito e conteúdo: Informações gerais sobre o Congresso do Paris. Em anexo o envelope e um postal da mesma associação com um mapa de Paris no verso.

Idioma: Português

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/051

Título: Bilhete de Carlos Grimaud(?)

Data: 1878-08-01; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; bom

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção de quatro saquetas de livros e cinco catálogos gerais da secção real de Portugal.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/052

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-08-01; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Indica a lista dos prémios concedidos a Portugal pela classe 8 com 2 grandes prémios, 1 medalha de ouro e 4 medalhas de prata, num total de 7 recompensas de 1ª ordem.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/053

Título: Carta de J. Cherry

Data: 1878-08-01, Londres, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica o envio de um exemplar do "The Wine Trade Review", jornal sobre o comércio de vinhos em Inglaterra e em troca pede que o Visconde de Vila Maior lhe envie um exemplar de "O Douro Ilustrado", obra sobre a qual lera uma crítica no "Journal Parisien"; diz que fará uma bela crítica no próximo número do "Wine Trade Review".

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/054

Título: Carta de Tasse Souny

Data: 1878-08-01; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a brochura entregue por Morais Soares e o livro do Douro do Visconde de Vila Maior, documentos que são muito úteis ao trabalho que está a escrever.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/055

Título: Carta de Alfred Allen

Data: 1878-08-02; Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece ao Visconde de Vila Maior as felicitações pela distinção obtida na exposição universal dos seus vinhos; não sabe ainda oficialmente se ganhou a medalha de ouro ou o “grand prix”; diz que nos próximos dias seguem no vapor para o Hâvre 48 garrafas de Meunier, iguais às que estão na exposição.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/056

Título: Carta de António Augusto de Aguiar, na qualidade de jurado da classe 8ª

Data: 1878-08-06; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 8 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa que fora convidado pelos comissários estrangeiros da sua classe para uma reunião particular que visava escolher as pessoas que, em virtude dos serviços prestados às nações de que são representantes, estavam na circunstância de ser condecorados; foram propostos quase todos os membros do júri por ser difícil distinguir quem havia prestado maior serviço. Enquanto membro do júri dá conhecimento da reunião ao governo e ao Visconde de Vila Maior assim como dos nomes daqueles que mais contribuíram para que ele conseguisse os prémios de que já dera conta. Segue-se a lista dos nomes com breve indicação das instituições a que estão filiados, sugerindo que se façam as condecorações exclusivamente das pessoas que propõe, pois será difícil, e até inconveniente, condecorar todos os membros de júri. Destaca ainda os relevantes serviços do barão de Watterville, diretor geral da Instrução Pública em França e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, a quem o governo português deve uma recompensa de primeira ordem noutra classe e, portanto, acha que deve ser recompensado ao lado dos senhores Eduards, Fournier, Boutrauy(?) e Van den Broeck.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/057

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-08-09; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 4 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Em aditamento à sua carta de 1 de agosto de 1878, onde dava conta dos prémios obtidos por Portugal na classe 8ª, apresenta a lista de recompensas concedidas por esta às nações que concorreram à exposição.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/058

Título: Carta do secretariado do júri internacional das recompensas da Exposição Universal Internacional de 1878 em Paris

Data: 1878-08-10; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel; 1 cartão-de-visita

Âmbito e conteúdo: Solicita um segundo exemplar do catálogo da secção portuguesa destinado ao júri e indispensável aos seus trabalhos. Assina o secretário geral Théodore Biaï.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/059

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1878-08-10; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz ter estado na Granja durante 25 dias e por isso não lhe pode escrever pois fora em serviço de inspeção; diz que foi de propósito a Lisboa para obter autorização para poder reduzir o pessoal administrativo, porque as despesas são grandes. Explica que não são ilegalidades as passagens de verbas de umas rubricas para outras pois estão a cumprir com os despachos dos ministros e aponta casos concretos. Informa que o Visconde de Vila Maior foi nomeado presidente da Comissão da filoxera, criada por decreto de 7 de agosto de 1878, que será presidida pelo Dr. Manuel Paulino enquanto o Visconde estiver no comissariado régio.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/060

Título: Carta de Rodrigo de Morais Soares

Data: 1878-08-11; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; vincos de dobragem; marca de água D L & C.^a

Âmbito e conteúdo: Com indicação de reservada, dá conta da pressa com que escreveu a carta do dia anterior, e do seu estado de fraqueza e abatimento; diz que vai uma temporada para o Bussaco e que fica em seu lugar o Moita de Vasconcelos porque o Melo Gouveia está dispensado do serviço da Secretaria por ser presidente do inquérito à penitenciária. Mostra preocupação com a política por causa do vencimento eleitoral do Porto e com a ameaça da filoxera no Douro e sua passagem a outras regiões.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/061

Título: Carta de Louis Etienne Nicolas

Data: 1878-08-14; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica as informações solicitadas e apresenta-se como negociante, proprietário e agricultor, refere as ordens e comendas que possui.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/062

Título: Carta do comissariado Régio de Portugal na Exposição Universal de 1878

Data: 1878-08-17; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção de 5 catálogos oficiais da Exposição portuguesa na Biblioteca Tecnológica. Assina o chefe da biblioteca G. Bilhou(?).

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/063

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1878-08-22, Buçaco

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que se encontra no Bussaco devido à sua falta de saúde. Diz que o ministro está disposto a aprovar as suas propostas de redução de pessoal mas que não deverá indicar os empregados a dispensar. Explica que os comissários técnicos podem ocupar-se de estudos da sua especialidade, fazendo as excursões que julgarem convenientes, enquanto as comissões extraordinárias e estranhas aos assuntos dos cargos só podem ser aceites com autorização do ministro. Informa que o Sousa vai ser nomeado delegado do Governo no congresso da filoxera em Berna e que a nomeação foi feita por uma portaria que servirá de diploma com o qual se apresentará no congresso; caso que se aplica a todos os empregados da Exposição que não podem aceitar comissão alguma sem expressa determinação do ministro. Congratula-se com as recompensas conferidas aos expositores portugueses, fruto das diligências do Visconde de Vila Maior.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/064

Título: Carta de Jean Louis Pascal

Data: 1878-08-24

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia as suas informações pessoais e profissionais, conforme solicitado.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/065

Título: Carta de Hippolyte Mazl

Data: 1878-08-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 3 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia as suas informações pessoais e profissionais solicitadas.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito, cabeçalho impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/066

Título: Circular da direcção das secções estrangeiras dos expositores da Exposição Universal de Partis de 1878, do ministério da Agricultura e Comércio da França

Data: 1878-08-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa sobre a data e local da reunião dos presidentes e vice-presidentes de grupos. Carimbo do nome do diretor G. Berger.

Idioma: Português

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/067

Título: Circular da direcção das secções estrangeiras dos expositores da Exposição Universal de Partis de 1878, do ministério da Agricultura e Comércio da França

Data: 1878-08-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que a cerimónia da entrega dos prémios aos laureados na Exposição Universal de 1878 será no dia 21 de outubro, de forma a coincidir com regresso a Paris dos representantes dos grandes poderes públicos. Carimbo com o nome do diretor G. Berger.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/068

Título: Carta de Roberto Duarte Silva

Data: 1878-08-27; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Esclarece que foi o Aguiar quem se lembrou de condecorar o delegado russo Beilztein mas na sua opinião, a condecoração deveria ser para o perito das águas minerais, Jéramec, pois classificou as águas minerais portuguesas de maneira que 4 em 7 conseguiram recompensas importantes; diz que Beilztein tem já muitas condecorações, e de

graus elevados, enquanto Jéramec ficará muito bem com o hábito de Cristo.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/069

Título: Bilhete de J. H. Tchamp

Data: 1878-08-29; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção de um catálogo português remetido pelo comissário geral de Portugal à Exposição Universal de Paris.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/070

Título: Carta de E. Teisserenc de Bort, senador e chefe de gabinete do Ministro da Agricultura e Comércio francês

Data: 1878-09-08; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; 1 cartão-de-visita; 1 envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Envia livre-passe para o concurso hípico e desfile dos cavalos premiados na Exposição Universal de Paris, a realizar segunda-feira, às 14 horas na esplanada dos Invalides. Inclui o cartão livre-passe e o envelope.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/071

Título: Carta de Lumau(?), do colégio Santa Bárbara em Paris

Data: 1878-09-09; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa estar a publicar uma coleção de volumes sobre os países representados na Exposição Universal de 1878, existindo um volume inteiramente dedicado a Portugal, que junto envia.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/072

Título: Carta de Jean H. Dvůrák e A. M(?) Badaire, correspondentes dos jornais “Národin Listy” e “Epoche” em Praga

Data: 1878-09-13; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicitam ao Visconde de Vila Maior alguns objetos que, após a conclusão da Exposição Universal, não tenham interesse para o país e que possam ser oferecidos à região da Boémia, nomeadamente, amostras de minerais, de madeira, de cereais, de frutos, assim como prospectos, etc.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/073

Título: Carta de Hippolyte Mazl, do gabinete do ministro da Agricultura e Comércio francês

Data: 1878-09-14; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede informações sobre as recompensas honoríficas que sabe o Governo português está a conceder a membros dos comités e dos júris das exposições. Nota de que foi respondido a 17 de setembro do mesmo ano.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/074

Título: Carta de Roberto Duarte Silva

Data: 1878-09-16; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Dirigida ao conselheiro António Augusto de Aguiar, considera toda a conveniência em que dois outros colegas da classe 47 das indústrias químicas, M. Charles Lauth e A. M. Edouard Jéramec, recebam uma pequena graça do Governo português; faz um pequeno registo biográfico e profissional dos dois e adianta que os colegas farão grandes serviços à Exposição de Portugal; pede que faça a proposta ao comissário régio Visconde de Vila Maior de atribuir a Lauth o grau de cavaleiro da Ordem de

Santiago e a Jéramec o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/075

Título: Carta de Joaquim Seabra Eleutério Celouri

Data: 1878-09-18; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa sobre os importantes serviços que o senhor Henri de Lapparant, inspetor-geral adjunto da Agricultura em França e delegado do commissariado geral da Exposição Universal de Paris, no concurso de animais vivos, como diretor da secção estrangeira das espécies bovina, ovina e porcina, prestou em favor as raças portuguesas e, por isso, recomenda o senhor Lapparant à consideração do governo de Portugal.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/076

Título: Carta de Comtesse de Zurpind(?)

Data: 1878-09-20; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 3 f.; 1 envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Apresenta o conde C. Laiz, grande colecionador francês no Trocadero e com diploma de honra pelas suas condecorações em exposições anteriores, diz que pode ser um bom candidato a uma condecoração do governo português. Fala das suas relações com Portugal sobretudo da parte do seu tio, comendador da Gama Machado, também grande colecionador que legou obras de arte ao duque do Porto e a sua biblioteca ao Museu de Coimbra. Junta nota sobre o conte Charles Laiz; envelope.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/077

Título: Circular da direcção das secções estrangeiras da Exposição Universal Internacional de 1878, do Ministério da Agricultura e Comércio de França

Data: 1878-09-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Enviada pelo diretor G. Berger, informa que as frutas ... e pintadas, destinadas ao estudo da pomologia serão examinadas dia 2 de outubro, pela classe 88; pede para indicar o nome dos expositores que se devem apresentar os frutos reproduzidos artificialmente, para informar os membros do júri.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/078

Título: Carta de [João Inácio] Ferreira Lapa

Data: 1878-09-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Explica que o expositor de bolacha, Eduardo Conceição e Silva, inscrito sob o n.º 204 na classe 70, pretende reclamar se o júri do grupo diminuir a recompensa votada pelo júri de classe e para saber ao certo qual a medalha votada, pede ao Visconde de Vila Maior para consultar as atas da classe 70 na secção portuguesa ou para lhe dar, a si ou ao Vasconcelos, o poder de o fazer, de forma a dar alguma satisfação ao interessado. Lamenta que o Visconde de Vila Maior tenha faltado com a sua promessa de atribuição da comenda de Cristo a Celerier, Nicolas e Camilo de Moraes, que o ajudaram a alcançar as recompensas nos vinhos portugueses e que tenha dado merecimentos a nomes estrondosos, tendo esquecido nomes mais modestos; não pode perdoar esta ingratidão e injustiça.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/079

Título: Carta de V. de Beausire-Seysse

Data: 1878-09-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; 1 envelope; papel

Âmbito e conteúdo: A respeito de outra carta que a sua prima, a condessa de Turpin terá enviado ao Visconde de Vila Maior por causa de um expositor. Diz não saber exatamente do que se trata e desculpa-se pela sua indiscrição mas pede ao Visconde que interceda pelo protegido da sua prima.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/080

Título: Carta de António Joaquim Dias Monteiro, desenhador e litógrafo da Casa Real e da Casa da Moeda

Data: 1878-09-27; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; vincos de dobragem; recorte de jornal colado na folha

Âmbito e conteúdo: Em resposta à carta do Visconde de Vila Maior de 20 de setembro, sobre as três pedras litográficas portuguesas que estão na Exposição Universal de Paris diz: não devem ser vendidas, não devem ser cedidas ao governo e devem ser restituídas ao expositor. Explica o porquê do seu descontentamento com o governo português e apresenta, colado na carta, um recorte de jornal do Diário Ilustrado n.º 1565, de sexta-feira, 8 de junho de 1877, para reforçar a sua posição e explicar a situação.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/081

Título: Carta da Direcção das secções estrangeiras da Exposição Universal de Paris

Data: 1878-09-30; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Recomenda os senhores Claude Zafoutaine e E. Hepp, secretários do júri dos grupos 2º e 7º, para uma condecoração portuguesa. Assina por G. Berger.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/082

Título: Carta de João Inácio Ferreira Lapa

Data: 1878-09-30; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Recorda a promessa de atribuir uma comenda aos senhores Nicolas, Camilo de Moraes e Celerier e a injúria e falta de palavra que é não o ter feito, colocando-o, também, numa posição de quebra de promessa, ainda que sinta que a deslealdade não foi por falta de palavra sua.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/083

Título: Circular da direcção das secções estrangeiras da Exposição Universal de Paris do Ministério da Agricultura e Comércio francês

Data: 1878-10-00; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que a lista de recompensas dos grupos 6º e 2º vão ser impressas, pedindo o envio da correção das provas até ao dia 8 de outubro. Assina o diretor G. Berger.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/084

Título: Circular da Companhia de Entrepostos e Lojas gerais de Paris

Data: 1878-10-00; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Lembra aos expositores da Exposição Universal de Paris a redução das tarifas de compras dos comerciantes que cheguem a Paris e com destino à referida Exposição.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/085

Título: Carta de Léon de Rosny, presidente da Sociedade de Etnografia e presidente do Congresso de 1878

Data: 1878-10-00; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Convidando o Visconde de Vila Maior a participar dos trabalhos do 2º período do Congresso Internacional das Ciências Etnográficas, no dia 10 de outubro, pelas 9h30; caso aceite, irá imprimir um cartão de membro a título honorífico. Junto anexo, minuta da carta de resposta dada pelo Visconde de Vila Maior escusando a aceitar o convite devido ao pouco tempo que o trabalho de comissariado da secção portuguesa lhe deixa.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/086

Título: Carta da secção francesa da Exposição Universal de Paris

Data: 1878-10-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 3 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede a recomendação de atribuição de uma distinção honorífica aos funcionários da secção francesa, M. Giroud, Edgar Hepp, de la Massüe, de Fallois e Créprinet, por parte do governo português. Assina o diretor Dietjl Comme(?).

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/087

Título: Carta de João Inácio Ferreira Lapa

Data: 1878-10-03; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 4 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Satisfeito por verificar que o Visconde de Vila Maior reconhece ter prometido recomendar os senhores Nicolas, Camilo de Moraes e Celerier para o grau de comendadores embora manifeste indignação pelo facto do Visconde não reconhecer que haviam combinado o grau das recompensas e pede para tratar desta questão desagradável para ambos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/088 **Título:** Circular da direcção das secções estrangeiras da Exposição Universal de Paris do Ministério da Agricultura e Comércio francês

Data: 1878-10-04; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que a lista de recompensas dos grupos 3º e 4º vão ser impressas, pedindo o envio da correção das provas até ao dia 10 de outubro. Assina o diretor G. Berger.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/089

Título: Circular da direcção das secções estrangeiras da Exposição Universal de Paris do Ministério da Agricultura e Comércio francês

Data: 1878-10-11; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que a lista de recompensas dos grupos 8º e 9º vão ser impressas, pedindo o envio da correção das provas até ao dia 15 de outubro. Assina o diretor G. Berger.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/090

Título: Carta de F. de Hausire Seznel(?)

Data: 1878-10-14; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 4 fl; 1 cartão-de-visita; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que a duquesa Decarls(?) falou com a senhora Mendes Leal em favor do protegido da sua prima, a condessa de Zurpin, sobrinha do comendador Gama Machado; apresenta nota sobre o conte Charles Laiz e o seu cartão-de-visita.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/091

Título: Carta de Rebelo Valente Allen, visconde de Vilar d'Allen

Data: 1878-10-14, Porto

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel azul

Âmbito e conteúdo: Autoriza o senhor Massein(?) Chimène Frères a representá-lo na distribuição dos prémios da Exposição Internacional de Paris do dia 21 do corrente mês, podendo receber qualquer prémio ou diploma em seu nome.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/092

Título: Carta do comissariado geral da confederação suíça

Data: 1878-10-16; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; 1 cartão-de-visita; 1 envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita a oferta de publicações ou obras sobre Portugal em geral, Instrução Pública, Agricultura, Indústria, trabalhos públicos, etc.; tem já o catálogo da Exposição nacional portuguesa mas a vontade de se familiarizar e conhecer mais sobre Portugal levou-o a tomar a liberdade de pedir este favor. Junto anexo o cartão-de-visita e o envelope. Assina o secretário Edmond Greiner.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/093

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-10-17; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 4 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete, incluso, o ofício do compatriota e colega Roberto Duarte Silva, com os nomes por ele indicados ao governo português para receberem alguma recompensa, entre eles Carlos Lauth, um dos mais distintos químicos da geração moderna, e Jéramec, pelos serviços prestados, mas diz que a lista não inclui o seu colega John van der Broeck d'Obrenan nem o seu amigo Temple Elliot, professor da Faculdade de Ciências, membro do Instituto em substituição do grande físico Régnault, conservador do gabinete de Mineralogia da Escola de Minas e um dos mais notáveis químicos franceses. Em *post scriptum* informa que Van der Broeck d'Obrenan foi há dez anos condecorado com o hábito da Conceição.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/094

Título: Carta do gabinete do ministro do Ministério da Agricultura e Comércio francês

Data: 1878-10-19; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia as cartas(?) do conde Laiz e a nota da condessa de Turpin. Assina por V. de Beausire-Seyssel.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/095

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1878-10-20; Buçaco

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; vincos de dobragem

Âmbito e conteúdo: Pede desculpa por não escrever mais vezes e lamenta as desavenças com o Lapa. Avisa que o Torres (da viúva Ferreirinha) cede o vinho com a condição de se reservar para outra exposição e não sendo, tornará a recebê-lo. Diz que é conveniente que todos os produtos que regressarem da Exposição de Paris fiquem na Casa da Fazenda onde possam ser reclamados, de forma a evitar confusões e descaminhos, como em exposições anteriores. Informa que os trabalhos da Estatística Agrícola só comecem em janeiro próximo e que então se verá qual a parte que poderá tomar o Emílio.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/096

Título: Carta da direcção da secção de Agricultura e de Horticultura da Exposição Universal de Paris

Data: 1878-10-22; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Recomenda o amigo e colaborador M. Lemaire para uma das distinções dadas pelo Governo português, pelos serviços prestados na organização do grupo 9º, secção de Agricultura e Horticultura. Assina por Auguste Joigneaux.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/097

Título: Carta de João Inácio Ferreira Lapa

Data: 1878-10-24; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz ter concluído todos os trabalhos e estudos de que fora encarregado na Exposição Universal de Paris e, portanto, regressa a Portugal no sábado dia 26, no comboio na noite; caso haja ordens em contrário, pede para ser avisado até ao dia de partida.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/098

Título: Circular do Museu das Artes Decorativas

Data: 1878-10-26; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita a intervenção do Visconde de Vila Maior junto dos seus conterrâneos, de forma a demonstrar as vantagens da arte aplicada à indústria. Junto anexo o folheto do Museu das Artes Decorativas, no Palácio das Tulherias. Assina pelo presidente o duque de Chaulnes.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito, impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/099

Título: Carta de Sigismond Singer, químico e membro da comissão austríaca na Exposição Universal 1878

Data: 1878-10-27 a 1878-12-05; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 4 f.; 2 cartões-de-visita; papel

Âmbito e conteúdo: Oferece uma coleção de quadros pedagógicos de química e chama a atenção para outras coleções de objetos expostos na sua secção. Diz que a oferta é feita segundo as condições que propôs a Roberto da Silva. Junto um cartão-de-visita com a nota manuscrita em português “para uma condecoração”. Agradece as deferências elogiosas com que o Visconde de Vila Maior o tratou e que nunca esquecerá o acolhimento caloroso com que o honrou. Mostra-se disponível para o que puder ajudar, seja com objetos pedagógicos dos museus austríacos, seja com conselhos. Junto anexo cartão-de-visita e envelope.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/100

Título: Carta da direcção da secção de Agricultura e Horticultura da Exposição Universal de Paris

Data: 1878-10-28; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Recomenda, para as condecorações que o governo português atribuiu, agora que a Exposição Universal está a terminar, os nomes de Paul Cabaret, Augusto Joigneaux, Huard e Lachouille para a Cruz de Portugal, em reconhecimento dos serviços prestados. Assina, pelo diretor, Eugène ...(?).

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/101

Título: Carta de Joseph Prestwich

Data: 1878-10-28, Oxford, Inglaterra

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece o envio de duas cartas ao comissariado real de Inglaterra e de outra carta destinada ao senhor Smith.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/102

Título: Carta de D. Giraud

Data: 1878-10-31; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Remete um catálogo com uma inovação que deverá interessar a todos os povos e que a comissão francesa recusou.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/103

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: [1878-11-00]; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Confessa embaraço por não conseguir cumprir com o prometido em ofício de 8 do corrente pois o ministro da Instrução Pública contava ter toda a coleção dos materiais de construção e acaba de saber que foi dividida em três coleções, que ficam incompletas. Pede para fazer como achar mais conveniente em relação à oferta ao governo português da biblioteca escolar.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/104

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-11-01; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa que o senhor Davanne, em nome do ministro da Agricultura, pede ao museu etnográfico e fotográfico várias fotografias, e espera que por estes seus serviços Portugal lhe conceda a condecoração de S. Tiago. Diz também que está em desacordo com o senhor Beyer e que a este respeito o Visconde de Vila Maior se dirigisse à administração.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/105

Título: Circular de J. Héricé, membro do júri da classe 39 bijuteria e fabricante das insígnias do júri da exposição de 1878

Data: 1878-11-01; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel azul quadriculado

Âmbito e conteúdo: Diz que é possível mudar as medalhas de júri, por apenas 7 francos, devolvendo as antigas em troca pelas novas.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/106

Título: Carta de A. Davanne

Data: 1878-11-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Dá conta dos seus serviços e de como ajudou na conquista da distinção mais consagrada às artes, às ciências e às letras. Aconselha a atribuição de uma recompensa ao seu colega de júri Adolphe Martin, homem de grande mérito e cavaleiro da legião de honra.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/107

Título: Circular convite de Henri Saucré

Data: 1878-11-04; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Convida para a sua conferência sobre “Método de Memória”.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/108

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-11-05; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que o diretor geral das Ciências e Letras, o Barão de Watterville, lhe pedira para comunicar oficialmente ao Visconde de Vila Maior que o governo francês tenciona fundar um museu e desejava obter alguns objetos da secção industrial portuguesa; a lista dos objetos pretendidos será enviada pelo Barão de Watterville na próxima sexta-feira, 8 de novembro, em troca de gravuras antigas e publicações científicas que possam ter utilidade para Portugal. Está também autorizado a trocar com Portugal produtos, cujo valor atinja os 4 ou 5 mil francos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/109

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-11-08

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete o ofício do barão de Watterville que voltou a pedir a lista dos que hão-de ser condecorados e os cachimbos das colónias que foram prometidos quando ele se encarregou de arranjar a medalha de ouro para a Imprensa Nacional. Adianta que apesar do Deslandes ter dito que a Imprensa não teve o “grand pix” por negligência da sua parte, o Visconde deve dar os cachimbos ao barão sem o qual a Imprensa, apesar dos seus esforços e boa vontade, não teria a medalha de ouro.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/110

Título: Carta de Jean Louis Pascal

Data: 1878-11-08; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita as brochuras e todos os documentos sobre Portugal existentes na Exposição Internacional de Paris. Renova a oferta, que também fez à senhora Vasconcelos, de fazer uma visita guiada ao monumento, às zonas interditas ao público e àquelas reservadas ao trabalho.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/111

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-11-00 [ver carta 1878-11-08]

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz não lhe ser possível cumprir o que o Visconde de Vila Maior autorizara; o ministro da Instrução Pública contava com toda a coleção dos materiais de construção mas o Visconde autorizou a sua divisão em três coleções, que irão ficar incompletas; sabe que a Escola Central não pediu a fração que lhe foi concedida e que se poderia ter evitado esta divisão; informa que dirá ao ministro da Instrução Pública para falar diretamente com o Visconde pois, apesar das muitas provas de condecoração que lhe deve, não pode cumprir com o prometido. Quanto à biblioteca escolar oferecida ao governo português, o visconde que ordene como julgar conveniente; entende que era melhor dar tudo ao governo francês do que às escolas mas hoje é impossível; o ..., o da Hungria, o da Itália, Bélgica; do Ornelas (?) e o Museu de Varsóvia ficaram com coleções incompletas e sem valor, as quais já não existem em seu poder para se desfazer a distribuição.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/112

Título: Carta de F. Ruysen, farmacêutico naturalista

Data: 1878-11-11; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que gostava de fazer um estudo e de publicar um trabalho comparativo entre a matéria médica e um dos “trielle” que estiveram na exposição universal, e pede algumas amostras de produtos, nomeadamente têxteis, das colónias portuguesas.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/113

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-11-13; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Comunica que o ministro da Instrução Pública, tendo conhecimento das valiosas ofertas feitas ao novo museu, ordenou que se pusesse à disposição do Governo português toda a biblioteca escolar que figurou na Exposição de Paris; por este motivo, avança com uma lista de nomes do ministro e de alguns dos empregados superiores do seu ministério que lhe parece merecem ser agraciados pelo governo português com alguma distinção.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/114

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares

Data: 1878-11-18; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 4 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz estarem publicados no Diário do Governo os nomes dos agraciados com as condecorações mas ainda não pode verificar no papel original se o Porlier e o Tisseraud vinham indicados para hábitos de Cristo, embora a alta posição oficial de ambos requeria, pelo menos a comenda de Santiago. Diz que obtivera autorização do ministro para propor ao Ministério do Reino o hábito de Santiago para M. Le Saund(?) mas que a sua minuta ficou lançada no livro de registo do expediente e se fez a referida concessão. Em relação ao Moreno, responsável pela guarda e entrega em Lisboa de todos os objetos expostos em Paris, diz nada fazer sem determinação expressa do ministro. Lamenta as confusões existentes e a

notícia da nomeação do Tio para chefe da Repartição do Comércio. Diz que o ano agrícola findo foi desgraçadíssimo, que não há remédio para as vinhas e que a dívida pública absorve mais de dois terços dos rendimentos decrescentes do país, a par do incrível aumento das despesas. Diz que a comissão da filoxera está numa desordem e que o Dr. Paulino não larga a sua presidência.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/115

Título: Carta do comissário da Holanda à Exposição Universal de Paris 1878

Data: 1878-11-23; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Indica o valor que coube ao Visconde de Vila Maior no presente a oferecer a George Berger, diretor das secções estrangeiras.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/116

Título: Carta de Gruis & Vianna

Data: 1878-11-28; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que por determinação do ministério das Obras Públicas foi dada ordem de pagamento aos senhores A & M Keine(?) para pagar a quantia de 32.786,88 francos.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/117

Título: Carta da comissão de agentes e importadores de produtos alimentares ingleses e americanos Alfred Smith & C.^a

Data: 1878-11-29; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradecem toda a boa vontade demonstrada pelo Visconde de Vila Maior à casa Cossart, Gordon & C.^a da Madeira, (casa que também representa) durante toda a Exposição; informa do desejo de abrir

uma loja para continuar a vender ao público os vinhos da Madeira e da abertura das “Caves Portuguesas”, rua Royale 7, com o que remete duas cópias do “Fígaro” com o artigo publicado sobre vinhos portugueses. Diz que através do senhor Vasconcelos enviou ao rei de Portugal a carta e a brochura pedindo o favor de “patrocínio” das “Caves Portuguesas” e pede ao Visconde para interceder em favor da Casa Cossart, Gordon & C.^a, ao mesmo tempo que ele pediu uma recompensa a Lisboa para a referida casa.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/118

Título: Carta de Temple Elliott

Data: 1878-11-30; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa que, em conformidade com as instruções do Visconde de Vila Maior, recolhera nas exposições mineralógicas das diversas nações representadas na Exposição Universal, amostras de minérios que servirão de base a nova coleção para o Instituto Industrial de Lisboa. Junta lista com a distribuição que tem feito das coleções completas dos minérios de Portugal e diz esperar ainda obter um certo número de exemplares interessantes da França e da Bélgica.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/119

Título: Carta de Tausse de Souny

Data: 1878-12-01; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Lamenta que o Visconde de Vila Maior tenha esquecido os seus vinhos e que o senhor Morais Soares o tenha esquecido para outra coisa. Diz ter esperado por uma palavra por causa da venda e pede uma dezena de livres-passe para alguns amigos.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/120

Título: Carta de Tausse de Souny

Data: 1878-12-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Demonstra a sua desilusão por ter sido nomeado Cavaleiro da Ordem de Santiago pois esperava a Roseta de Oficial de Santiago, honra que já havia sido prometida pelo Visconde de Vila Maior em carta de 19 de julho de 1870.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/121

Título: Carta da direcção das secções estrangeiras na Exposição Universal Internacional de Paris

Data: 1878-12-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Envia as faturas n.º 13 e n.º 16 relativas aos valores totais das vendas feitas na secção portuguesa. Assina o diretor G. Berger.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/122

Título: Carta de G. Dalbin, arquiteto

Data: 1878-12-02

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Explica o trabalho que teve com projetos para secção portuguesa na Exposição Universal de Paris, projetos que lhe levaram muito tempo e dinheiro. Diz que o conselheiro Lapa está ao corrente de tudo e prometeu-lhe uma recompensa do governo português; conta com o Visconde de Vila Maior para obter o seu apoio.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/123

Título: Carta de José da Silva Mendes Leal

Data: 1878-12-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em aditamento à sua carta de 26 de novembro passado, envia, devidamente retificadas, as cartas de aviso participando as respetivas nomeações na Ordem da Legião de Honra aos senhores Francisco António de Vasconcelos, Pedro Roberto da Cunha e Silva, secretários do comissariado régio de Portugal, e Roberto Duarte Silva, membro do júri na Exposição Industrial.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/124

Título: Carta de Jappey Sarmand

Data: 1878-12-03; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que o senhor Santos o recomendou ao Visconde de Vila Maior para ser colocado na lista das condecorações e que o senhor Mendes Leal o recomendou ao ministro, agradecendo a boa vontade do Visconde de Vila Maior.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/125

Título: Carta de Octave Bernard

Data: 1878-12-07; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel quadriculado

Âmbito e conteúdo: Informa sobre o envio de caixas de vinho pelo ... Rio-Douro, sob os números 127, 128 e 129. Pede a morada de Lisboa para fazer chegar ... Contra a filoxera.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/126

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-12-17; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Deseja bom regresso a Lisboa ao Visconde de Vila Maior e diz que Paris está coberta de neve e bastante desagradável. Informa

que ainda nada recebera do senhor Muéda(?) e que os japoneses fizeram mil ... mas poucos cumpriram; que recebeu em casa 3 caixas com insígnias, uma da Ordem da Conceição e duas de Cristo, que pensa serem para Teisserenc de Borth, Milve Edwards e Kraetz, respetivamente, juntamente com 50 cartas que fará chegar aos destinatários, embora não tenha as moradas de muitos dos agraciados e outros já se encontrarem fora de Paris. Diz ter recebido a sua nomeação mas que aguarda ordens do ministro. Diz que Morais Soares e Gustavo do Porto nunca lhe responderam, que será sinal de alguma falta grave da sua parte; que ainda não enviou o relatório da filoxera porque ainda não o recebeu. Diz que o barão de la Logère é um “grande ratão” e que brevemente irá receber o relatório de Ladrey.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/127

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-12-19; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Após a carta recebida ontem tem de escrever-lhe imediatamente, mesmo tendo-lhe escrito no dia anterior. Congratula-se com a boa viagem do Visconde e mostra surpresa com o pedido do ministro para ter o relatório da filoxera pronto a publicar em janeiro; diz que tinham 8 meses para o fazer e será difícil fazê-lo com os livros em viagem e ainda ter que estudar o tratado; alega que os franceses não fazem o relatório num ano e pergunta se os comissários da Filadélfia já apresentaram o deles. Em relação às 50 cartas recebidas diz que, apesar de terem dado trabalho a escrever, há nomes que não podem ser esquecidos. Diz que o Ministério da Instrução Pública não teve nada, enquanto a Administração, que não deixou fazer o leilão, alcançou tudo.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/128

Título: Carta de L. Lalanne, diretor da École National de Ponts et Chaussées

Data: 1878-12-19; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece as amostras oferecidas de material pela

secção portuguesa da Exposição Universal, coleção que ficará nas galerias da École des Ponts et Chaussées.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/129

Título: Carta de Milve Edwards

Data: 1878-12-20; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a insígnia da Grande Cruz da Ordem de Cristo, dada pelo rei de Portugal, e que recebeu das mãos do senhor de Aguiar.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/130

Título: Carta da direcção das secções estrangeiras da Exposição Universal de Paris do Ministério da Agricultura e Comércio francês

Data: 1878-12-23; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a recepção do grau de comendador da Real Ordem da Conceição e agradece a amizade do Visconde de Vila Maior. Lamenta não ter tido mais tempo com o Visconde, antes da sua partida, mas grande parte do seu tempo foi ocupado com deveres administrativos. Diz que a exposição está morta e que o Champs de Mars parece uma necrópole. Preços dos vinhos da Madeira(?). Diz que vai começar a escrever o relatório geral e que vai conferir as medalhas e os diplomas a fim de os enviar o mais depressa possível. Assina G. Berger.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/131

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-12-24; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que as condecorações já foram quase todas distribuídas: foi em pessoa aos indivíduos mais importantes e dos outros tem

exigido recibo; aos diplomas junta um escrito em que se lê “de la part du Vte de V.^a Maior”. Informa que ocorreu um lamentável erro em relação ao senhor Van den Broeck, amigo particular de D. Fernando: o governo português condecorou-o com o hábito da Conceição, por decreto de 12 de setembro de 1878, com o que já o havia condecorado segundo decreto de 22 de dezembro de 1863; e diz que o nome está escrito à francesa Jonh Van der Broeck d’Abrenam e deve ler-se John van den Broeck d’Obrenan. Pede ao Visconde de Vila Maior para desfazer o engano com brevidade. Informa que o Moeda já foi para Nice e espera ser mais feliz com o fabricante de Choisy le Roi. Diz que os japoneses prometeram muito e deram pouco, que tem para enviar 2 ... e 2 relatórios da filoxera, o do Ladey espera-o da Livraria que parece o mandou buscar à Borgonha. Diz que Paris está cheia de neve e frio mas sem vento, que o Leite partiu para Espanha, o Moreno e Silva o recomenda.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/132

Título: Carta de Léonce Berger, subdiretor da Casa do Comércio de Paris

Data: 1878-12-24; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a honra concedida pelo rei de Portugal, por decreto de 12 de setembro passado, de lhe atribuir a condecoração de Cavaleiro da Ordem Real Militar de Portugal, de Jesus Cristo.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/133

Título: Carta de J. B. Krantz

Data: 1878-12-24; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Acusa a receção do diploma régio que lhe concede a Grã-Cruz da Ordem Militar de Jesus Cristo.

Idioma: Francês

Método de registo: impresso

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/134

Título: Carta de Roberto Duarte Silva

Data: 1878-12-25; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz não ter conseguido escrever mais cedo devido ao trabalho na Escola Central e agradece ao Visconde de Vila Maior a bondade com que o tratou durante a Exposição Universal de Paris e o serviço que prestou ao alcançar-lhe a nomeação de Cavaleiro da Legião de Honra.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/135

Título: Carta de J. van den Brock d'Obrenan

Data: 1878-12-25; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece o Diploma de Cavaleiro da Ordem da Conceição de Vila Viçosa mas informa que a mesma honra já lhe tida sido concedida em 22 de dezembro de 1863; pede ao Visconde que lhe indique como poderá agradecer ao monarca português tamanha honra.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/136

Título: Carta de Romuald Prince Giedroyc

Data: 1878-12-26, São Petersburgo, Rússia

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Relembra a promessa do Visconde de Vila Maior da atribuição de uma distinção pelos serviços prestados na Exposição Universal de Paris, enquanto membro do júri da classe 75; informa que está em S. Petersburgo, no hotel de France.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/137

Título: Carta de Léon Teisserenc de Bort, chefe de gabinete do ministro da Agricultura e Comércio

Data: 1878-12-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a atribuição da Cruz da Conceição, reconhecendo que a distinção se deve ao Visconde de Vila Maior; espera que as boas relações por ocasião da Exposição Universal de Paris se prolonguem no tempo.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/138

Título: Carta de Diety Connin(?), diretor da secção francesa na Exposição Universal de Paris

Data: 1878-12-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a intervenção do Visconde de Vila Maior na obtenção do diploma do grau de comendador da Ordem de Cristo, atribuída pelo rei de Portugal; pede para agradecer ao monarca português.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/139

Título: Carta de G. Berger, diretor das secções estrangeiras na Exposição Universal Internacional de Paris

Data: 1878-12-27; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Solicita ao Visconde de Vila Maior que passe na sua direção para levantar um mandado do Tesouro com o pagamento de compras feitas pela Lotaria Nacional na secção portuguesa.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/140

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1878-12-28; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa estar concluída a distribuição dos diplomas e conta como procedeu: foram entregues pessoalmente por si as cartas régias

a John van den Broeck d'Obrenan, Boutmy, Watterville, Fournier, Teisserenc de Bort, Milve Edwards, Teissonnière, Edmond Teisserenc de Bort e Porlier; o Silva distribuiu as de Sungfleisch, Jeramec, Clermont e Jordan. Diz ter desistido de entregar pessoalmente as cartas régias a: senador Krantz, Détray, Péligot, Celerier, Pascal, Lucien Estienne, Léonce Berger, Georges Berger, Dutz-Monin, Charrière, Casimir Berger, Camille Krantz, Charles Vergé, Jamain, Jules Reinchert, Cascevac, Bersaud, depois de os ter procurado mais do que uma vez. Ficaram em seu poder as cartas régias dos senhores: Vergnette Lamothe, que está na Borgonha, Warrington Smith em Inglaterra, e serão distribuídas hoje as dos senhores Vatin, Tremy (procurado 5 vezes), Tisseraud, Mactelet, Dumaresq, Duval, Vallière, ficando em seu poder as dos senhores Louis Nicolas, Murial e J. Marix, cujas moradas desconhece, e as dos senhores Déhéram que está em Grignon, Gery na Bélgica, Hardy em Versailles e Houberdon, que recusou receber o diploma. No total 50. Reclama porque alguns dos comissários não deram gorjeta, e teve de pagar do seu bolso aos distribuidores. Sente que peça a demissão do presidente da comissão da filoxera mas deve ter fortes razões para fazê-lo; diz que, como o Visconde não é um "curioso", vão pôr de parte os seus conselhos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/141

Título: Carta de Ph. de Clermout

Data: 1878-12-31; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Mostra profunda gratidão pela alta distinção que recebeu e o orgulho de trazer as insígnias de Portugal, que deve ao amigo senhor Silva, que intercedeu junto do Visconde de Vila Maior.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/142

Título: Carta de Henry Burnay & C.^{ie}

Data: 1878; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Apresenta o senhor António de Oliveira Gomes, mestre carpinteiro de profissão, que segue no vapor Maria Pia para trabalhar

na Exposição Universal de Paris; o senhor fez parte do pessoal português empregado na exposição em Viena, onde consta que prestou muito bom serviço. Assina Henry Burnay.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/143

Título: Circular da Thiébaut & Fils

Data: [1878]; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 4 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Circular de apresentação do catálogo/folheto da Thiébaut & Fils, empresa de fundição de bronze, dirigido aos membros do júri da Exposição de Paris com informações sobre a estátua de bronze que apresenta a concurso.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/144

Título: Carta manuscrita e assinada por Penafiel

Data: [1878]; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que não respondeu ao Visconde por falta de tempo. Informa que Miguel Ângelo Lupi teve 3ª medalha e Alfredo Keil uma menção honrosa.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/145

Título: Carta de António Carlos Nunes de Carvalho Silva

Data: [1878]; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa do contrato que tem com os principais jornais do país para publicação de notícias sobre a exposição internacional de Paris e pede ajuda ao Visconde na nomeação do representante, para que fique consignada a razão da utilidade pública.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/146

Título: Carta de Miguel Pereira Coutinho

Data: [1878]; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que enviou pelo seu primo Frederico Pereira Palha os documentos que possui relativamente ao móvel que enviou para a exposição, visto que não encontrou o Visconde antes da sua partida para Paris.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/147

Título: Cartão-de-visita de Alfred Allain

Data: 1878; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 1 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede uma condecoração portuguesa.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/148

Título: Carta de [João Inácio] Ferreira Lapa

Data: [1878]; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que procurou o Visconde em sua casa para felicitar o seu regresso, mas não o encontrou, e que parte hoje para Berna, a fim de comparecer na abertura do congresso no dia 9. Diz ainda não ter recebido a carta credencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não obstante ter escrito ao Lourenço de Carvalho, e por isso fica na dúvida se é admitido no congresso só com a portaria e o passaporte. Confidencia que se deve muito a Celerier, a Nicolas e a Camilo de Morais nas recompensas concedidas aos vinhos, que os três foram propostos para a comenda de Cristo mas houve dúvidas para os dois primeiros em virtude das disposições da lei da Legião de Honra; Camilo de Morais é já cavaleiro da Legião de

Honra e Celerier está proposto para o grau de oficial da mesma Ordem, e Nicolas é já cavaleiro de Cristo. Afirma que ficará com muita pena se a proposta não for aceite pois os três se desvelaram em serviço de Portugal e lhes prometeu que seriam “encomendados” e pede a intervenção do Visconde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/149

Título: Carta do Barão de Wildik

Data: [1878]; s. l.

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que se encontra na cidade em uso de licença para tratar da sua saúde e, enquanto não regressa ao serviço de cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro, oferece-se para escrever, em francês, uma notícia sobre Portugal para preceder o catálogo português na exposição universal de Paris, tal como fizera em 1872, a pedido do Marquês de Ávila, para a exposição de Viena.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Título: Carta de Félix Fournier, secretário do júri da classe 8, membro da comissão das Trocas Internacionais no Ministério da Instrução Pública, etc

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/150

Data: 1879-01-05; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece o diploma da sua nomeação como Cavaleiro da Real Ordem militar portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; pede para agradecer ao monarca português.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/151

Título: Carta de G. J. G. Klerk(?), presidente da comissão dos Países Baixos

Data: 1879-01-05, Haia, Países Baixos

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece o diploma com a nomeação de comendador da Ordem Militar da Conceição de Vila Viçosa, que deve à alta influência do Visconde de Vila Maior, esperando que que tenha tido bom regresso após a campanha na exposição Internacional de Paris 1878.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/152

Título: Carta de ... Bessand(?)

Data: 1879-01-05; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a atribuição da Cruz de Cavaleiro da Ordem da Conceição.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/153

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-01-08; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Com nota de confidencial, responde à carta do Visconde de 30 de dezembro de 1878. Diz que o tratado está no mesmo pé e que se vê obrigado a "comer" as suas economias, por isso pede ao Visconde que escreva ao Corvo para definir a sua situação; que os condecorados devem agradecer ao Visconde, e que ainda tem em seu poder 6 diplomas: o de Houberdou, que o não quis receber, o de Gery, que está na Bélgica, o de Lamotte, que reside na Borgonha em Beauve (Beauvais), o de Smyth, que partiu para Inglaterra, o de Hardy que vive em Versailles e o de Nicolas, cuja morada desconhece. Pergunta se remete os diplomas pelo correio e se entrega os dos estrangeiros nas embaixadas, pois não quer de desencaminhe nenhum. Pede novamente ao Visconde que resolva o caso de John van den Broek; o Silva diz para lhe lembrar o Lauth, o Friedel, etc. e que para resolver o engano, deu-se a cruz de Cavaleiro de S. Tiago a Jordan (oficial da Legião de Honra) e a cruz de oficial a Smith. Diz que, ainda acerca das condecorações, vai lembrar ao ministro da Instrução Pública, o subsecretário Peicer, o senhor Charles e os outros dois nomes dados por Watterville. Informa que o Barão o chamou ao ministério para ver a nova lista de oficiais

da Instrução pública; são eles: Carlos Relvas (como deputado), Simões Raposo (professor de instrução primário na Cambra), Silva Tullio, Pedro Roberto e Visconde de Villar Allen (como proprietário), entre outros; tudo será concedido e os franceses não foram avaros com eles. Diz que o Mendes quer acabar com a agência de condecorações portuguesas e as palmas académicas passarão a ter a mesma importância que a capa encarnada dos irmãos... (?). Diz ter feito bem em desligar-se de uma comissão que nem lê o que se passa nos vinhedos franceses. Diz que o Martinho, que parte na segunda-feira, leva os livros para o Visconde e 2 relatórios da filoxera para a comissão francesa; o relatório de Ladrey não se vende em Paris.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/154

Título: Carta de Visconde Paul de Beausire-Seyssel

Data: 1879-01-09; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; 1 cartão-de-visita; papel

Âmbito e conteúdo: Com nota de confidencial, escreve que lhe disseram que fazia parte da lista das condecorações submetida ao governo português, aquando da Exposição Universal de Paris, mas que ainda não recebeu, embora muitas outras condecorações tenham já chegado. Pede descrição ao Visconde de Vila Maior sobre o assunto e pede que interceda em seu favor. Anexo cartão-de-visita.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/155

Título: Carta de [assinatura ilegível]

Data: 1879-01-10; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que as condecorações do governo português, a propósito da Exposição Universal de Paris, foram distribuídas na semana passada, mas que nada recebeu; diz que contava com a recompensa honorífica e pede para lhe informar o motivo pelo qual o governo português não aceitou a recomendação do Visconde de Vila Maior, caso tenha sido essa a razão. Diz que o amigo Maurial está muito contente com a nomeação.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/156

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-01-12; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Dá conta do tempo frio e gelado que está em Paris, da neve que dificulta a circulação e provoca acidentes. Diz que o Lourencinho se mostra pouco disposto a recompensar os serviços dos adidos; que hoje partiram as suas caixas com os livros para Lisboa; que a lei de Turim, a abertura das câmaras e as férias impedem a marcha dos negócios. Chegaram-lhe os ecos dos negócios do Paiva de Andrade. Diz não terem dinheiro para civilizar as colónias mas que não querem usar capitais estrangeiros; o Paiva Andrade não quer utilizar-se da concessão vendendo-a mas quer também a glória, arriscando-se a ficar sem nenhuma das coisas. Diz que é nos congressos de Geografia que se afirmam os discursos dos esforços portugueses mas não se veem resultados. Diz que a filoxera há-se levar até ao fim a sua obra de destruição, em Portugal, como disse e escrevera há três anos e aconselha o Visconde de Vila Maior a desligar-se destes trabalhos inglórios pois, quando a catástrofe for geral, escusa de ouvir as (?) das amabilidades dos nossos patrícios; o Lapa que convoque a jovem falange dos meninos do Instituto e deixe aos agrónomos da Cruz do Taboedo a cruz da filoxera. Diz que Turrette não tem razão de estar magoado. Pergunta se recebeu os dois artigos de Milve Edwards e diz que irá enviar um terceiro.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/157

Título: Carta de Eugène ...(?)

Data: 1879-01-17; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece o diploma da Real Ordem de Cristo atribuída pelo rei de Portugal devido aos serviços prestados aquando da Exposição Universal de 1878.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/158

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-01-18; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que se sente isolado dos compatriotas em Paris e por isso escreve frequentemente ao Visconde de Vila Maior, pois estava habituado a conversar com ele antes da sua partida; diz ao Visconde que não se sinta obrigado a responder-lhe. Ainda relativamente às condecorações, diz que o senhor Déhérain disse que era da Legião de Honra e não podia receber a condecoração de Cristo, devolvendo o diploma; que o senhor Martelet, engenheiro de minas, relator da classe 43 aceitou o diploma mas escreveu dizendo que era cavaleiro da Ordem da Conceição desde 1867 e que no ano seguinte havia sido proposto para o grau de Comendador de Santiago; vai enviar os diplomas restantes pelo correio aos estrangeiros e franceses que moram fora de Paris, reservando unicamente o de Houberdou(?) que recusou recebê-lo, até quando vier a sua resposta. Diz que se tem ocupado do Tratado, mas do M. não tem notícias, que Aivedei(?) Carville tem sido um grande auxílio e que é um excelente homem; que Paiva Andrade, “primeiro rei da Zambézia”, lhe enviou um bilhete para conversar, mas que já partiu para a Bélgica. Teme que o governo caia e quer resolver a situação dos seus pagamentos, só tem dinheiro até meados de fevereiro e pede ao Visconde de Vila Maior que interceda por ele, já que o Corvo não lhe responde, pois a questão da Zambézia deve ter preocupado o governo.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/159

Título: Carta de José da Silva Mendes Leal, da Legação portuguesa em França

Data: 1879-01-21; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete ao Visconde de Vila Maior o seu diploma de comendador da Legião de Honra, e os diplomas de oficiais da mesma Ordem ao conselheiro João Inácio Ferreira Lapa, Venâncio Augusto Deslandes, Pedro Roberto da Cunha e Silva e Francisco António de Vasconcelos, e diploma de cavaleiro ao senhor Luís de Andrade Corvo; pede ao Visconde que os entregue aos destinatários. Os diplomas da Ordem da Legião de Honra

destinados ao conselheiro Aguiar e aos senhores Temple Elliot, Roberto Duarte Silva e Camilo de Moraes foram diretamente entregues aos agraciados, por residirem em Paris.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/160

Título: Carta do Laboratório de Cultura do Museu de História Natural

Data: 1879-01-24

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece o diploma de oficial da Ordem de Santiago e a alta distinção recebida; diz ter visitado Portugal em 1865; manda cumprimentos do seu amigo M. Decaisne. Assina Pierre-Paul Dehérain.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/161

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-01-26; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que um “indígena” como ele não se aventura a grandes passeios com a neve que cai desde quarta-feira em Paris, nalgumas ruas subiu já 3 palmos que saiu para ir ao Palácio do Mendes por causa do Tratado e que lhe custou chegar a casa; Paris parece um lameiro, acrescenta. Diz que nada lhe serve receber o dinheiro em Lisboa, que precisa dele em Paris e que tem gasto bastantes francos em obter esclarecimentos; está sem dinheiro. Já sabia que o Loucelino e o Camilo de Moraes obtiveram a Legião de Honra e diz que o Leite está “uma bicha” e pediu-lhe para lhe arranjar um hábito. Diz que recebeu o hábito de “papagaio”, expressão que usa para a Ordem de S. Maurício e S. Lázaro de Itália por causa da cor verde; o Mendes mandou-lhe o diploma e as insígnias de oficial, que deve ao Fournier, íntimo amigo do comissário italiano, senhor Corventi. Os artigos de Milve Edwards estão bons, pena que o terceiro esteja resumido de mais. Diz que o Visconde foi muito delicado consigo e queria saber sempre a sua opinião para ser justo e imparcial; poucos compatriotas fariam isso, mas que o seu desejo, estando no estrangeiro, é fazer ver que não são todos inteiramente ignorantes e estúpidos. Os alunos da Escola Central publicaram o

seu discurso, que envia ao Visconde, não por vaidade mas para mostrar que não tem que se envergonhar do seu discípulo. Informa que o Moreno deveria partir hoje mas que só irá amanhã; Lamolère satisfaz a encomenda em 24 horas. É uma hora da tarde.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/162

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-01-29; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece ao Visconde de Vila Maior o que tem feito pelo seu negócio, que já pagou o colégio do filho e que fica apenas com o indispensável para se manter por uns dias; fala em dinheiro não porque tem medo que não lhe paguem mas porque o que tinha acabou. Explica que o Moreno se demorou mais 24 horas no regresso a Portugal, depois de 8 dias em Paris, por causa de uma constipação e de um convite para jantar com o Camilo de Morais; que a desculpa de se ter encontrado com ele foi uma "criancice". Agradece as notícias de seu pai. Em relação à política francesa, diz que o marechal não quer assinar a demissão dos comandantes dos corpos do exército, e por isso sai; que se fala de Dufaure para presidente; os fundos desceram para 1,50 francos em algumas horas.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/163

Título: Carta de ...(?) Cardyl

Data: 1879-02-03, Versailles, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece ao Visconde de Vila Maior a nomeação do governo português para Cavaleiro da Ordem de Cristo, a quem diz dever-se esta distinção.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/164

Título: Carta de Edgar Hepp

Data: 1879-02-05, Versailles, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 f.; 3 cartões-de-visita; 1 envelope; papel

Âmbito e conteúdo: A título confidencial, diz lamentar ter sido excluído das recompensas dadas pelo governo português aquando da Exposição Universal de Paris 1878, que a sua situação de primeiro secretário do grupo VII e de secretário do júri dos presidentes, lhe deveria ter dado, em igualdade de circunstâncias com outros colegas; pede ao Visconde de Vila Maior para interceder por si. Junto anexo dois cartões-de-visita de Egdar Hepp e de Le Prince Giedroyc, este com nota manuscrita “quer o Cristo”; envelope junto.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/165

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-02-08; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f., papel

Âmbito e conteúdo: Informa que ficou sem dinheiro, depois de ter pago 1.050 francos do colégio do filho, e que o Silva lhe emprestou dinheiro, coisa que poderá não acontecer segunda vez, visto não ter também muitos recursos. Fala da situação política da república francesa, das demissões do barão de Watterville, depois de 34 anos de serviço, de seu irmão e de outros, que estão a ser substituídos por funcionários novos que não conhece; diz que falta a “justiça” no lema da República e que, a continuar assim, prevê que este caminho termine mais cedo que o esperado.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/166

Título: Carta de [assinatura elegível]

Data: 1879-02-08, Vignolles, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a honra feita pelo rei de Portugal com a atribuição da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa. Fita preta em volta, em sinal de luto.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/167

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-02-11; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz ter recebido o telegrama do Visconde de Vila Maior às 23 horas para sacar sobre Londres o ordenado de meio de dezembro e janeiro; agradece o interesse sobre a sua causa e diz que envia junto a lista completa dos números premiados da loteria.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/168

Título: Carta de Rodrigo de Moraes Soares, diretor geral do comércio e indústria

Data: 1879-02-13; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Remete ao Visconde de Vila Maior a comunicação do ministro em Paris e o documento que o acompanha para que se informe da contenda da referida comissão.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/169

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-02-17; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece a última carta do Visconde de Vila Maior e informa que o Corvo mandou pagar-lhe até ao final de janeiro. Diz que em França as coisas políticas marcham menos mal, que alguns empregados alcançaram a reforma; que o Barão de Watterville retirou-se com 4.500 francos, tenho ganho durante a efetividade 16.000 francos e que mais vale morrer que ser velho nestas regiões. Diz que recebeu carta do Barão de Watterville perguntando pelo significado de outra que recebera de Costa Simões; este renunciou ao diploma de oficial da Academia embora estranhe que o tenho feito dois meses depois de ter recebido o diploma. Diz que como Bardoux não é ministro e Watterville diretor, não pode trocar as con-

decorações pelas palmas de ouro. Diz que é melhor não pedir distinções a compatriotas, que eles se julgam com direito a tudo. Diz que Drevet quer falar consigo para saber se está condecorado, que lhe disseram que o havia prometido. Diz que quarta-feira é a festa oferecida a Teisserenc de Bort, ex-ministro, e que Bratz está “uma bicha” porque não foi festejado por ninguém.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/170

Título: Carta de Vaumorin

Data: 1879-02-17; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Pede uma recompensa do governo português, à semelhança daquela atribuída na Exposição de 1867 ao senhor Fournier, pelo seu trabalho como representante da Companhia Chêtis(?); diz ter o apoio dos senhores Moreno e da Silva, e também do senhor Guinier, e pede influência junto do senhor Vasconcelos ou do ministro para obter a honra que solicita.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/171

Título: Carta de Edgar Hepp

Data: 1879-02-18, Versailles, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece as simpáticas palavras da carta enviada pelo Visconde de Vila Maior e que as suas preocupações não são vaidade mas “soui moral” de um tratamento menos favorável. Envelope em anexo.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/172

Título: Carta de C. Lamarre, doutor em Letras e administrador do colégio Santa Bárbara

Data: 1879-03-01; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Relembra a promessa do Visconde de Vila Maior de lhe conseguir a condecoração da Ordem de Cristo. Diz ter recebido no início de janeiro uma carta do visconde e manifesta-se feliz pela viscondessa ter gostado da sua homenagem aos Lusíadas e agradece a recolha de poesias por si enviadas. Espera que o visconde continue as diligências para conseguir a condecoração, visto que já as recebeu de outros países, para quem também fez trabalhos, mas não tão dedicadamente quanto àqueles feitos para Portugal.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/173

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-03-02; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que os últimos dias de fevereiro foram os piores de todo o universo pelo vento penetrante que acompanhou o frio e os parisienses começam a estar aborrecidos com tanto gelo. Diz ter ainda em seu poder o diploma do engenheiro Houberdou, que recusou aceitá-lo, e pergunta ao Visconde de Vila Maior o que quer que faça com aquela carta régia; o do Warrington Smith foi remetido para Inglaterra. Diz-se feliz pelo Visconde por ter concluído o seu relatório. Os seus negócios diplomáticos estão entregues a quem sabe e não há novidades; os ministros franceses mudam a casa num instante e, neste momento, fala-se da saída do Maicero(?) e Leon Loy, e até na substituição de todo o ministério. Diz nunca mais ter recebido notícias sobre o metro do amigo Stas e do Govi escreveu-lhe dizendo que era necessário fazê-lo nomear primeiro como representante de Portugal para a ... comissão; saiu há 8 meses de Portugal e deve ter, hoje, aí poucos amigos. O seu colega russo que obteve 2 grandes prémios na ... classe foi feito conselheiro de 1ª grandeza.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/174

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-03-18; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Diz que, apesar de ter em Lisboa todos os livros e apontamentos do seu relatório, vai escrevendo-o com rigor mas que o tempo é pouco para o adiantar como desejava e não tem copista que faça agradável à vista o seu borrão, que era mais fácil se o deixassem imprimir ali mas sabe que ele vai “dormir” no ministério pois o do Visconde ainda de lá não saiu e o da filoxera nunca sairá. Diz que o tratado caminha lentamente e que a nova comissão da companhia postal está concluída. Pede para, se vir o Corvo, lhe perguntar se está contente consigo. Diz que a política francesa corre regularmente, o Fournier foi nomeado para a comissão das viagens científicas e o amigo Tuseraud tem recebido muitos “degraus”(?); se por um lado se despedem empregados que tiveram a desdita de servir com o 16 de maio, logo outros se nomeiam, dignos e respeitáveis; o presidente Gsevy(?) é homem resoluto e reflexivo, que não deixará cair a república pelo caminho da comuna. Elliot ainda não recebeu a solução do seu negócio apesar da valiosa proteção do Visconde. Pergunta o que quer que faça com a comenda ou condecoração do Houberdou.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/175

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-03-30; Paris, França

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Com nota de confidencial, agradece as duas últimas cartas do Visconde de Vila Maior; estima que o Corvo esteja satisfeito; diz que é difícil trabalhar com o M, só a pessoa anulando-se espontaneamente; diz que o tratado não fica pronto por mais de um ano, está prolongado por mais 6 meses, com a modificação do artigo dos vinhos e depois trata-se de o prolongar até à assinatura do tratado definitivo e nestes 15 dias não será possível assinar a negociação. Diz que é fácil mandar o borrão do relatório para que o Visconde veja as provas, pois sempre terá modificações a introduzir. Diz que a ideia das gravuras é excelente mas que a primeira dificuldade é que há poucos trabalhos sobre a exposição cujas gravuras sejam úteis e a segunda é quem paga e até que quantia as que são aproveitáveis no mercado? Informa que não recebe dinheiro nenhuma há dois meses, que o Corvo pagou a quinzena de dezembro e o mês de janeiro e a vida em Paris não tem sido tão agradável como pensava, melhor seria fazer tratado no rio

da Prata com o R.(?) de S. Januário que não gastará ao governo menos de 60 contos! Ainda assim não pensa em sair de Paris pois já o dinheiro escasseia e em Lisboa tarde o receberá. Diz que o diploma do Houberdou foi entregue, que ele disse que não tinha percebido e que nada esperava de Portugal; agora estão todos os diplomas distribuídos e sem recorrer às embaixadas. O tempo está péssimo e que está muito constipado há alguns dias.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/176

Título: Carta de Sigismond Singer, doutor em ciências naturais

Data: 1879-04-04, Viena, Áustria

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Lamenta não ter recebido a condecoração prometida e de não ter resposta do Silva às suas cartas; quer perceber se ainda poderá receber a alta distinção.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/177

Título: Carta de Sigismond Singer, doutor em ciências naturais

Data: 1879-04-18, Viena, Áustria

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; envelope; papel

Âmbito e conteúdo: Agradece ao Visconde de Vila Maior a resposta do dia 12 e o facto de não se ter esquecido dele. Diz que pela leitura das governanças(?) as vagas da vida política em Lisboa são bem elevadas mas que na Áustria são menos felizes no círculo dos "senhores", e ainda menos no grupo dos industriais e fabricantes. Não quer maçar o Visconde e aguarda que chegue a distinção prometida.

Idioma: Francês

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/178

Título: Ofício do Gabinete do diretor geral do Comércio e Indústria

Data: 1879-05-13; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 3 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Em nome do ministro, pede ao Visconde de Vila Maior a declaração das condecorações que devem ser dadas aos seus propostos. Assina Rodrigo de Moraes Soares. Inclui nota manuscrita pelo Visconde com indicação de que respondeu no dia 14 de maio e que enviou a nota cuja minuta fica junta a esta carta.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/179

Título: Carta de João F. Moreno

Data: 1879-06-11; Lisboa

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; envelope; papel pautado

Âmbito e conteúdo: Diz que o senhor Moraes Soares lhe remetera um ofício do Visconde de Vila Maior de 10 do corrente, em que diz que só ele, enquanto fiel dos produtos o pode informar acerca do ofício do Ministério da Agricultura e do comissário de França a respeito da receção de uma ordem de 252 francos que o Visconde terá recebido; como a receção da importância dos objetos vendidos para a loteria se passou entre Moreno e Vila Maior, aquele pediu a Moraes Soares para lhe responder. Explica que combinaram encontrar-se no hotel do Visconde, avisado por José Domingues, e que esperaram pelo Vasconcelos para irem ao Ministério das Finanças, onde o Visconde terá recebido a referida quantia, depois entregue ao Moreno e de que passou recibo. Junto anexo “Nota dos expositores de que se tem vendido produtos e da sua efetiva importância até à presente data” e recibo de J. F. Moreno em como recebeu do Visconde de Vila Maior, comissário régio de Portugal na exposição de Paris, a quantia de 17.625 francos de diversos produtos que foram vendidos.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/180

Título: Ofício da repartição de Agricultura da direcção geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Data: 1879-07-14; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Ainda sobre a questão da ordem ou mandado dos

253 francos que o Visconde de Vila Maior diz não se recordar, diz que Morais Soares encontrou numa gaveta do ministério a procuração com data de janeiro, com autorização do visconde para receber em Paris os 253 francos. Refere que na véspera da saída do visconde de Paris a importância dos prémios da loteria era de 17.625 francos, que a si lhe entregou mas que o senhor Guinier se queixara que os vinhos da Madeira, pertencentes a Lomeleiro(?) e vendidos para as loterias não haviam sido pagos e questiona se o mandato dos 252 francos não seria dos vinhos. Em nota manuscrita pelo Visconde regista-se que em dezembro de 1879 recebera um ofício do conservador dos lotes da loteria dizendo que havia escrito em 10 de outubro reclamando a apresentação do mandando e renovando a reclamação; respondeu que havia dado procuração do conselheiro Aguiar para receber o mandado mas que lhe haviam recusado a entrega na direção das secções estrangeiras e disto deu parte à direção geral do Comércio e Indústria; escreveu em data de hoje (9 de dezembro de 1879) ao diretor geral a comunicação do conservador. Assina João F. Moreno.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/181

Título: Carta de António Augusto de Aguiar

Data: 1879-07-20; Paris, França

Nível de descrição: DC

Dimensão e suporte: 2 doc.; papel

Âmbito e conteúdo: Com indicação de particular, volta ao assunto das condecorações pois diz ser perseguido por muitas pessoas a quem o Vasconcelos prometeu, em troca de medalhas da exposição, condecorações com hábitos que já tinham há muitos anos, o que dá uma triste ideia da administração portuguesa. Explica que Mactelet, engenheiro chefe de minas e diretor das minas de Auzin recebeu o hábito da Conceição que já tinha há dez anos; Jordan, professor de metalurgia da Escola Central, vice-presidente da classe 43, oficial da legião de honra, foi agraciado com o hábito de Santiago quando o senhor Smith de Loudes, pouco conhecido e apreciado, foi feito oficial da mesma ordem; John van den Broeck, oficial da instrução pública, amigo particular do rei D. Fernando, membro da classe 8^a alcançou o hábito da Conceição que o Braancamp lhe enviou em 1863 por proposta del rei; finalmente, o mais escandaloso: Paul Teissounière, presidente da classe dos vinhos, onde Portugal alcançou mais de 23 medalhas de ouro, hábito da Conceição que teve na primeira exposição de Paris, tinha-lhe dito que este comendador

de Cristo mas quando esteve com ele, por causa do acidente que a mulher sofrera, ele lhe mostrou dois diplomas idênticos. Não sabe o que há de dizer a tantas pessoas que tendo prestado serviços a Portugal foram desconsideradas. Diz que o Vasconcelos, para obter medalhas, prometeu condecorações a Moureau, cavaleiro da Conceição, membro da comissão francesa da exposição de ... e rico fabricante de “bourettes” na Picardia, Le Duc fabricante de “bourettes”, Prosper van den Broeck, membro da classe 30; diz que o Vasconcelos se desculpa com o Visconde e não deve, por mais tempo, encobrir-lhe a verdade, que estão numa péssima situação. Acrescenta que o diretor da alfândega Moreno lhe perguntou ontem como fazer para receber 5 caixotes de quadros com o valor estimado de 50.000 francos, diz que escreveu ao Vasconcelos para que responda. Junto anexo minuta de carta com resposta do Visconde perguntando quando acabará a guerra das condecorações, e diz que fez em tempo todas as propostas que Aguiar, Lapa, Silva, Elliot, Vasconcelos e outros lhe pediram, que fez as reclamações indicadas e renovou por mais de uma vez os pedidos ao Lourencinho; impacientou-se com tudo inutilmente, por isso, lava daí as suas mãos, não tem culpa se no ministério das Obras Públicas ou no do Reino alteraram as propostas ou fizeram confusão. Diz que, na opinião do Lapa, o Teissonier não fez serviço algum a Portugal e na opinião do Camilo de Morais ele favoreceu os espanhóis. Diz que nos júris da maior parte das classes foi pouco sério e na dos vinhos “uma verdadeira borracheira”.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/182

Título: Ofício da repartição de Agricultura da direcção geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Data: 1879-08-02; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Explica que, no relatório da exposição de Paris, o Visconde de Vila Maior alude a documentos de despesa feitos com o comissariado e diz que estes documentos lhe foram facultados pelo senhor secretário Vasconcelos, pedindo que os completasse com as despesas feitas por si, e que necessita da assinatura do Visconde para poderem ser publicados. Assina João F. Moreno.

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Código de referência: PT-UC-FCT-BOT/VVM/P/001/183

Título: Ofício da repartição de Agricultura da direcção geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Data: 1879-12-12; Lisboa

Nível de descrição: DS

Dimensão e suporte: 2 f.; papel

Âmbito e conteúdo: Informa que deu conhecimento ao ministro da Comunicação acerca do mandado de pagamento relativo à importância da compra de vinho para a loteria da exposição universal de Paris de 1878; ficou resolvido enviar o mandado ao cônsul português em Paris para que seja ela a receber e a guardar a quantia respectiva até ter indicação do destino que se deverá dar. Assina Rodrigo de Moraes Soares

Idioma: Português

Método de registo: manuscrito

Índice dos correspondentes de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior

NOME	NOTA BIOGRÁFICA	CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA
Academia Real das Ciências de Lisboa		A/015
Accademia Medico-cirurgica e di Scienze Naturali		L/005
Administração de l'Octroi de Paris		P/026
Administração Geral das Matas do Reino (Portugal)		L/029
AGUIAR, António Augusto	(1838-1887) – ministro, deputado, par do Reino por Carta régia de 7 de janeiro de 1881, foi diretor do Laboratório Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, conselheiro de Estado honorário, antigo vice-presidente da Academia Real as Ciências de Lisboa, presidente da 1ª classe da mesma Academia, professor de química na Escola Politécnica de Lisboa e do Instituto Industrial; comendador da Ordem de S. Tiago de Portugal, comendador da Ordem da Rosa do Brasil. Juntamente com Ferreira Lapa e Vila Maior integrou a comissão encarregada de examinar os principais eventos vinhateiros do país e estudar os seus processos culturais e de vinificação. Comissário régio para a secção de vinhos portugueses na exposição Internacional de Londres de 1874. Em 1878 substituiu Vila Maior na comissão encarregada pela Sociedade dos Agricultores de França de percorrer todas as regiões vinícolas francesas invadidas pela praga da filoxera para verificar o seu estado. Nomeado pelo governo para comissário técnico da secção industrial portuguesa na Exposição Internacional de Paris 1878.	P/051, P/055, P/056, P/092, P/102, P/103, P/107, P/108, P/110, P/112, P/125, P/126, P/130, P/139, P/153, P/156, P/158, P/161, P/162, P/165, P/167, P/169, P/173, P/174, P/175, P/181
ALBUQUERQUE, António Maria Seabra de		A/004
ALFRED SMITH & C.º	agentes e importadores de produtos alimentares ingleses e americanos	P/116
ALLEN, Alfred	Visconde de Vilar d'Allen	P/054
ALLEN, Rebelo Valente	Visconde de Vilar d'Allen	P/090
ALMEIDA, António de	Dom	P/045
AMÁLIA, Maria		C/033

AMORIM, António Maria de		M/002
AMORIM, José		
ANTLAZ, de lu	Diretor do Jornal Semanário Ilustrado	P/018
ARENSTEIN		L/142
Associação Francesa para o Progresso das Ciências		P/049
Associação Internacional de Professores (França)		P/022
ATCHLEY & C ^{ie}		L/116
AUFFDIENER, Sofia de Roure	Viscondessa de Vila Maior, casada com Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior	A/007
BADAIRE, A. M.(?)	correspondente do jornal "Epoche", Praga	P/071
BALLERY, Guillaume(?) (?)		L/121
Banque Foncière		
BARAOAT, Charles	Jornal da exposição	P/023
BARRAL, (?)		
BATALHA, Francisco Reis		
BATALHA, Francisco Rodrigues		L/060, L/069
BEAUSIRE-SEYSSEL, Paul de	Visconde; adjunto particular do gabinete do ministro da Agricultura e Comércio, secretário da classe 7ª da comissão superior das exposições e secretário do grupo VII do júri das recompensas.	P/078, P/154
BEEDHAM, B.		L/070
BELÉM, António Correia		L/119
BELLET, Eugène		P/036
BÉLSTEIN, (?)	Professor do Instituto técnico de S. Pitres(?), júri da classe 47.	
BERGER, Casimir	Secretário do júri do grupo IV	
BERGER, George	Diretor das secções estrangeiras na Exposição Universal de Paris de 1878	P/048
BERGER, Léonce	Subdiretor da Casa do Comércio de Paris, encarregado do serviço de manutenção da Câmara do Comércio	P/131
BERNARD, Octave		P/124
BESSAND(?), (?)		P/152
BÉSSANT, Charles Alloend(?)	Antigo juiz do tribunal, presidente da classe 38	
Biblioteca da Société des Antiquaires de Normandie		
Biblioteca Nacional da Agência dos Trabalhos do Ministérios dos Trabalhos Públicos		P/035

BOCAGE, José Vicente Barbosa do	(1823-1907) – grau de bacharel em medicina UC, diretor do Museu de Zoologia da Escola Politécnica, lente no Instituto Agrícola de Lisboa, cofundador da Sociedade de Geografia de Lisboa, par do Reino por carta régia de 29 de dezembro de 1881.	
BORT, Edmond Teisserenc de	Chefe de gabinete do Ministro da Agricultura e Comércio francês	P/069
BORT, Léon Teisserenc de	Chefe de gabinete do ministro da Agricultura e Comércio, senador, ministro da agricultura e comércio de França	P/136
BORTINY, (?)	Diretor da Escola Livre de Ciências Políticas	
BURNAY, Henry	(1838-1909) - a 7 de agosto de 1886 D. Luís concedeu-lhe o título de 1º conde de Burnay. Foi caixeiro viajante das casas de Eugénio Larouy e Carlos Krus. Foi industrial, empreiteiro, comerciante e banqueiro. O seu primeiro negócio de vulto deu-se depois do encerramento da Exposição Universal do Porto (1865) ao arrendar, com Heitor Guichard, o Palácio de Cristal, onde decorrerá o certame. Em Lisboa, estabeleceu a casa comercial Henry Burnay e C ^a (1875). Criou a Casa Havaneza. Foi proprietário do Palácio dos Condes de Povovide, às Portas de Santo Antão. Deputado por Tomar em 1892, por Pombal (1894 e 1897) e Setúbal (1899)	P/142
CABRAL, A. das Neves		L/097
Câmara Municipal de Paris		N/002
CANIÇO, J.		E/005
CAPELO, João Carlos de Brito		P/014
CARCENAC, Henrique	Antigo negociante, presidente do 2º distrito de Paris, presidente da classe 30	
CARDYL, (?)		P/163
CARVALLO, A.		P/028
CATROS-GÉRARD		
CÉLÉRIER, Louis Martial	Um dos primeiros sócios da Casa Martial Célérier, uma das mais importantes do entreposto de vinhos de França, comerciante de vinhos, presidente da câmara do sindicato do grande comércio de vinhos em Paris, membro do comité de organização da Exposição Universal de Paris, membro do comité de admissão da classe 75 e secretário do referido comité, secretário do comité de instalação.	
CELOURI, Joaquim Seabra Eleutério		P/074
CHARRIÈRE, Charles de Ladreit de la	chefe de serviço das entradas	

CHEMICAL SOCIETY (Inglaterra)		L/067
Chemins de Fer de Paris a Lyon et a la Méditerranée		
CHERRY, J.		P/052
Chrétien & Weiss		
CLERMAUT, Ph. de		P/140
CLERMONT, P. de	diretor adjunto do laboratório de química na Sorbone	
COLAÇO, Gonçalo Telo de Magalhães		L/027
COMISION DE ESTUDIOS (Espanha, na Exposição Internacional de Londres de 1862)		L/133
Comissão Belga na Exposição Universal de Londres de 1862		L/048
Comissão Central Portuguesa da Exposição Internacional 1862		L/006, L/007, L/008, L/010, L/011, L/018, L/022, L/032, L/053, L/078
Comissão da Exposição Universal de Londres de 1862		L/124
Comissão Imperial da Exposição Universal de Paris de 1855		G/005
Comissão Imperial Francesa para a Exposição de Londres de 1862		L/013, L/153
Comissão Preparatória da Exposição de Londres de 1862		L/045
Comissão Real Italiana		L/065, L/143
Comissariado Belga em Exposição Universal de Paris de 1878		
Comissariado Geral da Confederação Suíça		P/091
Comissariado Régio de Portugal na Exposição Universal de 1878		P/040, P/061
Comissário Colonial de Nova Gales do Sul (Austrália)		L/074
Comissário da Holanda à Exposição Universal de Paris de 1878		P/114
Comissário do Canadá à Exposição Internacional de Londres de 1862		L/146

Comissários da Rainha (Inglaterra, Exposição Internacional de Londres de 1862)		L/015, L/021, L/033, L/035, L/038, L/039, L/041, L/066, L/083, L/086, L/139
Comissários estrangeiros		L/056
Comissários régios da Exposição Internacional de 1862		L/094
Commission Belge d'Exposition Universelle de Londres		
Companhia de Entrepósitos e Lojas gerais de Paris		P/083
Companhia Geral de Crédito Predial Português		C/021, C/022
Conde de Lavradio		L/087
CONNIN(?), Dietjl		P/137
Conselho geral do Comércio, Indústria e Agricultura		
CONSELHO ULTRAMARINO		D/001, D/002, D/003, D/004, D/005, D/006, G/006
CORVO, Luis de Andrade	Comissário especial para as colónias, agrónomo do departamento de Lisboa, diretor do Museu colonial, cavaleiro da Ordem de S. Tiago e da Rosa do Brasil.	
COSSART, GORDON & Cº		P/007
COSTA, F. da Silva		E/002
COSTA, Francisco Pinto da		L/103
Cotton Suply Association		L/114
COUTINHO, José Eduardo Magalhães	(1815-1895) – docente e diretor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, deputado por Lisboa (1853-1856 e 1861-1864). Combateu as epidemias de cólera-morbo e febre amarela. Em 1853-54 pertenceu à comissão de Saúde Pública. Cirurgião extraordinário do Hospital de S. José., primeiro-médico da Real Câmara e bibliotecário-mor da Real Biblioteca da Ajuda	
COUTINHO, Miguel Pereira	(1833-1906) – fez toda a carreira no Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. Deputado 1870 e 1871 pelo círculo de Avis, 1874 por Abrantes, 1899 por Vila Franca de Xira e 1905 por Lisboa Oriental. Par do Reino em 22 de abril de 1887.	P/146
CRANS, G.		O/009
CUNHA, J. G. de Barros e	(1862-1882) – colaborou em diversos jornais políticos e literários. Ministro das Obras Públicas 1877-1878. Deputado em 1864, 1870, 1871, 1874, 1878 e 1879.	L/154, M/025
DALBIN, G.	Arquiteto	P/121

DARAME, A.		P/105
DAVANNE, Louis Alphonse	Cavaleiro da legião de honra, oficial da instrução pública, comendador da Ordem de Cristo de Portugal, membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, presidente conselho de administração da sociedade francesa de fotografia, presidente do júri da classe das recompensas - classe 12 fotografia - da exposição universal de Paris, professor encarregado das conferências da Escola des Ponts et chaussées, membro do comité das sociedades de sábios e Pes(?), membro dos conselho da Sociedade de Encorajamento.	
DAVIS, Henri		
DAY & SON		L/046
DEBRAY, (?)		
DEHÉRAIN, Pierre-Paul	Professor da Escola de Agricultura de Grigum(?) e do Laboratório de Cultura do Museu de História Natural.	
Delegado da 6ª Vara		D/009
Departamento de Estatística (Inglaterra)		L/093
Departamento Italiano na Exposição Internacional de 1862		L/019
Departamento Português na Exposição Internacional de 1862		L/110
Departamento Russo na Exposição Internacional de 1862		L/129
DIETZ-MOUNIN	Diretor da secção francesa na exposição 1878	
Direcção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro		L/023
Direcção da secção de Agricultura e de Horticultura da Exposição Universal de Paris		P/095, P/099
Direcção da secção francesa na exposição universal de 1878 em Paris, do Ministério da Agricultura e Comércio		P/042
Direcção das Secções Estrangeiras da Exposição Universal Internacional de 1878, do Ministério da Agricultura e Comércio de França		P/004, P/065, P/066, P/076, P/080, P/082, P/087, P/088, P/120, P/129

Direcção geral de Instrução Pública do Ministério do Reino		P/043
Direcção Geral do Comércio e Indústria		G/001, G/003
Direcção geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino		P/044
DUBIER, L.		P/016
DUINCERY, J.		L/138
DUMARESQ, Eduardo Armant	Artista pintor, membro do júri da classe 38	
DUVAL, (?)	Engenheiro chefe du Ponts de chaussés?, director dos trabalhos	
DVÖRÁK, Jean H.	Correspondente do jornal "Národin Listy", Praga	P/071
E. Blouquier & Fils & Leenhardt		
EDWARDS, Milve	Membro do Instituto, decano da faculdade de ciências de Paris, presidente da classe 8.	P/128
ELLIOTT, Henrique Temple	Engenheiro de minas, cavaleiro da Ordem de Cristo	P/117
Escola Politécnica de Lisboa		D/010
ETIENNE, Lucien	Arquiteto	
FALCÃO, Nicolau Pereira de Mendonça		M/001
FARIA, Manuel Rodrigues de		L/141
FERREIRA, C. A. Pinto		L/109
FERREIRA, José Joaquim	Feitor de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior.	A/008
FERREIRA, Miguel José de Sousa		L/112
FOLQUE, Filipe		L/042, L/051
FONCIÈRE, Banque		
FORD, Eduard		L/054, L/057
FOSTER, (?)		
FOURNIER, Félix	Secretário do júri da classe 8, membro da comissão das Trocas Internacionais no Ministério da Instrução Pública, etc.	P/150
FRANCISCO		O/011
Frank Wilkingson & C. ^a		L/014
FRÉBAULT, (?)	General, senador.	
FRÉMY, (?)		
Gabinete do Conselheiro do Estado da Comissão geral do Império Francês		L/137, L/148, L/150
Gabinete do director geral do Comércio e Indústria		P/178

Gabinete do júri (Londres 1862)		L/080, L/081, L/084, L/090
Gabinete do ministro do Ministério da Agricultura e Comércio francês		P/093
Gabinete do ministro do Ministério dos Negócios da Fazenda		P/039
GALLO, Francisco A.		L/111
GÉRY, Gabriel	Diretor das secções estrangeiras, adido do embaixador, secretário.	
GIEDROYC, Romuald Prince		P/135
GIRARD, Aimé	Professor no Conservatório de Artes e Ofícios.	
GIRAUD, D.		P/101
GOUVEIA, José de Melo	(1815-1893) – bacharel em filosofia pela UC. Deputado em várias legislaturas. Ministro da Marinha e Ultramar (1870-1874). Ministro interino dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (1871). Ministro da Fazenda (1877-1878). Par do Reino por Carta régia de 8 de janeiro de 1880.	L/105
GRAÇA, J. C. da		
GRAÇA, José Gaspar		C/001, C/016, C/018, C/019, C/020, C/029
GRAÇA, M. L.		C/002
GRANDEAU, (?)	Diretor da Estação Agronómica do Estado e professor na escola Frontière(?)	
GREINER, Edmond	Secretário do comissariado geral da confederação suíça.	
GRIMAUD, Carlos		P/050
GROUL(?), G.		L/125
Gruis & Vianna		P/115
GRUSSIER E ROSA, J. O-S		L/109
HARDY, (?)	Diretor de horticultura, jardineiro chefe de Versailles	
HENRIQUES, Júlio Augusto	(1838 -1928) - professor catedrático da Universidade de Coimbra e diretor do Instituto e Jardim Botânico; fundador da Sociedade Broteriana (1880)	O/005, O/006, O/008
Henry Burnay & C.ie	Casa comercial fundada por Henrique Burnay em 1875.	P/147
HEPP, Edgar		P/164, P/171
HÉRICÉ, J.	Membro do júri da classe 39 bijuteria e fabricante das insígnias do júri da exposição de 1878	P/104
HOLSTEIN, Sousa		P/009
HOOKE, W. J.		L/079, L/135

HOUBERDOU, (?)	Engenheiro do Palácio du Pau du Camps de Mars	
Imprensa Nacional (Portugal)		L/062
JAMAIN, (?)	Adido	
JERVIS, Guillaume		L/131
JOIGNEAUX, (?)		
JORDAN, (?)	Professor de metalurgia na escola Central de Artes e Manufaturas	
JUNGFLEISCH, (?)	Professor da Escola de Farmácia de Paris, secretário(?) da classe 47	
JÚNIOR, Alexandre Camacho		
JÚNIOR(?), F. F. Campos	Primo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior	A/001
KĚSSLĚG, K. L.		P/034
KESSLER, Barão de		P/033
KLERK, G. J. G.	Ex-ministro da Guerra na Holanda, presidente do grupo 9, presidente da comissão dos Países Baixos	P/151
KRANTZ, Camille	Engenheiro, chefe do gabinete do comissário geral da exposição	
KRANTZ, J. B.	Senador, comissário geral da exposição de Paris 1878	
KRAUN, J. B.		P/132
Laboratório de Cultura do Museu de História Natural (França)		P/160
LALANNE, L.	Diretor da Escola Nacional de Ponts et Chaussées	P/127
LAMARRE, C.	Doutor em Letras e administrador do colégio Santa Bárbara	P/172
LAPA, João Inácio Ferreira	(1823-1892) - conselheiro, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, lente e diretor do Instituto Geral de Agricultura, professor de química agrícola no mesmo Instituto. Colaborou em vários periódicos como "Archivo Rural", de que foi um dos fundadores com Morais Soares e Silvestre Bernardo Silva. Em 1860 visitou a Exposição Agrícola do Porto por comissão régia, em 1866 fez parte, conjuntamente com o visconde de Vila Maior e António Augusto de Aguiar, da comissão encarregada de estudar os principais processos de vinificação utilizados no país. Em 1865 deslocou-se em visita de estudo à Exposição Universal do Porto, e em 1862 e 1878 às exposições universais de Paris; em 1870 desempenhou uma missão agrícola na província do Minho. Lente da Escola Veterinária. Foi membro do Conselho do rei. Par do Reino por carta régia de 7 de janeiro de 1881.	P/077, P/081, P/086, P/096, P/148

LARCHER, Joaquim	(1797-1865) – formou-se em Direito pela UC. Foi íntimo de Almeida Garrett e grande apreciados de teatro. Conviveu, em Coimbra, com Jervis de Atouguia (1º visconde de Atouguia e com casou uma das irmãs de Larcher), Filipe Folque e Francisco Amaral. Fundou o jornal “O Portuguez” com Almeida Garrett. Desempenhou as funções, como bibliotecário-mor, de diretor interino da Biblioteca Pública da Corte. Em 1835 toma ao cargo de 1º governador civil de Lisboa. Diretor da Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Foi membro da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, diretor da Alfândega das Sete Casas, secretário e vice-presidente do Conservatório Real de Lisboa, diretor e inspetor-geral dos Teatros, membro do Conselho de Pautas e Alfândegas e do de Instrução Pública, conselheiro do Tribunal de Contas.	L/002
LAVEGUIT(?), E.		L/155
LAVRADIO, Conde de		
Le Moniteur Vinicole		M/003
LEAL, José da Silva Mendes	Legação portuguesa em França	P/122, P/159
Legação de S. M. Fidelíssima em Londres		L/024
LEONARD(?), Norman M.		L/134
LEPRY(?), J. H.		L/132
LEVI, Leone		L/096
LION-LEVEQUE, A.		L/082, L/102
LISBOA, Miguel Maria	Primeiro e único barão de Japurá, (Rio de Janeiro, 22 de maio de 1809 – Lisboa, 28 de abril de 1881) foi um diplomata e nobre brasileiro.	
Livraria Francesa		
LOMELINO, Tarquínio T. da Câmara		
LOURENÇO, A. V.		L/104
LUMAU(?), (?)	Professor do colégio Santa Bárbara em Paris	P/070
LUPI, Miguel Ângelo		P/038
LUYNES, De		
MAGALHÃES, F. de		D/012
MANLEY, John		L/115
MARECAS, Firmo Augusto Pereira		L/076, L/077
MARÊS, Henri		
MARIX, Julio	Correspondente do conselho do comércio e das manufaturas, comissário adjunto da Rússia, jurado na classe 34	
MARTELET, (?)	Engenheiro chefe de minas, relator da classe 43	

MAS, A.		
MAURIAL, L.	Redator chefe do jornal Vinícola	
MAZL, Hippolyte	Professor da Academia francesa, secretário do segundo grupo do júri à Exposição de 1878, presidente da câmara de Landes	P/001, P/064, P/072
MELO, Fontes Pereira de	(1819-1887) – cavaleiro da Ordem da Torre e Espada. Deputado pelo arquipélago de Cabo Verde (1847). Ministro da Marinha 1851, no mesmo ano transitou para a pasta da Fazenda, ministério que acumulou com o das Obras Públicas a partir de 1852. Deputado em várias legislaturas. Conselheiro de Estado (1866). Par do reino por carta régia 8 de janeiro de 1870.	E/003, E/004
MINE, J. Mage		L/063
Ministério da Agricultura e do Comércio francês		
Ministério das Obras Públicas (Portugal)		N/001
Ministério das Obras Públicas e Comércio		L/001
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Portugal)		G/002, G/007, L/004, P/002
Ministério das Obras Públicas, Repartição de Agricultura		
Ministério do Reino (Portugal)		G/004
Ministério e Secretaria de Estado das Obras Públicas		
Ministério e Secretaria de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria convocando para a reunião do Conselho Geral do Comércio, Indústria e Agricultura (Portugal)		
MÖLLER, Adolfo Frederico	(1842 -1920) - naturalista e inspetor chefe do Jardim Botânico da UC a partir de 1874.	O/007
MOLUIERI, M. G.		
MONTEIRO, António Joaquim Dias	Desenhador e litógrafo da Casa Real e da Casa da Moeda	P/079
MORAIS, Camilo de		
MORALES DE LOS RIOS, A.		P/031
MORENO, João F.		P/179
MOTA, Carlos Alfredo		C/025, C/026, C/027, C/028, C/030, C/031, C/037, C/038

Museu das Artes Decorativas (França)		P/097
Museu Industrial da Escócia		L/122
NASCIMENTO, Manuel Simões do		
NESTLE, João		
NICOLAS, Louis Etienne	Negociante, proprietário e agricultor, cavaleiro da Ordem de Cristo e cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.	P/060
OBRENAN, J. van den Brock d'		P/134
OLIVEIRA, António Caetano	(1840-?) – grande comerciante e proprietário em Moncorvo. Integrou por duas vezes a Câmara dos Pares do Reino, na qualidade de par eleito em representação do distrito de Bragança.	C/023, C/024
OLIVEIRA, Manuel Paulino de	(1837 -1899) - catedrático de Filosofia; diretor do gabinete de Zoologia; Secretário da Faculdade de Filosofia (1863 -1866); diretor do Gabinete de Química (1877 -1888); diretor do Museu de História Natural (Zoologia) (1888 -1898); diretor interino da Faculdade de Filosofia (1891 -1892).	O/012
Ouvidoria da Companhia Geral de Crédito Predial Português		
PALMEIRIM, A.		C/017
PASCAL, Jean Louis		P/063, P/109
PEIXOTO, Francisco Manuel da Rocha	Bacharel em Direito pela UC. Exerceu o cargo de procurador régio em Ponte de Lima. Deputado por Timor (1865-1868), e pelo círculo de Ponte de Lima (1868), governador civil de Vila Real (1868).	A/011
PÉLERIER, L. M.	Membro dos comités de admissão e instalação da exposição	
PELIGOT, E.	Membro do Instituto, classe 72-73	
PENAFIEL, (?)		P/144
PENROSE, F. C.		L/128
PENTEADO, G. A.		L/109
PIMENTEL, António de Oliveira	Irmão de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior.	A/012, A/014

PIMENTEL, Bernardo de Serpa	(1817-1895) – lente catedrático da Faculdade de Direito UC. Diretor substituto da Imprensa da UC. Lente de Prima, decano e diretor da Faculdade de Direito (1876). Vice-reitor da UC de 1883 até à data da morte. Escrivão da SCMC (1849-1850). Vereador da CMC 1870. Membro da Associação Liberal, do Instituto Dramático de Coimbra (1840) e do Instituto de Coimbra (1852), do qual foi feito sócio honorário em 1890. Deputado em várias legislaturas. Partido Regenerador. Par do Reino por carta régia de 29 de dezembro de 1881.	P/012
PIMENTEL, Cândido Augusto de Oliveira	irmão de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior.	A/010, A/013
PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira	2º Visconde de Vila Maior, comissário régio exposição de Paris 1878, par do Reino, reitor da Universidade de Coimbra, antigo professor de química da Escola Politécnica de Lisboa, membro efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa, Grande Cordão Carlos III, Grande dignitário da Ordem da Rosa do Brasil, comendas de diferentes ordens e oficial da legião de honra.	
PINTO LEITE & IRMÃOS		L/037, L/043
POTIER, Bento		L/085, L/099
PRESTWICH, Joseph		P/100
PRIANLY, N. M.		L/034, L/036, L/040, L/050, L/095
PULLIAT, V.		
QUARTIN, Pierre de		L/061
REIMBERT, Jules	Membro da comissão de valores e aduaneira(?), relator da classe 34	
RELVAS, Carlos		P/006
Repartição de Agricultura da Direcção geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Portugal)		P/180, P/182, P/183
Repartição de Contabilidade do Ministério das Obras Públicas		L/075
Repartição do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Portugal)		L/052, L/092, L/117, L/130
RESENDE, Francisco José	Pintor portuense	P/005
RIANT, Léon		L/017
RIBEIRO, Manuel José		L/049
Robert Fauntleroy & Cº,		L/126
ROESLER, L.		

RONDOT, N.		L/072, L/136, L/147, L/149, L/152
ROSNY, Léon de	Presidente da Sociedade de Etnografia e presidente da Exposição Universal de Paris de 1878	P/084
RUYFURS(?), Lyon		L/089
RUYSSSEN, F.	Farmacêutico naturalista	P/111
SÁ, Duarte de		O/001
SANDFORD, F. R.		L/031
SANT'AGATA, Domenico		L/028
SANTOS, G. F. dos		L/025
SAPPEY, Armand		
SARMAND, Jappey		P/123
SAUCRÉ, Henri		P/106
SAUND, Paul de		P/015
Secção do Ultramar do Ministério da Marinha e Ultramar		D/007, D/008
Secção Francesa da Exposição Universal de Paris de 1878		P/085
Secretaria da Câmara dos Pares do Reino		O/010
Secretaria da Guerra		
Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios da Fazenda		E/001
Secretaria do Conselho geral do Comércio, Indústria e Agricultura		
Secretariado do júri internacional das recompensas da Exposição Universal Internacional de 1878 em Paris		P/057
Secretariado Geral da Sociedade dos Agricultores de França		P/019
Secretariado Geral da Sociedade Francesa de Tempérance(?)		P/046
Seixas & Companhia		C/013, C/014, C/015, C/032, C/034, C/035, C/036, C/039, C/040, C/041, C/042, C/043, C/044, C/045, C/046

SEIXAS, Manuel António de	(c.1814-1896) – abastado proprietário e capitalista de Lisboa. Membro do Conselho Fiscal do Banco de Portugal (1866). Membro do Conselho de Administração da Companhia Geral do Crédito Predial Português (1864-1881). Contratador dos tabacos. Em 1857, sócio fundador da Companhia do Contrato do Tabaco. Pertenceu à direção da Companhia Nacional de Tabacos. Eleito deputado pelo círculo de Lisboa (1869-1870). Par do Reino por carta régia de 15 de janeiro de 1880.	C/003, C/004, C/005 C/006, C/007, C/008, C/009, C/010, C/011, C/012
SEZNEL, F. de Hausire		P/089
SILVA, António Carlos Nunes de Carvalho		P/145
SILVA, David José da		L/140
SILVA, Joaquim Possidónio Narcisco da		P/010
SILVA, Luís Bernardo		L/106
SILVA, Marciano Henriques da	Artista português pensionado em Roma.	L/064
SILVA, Pedro Roberto da Cunha e	Secretário, engenheiro chefe da divisão do norte de Portugal. Engenheiro silvicultor e diretor-geral das Florestas no Ministério das Obras Públicas na década de 1890.	
SILVA, Pedro Roberto Dias da	(1815-1891) - pai de Pedro Roberto da Cunha e Silva	
SILVA, Roberto Duarte	Professor de química, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, cavaleiro da Ordem de S. Tiago; Escola Central.	P/067, P/073, P/133,
SINGER, Sigismund	Químico e membro da comissão austríaca na Exposição Universal 1878.	P/098, P/176, P/177
SMITH, J. V.		L/118
SMYTH, Warrigton	Professor M. P. F. R. S. de Londres.	
SOARES, Rodrigo de Moraes		L/071, L/098, O/003, O/004, P/011, P/013, P/017, P/020, P/024, P/029, P/041, P/058, P/059, P/062, P/094, P/113, P/168
Sociedade de Geografia de Lisboa		P/037
Sociedade Francesa de Tempérance(?)		
Sociedade Geológica de Londres		L/058, L/068
Société des Agriculteurs de France		P/021, P/047
Société Régionale de Viticulture de Lyon		
Society of Arts, Manufactures & Commerce		L/059, L/123

Society of friends of Foreigners in Destress		L/055
SOUNY, Tausse		P/053
SOUSA, João C. Barros(?) de		A/009
SPRIES(?), H. R.		L/047
STAPZ(?), (?)		D/013
STAZ, J. S.		L/073
TCHAMP, J. H.		P/068
Thiébaut & Fils		P/143
TISSERAND, (?)	Diretor de agricultura.	
TORRES, José de		L/120
TOURRETTE, Adolphe		A/003, A/005, A/006
TOURRETTE, Alphonse		
TREMY, (?)	Membro do Instituto, vice-presidente grupo 5.	
UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Jardim Botânico		O/002
UNIVERSIDADE, Imprensa da		A/002
VALLIERE, (?)	Engenheiro do Palácio du Pau du Champs de Mars.	
VASCONCELOS, (?) de		
VASCONCELOS, Francisco António de	Secretário geral, chefe de divisão do ministério das obras públicas e secretário do conselho geral do Comércio de Lisboa, comendador de Carlos III, cavaleiro de Cristo, Damebrog e Leopoldo da Bélgica	M/002, M/003
VATIN, Emilio	Antigo fabricante, membro da comissão de valores aduaneiros(?), secretário da classe 34	
VAUMORIN, (?)		P/170
VELOSO, J. M.		L/113
VERGÉ, Charles	Diretor das secções estrangeiras, auditor do Conselho de Estado, chefe de serviço	
VERGÉ, Henri	Adido	
VIEIRA, Agostinho da Silva		L/108
VIEIRA, José Maurício		L/100, L/101
WATTERVILLE, Barão de	Diretor de Instrução Pública	
Watts, Blake, Bearne C. 1e		L/151
WILDICK, Barão de		P/027, P/149
WORU, C. F.		L/127
WRAUKS, Charles		L/107
YOUB, Frederico		L/020, L/026, L/030
YOUNG, Charles F. T.		L/003
ZURPIND(?), Comtine(?) de		P/075
(?), Eugène		P/157
(?), Jaime		P/032
(?), James(?)		L/091
(?), José Rodrigues Coelho do		D/011

Estudos

O poder episcopal e a Misericórdia de Viseu (1516-1720)

The episcopal power and the Misericórdia of Viseu (1516-1720)

JOÃO NUNES

Professor no Instituto Politécnico de Viseu
jnunes@esev.ipv.pt

Artigo enviado em: 24 de fevereiro de 2017
Artigo aprovado em: 24 de abril 2017

RESUMO

Entre 1516 e 1720, a esmagadora maioria dos antístites de Viseu foi provedor da Misericórdia de Viseu. Noutras cidades, sede de cátedra episcopal, os bispos assumiram igualmente funções de responsabilidade nas confrarias. O facto de as Misericórdias terem sido dirigidas por bispos revela que as relações de proximidade entre confrarias e poder episcopal eram efetivas. Com este estudo pretende-se entrever a forma como essas relações se materializaram em Viseu.

PALAVRAS CHAVE: Poder episcopal; Bispos; Misericórdias

ABSTRACT

Between 1516 and 1720, the majority of the bishops of Viseu were also Principals of the Misericórdia. This was common practice in other cities, that is to say, bishops also assumed functions of responsibility in the confraternities. The fact that the Misericórdias were directed by bishops reveals that the relations of proximity between confraternities and episcopal power were effective. This study intends to observe how these relations occurred in Viseu.

KEYWORDS: Episcopal power; Bishops; Confraternities

Entre 1516 e 1720, a esmagadora maioria dos antístites de Viseu exerceu funções de provedor na Misericórdia desta localidade¹. Foram poucos aqueles que não a dirigiram, entre os quais se contavam D. Frei João de Chaves que ocupou a mitra por um período breve (cerca de um ano), o príncipe D. Afonso que era uma criança quando foi indigitado bispo e D. Miguel de Castro, que não obstante ter sido nomeado pelo monarca, não chegou a entrar na diocese². Note-se que alguns antístites dirigiam a confraria por vários anos que não apenas por períodos breves de tempo, caso por exemplo de D. João de Melo, que foi provedor no período que medeia entre 1674 e 1678³. Noutras localidades, sede de câtedra episcopal, os bispos assumiram, igualmente, responsabilidades na direção das Misericórdias. Em Coimbra, nos séculos XVI e XVII, parte considerável dos prelados foi provedor da Santa Casa⁴. Em Elvas, a direção da Misericórdia coube aos bispos da diocese elvense de forma sistemática neste período⁵.

Tal como sucedeu noutras dioceses, no século XVIII o exercício do cargo de provedor deixou, por norma, de ser exercido por bispos para passar a ser exercitado por figuras pertencentes à oligarquia viseense, mormente por gente da nobreza local e capitulares⁶. Com efeito, há indícios de que os bispos se afastaram da gestão das confrarias em finais do século XVII/inícios do século XVIII. D. Jerónimo Soares, pese embora tenha tido uma prelatura longa, cerca de 25 anos (foi bispo de Viseu entre 1694 e 1720), parece ter exercido funções de provedor apenas no ano em que entrou na diocese, isto é, em 1695⁷. Na primeira metade do século XVIII, em Coimbra, o bispo dirigiu a Misericórdia apenas no biénio 1706-1708⁸. A intervenção do monarca na nomeação dos provisores e a situação financeira de inúmeras Misericórdias, foram factores que estiveram por trás do afastamento dos bispos da administração das confrarias⁹.

¹ A lista de provedores foi publicada por Aragão, Maximiano (1936) – Viseu: Instituições Sociais. Lisboa: Seara Nova.

² PAIVA, 2016: 163-165; NUNES, 2010: 144.

³ SANTOS, 2015:148.

⁴ Como se pode aferir a partir da lista de provedores publicada pela Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, publicada em <http://misericordiacoimbra.pt/provedores/>

⁵ SÁ, 1995: 137.

⁶ SILVA, 2016: 261-262; ARAGÃO, 1936: 26.

⁷ NUNES, 2003: 15.

⁸ LOPES, 2003: 210.

⁹ LOPES, 2002: 79; SÁ; LOPES, 2008: 56-57.

O facto de a Misericórdia de Viseu ter sido, até ao século XVIII, dirigida sistematicamente por bispos revela que a relação de proximidade entre confraria e poder episcopal foi efetiva. De que formas se traduziu essa relação?

A Misericórdia foi instituída cerca de 1516. O bispo Diogo Ortiz de Vilhegas foi o primeiro provedor, sendo que o seu sobrinho, o cónego Fernão de Ortiz, acabou por ser um dos primeiros escrivães da confraria¹⁰. Vilhegas manteve, no decurso da sua vida, relações de proximidade com a Coroa, designadamente com D. João II e D. Manuel I. Assim é verosímil que a Misericórdia viseense tenha sido instituída com o consentimento e apoio de Diogo Ortiz de Vilhegas¹¹.

Todavia, as relações entre poder episcopal e Misericórdia não se limitaram ao momento fundacional da instituição. Por outro lado, não se circunscreveram a um determinado plano da ação da confraria. Ao invés, as inter-relações entre os dois poderes estenderam-se no tempo, sendo que se plasmaram em diversos domínios, quer de natureza material, quer espiritual.

Competia aos bispos autorizar a recolha de esmolas na diocese¹². Na primeira metade do século XVI, o poder episcopal consentiu que a Misericórdia de Viseu recolhesse esmolas nas diversas circunscrições territoriais que compunham o bispado¹³. O bispo D. Gonçalo Pinheiro foi ainda mais longe nesta matéria. Em 1556 decretou que a proibição de recolher esmola sem autorização do poder episcopal “nam entendera nos petitorios dos cativos e da boa confraria da Misericordia”¹⁴. Esta determinação episcopal colidiu com os interesses de instituições de natureza assistencial locais. Neste contexto compreende-se por que motivo, em meados da centúria de Quinhentos, a Misericórdia de Viseu foi impedida de recolher esmolas no arceprelado de Trancoso; seguramente para que as ofertas dos fiéis de Trancoso fossem, maioritariamente, canalizadas para as instituições de assistência locais¹⁵.

As relações de proximidade entre bispos e Misericórdia materializaram-se noutros planos. O poder episcopal acabou por ser determinante para que a confraria tivesse casa própria, com igreja, sacristia, hospital e botica¹⁶. Até à

¹⁰ PAIVA, 2016: 321-322; RIBEIRO, 2016: 261-262.

¹¹ PAIVA, 2016: 162-163.

¹² *Constituições feytas por mandado do muito revendo senhor o senhor dom Miguel da Silva, bispo de Viseu.* [s.l.]:[s.n],[s.d.], Constituição 27.

¹³ Esta referência encontra-se num livro do Arquivo da Misericórdia de Trancoso, publicado no volume 4 da obra *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, doc. 249.

¹⁴ *Constituições synodaes do bispado de Viseu.* Coimbra: João Alvares, 1556, fl. 72.

¹⁵ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4, doc. 249.

¹⁶ PAIVA, 2016: 358.

década de 1520, à semelhança do que sucedia com outras Misericórdias do reino¹⁷, a Santa Casa, estava sediada certamente numa capela pré-existente - o primeiro templo, localizado no Soar, foi construído apenas em 1522¹⁸.

Na década de 1570 a Misericórdia foi dotada de infraestruturas fulcrais para o exercício da sua função, nomeadamente botica e hospital, acabando igualmente por ser construído um novo templo com sacristia¹⁹. Ora, o poder episcopal teve um papel determinante neste processo. Diz Botelho Pereira que foi na década de 1560, no tempo de D. Gonçalo Pinheiro, que “se começou a fazer nesta Cidade a Casa da Sancta Misericordia mas por não ser em parte conveniente a mandou mudar o Bispo D. Jorge de Ataíde para outro lugar melhor acomodado”. Acrescenta, este mesmo autor, que o bispo D. Jorge de Ataíde, na década de 1570, “fez a igreja da Misericordia á sua custa”²⁰.

A afirmação de que Ataíde foi o mecenas das obras é excessiva. Nas biografias deste bispo jamais se refere tal²¹. É possível, todavia, que a tenha beneficiado, com doações ou oblações, como aliás fizeram outros prelados pós tridentinos. É igualmente crível que tenha dado indicações relativas às obras, pois Ataíde foi responsável por uma das principais reformas das infraestruturas religiosas na diocese na Época Moderna. Em sede de visita pastoral não se coíbia de dar indicações precisas concernentes às dimensões e configurações dos templos²². É também verosímil que tenha sido ele o responsável por indicar a localização da empreitada: o largo da Sé, em frente à catedral. Sabe-se que Ataíde fez intervenções profundas neste espaço que acabaram por lhe dar a configuração que atualmente apresenta. Em finais da década de 1570, refere-se o seguinte:

“Que ante a porta da sé desta cidade estava hum muro largo como se pode ver pelo que dele fica que servia de fortaleza e em paço da mesma sé e cidade de muito boa pedraria lavrada de ambas as partes o qual muro o dito bispo [Jorge de Ataíde] mandou derribar hum muito grande lanço dele”²³.

17 SÁ, 2002: 34.

18 ALVES, 1988: 7-8.

19 ALVES, 1988: 11.

20 PEREIRA, 1630: 441.

21 Biblioteca Nacional – *Pombalina, Códice 648, Resumo da vida de Dom Jorge de Atayde, bispo de Viseu, Capellam mor de Portugal e do Concelho de Estado escrita por Thomé Alvarez.*

22 NUNES, 2016: 282-283.

23 Arquivo Distrital de Viseu – Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 17, doc. 104.

Assim, não é plausível que se edificasse a Misericórdia neste local sem contar com o apoio do bispo.

Se no século XVI, a Misericórdia de Viseu granjeou o apoio de vários bispos, a atenção do poder episcopal para com a confraria não diminuiu na centúria de Seiscentos. A preocupação com questões ligadas ao funcionamento e direção da instituição por parte de alguns prelados era evidente. Veja-se o que disse o bispo D. Miguel de Castro, em 1634, numa missiva dirigida ao cabido:

“Confesso a vossas mercês que todo o meu cuidado he os pobres e assi folgarei que vossas mercês me avisem que importava cada dia a esmola que os santos prelados passados davam a porta e em que forma se dava esta esmola e também folgarei de saber como se haviam o senhores prelados com os pobres do bispado fora da cidade se lhes mandavam pelos lugares repartir algumas esmolos e em que forma ou se só as davam quando hiam visitar e avisem-me vossas mercês quem he este ano provedor da Misericórdia”²⁴.

A missiva revela como o modelo do bispo pai dos pobres estava presente no pensamento de D. Miguel de Castro. E não foi, seguramente, por acaso que as referências à Misericórdia aparecem num contexto em que ele discute a prática da caridade, elemento essencial do modelo dos bispos pós-tridentinos²⁵. Ora, a Misericórdia era pobre. Em 1639, o bispo D. Dinis de Melo e Castro afirmava “que a Caza da Mizericordia desta cidade e as mais mizericordias deste bispado de Vizeu são muito pobres”²⁶, sendo que no ano de 1758 se refere que tinha de “rendimento seis mil cruzados que ordinariamente [se] gastam e em muitos anos se empenha”²⁷. Dependia, por isso, de doações e transferências de verbas de várias instituições, caso do cabido por exemplo que em 1598 entregou à Misericórdia 100 mil réis para esmolos, sendo que o deão em 1698 ofertou à confraria “humas casas e prazo que estão na rua direita desta cidade”²⁸. O poder episcopal, no auxílio a este tipo de instituições, não podia nem devia ficar à margem.

²⁴ Arquivo Distrital de Viseu – Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 1, doc. 94.

²⁵ PAIVA, 2006: 132-133.

²⁶ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 5, doc. 347.

²⁷ Trecho constante nas memórias paroquiais de Viseu publicadas por CAPELA; MATOS, 2010: 724.

²⁸ Arquivo Distrital de Viseu – Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 38, doc. 61; cx. 54, doc. 11.

Uma das principais doações, por motivos de assistência, aconteceu em 1639. As obrigações assistenciais do bispo D. Dinis de Melo e Castro para com os pobres e os enfermos levaram a que tenha doado a quinta de Vila Nova dos Arciprestes à Misericórdia de Viseu com a obrigação de se ofertar parte da receita às congêneres da diocese²⁹. Anos depois, em 1675, as preocupações com a assistência aos pobres não esmoreceram. D. João de Melo, na visita *ad limina* que envia à Santa Sé, refere o seguinte: “tem a cidade casa da Misericórdia e hospital com poucas rendas pelo que mandamos repartir os bairros pelos Médicos, que assistem a cura dos pobres, que mandamos prover de Botica, e mais necessários”³⁰. De igual modo, em 1764, D. Júlio Francisco de Oliveira doou à Misericórdia a extraordinária quantia de 25 mil cruzados, “a favor dos infermos do hospital”, sendo que em 1786 o bispo D. Frei José do Menino Jesus legou-lhe 480 mil réis de “esmola”³¹.

Na centúria de Seiscentos, alguns bispos foram igualmente responsáveis pelo patrocínio de obras. Por exemplo D. Richard Russel, no tempo em que foi provedor, ordenou a feitura do retábulo do altar-mor³². Sabe-se também que o bispo D. Jerónimo Soares pagou a “reforma do sino” da igreja³³. E no século XVIII é crível que a renovação da Misericórdia de Viseu - construção de uma igreja nova e demais dependências - só tenha sido possível com a ajuda do poder episcopal (os 25 mil cruzados, ou parte deles, doados por D. Júlio Francisco de Oliveira foram seguramente canalizados para esta empreitada).

Não se pense que a intervenção dos prelados na administração da confraria se limitava a doações, óbulos ou ao patrocínio de obras. Enquanto provedores podiam interferir no funcionamento e organização da associação confraternal. Caso paradigmático aconteceu com D. Frei João de Portugal. Nos primeiros decênios do século XVII, no contexto de aceras lutas contra a presença de cristãos-novos nas instituições do reino, este bispo determinou “riscar da irmandade da Misericórdia de Viseu (onde era provedor) alguns irmaos que erao chistaos novos”³⁴. Num processo inquisitorial em que Afonso Botelho, cristão-novo, foi acusado de práticas judaicas refere-se o seguinte:

²⁹ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 5, doc. 347.

³⁰ Arquivo Distrital de Viseu – Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 6, doc. 2.

³¹ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viseu – *Acordãos* (1726-1816), fls. 135;216.

³² ALVES, 1988: 36-37.

³³ Arquivo Distrital de Viseu – Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 39, doc. 77.

³⁴ Biblioteca Nacional – *Códice 270*, Biografias de ecclesiasticos notáveis[...] noticia da vida e morte do Illustrissimo Senhor D. Frei João de Portugal, fl. 45-62.

“o [o bispo] queria lançar fora da Misericórdia o dito Afonso Botelho pela parte que tinha de Cristão-Novo”³⁵. A presença de cristãos-novos na Misericórdia era uma realidade estrutural. Alguns, em finais do século XVI, fizeram inclusive parte da Mesa, casos de Diogo Rodrigues e Cristóvão Rodrigues³⁶. D. Frei João de Portugal quis expurgar a Misericórdia de cristãos-novos. Por isso, quando o prelado morreu, em 1629, correu o boato de que haviam sido “os christaos novos [que] o matarao com peçonha”, para se vingarem de os ter excluído da confraria³⁷. De sublinhar, que os prelados colaboraram sistematicamente com a Inquisição desde a fundação do tribunal, por exemplo enquanto oficiais do S. Ofício, promotores de denúncias ou executores da prisão de réus³⁸.

As relações de proximidade entre antístites e Misericórdias materializaram-se noutros planos. Numa carta enviada pelo rei ao bispo D. Richard Russel, em finais do século XVII, o monarca avisava-o do seguinte:

“fui servido ordenarlhes nao assistissem mais nella em corpo de Mesa e que no Corpo da Igreja fizessem hua Meza com a comodidade que fosse possível, em que se possam assentar pela indecência que do contrario resulta. De que me pareceu avizarvos para que assim o tenhais entendido; e ordeneis que se proceda na forma desta minha resolução”³⁹.

Esta carta é reveladora da importância que certos prelados votavam à administração das confrarias e da confiança que os monarcas depositavam na ação dos antístites. Na Época Moderna, como refere José Pedro Paiva, os bispos eram, por norma, agentes da política do rei⁴⁰.

Em suma, para os antístites era importante controlar uma confraria que congregava parte relevante da sociedade local; assim mais facilmente poderiam afirmar o seu poder na comunidade. Para o poder episcopal o controlo de instituições locais com as características da Misericórdia, isto é, de forte representação e implantação social não era de somenos importância. Já para a Misericórdia, a circunstância de ver bispos na sua direção também não era

³⁵ Esta referência foi colhida na obra de Teresa Cordeiro, intitulada *Inquisição e cristãos-novos na cidade de Viseu; morfologia, identidades e integração sociocultural (séculos XVI-XVII)*, p. 385.

³⁶ CORDEIRO, 2015: 383.

³⁷ Biblioteca Nacional – *Códice 270*, *Biografias de eclesiasticos notáveis[...]* noticia da vida e morte do Ilustríssimo Senhor D. Frei João de Portugal, fl. 45-62.

³⁸ PAIVA, 2011: 146-188.

³⁹ Arquivo Distrital de Viseu – Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 14, doc. 35.

⁴⁰ PAIVA, 2006: 171-172.

despiciendo; a confraria poderia, assim, beneficiar das graças e mercês dos antístites.

Se nalguns casos, por exemplo em Setúbal, a Misericórdia foi dirigida por leigos⁴¹, em Viseu a presença de eclesiásticos na cúspide da confraria acabou por ser uma realidade estrutural. Questões assistenciais levaram os prelados a canalizar verbas para a confraria. A ação dos bispos foi igualmente determinante em aspetos de natureza material, como sejam obras e infraestruturas. Diligenciaram no sentido de reformarem a composição social da instituição e foram agentes das diretrizes do poder régio. Como bem viram Ângela Barreto Xavier e José Pedro Paiva: “Até agora prevaleceu a tese de que as misericórdias eram praticamente independentes e imunes à autoridade episcopal, tese que tem sido escorada, aliás, nos testemunhos documentais disponíveis e na retórica das próprias misericórdias. Contudo, a descoberta de novos documentos permite reconhecer que esta não foi uma questão pacífica”⁴².

Fontes e bibliografia

Fontes

- Impressas

Constituições feytas por mandado do muito revendo senhor o senhor dom Miguel da Silva, bispo de Viseu – [s.l.]:[s.n],[s.d.].

Constituições synodales do bispado de Viseu. Coimbra: João Alvares, 1556.

PEREIRA, Manoel Botelho (1630) – *Dialogos moraes, historicos e politicos, fundação da cidade de Viseu, historia dos seus bispos, geraçoens das suas familias*. [s.l.]:[s.n].

- Manuscritas

Arquivo Distrital de Viseu

Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 17, doc. 104

Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 13, doc. 94

Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 14, doc. 35

Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx, 38, doc. 61

Cabido de Viseu, *Avulsos* cx. 54, doc. 11

⁴¹ ABREU, 1990: 23-24.

⁴² XAVIER & PAIVA, 2005: 23.

Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 6, doc. 2
Cabido de Viseu, *Avulsos*, cx. 39, doc. 77

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viseu
Acordãos (1726-1816)

Biblioteca Nacional de Portugal

- *Códice 270, Biografias de eclesiasticos notáveis[...] noticia da vida e morte do Ilustrissimo Senhor D. Frei João de Portugal*, fl. 45-62.

- *Pombalina, Códice 648, Resumo da vida de Dom Jorge de Atayde, bispo de Viseu, Capellam mor de Portugal e do Concelho de Estado escrita por Thomé Alvarez*.

Bibliografia

ABREU, Laurinda Faria dos Santos (1990) – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspetos de sociabilidade e de poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

ARAGÃO, Maximiano (1936) – *Viseu: Instituições Sociais*. Lisboa: Seara Nova.

ALVES, Alexandre (1988) – *A igreja da Misericórdia de Viseu*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique (2010) – *As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: [s.n.].

CORDEIRO, Maria Teresa Gomes (2015) – *Inquisição e cristãos-novos na cidade de Viseu; morfologia, identidades e integração sociocultural (séculos XVI-XVII)*. Salamanca: [s.n.] (tese de doutoramento apresentada à Universidade de Salamanca).

LOPES, Maria Antónia (2012) – *As misericórdias de D. José ao final do século XX*. In José Pedro Paiva (coord. científica), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (Vol.1, pp. 79-117) Lisboa: Universidade Católica; União das Misericórdias.

LOPES, Maria Antónia (2002) – *Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder*. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVI (2002-2003), p. 203-274.

NUNES, João (2016) – *A igreja paroquial*. In José Pedro Paiva (coord. Científica), *História da Diocese de Viseu*. Viseu: Diocese de Viseu; Imprensa da Universidade, vol. 2, p. 281-295.

NUNES, João Rocha (2010) – *A reforma católica na diocese de Viseu (1552-1639)*. Coimbra:[s.n.] (tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade de História Moderna apresentada à Universidade de Coimbra).

NUNES, João Augusto Guerra da Rocha (2003) – *Governar sem sobressaltos norteado pela lei. D. Jerónimo Soares, bispo de Viseu (1695-1720)*. Coimbra: [s.n.] (tese de mestrado em História Moderna apresentada à Universidade de Coimbra).

PAIVA, José Pedro (2016) – *A ação dos bispos e os outros poderes*. In José Pedro PAIVA Pedro (coord. Científica), *História da Diocese de Viseu*. Viseu: Diocese de Viseu; Imprensa da Universidade, vol. 2, p. 319-479.

- PAIVA, José Pedro (2016) – O episcopado. In José Pedro Paiva (coord. Científica), *História da Diocese de Viseu*. Viseu: Diocese de Viseu; Imprensa da Universidade, vol. 2, p. 161-205.
- PAIVA, José Pedro (2001-2011) – *Portugaliae Monumentae Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- PAIVA, José Pedro (2011) – *Baluartes da fé e da disciplina O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1995) – A Assistência: As misericórdias e os poderes locais. In C. Oliveira, *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 136-142.
- SÁ, Isabel Guimarães; LOPES, Maria Antónia (2008) – *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SILVA, Hugo Ribeiro da (2016) – O cabido. In José Pedro Paiva (coord. Científica), *História da Diocese de Viseu*. Viseu: Diocese de Viseu; Imprensa da Universidade, 2016, vol. 2, p. 225-262.
- SANTOS, Josival Nascimento dos (2015) – *D. João de Melo bispo de Elvas, Viseu e Coimbra*. Coimbra: [s.n] (tese de doutoramento em Altos Estudos em História, no ramo da Época Moderna).
- XAVIER, Ângela Barreto; PAIVA, José Pedro (2005) – Introdução. In José Pedro Paiva (coord. científica), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: Universidade Católica; União das Misericórdias, vol. 4, p. 7-30.

Análise da literacia no Convento dos Cardaes: 1681-1856¹

Analysis of the literacy in the Convent of Cardaes: 1681-1856

LEONOR CALVÃO BORGES

Doutoranda em Ciência da Informação – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

leonorborges@gmail.com

Artigo enviado em: 6 de fevereiro de 2017

Artigo aprovado em: 13 de abril 2017

RESUMO

Analisa-se a assinatura na sua dupla vertente de sinal de identificação e elemento de validação de documentos e refere-se a evolução historiográfica da literacia através do estudo das assinaturas.

Desenvolve-se um estudo de caso através da análise da literacia da comunidade carmelita descalça do Convento dos Cardaes em Lisboa

PALAVRAS-CHAVE: Assinatura; Literacia; Convento dos Cardaes.

ABSTRACT

It is studied the signature in its double strand of identification signal and element of document validation is analyzed and referred the historiographic evolution of the literacy through the study of the signatures.

A case study is developed through the analysis of the literacy of the barefoot Carmelite community of the Cardaes Convent in Lisbon.

KEYWORDS: Signature; Literacy; Cardaes Convent.

¹ Este estudo corresponde, em parte, ao trabalho apresentado na disciplina Seminários Interdisciplinares do doutoramento em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra.

Introdução

Este estudo pretende acompanhar e refletir sobre a renovação do campo científico da paleografia, tentando

“identificar y conocer, cultural y socialmente, a los que escriben y a los que leen (que no necesariamente coinciden) en un determinado ambiente y en una determinada época, partiendo de los testimonios gráficos producidos o empleados por ellos”².

Para tal, foi selecionada a comunidade carmelita descalça do Convento dos Cardaes em Lisboa - e feita a análise das assinaturas pertencentes às religiosas que aí professaram entre 1681 e 1831.

Para o fazer, e numa primeira parte do trabalho, foi estudada a definição, história, regulamentação e conteúdo da assinatura, no duplo sentido de sinal de identificação e elemento de validação de documentos, a que se seguiu a identificação do papel das assinaturas na renovação historiográfica dos estudos de alfabetização.

De seguida, desenvolveu-se um estudo de caso mediante a contextualização daquela comunidade através da sua história, funcionamento e organização, descrevendo ainda os ofícios ligados à escrita e a produção documental que nos foi deixada.

Para a análise da literacia da comunidade, e para além das fontes secundárias, foram digitalizadas as assinaturas de todas as professoras, tendo sido preenchido um quadro de identificação das mesmas. Após uma análise genérica de vários métodos de classificação de assinaturas, optou-se por uma metodologia que permitisse estabelecer critérios claros de identificação do nível de perícia caligráfica das religiosas, enquadrando essa perícia no contexto das normas gráficas vigentes à época.

O estudo conclui com a apresentação dos resultados dessa classificação, conjugando-os com as opções gráficas, tipográficas e de uso da escrita naquele ambiente conventual, fazendo assim uma análise do património gráfico-cultural do mesmo.

² PETRUCCI, 1999: 26.

1. Do ato de assinar: definição, história, regulamentação e conteúdo

O Vocabulário de Bluteau, na sua entrada de *Assinatura*³, refere que assinado e assinatura “de ordinário não diferem, senão em que o ultimo se diz quasi sempre de escrituras publicas assinadas”. Por sua vez, a entrada de *assinado*⁴, refere “hum escrito, firmado da própria letra (...). Assinados por pessoas qualificadas valem por escrituras publicas”, fazendo ambas as definições ligação à função de autenticação de documentos. Já a entrada de *Assinar*⁵, no parágrafo relativo a assinar-se em escrituras, estabelece o paralelo com assinado “Pôr nellas o seu assinado”. Assinar-se em huma doação (...) Assinar hum testamento”.

Anos mais tarde, o Dicionário de Morais⁶ irá precisar a definição de assinatura com a indicação do que se escreve: “a acção de assinar o nome § o nome assinado”, mantendo a de assinar diretamente ligada com “firmar em escrituras”. Passado quase um século, o Dicionário de Frei Domingos Vieira⁷ identifica a origem latina da palavra (*assignare*) dando uma definição um pouco mais abrangente porquanto não a cinge à escrita do nome: “marcar, pôr sinal, subscrever, firmar, inscrever o seu nome”, muito embora identifique assinar-se como “Subscrever, inscrever-se, firmar, validar com sua firma”. Um pouco mais abaixo, a entrada de assinatura retoma a dupla identificação de sinal e/ou nome, com uma novidade: a da menção de rubrica:

“Subscrição, firma, rubrica, nome ou signal da pessoa que confirma um acto ou documento” e a de assignatura, “sinal com que se usa escrever um nome, deve constar de todas as letras que compõem o nome da família que cada um tem, porque de outra forma, considera-se com signal. Em todos os contratos synallagmaticos ou obrigatórios das duas partes contraentes, é indispensável a assignatura”.

A transição para o século XX mantém esta dupla identificação com sinal e escrita do nome, como podemos verificar no Dicionário de Aulete⁸, que na entrada de assinar a relaciona diretamente com a função de autentica-

³ BLUTEAU, 1712: V.1, 609.

⁴ BLUTEAU, 1712: V.1, 607.

⁵ BLUTEAU, 1712: V.1, 608-609.

⁶ SILVA, 1790: V.1, 132.

⁷ VIEIRA, 1871: V. 1, 618.

⁸ AULETE, 1925: V. 1, 230-231.

ção “firmar com o seu signal ou assignatura (carta ou escriptura para a tornar valiosa e responder por ella)”. Já a definição de assinatura remete para a de assinar “acto de assinar, subscrever ou firmar. O nome assignado: Reconheço a assignatura por ser do próprio”.

Não é assim de estranhar que, na década de 90 do século XX, Galamba Marques, no Dicionário Jurídico da Administração Pública, defina assinatura como o

“Nome manuscrito pelo próprio por forma caligraficamente caracterizante e identificadora de quem o escreveu, e cuja aposição num documento determina a imputabilidade da sua autoria, ou garante, em princípio, a autenticidade do seu conteúdo”⁹.

Esta definição faz o pleno das anteriores, ao juntar a assinatura manuscrita do nome à sua função de autentificação do documento, acrescentando ainda um pormenor importante: a forma caligráfica caracterizante e identificadora de quem assina, abrindo assim caminho para o problema das perícias caligráficas, fundamental para a deteção de falsificações.

A subscrição autógrafa de testemunhas surge no Egipto¹⁰ por volta do séc. VII ac, sendo posteriormente utilizada também em Jerusalém e na Grécia. As circunstâncias históricas do aparecimento da *subscriptio* de atos¹¹ em Roma relacionam-se com a renovação do procedimento em conjunto com a alteração do suporte de escrita. De facto, a passagem das tabuinhas de cera para o papiro, vai permitir a substituição dos selos pela subscrição autógrafa, o que faz com que, como refere Fraenkel, a diferença entre ambos não seja rígida: “l’un peut remplacer l’autre, ils sont homologues”¹². A *subscriptio* compreende o nome próprio e a menção *subscripsit* manuscrita pelo próprio, substituída por uma cruz no caso dos iletrados.

Com a introdução do Código de Justiniano, e como refere Cristiana Vieira de Freitas¹³, foram estabelecidas regras para assegurar a autenticidade dos documentos e conservação em arquivos públicos.

Durante a Idade Média, e nos países herdeiros do direito romano, o

⁹ MARQUES, 1990: V. 1, 507-508.

¹⁰ MADJANSKI, 2000: 17.

¹¹ Para a análise da origem das assinaturas como forma de validação de documentos, ver GUIGNE (1863), FRAENKEL (1992) e MADJANSKI (2000). Para a questão da autenticidade conferida a estes documentos, seguimos ainda NOGUEIRA (2008), FREITAS (2010) e GOMES (2007).

¹² FRAENKEL, 1992: 33.

¹³ FREITAS, 2010: 7-8.

ofício de *publicus notarius*, “como titular da função pública de conferir autenticidade legal ao documento”¹⁴, vai sendo regulamentado entre os séculos XI e XIV, tendo Portugal seguido o modelo e iniciado a sua própria regulamentação no séc. XIII¹⁵, com o Regimento de 1305¹⁶, o qual, nos seus 29 artigos, enumera as interdições à profissão, o modo de exercício da mesma (livros de notas, livros de registo, a leitura das notas, etc.) os prazos e pagamentos.

A publicação das Ordenações Afonsinas (1447) vão determinar ao Chanceler¹⁷ que proceda ao exame de tabeliães e escrivães, após o que lhes passará cartas de ofício, para que possam “poer signaes publicos e dar fe como Taballiaes, em seus Officios, e esto faça com nossa authoridade”.

Quanto aos tabeliães¹⁸, é-lhes indicado a leitura dos contratos entre partes, devendo de imediato serem assinadas pelas partes e testemunhas. De igual forma, na enumeração dos actos que se devem fazer por escritura pública¹⁹ a realizar por tabelião ou escrivão público se identifica essa obrigatoriedade e descreve os casos em que a escritura pode ser considerada falsificada²⁰.

As Ordenações Manuelinas²¹ adensam os requisitos necessários para que o Chanceler passe a respectiva carta de ofício, e só após “fazendo-os leer e escreuer perante si, e se viir que bem escreuem, e bem leem” lhes será passada a respectiva carta, registando ainda “o sinal publico do Tabaliam na Chancelaria, e assim assinara com elle hua testemunha como elle he o proprio que pede o Officio”²². Também aqui se elencam um largo conjunto de tipologias de actos a realizar por escritura e tabelião públicos²³, identificando exaustivamente a verificação de autenticidade ou falsidade²⁴.

¹⁴ NOGUEIRA, 2008: 16.

¹⁵ NOGUEIRA, 2008: 15-54. Para o desenvolvimento da profissão, e sua inserção na época, seguimos de perto o estudo de COELHO (2001).

¹⁶ ALBUQUERQUE & NUNES, 1988: 197.

¹⁷ Ordenações Afonsinas, Lv I, tít II, nº 5º a 16º. Seguimos a edição disponibilizada online pelo Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>

¹⁸ Ordenações Afonsinas, Lv I, tít XXXXVII, nº 1.

¹⁹ Ordenações Afonsinas, Lv III, tít LXVIII.

²⁰ Ordenações Afonsinas, Lv III, tít LXV.

²¹ Seguimos a edição disponibilizada online pelo Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>

²² Ordenações Manuelinas, Lv 1, tít II, nº 30.

²³ Ordenações Manuelinas, Lv 3, tít XLV.

²⁴ Ordenações Manuelinas, Lv 3, tít XLVI.

D. Sebastião, através da publicação das suas *Ordenações da noua ordem do juizo sobre o abreuir das demandas & execuções dellas*, publicadas em 1578 vai determinar que “Em cada hua das Rellações das casas da Supplicação & do Ciuel” haja um livro numerado e assinado por desembargador, regedor ou governador,

“no qual liuro todos os tabaliães & escriuães das cidades, villas, concelhos & lugares de meus reinos & senhorios, quando tirarem as cartas de seus officios, faram os sinaes pubricos de que nelles ouuerem deviar & hum termo de sua letra, pera nas ditas Rellações se poderem ver & cotejar os ditos sinaes & letras todas as vezes que comprir a bem de justiça”.

Desta forma, não só é alterado o local de arquivo da carta de ofício, que transita da Chancelaria Régia para a Relação da Casa da Suplicação, em livro próprio para o efeito, como ainda se faz menção específica ao registo do tipo de letras de cada tabelião, como forma de garantia de não falsificação dos seus atos.

Por sua vez, as Ordenações Filipinas²⁵, publicadas em 1603 e com um vasto período de vigência até 1821, vão manter esta disposição²⁶, surgindo ainda a obrigatoriedade de levarem as cartas de ofício bem como certidão do Regedor ou Governador da Relação com a identificação do distrito onde podem exercer a sua profissão, bem como provar que o registo do seu sinal e tipo de letra foram feitos²⁷. Mais uma vez se descriminam os atos que se devem fazer por escritura e oficial público, bem como se enumeram as identificações de documentos autênticos ou falsos, acrescentando a forma de validação dos trelados das escrituras contidas no arquivo público da Torre do Tombo.²⁸ Refira-se ainda o título XCVI do mesmo Livro (Das assignaturas), onde são elencados os valores a cobrar pelos vários oficiais da Chancelaria pela aposição da sua assinatura.

Como sintetiza José Homem Correia Telles, no seu Manual do Tabelião²⁹, para que uma escritura se presuma verdadeira, deve a mesma ser “revestida de todas as solenidades que a lei ordena”, nomeadamente a datação e local,

²⁵ Seguimos a edição disponibilizada online pelo Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em: <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/>

²⁶ Ordenações Filipinas, Lv I, nº 44.

²⁷ Ordenações Filipinas, Lv I, Tit LXXX, nº 1.

²⁸ Ordenações Filipinas, Lv 3, Tits LIX, LX e LXI.

²⁹ TELLES, 1830: 19-21.

a declaração de que se conhecem as partes, cópias de eventuais procurações, a declaração de ter sido lido o contrato e a assinatura das partes, das testemunhas e do tabelião.

Esta normativa jurídica é mantida pelas codificações oitocentistas (e posterior legislação) tanto tipificando o seu uso, como penalizando a sua falsificação. De facto, o Código civil de 1867, no seu Livro II, Tít. I, cap. IV – Prova documental, secções I e II (artigos 2420.º a 2440.º) estabelece claramente a diferença entre documentos autênticos (exarados por oficial público e que fazem prova) e os documentos particulares (escritos ou assinados por qualquer pessoa sem intervenção de oficial público e que têm, desde que reconhecidos entre as partes, a mesma força probatória que os autênticos).

O mesmo diploma elenca os vícios de forma na força probatória dos documentos, especificando a falta de assinatura das partes (nº 4 do artigo 2495º), falta de assinatura de duas testemunhas (nº 5 do artigo 2495º), e ainda a falta de assinatura e sinal do oficial público (nº 9 do artigo 2495º), podendo dar lugar à falsidade do documento a viciação da sua data, contexto ou assinaturas do documento (nº 4 do artigo 2496º).

Já o Código Penal de 1855, no seu Livro II, Título III, cap. IV, secção 2ª – Da falsificação dos escriptos, determina a condenação a trabalhos públicos temporários a quem “dolosamente, e com a intenção de prejudicar outra pessoa, ou o Estado” cometer falsificação, nomeadamente através da assinatura, em escritura que “deva ter a mesma fé que as escripturas publicas” (artigo 216º). Pena mais pesada tem o legislador para o funcionário público que cause prejuízo em escritura pública, título, diploma, auto ou escrito de igual força (artigo 218º), condenando a trabalhos públicos por toda da vida.

Analisado o conceito, e feita uma breve notícia do seu aparecimento e posterior regulamentação em Portugal, importa agora identificar o conteúdo da mesma. Delphine Madjanski caracteriza-o como sendo constituída por nome, apelido e as iniciais do signatário ou *paraphe*³⁰, cuja tradução para português é averbada no *Vocabulaire international de la diplomatie* como rubrica³¹. Contudo, e ainda seguindo Madjanski, o termo *paraphe* tem dois significados “Tout d’abord, le paraphe designe un ornement de la signature: il s’agit d’un tourbillon de lignes qui s’ajoutent à la signature, qui la personnalise encore davantage”³², definição a que o *Vocabulaire* acres-

³⁰ MADJANSKI, 2000: 83-87.

³¹ CÁRCEL ORTÍ, 1997: 291.

³² MADJANSKI, 2000: 83-88.

centa ser “tracé d’un seul mouvement de plume”³³, feito para impedir falsificações³⁴.

O segundo significado é o de uma “sorte de signature abrégée constitué des initiales du nom et du prénom de la personne qui les écrit”, de que Madjanski, ela própria notária de profissão, analisa a jurisprudência francesa a esse respeito e o *Vocabulaire* identifica como usada na época moderna “pour approuver chaque feuille d’un cahier numéroté par un officier publique (...)”³⁵, ou seja, uma rubrica também utilizada no nosso ordenamento jurídico³⁶.

Maria José Azevedo Santos utiliza *paraphe* para “esse conjunto de traços, mais ou menos ornamentais³⁷”, ou seja, para o seu primeiro significado, no seu estudo de um rol de moradias da casa da rainha D. Catarina de Áustria.

Béatrice Fraenkel considera assim a assinatura como um

“vestige d’un véritable système de signes d’identité, don’t elle se détache au XVI siècle et, dès lors, persiste seule, tel un signe isolé. En outre, elle appartient à ces signes dits de «validation» dont la fonction est de transformer un quelconque document écrit en acte juridique”³⁸, afirmando ainda que “D’un point de vue general, ces signes indiquent les caractéristiques d’un individu de sorte qu’on puisse le reconnaître. Or selon les époques, les lieux, les cultures, ces notions de caractéristiques, d’identité, voire d’individu, varient. Ainsi, la signature, si elle caractérise le signataire, révèle également une certaine conception sociale de l’identité de l’individu”³⁹.

³³ CÁRCEL ORTÍ, 1997: 48.

³⁴ Uma definição similar é averbada no Vocabulário de codicologia, (PILAR OSTOS & RODRÍGUEZ, 2011: 20).

³⁵ CÁRCEL ORTÍ, 1997: 48.

³⁶ O atual Código do Notariado na sua versão consolidada de 2013, determina a utilização da rubrica para legalização de livros notariais (artigo 22º), especificando o seu termo de abertura e encerramento (artigo 23º), em minutas apresentadas pelas partes (artigo 43º), em folhas não assinadas (artigo 52º) e documentos complementares (artigo 64º), em testamentos (artigo 108º) e na sua abertura (artigo 113º), na apresentação de letras (artigo 124º), em averbamentos notariais (artigos 132º e 133º), em certificados e certidões (artigo 160º), junto do selo branco (artigo 205º) e na documentação administrativa e financeira relativa à sua função notarial (artigos 185º, 195º e 197º).

³⁷ SANTOS, 2004: 20-21.

³⁸ FRAENKEL, 1992: 7.

³⁹ FRAENKEL, 1992: 8.

2 - As assinaturas nos estudos de alfabetização

A renovação do campo científico da paleografia, ocorrida a partir da década de 60 do século XX, e dedicada ao “estúdio global de la historia de los usos y practicas del escrito”⁴⁰, permite novas abordagens sobre a função da escrita e a sua relação com a sociedade.

Harvey J. Graff, em 1995, faz uma revisão ampla da literatura sobre o assunto, apontando duas gerações de estudos⁴¹ e lançando as pistas para o terceiro. Constituída a história da alfabetização como fim científico, a sua evolução um pouco por toda a Europa foi estruturada em escolas, métodos e acompanhada pela realização mais ou menos periódica de encontros científicos e publicação de revistas académicas dedicadas à história da cultura escrita, dos quais é justo referir o Congresso de Perugia, realizado em 1979, os congressos internacionais de Historia de la Cultura Escrita, realizados pela Universidade de Alcala de Henares e as publicações *Scrittura e Civiltà*, *Alfabetismo e Cultura Scritta*, *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita* e ainda *Litterae. Cuadernos sobre Cultura Escrita*⁴², que demonstram um campo fértil de fontes, metodologias e novas visões sobre a utilização das assinaturas como fonte de estudo para a alfabetização e história da cultura escrita.

Portugal não ficou fora desta tendência, como destaca Justino Pereira de Magalhães, que traça uma visão genérica da evolução das linhas de investigação em Portugal⁴³, fazendo uma análise dos estudos, épocas, fontes e metodologias empregues nos estudos dedicados à temática, apontando a rutura com a “história quantitavista”, como, de resto, já Rui Ramos tinha referido, afirmando que “a grande obsessão é a contextualização dos níveis de alfabetização”⁴⁴. Os autores são unânimes na consideração dos estudos desenvolvidos entre 1982 e 1993, por Francisco Ribeiro da Silva como basilares, afirmando mesmo que tiveram “o mérito de haver convertido a História da Alfabetização em Portugal numa preocupação científica do mundo universitário”⁴⁵.

40 CASTILLO GÓMEZ & SAEZ, 1994: 133.

41 A primeira, datada dos anos 60 do século XX, com a imposição dos estudos históricos sobre literacia, identificando tendências, fontes e cronologias e a segunda, datada nos anos 70/80 do mesmo século, caracterizada pela exploração quantitativa de documentos, mormente aqueles com assinaturas, mas não só, com uma preocupação de contextualização histórica. Veja-se GRAFF, 1995: 13-46.

42 RUBALCABA PÉREZ (2004) faz uma revisão geral da literatura sobre alfabetização, retendo-se detalhadamente sobre as contribuições italianas e espanhola para esta disciplina.

43 MAGALHÃES, 1996 a.

44 RAMOS, 1988: 1079.

45 MAGALHÃES, 1996a: 57.

A adoção da assinatura, ou marca autográfica⁴⁶, como base de informação para estes estudos é um dado adquirido, sendo, para isso, desenvolvidas grelhas de análise das mesmas (ver ponto 3.4), que, no caso português, variam entre os 4 ou 5 níveis⁴⁷, muito embora a designação dos mesmos possa sofrer alguma variação.

Aos estudos de Francisco Ribeiro da Silva, outros tantos se seguiram, com novas metodologias, fontes, comunidades e âmbitos cronológicos, destacando os de Maria José Azevedo Santos, Rita Marquilhas, Lúcia Gaspar Duarte ou Ana Cristina Araújo.

Se é certo que todos os autores referem que saber ler não significava saber escrever, e que o facto de assinar não confere necessariamente ao seu autor “uma competência cultural específica; saber escrever”, como refere Ana Cristina Araújo⁴⁸, a verdade é que “la alfabetización há dejado de ser “un sujet relativement neuf” (...) para convertirse en una de las líneas de investigación más atraentes y com un futuro más prometedor⁴⁹”.

E, de facto, os inúmeros trabalhos realizados tendo por base a análise de assinaturas, estão aí para o provar.

3 - Literacia na comunidade carmelita descalça do Convento dos Cardaes

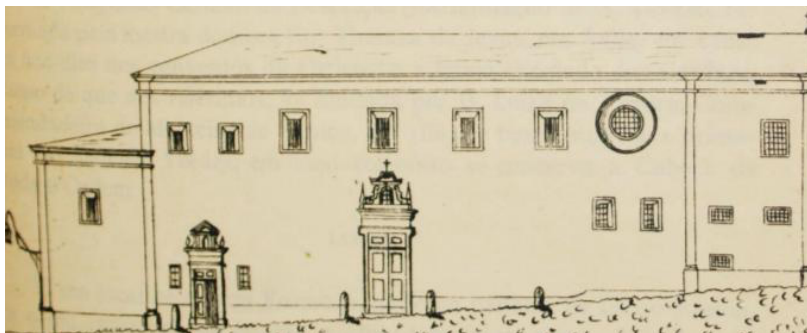


Figura 1 – Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes
Monumentos sacros de Lisboa..., 1927, Parte 2.ª, n.º 12

⁴⁶ MAGALHÃES, 1996b: 443.

⁴⁷ Vejam-se, a este respeito, as propostas por MAGALHÃES, 1996b: 443, SILVA, 1986: Vol. III, 101-163, SANTOS, 2004: 25-28, ou ainda RODRIGUES, 2006: 189-229.

⁴⁸ ARAÚJO, 2000: 268.

⁴⁹ CASTILLO GÓMEZ & SAEZ, 1994: 146.

3.1 - O convento dos Cardaes e a sua comunidade⁵⁰

O estabelecimento de uma comunidade de carmelitas descalças no Convento dos Cardaes em Lisboa surge como consequência da reforma da Ordem do Carmo levada a cabo por Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz, no âmbito da designada terceira fundação.

Este convento, fundado por D. Luísa de Távora⁵¹, abre as suas portas em 1681, no mesmo local onde já existia um recolhimento de invocação de Nossa Senhora da Conceição, fundado por Rui Lourenço de Távora (1556-1616), e encerrará em 1876, data da morte da última freira.

Para que tal fosse possível, e dando cumprimento à execução testamentária de Garcia Rodrigues de Távora (seu tio-bisavô), que deixara à sua descendência a incumbência da fundação de um Convento da Ordem de Cristo⁵², D. Luísa pede e obtém de Roma um breve que autoriza a comutação de um convento da Ordem de Cristo para um da Ordem do Carmo Descalço, e do Príncipe Regente obtém licença para a edificação aproveitar as instalações do Recolhimento já existentes no sítio dos Cardaes⁵³, que lhe é concedida com as seguintes condições:

- 1) Que a fundação seja feita após a conclusão da fábrica do convento;
- 2) Que fossem postas todas as oficinas em perfeição;
- 3) De manter uma renda fixa e perpétua de 650 mil réis para o sustento de 21 religiosas e pagamento dos capelães.

Apesar de já habitável em 1681, tendo a 8 de Dezembro sido feita a cerimónia de clausura, os trabalhos de acabamento da construção e a decoração da igreja só foram considerandos concluídos cerca de 1703.

O convento encerrará as suas portas em 1876, data da morte da última freira, passando para a posse da Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos (ANSCA)⁵⁴. Terá sido essa circunstância que possibilitou a per-

⁵⁰ Para a história do convento e história da comunidade carmelita descalça, seguimos os trabalhos de VIEIRA (2003), CUMBRE (sd), BORGES (2013), e ainda a nossa comunicação em coautoria apresentada ao Congresso Internacional "A Reforma Teresiana em Portugal", realizado em Fátima em 2015 (Borges & Borges, 2017).

⁵¹ D. Luísa de Távora, de linhagem pertencente à nobreza titulada e frequentadora da Corte, nasce em 1609, filha de Álvaro Pires de Távora, 5º Senhor do Morgado e Torre da Caparica, e de sua segunda mulher D. Maria de Lima, filha do 7º Visconde de Vila Nova da Cerveira. Já viúva em 1647, entra no mosteiro de Santos-o-Novo, como comendadeira da Ordem militar de Santiago no ano de 1675.

⁵² Note-se que a quase totalidade das comendas da família Távora é da Ordem de Cristo.

⁵³ TT, Chancelaria de D. Afonso VI, Livro 34, fólhos 168-169.

⁵⁴ A ANSCA é criada por D. Maria Meclina Pereira Pinto. Trata-se de uma associação de senhoras para promover a prestação de auxílio domiciliário à então designada "pobreza envergonhada", para a qual solicita a sua fundação à rainha, que lhe é concedida por decreto de 28 de

manência no próprio Convento, de parte do seu espólio arquivístico e bibliográfico.

A sua comunidade contou inicialmente com a vinda de quatro carmelitas⁵⁵ de outros conventos e, durante o tempo em que esteve aberto, a entrada de 103 religiosas, tendo uma aceitação interessante nos finais do século XVIII, com a entrada de 29 religiosas em apenas 19 anos. De 1701 a 1833, data do decreto de extinção das ordens religiosas, teve uma média de entradas de uma religiosa a cada dois anos.

Como em qualquer outro convento feminino, registam-se entradas em idades precoces (a partir dos 6 anos), e uma única com 41 anos – tratava-se de uma viúva que professa – tendo a maioria das religiosas entrado com idades situadas entre os 16 e os 30 anos. Em cerca de 1/3 dos casos, existem familiares já no convento ou dão-se entradas simultâneas de irmãs e primas. Dadas as idades de entrada, não de estranhar que 8 delas tenham entrado como educandas e uma como pupila.

A grande maioria permanece no convento, registando-se, contudo, 14 desistências da vida conventual, seja por razões de saúde ou por não se habituarem ao “rigor da vida”⁵⁶.

O estatuto socio profissional do pai das religiosas só é registado em 13 casos, e referido em fontes secundárias em mais dois, número insuficiente para retirar grandes conclusões. Registam-se 4 militares, 2 médicos, 8 membros da nobreza, 1 Vedor e 1 membro do clero (um viúvo que professa).

A vida em comunidade era organizada e gerida da seguinte forma:

junho de 1847. Sem possuir sede própria, aproveitam a legislação que permite que, nos conventos femininos, continuem a viver as religiosas até à morte da última, para solicitar, em 1876, a cedência do convento dos Cardaes, a D. Luís, para nele instalarem um asilo de cegas. A cedência provisória é-lhes concedida em 28 de julho de 1877, sendo aí prontamente instalado o asilo.

A cedência definitiva do convento à ANSCA é feita por carta de lei de D. Carlos, datada de 21 de julho de 1893. O cariz católico do asilo e da Associação, determina que a orientação da Casa seja entregue às Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, comunidade que ainda hoje habita o convento.

⁵⁵ Do Convento de São João Evangelista de Aveiro veio a madre Micaela do Santíssimo Sacramento, a quem é destinado o cargo de priora, e a irmã Umbelina Teresa de Santa Maria, que ocupará o de clavaria. As restantes duas religiosas vieram uma do Convento de Santo Alberto, a Irmã Maria de Cristo, que será superiora e, do Convento de Santa Teresa de Carnide, a Madre Maria Teresa de Jesus, clavaria e mestra de noviças, filha da irmã Maria de Cristo.

⁵⁶ ACC, Lv 1, p. 48.

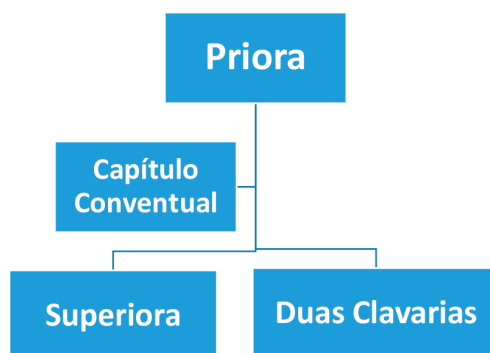


Figura 2 – Estrutura funcional do Convento

Presidia aos atos da comunidade a Priora, sendo eleita por um período de três anos através dos votos das professoras e confirmada pelo Provincial da Ordem. Compete-lhe zelar pelo cumprimento da Regra Primitiva e Constituições, vigiar a honestidade e clausura, bem como o modo como se exercem os ofícios, socorrer às necessidades espirituais e corporais “com o amor de mãe”⁵⁷.

É ainda responsável pela nomeação da Mestra de Noviças, Porteira, Sacristã e Escrivã e detentora de uma das chaves da arca das três chaves.

À Superiora, também ela eleita pelo mesmo sistema e âmbito cronológico, compete substituir a Priora na presidência dos atos da Comunidade, em caso de falta⁵⁸, cuidar do Coro, procurando que os ofícios divinos se rezem e cantem devotamente e a repreensão das faltas e erros cometidos no Coro e Refeitório.

Quanto às clavarias – e para o exercício do cargo devem ser eleitas sempre duas – são responsáveis, em articulação com a Priora, pela gestão financeira do convento, cabendo-lhes receber mensalmente as contas da Porteira ou religiosa que tenha a seu cargo a despesa do convento. Para este cargo, é feita a exigência que saibam ler, escrever e contar. São detentoras de duas das chaves da arca das três chaves.

A referida arca deveria conter todas as ofertas e esmolas feitas ao convento, bem como toda a documentação pertencente ao seu arquivo, e do qual falaremos mais adiante. Como medida de proteção, as chaves estavam assim na posse da Priora e das duas clavarias, e só juntas a deveriam abrir⁵⁹.

⁵⁷ Regra Primitiva, 1791, cap. XV: 145 a 148.

⁵⁸ Regra Primitiva, 1791, cap. XV: 147.

⁵⁹ Regra Primitiva, 1791 cap. XV: 108, nº 5 e 148, nº 8.

Por toda a regulamentação da comunidade carmelita descalça se podem encontrar preceitos relativos à leitura e escrita.

Deveria assim a Priora cuidar que houvesse bons livros espirituais no convento, fazendo as Constituições menção expressa dos *Cartusianos*, *Flos Sanctorum*, *Contemptus mundi*, as obras do Padre Frei Luís de Granada, de São Pedro de Alcântara, e, sobretudo, as de Santa Teresa de Ávila “pois não he menos necessária esta lição espiritual para o sustento da alma, do que o manjar corporal para a nutrição do corpo”⁶⁰. À mestra das noviças cabe a leitura da Regra Primitiva e Constituições da Ordem às suas noviças⁶¹, e quanto às leituras espirituais comuns que deveriam ter lugar no refeitório, são dadas indicações precisas sobre que títulos ler nos vários dias da semana⁶². Também no capítulo conventual se indicam as leituras a fazer⁶³, bem como no período que antecede a visita do Visitador, em que se lerá por oito dias o Tratado das Visitas de Santa Teresa⁶⁴.

Refira-se ainda que, prevendo assim a existência de uma biblioteca, que, como refere Sail António Gomes eram “comuns em todos os cenóbios para apoiar a formação espiritual dos religiosos”⁶⁵, as Constituições determinavam que as irmãs não deveriam ter livros nas suas celas, em observância da regra da pobreza, que não lhes permitia ter “cousa particular”⁶⁶.

E de facto, chegou até nós uma pequena biblioteca. Embora saibamos que nem todas as obras permaneceram no local⁶⁷, existe ainda no Convento dos Cardaes um pequeno conjunto de livros, constituído por 46 títulos, correspondentes a 54 volumes, o que, com base nos dados resultantes do inquérito levado a cabo pela Real Mesa Censória⁶⁸, podemos afirmar tratar-se de um número razoável para uma biblioteca conventual feminina.

Repartidos por 10 títulos do século XVII, 29 títulos do século XVIII e 7 títulos do século XIX, traduzem a preocupação em possuir obras relativas à

⁶⁰ Regra Primitiva, 1791: 68-69). Este mesmo preceito tinha sido já previsto pela própria Santa Teresa, que determinava a existência de “bons livros” (ÁVILA, 2015, II, n.º 7).

⁶¹ Regra Primitiva, 1791: 149-151.

⁶² Regra Primitiva, 1791: 94 e p. 101, n.º 2.

⁶³ Regra Primitiva, 1791: 163-165.

⁶⁴ Regra Primitiva, 1791 cap. XXI: 194, n.º 2.

⁶⁵ GOMES, 2007: 187.

⁶⁶ Regra Primitiva, 1791: 104-107).

⁶⁷ De facto, CAMPOS (2013: Vol. II, 127-128) identifica, através de um pertence, uma das obras desta biblioteca, existente agora no espólio da Biblioteca Nacional.

⁶⁸ Veja-se a este propósito MARQUES (1963).

história da Ordem e sua regulamentação, bem como as biografias dos seus Santos fundadores.

No que à escrita diz respeito, e para além das disposições relativas ao arquivo que veremos de seguida, as Constituições determinam que qualquer carta recebida ou a expedir deve ter a autorização prévia da Priora, que as lerá “inteiramente”, com uma única exceção caso se trate de correspondência com Prelados superiores. A correspondência particular com a família ficava assim condicionada à aprovação superior⁶⁹, estando a Porteira proibida de levar quaisquer notícias, ou entregar “cartas, bilhetes ou recados de palavra”⁷⁰ de dentro ou fora do Convento.

Curiosamente, as Constituições determinam ainda que nenhuma religiosa deve escrever por si, ou por terceira pessoa, cartas, escritos, bilhetes ou quaisquer outros papeis a pessoa alguma de fora ou dentro da Ordem, sem “firma própria de quem escreve, e de seu próprio nome, nem dissimulando a letra ou fingindo a data do Convento, ou lugar donde se escreve”⁷¹.

Sendo as Constituições tão detalhadas na identificação, como facto normal, de matérias da leitura e escrita, não é de estranhar que, nas poucas biografias existentes desta comunidade religiosa, se identifiquem essas competências. Assim é no caso da Irmã Maria da Natividade (1664-1695), que “por sua curiosidade aprendeo a ler e escrever bastantemente para o que lhe importava”⁷², da Irmã Maria de Cristo (1616-1699), que persistia em “ler livros espirituais”⁷³, da Irmã Helena Inês do Espírito Santo (1673-1701), que “sendo muito curiosa de ler livros espirituais se deu muito deveras ao Santo Exercício”⁷⁴, pedindo, na hora da sua morte, que se lhe “lesse hum caderno escrito da sua própria letra que constava dos feitos que concede Deus Nosso Senhor”⁷⁵, da Irmã Teresa Maria de São José (1674-1716), criada por seus pais com “grande cuidado e vigilância, esmerando-se em que aprendesse todas as boas artes, e como foi dotada de claro entendimento e vivo engenho, com brevidade aprendeo e era inerente em ler e escrever, contar”. Na vida em comunidade “tratava da lição dos livros”, apontava em cadernos as orações, e “assim lhe acharão muitas devoções escritas de sua letra”, solici-

⁶⁹ Regra Primitiva, 1791: 154, nº 14 e 160, nº 13.

⁷⁰ Regra Primitiva, 1791: 153, nº 23 e 24.

⁷¹ Regra Primitiva, 1791: 161.

⁷² ACC, Lv 3, p. 32.

⁷³ ACC, Lv 3, p. 41.

⁷⁴ ACC, Lv 3, p. 45.

⁷⁵ ACC, Lv 3, p. 46.

tando, à hora da morte, a leitura da Paixão escrita por São João⁷⁶, e ainda, a da Irmã Helena Maria da Cruz (1659-1724), cujo tutor fez que “aprendesse a ler e escrever⁷⁷”.

3.2 – Os ofícios da escrita na comunidade

No que ao arquivo diz respeito, assumido este, como refere Saul António Gomes, como “espaços de garantia de preservação dos espécimes, da memória dos factos e das acções que cumpria nunca esquecer⁷⁸”, as Constituições indicam expressamente a necessidade de feitura de quatro livros, a saber:

- Livro de registo da aprovação ou reprovação das noviças, o qual deverá estar na arca das três chaves⁷⁹.

- Livro de receita e despesa. O seu registo far-se-á semanalmente “depois de lição espiritual da tarde”, após a indicação por parte da Porteira à Priora e Clavarias, de tudo o que se tiver gasto⁸⁰.

- Livro de óbitos, onde se deve registar o nome da religiosa, dia, mês e ano da sua morte e tudo o que à Madre Superiora parecer haver “de mais notável de cada Religiosa falecida, e for mais digno de memoria, assim a respeito dos empregos que exercitou, como das virtudes que praticou, informando-se para isto da Comunidade⁸¹”. A incumbência da escrita do livro pertence à Superiora. Contudo, e após a morte de alguma religiosa, deverá a Priora enviar cartas a todos os conventos masculinos e femininos da Ordem “para se lhe applicarem os sufrágios⁸²”, mas sem que sejam mencionadas quaisquer circunstâncias especiais.

- Livro de sepulturas, onde se deveriam registar os “nomes e qualidades de todos os seculares, que se sepultarem nas suas igrejas, declarando-se o lugar onde se sepultão, e o dia, mez e anno do seu enterro⁸³”

Assim, teriam que saber ler, escrever (e, nalguns casos, contar), a Priora, Superiora, Mestra de noviças, Porteira e Clavarias, como já verificámos atrás.

Curiosamente, o ofício de escritã, não sendo mencionado nas Constituições, foi provido e exercido, numa primeira fase pela Irmã Helena

⁷⁶ ACC, Lv 3: 51-53.

⁷⁷ ACC, Lv 3: 67.

⁷⁸ GOMES, 2007: 254.

⁷⁹ Regra Primitiva, 1791: 34-35.

⁸⁰ Regra Primitiva, 1791: 107-108.

⁸¹ Regra Primitiva, 1791: 142.

⁸² Regra Primitiva, 1791: 142-143.

⁸³ Regra Primitiva, 1791: cap. XIV, p. 138, nº 5.

Inês do Espírito Santo (1673-1701), que nos deixou exemplos sintomáticos da sua elevada perícia caligráfica.

Dado o grau de especialização dos cargos, não é de estranhar que a renovação de cargos seja considerável. De facto, embora na maioria dos casos (58%) haja uma renovação pequena (uma ou duas vezes), religiosas há que são eleitas até um total de quinze vezes para os diferentes cargos, sendo no desempenho de funções de clavaria que se encontram mais repetições⁸⁴. Quase sempre seguido, é o facto de as Irmãs que acabam o período de Prioras, serem eleitas para Clavarias no triénio seguinte.

Refira-se, que, de uma forma geral, o conhecimento relativo a graus de alfabetização em comunidades religiosas femininas tem sido objeto de estudos, destacando Justino Magalhães a “qualidade do traço daquelas que se responsabilizam pela escrituração e administração das comunidades”⁸⁵.

De resto, e para outras comunidades, foram já identificados exemplos de elevado grau de alfabetização mediante a aposição de assinaturas em numerosos contratos, como no caso de Santa Maria de Cós, sendo

“raríssimo encontrar-se alguma monja ou noviça em Cós que não soubesse assinar o seu nome completo, detectando-se caligrafias extremamente elegantes, denunciadoras de boas práticas de escrita e de bons mestres ou mestras de primeiras letras”⁸⁶.

E onde o elevado grau de literacia atingiria, no século XVIII, os 100%.

Também em São Bento de Cástris, foi estudada, não só a importância de saber ler para o ofício do coro, como também referido o contributo para a produção literária monástica feminina, como “um meio de contacto com o Divino Esposo”⁸⁷.

3.3 - As fontes documentais: – Identificação, caracterização e datação

Para este estudo, recorreremos ao arquivo e biblioteca do Convento dos Cardaes que ficou nas suas instalações. Trata-se de um pequeno arquivo composto por uma caixa e onze livros, cuja documentação se pode dividir entre aquela de natureza administrativo e financeiro e uma outra de âmbito

84 BORGES & BORGES, 2017.

85 MAGALHÃES, 1996: 53.

86 SOUSA & GOMES, 1998: 121.

87 CONDE, 2011: 253.

religioso (livros manuscritos de orações, anotações sobre vidas de santos, orações, lembranças, etc).

Para a análise da literacia desta comunidade, servimo-nos de três fontes fundamentais de natureza administrativa, existentes no arquivo do Convento, a saber:

1 – O Livro do Ingresso e Profissões das Religiosas Carmelitas Descalças⁸⁸.

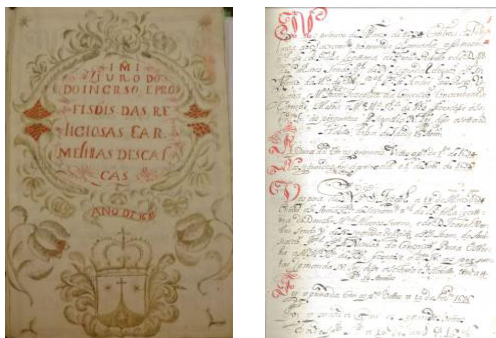


Figura 3 e 4 – Livro do Ingresso e Profissões das Religiosas Carmelitas Descalças

Livro em papel, com 809 páginas numeradas e encadernada a pele.

O livro está dividido ao meio: na primeira metade do livro, foram registadas toda as entradas de religiosas no convento entre 1681 e 1856, num total de 103⁸⁹ onde, apesar de ter um formulário extenso, nem toda a informação relativa às irmãs foi registada. A esses registos iniciais são ainda acrescentadas as datas das profissões dos primeiros e segundos votos⁹⁰.

A segunda metade do livro é composta pelo Livro das Profissões, registadas a partir da página 286. Antecedendo a sua página de rosto, registou a Escrivã do Convento, Irmã Helena Inês do Espírito Santo que, por “urgentes causas e gravíssimas ocupações se não fez logo” o Livro das Profissões, falha que se colmatou a 10 de março de 1797, tendo sido transcritos e copiados os registos feitos em folha solta e colado as assinaturas originais das irmãs que já tinham morrido (em número de quatro) ou voltado para os seus conventos de origem (duas). A informação aí registada situa-se cronologicamente entre 1682 e 1831, num total de 79 registos⁹¹.

⁸⁸ ACC, Lv 1.

⁸⁹ Refira-se que o primeiro registo é o das 4 religiosas que vieram de outros conventos para esta fundação. ACC, Lv 1, 3.

⁹⁰ ACC, Lv 1, 3-69.

⁹¹ ACC. Lv 1, 288-370.

É precisamente deste registo das profissões que retirámos as assinaturas objeto de análise neste estudo. O registo é composto em dois momentos:

- No primeiro identifica-se o ato praticado, o que incluía a datação, identificação, naturalidade e filiação da irmã professa, identificação do Geral da Ordem, bem como da Priora e Mestra, a menção da aprovação “conforme as bulas” e a indicação das respostas às perguntas “que manda a nossa lei”, referindo ainda a possibilidade de anulação, a qualquer momento, do ato registado “se lhe achasse ter sangue de judia ou outra raça”⁹², - Ao que a professante declarava aceitar, prometendo obediência à Ordem e ao seu Geral e sucessores, de acordo com a Regra Primitiva.

Assinavam então a professa, e as suas testemunhas: priora, superiora e mestra e, nalguns casos, as clavarias.



Figura 5 e 6 – Livro das Eleições deste Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes

2 – Livro das Eleições deste Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes⁹³.

Livro em papel com 392 páginas numeradas e escrito apenas até à página 83, com encadernação em pergaminho.

Nas páginas 4 e 5, é indicado que, à data da fundação do convento (1681), ai tomaram posição como priora, superiora e clavarias, as quatro irmãs provenientes de outros conventos, nomeadas para tal pelo Definitório Geral.

⁹² Refira-se que o formulário sofre evoluções: assim, os primeiros registos apenas mencionam sangue judeu ou outra má seita (ACC, Lv. 1, p. 292). A partir de 1727, passam a incluir a menção de moura ou qualquer outra infecta nação (ACC, Lv 1, p. 320).

⁹³ ACC, Lv 2.

O livro regista um total de 56 eleições havidas no capítulo conventual⁹⁴ para os cargos de Priora, Superiora e Clavarias entre 1684 e 1847. Embora as eleições devessem ocorrer de 3 em 3 anos, tal nem sempre se verificou, sendo, nalguns períodos de tempo, necessária nomear vigária. Na fase final da vida desta comunidade carmelita descalça, e devido à aprovação da lei de encerramento dos conventos, que apenas permitia aos conventos femininos estarem abertos até à data da morte da última freira, foram ainda registados dois Decretos – de 1856⁹⁵ e 1861⁹⁶, relativos à nomeação, por parte do Provincial da Ordem, do cargo de Vigária, “não podendo haver eleição por existirem apenas duas religiosas professoras que possuão segundo a regra votar e ser votadas⁹⁷”.

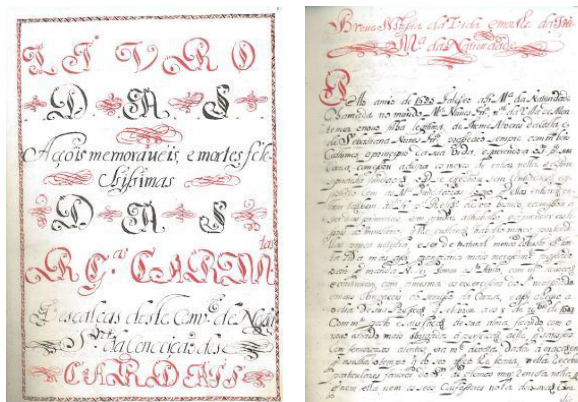


Figura 7 e 8 – Livro das Acções Memoráveis e Mortes Felicíssimas das Religiosas Carmelitas

3 – O Livro das Acções Memoráveis e Mortes Felicíssimas das Religiosas Carmelitas Descalças deste Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes⁹⁸.

Livro em papel, com 383 páginas numeradas até à 243, e escrito até à página 86. Encadernação em pergaminho.

Trata-se de um livro diferente dos anteriores, já que se propõe fazer uma pequena biografia das religiosas que morrem no Convento. Embora o

⁹⁴ A forma de votação, procedimentos, votantes e officios (e sua duração) a prover encontram-se descritos na Regra Primitiva, 1791: 15-22.

⁹⁵ ACC, Lv 2, 73 a 75.

⁹⁶ ACC, Lv. 2, 82-83.

⁹⁷ ACC, Lv 2, 73.

⁹⁸ ACC, Lv 3.

seu alcance como fonte de informação seja reduzido, já que só o fará para catorze religiosas⁹⁹, falecidas entre 1690 e 1849, não deixa de ser uma fonte interessante pela forma como pretende fazer a biografia laica e religiosa das irmãs biografadas, indicando pertenças familiares, literacias, problemas de saúde e toda a sorte de formas que revestiu a sua vida espiritual.

Foram ainda consultados os seis livros de cariz religioso escritos pelas próprias irmãs, e que serviram para aferir da sua cultura gráfica.

3.4 - Metodologia de análise do nível de alfabetismo

Identificada a fonte, foram recolhidas e digitalizadas as todas as assinaturas das irmãs existentes no Livro das Profissões, tendo sido preenchida um quadro de identificação das mesmas, contendo o seu nome, datas de nascimento e morte, o nome no século e filiação, a data e cargo com que assina, a imagem da assinatura e, finalmente, a indicação da sua proveniência.

Para a classificação das assinaturas, seguimos o trabalho de Maria José Azevedo Santos¹⁰⁰. A autora apresenta as propostas de:

– Giorgio Costamagna, com quatro categorias (Scrittura di base, Usual, Cancellaresca ou documental e Libreria¹⁰¹);

– Marie Madeleine Compère¹⁰², que propõe também quatro categorias:

1 – Assinaturas nas quais a destreza de escrita mostra bem o hábito de escrever do seu autor:

2 – Assinaturas com letras bem formadas, mas que deixam supor algum esforço do autor;

3 – Assinaturas mal alinhadas mas bem legíveis, com letras traçadas aparentemente umas após as outras;

4 – Assinaturas mal feitas, disformes, deixando supor que o seu autor não possuía senão conhecimento vago das letras.

– Marie-Christine Rodriguez e Bartolomé Bennassar¹⁰³ (Assina bem (e possui livros), Sabe ler e escrever, Sabe escrever, Sabe ler);

⁹⁹ Neste livro é ainda feita uma entrada para D. Luísa de Távora, onde se menciona a necessidade de, em livro separado, se escrever a biografia da fundadora, D. Luísa de Távora, senhora de “muitas virtudes, e prodigiosas obras e memoráveis ações” que “se hão de relatar em Livro particular”. Tal livro, a ter sido feito, não chegou aos nossos dias.

¹⁰⁰ SANTOS, 2004: 25-28.

¹⁰¹ COSTAMAGNA, 1987: 21-22.

¹⁰² COMPÈRE, 1977: t. 2, 43-99.

¹⁰³ RODRIGUES & BENNASSAR, 1978: V.31, N. 1, 17-46.

– E ainda Francisco Ribeiro da Silva¹⁰⁴ (Os que assinam, os que não sabem assinar, substituindo a assinatura por qualquer sinal, os que assinam tão mal, que consideramos duvidoso que saibam, de facto, escrever e os que não assinam nem deixam qualquer sinal no documento).

Propondo a identificação de quatro categorias, que sintetizámos no seguinte quadro:

Categorias	Descrição	Nível Instrução / socioeconómica
Elementar	Não permite mais que escrevinhar o nome	Instrução muito básica
Intermédio	Elaboração de assinaturas de apuro suficiente	Grupo geralmente urbano de classe média
Documental	Assinaturas mostram domínio total da técnica de escrever	Instrução eminentemente prática, própria para o exercício de atividades de natureza jurídico-administrativa
Caligráficas	Assinaturas caligráficas, reveladores de uma certa inteligência estética e ligação aos livros manuscritos	Detentores de uma preparação humanística clássica

Seguimos assim esta caracterização, tentando ainda fazer um paralelismo com os critérios enunciados por Bartoli¹⁰⁵, nomeadamente as tipologias de escritas¹⁰⁶ que então se foram divulgando em manuais de aprender a ler e escrever¹⁰⁷ e se apresentam como normas gráficas¹⁰⁸ a seguir (muito embora reconheçamos serem ainda necessários estudos sobre a aprendizagem feminina da leitura e escrita), a tipicidade da escrita e ainda a habilidade do escrevente, já caracterizada por Maria José Azevedo Santos.

¹⁰⁴ SILVA, 1986: Vol. III, 101-163.

¹⁰⁵ BARTOLI LANGELI, 1996: 102.

¹⁰⁶ E para as quais seguimos a terminologia utilizada por NUNES (1993)

¹⁰⁷ Seguimos para isso os alfabetos publicados por BARATA (1590), FIGUEIREDO (1722), Da arte de escrever perfeitamente (1784), SOUSA (1784), ARAÚJO (1794), Escola fundamental (1807), SILVA (1803 e 1819) e BARBOSA (1829).

¹⁰⁸ Refira-se que DUARTE (2012) apresenta já uma tentativa de sistematização dos modelos gráficos vigentes em Setecentos, muito embora circunscrita aos alfabetos apresentados por Manuel Barata e Manuel Andrade de Figueiredo, correspondentes ao âmbito cronológico do seu estudo. Para a história da escrita em Portugal, sua nomenclatura, caracterização e evolução, vejam-se, entre outros, AAVV, 2002, AAVV, 2005, NUNES, 1969 e 1993 e SANTOS, 1994, 2000, 2004 e 2005.

Resultado da análise

Dos 79 registos analisados, a que correspondem 86 assinantes¹⁰⁹, apenas uma das professoras não assina. Aplicados os critérios de classificação (anexo 1), podemos constatar que a comunidade possui um nível interessante de literacia, claramente de predominância

das aptidões de escrita (figura 9), com uma maioria de assinantes de nível intermédio (50 religiosas), seguido do nível documental (27 religiosas). Minoritários são os níveis de execução elementar (2 religiosas) e as assinaturas caligráficas (6 religiosas).

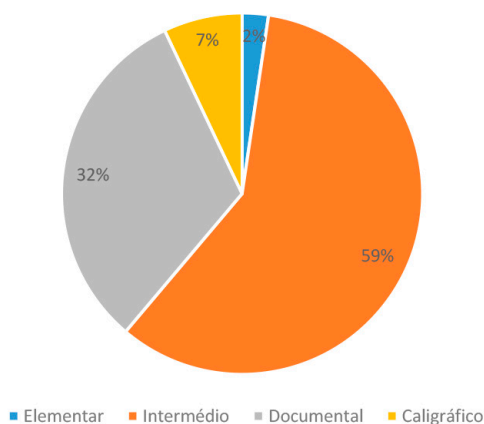


Figura 9 – Grau de literacia no Convento dos Cardeais

De facto, apenas duas professoras apresentam muito pouca perícia na assinatura, com fraca capacidade de execução e traços hesitantes: as irmãs Antónia da Cruz (figura 9) e Brizida Maria da Cruz.

Tratam-se de claras exceções, numa comunidade onde os ofícios da leitura e escrita estão amplamente documentadas, como já vimos.

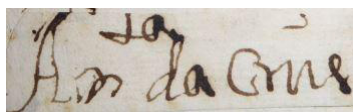


Figura 10 – Assinatura de Antónia da Cruz, 1683

¹⁰⁹ Recorde-se que algumas das primeiras testemunhas são religiosas provenientes de outros conventos, já professoras.

Quanto ao segundo nível – o intermédio – caracteriza-se por uma assinatura em traço firme, normalmente do nome completo, muito embora existam casos de assinaturas com nomes abreviados. O elevado número de assinaturas deste nível e o seu amplo âmbito cronológico (1682 a 1834) permite-nos ainda aferir uma evolução gráfica das mesmas, com base nos alfabetos publicados e na evolução tipográfica da imprensa. Assim, partindo de uma assinatura cursiva, mas de traço ainda barroco (figura 11) chegamos às assinaturas em letra inglesa (figura 12), cuja influência no nosso país se faz sentir em meados do século XVIII, até se encontrar em franco domínio no início do século XIX¹¹⁰.

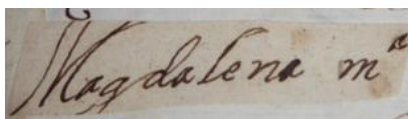


Figura 11 – Assinatura de Madalena Maria, 1684

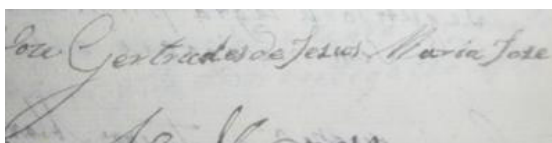


Figura 12 – Assinatura de Gertrudes de Jesus Maria José, 1817

A letra inglesa, que os manuais de aprender a ler e escrever publicados a partir de 1784 identificam e popularizam, tornando-a a forma de escrita dominante ensinada nas escolas primárias, caracteriza-se por uma forte inclinação da escrita e domínio dos traços oblíquos, já não em curva e contracurva à moda barroca.

Também as assinaturas documentais seguem o mesmo padrão de evolução gráfica, nelas subsistindo claramente a utilização do *paraphe* (figura 13), a elaboração de maiúsculas de matriz barroca (figura 14), o domínio do sistema de abreviaturas (figura 15) e o cuidado com a disposição gráfica da assinatura, enquadrando-a com a menção do cargo (figura 16).

¹¹⁰ Para a história e caracterização deste tipo de letra, servimo-nos da nossa tese de mestrado sobre a mesma (BORGES, 1996: 53-57).

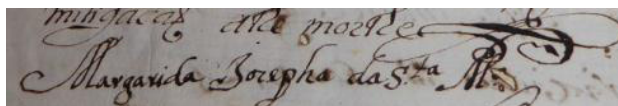


Figura 13 – Assinatura de Margarida Josepha de Santa Maria, 1684

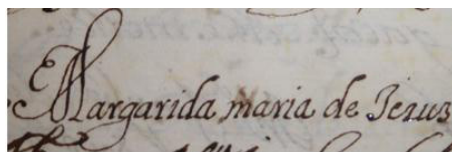


Figura 14 – Assinatura de Margarida Maria de Jesus, 1694

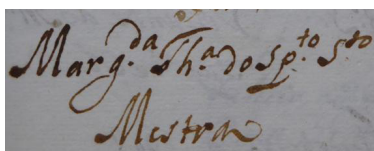


Figura 15 – Assinatura de Margarida Teresa do Espírito Santo, 1752

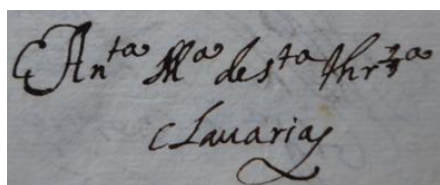


Figura 16 – Assinatura de Antónia Maria de Santa Teresa, 1687

Por fim, as assinaturas de cariz caligráfico, reveladoras de uma inteligência estética, como refere Maria José Azevedo Santos. Classificação atribuída a religiosas cujo esmero na aposição da sua assinatura se faz notar na composição gráfica, utilização de *paraphe*, desenho perfeito das letras e utilização de maiúsculas ornadas ao estilo barroco, sendo de realçar a cultura gráfica de Helena Inês do Espírito Santo, única escritora conhecida desta comunidade, e cujo esmero gráfico nos livros que escreve (sejam eles de carácter administrativo ou religioso) denotam uma elevada experiência de leitura e escrita, como podemos verificar pelas figuras 17 a 19.

A handwritten signature in black ink on aged paper. The signature reads "Helena Inês do Espírito Santo" in a cursive script, with "Cecilian e Laviana" written below it. The ink is dark and the paper shows some signs of age.

Figura 17 – Assinatura de Helena Inês do Espírito Santo, 1699

A page from a manuscript featuring a central block of text surrounded by elaborate, symmetrical flourishes. The text is written in a Gothic-style script and includes the words "Em aze", "doz quime Cruz", "uerços Soneto glo", "za e Camoim", "se acha Sustancia", "da toda adocina", "mistica de S. J. on", "de Pe S. Loui", and "da Cruz". The flourishes are intricate, with many loops and curves, and are drawn in black ink.

Figura 18 – Página de rosto de livro manuscrito copiado por Helena Inês do Espírito Santo

A page from a manuscript featuring a central block of text surrounded by elaborate, symmetrical flourishes. The text is written in a Gothic-style script and includes the words "Em aze", "doz quime Cruz", "uerços Soneto glo", "za e Camoim", "se acha Sustancia", "da toda adocina", "mistica de S. J. on", "de Pe S. Loui", and "da Cruz". The flourishes are intricate, with many loops and curves, and are drawn in black ink.

Figura 19 – Página do Livro das Eleições, da lavra de Helena Inês do Espírito Santo

No seu todo, foi ainda possível verificar que o grau de perícia caligráfica das religiosas é superior nos séculos XVII e XVIII, o que compreende não só pelo maior número de irmãs professoras, como também pelo seu nível social.

Por fim, é possível afirmar que, no Convento dos Cardaes, se seguiu a evolução gráfica verificada um pouco por todo o país; partindo de um período em que a presença da produção manuscrita ainda era bastante considerável, para uma especialização e burocratização da escrita, com a correspondente simplificação das formas barrocas e elevada decoração dos manuscritos aí redigidos – o que, de resto, também se pode verificar nas páginas de rosto e interior dos livros impressos aí existentes.

Conclusão

O estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar a literacia da comunidade carmelita descalça do Convento dos Cardaes, entre 1681 e 1856, no âmbito dos novos estudos de alfabetização e cultura gráfica.

Para tal, foi estudada a definição, história, regulamentação e conteúdo da assinatura, no duplo sentido de sinal de identificação e elemento de validação de documentos, a que se seguiu uma revisão genérica da literatura sobre o papel das assinaturas em estudos de alfabetização.

De seguida, desenvolveu-se um estudo de caso mediante a contextualização daquela comunidade através da sua história, funcionamento e organização, descrevendo ainda os ofícios ligados à escrita e a produção documental que nos foi deixada. Por fim, analisaram-se e classificaram-se as assinaturas das religiosas, enquadrando-as, sempre que possível, na norma gráfica da época, identificando os manuais publicados e os tipos de alfabetos utilizados.

Pese embora a falta de análise comparativa aprofundada com outras comunidades coevas, que se reconhece como limitação do presente estudo, podemos afirmar que esta comunidade carmelita descalça, tem um elevado padrão de cultura gráfica, visível não só pela aposição das assinaturas, devidamente classificadas, mas também pelos livros religiosos aí copiados, pela variedade de pequenos papeis contendo orações, e ainda pela sua pequena biblioteca de apoio.

Esta análise do património gráfico-cultural de uma comunidade pode assim contribuir para uma melhor compreensão de como “la evolución de la tipología gráfica y del uso de la escritura en un ambiente cerrado y homogéneo (o, en todo caso, así considerado) como él de un monasterio¹¹¹” se dá, através do estudo dos seus acervos, que nos indicam o grau de especialização dos seus ofícios e a literacia das religiosas.

111 PETRUCCI, 1999: 32.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Convento dos Cardaes (Lisboa)

Arquivo

Livro do Ingresso e Profissões (Lv 1)

Livro das Eleições deste Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes (Lv 2)

Livro das Acções Memoráveis e Mortes Felicíssimas das Religiosas Carmelitas Descalças deste Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes (Lv 3)

Livro de Orações (Lv 4)

Fontes impressas

ARAÚJO, António Jacinto de (1794) – *Nova arte de escrever*, Lisboa, Officina de António Gomes.

BARATA, Manuel (1590) – *Exemplares de diversas sortes de letras tiradas da Polygraphia de Manuel Baratta escriptor português acrescentados pelo mesmo autor ...*, Lisboa, António Alvarez.

BARBOSA, Jerónimo Soares (1829) – *Eschola popular das primeiras letras*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

BLUTEAU, Rafael (1721-1728) – *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatómico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialectivo, dendrológico, ecclesiastico, etymologico, económico, florifero, forense, fructifero...*, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

Da arte de escrever perfeitamente, ou nova colecção (1784) – Lisboa, João Baptista Reyzende.

Eschola fundamental ou methodo fácil para aprender a ler, escrever e contar, por hum professor (1807) – Lisboa, Typ. Rollandiana.

FIGUEIREDO, Manoel de Andrade (1722) – *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*, Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho.

GUIGUE, Marie Claude (1863) – *De l'origine de la signature et de son emploi au moyen âge*. Paris, Dumoulin Librairie,

Regra Primitiva e Constituições das Religiosas Descalças da Ordem da Gloriosissima Virgem Maria do Monte do Carmo, traduzidas em Português para a Congregação do Reino de Portugal (1791) – Lisboa, Regia Officina Typografica.

SILVA, António de Moraes (1790) – *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira.

SILVA, Joaquim José Ventura da (1803) – *Regras methodicas para aprender a escrever o caracter da letra inglesa*, Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira.

SILVA, Joaquim José Ventura da (1819) – *Regras methodicas para aprender a escrever o caracter da letra inglesa, portuguesa, aldina, romana...*, Lisboa, Impressão Régia.

SOUSA, Manuel Dias de, (1784) – *Nova eschola de meninos na qual se propõe um methodo fácil para ensinar a ler, escrever e contar*, Coimbra, Regia Officina da Universidade.

- TELES, José Homem Correia (1830) – *Manual do Tabelião*, Lisboa, Impressão Régia.
- VIEIRA, Frei Domingos (1871) – *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, Porto, Ernesto Chadron e Bartolomeu B. de Moraes.

Estudos

- AAVV (2002) – *Catálogo da Coleção Documento do Prof. Doutor António Poiares Baptista*. Coimbra, Ed. Instituto Paleografia - FLUC/ UC.
- AAVV (2005) – *Catálogo da Documentação do prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira*. Coimbra, Ed. Instituto Paleografia - FLUC/ UC.
- ALBUQUERQUE, Martim de & NUNES, Eduardo Borges, ed. lit. (1988) – *Ordenações del-Rei D. Duarte*, Lisboa, Gulbenkian.
- ARAÚJO, Ana Cristina (2000) – *Com o nome na mão: aproximação ao universo dos alfabetizados na cidade de Lisboa 1700-1830. A cidade e o campo: colectânea de estudos*, Coimbra, CHSC, p. 267-284.
- AULETE, F. J. Caldas (1925) – *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa, 2ª edição actualizada*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- BARTOLI LANGELI, Attilio (1996) – *Historia del alfabetismo y método cuantitativo. SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3, p. 87-106.
- BORGES, Leonor Calvão (1996) – *Directorio Pratico de José da Silva Gomes*. Dissertação de mestrado. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- BORGES, Leonor Calvão e BORGES, Maria de Lourdes Calvão (2017) – *A comunidade do Convento dos Cardaes de Lisboa: estudo prosopográfico. Congresso Internacional "A Reforma Teresiana em Portugal": atas*. Fátima, Domus Carmeli.
- BORGES, Maria de Lourdes Calvão (2013) – *A heráldica do Convento de Nossa Senhora dos Cardaes*. Sep da Revista Armas & Troféus.
- CAMPOS, Fernanda Campos (2013) – *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*, Lisboa, UNL.
- CÁRCEL ORTÍ, Maria Milagros ed. (1997) – *Vocabulaire international de la diplomatie*, Valencia, Universitat.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2006) – *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*, Madrid, Akal.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio e SAEZ, Carlos (1994) – *Paleografia versus alfabetización. Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 1, p. 133-168.
- COELHO, Maria Helena Cruz (2001) – *Os Tabeliães em Portugal. Perfil Profissional e Sócio-Económico: sécs. XIV-XV. Estudos de diplomática portuguesa*. Lisboa e Coimbra: Edições Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 93-137.
- COMPÈRE, Marie Madeleine (1977) – *École et alphabétisation en Languedoc aux XVIIe et XVIIIe siècles*. François Furet, Jacques Ozouf (dir.), *Lire et écrire*, Paris, Éd. de Minuit,, t. 2, p. 43-99.
- CONDE, Maria Antónia (2011) – *Do claustro ao século: o Canto e a Escrita no mosteiro de S. Bento de Cástris, Évora. Olhares sobre as Mulheres: Homenagem a Zília Osório de Castro*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 243-254.

- COSTAMAGNA, Giorgio (1987) – *Perchè scriviamo così. Invito alla paleografia latina*. Roma, Il Centro di Ricerca.
- CUMBRE, José – *A quinta Fundação de Carmelitas Descalças em Portugal* (exemplar polycopiado). Sem data.
- DUARTE, Lígia Gaspar (2012) – *O correr da pena nas Gazetas Manuscritas: A identidade das formas 1735-1738*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- FRAENKEL, Beatrice (1992) – *La signature: genèse d'un signe*, Paris, Gallimard
- FREITAS, Cristiana Vieira de (2010) – *A autenticidade dos objectos digitais*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra.
- GOMES, Saul António (2007) – *In Limine Conscriptio: Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra séculos XII a XIV*, Braga, Palimage.
- GRAFF, Harvey J. (1995) – *Assessing the history of literacy in the 1990's: themes and questions. Escribir y leer en Occidente*, ed. Armando Petrucci e Francisco M. Gimeno Blay, Valencia, Universitat, p. 13-46.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de (1996a) – *Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal: um domínio do conhecimento em renovação*. *Revista Brasileira da Educação*, 2, p. 42-60.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de (1996b) – *Ler e escrever no mundo rural no Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. *Análise Psicológica*, 4 (XIV), p. 435-445.
- MAJDANSKI, Desphine (2000) – *La signature et les mentions manuscrits dans les contrats*, Bordeaux, Presses Universitaires.
- MARQUES, José Galamba (1990) – *Assinatura. Dicionário Jurídico da Administração Pública* dirigido por José Pedro Fernandes, Lisboa, Ed Autor.
- MARQUES, Maria Adelaide Salvador (1963) – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa do século XVIII*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- MARQUILHAS, Rita (2000) – *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa, INCM.
- MORUJÃO, Isabel (2002) – *Livros e leituras na clausura feminina de setecentos*. *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas*, Porto, XIX, p. 111-170.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá (2008) – *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação 1212-1279*, Lisboa, INCM.
- NUNES, Eduardo Borges (1969) – *Álbum de Paleografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- NUNES, Eduardo Borges (1993) – *Há ler e ler*. Sep da revista Brotéria: cultura e informação
- PETRUCCI, Armando (1999) – *Alfabetismo, escritura y sociedade*, Barcelona, Gedisa Editorial.
- RAMOS, Rui (1988) – *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da Alfabetização no Portugal contemporâneo*. *Análise Social*, 3ª s., XXIV, 103-104, p. 1067-1145.
- RODRIGUES, Henrique (2006) – *Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século XIX com emissão de passaporte. Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Niterói, Edições Muiraquita, p. 189-230.

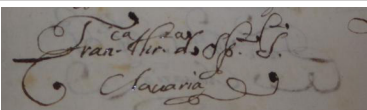
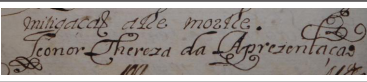
- RODRIGUEZ Marie-Christine, BENNASSAR Bartolomé (1978) – *Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d’Inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du Tribunal de Cordoue (1595-1632)*. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, 31, Numéro consacré en partie au XVIIIe siècle.
- RUBALCABA PÉREZ, Maria del Carmen (2004) – *Prácticas de cultura escrita: aproximaciones y realidades. Provincia de Santander, S XIX*, Santander, Universidad de Cantabria.
- RUIZ GARCIA, Elisa (2005) – *El universo femenino y las letras (siglos XV-XVII)*. González de La Pena, Maria del Val, *Mujer y cultura escrita: Del mito al siglo XXI*. Espanha, Trea, p. 97-115
- SANTOS, Maria José Azevedo (1994) – *Da Visigótica à Carolina – a escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*. Lisboa: JNICT – Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTOS, Maria José Azevedo (2000) – *Ler e Compreender a escrita na Idade Média*. Coimbra: Colibri, Faculdade de Letras de Coimbra.
- SANTOS, Maria José Azevedo (2004) – *Assina quem sabe e lê quem pode: leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da casa da rainha D. Catarina de Áustria (1526)*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SANTOS, Maria José Azevedo (2005) – *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1986) – *A Alfabetização no antigo regime: o caso do Porto e da sua região 1580-1650*, Revista da Faculdade de Letras – História. Porto, II Série, Vol. III, p. 101-163.
- SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul António (1998) – *Intimidade e encanto: o mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*. Lisboa. IPPAR
- TERESA DE ÁVILA, Santa (2015) – *Obras Completas*, 5ª edição, Marco de Canavezes, Edições Carmelo.
- VIEIRA, Ana Maria, dir (2003) – *O Convento dos Cardaes: veios da memória*, Lisboa, Quetzal.

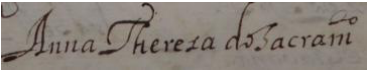
ANEXO 1


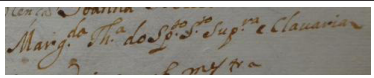
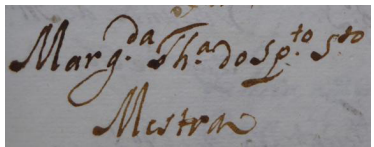
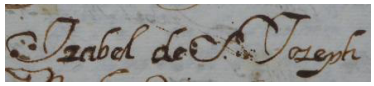
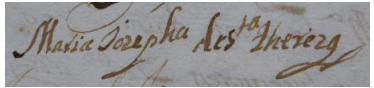
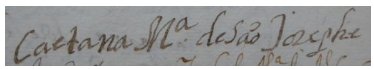
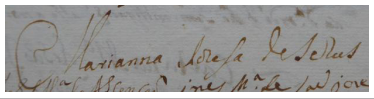
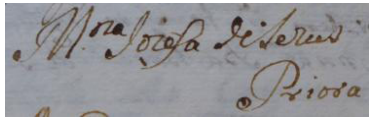
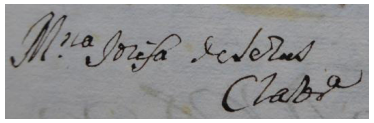
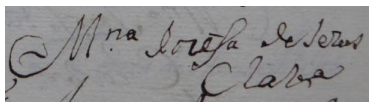
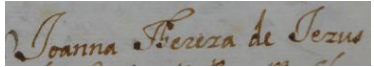
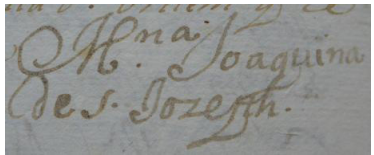
Nome	Datas	Data Ass	Cargo quando assina	Assinatura	Nível alfabetização
Helena Inês do Espírito Santo	1673 - 1701	1688	Professa		4
		1697	Escrivã		4
		1699	Escrivã e clavaria		4
Maria Josefa da Conceição	1658 - 1736	1682	Professa		3
		1687	Clavaria		3
		1688	Clavaria		3
Maria Teresa de Jesus		1682	Mestra e clavaria		3
		1687	Vigaria e Mestra		

Micaela do Santíssimo Sacramento		1682	Priora		3
Maria Teresa do Santíssimo Sacramento	1662 - ?	1682	Professa		2
Antônia Maria de Santa Teresa	1667 - 1701	1683	Professa		3
		1687	Clavaria		
		1699	Clavaria		
Helena Maria da Cruz	1659 - 1724	1683	Professa		2
		1703	Clavaria		
Maria de Cristo	1616-1699	1683	Superiora e clavaria		2
		1686	Superiora		
Antônia da Cruz	1658 - 1740	1683	Professa		1
Maria da Natividade	1664 - 1695	1683	Professa		2
Brizida Maria da Cruz	1641 - 1718	1684	Professa		1
Margarida Josefa de Santa Maria	1664 - 1723	1684	Professa		3


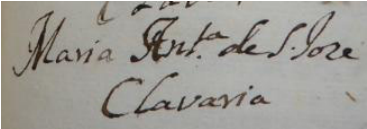
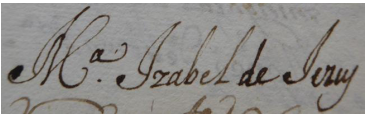
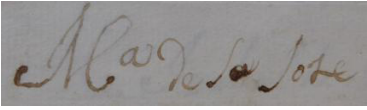
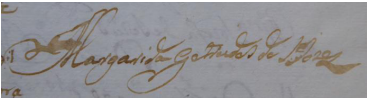
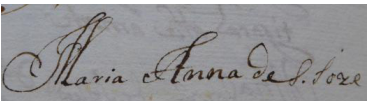
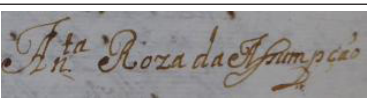
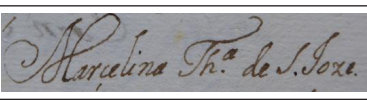
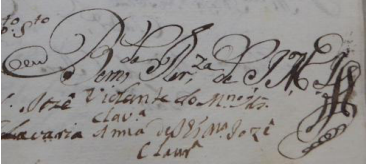


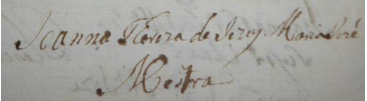
Madalena Maria	1663 - 1690	1684	Professa		2
Teresa de Jesus Maria	1662 - 1741	1685	Professa		3
		1700	Mestra e Clavaria		
		1703	Priora e Mestra		
Umbelina Teresa de Santa Maria		1685	Superiora e Clavaria		3
Inês Maria de São José	1666 - 1751	1686	Professa		2
		1725	Clavaria		
		1727	Mestra		
		1728	Mestra		
Isabel Maria da Ascensão	1670 - 1741	1686	Professa		3
		1703	Superiora e clavaria		
Josefa Maria de Jesus	1671 - 1736	1687	Professa		2

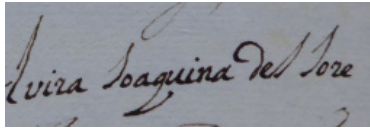
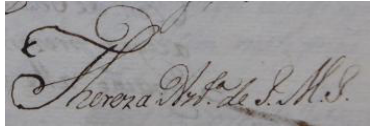
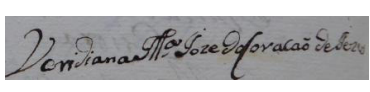
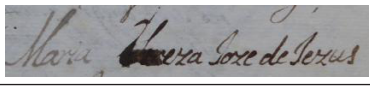

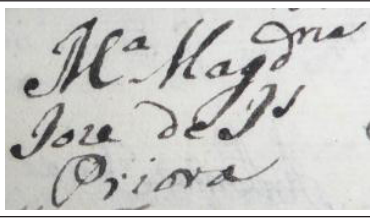
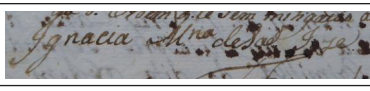
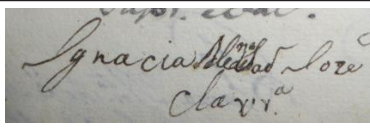

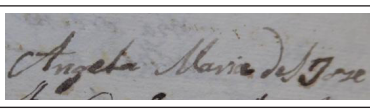
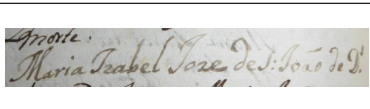
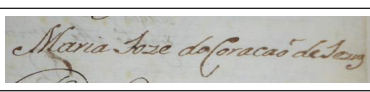
Teresa de Jesus	1671 - 1741	1688	Professa		2
Francisca Teresa do Santo Espirito	1672 - 1723	1690	Professa		4
		1703	Clavaria		
		1711	Clavaria		
Teresa Maria de São José	1674 - 1716	1690	Professa		4
Madalena de Jesus		1690	Priora		2
Leonor Teresa da Apresentação	1676 - 1715	1693	Professa		4
		1711	Clavaria		
Margarida Maria de Jesus	1666 - 1740	1694	Professa		3
		1711	Priora		
Luísa do Sacramento	1679 - 1696	1696	Professa	Não assina	

Ana Teresa do Sacramento	1680 - 1741	1696	Professa		3
		1727	Clavaria		
Catarina Teresa de São José	1673 - 1748	1699	Professa		2
Inês de Jesus	1680 - 1752	1700	Professa		2
		1737	Superiora e clavaria		2
Maria Teresa de Santa Helena	1681 - 1753	1702	Professa		2
		1737	Clavaria e mestra		
Ana Maria de Santo Antônio	1684 - 1738	1703	Professa		2
Margarida do Nascimento	1689 - 1749	1703	Professa		3
Violante do Menino Jesus	1687 - 1764	1704	Professa		3
		1737	Piora		3

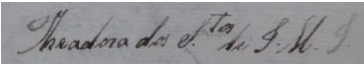
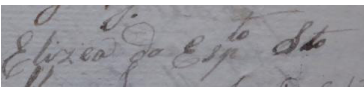
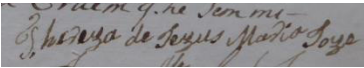
Margarida Teresa do Espírito Santo	1690 - 1762	1706	Professa		3
		1728			3
		1752	Mestra		3
Isabel de São José	1695 - 1741	1711	Professa		3
Maria Josefa de Santa Teresa	1701 - 1769	1719	Professa		3
Caetana Maria de São José	1697 - 1726	1725	Professa		2
Mariana Josefa de Jesus	1695 - 1793	1727	Professa		3
		1753	Piora		3
		1766	Clavaria		3
		1774	Clavaria		3
Joana Teresa de Jesus	1711 - 1734	1728	Professa		3
Maria Joaquina de São José	1715 - 1739	1735	Professa		3

Ana de Jesus Maria José	1718 - 1799	1737	Professa		3
		1754	Superiora e Clavaria		2
Ana de São José	1715 - 1797	1737	Professa		2
		1756	Superiora e Clavaria		2
Joaquina Rosa de São José	1720-1783	1741	Professa		2
Teresa Maria de São José	1726 - 1779	1742	Professa		2
Teresa Josefa de Jesus	1717 - 1784	1743	Professa		3
		1774	Superiora e clavaria		3
Genovesa Teresa de São Joaquim e	1710- 1751	1743	Professa		2
Caetana Maria de Santo Alberto	1720 - 1790	1743	Professa		2
Teresa de Jesus Maria José	1727 - 1784	1745	Professa		3
		1766	Mestra		3

Maria Antónia de São José	1729 - 1790	1745	Professa		3
		1789	Clavaria		3
Maria Isabel de Jesus	1731 - 1761	1746	Professa		3
Maria de São José	1731 - 1813	1751	Professa		2
Margarida Gertrudes de São José	1719 - 1785	1752	Professa		3
Maria Ana de São José	1731 - 1808	1753	Professa		3
Antónia Rosa da Assunção	1734 - 1765	1753	Professa		3
Joana Barbara de São José e	1729 - 1804	1754	Professa		2
Marcelina Teresa de São José	1735 - 1760	1754	Professa		3
Bernarda Teresa de Jesus Maria José	1737 - 1802	1756	Professa		4
Mariana Teresa de São José	1745 - 1830	1766	Professa		2
Joana Teresa de Jesus Maria José	1745 - 1826	1766	Professa		2
		1786	Mestra		2

Luísa Joaquina de São José	1746 - 1816	1771	Professa		2
Teresa Antônia de Jesus Maria José	1742 - 1827	1771	Professa		4
Veridiana Maria José do Coração de Jesus	1744 - 1818	1774	Professa		2
Maria Teresa José de Jesus	1759 - 1821	1774	Professa		2
Maria Madalena José de Jesus	1748 - 1839	1776	Professa		2
		1815	Priora		2
Inácia Mariana de São José	1766 - 1830	1783	Professa		2
		1815	Clavaria		2
Ana Maria de São José	1752 - 1840	1785	Professa		2
Ângela Maria de São José	1759 - 1839	1785	Professa		2
Maria Isabel José de São João de Deus	1750 - 1837	1786	Professa		2
Maria José do Coração de Jesus	1770 - 1802	1789	Professa		2

Rita de Jesus Maria José	1762 - 1838	1792	Professa		2
Ana Joaquina de Jesus Maria José	1772 - 1809	1796	Professa		2
Maria de Jesus Benedita de São José	1776 - 1849	1797	Professa		2
Ana de Jesus Maria José	1745 - 1841	1803	Professa		2
Maria José de Santa Teresa de Jesus	1776 - 1835	1805	Professa		2
Maria Josefa de Santa Teresa de Jesus	1785 - 1845	1805	Professa		2
Teresa Rita de Jesus Maria José	1767 - 1851	1805	Professa		2
Antónia Teresa de Jesus Maria José	1785? - ?	1811	Professa		2
Ana Teresa de Jesus Maria José	1784? - ?	1815	Professa		2
Gertrudes Jesus Maria José	1792 - 1870	1817	Professa		2
Gertrudes Maria de São José	1781 - 1846	1817	Professa		2
Francisca Angélica de Jesus Maria José	? - ?	1820	Professa		2
Maria do Nascimento Teresa de São José	? - ?	1827	Professa		2

Teodora dos Santos de Jesus Maria José	1795 - 1852	1828	Professa		2
Elizea José do Espírito Santo	1796 - 1852	1829	Professa		2
Teresa de Jesus Maria José	1787 - 1849	1834	Professa		2

O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra: Assistência aos soldados enfermos e logística de guerra (1762-1766)

The Royal Military Hospital and the War Warehouses of Coimbra: Assistance to injured soldiers and war logistics (1762-1766)

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA

Mestrando em História Moderna – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Tel.: 937927007

jlsb101088@gmail.com

Artigo enviado em: 28 de fevereiro de 2017

Artigo aprovado em: 31 de maio 2017

RESUMO

O presente artigo pretende analisar o Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra, duas instituições criadas no contexto da Guerra Fantástica (1762). A investigação baseia-se no livro “Coleçam de todas as despesas”, uma fonte inédita que se encontra no Arquivo da Universidade de Coimbra. Pretende-se analisar as despesas das instituições, o seu financiamento e o quadro de pessoal, tendo em conta o contexto político e militar no séc. XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Hospital Militar; Armazéns de Guerra; Guerra Fantástica.

ABSTRACT

This article intends to analyze the Royal Military Hospital and the War Warehouses of Coimbra, two institutions created within the context of the Fantastic War (1762). The investigation is based on the book “Coleçam de todas as despesas”, an unpublished historical source located in the Archive

of the University of Coimbra. We intend to analyze the institution's expenditure, their funding and the personnel, taking into account the political and military context in the 18th century.

KEY WORDS: Military Hospital; War warehouses; Fantastic War.

Considerações prévias

O presente artigo pretende analisar o Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra, duas instituições que até esta data não tinham sido estudadas. A investigação baseia-se essencialmente no livro *Coleçam de todas as despesas...*¹, usado pelos escrivães e tesoureiros do HRMAGC², e que se encontra disponível no Arquivo da Universidade de Coimbra. O principal objetivo passa por analisar as despesas e o quadro de pessoal, fazendo algumas comparações com instituições similares, tendo sempre em conta o contexto político e militar, a assistência aos soldados enfermos e a logística de guerra no séc. XVIII.

Esta fonte inclui diversos documentos produzidos entre 1762 e 1767. As primeiras folhas contêm vários documentos, ou cópias, que ajudam a entender alguns aspetos das instituições, como as despesas e o financiamento. Possui também um resumo das receitas e despesas, organizado segundo o método de partidas dobradas. As restantes folhas correspondem a 98 coleções de despesas (conjuntos de documentos - mandados, faturas, recibos, autos...), onde constam informações diversas sobre os gastos do HRMAGC, como por exemplo, quem efetua a compra, quem vende ou presta o serviço, preços de artigos ou salários, mas também algumas informações sobre a logística militar e o estado das tropas portuguesas. Não está numerado em páginas ou fólios, daí que as citações da fonte indiquem o número da despesa correspondente, o nome do documento citado, ou numeração do fólio realizada pelo autor.

¹ Núcleo documental citado de forma abreviada: AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas*. Ver o nome completo da fonte na lista final do artigo.

² Por questões de conveniência, sempre que nos referirmos às duas instituições vamos usar a sigla HRMAGC.

O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra: o contexto e fundação

O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra surgem no contexto da Guerra Fantástica (1762), nome pelo qual ficou conhecida a participação portuguesa na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Foi um conflito que colocou frente a frente dois tradicionais inimigos, a Grã-Bretanha e a França e que se alastrou a Portugal em 1762, no seguimento da recusa de D. José em aderir ao Pacto de Família, uma aliança entre os Borbouns de França, Espanha, Nápoles e Parma, que visava destruir o poder naval e comercial da Inglaterra³.

Em 1762 o exército português não estava preparado para participar num conflito militar desta envergadura. Disso fez referência o próprio Marquês de Pombal, argumentando que Portugal esteve demasiado tempo sem participar numa guerra na Europa, e por esse motivo não tinha nos quadros as pessoas com competências e experiências necessárias. Isto levou a que, logo após o início das hostilidades, Portugal tivesse de recorrer a tropas mercenárias, tanto ao nível do soldado raso como de oficiais, além de pedir ajuda material à Inglaterra⁴.

O conflito iniciou-se com a invasão do exército espanhol no dia 1 de maio de 1762, com uma força superior a 30 000 homens, depois de vários adiamentos provocados por problemas logísticos. O seu avanço em Trás-os-Montes enfrentou muito pouca resistência, conseguindo conquistar Miranda do Douro, Vimioso, Outeiro, Bragança, Chaves e Moncorvo até ao dia 24 de maio. Após o sucesso inicial, o exército invasor começa a ter problemas com as populações locais, que atacavam as suas colunas de abastecimentos. Uma segunda formação, comandada pelo Marquês de Castremañes, tentou cruzar o Douro perto de Vila Nova de Foz Coa, mas em vão. O monarca espanhol, Carlos III, alterou os planos. Pretendia que se consolidassem as conquistas em Trás-os-Montes, enquanto se lançava uma ofensiva pela Beira Alta, a partir de Ciudad Rodrigo⁵.

A 30 de junho o exército espanhol, com alguns efetivos franceses, atravessou a fronteira na província da Beira, cercando algumas vilas, como Castelo Rodrigo e Almeida. O Conde de Lippe, que chegara a Portugal a 3 de julho, elaborou um plano que visava atacar a Estremadura espanhola,

³ SERRÃO, 1996: 54-58.

⁴ COSTA, 2003: 331-350.

⁵ BARRENTO, 2006: 50-82.

para aliviar a pressão sobre Almeida, mas esta não se aguentou como esperado, capitulando a 25 de agosto. O exército franco-espanhol rumou para sul, para a Beira Baixa, uma região que tinha fracas vias de comunicação e dificuldades de acesso a meios de subsistência. A incapacidade logística espanhola esteve em grande evidência, perdendo-se vários milhares de soldados devido às dificuldades no abastecimento, sem terem realizado uma única batalha ou alguma conquista de relevo⁶.

No dia 30 de novembro foi assinado um armistício entre os condes de Aranda e de Lippe. Só a 10 de fevereiro de 1763 a paz ficou firmada definitivamente, com o Tratado de Versalhes. Portugal viu-lhe serem restituídas todas as praças perdidas na Europa e na América do Sul. D. José mandou celebrar este acontecimento com luminárias, e o júbilo foi grande nas cidades e vilas de Portugal⁷.

De acordo com a “Copia de quitação que em observancia da ordem proxima de sua Magestade, se passou ao thezoureiro Manuel da Sylva Caetano”, o Hospital Real Militar e os Armazém de Guerra de Coimbra foram criados pelo Aviso de 16 de agosto de 1762, enviado pelo então Conde de Oeiras a mando do Rei D. José⁸. Eram duas instituições com funcionamentos distintos, mas sob a mesma superintendência (o reitor da Universidade de Coimbra) e com o mesmo financiamento. O hospital iniciou o seu funcionamento a 5 de setembro de 1762, sendo extinto a 22 de outubro de 1763. Por sua vez, os armazéns iniciaram a sua atividade a 14 de setembro de 1762, sendo a sua última despesa de 20 de março de 1766⁹.

Com o término das suas funções, foi pedido pelo reitor aos escrivães que juntassem todos os documentos relativos às despesas e elaborassem

«(...) hua conta pelo methodo mercantil; fazendo receita de todo o dinheiro, que o mesmo Depositario recebeu; e despeza do que legitimamente constar dos documentos, que exhibir que serão juntos a mesma conta, que me será presente pera detreminar o que me parecer justo (...).»¹⁰.

⁶ COSTA, 2003: 331-350.

⁷ SERRÃO, 1996: 54-58.

⁸ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitação que em observancia da ordem proxima de sua Magestade, se passou ao thezoureiro Manuel da Sylva Caetano [1767]”.

⁹ AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, Conta Corrente [1766].

¹⁰ AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, fl. 4 (numeração do autor).

A conta, elaborada segundo o método de partidas dobradas, foi apresentada no dia 27 de agosto de 1766¹¹, sendo aprovada a 23 de dezembro de 1766 pelo reitor, ordenando este a quitação do tesoureiro Manuel da Silva Caetano, ficando os documentos guardados no Cartório da Universidade¹².

Na “Copia de quitaçam...” constam algumas informações relativas aos motivos que levaram à criação do Hospital Militar e dos Armazéns de Guerra, assim como o financiamento dos mesmos¹³. O Hospital Militar deveria servir “para nelle se curarem os soldados infermos, que voltarem do Exército”, e juntamente com este deviam ser criados “huns grandes armazéns para nelles se recolherem consideráveis quantidades de munições de guerra”. Constituíram-se assim duas instituições que visavam colmatar as lacunas existentes no tratamento dos soldados e na logística do exército português durante a Guerra Fantástica¹⁴.

Conforme referido, o Reitor da Universidade de Coimbra, Gaspar de Saldanha de Albuquerque, fez a gestão do HRMAGC a partir do Paço da Universidade, de onde assinou alguns dos documentos disponíveis. Os restantes oficiais que compunham as instituições eram: o “Tesoureiro do dinheiro que se tirou do cofre do real D’Agoa desta cidade”, Manuel da Silva Caetano; o tesoureiro do hospital, António Xavier Zuzarte de Cardoso; o escrivão do Hospital, José de Jesus; o escrivão dos Armazéns de Guerra, Leandro Anastácio de Carvalho Fonseca¹⁵; o “Almoxarife das Armas, e moniçoens de Guerra dos Armazens desta cidade”, Francisco Gonçalves da Mota; e o “Comissário (...) que serve de vedor-geral [da artilharia] no deposito do expediente dos Armazens de Guerra”, João Rodrigues de Garcia¹⁶.

O financiamento podia ter origem no depósito que o Reitor achasse mais conveniente, tendo ele poderes para contrair os empréstimos necessários para o efeito. Escolheu o cofre do Real d’Ágoa de Coimbra:

“(...) e que para as despesas necessárias, me servise por emprestimo do dinheiro que achase mais prompto, ou fosse da Universidade, ou de qualquer outra repartiçam para ser depois restituído, concedendome para o referido nam só a mesma jurisdiçam que tem cometido aos Generais a cujo cargo se

11 AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, Conta Corrente.

12 AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, fl. 12 (numeração do autor).

13 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitaçam...”.

14 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitaçam...”.

15 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitaçam...”.

16 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 15.

acha o Governo das Armas das Províncias, mas também alem della toda a mais neceçaria me fosse nos cazos occurrentes, sem limitaçam, ou restricam alguma. Passei logo a por em pratica, o que Sua Magestade me determinava, fazendo tirar o dinheiro que foi preciso do cofre do Real d'agoa desta cidade donde o achei mais prompto (...)."¹⁷.

Foram retirados ao todo 14 milhões e 200 mil réis, sendo depois leiloados alguns móveis, no valor de 123 750 réis, para assim se fazer conta certa com as despesas. Os empréstimos e o leilão dos móveis correspondem ao total de receitas do HRMAGC¹⁸.

As despesas gerais da instituição foram divididas pelo tesoureiro em seis grupos: Hospital Militar; Armazéns de Guerra; Gasto Particular; Portas Novas; Feitoria; Abertura de Portas. O montante gasto em cada um desses grupos de despesas variou muito. O Hospital representou a maior despesa, seguido pelo Gasto Particular, e pelos Armazéns, apesar destes últimos totalizarem 82 dos 98 conjuntos de documentos, ou seja, 83,67%. De salientar que encontramos uma referência ao *Livro 1º da Despesa do Hospital Real Militar*, onde se pensa estar discriminado o gasto de algumas das suas despesas, mas esse livro encontra-se desaparecido¹⁹.

Tabela I – Despesas do HRMAGC (em réis)

Despesa	Montante	Perc.
Hospital	6.856.293	47,87%
Gasto particular	4.297.600	30,00%
Armazéns	2.103.801	14,69%
Portas novas	551.322	3,85%
Feitoria	497.554	3,47%
Abertura de portas	17.180	0,12%
Total	14.323.750	100%

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, Conta Corrente [1766].

Os documentos pouco dizem sobre a localização das instalações da instituição, ou os locais onde se realizaram algumas das suas despesas. Temos motivos para crer que o hospital, os armazéns e a feitoria não funcionassem no mesmo local. A feitoria localizava-se «(...) no Rossio de Santa

¹⁷ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, "Copia de quitaçam...".

¹⁸ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, "Copia de quitaçam...".

¹⁹ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 2.

Clara (...).»²⁰, seguramente a mesma feitoria identificada por José Amado Mendes²¹.

A designação “armazém” podia não significar um local específico, mas vários, usados para se armazenar o que ao exército dizia respeito. Ao longo do *Coleçam de todas as despesas...*, encontramos várias referências que nos levam a crer que o Castelo de Coimbra foi o local escolhido (ou o mais utilizado) para armazenamento, como por exemplo:

“(...) que por ordem de Sua Magestade mandei fazer na caza grande da Feitoria, nas portas da cidade fazendose para as de Almedina e castelo portas novas de madeira com ferrajens (...) huma caza que servio para poyol da polvora no alto do castelo (...).”²².

Encontramos também várias despesas que indicam o pagamento a pedreiros e carpinteiros que participaram nas ditas reparações²³.

A localização do Hospital é a mais difícil de realizar. Em nenhum dos documentos é feita referência à sua localização, pelo que só podemos equacionar algumas hipóteses: funcionou no castelo, ou nas imediações, onde estavam os armazéns, mas também perto da Universidade, onde se encontrava o Reitor, o principal responsável pelo HRMAGC; num imóvel usado para o efeito, adaptado o mais possível às necessidades do hospital²⁴; num hospital já existente, sendo esta a opção menos plausível, visto não haver informação nas fontes desses hospitais que o possa comprovar.

O Hospital Real Militar

O conflito teve uma curta duração e não conheceu grandes batalhas, mas não deixou de provocar baixas. Durante o séc. XVIII encontramos três

²⁰ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 96.

²¹ MENDES, 1983: 13.

²² AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitaçam...”.

²³ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 23 e 30.

²⁴ Procedimento habitual no estabelecimento dos hospitais da ordem de S. João de Deus (BORGES, 2009: 20-32). No Hospital da Ordem em Miranda do Douro, durante a Guerra Fantástica, o primeiro imóvel a ser utilizado foi uma adaptação (chegaram a ser usadas várias casas ao mesmo tempo), sendo mais tarde construído um para o efeito (MOURINHO, 2007: 301-311). A instalação de um hospital militar num castelo não é de excluir. Há a possibilidade de tal ter ocorrido em Vila Viçosa, em 1763, onde se pensa que o exército montou um hospital provisório no castelo, (ARAÚJO, 1996: 158).

tipos de modalidades de assistência aos soldados feridos: através das Misericórdias, estabelecendo-se um contrato entre estas e a coroa, que significava o tratamento das tropas a troco de um soldo; a entrega dos cuidados à Ordem de S. João de Deus, que já praticava a assistência em Portugal desde a Guerra da Restauração; e a criação de hospitais militares efêmeros, que duravam normalmente pouco mais do que o conflito que motivou a sua existência, como é o caso do Hospital Real Militar de Coimbra aqui em análise²⁵.

Os contratos celebrados entre a Coroa e as Misericórdias evidenciam a relação privilegiada entre ambas, o que se refletia na concessão de privilégios em troca de prestação de serviços. Na Misericórdia de Vila Viçosa encontramos um bom exemplo disso. Um contrato foi assinado entre o vedor-geral e a Misericórdia, em 1660, comprometendo-se a instituição a curar os soldados enfermos da região. A Coroa deveria pagar os ordenados dos profissionais do hospital (médico, cirurgião, barbeiro e capelão), assim como pagar à botica. Também se obrigava a dar três alqueires de trigo por mês a cada servo que assistisse os soldados na enfermaria, vinte e cinco réis em dinheiro por dia para mantimentos, e um ordenado de mil e duzentos réis por mês. O cozinheiro e a lavadeira auferiam, aproximadamente, o mesmo valor. A Coroa comprometia-se, ainda, a entregar ao hospital da Misericórdia cem camas com os respetivos lençóis e outros adereços, enviando dez camas novas todos os anos para substituir as anteriores. Caso fosse necessário, a Misericórdia podia adquirir trigo junto do almoxarifado, por duzentos e vinte réis o alqueire, que seria subtraído no ajuste de contas, feito a cada três meses. Cada soldado internado no hospital custava ao Exército um soldo diário no valor de dois vinténs, ficando o número total de dias de internamento assente nos livros de entradas e saídas²⁶.

A ordem de S. João de Deus chegou a Portugal nos inícios do séc. XVII, mas foi a partir da Guerra da Restauração que se destacou como instituição de assistência aos soldados. Na altura havia a noção de que se deveria fazer muito mais na área da saúde militar, além das “simples” amputações. Esta nova problemática em torno do tratamento dos feridos levou D. João IV a incumbir aos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus a fundação e administração de Reais Hospitais Militares, durante o período em que lavrasse a guerra com a Espanha. Fundaram-se hospitais de campanha, com maior incidência nas praças de guerra de cariz abaluartado, enquanto outros foram criados mais afastados das fronteiras, ficando conhecidos por Reais Hospitais

²⁵ LOPES, 2012: 148.

²⁶ ARAÚJO, 1996: 149-164.

Militares de Retaguarda. O Alentejo foi a região com maior densidade, por ter sido o território mais afetado pelas batalhas e movimentações das tropas. Estes hospitais foram criados de raiz ou adaptados a partir de outros imóveis existentes, e, regra geral, estavam organizados em seis áreas principais: enfermarias, sala de cirurgia e botica, administração e capelania, serviços, cerca e cemitério. Tinham também um corpo profissional bastante diversificado, como os outros hospitais, conforme vamos verificar mais à frente.²⁷

A terceira opção, como já foi referido, era a criação de hospitais efémeros. O Hospital Real Militar de Coimbra foi um desses casos. Começamos pelas despesas. Estas foram subdivididas pelo tesoureiro em quatro grupos: 1ª, estabelecimento do hospital; 2ª, soldados internados e despesas com os funcionários que participaram no tratamento em 1762 (de 5 de setembro a 31 de dezembro); 3ª, despesa igual à anterior mas referente a 1763 (1 de janeiro a 22 de outubro); 4ª, salários e manutenção dos funcionários.

Tabela II – Despesas do Hospital Real Militar (em réis)

Despesa	Montante	Perc.
Salários e manutenção dos funcionários	3.169.069	46,22%
Estabelecimento do hospital	1.720.254	25,09%
Internamentos e pessoal em 1763	1.049.284	15,31%
Internamentos e pessoal em 1762	917.686	13,38%
Total	6.856.293	100%

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, Conta Corrente.

As despesas com o internamento das tropas e pessoal auxiliar em 1762 e 1763 não aparecem discriminadas, daí não sabermos ao certo quanto foi gasto no tratamento e alimentação das tropas. A única referência presente na fonte é muito genérica:

“(...) gasto ordinário dos officiaes e soldados emfermos das tropas portuguezas e bretanicas do exercito que no dito Hospital se curaram, servos e emfermeyros que lhes servirão a fazer curativo e serviço de caza (...)”²⁸.

Ainda assim, pode determinar-se que o valor médio diário gasto no tratamento dos soldados e oficiais e no sustento dos funcionários, durante os 412 dias em que o hospital esteve em funcionamento, foi de 4.774,2 réis.

²⁷ BORGES, 2009: 19-40.

²⁸ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 2 e 3.

Sobre a despesa com o estabelecimento e com os salários, encontramos informação muito mais detalhada. Os gastos com o estabelecimento dizem respeito à aquisição de utensílios para o tratamento, alimentação e habitação, tanto dos enfermos como dos funcionários: loiças, talheres, panos e madeira. No hospital da Misericórdia de Monção, em 1804, as compras realizadas aquando da sua inauguração foram idênticas às do Hospital Real Militar de Coimbra, mas em menor quantidade, daí o montante gasto (5.100 réis) ter sido inferior²⁹.

Tabela III – Despesas no estabelecimento do Hospital Real Militar (em réis)

Despesa	Montante	Perc.
Pano branco de lã, pano de estopa e pano de linho (para cobertores, lençóis, toalhas...)	969.263	56,34%
Madeira para as camas e pipas de água ardente para o hospital	231.310	13,45%
Seis moios de trigo para os enfermos, servos e enfermeiros	122.400	7,12%
Pagamento a carpinteiros, pedreiros e serventes que trabalharam nas camas e obras	98.260	5,71%
Caldeirões, tacho, panela, fogareiro (cobre); seringas, bacias e bules (estanho), balanças e espelhos (ferro)	72.910	4,24%
Palha de centeio para as camas	63.780	3,71%
Pano de linho e estopa (para cobertores, lençóis, toalhas...)	53.616	3,12%
Facas, colheres e garfos (ferro)	46.190	2,69%
Fios de pano de linho velho e concerto de lençóis	18.115	1,05%
Quartos de madeira para se remeterem a água ardente	16.800	0,98%
Pregos de várias qualidades para as obras das enfermarias e das camas	10.880	0,63%
Louça para o serviço do mesmo	9.930	0,58%
Colheres (latão, cobre e ferro) e facas (estanho)	6.800	0,40%
Total	1.720.254	100%

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 1.

O corpo de funcionários era constituído por 25 pessoas. Podemos dividi-lo em dois grandes grupos: aqueles cuja função estava mais próxima da assistência física e espiritual (boticário, médico, cirurgião, capelão, enfermeiros...) e aqueles que tinham um serviço mais variado, do qual dependia o normal funcionamento do hospital (cozinheiro, despenseiro, comprador, porteiro, servos...). Comparando com alguns hospitais de Coimbra, na segunda metade do séc. XVIII, verificamos que este número de funcionários é

²⁹ ARAÚJO, 2008: 324.

próximo do número de funcionários do Hospital da Conceição e do Hospital Real, e muito superior ao do Hospital de S. Lázaro³⁰. No Hospital da Misericórdia de Vila Viçosa os doentes podiam ser assistidos por um médico ou cirurgião, e um sangrador ou barbeiro. Podiam também receber cuidados “com amor e carinho” de um enfermeiro ou enfermeira, que também cuidava da limpeza. Possuía ainda servos, cozinheiro e lavadeira³¹. Quanto aos Hospitais Militares da Ordem de S. João, era comum terem ao seu serviço um almoxarife, religioso, médico, cirurgião e boticário (este só a partir de 1766). Também era usual contarem com um escrivão, um comprador e dois ajudantes, um porteiro, um cozinheiro e dois ajudantes, um enfermeiro ou prior, e alguns auxiliares menos qualificados³².

Tabela IV – Corpo de profissionais do Hospital Real Militar e o seu salário (em réis)³³

Profissão	Nome	Salário	Perc.
Boticário	António de Lemos Almeida	957.904	32,18%
Escrivão	José de Jesus	363.200	12,20%
Médico	José dos Santos	272.000	9,14%
Cirurgião	Florindo António de Sousa	195.840	6,58%
Dispenseiro	José de Campos	137.940	4,63%
Sangrador	Francisco João	108.800	3,66%
Capelão	Padre Francisco da Silva	97.920	3,29%
Sangrador	Francisco de Moura	93.067	3,13%
Comprador	Manuel da Costa	82.600	2,78%
Enfermeiro	Manuel Rodrigues	77.000	2,59%
Enfermeiro	Manuel Lima	74.000	2,49%
Fiscal dos remédios	Tomé Pires de Castro	70.000	2,35%
Cozinheiro	Manuel Seco	68.780	2,31%
Enfermeiro	Nuno Pereira	64.200	2,16%
Enfermeiro	Francisco Ferreira	45.400	1,53%
Porteiro	Mateus Rodrigues de Carvalho	43.920	1,48%
Servo	Joaquim Gomes	39.000	1,31%
Servo	Francisco Gabriel	34.800	1,17%
Servo	Francisco Luís de Lemos	34.600	1,16%
Servo	Manuel Francisco	32.600	1,10%

³⁰ LOPES, 2000: 649-651.

³¹ ARAÚJO, 1996: 158-161.

³² BORGES, 2009: 43-44.

³³ Na Tabela II, os “Salários e manutenção dos funcionários” representam 3.169.069 réis. Contudo, nessa despesa constam 192 600 réis relativos à compra de trigo. Por esse motivo, o total da Tabela IV não corresponde ao montante da Tabela II, porque nesta só constam os salários.

Ajudante de Cozinheiro	José	31.320	1,05%
Capelão	Padre João Xavier Monteiro Tinoco	16.980	0,57%
Servo	Francisco Gomes	14.300	0,48%
Servo	José Pereira	11.600	0,39%
Servo	Domingos dos Santos	8.700	0,29%
Total		2.976.469	100,00%

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 4.

Os salários referidos nas fontes indicam o valor total auferido pelos funcionários. Não sabemos quantos dias trabalharam ao certo, por isso é impossível calcular o valor diário. Podemos constatar que os funcionários que auferiram os salários mais elevados foram o boticário, escrivão, médico, cirurgião, despenseiro e o sangrador (juntos totalizam 68% do total gasto em salários). Os servos e o ajudante de cozinha foram os que menos receberam. Estas diferenças vão ao encontro da realidade salarial dos hospitais de Coimbra aqui citados³⁴.

Sobre a alimentação não temos muitos dados. As despesas do hospital só por duas vezes fazem referência à compra de alimentos e bebidas: na despesa 4, a compra de “nove moyos de trigo para sustento diario dos emfermeiros, servos, e emfermos”, a 20 de setembro de 1762; e na despesa 1, a compra de seis moios de trigo, a 20 de dezembro de 1762, assim como a compra de pipas de água ardente, a 30 de dezembro de 1762³⁵. Segundo Manuel Pereira de Carvalho, o pão e a água ardente eram a base de um suplemento alimentar que os soldados podiam receber, como aconteceu na campanha do Rossilhão, em 1793-95³⁶. Este suplemento pode até ter existido neste hospital, mas cremos que a alimentação tenha sido bem mais variada. As despesas 2 e 3 fazem referência ao gasto diário com os enfermos e funcionários, mas não dá pormenores. Temos razões para acreditar que nestes gastos se incluíssem várias compras de alimentos, porque essas despesas foram muito avolumadas, mas também tendo em conta as compras realizadas por outros hospitais no mesmo período. Por exemplo, em 1764 e 1765, no Hospital da Convalescença de Coimbra, as despesas na alimentação indicam o consumo de frangas e galinhas, carneiro, pão, azeite, vinho, açúcar, vinagre, aguardente, arroz, ervas e fruta, vitela, marmelada e ovos, sendo que os cinco primeiros representavam a quase tota-

³⁴ LOPES, 2000: 649-651.

³⁵ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 1 e 4.

³⁶ CARVALHO, 2007: 495-547.

lidade do consumo³⁷. Em 1802, no Hospital de S. Lázaro os doentes consumiam pão, carneiro, arroz, feijão, galinha, marmelada e vinho. No Hospital Real, em 1802, encontramos referência, além dos alimentos já citados, a carne de vaca, ovos, bacalhau, abóbora, leite, aletria, maçãs, peras e laranjas³⁸. No Hospital de Penafiel, entre 1781 e 1785, os doentes consumiam essencialmente pão e galinha, podendo complementar esta alimentação com açúcar, vinho e vitela. Em 1806 consumiam carne (galinhas incluídas), pão, azeite, sal, vinagre, açúcar, vinho e mel³⁹.

Para finalizar, no que toca à planta e estrutura física do hospital, as fontes não apresentam dados que nos revelem como era o edifício do hospital. Ainda assim é possível ter uma ideia das divisões que podiam existir, tendo em conta as plantas dos vários Hospitais Militares da Ordem de S. João de Deus. As características do imóvel, quer tivesse sido construído de raiz, ou adaptado para o efeito, já foram aqui já referidas, e eram, regra geral, quase sempre as mesmas: enfermarias; sala de cirurgia e botica; setor administrativo e capelania; serviços (cozinha, armazéns...); cerca; cemitério. Tendo em conta os diferentes tipos de funcionários e as funções que realizaram no Hospital Militar de Coimbra, podemos considerar esta planta próxima da que existiu na realidade⁴⁰.

Os Armazéns de Guerra e as restantes despesas

Os armazéns de guerra tinham um funcionamento diferente e independente do hospital. Pretendemos verificar a sua importância durante o conflito e de que forma apoiaram as tropas portuguesas e britânicas presentes na região. Vamos integrar nesta reflexão as restantes despesas por estarem, se certa forma, incluídas no funcionamento do armazém.

Em primeiro lugar convém realçar que ao longo da Época Moderna a logística de guerra foi sofrendo inovações e a sua importância foi crescendo, tendo em conta que os exércitos aumentaram cada vez mais os seus efetivos. Estima-se que, durante todo o séc. XVII, tenham servido na Europa entre dez e doze milhões de soldados. Isto colocou sérios problemas aos estados europeus: ao nível do recrutamento, do pagamento dos soldos, do

³⁷ LOPES, 2000: 656.

³⁸ LOPES, 2000: 378-385.

³⁹ FERNANDES, 2015: 330-363.

⁴⁰ BORGES, 2009: 35-36.

tratamento dos feridos e do abastecimento de comida, roupas, calçado e munições⁴¹.

Em Espanha, nos sécs. XVI e XVII, o pagamento dos soldos e o abastecimento alimentar eram as grandes preocupações da coroa, porque encontrando-se os dois em falta, podia dar-se o colapso militar (deserção ou motim). A distribuição de vestuário e armamento foi ganhando importância com o tempo, na medida em que foi sendo introduzida a uniformização dos fardamentos e o aumento do número de armas de fogo usadas pelos exércitos. A acompanhar as marchas dos exércitos seguiam animais e carros, muitas vezes alugados, com os mantimentos e munições⁴².

As deficiências no abastecimento poderiam comprometer seriamente uma campanha militar, como ocorreu durante a Guerra de Sucessão Espanhola. Em 1704, o exército espanhol paralisou após a conquista do Alentejo, devido ao mau abastecimento durante o verão, uma situação algo recorrente ao longo do conflito⁴³.

No séc. XVIII, o sistema profissional militar atinge o ponto máximo, integrando tanto nobres como o povo. É um período em que as guerras são limitadas nos objetivos e os exércitos movimentam-se muito, evitando batalhas decisivas. As armas de fogo e artilharia tornam-se mais importantes, com uma cadência de tiro como nunca se tinha visto. O desgaste do inimigo era o mais importante, fazendo a guerra durar, esgotando os seus abastecimentos e finanças. Isto tornava a logística fulcral no desenrolar dos conflitos⁴⁴.

Era necessária a produção, transporte e armazenamento de tudo o que fosse importante para a condução da guerra. Frederico II, rei na Prússia entre 1740 e 1786, foi um grande inovador e teórico militar, e as suas ideias foram sendo adotadas, pelo menos de uma perspetiva aproximada, por todos os exércitos europeus e norte-americanos (em particular o anglo-hanoveriano e russo), servindo de inspiração para outros líderes militares⁴⁵. Avaliando dois dos seus textos mais famosos, *Os princípios gerais da guerra, aplicados à tática e à disciplina das tropas prussianas*, e *Pensamentos e regras gerais para a guerra*, podemos constatar que a logística era um aspeto importante da organização militar de Frederico⁴⁶.

41 PARKER, 1988: 45-81.

42 TEIJEIRO DE LA ROSA, 2013: 223-240. Ver também: SAAVEDRA VÁSQUEZ, 2009: 462-476.

43 SAAVEDRA VÁSQUEZ, 2014: 191-193.

44 SANTOS, 2010: 127-134.

45 BEBIANO, 2000: 344-346.

46 FREDERICO II DA PRÚSSIA, 2005: 65-181.

Em Portugal, a partir do reinado de D. João II, começa a instaurar-se um pouco por todo o reino um número cada vez maior de ferrarias, tercenas e armarias⁴⁷. D. Manuel continuou o processo de expansão das mesmas, não só na metrópole, mas também no império. Fabricavam e armazenavam espingardas e pólvora, apesar da produção nunca conseguir satisfazer as necessidades, recorrendo-se à importação⁴⁸.

No séc. XVII, D. João IV criou o Conselho de Guerra permanente, um órgão de conselho real que deveria orientar a estratégia militar de defesa. A Junta dos Três Estados ficou encarregue de verificar as despesas, a Junta de Fortalezas e Fronteiras ficou responsável pela fiscalização das mesmas, e a Tenência de Artilharia passou a controlar o artilhamento das fortalezas, o fabrico de canhões e o armamento no Real Arsenal, de quem passaram a depender as fundições e fábricas de pólvora⁴⁹. A Tenência-Geral de Artilharia deveria ainda recrutar e treinar artilheiros para servirem nas praças, fortalezas e navios. Estava sediada nas Terceiras da Porta da Cruz, em Lisboa, ficando esta instituição sujeita à Junta dos Três Estados⁵⁰.

Só na 2ª metade do séc. XVIII se conhecem reformas no sentido de dotar o reino de uma estrutura similar à prussiana. Em 1760 o Marquês de Pombal ordena o início da construção do Arsenal do Exército⁵¹ em Lisboa, no local onde tinham existido as já referidas Terceiras das Portas da Cruz. O alvará de 24 de março de 1764 e o decreto de 29 de junho de 1773 trataram da criação e da reforma do referido arsenal⁵².

As ideias e reformas do Conde de Lippe, muito importantes ao longo deste processo, ficaram registadas nos vários regulamentos e instruções que deixou. Abandonou Portugal em 1764, regressando de forma breve em 1767, mas o seu legado não durou muito tempo. Quando a guerra regressou ao reino, o exército encontrava-se novamente numa situação de grande precariedade⁵³.

Apesar dos documentos não fazerem referência a Lippe, podemos considerar que a criação desta instituição vem no seguimento das suas

47 Ferraria: fábrica de ferragens ou local de trabalho do ferreiro; terciena: armazém ou local de concerto; armaria: depósito de armas ou arsenal. PINTO, 2009.

48 PINTO, 2009: sem paginação.

49 BRITO & ESPÍRITO SANTO, 2012: 19-26.

50 PINTO, 2009: sem paginação.

51 Designação genérica, que significa um conjunto de fábricas, oficinas, repartições e depósitos para o fabrico, concerto, arrecadação e fiscalização de material do exército.

52 PEREIRA & RODRIGUES, 1904: 781.

53 PEREIRA & RODRIGUES, 1904: 277-282.

reformas, se levarmos em conta que o conflito teve início em maio, mas a ordem para a construção do HRMAGC só foi enviada pouco depois da chegada do oficial alemão.

As fontes permitem-nos conhecer alguns funcionários que operaram nos armazéns e quais eram as suas competências. O tesoureiro era Manuel da Silva Caetano⁵⁴, responsável único pelos pagamentos. Foi o autor de algumas encomendas, tarefa que dividia com o Reitor da Universidade, o vedor-geral da artilharia e o almoxarife das armas. O escrivão era Leandro Anastácio de Carvalho Fonseca, apesar de José de Jesus, o escrivão dos Hospitais, ter assinado alguns dos documentos. O Almoxarife das Armas, Francisco Gonçalves da Mota, era responsável pela compra de equipamentos ou munições necessárias para o funcionamento do armazém de guerra. Fazia a sua escritura no *Livro 1º da receita*, onde eram anotadas as entradas do material que era adquirido junto dos fornecedores. Prestava uma fiança, para a qual não se sabe valores mínimos ou máximos⁵⁵. O vedor-geral da Artilharia, João Rodrigues Garcia, comissário da Vedoria-Geral do Alentejo, (referido por vezes como vedor-geral do depósito do expediente dos armazéns), era o responsável pelo abastecimento logístico do exército que estava dependente dos Armazéns de Guerra de Coimbra, nomeadamente as tropas do Governador das Armas da Província da Beira⁵⁶.

Os armazéns de guerra e as demais despesas representam um total de 7 467 457 réis. Apesar das despesas referentes aos armazéns corresponderem a 82 mandados, na prática só representam 2 103 801 réis. Destes 82 mandados, mais de metade (42) dizem respeito ao pagamento a espingardeiros e serralheiros pela reparação e limpeza de armas, totalizando 592.695 réis. A limpeza das armas implicava, muitas vezes, outras despesas, como a compra de carvão, limas ou azeite. Os salários dos espingardeiros eram pagos de acordo com o estatuto/experiência do trabalhador: os mestres auferiam 300 réis por dia (o mais velho podia auferir 400); oficiais 200 réis; apontadores 200 réis; aprendiz 60 réis por dia⁵⁷.

⁵⁴ Os armazéns não tinham tesoureiro próprio, ao contrário do hospital, pelo que Manuel da Silva Caetano exerceu essa função.

⁵⁵ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 10-11.

⁵⁶ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 15.

⁵⁷ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 37-38.

Tabela V – Despesas dos Armazéns de Guerra

Despesa	Montante	Perc.
Espingardeiros	592.695	28,17%
Outras despesas	567.360	26,97%
Condutores (armamento e correspondência)	312.780	14,87%
Sapateiros	289.340	13,75%
Madeiras da Fábrica de Pombal	217.556	10,34%
Outros profissionais	124.070	5,90%
Total	2.103.801	100%

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*

A segunda maior despesa diz respeito a condutores, que podiam levar correspondência, armas, pólvora ou outros objetos (312 780 réis). Isto implicava o pagamento diário ao condutor e pagamento do aluguer do animal e do veículo utilizado. O salário podia chegar aos 500 réis por dia, e o aluguer do carro e do animal 300 réis. O transporte era feito dos depósitos de munições espalhados um pouco pelo centro de Portugal⁵⁸. Traziam-se armas e pólvora, por vezes capturadas ao inimigo, mantimentos e materiais de construção para os armazéns de guerra. Os responsáveis pelo transporte eram pessoas de diferentes ofícios: podiam ser almocreves, correios, militares, ou até mesmo o meirinho da Universidade de Coimbra⁵⁹.

Os gastos com os sapateiros também foram significativos, apesar de terem sido efetuadas poucas compras (289 340 réis), correspondendo à terceira maior despesa. Foram adquiridas centenas de pares de sapatos de pele de bezerro, em lustre, ou graxa, que serviram “para acudir os soldados do dito partido [da Beira], que careção delles por andarem descalços nas marchas”. Foram adquiridos por ordem do 4º Conde de Loudon, John Campbell, oficial do exército auxiliar britânico. Os pares de sapatos podiam ter diferentes tamanhos, que desconhecemos, e preços, que podiam variar entre 430 e 900 réis o par⁶⁰.

As restantes despesas referentes aos armazéns prendem-se com a compra de papel, madeiras, materiais em ferro, cordas, obras e reparações

⁵⁸ Algumas das localidades possíveis de identificar: Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande, Alvares, Lousã, Penacova, Janeiro de Baixo, Vila Velha de Rodão, Castelo de Vide, Sampaio, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Linhares, Gouveia, Manteigas, Seia, Covilhã e Teixoso.

⁵⁹ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 36, 39, 56, 66, 72 e 74.

⁶⁰ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 10, 11, 14.

no paiol de munições na torre do castelo, e o pagamento ao escrivão dos Armazéns, Leandro Anastácio de Carvalho e Fonseca, no valor de 321 794 réis, ficando-se, na altura, a dever-lhe 66 605 réis, por não haver dinheiro suficiente⁶¹.

O serviço dos armazéns dependia muito de fornecedores ou prestadores de serviços naturais de Coimbra, pagos por encomenda ou por jorna de trabalho. Não sendo possível abordar de forma aprofundada o funcionamento dos armazéns, veja-se um caso próximo do que foi o procedimento habitual (despesa 15, relativa à compra de 79 pares de sapatos). O primeiro documento que surge é um requerimento (com notas posteriores), onde se indica a quantidade de sapatos feitos pelos mestres e o montante que se devia pagar. No dia 25 de outubro de 1762 o vedor-geral mandou «fazer receita ao Almojarife» dos sapatos contidos no requerimento, o que é feito a 1 de novembro, quando o almoxarife confirma a entrada do material em armazém, anotando no L. 1º da receita. A 8 de novembro o tesoureiro Manuel Caetano efetua o pagamento, sendo este confirmado a 10 de novembro, com a assinatura do recibo por parte dos mestres sapateiros. No verso do primeiro fólio, encontra-se ainda uma lista complementar, com informação detalhada sobre os sapatos, organizada por pares e preços⁶².

Aos grupos do Gasto Particular, Portas Novas, Feitoria e Abertura de Portas, correspondem despesas muito variadas, motivo pelo qual optamos por as tratar em conjunto. De realçar a liquidação ao sargento-mor de cavalaria, Bartolomeu de Aranda, “para pagamento dos cavalos que se tomarão nas comarcas deste reino, para remonte dos regimentos de cavalaria”. Os 3 480 000 réis pagos pelos animais fazem desta a maior despesa presente na “*Coleçam de todas as despesas...*”⁶³. Outras despesas significativas do Gasto Particular dizem respeito a correios, montados e a pé, “pela deligência no serviço de Sua Magestade”, e o pagamento do soldo a João Roiz Garcia, oficial da vedoria da artilharia do Alentejo, por ter servido no expediente dos armazéns⁶⁴.

61 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 9, 12, 13, 21, 22, 23, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 68, 78, 81, 82, 83, 84 e 86.

62 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 15.

63 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 87.

64 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 88- 92.

Tabela VI – Despesas agregadas: Gasto Particular, Portas Novas, Feitoria e Abertura de Portas (em réis)

Despesa	Montante	Perc.
Compra de cavalos	3.480.000	64,88%
Salários e materiais (carpinteiros e pedreiros)	827.141	15,43%
Correios	627.200	11,69%
Salários e materiais (serralheiros)	238.915	4,45%
Soldo de João Roiz Garcia	190.400	3,55%
Total	5.363.656	100%

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*

As restantes despesas dizem respeito às obras realizadas nas infraestruturas existentes na cidade. A construção de portas novas nos Arcos de Almedina e no Castelo, e a abertura de outras anteriormente tapadas de alvenaria, custaram 551 322 réis, dos quais 312 407 foram gastos nos salários e materiais, e 238 915 em ferragens para as portas. A Casa da Feitoria também foi reparada, tendo-se despendido um total de 497 554 réis, dos quais 298 474 em salários e 199 080 em madeiras e pregos. Por fim, “des-tapar as portas do Arco de Santo Agostinho e no Arco da Estrella de Coimbra (...) que se acharão fechadas de pedra, e cal”, o que ficou pela quantia de 17 180 em salários⁶⁵.

Os pedreiros e carpinteiros que trabalharam nestas obras receberam um salário igual. Os mestres auferiam 240 réis por dia, os oficiais 200 e os serventes 120 ou 100 réis. Outros trabalhadores, como lavradores e jornaleiros, juntaram-se ao serviço, ajudando no transporte de cal e pedra para a torre do castelo. Cada carrada de cal era paga a 60 réis, enquanto a carrada de pedra custava 80 réis⁶⁶. Em Lisboa, entre 1762 e 1767, os salários dos carpinteiros e pedreiros rondavam os 300 réis por dia, porém não conseguimos saber se era o valor máximo auferido por um mestre ou um valor médio auferido pelos oficiais. Seja como for, o valor é mais elevado em Lisboa do que em Coimbra, no mesmo período⁶⁷.

⁶⁵ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 93-98.

⁶⁶ AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 92-98.

⁶⁷ AMORIM et al, 2009.

Conclusão

Neste artigo analisaram-se duas instituições criadas para responder às necessidades da guerra. Com o fim das hostilidades o Hospital Militar e os Armazéns de Guerra foram perdendo a sua importância, tendo sido desmantelados pouco depois do Conde de Lippe abandonar o país.

A análise da *Coleçam de todas as despesas...* permitiu conhecer as razões para a fundação das instituições, o seu financiamento, as suas despesas e os oficiais que nelas serviram, ficando bem evidentes as principais funções do HRMAGC: a assistência aos soldados e oficiais enfermos no Hospital Real Militar, e o apoio logístico durante a Guerra Fantástica e anos seguintes, levado a cabo pelos Armazéns de Guerra.

A comparação com outras instituições de assistência do séc. XVIII permitiu-nos verificar que a estrutura e funcionamento do Hospital Militar de Coimbra não foram muito diferentes do que era normal à época. Estava bem equipado e tinha grandes dimensões, não só pelas despesas com o seu estabelecimento, mas também tendo em conta o seu corpo de funcionários.

Pelas restantes despesas esclarece-se o elenco de oficiais e as funções dos Armazéns de guerra, e a sua importância para a logística do exército português durante o conflito. Constatou-se que a reparação e limpeza das armas foram as tarefas mais comuns, assim como o transporte e correios. De realçar a despesa realizada com a aquisição de cavalos, que corresponde à compra mais elevada das duas instituições.

Ficaram-se a conhecer as várias localidades da região centro para onde se transportaram armas e munições, entre as quais Figueiró dos Vinhos, Lousã, Castelo de Vide, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Seia e Covilhã, assim como as obras realizadas na Torre do Castelo de Coimbra, na Casa da Feitoria, no Arco de Almedina, no Arco de Santo Agostinho e no Arco da Estrela.

Apesar das informações alcançadas, subsistem limitações, nomeadamente a impossibilidade em aprofundar os cuidados de saúde e a alimentação praticada, assim como localizar o hospital.

Fontes

Fontes manuscritas:

PT- Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC] - Hospital Militar de Coimbra [HMC],
Coleçam de todas as despesas que por ordem de Sua Magestade mandou fazer o

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Gaspar de Saldanha de Albuquerque Reformador Reitor desta Universidade no estabelecimento do Hospital Real Militar, Armazéns de Guerra, ridificação da Caza da Feitoria, portas novas nas de Almedina, e Castelo, e outras despesas de serviço, que se mostram por huma conta tomada e o thezoureiro, e 98. mandados, que compoem esta coleçam, com os conhecimentos, e papeis da despeza a que se referem do anno de 1762. the 1766. Sendo thezoureiro Manoel da Silva Caetano [1762-1767], cota IV-2.ªE-8-2-18.

Fontes impressas:

FREDERICO II DA PRÚSSIA (2005) – *Reflexões sobre a arte de vencer*. Estudo introdutório e cronologia de Viriato Soromenho-Marques. Tradução de Angelina Pires. Lisboa: Sílabo.

Bibliografia

- AMORIM, Inês, et al (2009) – *Prices, Wages and Rents in Portugal 1300-1910*. Disponível em: <<http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>> (acedido em 29-11-2016).
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (1996) – A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII. In *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: actas*. Évora: H.E.S, p. 149-164.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2008) – *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*. Monção: Santa Casa da Misericórdia.
- BARRENTO, António (2006) – *Guerra Fantástica 1762: Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete anos*. Lisboa: Tribuna da História.
- BEBIANO, Rui (2000) – *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva.
- BORGES, Augusto Moutinho (2009) – *Reais Hospitais Militares em Portugal (1640-1834)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BRITO, Pedro de & ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2012) – *A logística do Exército Anglo-Luso na Guerra Peninsular: uma introdução*. Coimbra: Tribuna.
- CARVALHO, Manuel Jorge Pereira de (2007) – O Serviço de Saúde Militar na Campanha do Rossilhão e Catalunha (1793-1795). In *XVI Colóquio de História Militar: O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, vol. I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, p. 495-547.
- COSTA, Fernando Dores (2003) – A guerra no tempo de Lippe e de Pombal. In BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano (Org.) - *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, p.331-350.
- FERNANDES, Paula Sofia Costa (2015) – *O Hospital da Misericórdia de Penafiel (1600-1850)*. Braga: [s. n.] (tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho).
- HESPAÑA, António Manuel (1993) – A Fazenda. In MATTOSO, José (Org.) - *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 203-239.

- LOPES, Maria Antónia (2000) – *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I e II. Viseu: Palimage Editores.
- LOPES, Maria Antónia (2012) – Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários: (meados do séc. XVIII - meados do séc. XIX). *Separata de História da saúde e das doenças*. P. 147-164.
- MENDES, José Maria Amado (1983) – *Subsídios para a Arqueologia Industrial de Coimbra*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009) – O Tempo de Pombal (1750-1777). In RAMOS, Rui (Org.) - *História da Portugal*, 8ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, p. 357-377.
- MOURINHO, António Rodrigues (2007) – O Hospital Real de São João de Deus de Miranda do Douro. In XVI Colóquio de História Militar: O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitais de São João de Deus em Portugal, vol. I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, p. 301-311.
- PARKER, Geoffrey (1988) – *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEREIRA, João Manuel Esteves & RODRIGUES, Guilherme (1904) – *Portugal: Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico abrangendo a minuciosa descrição historica e chorographica de todas as cidades, villas, e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar, biographias, dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis pelas suas invenções e descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação de todos os factos notaveis da historia portuguesa, etc., etc. Obra illustrada com centenas de photogravuras e redigida segundo os trabalhos dos mais notaveis escriptores*. Disponível em: <<https://archive.org/stream/portugaldiccion00peregoog#page/n781/mode/2up>> (acedido em 18-11-2016).
- PINTO, Renato Fernando Marques (2009) – *As Indústrias Militares e As Armas de Fogo Portáteis no Exército Português*. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=528> (acedido em 29-11-2016).
- SAAVEDRA VÁSQUEZ, Maria del Carmen (2009) – La actividad militar en Galicia durante el reinado de Carlos II: primeiros datos e reflexiones. In LÓPEZ DÍAZ, Maria (Org.) - *Estudios en homenaje al professor José M. Pérez García*, vol. II. Vigo: Universidad de Vigo.
- SAAVEDRA VÁSQUEZ, Maria del Carmen (2014) – La Guerra de Sucesión y sus efectos sobre la organización militar peninsular. In TORRES ARCE, Marina & TRUCHUELO GARCIA, Susana (Org.) – *Europa en torno a Utrecht*. Santander: Universidad de Cantabria.
- SANTOS, Loureiro (2010) – *História concisa de como se faz a Guerra*. Mem Martins: Europa-América.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1996) – *História de Portugal [1750-1807]*, Vol. VI, 5ª ed. Lisboa: Verbo.
- TEIJEIRO DE LA ROSA, Juan Miguel (2013) – Logística y financiación, In O'DONNELL, Hugo (Org.) - *Historia Militar de España, III. Edad Moderna II. Escenario Europeo*. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica.

A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos - um caso prático

The importance of archival authority records in family archives: the Almada e Lencastre Bastos archive - a practical case

ALICE BORGES GAGO¹

Doutoranda na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa
Instituto de Estudos Medievais
alicegago@gmail.com

Artigo enviado em: 6 de fevereiro de 2017

Artigo aprovado em: 13 de abril 2017

RESUMO

Pretende-se com este estudo refletir sobre a importância da descrição arquivística de entidades produtoras, nomeadamente na construção de registos de autoridade arquivística (RAA) de pessoas singulares e famílias, quando se pretende descrever arquivos de família. Esta prática, que tem por objetivo uniformizar e facilitar o acesso aos fundos documentais, é baseada em normas internacionais e nacionais, permitindo a troca de dados entre entidades detentoras de arquivos. A disponibilização de aplicações

¹ Bolseira de doutoramento (SFRH/BD/101022/2014) em História, especialidade Arquivística Histórica, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Membro integrado do Instituto de Estudos Medievais.

informáticas de descrição arquivística, gratuitas, como o ICA- AtoM, viabilizam não só a descrição, mas também uma maior difusão de fundos documentais, nomeadamente arquivos de família à guarda de entidades privadas ou públicas, como o “Arquivo Almada e Lencastre Bastos”.

PALAVRAS-CHAVE: Registos de autoridade; arquivos de família; ICA - AtoM; descrição arquivística.

ABSTRACT

This study reflects on the importance of people and family archival authority records, in order to provide easier access to the documents. This practice, which aims to standardize and facilitate access to archival funds, is based on several international and national standards, which allow the exchange of data between archival entities. The availability of archival description software, such as ICA-AtoM, enables the description and a greater dissemination of documentary funds, such as family archives deposited at private or public archive services, as in the case of the Almada e Lencastes Bastos family archive.

KEYWORDS: Authority records; family archives; ICA - AtoM; archival description.

Introdução

A normalização dos instrumentos de descrição arquivística constitui um dos passos fundamentais para a criação de redes de informação de fundos documentais, pelo que vários autores têm vindo a chamar a atenção para a necessidade desta prática desde meados dos anos 90 do século XX. De entre eles podemos referir, a título de exemplo, Richard Cox que afirmou que a existência de normas era um indicador privilegiado do estado de desenvolvimento da disciplina arquivística² ou Carol Couture, que defendeu que a normalização devia ser uma prioridade para o desenvolvimento da arquivística pois ela aumenta a qualidade das intervenções profissionais e melhora significativamente as bases do conhecimento³.

O tema dos registos de autoridade tem vindo a ser estudado por vários especialistas⁴ e também no âmbito de estágios e teses de mestrado em

² COX, 1994: 167.

³ COUTURE, 2001: 9.

⁴ GAGNON-ARGUIN, 1992; RUNA, 2011; LAFUENTE URIÉN, 2014.

Ciências da Informação e da Documentação⁵ em universidades portuguesas, que analisaram, sobretudo, a adoção do modelo do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA), como modelo a seguir para a criação dos RAA⁶. Como refere Ana Margarida Rodrigues⁷ este modelo apresenta algumas vantagens e é considerado pela entidade gestora, a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, como o “ pilar estruturante da informação disponibilizada na rede”⁸.

O presente artigo começa por abordar a evolução das políticas de normalização da descrição dos registos de autoridade arquivística e a importância que a criação de normas internacionais tiveram na constituição e implementação de modelos de descrição nas entidades detentoras de arquivos, salientando o contributo do FNAA enquanto entidade agregadora dos RAA das entidades participantes da Rede Portuguesa de Arquivos. De seguida apresentam-se alguns exemplos de preenchimento de RAA do “Arquivo Almada e Lencastre Bastos”, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, numa base informática de arquivos, o ICA-AtoM. O preenchimento desta base decorre da investigação que nos encontramos a realizar para a tese de doutoramento em História, especialidade Arquivística Histórica, o que nos levou a analisar alguns constrangimentos inerentes a esse preenchimento e, conseqüentemente, a gerar políticas de descrição de RAA.

Refletimos ainda sobre o diálogo entre historiadores e arquivistas, e no contributo que os primeiros podem dar na construção de registos de autoridade face à escassez de recursos humanos nas entidades detentoras de arquivos e por fim apresentamos uma sugestão de grelha de preenchimento de RAA em arquivos de família, que poderá servir para trabalhos futuros nesta área.

A normalização da descrição arquivística e criação de registos de autoridade

A descrição da documentação é, segundo Fernanda Ribeiro, uma das atividades mais importantes na organização de um arquivo, uma vez que,

⁵ MORAIS, 2013; RODRIGUES, 2013; SILVÉRIO, 2008; TRINDADE, 2012.

⁶ O FNAA é uma estrutura informática de controlo das autoridades arquivísticas nacionais, por meio do estabelecimento, em ficheiro de autoridade, das formas autorizadas e das formas variantes dos nomes pessoais e de famílias. Mais adiante desenvolveremos o assunto.

⁷ RODRIGUES, 2013: 10.

⁸ PORTUGAL, 2008a: 6.

através dela, se elabora a representação das unidades documentais, permitindo a sua identificação, localização e acesso⁹.

A descrição arquivística normalizada aplica-se não só aos documentos como também às pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias enquanto produtoras, acumuladoras ou gestoras de arquivo. Neste processo de normalização das práticas arquivísticas ligadas à descrição é incontornável a presença do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), responsável pelo desenvolvimento das quatro normas internacionais de descrição¹⁰: a ISAD(G)¹¹, a ISAAR(CPF)¹², a ISDIAH¹³ e a ISDF¹⁴.

O desenvolvimento de políticas e instrumentos de normalização da descrição arquivística a nível internacional iniciou-se com a criação, em 1989, da Comissão Ad-hoc para as Normas de Descrição do CIA¹⁵, que deu posteriormente origem ao seu Comité Permanente de Normas de Descrição. No entanto, e como é referido por Bonal Zazo¹⁶, o trabalho inicial realizado pelo CIA (sobretudo ao nível da norma ISAD(G)) teve como bases teóricas as normas nacionais desenvolvidas nos EUA, Grã-Bretanha e Canadá, durante nos anos 80 do século XX¹⁷. A necessidade de criação de normas internacionais, com o fim de orientar, regular e normalizar a atividade de descrição a um nível mais abrangente do que o nacional, surgiu na década seguinte, na sequência de um modo renovado de encarar a descrição arquivística¹⁸.

Os novos desafios colocados com a proliferação de documentos eletrónicos e com as exigências dos utilizadores, levaram a que a descrição arquivística de variadas entidades, e respetiva normalização, fossem uniformizadas

⁹ RIBEIRO, 1996: 9.

¹⁰ Para uma reflexão e síntese global dos antecedentes de criação, estrutura e objetivos das quatro normas internacionais a seguir elencadas, veja-se: RUNA, 2011: 161-214.

¹¹ ISAD(G) – *General International Standard for Archival Description*.

¹² ISAAR(CPF) – *International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families*.

¹³ ISDIAH – *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*.

¹⁴ ISDF – *International Standard for Describing Functions*.

¹⁵ LAFUENTE URIÉN, 2014.

¹⁶ BONAL ZAZO, 2001.

¹⁷ Refere-se às normas *Rules for Archival Description* criadas em 1990, e revistas em 2008, ao trabalho de Steven Hensen: *Archives, Personal Papers, and Manuscripts: a Cataloging Manual for Archival Repositories, Historical Societies, and Manuscript Libraries* (2.ª ed., 1989), e ao *Manual of Archival Description*, da autoria de Michael Cook e Margaret Procter (2.ª ed., 1989). RIBEIRO, 1996: 9; BONAL ZAZO, 2000: 66; GAGNON-ARGUIN, 2012: 109,112.

¹⁸ BONAL ZAZO, 2000: 57.

de forma a facilitar o acesso, recuperação e divulgação da informação, a nível não só nacional, mas também internacional¹⁹.

Atualmente, o foco central do trabalho desenvolvido pelo CIA, em termos de normalização da descrição arquivística e da revisão e aperfeiçoamento das quatro normas de descrição já referidas, tem por objetivo a sua reestruturação e otimização da sua articulação e intercomunicação.

Os documentos de trabalho produzidos, em 2012, pelo *Committee on Best Practices and Standards*²⁰ do CIA são reveladores desta linha de orientação, ao pretender tornar claras as relações existentes entre os diversos tipos de entidades arquivísticas visados por cada uma delas e apresentar uma reflexão e propostas de harmonização dos elementos de informação contemplados em cada uma das normas internacionais, a fim de diminuir a repetição de informação e aumentar a sua articulação. Nesse mesmo ano, o CIA constituiu um novo grupo de trabalho, o EGAD (*Experts Group on Archival Description*), com o objetivo de desenvolver um modelo conceptual internacional que proporcionasse uma base mais sólida à descrição arquivística, adequando-a aos desafios da nova geração de sistemas de descrição (no contexto da web semântica, centrada na articulação de dados estruturados) e de partilha de informação a nível internacional e interdisciplinar (articulação com a comunidade museológica e biblioteconómica)²¹.

É neste quadro de uniformização e normalização da descrição arquivística, que foram criadas, a partir dos anos 90, as normas para os registos e controlo de autoridade e sua aplicação à realidade arquivística, a ISAAR(CPF)²², que teve a sua primeira edição em 1996 e a segunda edição (revista) em 2004²³. Desde então, tem sido progressivamente utilizada como fonte, quer para a criação direta de RAA para pessoas coletivas, singulares e famílias, quer para a elaboração de normas a nível nacional e internacional.

¹⁹ RUNA, 2011: 164; GUEDES, 2015.

²⁰ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Best Practices and Standards. Sub-committee on archival description – *Relationships in archival descriptive systems*. [Consult. 23 Out. 2016]. Disponível em: <http://www.ica.org/sites/default/files/Relationships_archival_descriptive_standards.pdf>; id., *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive standards*. [Consult. 23 Out. 2016]. Disponível em: <http://www.ica.org/sites/default/files/Report_for_revising_harmonising_description_standards.pdf>; LAFUENTE URIÉN, 2014.

²¹ O grupo disponibilizou uma versão rascunho da primeira parte do documento em INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Experts Group on Archival Description - *Records in contexts: a conceptual model for archival description*. Consultation Draft v 0.1. ICA, September 2016. [Consult. 8 Mar. 2017]. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/egad-ric-conceptual-model>>.

²² CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004: 6.

²³ *Id.*.

Ainda antes da publicação da ISAAR(CPF) já Cynthia J. Durance²⁴ havia enunciado os benefícios do controlo de autoridades²⁵ ao nível da uniformização e recuperação da informação arquivística e, conseqüentemente, no acesso à documentação. Estes benefícios eram potenciados quando a informação normalizada era inserida em ambiente electrónico, o que permitia o cruzamento da informação, identificava e descrevia os tipos de autoridades arquivísticas²⁶, o modo como se interrelacionavam, referindo os benefícios da sua utilização normalizada e os requisitos básicos necessários para que o controlo de autoridades fosse criado e implementado numa instituição.

Pouco tempo depois da publicação da versão inicial da ISAAR(CPF), Sharon Thibodeau apresentou uma primeira reflexão acerca desta norma no artigo "Archival Context as Archival Authority Record: the ISAAR(CPF)"²⁷, onde chamou a atenção para a utilização de pontos de acesso normalizados associados à descrição documental, e para a proposta de utilização de registos de autoridade (tradicionalmente existentes e regulados para o universo biblioteconómico) e para as necessidades específicas da descrição arquivística²⁸. Referiu ainda o reconhecimento internacional da importância dos registos de autoridade na recuperação da informação arquivística, aliado ao peso crescente do paradigma pós-custodial²⁹, que havia impulsionado, desde o início da década de 90, o trabalho da comissão responsável pela elaboração da ISAAR(CPF).

A ISAAR(CPF) tem sido, e provavelmente até mais do que ISAD(G), um verdadeiro ponto de viragem na teoria e na prática de descrição arquivística, constituindo uma ferramenta através da qual se podem superar algumas dúvidas teóricas da arquivística que tem sido pensadas e discutidas nas últimas décadas do século XX em alguns contextos nacionais³⁰.

No que se refere a Portugal, a partir dos anos 90, começou a desenvolver-se alguma reflexão teórica sobre os arquivos de família no, então, Instituto Português de Arquivos, versando sobretudo os problemas de orga-

24 DURANCE, 1993: 38-46.

25 *Ib.*: 38.

26 "... corporate names, their histories and functions (including names of government organizations, families and corporations); personal names (individuals) and biographical details about them; subjects (including names used as subjects and geographic names) and functions, occupations and/or forms of material". *Ib.*: 40.

27 THIBODEAU, 1995: 75-85.

28 *Ib.*: 76.

29 COOK, 1993: 24-37.

30 Ver, a título de exemplo, o caso italiano apresentado em VITALI, 2004: 187.

nização e descrição dos acervos. Nesta linha, a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) criou um grupo de trabalho sobre os arquivos de família, que privilegiava os mesmos temas³¹. Por seu lado, Pedro Abreu Peixoto, publicou um pequeno estudo onde defendia a extensão de uma “política de arquivos” para este sector, também no quadro de afirmação da identidade arquivística que então se vivia (rede nacional de arquivos, políticas de arquivos, produção de instrumentos de descrição à escala nacional, discussão sobre a configuração do arquivo nacional, etc.)³². O mesmo autor havia publicado, em 1999, um outro artigo onde, na falta da ISAAR(CPF), tinha adaptado a utilização da ISAD(G) aos arquivos de família, embora com inúmeras limitações (nomeadamente a nível da zona de relacionamento, então inexistente)³³. Anos mais tarde, Lucília Runa e Joana Braga de Sousa³⁴ levantaram questões relativas às dificuldades e desafios existentes na normalização da descrição e ao modo de as ultrapassar. As autoras refletiram sobre a importância da normalização da descrição das entidades produtoras como forma de melhorar a gestão documental, potenciar a partilha de informação entre arquivos nacionais e internacionais e aumentar a eficácia dos instrumentos de recuperação de informação ao dispor dos utilizadores dos arquivos.

Em 2007, o grupo de trabalho dos arquivos municipais, da BAD, chamou a atenção sobre fundos documentais que englobam os arquivos de família num encontro anual que versou o tema *Fundos Privados em Arquivos Municipais: Perspectivas e Projectos*, cujas atas podem ser consultadas em linha. De entre as várias conclusões do encontro, foi recomendado que os arquivos municipais tratassem e difundissem os arquivos privados à sua guarda como também estabelecessem parcerias com famílias detentoras de arquivos³⁵.

Em Portugal, o Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo tem vindo a coordenar os processos de tradução e disponibilização das normas de descrição internacionais, desempenhando assim um importante papel na divulgação da importância da sua aplicação. Nessa linha

³¹ Este grupo de trabalho encontra-se inativo há alguns anos.

³² PEIXOTO, 1994: 43-48.

³³ Nomeadamente para a descrição das relações entre produtores e/ou acumuladores. PEIXOTO, 1999: 55-70; RUNA e SOUSA, 2003: 100.

³⁴ RUNA e SOUSA, 2003: 80-108.

³⁵ ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 8, Vila Real, 2007 - *Conclusões*. [Consult. 8 Mar. 2017] Disponível em: <http://www.apbad.pt/Downloads/GT_Downloads/Conclusoes_8EncontroArqMun.pdf>.

foram criadas as *Orientações para a Descrição Arquivística* (ODA)³⁶, que contemplam uma parte dedicada à descrição de autoridades arquivísticas e demonstrando que, sobretudo a partir do final da década de 90 do século XX, a normalização da descrição em arquivo tem vindo a ser considerada como crucial pelo órgão de coordenação da política arquivística nacional. Tanto a disponibilização da tradução em português das normas de descrição, como a elaboração das ODA têm vindo a ser acompanhadas por reflexões sobre a sua importância e sobre os desafios e as possibilidades da sua utilização, sobretudo em contexto tecnológico.

Lucília Runa³⁷, num texto de 2007 sobre as ODA, reflete sobre os seus objetivos e benefícios, e remete para um modelo da sua aplicação em alguns projetos, já então em curso, como a Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) e o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas e conseqüente normalização e utilização da descrição de autoridades arquivísticas. Destaca ainda os benefícios de uniformização da informação trazidos pelas normas de descrição acima referidas, sobretudo no que respeita à sua partilha a nível internacional, que são potenciadas quando aplicadas em contexto eletrónico de bases de dados interativas e quando lhe é dada a possibilidade de projeção no universo digital do cruzamento de informação na rede.

Paralelamente, em Espanha foi também criada uma comissão para a descrição arquivística, a CNEDA, Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística, que, em 2012, produziu o *Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones*³⁸, com vista à constituição das NEDA - *Normas españolas de descripción archivística*.

Antonia Heredia Herrera definiu num breve parágrafo a essência deste modelo conceptual:

“El nuevo modelo conceptual se aparta de una descripción plana y rígida, como era la practicada para elaborar instrumentos de descripción, y la llena de relieve al potenciar con las relaciones, la descripción de los contextos documentales. [...] En definitiva, y esto es bien significativo: de los instrumentos de descripción hemos pasado a un sistema de descripción archivística, que representa la gran evolución del modelo estático a partir de una descripción plana, unidimensional, a un modelo pluridimensional, con una descripción con muchas

36 PORTUGAL, 2011.

37 RUNA, 2007.

38 ESPANHA, 2012.

dimensiones, y lo que es más extraordinario no exige la formación previa de los usuarios”³⁹.

Em França procedem-se também a trabalhos de adaptação de normas nacionais, mas sem texto ainda definido⁴⁰.

Mais recentemente surgiram as *Encoded Archival Context for Corporate Bodies, Persons and Families* (EAC (CPF)), no contexto da difusão da informação na rede, de forma a facilitar a troca de dados, baseados numa linguagem XML, cuja última versão de 2010 tem sido acompanhada pelo desenvolvimento de modelos conceptuais, ontologias e sistemas Linked Open Data (LOD)⁴¹. O foco tem sido, tal como a ISAAR (CPF) dado à área das relações entre criadores e outras fontes de informação (museus, bibliotecas e outros recursos), tornando as duas normas complementares.

O Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas

Ao contrário da tradição biblioteconómica, que sistematicamente assumiu a necessidade e vantagem da criação, gestão e disponibilização de registos de autoridade independentes, integrados em ficheiros de autoridades bibliográficas, agregados numa única plataforma a partir da qual é permitida a sua difusão⁴², as práticas nacionais no domínio da arquivística só recentemente começaram a romper com a tradicional descrição de entidades. Estas têm sido baseadas no aproveitamento da descrição arquivística do arquivo, incluindo informação relacionada com a sua proveniência, isto é, sobre a entidade produtora e o contexto de produção. Embora a tradição ainda se mantenha, em detrimento da criação e gestão de RAA em separado, salienta-se que a descrição das autoridades arquivísticas em conjunto com a descrição documental já foi questionada e assumida como insuficiente e desvantajosa pela entidade coordenadora das políticas arquivísticas nacionais⁴³.

³⁹ HEREDIA HERRERA, 2010: 167.

⁴⁰ ARCHIVISTES – [Em linha]. [Consult. 23 Out. 2016]. Disponível em: <<http://www.archivistes.org/Notices-d-autorite-producteurs-1781>>.

⁴¹ LAFUENTE URIÉN, 2014.

⁴² Já Louise Gagnon-Arguin havia chamado a atenção para a necessidade da criação de registos de autoridade para as entidades produtoras de arquivos, tal como a biblioteconomia havia criado registos de autoridade bibliográficos. GAGNON-ARGUIN: 1992, 10-13; LAFUENTE URIÉN, 2014.

⁴³ PORTUGAL, 2011: 211.

Nessa linha de rutura foi criado o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas que constitui uma estrutura de informação informática com o propósito de gerir diversas entidades previstas na Rede Portuguesa de Arquivos (RPA)⁴⁴, cuja gestão se encontra a cargo do órgão de coordenação da política arquivística (atualmente a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas), com o objetivo de controlar as autoridades arquivísticas nacionais, por via da fixação, em ficheiro de autoridade, das formas autorizadas e das formas variantes dos nomes pessoais e de famílias, constituindo pontos de acesso aos registos, e como tal, recuperáveis e relacionáveis numa pesquisa de informação. Esta última, enquanto rede agregadora e difusora de informação arquivística contempla também o Portal Português de Arquivos (PPA)⁴⁵, onde se encontram depositadas os dados provenientes de vários arquivos portugueses com os quais estabeleceram protocolo de cooperação. Assim, a nível nacional, a partilha da informação é efetuada através do FNAA e do PPA, o qual, em articulação com o Portal Europeu de Arquivos⁴⁶, permite a disponibilização dos conteúdos do PPA a nível internacional.

O órgão coordenador é responsável pela definição e normalização de critérios para a elaboração dos RAA, testa, avalia e controla a qualidade dos conteúdos, a pertinência e a coerência das ligações estabelecidas entre os RAA, entre estes e a documentação de arquivo e os outros recursos, entre os RAA e a descrição das funções⁴⁷, e decide inclusivamente, acerca da sua disponibilização ou não disponibilização no ficheiro.

O FNAA permite o acesso simultâneo a “diversas áreas informacionais relativas a produtores, detentores, funções, registos patrimoniais, relacionadas de uma forma coerente”⁴⁸, a partir de um único ponto, através dos registos de autoridade. Tal torna-se possível devido à sua organização por módulos, tais como: entidades produtoras e detentoras, entidades aderentes à RPA, funções, registos patrimoniais de classificação, recursos externos e relações internas e externas que podem ser estabelecidas entre as entidades presentes no FNAA e entre estas e outros recursos (arquivísticos, bibliotecónicos, museológicos, entre outros).

⁴⁴ PORTUGAL, 2008b e 2008c e PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – *Rede Portuguesa de Arquivos* [Em linha]. Disponível em: <<http://arquivos.pt>>.

⁴⁵ Veja-se PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – *Portal Português de Arquivos* [Em linha]. Disponível em: <<http://portal.arquivos.pt>>.

⁴⁶ ARCHIVES PORTAL EUROPE – [Em linha]. [Consult. 23 Out. 2016]. Disponível em: <<http://www.archivesportaleurope.net/home>>.

⁴⁷ PORTUGAL, 2008a: 15.

⁴⁸ PORTUGAL, 2008a: 4.

O FNAA tem como objetivos gerais

“descrever, de forma normalizada e autónoma, as autoridades arquivísticas, [...] permitir a partilha e a troca de informação, a nível nacional e internacional, rentabilizando trabalho e recursos, criar e controlar a criação de pontos de acesso normalizados à documentação de arquivo e estabelecer a sua equivalência com pontos de acesso criados com base em diferentes tipos de normas, que podem transcender as arquivísticas (biblioteconómicas, ou museológicas), [...] documentar as relações entre elas e a documentação de arquivo com a qual se relacionam ou com outros recursos informativos com os quais se relacionem, nomeadamente bibliográficos, arqueológicos, etnológicos, espécies artísticas, etnográficas, outros bens móveis e imóveis, classificados ou não e ainda tornar acessível às organizações produtoras e detentoras de documentação de arquivo, um repositório de identificadores unívocos e persistentes, bem como as respetivas formas autorizadas dos nomes”⁴⁹.

Enquanto plataforma de armazenamento, cruzamento e dinamização de informação, o FNAA proporciona uma experiência interativa ao seu utilizador, os quais podem pesquisar e consultar os RAA que o integram, navegar entre os RAA utilizando as ligações estabelecidas entre eles, entre muitas outras funcionalidades⁵⁰. Os utilizadores registados podem ainda propor novos RAA a integrar no FNAA ou a revisão e atualização de RAA já existentes. Importa, no entanto, salientar que, atualmente, o FNAA está a ser alimentado apenas com RAA de entidades produtoras de arquivos que cumpram um conjunto de requisitos pré-estabelecidos⁵¹.

A utilização do FNAA pode possibilitar a compreensão do contexto de produção e utilização dos documentos de arquivo; permitir a recuperação da informação pertinente através do contexto de produção dos documentos, facilitar a pesquisa de informação, melhorar a gestão documental nas organizações fornecendo dados normalizados para registo de produtores, colecionadores, autores, detentores de documentos de arquivo e constituir um ficheiro de referência para o conjunto de entidades produtoras, detentoras, colecionadoras ou com qualquer tipo de relação com a documentação de arquivo, permitindo a sua identificação unívoca⁵².

⁴⁹ *Ib.*: 4-5.

⁵⁰ Para mais especificações técnicas, ver LEROUX, 2012.

⁵¹ PORTUGAL, 2008a: 8-9.

⁵² PORTUGAL, 2008a: 4-5.

A importância da criação de normas para a descrição de autoridades arquivísticas

Sendo os arquivos um produto de uma família, uma pessoa ou uma instituição, a natureza destas entidades individuais ou corporativas, os seus acontecimentos históricos e biográficos são uma base fundamental para compreender e avaliar os documentos conservados nos arquivos que criaram⁵³. Nessa perspetiva, descrever arquivos significa, acima de tudo, fornecer informações sobre os seus produtores e sobre o contexto histórico da criação do arquivo.

Até ao aparecimento das ISAAR(CPF), os arquivos eram alvo de uma abordagem tradicional, que considerava a relação entre fundos documentais e produtores como linear, mono-dimensional e estática, em que o produtor estava ligado a um único fundo arquivístico e, inversamente, cada fundo arquivístico compreendia os documentos de um só produtor. Este tipo de abordagem teve algumas consequências de ordem prática: quando, na presença de arquivos que não se encaixavam neste modelo de correspondência entre fundos e produtores, foram criadas ligações onde as não havia, ou seja, fundos diferentes criados por um mesmo produtor, foram unificados em fundos maiores, ou a situação inversa: fundos constituídos por documentos de vários produtores foram separados.

Mais recentemente, os arquivistas tornaram-se mais conscientes da inadequação do modelo de relação linear entre arquivos e produtores, da complexidade da estrutura, funções e sistemas de manutenção dos arquivos, assim como compreenderam de uma forma mais clara os processos de transmissão de materiais de arquivo nos séculos passados. Esses processos, numa análise mais aprofundada, provaram ser menos lineares do que a arquivística tinha afirmado e previsto⁵⁴. Quando representamos as relações que ocorrem entre os arquivos e seus produtores, devemos construir um modelo que preveja a possibilidade de que mais do que um produtor possa estar ligado a um arquivo e, inversamente, que mais do que um fundo arquivístico possa estar ligado a um produtor. O resultado é um modelo que prevê uma relação dinâmica multidimensional e multilinear, numa perspetiva diacrónica.

Um dos méritos principais da ISAAR (CPF) e o que mais influenciou não só as formas de organização da descrição arquivística, mas a própria forma

⁵³ VITALI, 2004: 187-188.

⁵⁴ *Ib.*: 188-189.

de avaliar arquivos foi o facto de que ela ofereceu um modelo capaz de representar de forma mais eficaz a relação complexa e multidimensional entre fundos documentais e produtores, descrevendo separadamente, mas em associação, produtores e arquivos. Desta forma, os produtores são descritos autonomamente, relacionados com a documentação que realmente produziram, independentemente da instituição onde está a documentação, o que significa, por um lado, trazer praticamente de volta para uma unidade todo o arquivo produzido por um determinado produtor; por outro lado, respeita os modos de organização e transmissão de documentos, que são sempre ricos em significados e suas múltiplas implicações. Fundar a descrição arquivística neste modelo implica o reconhecimento da possibilidade e da oportunidade de partilhar as descrições de entidades entre as entidades detentoras de arquivos (mas também bibliotecas e museus), que podem ter documentos criados pelo mesmo produtor. Estes objetivos encontram-se enunciados na introdução à nova edição da ISAAR(CPF), e recordam conceitos já expressos na primeira edição⁵⁵.

De uma maneira geral, a norma prevê a elaboração de registos com diferentes níveis de detalhe, o que constitui, pelo seu grau de exigência, um desafio para os arquivistas, que devem definir o nível de profundidade (mínimo a máximo) das descrições a produzir, o perfil da informação a registar em cada campo, as relações a criar entre as descrições dos vários produtores (pessoas coletivas, singulares e famílias) e os recursos arquivísticos: relações de produção e/ou acumulação⁵⁶.

As alterações mais significativas entre as duas versões da ISAAR (CPF) verificaram-se sobretudo na zona de relacionamento. Enquanto que na primeira versão as relações entre entradas de autoridade, eram feitas por “ver” e “ver também”, na segunda edição, foi criada uma área cuja finalidade é apresentar as relações de um determinado produtor com outro apontando para: nome e identificador da entidade relacionada; categoria da relação (hierárquica, cronológica, familiar); natureza específica da relação e sua descrição; datas de relacionamento. Esta atenção às relações entre diferentes entidades, e a implementação de sistemas que não estão limitados à gestão do relacionamento entre produtores e que pode representar as ligações complexas existentes entre os vários produtores, pode ser importante para um investigador obter informações sobre os percursos de uma família

⁵⁵ Enunciadas nos pontos 1.5 e 1.6. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): 9.

⁵⁶ RUNA, 2011: 171.

ou pessoa singular dentro dos arquivos ou dos documentos produzidos por diversos produtores⁵⁷.

As ferramentas para o controle de autoridade de produtores parece a melhor forma para a realização de tal objetivo de ligação. Da mesma forma pela qual os produtores estão ligados às descrições dos documentos de arquivo, os registos de autoridade de pessoas, famílias e instituições podem ser facilmente ligados a recursos de informação relacionados com eles e pode ser encontrada em bases de dados que não de arquivo ou outras bases acessíveis através da Internet, como sítios web. Assim, incentiva-se a ligação de sistemas de arquivo para outros recursos na Internet, de modo a permitir, por exemplo, encontrar, por meio do mesmo registo de autoridade de uma determinada pessoa, o registo descritivo de um fundo criado por ele, os registos do catálogo dos livros de sua autoria, mas também, se presente em formato digital, os seus textos e assim por diante. Tomemos por exemplo o caso de Francisco de Almada e Mendonça (1720?-1783), primeiro Visconde de Vila Nova de Souto del Rei, um dos produtores do ALB, cujo registo de autoridade no FNAA permite recuperar a documentação produzida pelo mesmo existente na Torre do Tombo (vários fundos, como “Armário Jesuítico e Cartório dos Jesuítas”, “Ministério dos Negócios Estrangeiros”) ou outros arquivos integrados na RPA⁵⁸. O FNAA poderia recuperar ainda informação em outras entidades detentoras de documentação, como por exemplo no arquivo documental do Museu Nacional dos Coches⁵⁹, ou ainda na Biblioteca Nacional de Portugal, no ALB que nos encontramos a estudar, assim estas possam reunir as condições definidas no FNAA para a sua inclusão⁶⁰. Este modelo, que poderemos considerar orgânico-funcional, tem sido defendido em Portugal por vários arquivistas, dos quais destacamos, por ser o seu principal teórico, Armando Malheiro da Silva⁶¹.

O objetivo genérico da segunda edição da ISAAR(CPF) é fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas, não só dos produtores de arquivo mas também do contexto da produção documental. A gestão da informação contextual deve ser independente da descrição documental,

⁵⁷ VITALI, 2004: 193; LAFUENTE URIÉN, 2014.

⁵⁸ Não pudemos confirmar dados por o servidor não estar operacional.

⁵⁹ Gravura do cortejo da embaixada de D. José ao Papa Pio VI pelo Embaixador Visconde de Vila Nova do Souto de El-Rei, em 1775. [Consult. 11 mar. 2017]. Disponível em: <<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=147869>>.

⁶⁰ PORTUGAL, 2008a: 8-9.

⁶¹ SILVA *et alii*, 2002; SILVA, 1997: 51-106; *id.*, 2004: 55-84.

por permitir ligar a descrição de um mesmo produtor a diferentes descrições da documentação, o que possibilita a melhoria da gestão de documentos e potencia a pesquisa e a troca de informação contextual sobre um produtor entre os serviços de arquivo, quer nacional, quer internacionalmente e ainda a partilha de descrições de produtores, garantindo a redação de descrições compatíveis, pertinentes e explícitas⁶².

De certa forma, as normas acabam por estabelecer um paralelismo entre o registo de autoridade arquivística e o registo de autoridade bibliográfica: têm o objetivo comum de criar pontos de acesso normalizados às entidades descritas e ambos utilizam qualificativos unívocos das respetivas entidades produtoras. A diferença reside no facto de as autoridades arquivísticas revelarem exigências suplementares de informação sobre o contexto de produção da documentação.

A constituição de RAA tem as seguintes vantagens:

- identifica univocamente cada uma das famílias ou pessoas singulares⁶³, enquanto autoridades arquivísticas produtoras de fundos documentais, incorporando e descrevendo relações entre elas (suas evoluções e alterações) e agilizando o acesso aos fundos documentais;

- controla a criação e a utilização de pontos de acesso;

- permite o acesso aos arquivos a partir da descrição do seu contexto de produção, estando esta associada à descrição dos documentos, mesmo que dispersos, o que possibilita uma melhor compreensão por parte dos utilizadores quer desse mesmo contexto de produção, quer dos usos dos documentos de arquivo;

- partilha as descrições entre entidades detentoras de fundos documentais, sistemas e redes arquivísticas;

- permite a caracterização e descrição das ligações do registo de autoridade arquivística dos produtores não só à documentação de arquivo como a outros recursos, funcionando como instrumento de referência: instrumentos de descrição documental, monografias, artigos de jornal, fotografias, coleções museológicas, só para citar alguns⁶⁴.

⁶² RUNA e SOUSA, 2003: 96; RUNA, 2011: 169.

⁶³ A identificação unívoca e detalhada já havia sido identificada por ROE, 1993: 119-129.

⁶⁴ *Id.*, p. 102; RUNA e SOUSA, 2003: 97.

Preenchimento de RAA em arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos - uma experiência em ICA-AtoM

A investigação histórica sobre as Épocas Medieval e Moderna tem sido enriquecida pela revalorização dos arquivos de família, quer pelos contributos de criação de biografias, prosopografias, estudos sobre as diversas formas de organização do parentesco, quer pela informação produzida pelas próprias famílias que permite estudar a forma com este corpo social se auto-organizava, autoidentificava, autorreproduzia e autossustentava⁶⁵. O estudo dos seus arquivos permite medir o papel da gestão documental na estruturação e manutenção do corpo linhagístico e de uma maneira geral, pode dizer-se, em certos aspetos, que o uso desta documentação permite a entrada na História de pessoas pouco estudadas ou até mesmo desconhecidas, o que possibilita o “questionamento de versões do processo histórico construídas, sobretudo ou apenas, a partir dos acervos dos corpos sociais mais “administratizados” e/ou mais representados nos arquivos do Estado nação”⁶⁶. Verifica-se uma inexistência quase total dos arquivos de família nos fundos documentais disponíveis nos arquivos públicos, ou então, quando existem são marcados por descrições insuficientes ou inadequadas, ou pouco difundidas.

Esta temática tem vindo a estar na base, quer de mestrados em Ciências da Informação e da Documentação - Ramo Arquivística, quer do curso de doutoramento em Arquivística Histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, onde o estudo orgânico-funcional de arquivos de família tem permitido a elaboração de RAA dos vários elementos de uma família. Para tal, os alunos têm procurado preencher os RAA numa base de dados, ICA-AtoM, disponibilizada no servidor da Faculdade.

O ICA-AtoM (acrónimo de “Access to Memory”) é uma aplicação informática de descrição arquivística, que permite a descrição normalizada de autoridades arquivísticas, permitindo às entidades detentoras de arquivos que o utilizam criar o seu próprio ficheiro de autoridades e foi desenvolvida de raiz para utilizar e articular entre si as normas de descrição do CIA⁶⁷.

O seu desenvolvimento, apoiado pela UNESCO e sob a supervisão do CIA, remonta a 2003, tendo a sua primeira versão sido disponibilizada em 2009. Trata-se de um *software* de código de fonte aberto, cujo objetivo é dar a possibilidade a arquivos de menores dimensões (por exemplo, arquivos

⁶⁵ ROSA, 2009: 36.

⁶⁶ *Ib.*: 37 e bibliografia citada na nota 90.

⁶⁷ ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH e ISDF.

familiares) de terem os seus conteúdos disponíveis em linha, numa plataforma que permite o cruzamento dos dados e a partilha da informação⁶⁸.

Todas as descrições arquivísticas feitas através desta aplicação estão de acordo com as normas internacionais de descrição. O ICA-AtoM dispõe de uma plataforma, onde cada pessoa ou instituição registada pode criar entidades detentoras, registos de autoridade, descrições arquivísticas, funções, assuntos, locais, objetos digitais. Esta aplicação, para além de fornecer automaticamente os elementos de informação a preencher para cada um dos tipos de descrição, cruza os dados existentes e fornece informações interativas aos utilizadores que efetuam pesquisa em linha. Para além disso, tem a capacidade de importar registos de outros repositórios e de congregar, num só portal, informações de diferentes repositórios⁶⁹. O facto de ser uma aplicação que contempla a criação normalizada de registos de autoridade, permite a quem a utiliza ficar habilitado a criar e a disponibilizar os seus próprios ficheiros de autoridade⁷⁰.

O ICA-AtoM adapta-se por completo ao novo modelo conceptual de descrição arquivística que as normas ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH hoje exigem⁷¹. A sua estrutura responde a todas as entidades principais ou classes de “objetos” sobre as quais se recolhe informação: documentos de arquivo, agentes, funções, entidades detentoras de arquivos, temas e lugares. Neste novo modelo cada uma das entidades poderá ser descrita mediante representações independentes mas relacionadas umas com outras, dentro de um sistema informático que evita a repetição, melhora a investigação e a recuperação da informação. Desta forma, o ICA-AtoM não só é uma ferramenta flexível, mas também uma ajuda na descrição dos RAA ou dos documentos⁷².

São vários os exemplos de utilização desta aplicação a nível internacional, como por exemplo na descrição do acervo fotográfico do arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, em Rio Grande do Sul (Brasil)⁷³, Faculdade de

⁶⁸ Os objetivos do projeto ICA-AtoM encontram-se enumerados em BUSHEY, 2012 e em VAN GARDEREN, 2009.

⁶⁹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ICA-AtoM. Open source archival description software. [Em linha]. [23 Out. 2016]. Disponível em: <www.ica-atom.org>. Este *website* fornece todas as informações relativas ao ICA-AtoM, às suas funcionalidades, funcionamento e bases conceptuais.

⁷⁰ Sobre a avaliação do programa ver: SIMÕES, 2010.

⁷¹ Recentemente este modelo conceptual começou a ser questionado pelo próprio ICA, apresentando uma proposta da sua revisão e substituição, embora ainda registre algumas fragilidades. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016: 8.

⁷² MARQUES, 2013: 29; VENTURA, 2011: 94-101; ARAÑA CRUZ e HERRERA TEJADA, 2001: 5-6.

⁷³ HEDLUND e FLORES, 2014: 24-41.

Direito “Clóvis Bevilacqua” (1959-1972), da Universidade Federal do Rio Grande – FURG⁷⁴, no Archivo del Ateneo de Madrid⁷⁵, entre tantos outros.

Em Portugal, a sua utilização foi adotada por vários projetos de investigação, como o INVENT.ARQ⁷⁶, ou mesmo em arquivos, como o Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN⁷⁷, o Arquivo da Social Democracia⁷⁸, o arquivo da Câmara Municipal de Albufeira⁷⁹, só para citar alguns casos. O crescente número de entidades detentoras de arquivo que se encontram a utilizar esta aplicação levou a que se tenha já organizado um encontro, que juntou utilizadores, arquivistas, informáticos, pelo grupo de trabalho AtoM da Rede de Arquivos do Algarve, onde foram partilhadas experiências e trocas de saberes⁸⁰.

No que se refere à utilização do ICA-AtoM como base de dados arquivística de suporte à elaboração de teses, quer de mestrado ou de doutoramento de Ciência da Informação⁸¹ como em Arquivística Histórica, tem sido utilizado por vários mestrandos e doutorandos com trabalhos sobre arquivos de família, alguns já concluídos e outros ainda em curso, dos quais destacamos o da Casa de Calheiros⁸², Castro/Nova Goa⁸³, Casa de Santa Iria⁸⁴, assim como o dos Condes de Belmonte⁸⁵ e Gama Lobo Salema⁸⁶. É ainda nesta base⁸⁷ que estão ser descritos os documentos e RAA de família e pessoas singulares do Arquivo Almada Lencastre Bastos, à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal desde 1974, de que se apresentam dois exemplos em anexo no final deste artigo, e que constituirá uma parte da análise orgânico-funcional

74 SANTOS e FLORES, 2012.

75 ARAÑA CRUZ e HERRERA TEJADA, 2001.

76 Projeto INVENT.ARQ. [Em linha]. [Consult. 23 out. 2016]. Disponível em: <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/?sf_culture=pt>.

77 PORTUGAL. Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional – *Centro de Arquivo e Documentação*. [Em linha]. Disponível em: <<http://cad.cgtp.pt/>>.

78 PORTUGAL. Partido Social Democrata – *Arquivo da Social Democracia*. [Em linha]. Disponível em: <<http://fotos.psd.pt/atom/index.php/psd-partido-social-democrata-2>>.

79 PORTUGAL. Câmara Municipal de Albufeira – *Arquivo Municipal*. [Em linha]. Disponível em: <<http://arquivo.cm-albufeira.pt/>>.

80 GRUPO DE TRABALHO ATOM DA REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE, 2016.

81 MORAIS, 2013.

82 VENTURA, 2011.

83 MARQUES, 2013.

84 LEME, 2012: 479-490.

85 SOUSA, 2012: 491-506.

86 NÓVOA, 2012: 507-521; 2016.

87 <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/>

do arquivo com vista à elaboração da nossa tese de doutoramento. Neste momento procede-se ainda à identificação das famílias envolvidas e seus elementos, tendo sido até ao momento preenchidos cerca de trinta RAA.

Para a elaboração destes registos foi necessário recorrer a diversa bibliografia, nomeadamente o de Pedro Pinto, publicado no volume de comunicações do Colóquio Internacional *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*⁸⁸, onde fez um pequeno estudo introdutório sobre o arquivo e algumas famílias nele representadas. A partir dessa bibliografia, fomos aferindo os dados com outras obras, como a de Francisco de La Fuente⁸⁹ sobre D. Miguel Pereira Forjaz ou ainda genealogias como a de Fernando Canedo⁹⁰. Esta última apresenta, no entanto, algumas imprecisões⁹¹.

Para a criação destes registos de autoridade também contribuiu, como não podia deixar de ser, a consulta do próprio arquivo. No já referido trabalho de Pedro Pinto, o autor iniciou a construção de um catálogo dos maços/caixas do arquivo, o qual nos encontramos a completar e que nos permitiu ir recolhendo mais informações, nomeadamente de elementos familiares que foram aparecendo nos documentos do arquivo, assim como dados biográficos mais precisos, de carreiras militares e diplomáticas e que nos ajudou a elaborar um esquema de sistemas familiares que irão ser introduzidos na base de dados. De referir ainda a consulta dos vários inventários existentes no arquivo, quer da parte da família Almada e Lencastre, mandados fazer pelo último visconde em meados do século XIX, quer da parte dos Pereira Forjaz Coutinho, mais ou menos da mesma época.

Assim, no que se refere ao preenchimento da base de dados ICA-AtoM, para além da entidade detentora, Biblioteca Nacional de Portugal, com informação recolhida do site institucional, o RAA do fundo/sistema **Arquivo Almada e Lencastre Bastos** foi alterado com a chegada de novos dados⁹². A história custodial começou a ser preenchida com dados concretos a partir da consulta do processo de aquisição do arquivo existente na Torre do Tombo⁹³. Falta ainda conferir mais alguns elementos, que pensamos poder

⁸⁸ PINTO, 2012: 307-341.

⁸⁹ FUENTE, 2011.

⁹⁰ CANEDO, 1993.

⁹¹ A título de exemplo poderemos referir a data de falecimento de D. António Almada e Lencastre, 4.º Visconde de Vila Nova de Souto del Rei, que o autor indica como sendo 1836, ou, ainda, considerar o 2.º Visconde D. António José de Almada e Melo como sendo o 1.º. CANEDO, 1993: 565-566.

⁹² <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/arquivo-almada-lencastre-basto>.

⁹³ ANTT - *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274 e *Arquivo do*

recolher na BNP, nomeadamente correspondência ou outra documentação trocada entre as herdeiras do arquivo e a direção da BNP, que levaria ao processo de compra e autos de entrega do mesmo em 1974.

Para o estabelecimento do quadro orgânico do sistema de informação Almada Lencastre Bastos, que engloba os RAA dos produtores e acumuladores, propomos a criação de secções a partir dos nomes de família presentes nas subsecções, através de associações onomásticas dos apelidos. No caso de associação de apelidos semelhantes, a diferenciação far-se-á pelo acrescento de numeração romana, numa primeira abordagem, uma vez que as subsecções serão necessariamente diferentes, quanto mais não seja pelas suas datas de existência.

O quadro de classificação visa reconstituir as diversas gerações que compõem as famílias Almada e Melo e Pereira Forjaz, e que terá tantos sistemas ou subsistemas, dotados de organicidade e funcionalidade, quantos as famílias aliadas por sucessivas alianças matrimoniais ou relacionadas no âmbito de instituições onde determinados elementos da família desempenharam cargos. No caso em estudo, o sistema de informação Almada Lencastre Bastos e os subsistemas (as famílias e as instituições relacionadas, como acabámos de referir) irá ser organizado da seguinte forma⁹⁴:

Sistema Almada e Lencastre Bastos

Secção 01. Pereira Forjaz Coutinho. Família, Condes da Feira. 1820-1827.⁹⁵

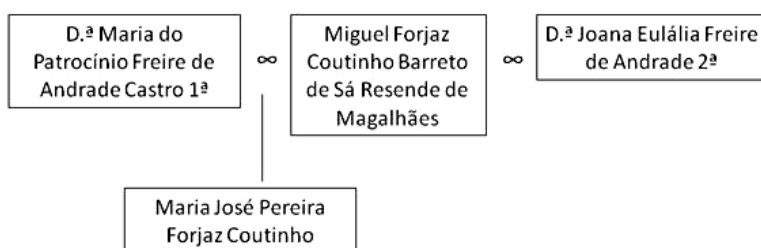


Figura 1 – Organograma da secção 01

Arquivo, n.º 331, cx. 146, proc. 91 - Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

⁹⁴ A título de exemplo apresenta-se esquematicamente o quadro orgânico-funcional e subsistemas de informação referentes à família Pereira Forjaz Coutinho, Condes da Feira. 1820-1827.

⁹⁵ Secção correspondente a cada geração identificada pelos apelidos fortes da família num dado tempo.

Subsecção 01. 01. D. Miguel Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende de Magalhães. 1769-1827 e D.^a Maria do Patrocínio Freire de Andrade Castro. 1767-1800.⁹⁶

D. Miguel Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende de Magalhães (1769-1827) casou com D.^a Maria do Patrocínio Freire de Andrade Castro (1767-1800) em 1799, filha de Fernando Martins Freire de Andrade e Castro e de sua segunda mulher D. Joana Isabel de Lencastre Forjaz. Em 1800 tiveram uma filha que faleceu com apenas 6 meses de idade. Com este casamento estabeleceu-se a ligação com a família Freire de Andrade, da qual existem alguns documentos no arquivo.

Ver **Subsistema Freire de Andrade**

Subsecção 01. 02. D. Miguel Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende de Magalhães. 1769-1827 e D.^a Joana Eulália Freire de Andrade. 1763-1823.

D. Miguel Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende de Magalhães (1769-1827) casou com D.^a Joana Eulália Freire de Andrade (1763-1823) em 1803, filha de D. José António Freire de Andrade, 2.^o Conde de Bobadela, e de D.^a Antónia Xavier de Lencastre de Almeida e Bourbon. D.^a Joana era viúva de D. João de Faro e Sousa, Conde do Vimieiro. Com este casamento estabeleceu-se a ligação com a família Faro e Sousa, da qual existem documentos no arquivo.

Ver **Subsistema Faro e Sousa. Família, Condes do Vimieiro**

Subsecção 01. 03. D. Miguel Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende de Magalhães. 1769-1827.⁹⁷

Dados biográficos e de carreira.

Ver **Subsistema Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, Mar e Guerra**

Ver **Subsistema etc.^a**

⁹⁶ As subsecções correspondentes ao casal, cada uma tendo aberta uma subsecção a fim de incluir documentação não relativa ao casal, mas à sua individualidade, antes e após matrimónio, debaixo da qual será descrita toda a documentação temática patrimonial e outra respeitante ao casal e trajetória pessoal.

⁹⁷ A esta subsecção está, para já, associado o juiz do tomo dos Morgados de Freiriz e Penegate, João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa (17---1831), como autor material de vária documentação existente no arquivo e que desempenhou o cargo desde 1812 a 1827, ano da morte do seu patrono. GAGO, 2015.

Subsecção 01. 04. D.^a Maria do Patrocínio Freire de Andrade Castro. 1767-1800.

Dados biográficos.

Subsecção 01. 05. D.^a Joana Eulália Freire de Andrade. 1763-1823.

Dados biográficos.

Em cada secção (geração) onde há documentos de pessoas não identificadas ou relacionadas organicamente com o produtor, é criada uma subsecção, que surge no final com a indicação de não identificados, e que poderá a qualquer momento ser integrada quando surgirem novos dados.

Finalmente, por ordem alfabética das tipologias surgem em cada secção as séries e as subséries, os documentos compostos e simples e só depois, também alfabeticamente, os documentos da série funcional, distribuídos pelo respetivo contexto orgânico.

Inconformidades detetadas no preenchimento de RAA na base ICA-AtoM

Segundo as ODA, para uma identificação unívoca, um dos requisitos do preenchimento de um RAA, é colocarem-se as datas de nascimento, fundação e encerramento ou morte de uma determinada entidade. Neste caso dos arquivos de família, a data da fundação da família (geralmente coincidente com a do casamento entre a) e b)) ou, no caso de pessoas singulares, as datas de nascimento e morte. O que verificámos foi que no preenchimento da base ICA-AtoM, ao colocarmos as datas no título do RAA, as mesmas ficam associadas à hiperligação. Havendo uma alteração de data, apesar de se gravarem os novos dados, a hiperligação mantém a data antiga.

Exemplo:

D. António José de Almada Melo Velho e Lencastre, 4^o visconde

<http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lencastre-antonio-jose-de-almada-melo-velho-e-1805-1836>

As datas registadas foram as datas que haviam sido recolhidas em bibliografia, nomeadamente as fornecidas por Fernando Canedo na obra já citada⁹⁸. Por investigação posterior verificou-se que as mesmas estavam erradas, sendo as datas corretas: 1805-1863, comprovadas por registos

⁹⁸ CANEDO, 1993, vol. I: 566.

paroquiais. Para evitar esta duplicação de dados criada pelo programa, optámos por gravar provisoriamente o RAA apenas com o nome antes de colocar a data e assim qualquer alteração não entra em inconformidade com a hiperligação. A colocação da data é obrigatória pelas normas internacionais e fundamental perante casos de homonímia, em que a data funciona como termo de desambiguação.

Ainda no que se refere às datas, sendo um campo obrigatório, foram colocadas a seguir ao nome da pessoa singular ou família, precedidas de ponto final.

Ex: Lencastre, D. António José de Almada Melo Velho. 1805-1863, 4.º visconde de Vila Nova de Souto del Rei.

Para datas desconhecidas, colocámos as datas de atividade, como datas exatas ou críticas, entre parêntesis retos, com o elemento “*flor.*”, de “*floruit*” ou “*c.*”, de “*circa*”. A data provável pode figurar entre parênteses retos e interrogada ([?]), ou ainda com outras variantes previstas nas normas⁹⁹.

No que diz respeito aos RAA de todos quantos tenham títulos nobiliárquicos, segundo as ODA e ISAAR, apontam para o título nobiliárquico presente logo na forma autorizada de nome¹⁰⁰. Para seguir esta norma implicou a alteração de todos os RAA que se encontravam nesta situação.

Quanto ao pré-título, enquanto componente qualificativo do ponto de acesso normalizado do nome da pessoa singular é obrigatório quando aplicável, e corresponde a um título que precede o nome próprio, podendo corresponder a um tratamento de cortesia. Em Portugal existem, como pré-títulos, *Dom*, que precede os nomes dos reis, príncipes, infantes, alto clero e nobreza e a sua forma feminina, *Dona*. Deve ser registado antes do nome, na sua forma abreviada¹⁰¹. Desta forma os RAA devem ser preenchidos da seguinte forma:

Ex: Lencastre, D. António José de Almada Melo Velho. 1805-1863, 4.º visconde de Vila Nova de Souto del Rei.

As ODA preveem que quando uma pessoa singular recebe um título nobiliárquico através do casamento, deve ser referida, no ponto de acesso normalizado, como cônjuge do titulado. Dessa forma todas as esposas dos viscondes devem ser registadas como viscondessas. Efetivamente, nos seus registos de óbito é frequente essa denominação, como por exemplo no registo de óbito de D.^a Maria Joana do Monte Forjaz da Câmara e Meneses

⁹⁹ PORTUGAL, 2011: 232.

¹⁰⁰ *Id.*: 309.

¹⁰¹ *Id.*: 322.

Coutinho de Sá Resende Magalhães, 3.^a viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei.

Associado aos títulos nobiliárquicos estão ligados, como ficou dito, os tratamentos de “Dom” e “Dona”. As ODA não referem até quando, temporalmente, se deve registar esta forma de tratamento. A situação não é de todo consensual, sobretudo pela legislação emanada à época acerca deste assunto, em que os decretos aboliam os títulos mas logo os restabeleciam de alguma forma¹⁰², mediante o pagamento de taxas. Esta situação manteve-se até 1995¹⁰³, e sofreu algumas alterações em 2007¹⁰⁴. Nesta linha de pensamento, optámos por colocar os RAA de todos aqueles que tiveram o seu nascimento anterior a 1910, com o pré-título de D. ou D.^a, e os restantes, pós implantação da República, foram criados sem o pré-título¹⁰⁵.

No caso de D.^a Maria José de Almada e Lencastre Sousa Teles, a última proprietária de parte do arquivo, como nasceu em 1900, pode-se-lhe aplicar esta regra. No entanto, se houvesse nascido em 1911, poder-se-ia ter mantido o mesmo tratamento de D.^a? O mesmo se refere ao título de Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei, para o qual foi autorizada ser a representante do título, por alvará do Conselho de Nobreza de 26 de junho de 1980 e representante do 10.^o conde da Feira, por certificado do Conselho de Nobreza de 14 de junho de 1981? Que validade têm as deliberações deste conselho na atual legislação portuguesa? São questões jurídicas pertinentes que poderão ter implicações a nível de preenchimento de RAA, não só de famílias mas também de pessoas singulares, sobretudo em arquivos de família ainda em construção.

¹⁰² CORDEIRO, 2009: 19-57.

¹⁰³ O Código do Registo Civil de 1995, referia no seu artigo 40.^o que o uso dos títulos nobiliárquicos portugueses só era permitido quando os interessados provassem que tinham direito à posse e uso de título existente antes de 5 de Outubro de 1910 e que as taxas devidas foram pagas. Admitia a lei a referência oficial a títulos adquiridos legitimamente após 1910, desde que tais títulos já existissem em 1910. A “posse e uso” atual de título anterior a 1910 só poderia ter sido adquirida na base das regras nobiliárquicas aplicáveis. *Id.*

¹⁰⁴ Os n.^{os} 2, 3 e 4 foram suprimidos do artigo 40.^o do Código do Registo Civil a partir das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.^o 324/2007, de 29 de setembro, mas tal supressão não obsta a que se considere a validade ou invalidade do registo à luz da lei vigente anteriormente. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça. Processo150/13.3YHLSB.L1.S1, de 2014-05-15. [Consult. 23 out. 2016]. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/9335c60e32d83d1e80257cdd005204fa?OpenDocument>>.

¹⁰⁵ Esta opção foi por nós tomada na impossibilidade de consulta do FNAA, que se encontra indisponível desde setembro de 2016. A consulta de outros RAA em diversos fundos arquivísticos não foi consensual.

No final deste artigo¹⁰⁶ apresenta-se um modelo de RAA criado para famílias e pessoas singulares, que pode ser utilizado como um guia de preenchimento de RAA em arquivos de família. O modelo foi realizado de acordo com a norma internacional ISAAR(CFP) e com as orientações estabelecidas pelas ODA, Parte II relativa à descrição de autoridades arquivísticas¹⁰⁷. Os elementos considerados obrigatórios foram sempre preenchidos, bem como alguns elementos opcionais, quando se justificava. As exceções estão devidamente justificadas na tabela.

Arquivistas e historiadores: a possível complementaridade

Em 2004 Lucília Runa¹⁰⁸ considerou, num encontro que reuniu na Torre do Tombo arquivistas e historiadores, fundamental que se reúnam e organizem equipas interdisciplinares, onde arquivistas e historiadores ou outros investigadores especialistas em diferentes épocas e domínios de conhecimento, contribuam para a descrição e posterior disponibilização de fundos documentais. O mesmo foi também defendido por Kathleen Marquis, em texto de 2007¹⁰⁹, na linha do que Francis X. Blouin e William G. Rosenberg¹¹⁰ têm afirmado, ao chamar a atenção para o papel de mediação e cooperação entre arquivistas e historiadores.

É do conhecimento público que os arquivos, como outras demais entidades detentoras de arquivo, não detêm os recursos humanos necessários para poder criar e disponibilizar rapidamente RAA e toda a descrição pormenorizada dos arquivos que detêm à sua guarda, não só pelas incorporações contínuas de documentos, como por todos os trabalhos de avaliação documental, de serviços ao utilizador, etc.^a Assim, a exemplo do que acima foi enunciado, consideramos também que esse trabalho poderia ser complementado com recurso a equipas multidisciplinares, onde os diversos especialistas poderiam contribuir para um melhor conhecimento do produtor mas também do contexto de produção documental.

Como já foi referido, a descrição arquivística tal como hoje a consideramos é uma matéria relativamente recente, com um suporte teórico ainda

¹⁰⁶ Ver Anexos, no fim do artigo.

¹⁰⁷ PORTUGAL, 2011.

¹⁰⁸ RUNA, 2004: 150.

¹⁰⁹ MARQUIS, 2007: 37-38.

¹¹⁰ BLOUIN, 2007; 2011.

em construção, como se denota pelas várias versões das ODA. Os esforços desenvolvidos na normalização da descrição de documentos de arquivo e na disseminação e disponibilização dos arquivos em rede permitem o acesso à informação de forma eficaz e têm dado resposta às principais necessidades do utilizador. No entanto não são ainda suficientes para dar resposta a todas as suas exigências, nomeadamente no que respeita à identificação, estudo e acompanhamento da evolução das entidades produtoras de arquivos, às suas alterações de nome, e/ou às suas relações de sucessão e de complementaridade funcional, entre outras, que se repercutem na correta identificação e história da entidade. É assim fundamental, do nosso ponto de vista, que se promova o diálogo construtivo e cooperante entre os vários campos de saber, arquivístico e histórico, para um melhor conhecimento do património cultural português.

Conclusão

Até à publicação das normas de descrição arquivística de registos de autoridade, a definição de modelos que se ajustassem e adaptassem às várias tradições e práticas arquivísticas era um problema recorrente. Os profissionais portugueses não tinham o hábito de produzir textos, sistematizar e uniformizar procedimentos, nem fazer o elenco dos problemas e formular formas de os resolver. Cada serviço de arquivo tinha as suas próprias práticas e, mesmo dentro de cada um, a uniformidade não era uma constante no que respeitava, por exemplo, à elaboração de instrumentos de descrição, quer no que respeitava ao conteúdo como à estrutura.

A preocupação com a elaboração de normas internacionais para a descrição arquivística resulta de um quadro global de desenvolvimento da sociedade e do seu acesso ao conhecimento. Desta forma, o desenvolvimento de normas internacionais enquadra-se no contexto da assunção da arquivística como uma disciplina da ciência da informação, autónoma e ao impacto das tecnologias de informação no tratamento e recuperação dessa mesma informação.

Com a criação da ISAAR(CPF) e das suas aplicações, como as ODA no caso português, ou as NEDA no caso espanhol, a descrição de autoridades arquivísticas caminha no sentido da sua unificação sob uma mesma forma descritiva, uniformizadora e unívoca. As famílias e as pessoas singulares, a elas pertencentes, são assim descritas e relacionadas, criando pontos de acesso entre elas, o que permite ao investigador cruzar informação. A sua

incorporação num ficheiro nacional de autoridades arquivísticas poderá permitir a recuperação de informação, de uma forma sistémica, em qualquer entidade detentora (arquivo, biblioteca, museu) que tenha algum tipo de informação sobre um determinado personagem ou família.

Assim, a partilha de informações – e acima de tudo sobre os produtores de arquivos – é fundamental para a nova forma de descrever arquivos, uma partilha que é estimulada pela expansão da informática e, principalmente, pela rede, que levou ao reposicionamento dos objetivos e, acima de tudo, à alteração dos instrumentos de descrição arquivística. O aparecimento da *internet* contribuiu para, no que respeita às entidades detentoras de arquivos, quebrar a qualidade autorreferencial tão comuns nos arquivistas e nas entidades onde trabalham, sublinhando vigorosamente a necessidade de encontrar ferramentas que tornam possível a criação de descrições arquivísticas a nível local, nacional e internacional.

O controlo dos registos de autoridade constitui uma ferramenta dinâmica de suporte das descrições arquivísticas e do seu acesso, pois permite expressar as complexas relações entre os arquivos e os seus protagonistas. Constituem importantes auxiliares do trabalho, garantes de uma maior coerência e consistência da descrição, da sua normalização, controlando a subjetividade inerente a qualquer representação humana da realidade. Daí a importância de constituição de autoridades, unívocas, reguladas como o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas, com o objetivo de facilitar o acesso por parte dos utilizadores, permitindo que os mesmos possam aceder de um único ponto a vários recursos, simultaneamente, sem terem de consultar diversos instrumentos de descrição documental de fundos para verificar a existência ou ausência de documentos produzidos por uma mesma pessoa.

Na mesma linha de pensamento está a criação de registos de autoridade na plataforma ICA-AtoM, ao constituir uma mais valia para as teses que estão a ser desenvolvidas no âmbito da frequência de cursos de Doutoramento em Arquivística Histórica e descrição de arquivos de família, pois permitem não só criar uma base de dados de trabalho como, e sobretudo, identificar univocamente os seus elementos e respetivas famílias e estabelecer relações entre elas. A apresentação de resultados deste trabalho é ainda um processo em construção, com várias condicionantes no que se refere ao preenchimento dos campos de descrição, como verificámos, mas que esperamos possa constituir uma ferramenta de trabalho para todos os investigadores de História das Épocas Medieval e Moderna portuguesas.

O estudo das famílias e dos seus elementos e a criação de RAA é de inegável importância para o conhecimento e compreensão dos arquivos, e

do âmbito em que estes foram produzidos, revelando-se como uma mais valia para a comunidade, científica e não só, pelo contributo dos seus conteúdos para o FNAA, e, em última análise, para a afirmação e valorização da Arquivística, enquanto área científica responsável por práticas de tratamento e difusão da história e memória, pela produção e disponibilização de instrumentos que possibilitem a identificação dos arquivos e o acesso à informação, por parte do cidadão.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91 - Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

Bibliografia

ALVES, Ivone *et alii* (1993) – *Dicionário de terminologia arquivística*. 1ª ed. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ARAÑA CRUZ, Jonathan e HERRERA TEJADA, Clara (2001) – *ICA-AtoM, una buena herramienta para la difusión de los archivos en la web*. Disponível em <<https://www.ateneodemadrid.com/index.php/esl/Media/Files/ICA-AtoM-una-buena-herramienta-para-la-difusion-de-los-archivos-en-la-web>> (acedido em 23/10/2016).

BLOUIN, Francis X. Jr. e ROSENBERG, William G. (2007) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. EUA; Michigan University Press.

BLOUIN, Francis X. Jr. e ROSENBERG, William G. (2011) – *Processing the Past. Contesting Authority in History and the Archives*. Oxford: Oxford University Press.

BONAL ZAZO, J. L. (2000) – La normalización: base del análisis documental en los archivos. *Scire*. 6, 1 (en.-jun. 2000), p. 55-75.

BONAL ZAZO, J. L. (2001) – *La descripción archivística normalizada, origen, fundamentos, principios y técnicas*. Gijón: Ed. Trea.

BUSHEY, Jessica (2012) – *International Council on Archives (ICA) "Access to Memory" (AtoM): open-source software for archival description*. Disponível em <https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf> (acedido em 23/10/2016).

CANEDO, Fernando de Castro da Silva (1993) – *A descendência portuguesa de el-rei D. João II*. vol. I-III. Lisboa: Ed. Gama.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2004) – *ISAAR(CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias*. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2002) – *ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística*. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

- COOK, Terry (1993) – The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. *Archivaria*. 35, p. 24-37. Disponível em <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11882/12835>> (acedido em 23/10/2016).
- CORDEIRO, António Menezes (2009) – Títulos nobiliárquicos e registo civil - A inconstitucionalidade da reforma de 2007. *Revista da Ordem dos Advogados*. 69, p. 19-57. Disponível em <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=84042&ida=84317> (acedido em 23/10/2016).
- COX, Richard (1994) – Standardizing archival practices: a tool for the information age. *Archivum*. 39, p. 165-179.
- COUTURE, Carol (2001) – L'archivistique à l'aube du troisième millénaire. *Cadernos BAD*. 1, p. 1-14.
- DURANCE, Cynthia J. (1993) – Authority control: beyond a bowl of alphabet soup. *Archivaria*. 35, p. 38-46. Disponível em <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11883/12836>> (acedido em 23/10/2016).
- ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 8, Vila Real, 2007 – *Conclusões*. Disponível em <http://www.apbad.pt/Downloads/GT_Downloads/Conclusoes_8EncontroArqMun.pdf> (acedido em 8/3/2017).
- ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística (2012) – *Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones*. Parte 1: *Tipos de Entidad*. Parte 2: *Relaciones*. Documento de la CNEDA (18-06-2012). Disponível em <http://www.mecd.gob.es/dms/mecd/cultura-mecd/areas-cultura/archivos/mc/cneda/documentacion/NEDA_MCDA_P1_P2_20120618-pdf/NEDA_MCDA_P1_P2_20120618.pdf> (acedido em 23/10/2016).
- FUENTE, Francisco de la (2011) – *D. Miguel Pereira Forjaz, O organizador da luta contra Napoleão*. Lisboa: Tribuna da História.
- GAGNON-ARGUIN, Louise (1992) – *Une introduction au contrôle d'autorité pour le traitement des noms propres en archivistique*. Ottawa: Bureau canadien des archivistes.
- GAGNON-ARGUIN, Louise (2012) – Les normes de description des documents d'archives : vers l'accès à l'information patrimoniale. *Documentation et bibliothèques*. 58, 3, p. 109-117.
- GAGO, Alice Borges (2015) – Serving the Counts of Feira in the 19th's: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 83-88.
- GRUPO DE TRABALHO ATOM DA REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE (coord.) (2016) – *Atom work in progress*. Livro de Actas. Algarve: Rede de Arquivos do Algarve. Disponível em <<https://rededearquivosdoalgarve.files.wordpress.com/2016/11/livro-de-actas.pdf>> (acedido em 20/11/2016).
- GUEDES, Gracinda Maria Ferreira (2015) – A descrição normalizada de arquivos como condição sine qua non para a eficaz recuperação e comunicação da informação na Web. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. XXVIII, p. 191-210.
- HEDLUND, Dhion C. e FLORES, Daniel (2014) – Análise e aplicação do software livre ICA-ATOM como ferramenta para descrição e acesso às informações do património documental e histórico do município de Santa Maria – RS. *Informação Archivística*. Rio de Janeiro. 3, 1, p. 24-41.

- HEREDIA HERRERA, Antonia (2010) – La CNEDA: un nuevo modelo conceptual de descripción archivística. *Arch-e: revista andaluza de archivos*. 3. Disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/culturaydeporte/archivos_html/sites/default/contenidos/general/revista/numeros/Numero_3/Galeria/03_03_11_Antonia_Heredia.pdf> (acedido em 23/10/2016).
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (2007) – *ISDF: International Standard for Describing Functions*. 1.ª ed. Paris: ICA/CBPPS.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (2008) – *ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*. 1.ª ed. Paris: ICA/CBPS.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Best Practices and Standards. Sub-committee on archival description – *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive standards*. Disponível em <http://www.ica.org/sites/default/files/Report_for_revising_harmonising_description_standards.pdf> (acedido em 23/10/2016).
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Best Practices and Standards. Sub-committee on archival description – *Relationships in archival descriptive systems*. Disponível em <http://www.ica.org/sites/default/files/Relationships_archival_descriptive_standards.pdf> (acedido em 23/10/2016).
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Experts Group on Archival Description - *Records in contexts: a conceptual model for archival description*. Consultation Draft v 0.1. Disponível em <<http://www.ica.org/en/egad-ric-conceptual-model>> (acedido em 8/3/2017).
- ISO 639-2. (1998) – *Codes for the representation of names of languages, Alpha – 3 code*. Geneve: ISO.
- ISO 8601. (2004) – *Data elements and interchange formats – Information interchange: representation of dates and times*. Geneve: ISO.
- ISO 15924. (2004) – *Codes for the representation of names of scripts*. Geneve: ISO.
- Instituto Português da Qualidade (1994) – NP 405-1: 1994 – *Norma portuguesa para informação e documentação: Referências bibliográficas: documentos impressos*. Lisboa: IPQ.
- Instituto Português da Qualidade (1998) – NP 405-2: 1998 – *Norma portuguesa para informação e documentação: Referências bibliográficas: material não livro*. Lisboa: IPQ.
- Instituto Português da Qualidade (2000) – NP 405-3: 2000 – *Norma portuguesa para informação e documentação: Referências bibliográficas: documentos não publicados*. Lisboa: IPQ.
- Instituto Português da Qualidade (2002) – NP 405-4: 2002 – *Norma portuguesa para informação e documentação: Referências bibliográficas: documentos electrónicos*. Lisboa: IPQ.
- Instituto Português da Qualidade (2005) – NP 4041: 2005 – *Norma portuguesa para informação e documentação: Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ.
- Instituto Português da Qualidade (1996) – NP EN 28601: 1996 – *Norma portuguesa para dados e formatos de troca: Troca de informação: representação de datas e horas*. Lisboa: IPQ.

- LAFUENTE URIÉN, Aranzazu (2014) – *Archival authority control: an introduction to Encoded Archival Context for Corporate Bodies, Persons and Families (EAC-CPF)*. Disponível em <<http://www.apex-project.eu/index.php/en/articles/184-archival-authority-control-an-introduction-to-encoded-archival-context-corporate-bodies-persons-and-families>> (acedido em 23/10/2016).
- LEME, Margarida (2012) – O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, p. 479-490.
- LEROUX, Sébastien *et alii* (2012) – Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas. interoperabilidade e operação colaborativa. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 11, Lisboa, 2012 – *Integração, Acesso e Valor Social: Atas*. Disponível em <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressos-bad/article/view/338>> (acedido em 23/10/2016).
- MARQUES, Patrícia Cardoso (2013) – *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*. Lisboa, [s. n.] (Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação - Arquivística apresentada à Universidade Nova de Lisboa).
- MARQUIS, Kathleen, (2007) – Not Dragon at the Gate but Research Partner: The Reference Archivists as Mediator. In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (eds.) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. EUA: Michigan University Press, p. 36-42.
- MORAIS, Cláudia Santos Pires de (2013) – *Estudo Orgânico-Funcional e Tratamento Arquivístico dos Concursos para Obtenção do Diploma de Arquiteto realizados na Escola de Belas Artes do Porto: utilização do software ICA-AToM*. Porto, [s. n.] (Tese de Mestrado em Ciência da Informação apresentada à Universidade do Porto).
- NÓVOA, Rita Luís Sampaio da (2016) – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa, [s. n.] (Dissertação de Doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica apresentada à Universidade Nova de Lisboa).
- PEIXOTO, Pedro Abreu (1994) – Aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma política de arquivos. Os arquivos de família. *Cadernos BAD*. 1, p. 43-48.
- PEIXOTO, Pedro de Abreu (1999) – A aplicação das ISAD (G) aos arquivos de família. *Páginas a&b*. 4, p. 55-70.
- PINTO, Pedro (2012) – O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, p. 307-341.
- PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos (2008a) – *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*. Lisboa: DGARQ. Disponível em <<http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2009/10/fnaa.pdf>> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos (2008b) – *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 1: Modelo Conceptual*. Lisboa: DGARQ. Disponível em <http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2009/10/rpa_mc.pdf> (acedido em 23/10/2016).

- PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos (2008c) – *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 2: Modelo Lógico*. Lisboa: DGARQ. Disponível em <http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2009/10/rpa_ml.pdf> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (2011) – *Orientações para a descrição arquivística*. 3.ª v. Lisboa: DGARQ. Disponível em <<http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ODA-3%C2%AA-vers%C3%A3o.pdf>> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça (2014) – *Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça. Processo 150/13.3YHLSB.L1.S1, de 2014-05-15*. Disponível em <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/9335c60e32d83d1e80257cd005204fa?OpenDocument>> (acedido em 23/10/2016).
- RIBEIRO, Fernanda (1996) – *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal-Arquivo Histórico.
- RODRIGUES, Ana Margarida de Almeida Casimiro (2013) – *Estudo orgânico-funcional das entidades tutelares da Agricultura (1918-2013): Uma contribuição para o Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*. Lisboa: [s. n.] (Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação - Arquivística apresentada à FCSH-UNL).
- ROE, Kathleen (1993) – Enhanced Authority Control: Is It Time? *Archivaria*. 35, p. 119-129. Disponível em <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11891/12844>> (acedido em 23/10/2016).
- ROSA, Maria de Lurdes (2009) – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9, p. 9-42.
- RUNA, Lucília (2004) – Arquivos de personalidades políticas no IAN/TT. In *Olhares cruzados entre Arquivistas e Historiadores: mesas-redondas na Torre do Tombo*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, p. 147-150.
- RUNA, Lucília (2007) – Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar. In *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. 9, p. 1-10. Lisboa: BAD. Disponível em <<http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/588/430>> (acedido em 23/10/2016).
- RUNA, Lucília (2011) – A Descrição Arquivística. In CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.) – *Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales*. Madrid: CAA, p. 161-214.
- RUNA, Lucília e SOUSA, Joana Braga (2003) – Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar. *Cadernos BAD*. 2, p. 80-108. Disponível em <<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22003/Runa.pdf>> (acedido em 23/10/2016).
- SANTOS, Andrea Gonçalves dos e FLORES, Daniel (2012) – A utilização de software livre na preservação documental: experiência com o ICA-AtoM. In CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1, Niterói, 2012. Disponível em <<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT11%20Informa%20E3o,%20educa%20E3o%20e%20tecnologias/A%20UTILIZA%20C7%20C3O%20DE%20SOFTWARE%20LIVRE%20NA%20PRESERVA%20C7%20C3O%20DOCUMENTAL%20EXPERI%20CANCIA%20COM%20O%20ICA-AtoM%20-%20Trabalho%20Completo.pdf>> (acedido em 23/10/2016).

- SILVA, Armando Malheiro da *et alii* (2002) – *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da (1997) – Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real: APBAD, p. 51-106.
- SILVA, Armando Malheiro da (2004) – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património*. I s., vol. III. Porto: Universidade do Porto, p. 55-84.
- SILVA, Armando Malheiro da, org. (2005) – A casa de Mateus e a memória. O acesso sistémico a séculos de documentos na era da informação. In *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, p. 13-31.
- SILVÉRIO, Carla Alexandra Serapicos de Brito (2008) – *Contributo para a construção do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas*. Lisboa: [s. n.] (Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Arquivística apresentado à Universidade Nova de Lisboa).
- SIMÕES, Sérgio Manuel Duarte Simões (2010) – *Metodologia de avaliação de aplicações para descrição de arquivo definitivo*. Lisboa: [s. n.] (Tese de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Biblioteconomia e Documentação apresentada à Universidade de Lisboa).
- SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e (2012) – O Arquivo da Casa de Belmonte: o que o tempo (ainda) não apagou. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, p. 491-506.
- THIBODEAU, Sharon (1995) – Archival context as archival authority record: the ISAAR(CPF). *Archivaria*. 40, p. 75-85. Disponível em <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12097/13084>> (acedido em 23/10/2016).
- TRINDADE, Cátia João Matias (2012) – *A importância da criação de registos de autoridade arquivística para entidades produtoras de arquivos. O caso das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal*. Lisboa: [s. n.] (Tese de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Arquivística apresentada à Universidade Nova de Lisboa).
- VAN GARDEREN, Peter (2009) – The ICA-AtoM project and technology. In ASSOCIATION OF BRAZILIAN ARCHIVISTS - Third Meeting on Archival Information Databases, Rio de Janeiro, 2009 Disponível em <https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen_TheICA-AtoMProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaniero_16-17March2009.pdf> (acedido em 23/10/2016).
- VENTURA, Maria Isabel de Almeida (2011) – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: [s. n.] (Dissertação de mestrado em Ciência da Informação apresentada à Universidade do Porto).
- VITALI, Stefano (2004) – Authority Control of Creators and the Second Edition of ISAAR(CPF), International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families. *Cataloging & Classification Quarterly*. 38, p. 185-199.

Sítios Web

- ARCHIVES PORTAL EUROPE – [Em linha]. Disponível em <<http://www.archivesportaleurope.net/home>> (acedido em 23/10/2016).
- ARCHIVISTES – [Em linha]. Disponível em <<http://www.archivistes.org/Notices-d-autorite-producteurs-1781#la-demarche-redactionnelle-des>> (acedido em 23/10/2016).
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – [Em linha]. Disponível em <<http://www.ica.org>> (acedido em 31/05/2015).
- PORTUGAL. Câmara Municipal de Albufeira – *Arquivo Municipal*. [Em linha]. Disponível em <<http://arquivo.cm-albufeira.pt/>> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional – *Centro de Arquivo e Documentação*. [Em linha]. Disponível em <<http://cad.cgtp.pt/>> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – Sítio Web. Disponível em <<http://dglab.gov.pt/>> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – *Digitarq* [Em linha]. Disponível em <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – *Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas* [Em linha]. Disponível em <<http://autoridades.arquivos.pt>> (acedido em 31/05/2015).
- PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – *Portal Português de Arquivos* [Em linha]. Disponível em <<http://portal.arquivos.pt>> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – *Rede Portuguesa de Arquivos* [Em linha]. Disponível em <<http://arquivos.pt>> (acedido em 23/10/2016).
- PORTUGAL. Direcção-Geral do Património Cultural – *Matriznet*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>> (acedido em 11/3/2017).
- PORTUGAL. Partido Social Democrata – *Arquivo da Social Democracia*. [Em linha]. Disponível em <<http://fotos.psd.pt/atom/index.php/psd-partido-social-democrata-2>> (acedido em 23/10/2016).
- PROJECTO INVENT.ARQ. – [Em linha]. Disponível em <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/?sf_culture=pt> (acedido em 23/10/2016).

ANEXOS

1. Modelo de Preenchimento de um RAA pessoa singular e familiar

1. Zona da Identificação		
1. 1 Tipo de entidade	Preenchimento O ¹¹¹	O objetivo deste elemento de informação é a identificação unívoca do tipo de entidade descrita da pessoa coletiva, pessoa singular ou família, produtoras de fundos documentais ¹¹² . Considerou-se para a elaboração deste trabalho as categorias “pessoa singular” e “família”.
1. 2 Formas autorizadas do nome	Preenchimento O	O objetivo deste elemento é a criação de um ponto de acesso autorizado que identifique de forma unívoca a pessoa coletiva, a pessoa singular ou a família. Para cada pessoa singular aqui descrita foi utilizada uma forma autorizada do nome, de acordo com as orientações relativas à <i>Escolha e construção de pontos de acesso normalizados</i> , III Parte das ODA ¹¹³ . Utilizar datas, lugares, jurisdições, ocupações, epítetos e outros qualificativos apropriados para distinguir a forma autorizada do nome das de outras entidades com nomes semelhantes. O qualificativo “data” é uma componente obrigatória do ponto de acesso normalizado do nome da pessoa singular, pois revela-se fundamental para criar a identificação unívoca de pessoas com o mesmo nome, mas com datas de existência diferentes. As datas apresentadas correspondem às datas extremas dos anos de existência de cada uma das pessoas e foram determinadas através da consulta de bibliografia. As componentes foram registadas pela ordem acima estabelecida, sendo separadas por um ponto (.)
1. 3 Formas paralelas do nome	Preenchimento OP	O objetivo deste elemento de informação é registar as diferentes formas autorizadas do nome das entidades descritas noutras línguas ou escritas. Tendo em conta que as pessoas aqui descritas não possuíam nomes oficiais em outras línguas, o preenchimento deste elemento não foi efetuado.

¹¹¹ A legenda do quadro é a seguinte: O - Obrigatório; OA - Obrigatório se aplicável e OP - Opcional.

¹¹² Para a definição de “pessoa singular” e de “produtor” veja-se: PORTUGAL, 2011: 216-217.

¹¹³ *ib.*: 306 e ss.

1. 4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	Preenchimento OP	Registrar as formas normalizadas do nome da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família, construídas segundo outras normas que não as das ODA. As formas normalizadas do nome de acordo com outras regras permitem facilitar a partilha de registos de autoridade entre diferentes comunidades profissionais, nomeadamente com as bibliotecas, os museus, etc.
1. 5 Outras formas do nome	Preenchimento OP	O objetivo deste elemento de informação é registar qualquer outro nome ou nomes da pessoa singular ou família, não registados nos outros elementos de informação da Zona da Identificação . Neste campo registam-se outros nomes pelos quais a entidade possa ser conhecida, tais como: a) Outros nomes das pessoas singulares ou das famílias, por exemplo mudanças de nome através do tempo, incluindo pseudónimos, nomes de solteiro, etc., e respetivas datas; b) Nomes, e títulos que antecedem ou seguem os nomes pessoas singulares e das famílias, ou seja, títulos nobiliárquicos ou honoríficos da pessoa singular ou da família.
1. 6 Identificadores para pessoas coletivas	Preenchimento OP	Referente a pessoas coletivas, pelo que não se enquadra no presente trabalho.
2. Zona da Descrição		
2. 1 Datas de existência/atividade	Preenchimento O	O objetivo deste elemento de informação é registar as datas de existência/atividade da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família. Para as pessoas singulares incluir as datas, aproximadas ou precisas, de nascimento, morte ou, quando estas são desconhecidas, indicar as datas de atividade (<i>floruit</i>). Quando são utilizados sistemas paralelos de datação, podem ser registadas as equivalências, segundo convenções ou regras apropriadas. Formato utilizados para as datas extremas exatas: AAAA-MM-DD–AAAA-MM-DD.

<p>2. 2 História</p>	<p>Preenchimento OP</p>	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar de uma história concisa da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família.</p> <p>O preenchimento deste elemento para as pessoas singulares ou famílias aqui descritas foi feito respeitando o princípio da não repetição de informação.</p> <p>Registar, de forma narrativa ou através de uma cronologia, os principais eventos, atividades, realizações e/ou funções da entidade descrita. Sempre que possível, fornecer as datas como parte integrante da descrição narrativa. Registar a história para as pessoas singulares, incluindo informação sobre a vida familiar (filiação, cônjuge, filhos e outros parentes), a escolaridade (estudos e formação obtida, respetivas instituições, diplomas), a atividade social (participação em ações, eventos, atos cívicos, etc.) e profissional (atividade, cargos), outros tipos de atividade (<i>hobbies</i>, interesses) e outros aspetos relevantes para a caracterização da pessoa (convicções religiosas ou políticas, etc.).</p> <p>Para as famílias, registar a história para as famílias incluindo informação sobre a origem, evolução, uniões familiares, apelidos (mudanças ou acréscimos e respetivas datas), títulos de nobreza ou títulos honoríficos (respetivas datas e diplomas de atribuição), membros que se destacaram, atividades e funções desempenhadas (contexto e respetivas datas) e outros aspetos considerados relevantes para a sua caracterização.</p>
<p>2. 3 Lugares</p>	<p>Preenchimento OP</p>	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar os lugares onde a pessoa coletiva, a pessoa singular ou a família estiveram sediadas, residiram, desenvolveram as suas atividades.</p> <p>Registar o nome do(s) lugar(es) e/ou jurisdição(ões) predominantes, bem como a natureza e o período da relação com a entidade.</p>
<p>2. 4 Estatuto legal</p>	<p>Preenchimento OP</p>	<p>Referente a pessoas coletivas, pelo que não se enquadra no presente trabalho.</p>
<p>2. 5 Funções, ocupações, atividades</p>	<p>Preenchimento OP</p>	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar as funções, ocupações e atividades desenvolvidas pela pessoa coletiva, pela pessoa singular ou pela família.</p> <p>Registar as funções, ocupações e atividades desenvolvidas pela entidade descrita, em conjunto com as respetivas datas, se aplicável. Se necessário, descrever a natureza da função, ocupação ou atividade.</p>

2. 6 Mandatos / Fontes de autoridade	Preenchimento OP	O objetivo deste elemento de informação é registrar as fontes de autoridade onde foram determinados os poderes, funções, esfera de atividade da pessoa coletiva, pessoa singular ou família. Para as pessoas singulares registrar os textos ou documentos legais de nomeação para cargos, funções ou responsabilidades da pessoa singular; para as famílias registrar os textos ou documentos legais de aquisição, concessão e doação de bens, direitos e prerrogativas, de nomeação para cargos e funções ou responsabilidades da família, seguindo o critério cronológico.
2. 7 Estruturas internas / Genealogia	Preenchimento O ¹¹⁴	O objetivo deste elemento de informação é registrar as estruturas administrativas internas de uma pessoa coletiva ou a genealogia de uma família. Descrever a genealogia da família (através de uma árvore genealógica, por exemplo) de forma a evidenciar as relações entre os seus membros e as datas respetivas.
2. 8 Contexto geral	Preenchimento OP	O objetivo deste elemento de informação é registrar informação significativa sobre o contexto social, económico, político, histórico, cultural ou outro, no qual a pessoa coletiva, a pessoa singular ou a família desenvolveram a sua atividade ¹¹⁵ . Fornecer qualquer informação significativa sobre o contexto social, cultural, económico, político e/ou histórico no qual a entidade descrita desenvolveu a sua atividade.
3. Zona das Relações		
3. 1 Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Preenchimento O ¹¹⁶	O objetivo deste elemento de informação é registrar os nomes das entidades que, de algum modo, estão relacionadas com a pessoa coletiva, a pessoa singular ou a família descrita. Este registo é feito utilizando a Forma autorizada do nome das entidades relacionadas e/ou o Identificador do registo de autoridade das referidas entidades relacionadas ¹¹⁷ .

¹¹⁴ Decidimos que este campo deveria, mesmo no registo mínimo, ser obrigatório, contendo elementos genealógicos e/ou de percurso individual.

¹¹⁵ *ib.*: 250

¹¹⁶ Uma vez que se trata de arquivo de família, é muito importante o preenchimento deste campo, mesmo nos quesitos mínimos.

¹¹⁷ *ib.*: 251-252.

<p>3. 2 Tipo de relação</p>	<p>Preenchimento O¹¹⁸</p>	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar o tipo de relação existente entre a entidade descrita e a pessoa coletiva, pessoa singular ou família relacionada.</p> <p>Registar um tipo geral no qual se insira a relação descrita, registar no elemento Regras e/ou convenções qualquer esquema de classificação usado como fonte dos termos do vocabulário controlado para descrever a relação. Este campo pode ser descrito recorrendo a quatro tipos de descritores:</p> <p>- Hierárquica (por exemplo superior/ subordinado; proprietário/propriedade).</p> <p>Numa relação hierárquica uma entidade pode exercer alguma autoridade e controlo sobre as atividades de um certo número de outras pessoas coletivas, pessoas singulares ou famílias. Uma entidade pode também estar subordinada a várias outras pessoas coletivas, pessoas singulares ou famílias, tal como, por exemplo, um comité associado ou uma organização cuja tutela mudou ao longo do tempo.</p> <p>- Cronológica (por exemplo predecessor/ sucessor)</p> <p>Numa relação temporal uma entidade pode suceder a várias outras pessoas coletivas, pessoas singulares ou famílias no exercício de algumas funções e atividades. Por outro lado pode ser sucedida por várias pessoas coletivas, pessoas singulares ou famílias.</p> <p>- Familiar</p> <p>Numa família uma pessoa pode ter um largo círculo de relações com outros membros da família e com a família enquanto entidade. Quando a estrutura genealógica da família é complexa, pode ser apropriada a criação de registos de autoridade separados para cada membro e a sua ligação ao(s) pai(s), esposa(s) ou filho(s). Em alternativa esta informação pode ser registada no elemento Estruturas internas/Genealogia</p> <p>- Associativa</p> <p>Uma relação associativa é uma categoria geral para relações que se não incluem em nenhuma das acima referidas (por exemplo: Fornecedor/ cliente, membro, parte/todo, sócio).</p> <p>No preenchimento deste elemento de informação foi utilizada a linguagem controlada estabelecida pelas ODA¹¹⁹.</p>
------------------------------------	---	--

¹¹⁸ Uma vez que se trata de arquivo de família, é muito importante o preenchimento deste campo, mesmo nos quesitos mínimos..

¹¹⁹ *ib.*: 253-254.

3.3 Descrição da relação	Preenchimento OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar a natureza específica da relação existente entre a entidade descrita e a pessoa coletiva, pessoa singular ou família relacionada.</p> <p>Registar uma descrição precisa da natureza da relação entre a entidade descrita no registo de autoridade e a outra entidade relacionada, por exemplo: subordinante, subordinada, proprietário, predecessor, marido, mulher, filho, primo, professor de, aluno de, colega profissional. Registar no elemento Regras e/ou convenções qualquer esquema de classificação usado como fonte dos termos do vocabulário controlado para descrever a relação. Também pode ser dada, neste elemento, uma descrição narrativa da história e/ou natureza da relação.</p> <p>No preenchimento deste elemento de informação foi utilizada a linguagem controlada descrita nas ODA¹²⁰.</p>
3.4 Datas da relação	Preenchimento O ¹²¹	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar as datas de duração da relação com outras pessoas coletivas, pessoas singulares ou famílias.</p> <p>Para o caso das pessoas aqui descritas e das suas relações, foi registada a data em que ocorreu a relação, geralmente casamento e ou data de nascimento e morte das entidades relacionadas.</p> <p>Formato utilizados para as datas extremas exatas: AAAA-MM-DD–AAAA-MM-DD.</p>
4. Zona do Controlo		
4.1 Identificador do registo de autoridade	Preenchimento O	<p>O objetivo deste elemento de informação é criar um identificador unívoco para o registo de autoridade arquivística.</p> <p>Registar um identificador unívoco do registo de autoridade de acordo com convenções locais e/ou nacionais. Se o registo de autoridade se destinar a uma utilização internacional, registar o código do país responsável pela sua criação, de acordo com a última versão da ISO 3166 <i>Codes for the representation of names of countries</i>¹²².</p>

¹²⁰ *ib.*: 253-254.

¹²¹ Uma vez que se trata de arquivo de família, é muito importante o preenchimento deste campo, mesmo nos quesitos mínimos.

¹²² ISO 3166:1997.

4. 2 Identificadores da instituição	Preenchimento OP	O objetivo deste elemento de informação é a identificação dos serviços responsáveis pela criação do registo de autoridade. Registrar, de forma completa, a forma autorizada do(s) nome(s) do(s) serviço(s) responsável(eis) pela criação do registo de autoridade ou, em alternativa, registar o código do serviço, segundo o código nacional ou internacional. Incluir a referência a quaisquer sistemas de identificação usados para as instituições (por exemplo ISO 15511).
4. 3 Regras e/ou convenções	Preenchimento O ¹²³	O objetivo deste elemento de informação é a identificação das convenções, normas ou regras, nacionais e internacionais, aplicadas na criação do respetivo registo de autoridade arquivística. Registrar os nomes e, se necessário as edições ou datas de publicação das convenções ou regras aplicadas. Especificar, separadamente, que regras foram aplicadas para a construção da forma autorizada do nome. Incluir a referência a qualquer(is) sistema(s) de datação utilizado(s) para identificar as datas no registo de autoridade (por exemplo ISO 8601). As orientações e normas devem ser registadas segundo as normas de citação estabelecidas pela NP-405.
4. 4 Estatuto	Preenchimento OP	O objetivo deste elemento de informação é indicar o estado de elaboração do registo de autoridade arquivística, para que o utilizador possa perceber o seu estatuto corrente ¹²⁴ . Os registos de autoridade criados no âmbito deste trabalho foram todos considerados como preliminares.
4. 5 Nível de detalhe	Preenchimento OP	O objetivo deste elemento de informação é indicar qual o nível de detalhe do registo de autoridade arquivística. Tal nível é determinado pelos elementos de informação que são preenchidos na criação do registo ¹²⁵ . Os registos criados no âmbito deste trabalho foram considerados "parcial".
4. 6 Datas de criação, revisão ou eliminação	Preenchimento O ¹²⁶	O objetivo deste elemento de informação é indicar as datas de criação, revisão, modificação ou eliminação do registo de autoridade arquivística.

¹²³ Uma vez que se trata de arquivo de família, é muito importante o preenchimento deste campo, mesmo nos quesitos mínimos.

¹²⁴ *ib.*: 267.

¹²⁵ *ib.*: 268.

¹²⁶ Uma vez que se trata de arquivo de família, é muito importante o preenchimento deste campo, mesmo nos quesitos mínimos e serve para controlarmos o andamento do trabalho.

4. 7 Línguas e escritas	Preenchimento OP	O objetivo deste elemento de informação é indicar o idioma e a escrita utilizados para criar o registo de autoridade arquivística. No caso dos registos criados no âmbito deste trabalho, o idioma foi o Português e a escrita Latina ¹²⁷ .
4. 8 Fontes	Preenchimento O	O objetivo deste elemento de informação é referir as fontes utilizadas na descrição e na criação do registo de autoridade arquivística ¹²⁸ .
4. 9 Notas de manutenção	Preenchimento O ¹²⁹	O objetivo das Notas de manutenção é fornecer informação acerca da criação e manutenção do registo de autoridade arquivística. O dado mais pertinente a registar neste elemento é o nome da pessoa responsável pela elaboração do registo ¹³⁰ .
5. Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos ¹³¹		
5. 1 Identificadores e títulos do recurso relacionado	Preenchimento O ¹³²	O objetivo deste elemento de informação é identificar e/ou estabelecer a ligação, de forma unívoca, entre o registo de autoridade criado e os recursos relacionados. Estes recursos podem ser recursos arquivísticos (fundos documentais produzidos pela entidade descrita, por exemplo), ou outro tipo de recursos, como recursos bibliográficos, audiovisuais, fotográficos, sonoros, arqueológicos, artísticos, bens móveis ou imóveis. Os recursos relacionados mais comuns são os arquivísticos. Para as pessoas singulares e famílias aqui descritas foi estabelecida a relação entre estas e os respetivos fundos documentais. Foi sempre registada a designação controlada dos recursos relacionados, seguida do respetivo identificador unívoco, tendo como fontes de informação os respetivos instrumentos de descrição ¹³³ .

¹²⁷ *ib.*: 270.

¹²⁸ *ib.* : 271.

¹²⁹ Uma vez que se trata de arquivo de família, é muito importante o preenchimento deste campo, mesmo nos quesitos mínimos.

¹³⁰ *ib.*: 272.

¹³¹ O preenchimento dos elementos de informação relativos às relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo é obrigatório. Já o registo das relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com outros recursos é opcional (*ib.*: 214).

¹³² Uma vez que se trata de arquivo de família, é muito importante o preenchimento deste campo, mesmo nos quesitos mínimos.

¹³³ *ib.*: 273-275.

5.2 Tipo do recurso relacionado	Preenchimento O	O objetivo deste elemento de informação é identificar o tipo dos recursos relacionados que foram registados no elemento anterior ¹³⁴ .
5.3 Natureza da relação	Preenchimento O	O objetivo deste elemento de informação é identificar a natureza das relações entre o registo de autoridade criado e os recursos relacionados. Para o caso das pessoas singulares e famílias aqui descritas, a natureza da relação com os recursos arquivísticos identificados foi a de produtor ¹³⁵ .
5.4 Datas do recurso relacionado	Preenchimento O	O objetivo deste elemento de informação é identificar as datas dos recursos relacionados e/ou as datas da relação entre o registo de autoridade criado e o recurso relacionado, indicando o seu significado.

¹³⁴ *lb.*: 276-277.

¹³⁵ *lb.*: 278-279.

Os registos de degredados da Direção Geral do Ultramar

The exile registry of the Direção Geral do Ultramar

SÓNIA PEREIRA HENRIQUE

Investigadora do Instituto de História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa
sonia.pereira.henrique@gmail.com

Artigo enviado em: 3 de janeiro de 2017
Artigo aprovado em: 24 de maio 2017

RESUMO

Coube à Direção Geral do Ultramar enquanto parte da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar a administração dos negócios do ultramar. Conheceu, durante a sua vigência, vários momentos de especialização e reforma sendo a protagonizada pelo Ministro Rebelo da Silva determinante a vários níveis. Até então não se tinha verificado na administração colonial portuguesa uma ação remodeladora tão vasta implementando, inclusive, medidas inéditas como a criação de colónias penais no ultramar para cumprimento de pena de degredo. Com esta adição tornou-se responsabilidade da Direção Geral do Ultramar o registo central de degredados. Através da análise da documentação em arquivo histórico pretende este artigo explorar os registos de degredados, no período compreendido entre 1870 - 1910, analisando o circuito documental associado.

PALAVRAS-CHAVE: Direção Geral do Ultramar; degredo; colónias.

ABSTRACT

Was responsibility of Direção Geral do Ultramar the administration of the Portuguese colonial matters. Established within the jurisdiction of the

Secretary of State for the Navy and the Overseas it had during its term several moments of specialization and reform, being the one led by the Minister Rebelo da Silva determinant at various levels. Until then, there hadn't been a remodelling action that contemplated all the existing structures, but also by the implementation of new measures in the Portuguese colonial administration such as the creation of penal colonies to fulfil the penalty of exile. With this measure the Direção Geral do Ultramar became responsible to centralize the registry of exile. Through the analysis of the documentation in historical archive this article intends to explore the records of exile from 1870 to 1910 analysing its associated documentary circuit.

KEYWORDS: Direção Geral do Ultramar; exile; colonies.

O arquivo da Direção Geral do Ultramar

Aproveitando o momento em que a Ciência Arquivística questionava o seu posicionamento teórico e metodológico, face ao desenvolvimento das últimas décadas, Ann Stoler inscreve na sua agenda o *archival turn*. Tomando os arquivos coloniais por referencial, relançou no debate arquivístico a necessidade de entender o arquivo como objeto de estudo e não apenas como fonte. O artigo que se apresenta inspira-se neste movimento, e tem como objetivo a análise do circuito documental associado ao degredo no período compreendido entre 1870 - 1910. Este caracterizado na historiografia como o início da terceira e última fase do fenómeno (CUNHA, 2013: 92). Respeitou-se, para o efeito, a perspetiva sistémica defendida pelos autores da Escola do Porto (SILVA & RIBEIRO, 2008). Acreditando-se que os arquivos coloniais produzidos por instituições governamentais oitocentistas foram: «the supreme technology of the late nineteenth-century imperial state», (STOLER, 2002: 28) e como tal reclamam, no que ao seu estudo respeita, um posicionamento abrangente que permita captar essas significações.

A análise do circuito documental associado ao cumprimento do envio de sentenciados a degredo, objeto deste artigo, teve por metodologia: a busca de fontes legislativas que enquadrassem o tema no âmbito do funcionalismo do organismo produtor da documentação a Direção Geral do Ultramar; uma pesquisa bibliográfica para delimitar o fenómeno em termos teóricos; e o confronto do reunido com a documentação encontrada em arquivo histórico¹.

¹ Todas as transcrições diretas de fragmentos de época viram a sua ortografia atualizada em conformidade com o acordo ortográfico atual da Língua Portuguesa.

Encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino o *corpus* documental da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar relativo ao ultramar compreendendo a documentação produzida e recebida pela Direção Geral do Ultramar. Criada por Alvará em 1736, a Secretaria de Estado viu as suas competências e produção documental divididas em duas secções: uma de Marinha e outra do Ultramar. Cada um destes núcleos vieram, no Estado Novo, a integrar o arquivo histórico correspondente.

O degredo: origem e aplicação legal

A sentença de banimento foi transformada em algo que os Estados modernos consideravam mais útil: o degredo. Fenómeno que remonta às cidades-Estado italianas foi um adjuvante aos processos de colonização. Em Portugal, até 1833 o Conselho Ultramarino dirigia e coordenava as atividades imperiais nas províncias ultramarinas, incluindo as relativas à fixação de residência para exilados penais. O degredo veio a diferir do banimento porque passou a incluir as províncias ultramarinas no destino a dar aos condenados (COATES, 1998: 28).

O Direito criminal português, até meados do século XIX, teve o seu assento principal no Livro V das Ordenações, porém tanto a quantidade de Leis extravagantes como a consideração do costume como fonte de Direito impunham uma revisão da legislação positiva. Defendendo a ideia de que o trabalho regular contribuiria para a reabilitação do condenado, o Código Penal de 1852 continuava a contemplar a pena de degredo². Orientado pelo princípio da retribuição elencava-a entre as penas maiores, a saber: morte; trabalhos públicos; prisão maior com trabalhos; prisão maior simples; degredo; expulsão do Reino; e perda dos direitos políticos. O degredo caracterizava-se em perpétuo ou temporário conforme o tempo declarado na sentença.

Na segunda metade do século XIX, o envio para cumprimento da pena era, em regra, para África podendo ser para a Índia caso a lei o indicasse. Nessa conformidade tipificou-se o degredo em simples ou de primeiro grau se fosse para a Índia e qualificado ou de segundo grau se fosse para África (MOREIRA, 1954: 144-145). Apesar das orientações dadas no Código Penal a sua aplicação à pena de degredo não se fez sem crítica. Apontavam-se as

² O Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante Portuguesa também incluía entre as penas o degredo. Pena regulada pelo Código Penal. art.42º-46º, Carta de Lei de 4 julho 1864, 210-220.

irregularidades no transporte dos condenados para o ultramar, fruto de não poderem os tribunais indicar o lugar de cumprimento de pena, para além da indicação das possessões orientais ou ocidentais, a falta de vigilância judicial, e alguns abusos, nomeadamente a sua inscrição nas forças militares³.

A criação de colónias penais em África

Rebello da Silva foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar entre 11 de agosto de 1868 e 20 de maio de 1869. Na administração colonial, a sua principal aspiração compreendeu a concessão de uma iniciativa local mais ampla, atribuindo competências aos Governadores para legislarem e preencherem determinados cargos públicos. As reformas que propôs promoveram profundas alterações na administração ultramarina. Entre as quais a criação de colónias penais no ultramar para o cumprimento da pena de degredo⁴. O Ministro acreditava que estes estabelecimentos proveriam continuidade a um fenómeno que trazia nobreza às nações, tornando-se a pena útil tanto ao Estado quanto ao cidadão. Tendo por modelo o sistema inglês, Portugal não tencionava converter em colónias penais todas as suas províncias ultramarinas. Inspirando-se no exemplo de Sydney na Austrália optar-se-ia pelas que melhor condição climatérica oferecessem.

No relatório apresentado às Cortes sobre aquela proposta de lei, Rebello da Silva elaborou uma cuidada exposição sobre o assunto considerando não só o seu aspeto histórico, mas jurídico. O trabalho seria o ponto de partida da reabilitação do condenado. Cada colónia penal teria um Capelão ou Pároco que poderia ser coadjuvado por Missionários. Permitia-se que os condenados casados se fizessem acompanhar das suas esposas, e que os solteiros se casassem no Depósito.⁵ Estas medidas organizavam o degredo penitenciário sendo a sua forma mais duradora a dos Depósitos de degredados (MOREIRA, 1954: 157)⁶.

³ Foi no ano de 1867 que se designaram as províncias ultramarinas nas quais devia ser cumprida pena. Em harmonia com a nova reforma penal, pertenciam à primeira classe: Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Luanda e Moçâmedes, e à segunda classe: Bissau e Cacheu, Benguela e Moçambique. Sobre o procedimento a ter com os praças incapazes para o serviço militar: *Boletim Militar do Ultramar* (1878) n° 5, 13.

⁴ Sobre as providências promulgadas em virtude do 1º ponto, do artigo 15º, do Ato adicional à Carta Constitucional da Monarquia por Rebello da Silva ver: (MINISTÉRIO ULTRAMAR, 1969: 244-290).

⁵ Decreto de 09 dezembro 1869, 710-714.

⁶ Sobre como se vivia nestes estabelecimentos ver: (COATES, 2014: 91-115).

Com a implementação das colónias penais, fez-se no ano de 1870 consulta à Junta Consultiva do Ultramar quanto à possibilidade de se criar em Timor um destes estabelecimentos. No entanto, foi dado parecer de que as colónias penais apenas poderiam ter lugar em África⁷. A partir de 1880 Angola passou a ser o único recetor de sentenciados a degredo (CUNHA, 2013: 93) e isso teve um impacto tal que «a maioria dos brancos da metrópole que seguiam diretamente para Angola, na segunda metade do século XIX, continuavam a embarcar como degredados» (VALENTIM & DIAS, 1998: 438).

O assentamento dos degredados

Ao tentar recuperar as dinâmicas burocráticas de um serviço ou de um organismo, através da consulta a fontes primárias, um dos fatores a contar compreende o silêncio do arquivo. Sobre esta contingência na investigação em arquivos coloniais Ann Stoler aponta duas causas: «what was unwritten because it could not be yet articulated, and what was unwritten because it could not be said» (STOLER, 2009: 2-3). Timothy Coates relativamente a estes silêncios manifestou a dificuldade no acesso ao número de degredados que passavam pelo sistema (COATES, 1998: 81-82)⁸. Além da dificuldade no acesso ao nível das fontes primárias, o autor sublinhou a escassez de fontes secundárias que contemplem a terceira fase do degredo:

«studies done on Portuguese *Africa*, especially Angola during this period (1880-1932), have little or nothing to say about the Luanda prison at the hub of the entire system: the Depósito Geral de Degredados [...] There have been no studies done on either the Depósito as an institution or the impact of its inmates and their labour in Angola» (COATES, 2014: 6).

Selma Pantoja explorou os livros do Arquivo Histórico de Angola relativos ao Registo Central de Degredados analisando o fenómeno, sobretudo, na sua aplicação ao género feminino entre 1865 e 1898. No estudo sublinhou-se a complexidade verificada no registo enquanto forma de controlo. (PANTOJA, 1999: 185).

⁷ AHU_SEMU_DGU_Consultas da JCU_Cx1, D42.

⁸ Este reparo de Timothy Coates é referente ao período compreendido entre 1550-1755. No entanto, os valores apurados para aquele período, são relativamente próximos aos valores referidos por António Rego para o início do século XIX. (REGO, 1970: 330)

O diploma de criação das colónias penais não esclarecia sobre o assentamento dos degredados referindo apenas as funções do Secretário do Depósito responsabilizando-o pelo registo civil. Não sendo o degredo um fenómeno recente era de supor que a prática associada ao seu registo, por pragmatismo, estivesse regulada. Investigando os regulamentos que acautelavam a prática, durante o Estado Moderno, o Alvará de 13 de setembro de 1613 regulava o assentamento de degredados. O Escrivão da Corte e Cidade de Lisboa tinha por incumbência o envio ao Conselho da Índia de certidão relativa aos condenados à pena de degredo que discriminasse quem embarcava, para onde, os crimes praticados e a duração da pena⁹. Com a extinção daquele Conselho e a criação do Conselho Ultramarino para a administração ultramarina o assentamento de degredados conheceu alteração:

«não passem sentenças a pessoas, que fossem condenados em degredo, de qualquer qualidade e quantidade que seja, sem primeiro se lhes mostrar certidão de como ficam registados os degredados nos livros deles; e que os mesmos escrivães deem ao Escrivão dos Degradados e galés, por rol, os degradados, que tiverem, de dez anos a esta parte, para se registarem no mesmo livro dos degradados. E ordeno ao Chanceler da Casa da Suplicação não passe sentença alguma pela chancelaria, tocante a degredo, sem constar ficar lançada no livro deles.»¹⁰

O Conselho Ultramarino surgiu com ampla competência sobre os assuntos das províncias ultramarinas, excetuando os negócios eclesiásticos tratados pela Mesa da Consciência e Ordens, e a administração das rendas régias pelo Conselho da Fazenda¹¹. Ainda assim deve ser assinalada a dificuldade que este Conselho teve em se impor na orgânica governativa portuguesa porque «reportava-se a territórios tidos como de inferior dignidade porque situados fora da Europa» (CARDIM & MIRANDA, 2014: 78). No entanto, deste período ao Liberalismo não se tornou a encontrar menção nas fontes legislativas ao registo dos degredados.

Em 1832 Portugal assistiu a uma verdadeira revolução na Administração do Reino. O modelo polissinodal de Governo foi extinto e substituído pelo

⁹ Alvará de 13 setembro de 1613, 21.

¹⁰ Decreto 19 julho 1658, 23. Esta alteração ao assentamento dos degredados, e a produção deste registo em livro veio a constituir o fundo do Juízo dos Degredados (PT/TT/JD). O fundo pode ser consultado na Torre do Tombo. Ver a referência às unidades de descrição relacionadas.

¹¹ Decreto de 14 julho de 1642, 238.

moderno regime ministerial (BRANCO, 2013: 45). Em consequência desta mudança, a extinção do Conselho Ultramarino levou a que as suas funções fossem diluídas por várias instâncias, uma delas a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.¹² A organização da Justiça no ultramar, desenhada a partir de 1830, apresentou a primeira carta orgânica do ultramar. Através desta o Ministro Vieira de Castro organizava os domínios ultramarinos em três Governos-gerais: Cabo Verde, Angola e Moçambique; e um Governo particular, no Continente Africano: S. Tomé e Príncipe do qual dependia S. Baptista de Ajudá; e um Governo-geral agrupando os domínios asiáticos, denominado Estado da Índia.¹³

A Portaria de 22 de abril de 1839 determinava que através da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça o Conselheiro Procurador-Geral da Coroa fizesse subir, com urgência, a relação nominal de todos os réus condenados a degredo.¹⁴ Sendo que cabia ao Presidente da Relação de Lisboa a ordem sobre a remessa de indivíduos para o ultramar.¹⁵ Porém, e na conformidade do que determinava o Código Penal, cumpria ao Governo indicar a possessão ultramarina na qual o condenado cumpriria pena. Fator que levou a que a Direção Geral do Ultramar tivesse uma ligação privilegiada ao fenómeno.

A criação das colónias penais no ultramar trouxe incremento ao registo de degredados. Ao invés da produção de uma multiplicidade de registos sem maior articulação, ao responsabilizar os Governos das províncias ultramarinas pela centralização deste registo, tal poderia contribuir para um controlo efetivo da informação. No decurso da condenação sucediam-se várias produções de listas de condenados: os primeiros pela autoridade que condenava e pela autoridade que encarcerava, um momento posterior pela autoridade que destinava o condenado, em seguida o registo de quem recebia o condenado, e por fim todas as relações, mensais ou anuais, enviadas à Direção Geral do Ultramar dando conta do estado das colónias penais. Não havendo, à época, melhor forma para resolver a questão relacional, a decisão de optar por centralizar o registo, ao nível da província ultramarina, parecia razoável. Desta forma criava-se condição para articular os registos da autoridade que condenava: a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça; os Governos Civis; a Secretaria de Estado dos Negócios da

¹² Decreto de 30 agosto 1833, 371.

¹³ Decreto de 7 dezembro 1836, 15-18.

¹⁴ Portaria de 22 de abril de 1839, 50.

¹⁵ Portaria de 4 de janeiro de 1843, 1.

Guerra; ou mesmo a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, com os registos da autoridade que recebia o condenado. Depois da criação das colónias penais, ao onerar os governos das províncias da responsabilidade de centralizar este registo, caminhava-se, aparentemente, na direção certa. Havia a noção de que o registo importava e que como tal deveria ser efetivo e estar acessível. Porém, esta não era uma etapa de pouca complexidade.

A dificuldade na centralização desta informação parece não se explicar apenas pela falta de ferramentas ou pelo território dilatado a que o fenómeno reportava, mas sobretudo pela variável humana que lhe era inerente. Esta ao implicar alguns estados e condições afetos aos degredados dificultava a centralização do registo, a saber: os condenados fugidos, os falecidos, e os deslocados. No caso dos que se evadiam dos presídios uns não se conseguiam tornar a localizar, enquanto outros se localizavam depois de considerados em parte incerta.¹⁶ Ainda assim, tanto um caso como outro geram registos. Os óbitos também dificultavam a articulação dos dados porque os condenados tanto podiam falecer nos estabelecimentos, como ainda na viagem.¹⁷ Além das situações enumeradas os degredados deslocados foram outro fator de desequilíbrio assinalável no processo. Alguns condenados eram desembarcados na província errada, o que obrigava, dando-se pelo erro, à sua transferência. Enquanto outros eram transferidos, entre colónias penais, no cumprimento de sanção disciplinar. Como se compreende a movimentação associada ao fenómeno não devia ser fácil de administrar.

A movimentação elencada dificultava o registo em dois níveis distintos: por um lado algumas situações não chegavam a ser registadas, por outro lado, outras situações duplicavam a informação associada ao condenado. E tanto o primeiro movimento quanto o segundo são nefastos para o conhecimento efetivo do fenómeno. Ao estudioso aflige, de sobremaneira, não encontrar informação. Porém, as duplicações de registo são quase tão aflitivas no estudo de uma realidade como as ausências. A informação serve o

¹⁶ Eram regularmente enviadas relações dos degredados fugidos pelos Governadores das províncias ultramarinas ao Diretor Geral do Ultramar. Distinguiam-se dois tipos de mapas consoante a condição do evadido: um para degredados fugidos (civis) e outro para praças desertores (militares). Estes mapas informavam sobre vários elementos de identificação: nº de matrícula; nome; data de entrada na província ultramarina; tempo de condenação; tempo de permanência na província; tempo que faltava para completar a pena; e observações. O mapa dos desertores além da matrícula continha ainda o nº de Companhia e os postos.

¹⁷ O falecimento no decurso da viagem tanto se poderia dever a complicação e debilidade do estado de saúde como aos naufrágios. Os naufrágios além da eventual perda dos sujeitos implicavam a perda da documentação que lhes era respeitante.

seu propósito sempre que dela se pode retirar conteúdo, e isso decorre de um seu traço distintivo: ser relacional. Duplicar um registo sem ter condição para relacioná-lo com outros ou mesmo com o que o precedeu, diminui a capacidade de referenciar o fenómeno em análise. Por muito que a duplicação do registo forneça elementos de mapeamento de determinados objetos, a leitura do fenómeno torna-se um processo demasiado fragmentado.

Para o período analisado não parece ter sido a aptidão para produzir registos que esteve em causa, mas a capacidade de tornar relacional aquela informação. Uma gestão de informação que teria, para ser efetiva, de passar por inúmeros serviços e autoridades, tanto no Reino como no ultramar. Porém, estas além de serem superintendidas por ministérios vários, dispunham de ferramentas incapazes de articular a informação. Ora, ao recair a responsabilidade pela centralização do assentamento de degredados sobre os Governos das províncias ultramarinas, desenhava-se a possibilidade de uma contabilização efetiva dos contingentes sentenciados a pena de degredo. Ainda assim, conforme explorado tal implicava um esforço significativo de várias autoridades e em várias instâncias, reclamando, sobretudo, normalização e sistematização para que se tornasse eficaz.

Os depósitos penais, considerados estabelecimentos de cariz militar, eram regidos por leis militares e subordinados ao Governo-geral da província ultramarina onde estavam sediados. Houve intenção de criar dois depósitos principais: um na África Oriental e outro na África Ocidental. Nestes existiria capela e escola ao serviço tanto dos condenados como dos seus filhos. Pelo que, na sua composição os estabelecimentos apresentavam: Comandante, Subcomandante, Secretário,¹⁸ Comandantes das Companhia, Comandantes das esquadras, Mestres de ofícios, Diretores de trabalhos agrícolas, dois Corneteiros, e um Capelão.¹⁹

Os degredados podiam viver no depósito com as suas famílias sendo, no entanto, feita separação entre os casados e os solteiros, e organizados em duas classes: uma de trabalhos públicos e outra de degredo. A pena de degredo era aplicada tanto a civis como a militares. Essa distinção era marcada nos documentos: o condenado civil tomava o nome de «degredado» enquanto o militar de «deportado».²⁰ Porém, e relativamente à questão terminológica, conforme indicou José Beleza dos Santos, denota-se a necessidade de uma clarificação relativamente à pena. Uma coisa era a prática de

¹⁸ Todos militares.

¹⁹ Lei de 27 dezembro 1881, Cap. I-III art.º 1, 421-422.

²⁰ Sobre esta diferença e da sua importância. (EÇA, 1950)

um crime grave, outra o exílio político ou mesmo as sanções disciplinares aplicadas aos contingentes militares (SANTOS, 1932: 162-165)²¹.

Ao degredado cumpria, assim que chegasse à província, apresentar-se no Governo-geral a fim de lhe ser passada guia de marcha para seguir para o depósito. Esta nova guia de marcha deveria conter os mesmos dizeres da guia de condenação;²² e elementos que o identificassem não sendo raro que tivesse fotografia. Apresentado no depósito era-lhe assente praça, pelo que assim que matriculado sujeitava-se a todas as regulamentações do estabelecimento. Nos depósitos de degredados deveriam existir dez tipos de livros de registo, a saber:

«1º Livro de assentamento ou matrícula dos condenados, e suas ocorrências; 2º Livro de assentamento ou matrícula de todo o pessoal que não seja condenados, com as ocorrências; 3º Livro de registo das famílias dos condenados que existirem nos depósitos; 4º Livro das atas do conselho administrativo do depósito; 5º Livro das atas do conselho disciplinar do depósito; 6º Livro dos termos de abonação aos condenados para se estabelecerem sobre si; 7º Livro dos termos dos contratos de locação de serviços dos condenados que forem assoldados; 8º Livro de registo das ordens provenientes, quer do Governador, quer do Comandante do depósito, e respetiva correspondência; 9º Livro da receita e despesa do cofre do depósito, em forma de conta corrente; 10º Livro de conta corrente de cada condenado, para só conhecer quanto deve ao cofre ou dele tem a haver.»²³

Todos os livros deveriam apresentar termos de abertura e de encerramento, devendo ser numerados e rubricados pelo Governador da província ou pelo empregado a quem se *desse comissão* para tal. Nesta medida, o registo central de degredados que competia ao Governo de cada província, apurava-se através da comunicação de dados entre o registado na sua secretaria e nas secretarias dos depósitos.

Mais tarde, o Decreto de 15 de fevereiro de 1883 promoveu o regulamento especial de degredados para Angola. No relatório que antecedeu o diploma o Governador de Angola Ferreira do Amaral explicou a necessidade

²¹ Para o exílio penal aplicado a criminosos graves o autor sugere além de degredo o termo relegação, como o próprio indica «à falta de melhor» atendendo a que a Lei de 21 de abril de 1892 não empregava qualquer designação que se pudesse atribuir aos criminosos, explorando a diferença entre degredo e relegação (SANTOS, 1932: 164-168).

²² Mais tarde referida como guia de culpa. Cap. VI, Decreto de 26 dezembro 1907, 1134.

²³ Lei de 27 dezembro 1881, Capítulo XI, art.58º, 425.

de regular a administração dos depósitos criados bem como o registo dos condenados. O diploma estabeleceu um Depósito Geral em Luanda na fortaleza de S. Miguel, e dois subalternos: um na fortaleza de S. Filipe em Benguela, e outro em Moçâmedes na fortaleza de S. Fernando. O diploma extinguiu o registo central dos condenados passando o seu arquivo, através de inventário, para o Depósito Geral. Com esta alteração o registo central, ou melhor, o procedimento que almejava concentrar o assentamento de degredados passou a ser responsabilidade dos respetivos depósitos. E isto não foi mais que o replicar, pelo Governador de Angola, do modelo metropolitano anteriormente aplicado aos governos das províncias, onerando desta feita os depósitos de degredados desta responsabilidade.

Através desta reforma os condenados, assim que chegassem à província ultramarina, ao invés de se apresentarem no Governo-geral eram mandados apresentar pelo Capitão do porto ao Comandante do Depósito Geral, sendo da sua responsabilidade passar recibo ao Comandante do navio, obtendo em troca as guias de condenação. Do depósito era enviado para a Secretaria do Governo um extrato sinóptico das guias recebidas solicitando que fosse indicado o destino a dar aos condenados. Procedia-se à matrícula dos condenados, contudo, o destino apenas seria registado no livro após comunicação da Secretaria do Distrito ao Comandante do Depósito. Além desta disposição, todas as alterações que se relacionassem aos condenados, incluindo óbito, deviam ser comunicadas ao depósito e registadas em conformidade. O diploma promoveu a distribuição e assentamento dos condenados a degredo definindo vinte modelos de documentos para o efeito.²⁴

Em 1907, o Regulamento do Depósito de Degredados em Angola estabeleceu a sua orgânica em três repartições: Comandante, Conselho Administrativo, Secretaria e arquivo. No arquivo constariam os «livros adotados nos conselhos administrativos dos corpos do Exército» devendo a sua escrituração seguir a forma prescrita pelo Regulamento de fazenda militar e

²⁴ Decreto de 5 fevereiro 1883, 33-48: modelo A - registo de degredados; modelo B - registo disciplinar a criminal; modelo C - mapa de alterações ocorridas durante o mês; modelo D - folha do livro de fianças; modelo E - guia de transferência do depósito...para o depósito...; modelo F - guia de marcha; modelo G - mapa da roupa da ordem para os degredados de ambos os sexos; modelo H - informação relativa à pretensão do degredado; modelo J - termo de fiança; modelo K - mapa de óbitos; modelo L - dos emolumentos que se hão-de levar nos depósitos gerais e subalternos ou nas administrações dos concelhos; modelo M - guia de emolumentos; modelo N - gratificação ao pessoal dos depósitos; modelo O - folha do degredado; modelo P - extrato sinóptico das guias de degredados vindos a... a bordo de...; modelo Q - Diário do mês... do depósito; modelo R - livro das ordens; modelo S - livrete do degredado; modelo T - sinopse das ordens de execução permanente; modelo U - tabela das doenças que podem ser tratadas na fortaleza de S. Pedro.

as disposições em vigor no ultramar²⁵. Sobre a apresentação e o registo dos condenados determina o diploma que:

«Os condenados mandados apresentar no Depósito, quando acompanhados das respetivas guias de culpa, serão, desde logo, inscritos no livro de matrícula, fotografados, e a todos tirados, com o máximo rigor, os sinais característicos e particulares, bem como a impressão papilar da última falange do dedo polegar da mão direita. § 1º Um duplicado da fotografia e outro da impressão papilar do condenado serão enviados ao Comandante do corpo de polícia desta cidade, que com esses duplicados organizará os competentes registos. § 2º Os condenados serão acompanhados pelos boletins antropométricos, de contrário o comandante do Depósito pedi-los-á diretamente aos estabelecimentos de onde vieram. § 3º A inscrição no livro de matrícula é feita em presença das guias de culpa recebidas, e do próprio condenado.»²⁶

Após a matrícula cabia ao Comandante do depósito enviar à Secretaria Militar um extrato sinóptico das guias de culpa dos condenados recebidos. Os condenados depois de matriculados passavam pela Inspeção de Saúde, sendo, em seguida, encaminhados ao barbeiro para que, por fim, lhes fosse entregue o uniforme. Nos depósitos, eram divididos em companhias e classes de comportamento. As companhias eram cinco, cada com o seu Comandante e Oficial subalterno: duas para degredados europeus, uma para indígenas, uma para vadios, e outra para degredados e vadios. No que ao comportamento respeitava a primeira classe abrangia todos os degredados que não tivessem sido objeto de punição, e os que estando na segunda classe se mantivessem um ano sem outra intervenção disciplinar. À segunda classe pertenciam todos os que em cumprimento da sentença tivessem de ser julgados em Tribunal, os castigados da primeira classe, e os da terceira que merecessem por se manterem dezoito meses sem sanção disciplinar. A terceira classe era destinada aos reincidentes ou aos que estando na segunda classe fossem punidos duas vezes com pena de prisão com trabalho, ou aos da primeira classe que tendo passado pela segunda, fossem punidos com pena de prisão com trabalho.

Porque nem todos os delinquentes eram da mesma categoria, podendo ser «inteiramente diversos os motivos que os conduziram ao crime» era «manifesto que as penas» teriam que seguir «processos diferentes para

²⁵ Decreto de 26 dezembro 1907, Cap. III art.8º, 2.

²⁶ Decreto de 26 dezembro 1907, Cap. VI, art.29º, 1134.

cumprirem aquele fim» (SANTOS, 1932: 191). Os crimes punidos em Portugal podiam ser classificados em três tipos: menores, graves (sérios) e absolutamente imperdoáveis (muito sérios). Elencavam-se como crimes no período moderno: blasfémia, homicídio, cometer ofensa, rapto, violação, feitiçaria, agressão a carcereiros, entrada para convento com intenções desonrosas, provocar danos por dinheiro, ofender alguém em procissão ou ofender um Juiz, eram tidos como crimes sérios. Na lista dos absolutamente imperdoáveis encontravam-se: heresia, traição, contrafação e sodomia (COATES, 1998: 60-63).

Neste sentido eram diversos os fins das penas. Beleza dos Santos explorou esses fins. A intimidação servia para criminosos ocasionais; a mudança de ambiente promovendo o afastamento do meio onde se cometeu o crime tentava evitar reincidência; a correção transversal à primeira porque a par da intimidação a pena deveria ter uma ação correcional; e a eliminação. Esta última era aplicada aos incorrigíveis sob várias formas: pena de morte e ou reclusão por tempo indefinido ou limitado (SANTOS, 1932: 191-199).

O circuito documental do envio de degredados para ultramar

Conforme determinavam os regulamentos dos depósitos de degredados o circuito documental associado a este fenómeno compôs-se de algumas etapas. Aos réus sentenciados eram fornecidas guias de culpa ou de condenação pelo Tribunal. Este último, porém, não tinha competência para indicar a província na qual as penas seriam cumpridas, não o permitia o Código Penal. Neste sentido, remetia a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça várias relações de condenados à Direção Geral do Ultramar, solicitando que se indicasse o destino a dar aos sentenciados a degredo. Mediante as necessidades das províncias ultramarinas assim os visados eram destinados, e nessa medida emitidas as respetivas guias de marcha. Chegados à província ultramarina na qual cumpririam a sua pena, os condenados eram levados pelo Capitão da embarcação ao Comandante do depósito. Procedia-se na secretaria do depósito geral à sua matrícula. Posteriormente enviavam-se as relações dos matriculados ao Governo-geral solicitando a indicação do estabelecimento onde cumpririam pena. Os degredados permaneciam no Depósito geral até saberem do seu destino.

Com base nas matrículas, os depósitos gerais remetiam à Direção Geral do Ultramar os mapas de movimentação mensal. Estes além das matrículas informavam quanto à diminuição do número de degredados. Esta podia

dever-se ao falecimento, à transferência ou à evasão dos condenados. Nos depósitos os condenados civis e militares eram categorizados em: «condenados»,²⁷ «cabos condenados» ou «corneteiros»²⁸, «condenadas», «famílias», e «adidos».²⁹

Os réus sentenciados a degredo pelos Tribunais competentes desencadeavam a emissão, através da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, de um ofício a que se anexava uma relação de condenados, à Direção Geral do Ultramar solicitando a indicação do destino a dar aos mesmos. Esse ofício era recebido pela repartição central daquela Direção-geral e encaminhado à repartição respetiva³⁰. Decidido o destino era avisada a repartição de contabilidade para providenciar o pagamento do transporte. E nessa conformidade eram informadas, através de ofício, a entidade que remeteu a relação de condenados, e o Governo da província que os receberia. Por último, eram emitidas as respetivas guias de marcha para ultramar.³¹ Os condenados aguardavam transporte no quartel de S. Julião da Barra. De referir que nos «condenados» os vadios formavam um contingente particular. As listas de condenados por vadiagem eram remetidas não pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, mas pelos Governos Civis.³² No resto, o processo era semelhante ao dos demais sentenciados.

Tendo consciência do valor desta informação, e de que deveria estar centralizada, o Ministro da Marinha e Ultramar Júlio Marques Vilhena remeteu uma circular aos seus Governadores:

«Determina S. M. El Rei que os Governadores das províncias ultramarinas façam organizar um mapa estatístico de todos os degredados existentes nas suas respetivas províncias em conformidade com o modelo adjunto e o submetam com a possível brevidade à Direção Geral do Ultramar dando conta sucessivamente pela mesma Direção Geral dos óbitos dos mesmos degredados que se verificarem depois da organização do referido mapa. O que pela

27 Civis condenados a degredo.

28 Ambos militares.

29 No período em análise adido refere-se ao praça que havendo cumprido a sua pena, e em falta de condições para regressar ao Reino, solicitava para ficar adido ao Depósito.

30 1ª Repartição se o condenado fosse civil, e 4ª repartição se o condenado fosse militar.

31 1ª Secção da Repartição Central (6ª Repartição) da DGU.

32 As condenações deste contingente eram ordenadas pelos Juizes de Comarca.

Secretaria-geral se comunica ao Governador-geral de Angola para seu conhecimento e devidos efeitos.»³³

O modelo adjunto apresentava os campos que deveriam ser preenchidos: «nome», «idade», «estado», «naturalidade» e «crimes que cometeram» na primeira metade da grelha de registo. Na outra encontram-se sete campos de preenchimento: «anos de degredo a que foram condenados»³⁴; «localidade onde estão cumprindo degredo»; «época em que embarcaram»; «procedimento que têm tido»; «castigos que têm sofrido e os seus motivos»; «família que têm consigo»; e «observações».

Com o recebimento das relações de degredados solicitadas às províncias procedeu-se na primeira repartição da Direção Geral do Ultramar à escrita de livros almejando centralizar o registo dos sentenciados a degredo³⁵. A primeira tentativa de controlo deste fenómeno, de forma sistemática, remonta a 1881. E através desta iniciativa compilaram-se registos de 1860 a 1885 respeitantes a Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Angola e Cabo Verde. Contudo, cada livro apresenta diferentes tipos de registo. No livro de Moçambique além de terem os registos sido feitos de forma bastante espaçada, não foram numeradas as páginas, ou sequer registado o crime cometido o que dificulta a leitura, através daquele registo, do fenómeno naquela província.³⁶ Por outro lado, o preenchimento do livro de S. Tomé e Príncipe apresenta um registo completo entre 1867-1886, elencando não só os crimes cometidos como enumerando sequencialmente cada um dos registos.³⁷ Apesar da circular cada Governador enviou dados com configuração própria, atendendo-se a intervalos temporais díspares. Cabo Verde foi, entre todas as províncias ultramarinas, a província que menos dados retornou à Direção Geral do Ultramar. Pela historiografia sabe-se que não era frequente o envio de degredados para o arquipélago sobretudo pelas boas condições climatéricas que oferecia.³⁸ Angola, atendendo ao destaque tido no fenómeno, enviou

³³ PT/AHU/SEMU/DGU_1L_Lv 480,126. A circular data de outubro de 1881, ainda antes da aprovação do primeiro Regulamento dos presídios no ultramar.

³⁴ Sobre a contagem de tempo dos deportados ver: *Boletim Militar do Ultramar*, nº5 (1878), 32.

³⁵ Apesar dos números de ordem inscritos nos livros estes não se referem à inscrição de degredados, mas à ordem atribuída na DGU pelo serviço de registo de pessoal. Isto porque além do registo de degredados encontram-se livros de registo para o pessoal da Magistratura Judicial: Juizes de 1ª e 2ª instâncias, Delegados do Procurador da Coroa e da Fazenda, e para o pessoal das missões cf. art.103º Decreto de 13 de agosto de 1902.

³⁶ PT/AHU/SEMU/DGU- 1B, Mç 2901- Lv nº12.

³⁷ PT/AHU/SEMU/DGU-1B, Mç 2901- Lv nº 11.

³⁸ PT/AHU/SEMU/DGU-1B, Mç 2901- Lv nº18.

dados que permitiram a sua reconstituição para o período compreendido entre 1847 - 1887.³⁹

Depois da iniciativa de Marques Vilhena, e da extinção do registo central dos condenados, deu-se outra etapa deste ato: os registos do Depósito geral. A documentação consultada no Arquivo Histórico Ultramarino é referente, na sua grande maioria, ao expediente trocado entre a Direção Geral do Ultramar e o Depósito Geral de Degredados, na fortaleza de S. Miguel. Porém, sendo de esperar encontrar documentação relativa a esta nova etapa, circunscrita de 1884 a 1910, não se encontraram relações de envio de degredados da Direção Geral, e tão-pouco mapas do Depósito Geral para todos os anos. Os testemunhos que se podem consultar constituem um acesso parcial de um fenómeno que muito fica silenciado pelo(s) arquivo(s). Embora os registos pudessem ter sido remetidos, à época.

Além dos mapas de movimento mensal, os mapas de movimento anual do Depósito geral de degredados em Angola procuravam ser uma forma eficaz de informar ao Diretor Geral do Ultramar tanto do aumento como da diminuição de degredados em Angola. No cabeçalho do mapa, na horizontal, encontravam-se os seguintes campos para preenchimento: «designação», «idade»⁴⁰, «estado»⁴¹ e «instrução»⁴². Na vertical, existiam duas grandes colunas, uma para registar o aumento e outra a diminuição de sentenciados no decurso do ano civil. O aumento podia dever-se ao facto de: «terem assentado praça»,⁴³ «vieram»⁴⁴, «recolheram»⁴⁵. Por sua vez a diminuição de degredados no Depósito podia dever-se a: «baixa»⁴⁶, «passaram»⁴⁷, «foram reformados», «desertaram», «prisioneiros ou extra-viados», «morreram».

O registo seria uma forma de ter presente, porque centralizada, a informação que aos degredados respeitava evitando abusos. Ainda assim não se figura plausível que estes registos tivessem sido remetidos, na inte-

³⁹ PT/AHU/SEMU/DGU-1B, Mç 2901- Lv nº7.

⁴⁰ Entre os 22-44 anos.

⁴¹ Opções: solteiros; casados; viúvos, os últimos dois com a possibilidade de declarar a existência ou ausência de filhos.

⁴² Opções: primária; secundária e superior, havendo várias subcategorias dentro de cada nível.

⁴³ Opções: voluntários, recrutados, refratários, compelidos, readmitidos, substitutos.

⁴⁴ Opções: do ultramar; do exército do reino; das guardas municipais e fiscais.

⁴⁵ Opções: deserção; cumprir sentença.

⁴⁶ Opções: tempo completo; indevidamente recrutados; incapacidade física; sentença.

⁴⁷ Opções: reserva; outros corpos; exército do reino; corpos sedentários; guardas municipais; guarda-fiscal.

gra, à Direção Geral do Ultramar. Considerando a circular de Marques Vilhena no ano de 1881 solicitando a remessa dessa informação, e mais tarde a reforma de Ferreira do Amaral tentando remediar o assunto. Atendendo a que não poderia seguir para ultramar quem não levasse guia de marcha equacionou-se esse registo como estratégia para recuperar o registo de degredados, no período em análise. Porém, ao consultar a documentação os elementos apresentados são insuficientes para qualquer consideração. As guias não apresentavam o motivo pelo qual eram passadas apenas identificando: o destino do embarcado, o vapor onde seguiu, e o seu nome. Além destas informações, caso os embarcados fossem militares surgiam ainda as patentes. Os livros de registo das guias de marcha apresentam índices onomásticos, porém não surge qualquer descritor associado ao nome do embarcado que permita perceber o motivo pelo qual se passou o documento.⁴⁸

Contudo, e do que se encontrou em arquivo, não sendo passível tirar maiores conclusões encontram-se bons indicadores do fenómeno: por exemplo o registo de deportados entre 1891-1915. Este registo foi feito em livro, de forma aparentemente sistemática e integral, atendendo o termo de abertura: «Registo de praças que vão cumprir deportação militar nas províncias ultramarinas, com princípio a 6 de janeiro de 1891»⁴⁹ e as múltiplas entradas. Um registo que evidencia a matrícula do militar, a província onde serviu, o corpo a que pertenceu e a pena que lhe foi aplicada. Através da sua análise estimam-se em cerca de 7.800 os praças deportados ao longo dos quase 25 anos de registo. Este registo, a ser integral, permite calcular uma média de 300 praças deportados por cada ano civil.⁵⁰

De sublinhar que os militares sentenciados a degredo podiam ou não estar ao serviço do ultramar. Caso não estivessem ao serviço do ultramar a Direção Geral do Ultramar receberia do Depósito de Deportados⁵¹ uma a relação dos praças *incorporados* que aguardavam transporte para ultramar.

⁴⁸ A numeração das guias de marcha nos respetivos livros de registo não se verifica dependente do ano civil, mas do registo no livro. Sempre que se iniciava novo livro reiniciava-se a numeração.

⁴⁹ PT/AHU/SEMU/DGU_1B_Lv 638.

⁵⁰ Silva Telles mostrou uns valores que supostamente seriam os valores de inscritos no Depósito geral de Degredados, em Luanda entre 1883 e 1888. 1883-768 inscritos; 1884-131; 1885-30; 1886-33; 1887-5; 1888-2. Estes valores valem o que valem atendendo a que o autor não mencionou a fonte dos dados. Ainda assim, são tecidas considerações sobre aqueles totais, como a sua distribuição por: sexo, idade, crime e proveniência. (TELLES, 1903: 13-27) Recentemente, Timothy Coates tornou a referir esta aferição numérica como uma questão sensível associada à temática. (COATES, 2014: 61-67)

⁵¹ Quartel em S. Julião da Barra. O expediente era remetido do Diretor do Depósito de Deportados ao Director Geral do Ultramar.

Os ofícios remetidos apresentam na lateral esquerda um timbre do Depósito de Deportados, na lateral direita o documento recebia o carimbo de entrada na repartição central da Departição Geral do Ultramar. Este registo compreendia a data de entrada, o número atribuído ao negócio entrado, e a repartição para onde seria remetido, no caso a repartição militar. Além do ofício, seguia uma folha de registo identificando o corpo a que pertenciam os militares, os seus números de matrícula, nomes, ocupações, e algumas observações. No caso dos praças, ao serviço do ultramar, o processo era interno. O seu registo estava contido nos mapas de movimento que os Comandantes dos depósitos de degredados enviavam aos Governadores das províncias. Mapas estes que eram posteriormente remetidos pelos Governadores à Direção Geral do Ultramar.

Analisados os livros de registo elaborados pela primeira repartição da Direção Geral do Ultramar, na sequência da circular de 1881, os crimes mais frequentes compreendiam: ofensa à integridade de vários graus, e delitos de propriedade, mesmo que na forma tentada. No que trata ao género, o degredo não se passava apenas no masculino, Timothy Coates identificou a presença feminina neste processo desde 1510, inicialmente com as órfãs, e depois as prostitutas. No que tratava ao sentenciamento feminino, entre 1870 e 1910, verificaram-se algumas ocorrências, ainda que residuais comparativamente ao masculino. Aparentemente, o crime mais praticado era o de homicídio com recurso a envenenamento.

O estudo do degredo enquanto fenómeno convoca várias realidades e como tal necessita do apoio de vários saberes. No que à Arquivística Histórica respeita pretendeu-se deixar um contributo, ainda que assumidamente modesto, explorando para o caso o arquivo da Direção Geral do Ultramar. Verificou-se, porém que o fenómeno tanto pela componente legal, moral e humana pouco tem de simples, uma complexidade que se plasma nos documentos. Os arquivos além de repositórios de fontes primárias são mostras de magnitude vária: de fenómenos sociais e políticos, mas também de dificuldades administrativas. Sem um registo central dos degredados, fazer a leitura entre o que é mencionado no estado dos Depósitos e o que efetivamente lá foi passado, podem ser realidades apartadas. Ainda assim, os registos dos degredados encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino possibilitam algumas leituras, mesmo que relativas e parciais, do que foi o degredo português na sua última fase.

Referências bibliográficas

Documentação de arquivo

- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - *Livros de registo de guias de marcha*, Lv 917- Lv 929.
- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - *Registo de deportados*, Lv 638, Cx 769; Cx 770_1; Cx 771; Cx 772; Cx 774- Cx 780.
- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - *Registo de degredados*. Mç 2901 - Lv nº12 «Moçambique». Mç 2901- Lv nº 11 «S. Tomé e Príncipe». Mç 2901- Lv nº 7 «Angola». Mç 2904 - Lv nº18 «Cabo Verde». Mç 2348 - doc. simples (não numerado).
- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - *Correspondência expedida pela 1ª repartição da Direção Geral do Ultramar para Angola*, Lv 480.
- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - *Consultas à Junta Consultiva do Ultramar*. Cx1. D.42; Cx 35.
- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - *Liquidações de débitos e crédito de deportados*. Mç 2179.
- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - *Relações de efetividade de praças deportados*. Mç 2268; Mç 2269; Mç 2270.

Legislação⁵²

- ALVARÁ, 1613, 13 de set. *Collecção da Legislação Portuguesa compilada e anotada por J. J. Andrade e Silva*. 1613-1619. Lisboa: Imprensa de J.J. Silva, 1855. 21. [Sobre o assentamento dos degredados].
- DECRETO, 1642, 14 de jul. *Boletim do Conselho Ultramarino*⁵³- *Legislação Antiga*⁵⁴. Vol. I. 1446-1754. Lisboa: Imprensa Nacional⁵⁵, 1867. 238. [Criação do Conselho Ultramarino].
- DECRETO, 1642, 17 de jul. *BCU - LA*. Vol. I, 1446-1754. Lisboa: IN, 1867. 239. [Regimento do Conselho Ultramarino].
- DECRETO, 1658, 19 de jul. *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa compilada e anotada por J. J. Andrade e Silva*. 1657-1674. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856. 23. [Sobre as certidões do assentamento dos degredos].
- ALVARÁ, 1736, 28 de jul. *BCU - LA*. Vol. I, 1446-1754. Lisboa: IN, 1867. 409. [Alvará mandando que as três Secretaria de Estado, das Mercês e Expediente e da Assinatura, tenham o título de Secretarias de Estado, sendo uma destinada aos Negócios Interiores do Reino; outra para a Marinha e Domínios Ultramarinos; e a última para os Negócios Estrangeiros e da Guerra, e respetivas atribuições].

⁵² Na apresentação das referências dos textos legislativos omitiu-se o cabeçalho formal «PORTUGAL. Leis, decretos, etc.» em todas as referências.

⁵³ Boletim do Conselho Ultramarino surgirá abreviado nas próximas referências por BCU.

⁵⁴ Legislação Antiga surgirá abreviado nas próximas referências por LA.

⁵⁵ Imprensa Nacional surgirá abreviado nas próximas referências por IN.

- DECRETO, 1833, 30 de ago. *BCU - LA*. Vol. II, 1755-1834, Lisboa: IN, 1867. 371. [Extinção do Conselho Ultramarino].
- CARTA LEI, 1835, 25 de abr. *BCU - LN*⁵⁶. Vol. I, 1834-1851. Lisboa: IN, 1867. 5-6. [Restabelecimento da Secretaria dos Negócios do Ultramar anexando-a a uma das seis Secretarias de Estado existentes].
- DECRETO, 1836, 7 de dez. *BCU - LN*. Vol. I, 1834-1851. Lisboa: IN, 1867. 15-18. [Primeira carta orgânica do ultramar].
- PORTARIA, 1839, 22 de abr. *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no anno de 1839*. 9ª série. Lisboa: IN, 1839. 50. [Sobre o transporte dos réus sentenciados a degredo para o ultramar].
- PORTARIA, 1843, 04 de jan. *Collecção official da legislação portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado de Silvais*. De 1843 em diante. Lisboa: IN, 1843. 1. [Recomendação para que os condenados a degredo fossem conduzidos ao Presídio da Cova da Moura].
- CÓDIGO PENAL DE 1852, 10 dez. *Collecção official da legislação portuguesa redigida por José M. Castro Netto Leite e Vasconcelos*. 1852. Lisboa: IN, 1853. 670-736.
- ATO ADICIONAL, 1852, 5 de jul. *BCU - LN*. Vol. II, 1852-1856. Lisboa: IN, 1869. 5-8.
- PORTARIA, 1856, 7 de jul. *Col. official da legislação portuguesa redigida por José M. Castro Netto Leite e Vasconcelos*. 1856. Lisboa: IN, 1857. 36-37. [Sobre o tratamento aos degredados a bordo e da obrigação destes consultarem a Junta de Saúde, no ultramar].
- PORTARIA, 1856, 7 de jul. *BCU - LN*. Vol. III (1857-1862) Lisboa: Imprensa Nacional, 1868. 154. [Sobre o estabelecimento de deportados e degredados no Bazaruto].
- CÓDIGO PENAL E DISCIPLINAR DA MARINHA MERCANTE PORTUGUESA, CARTA LEI, 1864, 4 de jul. *Collecção da Legislação Novíssima do Ultramar*⁵⁷ - 1864 a 1866. Vol. V. 2ªed. Lisboa: IN, 1895. 210-220.
- DECRETO, 1867, 05 de set. *Collecção Official de Legislação Portuguesa*⁵⁸ - 1867. Lisboa: IN, 1868. 606. [Sobre as possessões ultramarinas para cumprimento da pena de degredo].
- LEI, 1867, 01 de jul. *COLP - 1867*. Lisboa: IN, 1868. 269-274. [Reforma penal e das prisões].
- DECRETO, 1869, 30 de nov. *COLP - 1869*. Lisboa: IN, 1870. 599-606. [Reforma do ensino primário no ultramar, decretando-se obrigatório o ensino primário].
- DECRETO, 1869, 1 de dez. *CLNU - 1868 e 1869*. Vol. VII. 2ªed. Lisboa: IN, 1896. 603-608. [Carta orgânica das instituições administrativas ultramarinas].
- DECRETO, 1869, 02 de dez. *CLNU - 1868 e 1869*. Vol. VII. 2ªed. Lisboa: IN, 1896. 726-742. [Reorganização do serviço de saúde naval].
- DECRETO, 1869, 03 de dez. *CLNU - 1868 e 1869*. Vol. VII. 2ªed. Lisboa: IN, 1896. 742-748. [Organização geral do serviço das obras públicas nas províncias ultramarinas].

⁵⁶ Legislação Novíssima será abreviado nas próximas referências por LN.

⁵⁷ Collecção da Legislação Novíssima do Ultramar será abreviado por CLNU.

⁵⁸ Collecção Official de Legislação Portuguesa será abreviado nas próximas referências por COLP.

- DECRETO, 1869, 09 de dez. *CLNU - 1868 e 1869*. Vol. VII. 2ªed. Lisboa: IN, 1896. 65-777. [Criação de colónias penais para cumprimento da pena de degredo no ultramar. Regulamento das colónias penais no ultramar].
- LEI, 1881, 27 de dez. *COLP - 1881*. Lisboa: IN, 1882. 421-425. [Regulamento para os presídios no ultramar].
- Regulamento, 1883, 15 fev. *CLNU - 1883 e 1884*. Vol. XII. Lisboa: IN, 1886. 22-48. [Regulamento para o Depósito penal de degredados em Angola.]
- LEI, 1884, 14 de jun. *CLNU - 1883 e 1884*. Vol. XII. Lisboa: IN, 1886. 309-337. [Reforma penal].
- DECRETO, 1886, 16 de set. *COLP - 1886*. Lisboa: IN, 1886. 653-691. [Código Penal].
- DECRETO, 1894, 17 de fev. *COLP - 1894*. Lisboa: IN, 1895. 63-65. [Criação em Angola de novo Depósito de degredados.]
- DECRETO, 1902, 13 de ago. *CLNU - 1902*. Vol. XXX. Lisboa: Companhia Typographica, 1903. 1564-1604. [Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e do Ultramar e respetivas corporações consultivas.]
- DECRETO, 1907, 26 de dez. *COLP - 1907*. Lisboa: IN, 1908. 1165-81. [Regulamento do novo Depósito de degredados em Angola.]

Publicações oficiais

- Portugal. Direção Geral do Ultramar. *Collecção dos Boletins Militares do Ultramar do anno de 1878*. Lisboa, Imprensa Nacional: 1879. 1º vol. 1870-1880.
- Portugal. Governo Geral de Angola. *Boletim Oficial de Angola*. Luanda: Imprensa do Governo, 1845-1910.
- Portugal. Governo Geral de Moçambique. *Boletim Oficial de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa do Governo, 1854-1910.

Bibliografia

- ABRANTES, Maria Luísa; INFANTE, M.; MARTINHEIRA, J. Sintra (1999) – *Macau e o Oriente no AHU: 1833-1911*. Macau: IC de Macau.
- ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Coord.) (1998) – *O Império Africano (1825-1890)*. Volume X. Nova História da Expansão Portuguesa. Dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa.
- BRANCO, Rui – «A vida política» In PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Dir.) (2013). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Vol. 2. ALMEIDA, Pedro T. (Coord.). Carnaxide: Mapfre/Ed. Objectiva. 31-77.
- CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana M. (2014) – «A expansão da Coroa Portuguesa e o estatuto político dos territórios» In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima - *O Brasil Colonial, II vol. (1580-1720)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 51-106.
- COATES, Timothy J. (1998 – *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Ed. Comerações dos Descobrimentos Portugueses; (2014) *Convict labour in the Portuguese empire, 1740-1932: redefining the empire with forced labour and new imperialism*. Brill: Leiden-Boston.
- CORVO, João Andrade (1884) – *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*. Vol. II. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

- CUNHA, Anabela (2013) – «Degredo para Angola: sentença de morte lenta». *Locus - Revista de História*. Juiz de Fora. v.18, n.02. 87-104.
- DIAS, Jill «História da colonização (1991) – África (século XVII-XX)». *Ler História*. Lisboa. 21. 128-145.
- DIRKS, Nicholas B. (2000) – “The crimes of Colonialism: an anthropology and the textualization of India”. In PELS, Peter; SALEMINK, Oscar (eds.) *Colonial subjects - Essays on the practical history of Anthropology*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.153-177.
- EÇA, Filipe G. Almeida de (1950) – *De degredado a Governador*. Lisboa: Tipografia Severo Freitas.
- LIMA, José Joaquim Lopes de (1844) – *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa ocidental e Oriental; na Asia ocidental; na China e na Oceania: Escriptos de ordem do Governo de Sua Magestade Fidelissima a Senhora D. Maria II*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MINISTÉRIO DO ULTRAMAR (1969) – *Relatórios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1870*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- MOREIRA, Adriano (1954) – *O problema prisional do ultramar*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- PANTOJA, Selma (1998) – «A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)». *Revista Textos de História*. Lisboa. Vol. 6. 2º-3º, 185-210.
- PAIXÃO, Braga (1970) – *O historiador Rebelo da Silva - Ministro da Marinha e do Ultramar*. Lisboa: AGU.
- RAMOS, Rui (2012) – *Uma «revolução social»* In RAMOS, Rui (Coord.) - *História de Portugal*. 7ªed. Lisboa: Esfera dos Livros. 493-496.
- REGO, A. de Silva (1970) – *O Ultramar português no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: AGU.
- SANTOS, José Bezeza dos (1932) – «O degredo e a sua execução em Angola» *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra. 12, 161-201.
- SILVA, Amândo Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2008) – *Das «ciências» documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Cristina N. (2006) – «Uma justiça «liberal» para o Ultramar? Direito e organização judiciária nas províncias ultramarinas portuguesas do século XIX» *Revista do Ministério Público*. Lisboa. 103, 165-200.
- STOLER, Ann (2002) – «Colonial archives and the arts of governance». *Archival Science*. Boston. 2, 87-109.
- TELLES, Silva (1903) – *A transportação penal e a colonização*. Lisboa: Typ. da Livraria Ferin.

Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra – ponto de partida para questões e reflexões¹

Personal and family fonds of the Archive of the University of Coimbra – starting point for questions and reflections

GRACINDA MARIA FERREIRA GUEDES
Técnica Superior de Arquivo
Arquivo da Universidade de Coimbra
gracinda.guedes@auc.uc.pt

Artigo enviado em: 22 de fevereiro de 2017
Artigo aprovado em: 30 de maio 2017

RESUMO

Tendo como ponto de partida os fundos pessoais e familiares existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), o presente artigo versa sobre a importância destes fundos e a especificidade que resulta do carácter singular inerente ao seu produtor. Abordaremos, ainda, a metodologia de análise e o tratamento a que devem ser submetidos, de modo a preservar a sua estrutura e a revelar, através da descrição arquivística, o seu contexto de produção. No decurso desta análise, não deixaremos, ainda, de aflorar as questões e reflexões que, amiúde, ensombram/interpelam o espírito do arquivista no decurso da identificação e organização dos fundos e na sua divulgação.

¹ O presente artigo teve a sua origem na comunicação apresentada na 2ª sessão do Ciclo de conferências e debate: *“Arquivos de Família. Património, Memória e Conhecimento”*, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no dia 29 de outubro de 2016.

PALAVRAS CHAVE: Fundos pessoais e familiares; Tratamento documental; Descrição arquivística; Fundos.

ABSTRACT

Taking as its starting point the personal and family fonds existing in the Archive of the University of Coimbra (AUC), this article discusses the importance of these fonds and the specificity resulting from the natural character inherent to their creator. We will also discuss the methodology of analysis and the management to which they must be submitted, in order to preserve their structure and to reveal, through the archival description, their production context. In the course of this analysis, we also want to approach the questions and reflections which often cloud/challenge the mind of the archivist in the course of the identification and organization of the fonds and in their dissemination.

KEYWORDS: Personal and family fonds; Archival processing; Archival description; Fonds.

Introdução

O Arquivo da Universidade de Coimbra tem, na presente data, 27 (vinte e sete) fundos² pessoais e familiares, integrados no grupo a que foi atribuído o código de referência: PT/AUC/PFM³.

² Elegemos o termo “fundo” em detrimento de outros ou de expressões como “arquivo”, “acervo” ou “sistemas de informação”, por privilegiarmos uma terminologia normalizada, adotada pela norma internacional ISAD(G), pelas ODA e pelos documentos técnicos emanados do CIA e da DGLAB.

Para nós, fundo assume o significado expresso na tradução da ISAD(G) – “[c]onjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções” (CIA, 2002: 13) e, nas ODA (Portugal. DGARQ, 2007: 302), – “[c]onjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções”.

Este termo foi, ainda, o escolhido pela equipa responsável pela realização do “Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra” (2015) para designar estas entidades arquivísticas.

Por último, “fonds” foi igualmente o termo eleito pelos membros do ICA, constituintes do EGAD, utilizado na redação do documento “Records in contexts: a conceptual model for archival description” (setembro 2016).

Pelas razões expostas, presumimos ser o termo atual e o mais adequado neste contexto.

³ Neste código de referência, PFM corresponde ao grupo de fundos Pessoais e Familiares.

Tal como referido pelos múltiplos autores que abordam esta temática, a diversidade é, muito provavelmente, a característica que melhor singulariza estes fundos. Daqui resulta o consenso que o tratamento de fundos deste género constitui “tarefa nada fácil de realizar”, patente na maioria dos artigos/estudos que a ele se dedicam⁴.

Essa diversidade advém, desde logo, da singularidade inerente à condição humana e às contingências da sua existência – os interesses, as atividades, o percurso de vida, tudo no indivíduo é único e irrepetível; e, por outro lado, do facto de estes arquivos não serem gerados em contexto administrativo, logo, desprovidos de normas ou regulamentos que determinem a produção, gestão e a acumulação das espécies documentais. Por esta última razão, aliás, durante longos anos foi-lhes negado o estatuto de arquivo.

Seguindo de perto LIMA (2016: 3 e ss), só no final da década 50 do século XX, pela mão de T. R. SCHELLENBERG⁵, estes arquivos (considerados pelo autor, na sua totalidade) viriam a adquirir, por fim, este estatuto. Antes dele, autores como JENKINSON (1937)⁶ já tinham considerado a documentação pessoal e familiar como arquivos; porém, da documentação acumulada, apenas eram consideradas as séries associadas ao desempenho de atividades profissionais, em contexto administrativo.

O facto de estes fundos serem considerados como meras coleções – tal como proposto pelo “Manual dos Arquivistas Holandeses”⁷, em 1898, por ainda não terem sido reconhecidos como fundos orgânicos, resultantes das atividades do seu produtor⁸ – e tratadas com recurso às práticas e normas utilizadas nas bibliotecas para o tratamento das coleções bibliográficas, resultou, na prática, na não adoção de procedimentos comuns “coerente com a teoria arquivística”⁹.

Abreu PEIXOTO (2002: 79) refere, ainda, as dificuldades que resultam da imprecisão terminológica, nomeadamente na indeterminação do conceito de *arquivo de família*, o que faz com que, frequentemente, se trate como

⁴ Olga GALLEGO DOMÍNGUEZ (1993: 47), ao abordar a organização destes fundos, caracteriza-os como sendo de “caráter heterogéneo, fragmentário e incoerente formados, na sua grande maioria, por documentos soltos”.

⁵ SCHELLENBERG (2003), *apud* LIMA (2016: 4).

⁶ JENKINSON (1937), *apud* LIMA (2016: 3).

⁷ MÜLLER, FEITH & FRUIN (1973).

⁸ De acordo com Luciana DURANTI (1994b: 332), este facto teve a sua origem na lei romana que determinava que apenas as autoridades públicas podiam ter arquivo; corroborado por Abreu PEIXOTO (2002: 79), que o justifica pelo facto de se tratar de um arquivo criado por “instituição não sujeita a regras administrativas”.

⁹ CAMARGO, 2009: 28.

“arquivo” o “que afinal é verdadeiramente uma coleção ou conjunto de documentos”¹⁰.

Atualmente, reconhecido o estatuto de arquivo pessoal e/ou familiar por parte expressiva da comunidade científica – o que é patente, aliás, na definição de fundo nas normas internacionais do CIA – subsiste, porém, a falta de uniformidade e de normalização das práticas e da terminologia utilizadas no seu tratamento documental¹¹, também evidente na descrição arquivística¹².

Alguns autores atribuem estas dificuldades à diversidade do âmbito e conteúdo destes fundos, bem como ao seu contexto de produção, por se tratar de uma “representação persistente de funções, processos, incidentes, eventos e atividades”¹³.

Ora, sendo este o impedimento, nenhum arquivo poderia ser tratado metodologicamente. Não existem dois arquivos iguais, apesar de haver alguns com semelhanças, decorrentes de contextos funcionais análogos, mas que se cingem às tipologias documentais produzidas, resultantes da similitude das atividades e das estruturas funcionais que cumprem iguais funções. Pode, inclusivamente, haver documentos aparentemente iguais, em vários arquivos; porém, a razão que determina cada um faz dele único no seu contexto.

De acordo com DURANTI (1994), o arquivo é uma “evidência dos atos do seu criador, sendo os documentos a prova desses atos”¹⁴; assim, cada registo é único porque cada ato assim o é!

¹⁰ No AUC, as coleções Belisário Pimenta; Cód. Ref.: PT/AUC/COL/BP e Condes dos Arcos; Cód. Ref.: PT/AUC/COL/CA foram, à data de ingresso, consideradas como sendo fundos; porém, uma análise feita à luz da atual definição de arquivo veio a revelar tratar-se de coleções reunidas pelos seus colecionadores, impelidos por motivações mais ou menos explícitas.

¹¹ Expressão usada por BELLOTTO (2004), muito associada a arquivos permanentes, e vulgarmente utilizada, quer pela comunidade científica, quer entre os profissionais da informação, pretendendo traduzir – *grosso modo* – todo o processo de identificação, organização, descrição e divulgação dos acervos documentais. A PN 4041 (2005: 17) adota a expressão “tratamento arquivístico”.

¹² HEREDIA HERRERA (2010: 165), a respeito da descrição, privilegia a expressão “descripción archivística” em detrimento de “descripción documental”, pela sua “ampliación más allá de los documentos de archivo que dejarán de ser objeto exclusivo de la descripción aunque seguirán siendo obligatorios y prioritarios en esta función y en su proceso, pero ahora habremos de extendernos a los contextos con ellos relacionados, que al convertirse en objetos de la descripción no serán sino unidades de descripción también”. No mesmo artigo a referida autora rejeita, uma vez mais, a adoção de um mesmo método de descrição para arquivos e bibliotecas.

¹³ YEO (2007) *apud* CAMARGO (2009: 28).

¹⁴ DURANTI (1994) *apud* RODRIGUES, 2006: 104. No artigo, Duranti refere que o criador do fundo tanto pode se uma “entidade coletiva, pública ou privada” (...) como “uma pessoa”.

Daqui advém a razão para que cada arquivo – no geral, e pessoal e familiar, em particular – seja irrepetível ou não se tratasse de um conjunto de documentos produzidos e acumulados no decurso da vida do seu produtor, igualmente uno, resultante do “conjunto das suas obrigações, direitos e dos seus gostos”¹⁵.

A sua diversidade deve, ao invés de constituir um problema, ser visto como uma mais valia. A riqueza que alguns destes fundos albergam constitui um verdadeiro manancial de fontes documentais, que permitem complementar as existentes, produzidas nas instituições públicas. Regularmente, revelam-se ainda mais ricas, por não terem sido submetidas a um crivo de “censura”, característico da documentação produzida em contexto administrativo, especialmente a de produtores que desempenharam funções/cargos públicos. Como salienta GALLEGO DOMÍNGUEZ (1993: [11]), “arquivos privados contêm testemunhos e informações que revelam facetas íntimas do seu produtor, mas também a sua projeção social, pública, política, económica, religiosa, ideológica”, entre outras. Como bem refere Terry Cook, “os arquivos são evidências das transações da vida humana” (COOK, 1998: 131).

Por outro lado, em determinadas circunstâncias estes arquivos são a única fonte de informação de acontecimentos relevantes para a constituição da “memória individual e coletiva”¹⁶, memória essa considerada por Fernanda Ribeiro “como fator identitário das pessoas, (...) dos povos e das nações” (RIBEIRO, 2012: 58) quando, por qualquer vicissitude, os arquivos das instituições públicas foram desmantelados ou destruídos, deliberadamente ou não, e irremediavelmente perdidos.

Os arquivos pessoais e familiares existentes no AUC caracterizam-se, tal como os seus congéneres, precisamente por uma grande heterogeneidade.

Distribuídos por cerca de 700 unidades de instalação, os documentos atestam a realização de atos, distribuídos por uma extensão cronológica de mais de sete séculos e meio, de 1221 a 1989.

Quanto mais não fosse pela extensão temporal que abrangem, refletem distintos regimes políticos, épocas de características sociais e culturais muito contrastantes, o que, só por si, já lhes confere interesse e potencial relevância.

As formas de ingresso – as que são conhecidas – foram igualmente distintas, tendo uns sido doados, outros transferidos, comprados, depositados ou legados.

¹⁵ GONÇALVES (1996: 30).

¹⁶ BARROS (1989: 30) *apud* CAMARGO (2009:28).

Nestes fundos, os idiomas mais comuns são português, francês, latim, inglês, italiano, alemão.

Encontramos documentos textuais e não textuais e, no que respeita aos suportes, o papel e o pergaminho são os que mais abundam – surgindo nos mais diversos formatos –, registando-se, ainda, a presença de vidro, película fotossensível, metal¹⁷, couro e tecido.

Tal como já foi anteriormente referido, o âmbito e o conteúdo destes fundos caracterizam-se pela riqueza e diversidade de tipologias documentais, fruto da “singularidade orgânica que lhe confere sentido” e por refletir as “atividades, dinâmica e critérios” do produtor (HEYMANN, 1997: 43).

Sem terem de obedecer a qualquer regulamentação ou controlo que determine a produção e a acumulação¹⁸, as tipologias documentais não podiam ser mais díspares. Assim, surgem algumas muito frequentes e que esperaríamos, com naturalidade, encontrar e autênticas raridades, difíceis, mesmo, de explicar no contexto.

Entre as mais comuns, a correspondência¹⁹ assume grande destaque na grande maioria dos fundos desta natureza (originais recebidos, copiadores e duplicados ou rascunhos da expedida). Quase sempre, revela os contactos que o produtor do fundo havia estabelecido, permitindo vislumbrar relações pessoais, políticas, sociais, económicas, culturais e intelectuais que ajudam, de sobremaneira, à caracterização do produtor, no que respeita aos seus interesses, atividades, valores, crenças, ideologias e redes de contactos. Enquanto a correspondência pessoal, desprovida de grilhões impostos pelo socialmente correto, revela o produtor na sua mais genuína essência, a profissional encontra-se mais condicionada pelos formulários, protocolo das instituições e diplomacia das relações profissionais.

Comuns são, também, os Tombos de Medição e Demarcação²⁰, escrituras de constituição e administração do património pessoal e familiar, instrumentos de linhagem, documentos de concessão de privilégios e bene-

¹⁷ A mero título de exemplo, destacamos o colar e insignias da Ordem de Santiago de Espada e medalhas comemorativas existentes no fundo com o título Alberto Cupertino Pessoa; Código de referência: PT/AUC/PFM/ACP; datas de produção: 1906-1960.

¹⁸ Enquanto a produção é, à partida, uma ação não intencional e, natural, a acumulação depende do empenho do responsável do fundo, como refere HEYMANN (1997: 42 e ss).

¹⁹ A título de exemplo, destacamos o fundo de D. Francisco de Melo; código de referência: PT/AUC/PFM/FM; datas de produção: 1657-1660, o de Francisco Gomes Teixeira; código de referência: PT/AUC/PFM/FGT; datas de produção: 1886-1924 ou o de Joaquim de Carvalho; código de referência: PT/AUC/PFM/JC; datas de produção: 1921-1955.

²⁰ Esta tipologia é dominante no fundo da Casa e Ducado de Aveiro; Código de referência: PT/AUC/PFM/CDA; datas de produção: 1221-1797; datas de acumulação: 15471759.

fícios régios, testamentos, inventários de bens, documentos de identificação e/ou afiliação em instituições públicas e/ou privadas, diplomas que atestam a obtenção de graus académicos e apontamentos escolares da frequência ou preparação de aulas, bem como documentos resultantes do exercício de cargos públicos²¹, desempenho de funções e atividades profissionais.

Abundantes são, ainda, as coleções reunidas pelo produtor, que revelam interesses, projetos de investigação académica ou meros passatempos. Também estas são díspares: manuscritas ou impressas, variando entre apontamentos sobre um determinado tema, referências bibliográficas, transcrição de documentos reunidos, quer por uma temática específica, quer pelo âmbito territorial, recortes de imprensa, coleções de cartões, estampas, gravuras, postais, fotografias, panfletos, marcas-de-água, retratos, livros, entre outras²².

Entre as tipologias menos comuns nestes fundos do AUC, salientamos, a título de exemplo, a presença de uma “*sentença do Santo Ofício aos autos, culpas, confissões e declarações*” do Pe. António Vieira S.j. (1667) uma licença “para que elle possa só curar de Olhos” (1761), integradas no fundo Albino Maria Cordeiro²³, especialmente porque ainda não conseguimos estabelecer relação entre os documentos e o produtor do fundo; o manuscrito original do primeiro Código Civil Português, aprovado por Carta de Lei de 1 de julho de 1867, da autoria de António Luís de Seabra²⁴; uma dissertação manuscrita e uma pasta de quintanista existentes no fundo Júlio da Costa Cabral²⁵.

Um outro aspeto vulgarmente observado nestes arquivos é a presença de documentos que, inquestionavelmente, não pertencem ao fundo, *i.e.* não

²¹ A ilustrar este exemplo, referimos os copiadores de correspondência diplomática, cartas, despachos, memórias, minutas de tratados e convenções (fonte relevantes para o estudo das relações diplomáticas de Portugal com as nações europeias, nas épocas de D. João V e de D. José, bem como para a história dos antigos domínios ultramarinos portugueses, no século XVIII) existentes no fundo com o título Condes da Cunha; código de referência: PT/AUC/PFM/CC; datas de produção: 1648-1906.

²² O fundo Jardim de Vilhena, com 481 unidades de instalação, é dos fundos mais ricos em coleções, de que destacamos: Iconografias dos Reis de Portugal (D. Afonso Henriques - D. Manuel II), gravuras, retratos, postais, impressos relativos a Coimbra e à Universidade; desenhos, rótulos de hotéis, entre outras. Código de referência: PT/AUC/PFM/JV; datas de produção: 1600-1900; datas de acumulação: 1873-1966.

²³ Título do fundo Albino Maria Cordeiro; código de referência: PT/AUC/PFM/AMC; datas de produção: 1554 -1986; data de acumulação: 1840-1934.

²⁴ Título do fundo António Luís de Seabra; código de referência: PT/AUC/PFM/ALS; datas de produção: 1855-1856.

²⁵ Código de referência: PT/AUC/PFM/JCC; datas de produção: 1888-1888.

são parte integrante do conjunto orgânico em estudo, por razões múltiplas e variadas.

A título de exemplo do que acabamos de referir, citemos um Livro de Notas do tabelião Manuel Cardoso (1774-1890), existente no fundo pessoal de Mário Nogueira Ramos²⁶, uma Provisão da Rainha D. Maria a favor da Santa Casa da Misericórdia de Penela (1780), existente no fundo Albino Maria Cordeiro, ou o “Rol de doações e mais títulos do Cabido da Sé de C.^a” [c. Séc. XVIII], existente no fundo António da Rocha Madahil²⁷.

Não sendo evidentes as relações entre estes e os restantes documentos, a sua identificação deve suscitar a melhor curiosidade do arquivista, levando-o a averiguar as possíveis relações entre os documentos e o produtor. Não conseguindo descobrir a relação segura, não deixará de, pelo menos, formular hipóteses e, caso não vislumbre qualquer relação ou hipótese plausível, o documento deverá permanecer no fundo, até que se descubra um motivo para que ali se encontre.

Geralmente, a presença desses documentos pode advir do desempenho de funções²⁸, de passatempos do produtor, de colecionismo, de herança ou de qualquer outra circunstância ou vicissitude.²⁹ Presumindo a legalidade da posse, a legitimidade para que aí permaneçam impõe-nos, desde logo, as seguintes interrogações:

– Será lícito manter uma documentação num fundo com o qual não evidencia relações orgânicas, especialmente quando tal opção determina um vazio/hiato no fundo onde legitimamente deveria estar inserido?

O “Princípio de ouro da arquivística”³⁰ diz-nos que não!

– Até que ponto é que esta documentação fica suscetível de ser recuperada por quem dela necessite?

²⁶ Código de referência: PT/AUC/PFM/MNR; datas de produção: 1729-1958.

²⁷ Título do fundo: António da Rocha Madahil; código de referência: PT/AUC/PFM/ARM; datas de produção: 1906-1989; datas de acumulação: 1893/1969.

²⁸ À primeira vista, a presença da Provisão da Rainha D. Maria a favor da Santa Casa da Misericórdia de Penela (1780), no fundo de Albino Maria Cordeiro, poderia estar relacionada com o facto de o produtor do fundo ter exercido funções de provedor desta Instituição. Porém, o desfasamento temporal entre o exercício do cargo e a concessão da provisão afasta-nos desta 1ª hipótese e determina uma averiguação mais detalhada para apurar se este documento efetivamente pertence a este fundo ou ao fundo da Misericórdia, aqui se encontrando por qualquer vicissitude inaudita. Só um estudo arquivístico do fundo poderá (ou não!) esclarecer estas dúvidas.

²⁹ Tão pouco se coloca aqui a questão da legalidade da posse de alguma desta documentação, abrangida por diploma/disposição legal que determina o seu destino, que será abordada oportunamente, num outro artigo.

³⁰ LOPEZ, 2000: 380.

Pela experiência que temos na investigação de fundos, só com grande esforço/tempo de pesquisa ou por mero acaso se consegue recuperar documentos que estejam fora do seu contexto.

– Se é dever do arquivista promover o acesso à informação, estaremos a prestar um bom serviço ao investigador mantendo estes documentos em fundos a que são alheios?

Receamos, igualmente, que não!

Julgamos, portanto, que, uma vez estudado o fundo e confirmada a ausência de qualquer relação entre estes documentos e os fundos em que estão inseridos (arquivisticamente falando), aqueles devem ser integrados no fundo a que legitimamente pertencem, em estrita observância do primordial fundamento da ciência arquivística – “o respeito [pelos] fundos³¹ (ou princípio da proveniência, sob o ponto de vista externo)”³². Esta mudança deve ser meticulosamente descrita: no fundo de destino, no campo “Fonte imediata de aquisição e transferência”, deve ser mencionada a proveniência do documento e, no fundo onde foi encontrado, deve ficar uma nota dando conta dos documentos que foram “retirados” do fundo, seguida da referência completa e inequívoca do fundo onde foram integrados e, havendo necessidade, de uma breve explicação das razões que motivaram essa deslocalização.

Curiosamente, encontrámos nos fundos pessoais e familiares do AUC um exemplo de procedimento como o que atrás preconizamos.

A documentação do fundo Mário Nogueira Ramos³³ veio acompanhada por uma relação de documentos que o próprio designou por “Inventário de manuscritos depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra”³⁴, referindo que estes eram entregues ao AUC, a título de depósito, passando à sua posse à data da morte do produtor. Porém, consciente de que alguma documentação não lhe pertencia por direito, acrescentou: “exceptuam-se aqueles que devem pertencer a Arquivos Especiais, por disposição da Lei. Os quais se consideram desde já entregues”³⁵.

³¹ A proposta apresentada pelo grupo de especialistas em descrição arquivística, reunido pelo CIA (Conselho Internacional de Arquivos), que se encontrou em discussão até setembro de 2016, refere: “the rule of respect des fonds recognizes that the records that one person or group accumulates over the course of his, her, or its existence reflect and document that existence, and that together they constitute an interrelated whole, a coherent body of evidence” (CIA, 2016: 6).

³² DURANTI, 1994: 57.

³³ Código de referência: PT/AUC/PFM/MNR; datas de produção: 1729-1958.

³⁴ PT, AUC, Arquivo da Universidade de Coimbra (F), Correspondência recebida de diversas entidades (SR), 1938 – 1943 (UI), Inventário de manuscritos depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra, de 15-10-1938 (DS). Cota: AUC-IV-2ªE-10-3-7.

³⁵ *Idem, ibidem.*

O produtor, notário de profissão e investigador, manifesta assim a importância de preservar a integridade de cada arquivo como “um todo orgânico, que não pode ser desmembrado”³⁶.

O atual estado do tratamento e comunicação dos fundos

No AUC, todos os fundos dispõem de Instrumentos de Descrição – podendo ser: o inventário, o recenseamento, o catálogo ou as guias de remessa – feitos pelos técnicos do AUC ou pelos doadores e/ou produtores do fundo e que permitem aceder às unidades documentais quando solicitada por qualquer pessoa que dela necessite.

Em alguns casos, o tratamento foi sendo feito à medida que os fundos foram dando entrada no AUC, à luz das metodologias adotadas à época, sendo o catálogo o instrumento mais comum³⁷. Noutros, porém, não foram tratados, de todo, servindo a guia de entrega ou o recenseamento feito pelo doador como instrumentos de controlo e recuperação.

Em 1999, a mestre Maria João Padez de Castro publicou o “Guia das Coleções particulares do AUC”³⁸, com a descrição dos fundos e das coleções existentes à data. Seguiram-se outros estudos mais detalhados, igualmente publicados no Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra (BAUC), realizados pela referida autora, pela Dr.^a Ludovina Cartaxo Capelo e pelas mestres Carla Marques e Margarida Dias da Silva, de que resultaram inventários e catálogos de alguns destes fundos, tratados de acordo com as teorias e metodologias atuais, com descrição multinível, feita à luz da ISAD(G) e das ODA. Estes últimos estudos foram publicados no BAUC, agora em suporte digital, podendo ser consultados em: <https://impactum.uc.pt/>.

Para integrar o “Guia de Fundos do AUC”³⁹ – que alberga a descrição de 526 fundos e coleções – foi elaborada uma ficha normalizada de cada um dos fundos pessoais e familiares, com os campos obrigatórios da ISAD(G), para facilitar a difusão da informação e a sua recuperação.

A ficha está, ainda, acessível na plataforma de descrição arquivística Archevo, em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/>.

³⁶ MULLER, FEITH & FRUIN, 1973: 33.

³⁷ Destacamos, a título de exemplo, o Catálogo das Cartas de Jardim de Vilhena, publicado por António Rocha Madahil em 1932.

³⁸ CASTRO, 1999: p. 309-327.

³⁹ PAIVA (2015), também acessível em: http://www.uc.pt/auc/fundos/2015_GuiaFundos.

Como procedemos ao tratamento

É nossa firme convicção que a “organização do fundo se faz respeitando-se sua especificidade própria e os princípios gerais da arquivística” (DUCROT, 1998: 151)⁴⁰, que são: o respeito pelos fundos, como já referimos, e o respeito pela “ordem original (ou princípio da proveniência, sob o ponto de vista interno)”⁴¹. Esta, por seu turno é, necessariamente, precedida pela identificação, primeiro do produtor (pessoa ou família), e depois da documentação propriamente dita, dado que, como bem enfatiza Mendo Carmona (2004: 46), a “identificación posibilita la confección del cuadro de clasificación, elemento imprescindible de la organización de un fondo (...) e “favorece la normalización de los instrumentos de descripción y la planificación descriptiva del fondo”.

A adoção de uma metodologia qualitativa analítica – que, aliás, já usámos no tratamento de outros fundos e que também nos parece perfeitamente adequada para estes – permite-nos, numa 1ª fase de análise, “conhecer a instituição produtora e entender o contexto de produção dos documentos”⁴² (produtor, funções, atividades, relações, etc...).

Começamos, então, por averiguar a proveniência, *i.e.*, o responsável pela produção e acumulação do fundo⁴³, recorrendo a alguns exemplos existentes no AUC.

Não raras vezes, estes fundos, inicialmente atribuídos ao seu doador, revelam surpresas.

Umás vezes, trata-se do fundo da família, e não apenas de um produtor singular; noutros casos, ao invés de ser do doador, o fundo é de um familiar, responsável pela sua produção e acumulação; noutros, ainda, o fundo, que se julgava de um só produtor, revela incluir outro(s) fundos⁴⁴,

⁴⁰ GONÇALVES *et al.* (1996: 34) também abordam a aplicação destes princípios aos arquivos de família, subscrevendo a sua adoção.

⁴¹ DURANTI, 1994: 57.

⁴² MENDO CARMONA, 2004: 45.

⁴³ Apesar de já referido anteriormente, julgamos ser este o momento oportuno para relembrar o conceito inequívoco, aqui adotado, de “fundo” – “[c]onjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções” (IAN/TT, 2000: 13).

⁴⁴ A lista dos documentos (feita a partir do sumário, presumivelmente com o intuito de elaborar um catálogo) entregues por Albino Maria Cordeiro, que se julgava tratar de um fundo pessoal, além de inúmeros documentos relativos a seus familiares (nomeadamente uns que atestam o exercício de atividades e a constituição de património), revela, ainda, a existência de diversos documentos que apenas fazem sentido se inseridos no fundo da Misericórdia de Penela pelas evi-

normalmente o da sua família e/ou de instituições onde aquele exerceu funções.

No limite, o fundo pode, afinal, revelar-se um conjunto documental do arquivo de uma instituição, sem que exista qualquer ligação (aparente) entre o doador e o produtor do fundo, tal como acontece com o conjunto de documentos doados ao AUC, em 1949, pelo Dr. Sebastião Centeno Fragoso, sendo este, porventura, o colecionador – mas nunca o produtor – destes documentos inéditos; o que se julgava ser o seu arquivo pessoal, o tratamento arquivístico descobriu tratar-se, afinal, de um conjunto de documentos pertencentes ao arquivo do Real Colégio Ursulino das Chagas (de Pereira), já que uns materializavam atos aí celebrados e outros atestavam atividades desenvolvidas, sendo alguns assinados pelos responsáveis do colégio.

Neste caso, a documentação foi descrita no fundo a que pertencia, tendo o doador sido referenciado no campo “fonte imediata de aquisição ou transferência”, já que um investigador que procurasse documentação sobre o referido colégio muito dificilmente iria encontrar estes documentos se estivessem descritos no fundo com o nome do seu doador, por este não evidenciar qualquer relação com a instituição produtora do fundo.

O conhecimento do produtor e dos atos que determinaram a produção documental sobrevém da análise diplomática-arquivística, a qual permite identificar os “laços entre os componentes intelectuais de um documento e os elementos de uma ação específica (...) e mostra todos os tipos de interação entre pessoas e documentos”⁴⁵, feita através da “identificação, procedimento arquivístico que permite reconhecer os elementos inerentes à sua gênese (contexto de produção), que tornam o documento único entre os demais”⁴⁶.

Se a classificação⁴⁷, no nosso entender, é a tarefa mais exigente no tratamento de qualquer fundo, a total ausência de linhas de orientação – no que concerne aos cargos e às funções do produtor e a qualquer meio de disciplinar a produção do seu fundo – transforma a tarefa de classificar os fundos pessoais e familiares num enorme desafio. Daí, julgarmos por bem que esta apenas possa ser elaborada, de forma ponderada, após o cabal

dentes relações que tem com esta Instituição, não as revelando com o presumido produtor do fundo. Assim, a confirmarem-se estas primeiras evidências, ao invés de um fundo pessoal termos um fundo familiar e um de uma Instituição.

⁴⁵ DURANTI, 1994: 61.

⁴⁶ GUEDES, 2015: 26.

⁴⁷ Segundo ESTEBAN NAVARRO (1995: 90), a classificação apoia-se na existência de “certas propriedades ou atributos partilhados por todos os membros de uma dada classe”, referindo-se, a mero título de curiosidade, aos membros de uma família que partilham um sobrenome comum.

conhecimento do produtor e só depois de analisada a totalidade da documentação que temos em nossa posse.

Por vezes, a documentação é insuficiente para o conhecimento do produtor e, nesse caso, há que recorrer a outras fontes, de que falaremos adiante.

O estudo do produtor deverá compreender a biografia, os cargos, as funções, os passatempos, as relações sociais, familiares e/ou de amizade, as atividades científicas e intelectuais, ... e, os “estudos genealógicos” que, no dizer de LIMA (2016: 20), mediante a “reconstituição orgânica da família”, permitem contextualizar a “produção documental”; em suma, tudo o que identifique as origens e o percurso de vida e que caracterize as especificidades do responsável pela produção do fundo.

Sem este conhecimento prévio⁴⁸, a classificação, ao invés de potenciar o acesso à informação⁴⁹, pode causar fortes entraves à localização ou, até, a sua completa ocultação – a antítese do trabalho do arquivista, o que seria inconcebível.

Porém, só excepcionalmente encontramos na documentação as informações necessárias ao conhecimento cabal do produtor. Por regra, tal como já foi suficientemente referido, os documentos que chegam aos Arquivos definitivos são uma parte mínima do que foi produzido/acumulado pelo produtor. Este facto pode decorrer da seleção que o próprio fez ou, mais frequentemente, da que é feita pelos seus herdeiros ou pela fonte imediata de aquisição ou transferência ou, ainda, da dispersão do fundo.

A bibliografia faz referência⁵⁰ a diversas situações em que o próprio produtor faz uma seleção prévia, evidenciando, por vezes, critérios de seleção e, até mesmo, intencionalidades tendentes a exaltar determinadas facetas ou qualidades do produtor e a ocultar outras que considera menos prestigiantes⁵¹. Por vezes, os próprios herdeiros também fazem esta seleção, com o intuito de condicionar o conhecimento do produtor do fundo, eliminando ou colocando em evidência documentos que corroboram as características/atos que pretendem realçar:

⁴⁸ Este conhecimento é necessário para todos os fundos; porém, nos arquivos administrativos, a documentação produzida está, de alguma forma, regulamentada por diploma legal próprio, pelos estatutos, ou é determinado pelo cumprimento das funções. Desta forma, a classificação dos documentos é, de algum modo, facilitada pelo conhecimento da estrutura e pelas funções do produtor, o que não sucede nos arquivos pessoais e familiares, tornando-se este conhecimento fulcral e indispensável para estes últimos.

⁴⁹ É precisamente esta a função que ESTEBAN NAVARRO (1995: 98) associa à classificação, feita mediante a representação e a organização do conteúdo dos documentos.

⁵⁰ Cf. Philipp ARITÈRES (1998); Priscila FRAIZ (1998); entre outros.

⁵¹ HEYMANN (1997: 42 e ss).

Quanto à dispersão dos fundos, ela pode ser promovida pelo produtor⁵² ou pelos herdeiros ou fiéis depositários. Da responsabilidade do produtor são, por exemplo, a distribuição de partes do fundo por distintas instituições, ainda em vida, ou pelo seu legado testamentário. Quando na posse de herdeiros ou fiéis depositários, a fragmentação do fundo pode decorrer de partilhas ou ser movida por questões económicas. Mesmo entre herdeiros, é frequente a venda de documentação tida por economicamente valiosa, seja pela oportunidade de negócio, seja por desconhecêrem ou desvalorizarem a importância de manterem o arquivo íntegro e coeso.

Face à ausência de uma parte importante da documentação necessária para o estudo do produtor, a ser descrito no campo “história biográfica”, tem, necessariamente, de recorrer-se a fontes externas ao fundo. Para este conhecimento, BONAL ZAZO (2000: 176)⁵³ recomenda, além do material arquivístico, a “bibliografia”, a que acrescentamos outras fontes fidedignas, nomeadamente: fundos de instituições que o produtor tenha frequentado ou onde tenha exercido funções⁵⁴, arquivos de pessoas com quem tenha estabelecido relações, ou outros arquivos, desde que credíveis e, preferencialmente, constituídos por documentos primários⁵⁵.

⁵² A título ilustrativo, o arquivo produzido por António da Rocha Madahil encontra-se fragmentado e disperso por diversos Arquivos. Além do existente no AUC, que aqui foi entregue pelo seu bisneto, conseguimos localizar documentação na Torre do Tombo, com a referência: PT, DGLAB, António da Rocha Madahil (F). Código de referência: PT/TT/ARM, cuja descrição se encontra acessível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3907959>, e o catálogo do fundo disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/Antonio-Rocha-Madahil-Catalogo-final.pdf>. Existe, também, um espólio documental significativo oferecido ao Museu de Aveiro, cujo estudo se encontra acessível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/26431/1/Relat%C3%B3rio%20vers%C3%A3o%20final.pdf>. No Arquivo da Câmara Municipal de Ílhavo existe igualmente um fundo com o seu nome, resultante de dívidas feitas pelo próprio no decurso da criação e direção do Museu Marítimo de Ílhavo e de doações feitas pelo seu filho, após a morte do produtor, cuja descrição se encontra acessível em: <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/2998>. Esta fragmentação do arquivo compromete, frequentemente, a compreensão do todo, limitando ou ocultando o conhecimento integral do produtor e do fundo que produziu, como reflexo das suas ações.

⁵³ No quadro proposto pelo autor, os fundos a que se reporta são os produzidos em contexto administrativo, logo, com produção documental “disciplinada”; daí sugerir outras fontes, que julgamos inadequadas para os fundos que aqui nos ocupam.

⁵⁴ A título ilustrativo, para o estudo do campo História, do fundo António Rocha Madahil poderão colher-se informações no arquivo da Universidade de Coimbra, já que o produtor foi aluno e exerceu vários cargos nesta Universidade, aí existindo documentos que atestam diversos atos e permitem definir os arcos temporais do exercício das diversas funções.

⁵⁵ Em Arquivo, designamos por “documentos primários” os originais e por “secundários” os que são feitos a partir de informações colhidas nos primeiros e que, frequentemente, servem de guia para os localizar ou controlar as existências (róis, listas, inventários, catálogos, fichas catalográficas, monografias ou outros).

Uma vez conhecido o produtor, independentemente de se tratar de uma pessoa singular ou de uma família, sentimo-nos habilitados para melhor compreender a razão de ser de cada documento, as relações que existem entre os documentos e o seu produtor e entre os diversos documentos do fundo. Estão, pois, reunidas as condições para dar início à 2ª fase da identificação, em que nos centramos nos documentos produzidos/acumulados – “documents attesting actions⁵⁶ – e nas relações com funções/atividades que os determinaram.

O trabalho do arquivista deve ser pautado, antes de mais, pela isenção, devendo cada opção ser feita após rigorosa ponderação. Tanto quanto possível, o arquivista não deverá deixar que as suas convicções e valores influenciem as suas escolhas. A sua intervenção deverá ser impercetível, isenta e livre de qualquer vício. Só assim o resultado do seu labor poderá propiciar ao investigador o acesso à informação existente no fundo, o mais aproximadamente possível da que o responsável do fundo produziu/acumulou. Este respeito deve ser extensível à organização que o produtor possa ter dado ao seu arquivo.

Como refere Luciana DURANTI, “o original é o documento que mais se aproxima da origem, quer da intenção subjacente à sua criação, quer da vontade do seu criador” (1994a: 61) e favorecer o acesso a cada um desses documentos e revelar o seu contexto de criação devem ser as primordiais (pre)ocupações do arquivista.

Com esse intuito, é fundamental que, sempre que o fundo seja incorporado de forma desordenada ou sem uma organização aparente, se proceda à sua (re)organização.

FRAIZ (1998: 60) refere que é muito raro um fundo pessoal ou familiar chegar a uma Instituição devidamente organizado e ainda mais raro fazer-se acompanhar de um instrumento de descrição que espelhe a classificação atribuída. Os arquivos pessoais e familiares que deram entrada AUC confirmam essa realidade.

Concluídas, pois, as duas fases de identificação, há que conferir (re) organização ao fundo.

Segundo MENDO CARMONA (2004: 45-46), organizar “consiste en establecer la estructura que le corresponde al fondo, una vez realizado el análisis del mismo. Comprende la clasificación y la ordenación”.

CRUZ MUNDET (1994: 239) define classificação como sendo um processo intelectual que “consiste em agrupar hierarquicamente os documentos

⁵⁶ DURANTI, 1994b: 331.

de um fundo”, do qual resulta o quadro de classificação. Referindo-se, especificamente, aos fundos pessoais e familiares, Olga GALLEGO DOMÍNGUEZ (1993: 58) propõe, desde logo, a disposição dos documentos em duas grandes classes: documentos de caráter pessoal e documentos do exercício de cargos/funções⁵⁷.

A este respeito, MENDO CARMONA adverte que a classificação não deve ser criada pelo arquivista porque vem imposta pela própria documentação, devendo aquele “identificarla y, si la documentación se encuentra fragmentada ou desorganizada, entonces sólo le resta reorganizarla, respetando los principios rectores de la archivística”⁵⁸.

Há situações, como algumas que encontramos nos fundos do AUC, em que o próprio produtor criou instrumentos de descrição do fundo⁵⁹. Uns, meros róis de documentos, sem evidenciarem qualquer critério de classificação nem ordenação, servindo, apenas, para controle das existências ou listas de incorporação. Outros, porém, evidenciam já critérios de classificação e ordenação e/ou a “forma como os documentos foram sendo guardados ao longo do tempo”⁶⁰. Há também fundos, de que falaremos mais adiante, que revelam a classificação e a ordenação sem, contudo, apresentarem nenhum instrumento de descrição.

Ao tratar a documentação, o arquivista deve identificar a classificação e a ordenação atribuídas – de forma intencional ou não, expressas de forma explícita ou implícita – pelo produtor do fundo, de modo a que possa traduzir, com o maior rigor possível, as diferentes facetas da vida do produtor, os seus atos, materializados nos documentos, devidamente classificados pelos critérios que adotou e ordenados pela sua sequência que, com grande probabilidade, lhe agilizavam a recuperação da informação.

Assim, sempre que um fundo é acompanhado por um instrumento de descrição feito pelo produtor, a ordenação imposta é mantida, como sinal

⁵⁷ Há diversos autores que alertam para a dificuldade de “distribuir” alguns documentos por estas classes, dado, por vezes, confundir-se as índoles pessoal e profissional das relações. Reportando-se à documentação de arquivos de instituições onde estas destacadas figuras públicas exerceram cargos, Fernanda RIBEIRO diz, mesmo, não “haver uma distinção entre a actividade pública e a privada dessas mesmas pessoas” (2003: 395). SILVA & GONÇALVES (2007: 309) designaram esta separação, em atividades públicas e privadas, por “reduzida dicotomia funcional”, associando esta prática “às convicções clássicas da dita arquivística profissional”. Ver tb. propostas de tratamento, classificação e ordenação apresentadas por GONÇALVES *et al.* (1996: 35 e ss).

⁵⁸ MENDO CARMONA, 2004: 37.

⁵⁹ A título de exemplo, citemos o fundo de Mário Nogueira Ramos; código de referência: PT/AUC/PFM/MNR; datas de produção: 1729-1958.

⁶⁰ ROSA & NÓVOA, 2014: 47.

de respeito pela sua vontade, a não ser que ela não evidencie quaisquer critérios arquivísticos, devendo, neste caso, o arquivista proceder à sua reorganização para potenciar o acesso aos documentos e à informação que encerram, por partir do princípio que o instrumento, ao invés de refletir a organização do fundo, servia, apenas, para controlo das existências.

As bibliotecas nos fundos pessoais e familiares

Sabemos que arquivos, bibliotecas e museus são “«lugares de memória», na expressão cunhada por Pierre NORA”⁶¹, tanto da memória coletiva, como da individual. Pese, embora, partilharem um objeto em comum – a informação –, os acervos que cada um encerra são inquestionavelmente distintos e, por essa razão, não podem ser tratados com recurso a uma mesma metodologia. A natureza orgânica dos fundos arquivísticos determina que o seu conteúdo informacional goze de um tratamento diferenciado do aplicado, por exemplo, às coleções bibliográficas de uma qualquer biblioteca.

Referindo-se não ao objeto em comum mas ao objetivo do tratamento, LIMA (2016), usando as palavras de SCHELLENBERG, recorda que, mesmo admitindo que as técnicas de biblioteca e de arquivo tenham o mesmo objetivo ao “tornar o material acessível ao uso”, é “tão absurdo tratar, da mesma forma, material primário e secundário como o é tratar, de modo idêntico, a matéria-prima e os produtos que se elaboram a partir dela”⁶².

Esta questão assume particular relevância na abordagem dos arquivos pessoais e familiares que, não raras vezes, integram a biblioteca do produtor ou da família⁶³.

Perante isto, o que deve fazer o arquivista?

Também neste caso, a meticulosa análise da coleção e dos livros de que é composta condiciona, em nosso entender, a sua classificação, podendo uns ser incluídos no fundo, em séries que evidenciam as atividades do produtor, enquanto que os outros deverão ser reunidos em coleções distintas, se revelarem alguma característica comum.

⁶¹ NORA (1984) *apud* FRAIZ, 1998: 67.

⁶² SCHELLENBERG (1980) *apud* LIMA (2016: 12).

⁶³ Ilustrando esta situação, citemos o fundo Jardim de Vilhena que, a par de vasta documentação, veio acompanhada pela biblioteca do doador, patenteando a grande maioria dos livros marcas de posse, manifestadas, ora pelo *ex-libis*, ora com anotações manuscritas feitas pelo próprio; a título de exemplo, numa delas, refere a relação de parentesco com o autor.

Se tiverem sido reunidos pelo produtor segundo algum critério (com inscrição do número de registo que os associe a uma coleção, por exemplo), os livros deverão ser mantidos como estão, naturalmente.

Porém, se tal não sucedeu, há várias situações com que nos podemos confrontar, dependendo do que a biblioteca reúne.

Quando os livros são da autoria do produtor do fundo, fará todo o sentido incluí-los nas atividades intelectuais ou científicas – produção literária/científica – materializado, por exemplo, na Sr.: Publicações, a figurar a par das séries Manuscritos, Rascunhos, Ensaios, Provas Tipográficas (dependendo, do que existir!), enquanto materialização da sua atividade.

O mesmo sucederá quando, apesar de não serem de sua autoria, o produtor intervém, de algum modo, na sua elaboração (como revisor de provas, por exemplo), ou quando contenham uma dedicatória dirigida ao produtor, num caso atestando as atividades e noutro evidenciando relações que tem com os autores. Nos casos supracitados, a subordinação hierárquica da série e/ou a sua intitulação deverão esclarecer as razões pelas quais as publicações se encontram no fundo.

Os restantes livros, encontrando-se sem organização definida, devem ser reunidos em coleções, separando os que estiverem anotados, por qualquer razão, ou quando lhes foi impressa uma qualquer marca de posse (ex-libris, por exemplo, ou anotações que os “filiem” ao produtor do fundo) numa coleção (e.g. Col.: Publicações com marca de posse) e os que não apresentem qualquer evidência de pertença ao produtor do fundo noutra coleção (e.g. Col.: Publicações sem evidência de posse).

Esta segmentação poderá, à primeira vista, constituir um entrave ao acesso aos títulos da biblioteca, sendo uma lista alfabética das publicações mais expedita à sua recuperação. Porém, essa lista deixaria de evidenciar as razões que presidiram à inclusão de cada livro na biblioteca do produtor do fundo, passando a ser uma mera coleção bibliográfica e ocultando as relações orgânicas com o produtor. Os investigadores dos fundos pessoais e familiares, regra geral, não consultam estas bibliotecas para encontrar uma ou outra publicação, pois, para isso, têm as bibliotecas com depósito legal; a sua pesquisa visa, antes, conhecer melhor o produtor do fundo (atividades, interesses, passatempos, relações, ... que testemunhem o curso da sua vida).

Creemos, pelo exposto, que qualquer outra tentativa de reorganização, baseada numa metodologia distinta, servirá outros fins que não os arquivísticos.

Reiterando o que tem vindo a ser dito, toda a intervenção deve ser meticulosamente pensada e realizada, para não incorrer no risco de “destruir” a organização dada pelo próprio produtor⁶⁴.

Breve análise do fundo António Rocha Madahil

Para averiguar a aplicabilidade destes pressupostos teóricos e metodológicos, debruçemo-nos, ainda que de modo superficial, sobre o fundo do Dr. Rocha Madahil, o qual veio a revelar diversas situações que interpelam as práticas arquivísticas, pelas dúvidas que suscitam, no confronto entre a teoria e a prática.

Começemos, então, por identificar o produtor e o percurso da sua vida para, em seguida, nos debruçarmos sobre a documentação e tentarmos esboçar um primeiro ensaio da tabela de classificação do fundo.

O fundo é composto por três unidades de instalação; ora, de acordo com GONÇALVES (1996: 31), os fundos pessoais e familiares só devem ser classificados se tiverem uma dimensão superior a este número, julgando ser preferível manter os documentos numa “única coleção”, ordenando-os cronologicamente, nos casos de menor dimensão⁶⁵.

Perguntamos, então: devemos individualizar os documentos para os ordenar por ordem cronológica?

Separamos “evidentes” classes e/ou processos?

Estamos convictos que essa não será a melhor metodologia a adotar, independentemente da dimensão do fundo, por risco de quebra irreversível de relações que podem revelar informações além das inscritas nos docu-

⁶⁴ Já anteriormente referimos o facto de, em determinada época, ter sido comum a elaboração de catálogos, individualizando cada documento numa capilha, com a descrição de um breve sumário, uma prática catalográfica visivelmente importada da metodologia de descrição adotada nas bibliotecas. Tal prática, porém, determinou, em muitos casos, a fragmentação de processos, levando à perda de relações entre os documentos, o que, indiscutivelmente, condicionou a apreensão do seu conteúdo informacional. Tal como sucede noutras áreas do saber, também aqui o todo representa mais do que a soma das partes. O fundo Albino Maria Cordeiro terá sido integralmente separado por documentos, não sendo possível, sem um grande esforço, reconstituir as relações entre alguns documentos que, com forte probabilidade, constituíam processos que só faziam sentido com a reunião do conjunto.

⁶⁵ Julgamos que, para a recuperação da informação, há vantagem em classificar os documentos em séries documentais (segundo as tipologias, por exemplo), ordenando-os cronologicamente dentro de cada série, mesmo perante fundos de reduzida dimensão que tenham sido “fragmentados” em documentos simples. De acordo com SILVA (2015: 123), por vezes “o que parece mais pequeno e simples pode ser bem mais complexo que o que parece enorme e complicado”.

mentos. Como refere DURANDI (1994b: 335), os documentos estão ligados entre si pela relação que surge no momento em que são produzidos, determinados pela razão da sua criação, podendo a quebra destas relações comprometer o seu entendimento.

Mas, à data, esse não foi o entendimento e, das duas caixas e uma pasta que o constituem, uma caixa terá sido alvo de intervenção, individualizando cada documento por capilha (ainda sem inscrição de sumário, presumivelmente por o processo não ter sido concluído).

As outras unidades de instalação conservam os documentos tal como, presumimos nós, foram entregues. Os documentos encontram-se em envelopes e bolsas, evidenciando uma organização por critérios mais ou menos evidentes⁶⁶, estando reunidos por temas, provavelmente associados a projetos de investigação/publicação. Entre estes, merece especial referência a documentação para a elaboração de um estudo sobre o Infante D. Pedro: maço de fichas com referências bibliográficas (ordenadas alfabeticamente e por apelido do autor), transcrição de documentos de D. Pedro (ordenação cronológica), correspondência com diversos intelectuais de renome, portugueses e estrangeiros, relativa ao tema (ordenada por remetente e cronológica, dentro de cada um deles), listas com a cronologia de acontecimentos ligados ao 1.º Duque de Coimbra (1392 - †1449), entre outra documentação.

Num outro envelope, temos um conjunto de cartas autógrafas de João Pedro Ribeiro (1758 - †1839), transcrições de diversos documentos da Universidade de Coimbra e correspondência, a respeito deste renomado erudito, escritor e paleógrafo.

Há ainda envelopes com uma reunião de documentos de uma mesma tipologia⁶⁷, tais como correspondência, de que destacamos os convites para o desempenho de cargos de prestígio (como o de Vice-chairman, representante de Portugal, no "Roerich Pact Banner of Peace Committee", em 1946), cartões de identificação/inscrição/filiação em instituições de diversa nature-

⁶⁶ É perceptível a adoção de diversos critérios, não sendo alguns os mais comuns na arquivística; porém, julgamos haver vantagem em preservar a documentação tal como foi originalmente organizada, por ser a que melhor corresponde às necessidades de recuperação de informação e dado que também estas informações revelam algumas facetas do produtor do fundo e da sua metodologia de organização.

Para estudos mais detalhados sobre critérios de classificação e ordenação destes fundos, Cf. GONÇALVES *et al.* 1996: 135 e ss.

⁶⁷ OLGA GALLEGÓ apresenta uma lista com a designação de algumas tipologias documentais mais comuns nestes fundos (1993: 80 e ss).

za ou as coleções de ex-libris do próprio produtor⁶⁸, recortes de imprensa, convites para atividades culturais, entre outras.

Assim, a partir da análise desta documentação, que se manteve intacta, foi possível elaborar um primeiro ensaio de um quadro de classificação para a descrição do fundo do Dr. António da R. Madahil.

À medida que fomos identificando a documentação, revelaram-se três secções distintas; destas destacam-se algumas subsecções e as séries produzidas/reunidas nesse contexto:

Sec.: Documentos pessoais:

Sr.: Cartões de identificação/afiliação institucional

Sr.: Convites

Sr.: Correspondência

Col.: Ex-libris

Ssec.: Formação académica

Sr.: Boletins de notas

Sr.: Diplomas

Sec.: Documentos profissionais:

Ssec: Exercício de funções públicas⁶⁹

Sr.: Convites para o exercício de funções

Sr.: Correspondência⁷⁰

Sr.: Recibos de vencimento

Sr.: Termos de posse

Ssec: Exercício de funções privadas⁷¹

Sr.: Convites para o exercício de funções

Sr.: Convites para participar em atividades culturais

Sr.: Convocatórias

⁶⁸ A este tempo, não conseguimos apurar se se tratou de várias propostas – de diversos estilos e autores – de que resultou a escolha de uma versão ou se foram diversos os *ex-libris* que adotou ao longo do tempo. Esta informação poderá ser testada quando conseguirmos consultar a sua biblioteca pessoal ou outras frações do seu arquivo.

⁶⁹ As funções deverão ser ordenadas cronologicamente se assíncronas (evidenciando, deste modo, a sequência dos acontecimentos na vida do produtor) e alfabeticamente (se coincidir o seu exercício). As séries são associadas ao exercício de cada uma das funções/cargos. Dentro de cada função, as séries existentes deverão ser ordenadas alfabeticamente, dado não termos a totalidade do arquivo; se tivéssemos, o mais correto seria uma ordenação cronológica, por evidenciar o início das atividades e a sequência dos atos.

⁷⁰ No caso da correspondência, o critério de ordenação mais frequente poderá ser por remetente/destinatário (se o volume e a pertinência o justificarem) e cronologicamente, dentro de cada uma destas classes.

⁷¹ Desempenho de diversos cargos em associações desportivas, humanitárias, culturais, entre outras.

Sr.: Projetos de investigação⁷²

Dc.: D. Pedro

Dc.: João Pedro Ribeiro

Sec.: Coleções:

Col.: Coleção da portada de livros impressos

Col.: Coleção de recortes de imprensa

Col.: Cópias de documentos antigos

Estes conjuntos revelam a existência de critérios de reunião dos documentos que colocam em evidência as relações existentes entre eles e o seu produtor e entre os próprios documentos.

Só com muito tempo e esforço de análise conseguirão ser restituídas as relações da caixa já intervencionada. Isto aconteceu porque, à época, o tratamento mais comum era a elaboração do catálogo. Em 1996, GONÇALVES⁷³ recomendam que “sendo a classificação imposta pela natureza dos próprios documentos, o arquivista deve deixar guiar-se por eles, elaborando um quadro de classificação que reflecta a sua ordem natural”.

Julgamos, pela situação relatada, respeitar esta organização bem notória, já que põe em evidência facetas do seu produtor (atividades, passatempos, relações), bem como a sua capacidade organizativa, o que vem corroborar as palavras de FRAIZ⁷⁴ quando afirma que: “a ordem na qual os documentos foram organizados pode trazer alguma luz sobre a natureza do arquivo e de seu criador”.

O fundo do Dr. Rocha Madahil revela um investigador, um filantropo e um intelectual multifacetado e seria uma pena não espelhar-mos essa diversidade na classificação, apesar de só termos três unidades de instalação, ilustrando o contexto em que os documentos foram produzidos.

A este respeito, concluímos que a organização dada aos documentos – preferencialmente quando feita pelo próprio produtor – deve ser preservada, tanto quanto possível, por acrescentar primorosa informação a respeito de quem a produziu e a organizou, enquanto evidencia o conteúdo do fundo e as relações que estabelece com o contexto de formação.

⁷² Documentos de produção intelectual ou científica (rascunhos de artigos, provas tipográficas, transcrições, transcrições de documentos, correspondência com diversos intelectuais sobre o tema, conjunto vastíssimo de fichas bibliográficas, entre outros).

⁷³ GONÇALVES, 1996: 35.

⁷⁴ FRAIZ, 1998: 63.

Quanto aos fundos que são incorporados sem qualquer ordem aparente⁷⁵, torna-se imprescindível – em respeito pelo princípio da ordem original, que “determina que os arquivos (...) conservem a ordenação estabelecida no órgão de origem”⁷⁶ – reorganizar a documentação, para evidenciar o contexto de produção e o conteúdo informacional do fundo.

Porém – e voltando ainda ao fundo em análise, por servir de exemplo ao que sucede em tantos outros – frequentemente encontramos documentos de diversas proveniências (uns originais e outros transcritos) cuja relação com o produtor ainda não conseguimos discernir, até à presente data, tal como já mencionámos anteriormente. Referimos, para exemplificar, o “rol de doações e mais títulos do Cabido da Sé de C.^a”, sendo este, em nosso entender, pertença inequívoca do fundo do Cabido da Sé de Coimbra, igualmente existente neste Arquivo.

Como exemplo de cópia, referimos a transcrição da carta de Manuel Godinho de Eredia, dirigida ao Vice-Rei da Índia [Aires de Saldanha?], com a planificação do “descobrimento da ... Ilha do Oro”.

Ambos os documentos nos suscitam a seguinte questão:

Como destacar documentos importantes que, sem razão aparente, existem no fundo, mas de que não se consegue justificar a sua permanência naquele contexto?

O segundo suscita, ainda, uma outra questão: não se tratando de um documento de arquivo – já que é de uma cópia que estamos a falar⁷⁷ – o original estará acessível? Haverá forma de aceder ao conteúdo informacional do que aqui está representado? Como devemos, então, proceder enquanto arquivistas? Devemos preservar só os documentos de arquivo ou, pela riqueza da informação que encerram, incluir as cópias⁷⁸ na descrição dos fundos, mesmo desconhecendo o seu contexto de criação?

⁷⁵ O EGAD (Experts Group on Archival Description), no documento que propôs à discussão, admitiu a existência de situações como estas, referindo: “fonds may arrive in an archive with no discernible order. In such cases, the archivist is tasked with reconstructing it, as well as is possible, based on evidence embodied in the records themselves” (ICA, 2016: 5).

⁷⁶ HEYMANN, 1997: 43.

⁷⁷ Apesar de as ODA (Portugal. DGARQ, 2007) mencionarem a possibilidade de integrar nos fundos documentos não originais, devendo esse facto ser declarado pela “tradição documental”, as cópias a que aqui nos reportamos, em concreto, referem-se a documentos que não são relativos a atos que, de forma direta nem indireta, se relacionam com o produtor do fundo. Por esta razão, julgamos haver a probabilidade de estas cópias poderem ser consideradas alheias ao fundo, a menos que se identifique uma qualquer relação entre a existência da cópia e algum ato ou atividade desenvolvidos pelo produtor do fundo.

⁷⁸ Identificar os tipos distintos de cópia nas ODA (Portugal. DGARQ, 2007: 298).

Esta mesma dúvida é extensível à documentação eminentemente não arquivística, e.g. documentação para elaboração de autobiografia.

O que fazer nestes casos?

Cremos que cada caso terá de ser analisado de *per se*.

Neste fundo deparamo-nos, ainda, com documentação de data posterior à morte do produtor, dirigida à viúva e ao filho do Dr. António Rocha Madahil, uma apresentando condolências e outra relativa a homenagens a título póstumo⁷⁹. Não tendo (pelo destinatário, assunto e data) sido a documentação acumulada pelo autor, mas a ele respeitando, uma nova questão se coloca:

De que modo devemos integrar e classificar estes documentos no fundo? Constituir um fundo de família?

Tal não nos parece vantajoso, já que, ao criar o fundo da família Madahil, as subdivisões que iriam surgir⁸⁰ poderiam secundarizar o conteúdo informacional do primordial responsável, bem como ofuscar o contexto de produção.

Neste caso em concreto, julgamos mais razoável criar dois pequenos sub-fundos, sendo um da esposa e outro do filho, e aí integrar as comunicações dirigidas a cada um deles⁸¹. Nos campos da data de produção e de acumulação, deverão ser assinaladas as discrepâncias entre a vigência do produtor e as datas posteriores e, sendo necessário, acrescentar uma nota que esclareça as discrepâncias entre estas e justifique as opções da classificação adotada.

⁷⁹ ROSELL LEÓN (2006) refere que nos arquivos pessoais também podem existir “documentos referentes a los familiares más cercanos (cónyuge, hijos, padres, hermanos) porque no se puede aislar al individuo de este contexto”. Porém, sendo a acumulação destes documentos posteriores ao termo da vida do produtor, assalta-nos a dúvida se incluí-los no fundo será o mais correto, em termos arquivísticos. Dúvida que sobrevém, desde logo, do conceito de fundo, mais concretamente da expressão: “no decurso das suas actividades e funções” (DGLAB, 2007: 302).

⁸⁰ A título de exemplo, citemos as opções de três autores para a classificação de arquivos pessoais e de família: LIMA (2015: IV e ss), no “quadro de classificação do arquivo familiar Benito Maçãs”, identifica diversas secções: a primeira de “gestão patrimonial”, a segunda de “gestão financeira e contabilística” e as restantes identificadas pelo nome de cada elemento da família. MENESES (2006: 155), ao abordar o Arquivo do Arcebispo Primaz de Braga, classifica-o em diversas secções, entre elas “Câmara eclesiástica”, “Apostólico”, “Registo Geral” e “Resíduos”. É, pois, evidente a descrição de atributos, ou entidade arquivística, diferenciados (órgão, funções, atividade e/ou tarefa) num mesmo nível de descrição. Por seu turno, SILVA (1997: 91) propõe a secção como nível de descrição para acomodar a documentação de cada geração da família. Do nosso ponto de vista, estando a classificação dependente da documentação que chegou até nós, alguns trabalhos poderão servir de exemplo, mas nenhum de bitola para a criação do quadro de classificação de qualquer fundo que estejamos a estudar.

⁸¹ Para todos os efeitos, a informação veiculada por estas comunicações continua a evidenciar muito mais as relações que o produtor do fundo tinha com pessoas e instituições que remetaram a correspondência do que as eventuais relações que esses remetentes poderiam ter com o filho ou a esposa do Doutor Rocha Madahil, já que se reportam sempre à morte deste último.

Uma vez identificados o produtor e a documentação do fundo e definidos os critérios dos processos de organização (classificação e ordenação) – de que resulta o quadro de classificação⁸² – procedemos à ordenação dos documentos, ao acondicionamento e à cotação, para que a recuperação seja expedita, promovendo o acesso à informação e a preservação das espécies, evitando manipulações excessivas/desnecessárias.

Aferida esta aplicabilidade ao fundo pessoal, os fundos familiares assumem igual possibilidade, reservando à família o primeiro nível de descrição (produtor do fundo) – associando a este nível as séries documentais que são produzidas e acumuladas pelas sucessivas gerações – e aos elementos que a constituem, enquanto produtores de documentação, os níveis de descrição (intelectual) subsequentes, respeitando a hierarquia dos níveis. O quadro de classificação será sempre determinado pelos documentos do fundo, devendo a organização dos níveis superiores respeitar a genealogia da família. Nesta conformidade, podemos afirmar que os “arquivos de família apresentam uma estrutura e permitem um tratamento descritivo e organizativo que os assemelha, sem discussão possível, a fundos de origem pública”⁸³.

Descrição e comunicação dos fundos

Concluído todo este processo de tratamento documental, estão reunidas as condições para se proceder à descrição multinível do fundo.

Seguindo de perto as diretrizes preconizadas pelas normas internacionais e pelas orientações que as clarificam e concretizam, procedemos à descrição normalizada de cada nível hierárquico, começando, naturalmente, pelos níveis superiores – o fundo – até, sempre que possível, ao mais elementar – o ato.

Estas descrições devem ser representações fiéis das unidades de descrição, “consistentes, apropriadas e autoexplicativas”⁸⁴, adequando a informação veiculada ao nível descrito. Assim, a descrição do documento deve, para além de refletir o ato que materializa, revelar as “circunstâncias em que foi produzido” e as “relações orgânicas que mantém com outros itens do arquivo”⁸⁵.

⁸² GONÇALVES *et al.* (1996: 56-57) apresentam uma proposta de “Plano de Classificação” meramente ilustrativo das secções, classes e tipologias documentais mais comuns entre os Arquivos pessoais e familiares. Não se confunda, porém, com um quadro “apriorístico”, já que o quadro de classificação do fundo é estritamente determinado pela documentação existente.

⁸³ F. Borja de AGUINAGALDE (1991), *apud* PEIXOTO (2002: 81).

⁸⁴ RUNA, 2007: 2.

⁸⁵ CAMARGO, 2009: 31.

No AUC, as descrições são feitas no *backoffice* da plataforma de Descrição Arquivística Archeevo que, através do *frontoffice*, as disponibiliza para pesquisa interna e externa, via *web*.

Os instrumentos criados a partir destas descrições agilizam a comunicação da informação e a interoperabilidade dos registos entre sistemas e potenciam a recuperação e o acesso ao conhecimento.

A divulgação via *web* dos registos torna-se particularmente relevante nesta tipologia de arquivos, já que, tal com anteriormente referimos, há inúmeros fundos que se encontram fragmentados em pequenas parcelas e dispersos por diversos Arquivos⁸⁶.

Como referem os citados Arquivistas Holandeses, “os vários documentos de um arquivo lançam luz uns sobre os outros”⁸⁷; daí a vantagem de permanecerem juntos e de conhecer a totalidade dos fundos. Na impossibilidade de se reunirem fisicamente, na descrição do fundo, através do preenchimento do campo “Unidades de descrição relacionadas”, o arquivista elucida o investigador sobre a existência de outros núcleos documentais com algum tipo de relação⁸⁸ com o descrito. Deste modo, a informação documental de um mesmo fundo fica reunida – ainda que apenas virtualmente.

Estas descrições normalizadas, reunidas e acessíveis na *web*, permitiriam o recenseamento dos arquivos pessoais e familiares, de que Abreu PEIXOTO⁸⁹ nos fala, de forma a todos sabermos “o que existe, como existe e onde existe”; deste modo, o labor colaborativo dos arquivistas – feito mediante a criação de registos com edição colaborativa, em rede, em ambiente digital – agilizará, em grande medida, o trabalho do investigador.

Todos estes procedimentos assumem particular relevância quando feitos de forma normalizada e quando às descrições são associadas as reproduções digitais dos documentos.

Reflexões e considerações finais

Um olhar mais demorado sobre os fundos pessoais e familiares do AUC corroborou o que já é afirmado na grande maioria da literatura que versa este tema: “os arquivos de família são conjuntos documentais de notável

⁸⁶ Cf., e.g. Fundo António Rocha Madahil, já referido em nota de rodapé.

⁸⁷ MULLER, FEITH & FRUIN, 1973: 31.

⁸⁸ Cf. tipos de relações entre as unidades de descrição (D GARQ, 2007: 115).

⁸⁹ PEIXOTO, 2002: 84).

interesse” (ROSA, 2009: 9), pela sua importância em termos informacionais e pela singularidade de cada arquivo.

Ressalta, ainda, a sua grande exiguidade⁹⁰. Estes fundos são escassos fragmentos, correspondentes a uma ínfima parte do que o seu produtor produziu e acumulou, reunidos com ou sem critério, e só muito excepcionalmente são acompanhados por instrumentos que atestam a intencionalidade da organização atribuída.

A esta seleção, mais ou menos intencional, acresce ainda a pulverização dos arquivos por diversas instituições, o que reduz, ainda mais, a fração dos documentos que, frequentemente, constituem o fundo, destruindo a sua hipotética organização e comprometendo a sua plena compreensão.

Também por estas razões, ninguém deve efetuar qualquer intervenção com vista ao tratamento arquivístico da documentação de um fundo sem ter um domínio integral da terminologia, dos princípios e da metodologia em que este deve assentar, pelo risco de desestruturar o fundo, frequentemente já em avançado estado de desorganização.

A (re)organização pressupõe um apurado trabalho de identificação do produtor e dos documentos do fundo.

Reconstituir o contexto de produção, dando luz à razão de ser de cada documento, é fundamental para que a informação que encerram se converta em conhecimento da vida e obra do seu produtor. Porém, um estudo tão metucioso como o que exige essa reconstrução nem sempre é compatível com a escassez de recursos com que as instituições se debatem na atualidade.

Concluimos, pelo exposto, não haver qualquer razão para que os arquivos pessoais e familiares sejam tratados de modo diferenciado dos demais. A unicidade que os caracteriza é, em tudo, semelhante à de todo e qualquer arquivo e deve ser vista como mais uma fonte de informação, inestimável, para a “construção da memória social e coletiva” (BELLOTTO, 1998: 204).

Efetuada o tratamento, é imperioso descrever os fundos de forma normalizada, o mais completa possível, e fazer a sua divulgação, via *web*, para que todo o investigador possa saber da sua existência, do conteúdo e contexto de produção e dos fundos que com ele se relacionam, ainda que dispersos por outros Arquivos.

Desta brevíssima análise sobrevêm, ainda, algumas questões que deixamos em aberto, por reconhecida falta de resposta ou pelas dúvidas que

⁹⁰ SILVA (2004: 62) sugere a “necessidade de regular, legalmente, a incorporação em Serviços de Arquivo e de Biblioteca públicos dos acervos familiares e pessoais, evitando, assim, a sua fragmentação, venda e destruição”.

nos ocorrem, lançando o repto aos investigadores da área para futuras reflexões.

Bibliografia

- ARITÈRES, P. (1998) – *Arquivar a própria vida. Estudos Históricos*. 11 (21), p. 9-34.
Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>.
- BELLOTO, H. L. (1998) – *Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. Revista Estudos Históricos*. 11(21), p. 201-208.
- BELLOTTO, H. L. (2004) – *Arquivos permanentes: tratamento documental*. FGV Editora.
- BONAL ZAZO, J. L. & GENERELO LANASPA, J. J. & DE DIEGO, C. T. & LEÓN, J. C. (Eds.). (2000) – *Manual de descripción multinivel: Propuesta de adaptación de las normas internacionales de descripción archivística*. Salamanca: Junta de Castilla León, Consejería de Educación y Cultura.
- CAMARGO, A. M. D. A. (2009) – *Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte*. (2), p. 26-39.
- CASTRO, Maria João (1999) – *Guia das Coleções particulares do A.U.C. Boletim de arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. XIX-XX, p. 309-327.
- COOK, T. (1998) – *Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Revista Estudos Históricos*. 11(21), 129-150.
- CRUZ MUNDET, J. R. (1994) – *Manual de archivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide.
- DUCROT, A. (1998) – *A classificação dos arquivos pessoais e familiares. Revista Estudos Históricos*. 11(21), p. 151-168.
- DURANTI, L. (1994a) – *Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Revista Estudos Históricos*. 7(13), p. 49-64.
- DURANTI, L. (1994b) – The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*. 57(2), p. 328-344.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A. (1995) – *Fundamentos epistemológicos de la clasificación documental. Revista Scire*. Zaragoza. 1(1), p. 81-101.
- FRAIZ, P. (1998) – *A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. Revista Estudos Históricos*. 11(21), p. 59-88.
- GALLEGO DOMÍNGUEZ, O. (1993) – *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD.
- GONÇALVES, M. S. et al. (1996) – *Arquivos de família: organização e descrição*.
- GUEDES, G. M. F. (2015) – *Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: O fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra*.
- HEYMANN, L. Q. (1997) – *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. Revista Estudos Históricos*. 10(19), p. 41-60.
- HEREDIA HERRERA, A. (2010) – La CNEDA: un Nuevo modelo conceptual de descripción archivística. *Arche-e: Revista andaluza de archivos*, (3), 164-169.

- ICA-EGAD (setembro 2016) - *Records in contexts: a conceptual model for archival description*. Consultation Draft v 0.1. [Em linha]. ICA. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ica.org/en/egad-ric-conceptual-model> >.
- ISAD(G). (2002) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. - 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- LIMA, L. F. H. (2016) – *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs* (Doctoral dissertation).
- LOPEZ, A. P. A. (2000) – *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. São Paulo: FFLCH-USP.
- MENDO CARMONA, C. (2004) – *Consideraciones sobre el método en Archivística. Documenta & Instrumenta-Documenta et Instrumenta*. 1, p. 35-46.
- MENESES, Ana Sandra (2006) – *Arquivo do arcebispo primaz de Braga*. Braga: Universidade do Minho.
- MÜLLER, S., FEITH, J. A. & FRUIN, R. (1973) – *Manual de arranjo e descrição de arquivos. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil. (Originalmente publicado em 1898).
- NP 4041 (2005) – *Norma Portuguesa para Informação e Documentação, terminologia arquivística, conceitos básicos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.
- ODA (2007) – *Orientações para a descrição arquivística*. 2ª V. Lisboa: DGARQ.
- PAIVA, J. P. (2015) – *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press. Disponível em: http://www.uc.pt/auc/fundos/2015_GuiaFundos.
- PEIXOTO, Pedro (2002) – *Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. Páginas a&b*. Nº1, p. 77-90.
- RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Textos universitários de ciências sociais e humanas).
- RIBEIRO, Fernanda (2012) – Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades. Maria de Lurdes Rosa (org.) - *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro*. Lisboa: IEM-Instituto de Estudos Medievais. p. 46-58.
- RODRIGUES, A. M. L. (2006) – *A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspectivas em ciência da informação*. 11(1), p. 102-117.
- ROSA, M. D. L., (2009) – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, (9).
- ROSA, M. D. L., (ed.) (2012) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de História de Além-Mar e Editora Caminhos Romanos.
- ROSA, M. D. L., & NÓVOA, R. S. D. (2014) – *Arquivos de família: memórias habitadas: guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*.
- ROSELL LEÓN, Y. (2006) – *La descripción como parte del tratamiento de los archivos personales en el siglo XXI: en busca de nuevas alternativas*. *Acimed*. 14(5), 0-0. Disponível

em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S1024-94352006000500018&script=sci_arttext&tlng=en.

- RUNA, L. (2007, March) – *Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar*. In *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Nº 9. Lisboa: BAD.
- SILVA, A. B. M. (1997) – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais, 1997*, p. [51] -106.
- SILVA, A. B. M., (2004) – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista de Ciências e Técnicas do Património*, 55-84.
- SILVA, A. B. M. (2015) – Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*, (1), 103-124.
- SILVA, A. B. M., & GONÇALVES, M. F. S. (2007) – Da memória ao acesso à informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um processo sistémico. *Revista de letras, série 2, n. ° 6, p. 305-317*.

Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação

Reconstructing the production, recording and conservation of Pre-modern organizational information. Theoretical perspectives and research proposal

MARIA DE LURDES ROSA

Professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
mlrosa@fch.unl

Artigo enviado em: 28 de fevereiro de 2017

Artigo aprovado em: 14 de junho 2017

RESUMO

O artigo nasce de uma experiência de investigação e ensino sobre a história dos arquivos e da informação, centrado na sociedade portuguesa de Antigo Regime. Começa por apresenta as bases da sua construção teórica, oriundas de diferentes disciplinas (História, Ciência da Informação/Ciência Arquivística, Antropologia). Num segundo momento, propõe um percurso de investigação a aplicar às fontes prémodernas, numa perspetiva de história documental das instituições e de aprofundamento da relação entre os recursos heurísticos e a escrita da História.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística Histórica; Epistemologia das fontes; Arquivos pré-modernos.

ABSTRACT

The article narrates an experience of research and teaching on the history of archives and information, centered on premodern Portuguese society. It begins by presenting the bases of its theoretical construction, coming from different disciplines (History, Information Science / Archival Science, Anthropology). Secondly, it proposes a research itinerary applicable to Early modern historical sources, from a perspective of documentary history of institutions and a strong conviction of the need of deepening of the relationship between heuristic resources and the writing of History.

KEYWORDS: Historical Archival Science; Historical sources' epistemology; Premodern archives.

Introdução

Este artigo nasce de uma experiência de investigação e ensino sobre a história dos arquivos e da informação, centrado na sociedade portuguesa de Antigo Regime e com especial enfoque nos arquivos de família, em modo comparativo com outras realidades do ocidente europeu¹. A necessidade de

¹ Este artigo teve origem direta na apresentação que fizemos na nossa lição de Provas de agregação, em abril de 2016, com o título "Olhares cruzados sobre a fonte e o arquivo. Reconstruindo a produção e conservação da informação social medieval". Redigimos posteriormente o texto, mantendo algum do carácter informativo e explicativo da apresentação. A abrangência do tema explica-se pelo facto de a lição ter sido pensada para o nível de mestrado (no qual defendemos a necessidade de aprofundamento das leccionações, de forma a garantir o objetivo central daquela formação, a competência de autonomia científica dos alunos). Na redação introduzimos um reforço informativo, pela percepção que ao longo do tempo fomos tendo, de que em Portugal a implantação académica e a capacitação científica das antigas "Ciências documentais" (e denominação afins) se tem feito, de facto, à custa de um "alargamento do fosso" em relação à História. Há um desconhecimento mútuo, mas arriscaríamos dizer que será talvez maior o desconhecimento da Ciência da Informação quanto às investigações dos historiadores sobre arquivos e informação (campo cada vez mais cultivado por estes), a par de alguma tendência a recusar-lhe capacidade de (e direito a) falarem sobre aspetos mais teóricos. Como se refere no texto, a ultrapassagem desta situação é uma tendência forte, noutros contextos académicos, e beneficiará todas as partes envolvidas. A montante, a redação do artigo deve muito à experiência de ensino e de investigação realizada desde 2008, na FCSH, respetivamente no Departamento de História - a coordenação do mestrado em CID (2009-2015) e da área de Arquivística Histórica do Doutoramento em História (desde ano letivo de 2009/10) -, e nas unidades de investigação da área, em especial o Instituto de Estudos Medievais (com colaboração ocasional do CHAM e do IHC). É com gratidão que se assinala a importância dos contributos das alunas e alunos, em especial da referida área de doutoramento, bem como os dos numerosos investigadores que participaram nas atividades das Unidades de Investigação (nomeadamente no Programa de Investigação ARCHIFAM, sediado na Casa de Velazquez, em Madrid; no projeto «INVENT.ARQ - Inventários de arquivos de família, sécs. XV-XIX: de gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno» (FCT-EXPL/

adequação teórica e metodológica a um tema e tipo de investigação pouco habituais na historiografia portuguesa, permitiu o conhecimento de um conjunto de perspetivas oriundas de diversos campos disciplinares, que aqui serão primeiramente apresentadas, em modo de roteiro de leituras e problemas. Num segundo momento, e partindo dessas linhas de fundo, propõe-se um percurso de investigação a aplicar às fontes prémodernas, numa perspetiva de história documental das instituições e de aprofundamento da relação entre os recursos heurísticos e a escrita da História. No seu núcleo, baseia-se nos trabalhos sobre a “geografia e estrutura das fontes”, de Paolo Cammarossano², e em outros contributos, que explicitaremos; aplica-se a contextos históricos, num processo de reconstrução retrospectivo, feito a partir de materiais específicos; e tem aplicabilidade, sobretudo, num tipo específico de informação, a “informação institucional”, ou “organizacional”, cujos contornos também serão apresentados. Será aqui exemplificado para o caso dos arquivos de família, dado ser a área em que temos realizado a nossa investigação empírica, mas pensamos ser passível de diversas formas e níveis de aplicabilidade, a que se aludirá.

Dedicaremos primeiramente algum espaço à explicitação das bases teóricas da proposta, tanto pela convicção de que qualquer escrito histórico deve proceder a esta operação, como porque essa inversão do olhar, a que obriga o exercício de reconstrução da “produção informacional organizacional”, se alicerçou, como referido, num conjunto de perspetivas recentes, oriundas de diferentes disciplinas, que é importante e interessante debater. São particularmente relevantes, para além de setores historiográficos que se começarão por abordar, os contributos de um campo muito diverso entre si, a que chamaremos “ciência arquivística”³; e, especificamente quanto à relação que estabelece com os materiais de arquivo, a “viragem histórica” da Antropologia, e a afirmação da sua «parente» História Antropológica, cuja recusa do olhar evolucionista que quase sempre está por detrás do historiador, tem permitido redescobrir e analisar fenómenos sociais ocultos.

EPH-HIS/0178/2013); e nos diversos eventos – colóquios, seminários, edições de livros, exposições - através das quais se foi cimentando saber e divulgando os ganhos da experiência. (cfr. <http://fcs.unl.pt/arqfam/>). Deve ainda mencionar-se a fellowship semestral no Institute for Advance Study, em Princeton, para o projeto de investigação «Reconstructing noble family archives, remaking family histories (Medieval and Early modern Portugal). Recovered voices, newfound questions», no ano letivo de 2015/16, que permitiu aceder a um impressionante manancial de recursos de investigação, apresentar o trabalho nos seminários da School of Historical Studies, e começar a redigir uma monografia sobre a temática dos arquivos de família

² CAMAROSSANO, 1991.

³ Sobre as denominações concorrenciais neste campo de estudo, cfr. infra,

No campo interdisciplinar que se gera, a perspectiva do historiador pode ser particularmente útil: fornece competências e saber quanto à historicização dos conceitos utilizados; aprofunda o conhecimento contextual, permitindo caracterizar a “informação” de acordo com este; enfim, precavê anacronismos. Se as últimas décadas tornaram claro que é inevitável um profundo repensar da relação do historiador com as fontes e com o arquivo, o olhar complexo e habituado ao contexto que o *métier* histórico treina, permite aprofundar questões e inserir a produção de informação no espaço e tempo. Um exemplo, que adiante se retomará, é a caracterização diferenciada, nas suas próprias naturezas, das instituições produtoras e dos arquivos, tendo em conta a especificidade das sociedades pré-modernas, onde o próprio conceito de instituição/ organização era diverso (o que permitirá alargar bastante estes conceitos). Outro, será a inserção das práticas arquivísticas em campos adjacentes, como a história da escrita, das burocracias, dos “power/ knowledge systems”.

Como se verá, esta perspectiva encontra denominações como “história social do arquivo”, e/ou “da informação”. A formulação que usamos não deve esconder uma convergência muito ampla com este campo, sem que no entanto esqueça os contributos dos arquivistas-historiadores de que é exemplo maior Terry Cook. Uma perspectiva da história dos arquivos e da informação feita do ângulo dos profissionais de arquivo, com toda a experiência da prática da arquivística, é diversa da feita por historiadores profissionais; e nem sempre tem havido um reconhecimento dos ganhos de tal, por parte destes. Porém, por outro lado, é muito visível o desconhecimento de alguns setores da ex-arquivística, em especial no campo que se identifica como “Ciência da Informação”, quanto aos avanços historiográficos em epistemologia das fontes, reconsideração do arquivo no contexto do trabalho histórico e, por fim, história dos arquivos e da própria “informação”. O conhecimento destes trabalhos poderia fornecer elementos para uma construção mais sólida dos conceitos.

Chamámos “Arquivística histórica” à perspectiva que visa reunir estas duas vertentes: estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua “documentalização”, as múltiplas faces que os “arquivos” podiam ter (usando por exemplo o conceito de “práticas arquivísticas”); não apenas com os arquivos existentes, mas complementando estes com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracterizando historicamente as instituições e construindo modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação

existente; analisando a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, e conferindo-lhe importância social; contextualizando estas práticas e interpretando o seu significado; seguindo todo o percurso da informação e compreendo as mutações a que o tempo a sujeitou; enfim, respondendo a questões historiográficas mais amplas.

Em mais do que um aspeto, portanto, o texto ambiciona ser um contributo para a ultrapassagem de aquilo a que Francis Blouin e W. Rosenberg chamaram, num livro recente, o “archival divide”⁴; e para a sedimentação de um campo comum, entre Arquivística e História, a partir de uma prática desta última, mesmo se sempre atenta à primeira. Os ganhos da ciência arquivística quanto a uma visão não instrumental dos vestígios do Passado e quanto à complexidade da transmissão e da conservação daqueles – aspetos a que o historiador nem sempre deu/dá a devida atenção - podem com proveito ser complementados pela prática contextualizadora e comparativa da História, bem como pelo legado desta, em teorias interpretativas da sociedade e da transformação social.

Parte I – Caminhos de investigação e de reflexão

1. O historiador, as fontes, os arquivos e a informação: repensar e investigar

1.1. Epistemologia das fontes

Desde há já alguns anos, um grupo de medievalistas, em parte impulsionados pelas questões da relação entre prática da História e arquivos ou entre documento e texto, em parte defendendo, por princípio de ofício, uma participação direta na reflexão epistemológica sobre a disciplina, tem vindo a debruçar-se sobre a epistemologia das fontes históricas⁵. Os três ganhos imediatos desta reflexão, quanto ao exercício que se propõe fazer, e de um modo alargado também, são i) a desconstrução /historicização de um termo amplamente usado na profissão, que é na verdade uma metáfora, ocultando enquanto tal questões que é urgente discutir; ii) o alargamento do questionamento epistemológico da História ao seu material de trabalho; iii) uma

⁴ BLOUIN & ROSENBERG, 2011.

⁵ Serão discutidos aqui os textos seguintes, remetendo depois pontualmente para cada um deles em aspetos mais específicos: MORSEL, 2004; MORSEL, 2004a; MORSEL, 2009; MORSEL, 2016; KUCHENBUCH, 2004; ANHEIM, 2007; ANHEIM, 2012/3: 399-427; ESCH, 2002.

nova forma de tratar o tema do material do historiador no interior dos textos de síntese, numa posição não preliminar, e sob uma perspectiva não somente técnica. Um último aspeto a reter, que será tratado no ponto seguinte, é a ligação deste questionamento da fonte ao tema da reconfiguração da relação historiador/ arquivo, sendo, como é, uma das vias pelas quais os historiadores o têm abordado.

O argumento central deste conjunto de reflexões é o de que a perspectiva metodológica se sobrepõe continuamente à epistemológica, quando se trata do “material do historiador”. “Tratam-se as fontes”, não se “pensam as fontes”. Dito de outro modo, a sua natureza e o seu estatuto foram e são obliterados pela sua utilidade, pelo uso que delas podem fazer o historiador. Um fórum de debate, que aqui se considerou marco pioneiro pela natureza, sobretudo epistemológica, das questões colocadas sobre as fontes, foi a Jornada «L'historien et “ses” “sources”», organizada por Joseph Morsel no âmbito da escola doutoral da U. de Paris I Panthéon-Sorbonne, em 2003. Num conjunto de interessantes comunicações, interessam-nos de perto a do organizador e a de Ludolf Kuchenkuch, pois se debruçam sobre a natureza metafórica do termo profissional corrente que é a “fonte”/ “fontes”, por um lado, e procedem, por outro, à historicização do seu uso, com exposição das deformações decorrentes. Uma primeira questão é a da crítica ao uso de metáforas para nomear operações, materiais ou atos científicos: até que ponto devemos aceitar (e, no caso dos professores, ensinar) esta forma tão primitiva como perigosa de (pseudo) linguagem científica? Nos últimos anos, a partir da História dos conceitos nomeadamente, vários historiadores se têm debruçado sobre as metáforas que povoam a profissão. Para além da perigosa sedução que exercem, pelo seu carácter evidente e auto-explicativo, que desencoraja um aprofundamento do significado, as metáforas dificultam uma construção científica dos termos e parecem não ter elas próprias uma história. Ora, estes trabalhos comprovam que, na França e na Alemanha, a disseminação da metáfora da fonte – que passou o ser o modo mais comum de referência ao “documento” - resulta de um processo específico de apropriação do tratamento do passado pelos historiadores. Este processo é o da afirmação da História, no séc. XIX, como modo de conhecimento indireto – através dos “vestígios do passado” – e o da legitimação profissional e académica pela utilização de “documentos verdadeiros” – o que desde logo implica um investimento total num percurso metodológico centrado na verificação de autenticidade. A ideia de fonte remete tanto para uma nascente de onde saíam os dados sobre o passado, como para um trabalho feito a partir desse nascimento, e não antes. Oculta-se, assim, a natureza

construída dos documentos que chegam ao historiador: construída pela época de produção, pela conservação posterior, e pelo próprio historiador, logo desde a seleção.

O olhar dos historiadores sobre as suas “fontes” será doravante centrado no processamento destas para responder à construção histórica; e, enquanto o “processamento” é tratado a partir de técnicas e de operações empíricas, a construção do discurso historiográfico é objeto de reflexões teóricas e epistemológicas. As “fontes” – denominação que acentua uma sua “naturalidade”⁶ - são o material da Ciência histórica, o equivalente à “natureza” para as ciências físicas e naturais. Étienne Anheim, autor que aqui seguimos, explica que a adoção deste cenário se deve a uma extensão do “modelo científico [vigente] desde que Kant fizera de Galileu o herói de uma modernidade caracterizada pelo facto de o homem colocar questões à natureza. Na epistemologia clássica, a natureza está fora do discurso teórico, ela é aquilo que é capturado por este, e este esquema foi importado para a epistemologia das ciências sociais e humanas, em particular na disciplina histórica: as fontes são o equivalente da natureza”⁷.

Recolocar as fontes no seio da reflexão epistemológica da História parte de uma recusa primeira de as naturalizar; e obriga a uma consideração profunda da “fase documental” (conceito que Anheim toma de Paul Ricoeur), que desde logo assuma que a fonte não é então o ponto de partida, mas sim um ponto de chegada, que naquela fase se deve interrogar, reconstituir, compreender. É preciso desenvolver, de pleno direito, uma etapa prévia à mais simples crítica da fonte ou à consideração do cruzamento/ junção de outras fontes, em que se preste atenção “à disposição das fontes, à sua conformação, à sua dimensão material, aos usos de que elas acusam marcas, às formas de transmissão que as conduzem às nossas mãos.”⁸ As operações que constituem esta etapa devem ser objeto de uma definição historiográfica, que passe pela constituição de “novos protocolos de investigação” assentes numa “imaginação do historiador” em modo de *inventio* escolástico, que desafie – cientificamente - os “limites da realidade” das fontes. A reflexão sobre o material de trabalho do historiador não pode limitar à interpretação posterior dos dados, pois este material é em si uma complexa construção.

⁶ Os textos de E. Anheim, que aqui seguimos, reconhecendo a pertinência da crítica do termo “fonte”, usam-no sempre por comodidade expositiva, apontando os seus limites quando necessário.

⁷ ANHEIM, 2007: 21-22.

⁸ ANHEIM, 2007: 23.

Uma última questão é considerada fundamental pelos autores que se tem vindo a analisar: de que modo as fontes devem ser tornadas presentes no texto historiográfico? Étienne Anheim distingue duas vertentes do problema, uma ligada à construção da amostra documental e ao seu uso, a outra à presença formal das fontes (e do seu tratamento) no próprio texto científico do historiador⁹. Quanto à primeira, seria preciso que o historiador se habituasse – incorporasse mesmo como dever de ofício – a provar a pertinência dos cruzamentos de fontes operados. Na ausência destas operações, assiste-se a um prolongamento da não interrogação de cada fonte, acabando-se por considerar evidente que se possam juntar dados, para refletir uma unidade do real, sem mais questões. Ao invés, deveria caber ao historiador o «ónus da prova», ou seja, demonstrar a pertinência do cruzamento de fontes e a sua legitimidade. E acrescentaríamos, apresentar um possível quadro total das fontes produzidas pela instituição/ diretamente relacionadas com um tema, indicando as grandes constantes da sua ausência / presença, de modo a que as “fontes utilizadas” pudessem ser avaliadas de forma cabal.

No que diz respeito à presença narrativa concreta das fontes, citando Marc Bloch, que considera obrigação do historiador de indicar sempre ao leitor, no início de um texto de História “como consegui saber aquilo que vos vou dizer”, Anheim insiste, como já o haviam feito Morsel e Kuchenbuch, no dever e na prática científica da não ocultação das fontes – o que pode largamente acontecer mesmo quando elas são em notas de rodapé. Este espaço da “fundamentação” acaba por tornar-se um local de “localização de dados”, muito mais do que de prova das afirmações e da construção historiográfica feita em texto. Alguns anos mais tarde, a partir de um balanço sobre os contributos da antropologia para a história, o Autor recupera a questão. Numa novidade em relação às considerações sobre enriquecimento temático e teórico, Anheim confere grande potencialidade, para uma redefinição da relação do historiador com a fonte, ao estudo da forma como os antropólogos contemporâneos documentam, nos seus escritos, o trabalho de campo (de levantamento/ recolha de materiais): caracterização completa da população estudada, apresentação e narrativa da postura, inquérito e vivência “de campo” do antropólogo, assunção do papel de “observador participante”¹⁰. Esta “mise en évidence des procédures de l’enquête» começa lentamente a praticar-se na comunidade dos medievalistas, destacando Anheim três modelos de o fazer, a partir de outros tantos casos reais: expli-

⁹ ANHEIM, 2007: 25.

¹⁰ ANHEIM, 2012/13: 402-411.

cação do trabalho filológico utilizado para depurar as fontes, apresentando os procedimentos concretos de tratamento da informação pelo historiador (por Jacques Dalarun, na obra *Vers une résolution de la question franciscaine*, de 2007); usar como fio condutor da narrativa histórica o próprio tratamento feito ao documento, possibilitando ao leitor “une vision panoramique de la procédure de recherche et non simplement des résultats” (em *Un procès de canonisation au Moyen Âge*, de Didier Lett, 2008); por fim, a análise de um corpus de cartas de inícios do século XVI, sobretudo a partir da perspectiva da sua constituição, transmissão e uso, e não tanto pelas informações que ele transmite, a partir da postura que o trabalho da escrita da história consiste mais na comunicação dos procedimentos científicos do que na comunicação de resultados (Joseph Morsel, *La noblesse contre la ville? Comment faire l’histoire des rapports entre nobles et citadins en Franconie, vers 1500 ?*, 2009)¹¹.

1.2. Olhares históricos sobre a arquivagem e a transmissão

As interrogações sobre as fontes andaram e andam a par com o questionamento do arquivo. No mesmo seminário em que intervieram Joseph Morsel e L. Kuchenbuch sobre as fontes, diversos historiadores e arquivistas escreveram sobre o arquivo, destacando-se, no que ao nosso tema diz respeito, a contribuição de Christine Nougaret sobre o grau de intervenção dos arquivistas nas fontes arquivísticas, e sobre a forma como isso interferia na sua natureza de “produção orgânica”¹². O processo de conservação da documentação como objeto de estudo imprescindível para a correta compreensão das “fontes” (e, logo, idêntica formulação das ideias) é uma das pedras de toque do texto de Joseph Morsel, que insiste portanto na “Logique sociale de la conservation et de l’archivage”¹³. Pouco depois, em 2004, a *Révue de Synthèse* publicou uma edição temática significativamente intitulada «Fabrique des archives, fabrique de l’histoire», onde nos interessa em especial o texto daquele historiador, com a questão da deturpação causada na investigação historiográfica pela não compreensão e desmontagem das formas de arquivagem antiga (contribuição para uma criação retrospectiva do conceito de linhagem, nas famílias nobres de Nuremberga tardo-medieval)¹⁴. Mais tarde,

¹¹ ANHEIM, 2012/13: 417-18. Também KUCHENBUCH, 2004, dedica parte essencial do seu texto a explicar a forma como foi transmitido, ao longo dos séculos, e a terminar (incluindo) em si, uma das fontes da sua tese de doutoramento, o cadastro de abadia de Prüm (p. 294-315).

¹² NOUGARET, 2004.

¹³ MORSEL, 2004: 8-9.

¹⁴ MORSEL, 2004a.

em «Du texte aux archives», o autor propõe um percurso de investigação que comece nas “práticas antigas de escrita”, passe às de conservação (atendendo às suas lógicas sociais específicas e considerando a sério o problema das perdas e destruições), e termine (antes de “começar” o inquérito historiográfico – que assim encontra um “começo” bem anterior) nas de arquivagem, que têm “efeitos maciços sobre a construção do saber histórico”¹⁵.

Uma última breve referência deve ser feita ao texto de Arnold Esch, sobre o problema do «azar» - e das lógicas – da transmissão documental. Não se trata de as lamentar, mas sim de as colocar em cima da mesa da análise do historiador: o que se conserva, o que se perde, porquê e com que efeitos no trabalho do historiador? Esch preconiza a necessidade de incorporar a reflexão sobre as perdas em qualquer construção feita a partir “do que sobrou”, sob pena de absolutizar esta componente; e sugere a ideia de uma história das destruições voluntárias de documentos e arquivos, tentando procurar lógicas diversas do paradigma moderno do “tudo conservar”¹⁶.

1.3. Temas recentes da história social dos arquivos e da informação

Em trabalho de 2009, dedicado aos arquivos de família, apesentou-se uma breve exposição das investigações e reuniões até então realizadas, no âmbito da História social do arquivo¹⁷. Desde então para cá, a multiplicação de reuniões, publicações e projetos tem sido rapidíssima. Dado que existem excelente e recentes estados da questão em algumas destas publicações, remete-se para eles¹⁸, e procede-se a uma breve apresentação das principais linhas deste campo de estudos.

Há duas áreas campos que se mantêm sensivelmente as mesmos, com enriquecimentos quantitativos internos: a história documentária das instituições, sobretudo na área franco-belga e em Itália¹⁹; a história social e cultural do arquivo, em Inglaterra, Alemanha e EUA, na linha da investigação em “knowledge cultures”, e da “history of knowledge”, relativa sobretudo à Europa moderna²⁰. A prossecução de alguns projetos (como o *AR.C.H.I.ves*.

¹⁵ MORSEL, 2009, § 35.

¹⁶ ESCH, 2002.

¹⁷ ROSA, 2009: 17-23.

¹⁸ NÓVOA, 2015: 6-16 (disponível no espaço da autora em www.academia.edu); YALE, 2015; VIVO et al., 2016; VIVO et al., 2016a; WALSHAM, 2016; HEAD, 2016a.

¹⁹ Ponto de situação atualizado (geral, a par da perspetiva mais focadas nos arquivos de casas principescas) em NIEUS, 2016.

²⁰ Os estudos reunidos em CORENS et al. (eds.), 2016 e em VIVO et al., 2016; BRENDECKE, 2015 (capítulo 9. Archival practices. Producing knowledge in early modern repositories of writing).

*A comparative history of archives in late medieval and early modern Italy*²¹) e programas de investigação (nomeadamente na Alemanha, nas universidades de Munique e de Frankfurt) ao longo destes anos, levou ao aprofundamento de aspetos menos conhecidos, como a “profissão” de arquivista²² e os usos eruditos do arquivo, nomeadamente na historiografia²³.

As maiores inovações são, por um lado, a edição de obras de grande fôlego e panorama alargado sobre a história dos arquivos na Europa²⁴; por outro, a focagem no tema derivado, mas timidamente estudado até agora, da “História da Informação”. Aqui destaca-se o extenso capítulo “Information als Kategorie historischer Forschung. Heuristik, Etymologie und Abgrenzung zum Wissensbegriff” [=A Informação como uma categoria de investigação histórica. Heurística, etimologia, e diferenciação em relação ao conceito de conhecimento], que dá o mote de abertura ao livro *Information in der Frühen Neuzeit: Status, Bestände, Strategien* (2008) [= Informação na Época moderna estatuto, stocks, estratégias]²⁵. Os autores propõem uma interrogação histórica da informação, vista como objeto prévio ao “conhecimento”, tema historiográfico mais corrente, aliás objeto da investigação do grupo até então. Cremos que são muitas as potencialidades desta fileira de investigação, em desenvolvimento²⁶, tanto para conferir possibilidade de espessura temporal e de comparabilidade aos questionamentos da Ciência da Informação e da Ciência arquivística²⁷, como para as interrogações historiográficas sobre o “documento”, o “registo” e a relação de ambos com a informação circulante.

2. A influência da Antropologia e dos Estudos pós-coloniais

Entre os diferentes aspetos em que a Antropologia e a História se influenciaram mutuamente, um dos menos conhecidos será o do arquivo como objeto de estudo. Ao contrário do que se possa pensar, não foi na

21 <http://www.bbk.ac.uk/history/archives/> .

22 VIVO et al. (eds.), 2015.

23 VIVO et al. (eds.), 2015a.

24 FRIEDRICH, 2013; CHENK, 2013; HEAD, [2018].

25 BRENDENCKE et al. (dirs.), 2008. Agradecemos penhoradamente a Markus Friedrich a possibilidade de aceder a uma versão inglesa do texto.

26 Aguarda-se para 2018 a edição de *Archives and Information in the Early Modern World*, CORENS et al. (dirs.) (in *Proceedings of the British Academy*).

27 Como referem BRENDENCKE et al. (dirs.), 2008, a abordagem à informação na História por parte deste setores tem levantado escasso interesse.

História que começou o processo – os tradicionais frequentadores do arquivo, ao fazerem-no para irem recolher nele os seus materiais, em função de questionários históricos, tardaram em reconhecer no próprio dispositivo e instituição, um formidável material *de per se*, o primeiro de todos os interfaces entre o investigador e o “real” que ele procura estudar. Como refere Nicholas Dirks,

“Travelers’ tales and adventurers’ yarns have never rendered the archive a major source of narrative, and yet the monumentality of the archive is enshrined in a set of assumptions about truth that are fundamental both to the discipline of history and to the national foundations of history. While these assumptions about truth and history have been critiqued in relation to historical writing (and the use of sources) they have rarely been critiqued in relation to the sources themselves, except inside the very historical footnotes that summon the greatest respect for the archive as repository of ultimate value. The archive is simultaneously the outcome of historical process and the very condition for the production of historical knowledge. The time has come to historicize the archive.”²⁸

Merece referência o facto de se encontrar aqui a mesma reclamação de extensão das preocupações epistemológicas à fonte e ao arquivo que os medievalistas acima referidos denotam; em termos de identificação de sentidos, Dirks apela, ainda, a uma etnografia do arquivo, que identificaria a intrínseca ligação entre ele e a História do Estado, “cujo passado o arquivo foi feito para proteger”²⁹.

Esta preocupação teórica tem-se mantido presente nas numerosas investigações a que deu lugar a uma rápida extensão do interesse pelo arquivo colonial e/ou imperial. É sobejamente conhecida a obra de Ann Laura Stoler, *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense* (2009), que deslocou o foco do arquivo imperial inglês na Índia para o da Indonésia enquanto colónia holandesa, e sugeriu uma leitura “nas linhas do arquivo” para a compreensão do programa de domínio que a instituição tinha inscrito, e a forma complexa como foi aplicado: o arquivo é estudado como produtor de sentido pela sua existência como instituição concentradora de uma saber/poder que é também disputado pelos colonizados.

O alargamento natural aos estudos pós-coloniais produziu já uma vasta

²⁸ DIRKS, 2002: 48.

²⁹ DIRKS, 2002: 58.

quantidade de estudos, nomeadamente sobre a questão do acesso aos arquivos das diversas minorias, incluindo as mulheres³⁰. Para os arquivistas ligados a ações práticas no domínio da constituição de arquivos nas nações nascidas da descolonização – constituição, salvaguarda, comunicação e difusão - a influência dos estudos pós-coloniais foi enorme, e a um tempo ética e científica. No primeiro aspeto, resultou na interrogação profunda da possibilidade do arquivo colonial ser o futuro “arquivo nacional”, bem como a assunção do papel de constituir um arquivo que incluísse a voz das minorias, dos dominados, dos “sem-escrita” e que assumisse assim dimensões de recomposição social em comunidades profundamente divididas. São de tal emblemáticos os trabalhos de Verne Harris na África do Sul³¹, ou a investigação sobre os complexos contextos de criação de arquivos nacionais em novas nações³². Numa segunda fase, e com prolongamentos até ao presente, estas circunstâncias vieram trazer problemas teóricos e alargamento temáticos em torno do eurocentrismo da conceção do arquivo e dos conceitos base da arquivística. Entre os principais, destacam-se as investigações sobre arquivos não tradicionais³³, documentos de arquivo de natureza diferente do que foi conceptualizado como tal na tradição ocidental³⁴, práticas e princípios de arquivo ocidentalizadas conduzindo à má interpretação de documentos, objetos e contextos³⁵, sentimentos das minorias em relação ao arquivo³⁶, conceção de serviços de arquivos que condignamente custodiem, comuniquem e estudem as “vozes indígenas e das comunidades”³⁷, defesa do poder ético do arquivo³⁸.

Sem passar exatamente por estas vias, alguns medievalistas, ligados em especial a correntes de história antropológica, estudaram o arquivo à luz de grelhas analíticas semelhantes. Veja-se, a título de exemplo, três obras de grande poder sugestivo. Em primeiro lugar, o trabalho de Michael Clanchy sobre a relação entre memória e arquivos na Idade Média, demonstrando o carácter compósito dos arquivos medievais ingleses, onde documentos

³⁰ Pela magnitude deste campo, seja-nos permitido remeter para dois estados da questão e análises críticas em POUCHEPADASS, 2008; KETELAAR, 2016.

³¹ HARRIS, 2007; HAMILTON et al. (dir.), 2002.

³² TOUGH, 2009; PUNZALAN, 2006; COOPER, 2007.

³³ BASTIAN, 2012.

³⁴ ANDERSON, 2013.

³⁵ BELOVARI, 2013.

³⁶ LESLIE, 2002; SHILTON & SRINIVASAN, 2007; IACOVINO, 2010.

³⁷ SASSOON & BURROWS, 2009.

³⁸ JIMERSON, 2009.

em pergaminho conviviam com objetos sacros e exóticos, e a este respeito chama a atenção para o anacronismo que consiste a divisão destes conjuntos pelos especialistas modernos da conservação do passado, em museus, bibliotecas e arquivos³⁹; e, nos inícios do que iria desenvolver-se como uma fecunda área de investigação, os cartulários, apresenta os exemplares dos séculos XII e XIII como um desenvolvimento do hábito de copiar/ diplomas dentro de códices de Evangelhos, não somente como uma prática de conservação, mas como forma de ligar a prova ao texto sagrado, que dispensaria até determinadas formalidades a que chamaríamos administrativas. Elas eram consideradas supérfluas porque o "(..) charter was seen as no more than an adjunct or afterthought to a traditional conveyancing ceremony involving living witnesses and symbolic gestures. Confidence in charters as in Gospel books depended primarily upon faith"⁴⁰. A questão central da natureza da prova ("arquivística") como socialmente configurável, que está no centro desta investigação, será magistralmente retomada por um dos maiores expoentes do pensamento arquivístico contemporâneo, Terry Cook, no seu último escrito, no qual insiste sobre a historicização da mesma; a sua proposta vai mais longe, na sugestão de não se opor "memória" a "prova", na diacronia dos arquivos e na variedade contemporânea dos mesmos, para efeitos de compreensão e efetivação do próprio trabalho arquivístico⁴¹.

Já em 2007, o tema da complexa natureza dos arquivos medievais é retomado por Patrick Geary na sua intervenção no Sawyer Seminar organizado por Francis Blouin e W. Rosenberg em torno do tema das "instituições de memória social", que veio constituir um marco na difusão deste "novo" conceito de arquivo.⁴² A contribuição do medievalista americano, provocadoramente chamada "Medieval archivists as authors", termina pela própria crítica à utilidade da noção de autoria, demasiado fraca, apesar da ousadia nela contida quanto ao desempenho dos monges compiladores e redatores de cartulários. Os diversos trabalhos de cartularização monástica que analisa, de facto, congregam uma mistura de componentes bem para além da autoria, mas além também de uma consideração isolada das motivações habitualmente consideradas (religiosas, memorialísticas, administrativas, institucionais): como em múltiplos outros aspetos da sociedade ocidental

³⁹ CLANCHY, 1980-1981: 121-122.

⁴⁰ CLANCHY, 1980-1981: 122-123.

⁴¹ COOK, 2013: 100-104.

⁴² BLOUIN, ROSENBERG, 2007.

pré-moderna, em especial nos seus primeiros séculos, é a presença simultânea, a sobreposição e a “interseção” daquelas variantes que lhe conferem existência: “They exist at the intersection of piety, obedience, expediency, collectivity, and memory.”⁴³

Interessa sobretudo salientar, nestas leituras, a postura teórica que exige uma consideração não anacrónica dos arquivos do passado (e dos seus “coevos contemporâneos»), sob pena de operar uma história progressivista da arquivagem, que não reconheça como tal ações afins e que se construam interpretações históricas simplistas (quando não enviesadas ideologicamente). É neste âmbito que se situa a riqueza do trabalho de Tamer El-Leithy sobre arquivos/ práticas arquivísticas do Cairo medieval⁴⁴. O autor começa por abordar a questão historiográfica do sentido da “ausência de arquivos” no Médio-Oriente otomano, considerada por diversos autores como marca civilizacional (ausência ou fragilidade de estruturas de governo formais e burocráticas) e/ou conduzindo, por parte de outros, a esforços duplicados de pesquisa positivista e empírica. Desmontados os problemas inerentes às duas posturas, El-Leithy propõe uma resposta não anacrónica, que consiste em antes de mais definir o arquivo em função das lógicas sociais do contexto. A investigação é desenvolvida de seguida numa lógica de exploração de casos, em que a definição do material empírico como “arquivo” é apresentada ao leitor de forma aprofundada, tal como o substrato de práticas que o enformam (encarado como uma tradição arquivística com as suas convenções próprias, condições de produção documental específica, lógicas internas, que contemplem tanto os sentidos da produção de arquivos, como das destruições de documentos, comuns no contexto social). O estudo deixa um apelo à “reconceptualização do inquérito” – em vez de procurar arquivos como uma “entidade fixa e estática”, definida em geral pela normativa da História europeia, deve-se investigar o valor dos documentos na sociedade medieval, e os usos que lhe eram dados. Tal permitirá reclassificar como arquivos o que tem sido, por exemplo, considerado “coleções” e, em função da compreensão dos objetivos de constituição, conservação e usos destas pelos seus autores, alargar e redefinir o conceito de arquivo⁴⁵.

43 GEARY, 2007: 112.

44 EL-LEITHY, 2011.

45 EL-LEITHY, 2011: 432 .

3. Um mútuo desconhecimento? História, ciência da Informação, ciência arquivística⁴⁶.

“(...) el fin de la Archivística no es el de “hacer encontrar” a los usuarios de los archivos los documentos útiles para su búsqueda: esta es simplemente una consecuencia de la correcta aplicación en el plano práctico, en cada ordenamiento, de los principios teóricos que rigen esta ciencia. (...) Finalidad de la Archivística es el progreso [científico] de la misma”.

Elio Lodolini ⁴⁷

Aborda-se de seguida o que surge a muitos como um campo científico de difícil compreensão, a começar pela própria denominação e pelo objeto, quanto os quais há ainda uma algo intimidante pluralidade de posições. É fundamental dizer que, se tal se faz a partir do campo da História, tenta-se, primariamente, obliterar tanto quanto possível a perspetiva da “utilidade” para esta disciplina. Dito de outro modo, pensando antes no enriquecimento que pode trazer a (re)construção diversa de um objeto (talvez) comum, por cientistas com outro passado disciplinar e com outras preocupações atuais. Para tal alcançar, tentar-se-á antes de mais caracterizar a área de saber que se constituiu em torno do material com que os historiadores trabalham – que, evidentemente, neste regime de conhecimento não é tal, possuindo um estatuto diverso. Num segundo momento, procurar-se-á, aí sim, refletir sobre o modo como os dados deste novo saber podem alterar o trabalho do historiador, embora, como veremos, não seja frequente o intercâmbio teórico e metodológico.

Assumem-se os riscos de falar de campos de estudo que devem hoje ser encarados pelos historiadores como estranhos ao seu, com apenas uma

⁴⁶ Não ignoramos que, sob diferentes aspetos, a Ciência da Informação e a Ciência Arquivística não são duas Ciências distintas, mas que há escolas com formas diferentes de conceptualizar a relação ente ambas. Na verdade, a recusa, pela Ciência da Informação, da atribuição de um estatuto de ciência de ao que é antes definido como “disciplina aplicada” no seu interior, está no entanto bastante circunscrita ao modelo de Ciência da Informação tal como ele praticado pela chamada “Escola do Porto”. Para a generalidade das escolas, há pertinência científica autónoma no tipo de informação que é estudado pela arquivística e, nas escolas que a conceptualizam como Ciência Arquivística, a relação com a Informação tem diferentes modalidades, mas não se consideram um ramo de uma Ciência abrangente daquele objeto. Em função de tal, do que adiante referimos sobre a solidez de postura científica, publicações e investigação da atual *Archival Science*, e do que vemos como uma relação insuficientemente teorizada - a ideia de “disciplina aplicada” - (cfr. nt. 56) a nossa preferência vai para um modelo mais aberto de relação entre ambos os campos de saber, e uma inserção clara na “Archival Science».

⁴⁷ LODOLINI, 1991: 48-49.

parte de passado em comum – a componente de antiga ciência auxiliar da História da arquivística é tão-somente uma das várias que desaguaram no atual campo de saber. Rejeita-se, portanto, qualquer suspeita de paternalismo da História; de resto, a própria experiência desta, quanto ao seu percurso disciplinar, pode ser relevante: nas últimas décadas, ela passou pelas mais profundas convulsões (incluindo decretos de morte certa e diagnósticos de inutilidade científica), mas conseguiu alcançar o que parece ser hoje um mar mais tranquilo, onde se aceita a pluralidade de escolas, métodos e objetos, e onde se defende o aprofundamento teórico e epistemológico como condição de “melhor ciência”, em detrimento de uma onnipresença da performance metodológica como garante de qualidade⁴⁸.

Este estado de alguma serenidade do campo científico, em função da aceitação da possibilidade de coexistirem diferentes formas de operar, poderá por ser lado ser um exemplo a adotar no campo que resultou da recomposição dos saberes arquivístico, biblioteconómico e documentalista (sob os influxos concomitantes da “Ciência da Informação” de matriz tecnológica, e da “Ciência da comunicação”). De facto – é forçoso dizê-lo –, a luta pelo assento académico e pelos recursos para a investigação, bem como uma ânsia em estabelecer o que quase se configura como “kit de nova ciência”, parece ter levado algumas escolas a posturas de exclusão, a classificações de centro-periferia, a uma tendência a operar com juízos de autoridade, à formulação de princípios disciplinares de modo algo apressado (o perigo das “definições persuasivas” em Ciência da Informação, de que falam cientistas tão experientes na área como Rafael Capurro e B. Horjland⁴⁹) e ao concomitante deficit de capacidade de projeção/ diálogo mais alargado (internacional e interdisciplinarmente). Poderá ainda obstar ao receio – mais que natural – que a grande variedade de definições de objeto de estudo, métodos e teorias de o(s) abordar – conduza à dispersão/ atomização de um campo científico em consolidação, à perda dos importantes ganhos teóricos e uma reconfiguração negativa dos espaços académicos e de investigação alcançados. Parece-nos, de novo a partir do que a História aprendeu à sua própria custa – tornando-se científica e eticamente melhor depois da ultrapassagem da tormenta -, que tal não é o percurso natural do campo científico, precisamente porque nas condições atuais de produção e difusão de conhecimento, o modelo oitocentista de ascensão e consolidação de ciências, tendencialmente único e imperialista, já não está em funcionamento: não

⁴⁸ AURELL, 2005; IGGERS *et al.* 2008.

⁴⁹ CAPURRO & HORJLAND, 2007: 154-55.

resiste à rede, à multiplicidade de fóruns com capacidade para se fazerem ouvir, à diversidade de modos de validação do conhecimento, a, finalmente, um saudável relativismo pós-moderno em relação a narrativas disciplinares únicas e a projetos de poder científico.

Como referido de início, existem formas diversas de definir este campo de estudos, que assentam, antes de mais, em diferentes conceções do objeto. Sem poder evidentemente desenvolver o assunto em profundidade, concentrar-nos-emos nas duas grandes formas que dizem respeito ao tema em estudo: a Ciência da Informação e a Ciência Arquivística.

A primeira apresenta particulares questões, pois existe uma enorme pluralidade de definições quer do campo de saber, quer daquele que será o seu objeto quer, ainda, da sua relação com aquilo que consideram saberes internos setoriais (e que outras perspetivas consideram ciências autónomas). Assim, antes de mais, há uma disputa interna na própria Ciência da Informação, que implica metodologias complexas para a seleção de objetos, teorias e métodos – dito de outro modo, esta seleção não pode ser feita sem o exame do campo e só é credibilizada se as escolhas teóricas e metodológicas assentarem em fundamentos sólidos, reconhecidos como tal pela comunidade científica internacional. Um exemplo claro da demonstração destas dificuldades foi o estudo de Chaim Zins, publicado em 2007, resultante de uma metodologia de inquérito Delphi, em que foram sucessivamente recolhidas, analisadas e sopesadas definições de objeto, método e teoria em Ciência da Informação provenientes de cinquenta e sete “leading scholars” da área⁵⁰. O Autor destaca a diversidade, e tenta propor uma síntese, definindo seis grandes modelos; de seguida, privilegia o modelo mais aceite, a que dá o nome de “culture model” (“a Ciência da Informação consistindo no estudo dos aspetos mediadores do fenómeno D-I-K-W [*data-information-knowledge-wisdom*], tal como são implementados no domínio cultural”), o que o leva a sugerir a substituição do conceito de “Ciência da informação” por “Ciência do conhecimento”⁵¹.

A Ciência da Informação encontra-se assim, ainda, num momento de definição interna, que surge porém como especialmente consistente nas sedes que assumem teorias e metodologias partilhadas de construção do saber. Parece-nos pouco provável, à luz da diversidade patente nestes e noutros estudos recentes⁵², que colocam acento, nomeadamente, na plura-

⁵⁰ ZINS, 2007; ZINS, 2007a; ZINS, 2007b; ZINS, 2007c; DEBONS, 2007.

⁵¹ ZINS, 2006.

⁵² FONDIN, 2005; BORGES & SANZ CASADO, 2009; STOCK & STOCK, 2013 (sobre o livro e

lidade de métodos de investigação⁵³, que se chegue a uma definição única – e resta interrogar, claro, se tal seria desejável, em vista do progresso do conhecimento.

Pela relevância que adquiriu no panorama universitário português, não poderíamos terminar sem referir – ainda que brevemente –, entre as várias perspetivas da Ciência da Informação, aquela que tem vindo a ser definida por um grupo de cientistas e académicos sediados na Universidade do Porto, a partir da década de 90 do século XX⁵⁴. Tentando não trair o pensamento dos membros do grupo – que tem, naturalmente, sofrido alterações com a passagem do tempo – apontaríamos, como suas características centrais, a aceitação da Informação como objeto de estudo e núcleo unificado da disciplina científica (“Ciência da Informação”), a adoção da teoria sistémica de Ludwigg von Bertalanffy como linha teórica, e do “método quadripolar” como metodologia⁵⁵. Em termos de posicionamento da Informação em relação aos saberes provenientes das áreas tradicionais da documentação, se num primeiro momento se falou de ciências internas, veio-se paulatinamente a conferir-lhes o estatuto de “disciplina aplicada”⁵⁶. Este grupo

a sua receção no modelo português de Ciência da Informação, veja-se a recensão alargada de SILVA, 2016); SILVA & GOMES, 2015.

⁵³ CHU, 2015; GAUCHI RISSO, 2016.

⁵⁴ Tomando como pontos de chegada da primeira fase da reflexão a tese de doutoramento de Fernanda Ribeiro (RIBEIRO, 1998) e o livro *Teoria e prática de uma ciência da informação* (SILVA et al., 1998).

⁵⁵ SILVA et al., 1998; SILVA & RIBEIRO, 2008²; sobre o “método quadripolar”, SILVA, 2014. Pensamos ser imperativa uma apreciação extensa desta proposta, que ganhou presença em trabalhos académicos do setor - valha a verdade que por vezes de forma quase ritual, não correspondendo a uma real alteração do trabalho realizado. Sem desmerecer de modo algum no esforço dos seus proponentes para reforçar cientificamente a conceção específica de Ciência da Informação que elaboraram (em especial Armando Malheiro da Silva, que defendeu extensamente o “método quadripolar” no último artigo publicado sobre ele - SILVA 2014), haverá que alargar o debate aos adeptos de visões diversas da arquivística, e avaliar as mais-valias da aplicação da proposta. De resto, será imprescindível, aqui como em qualquer outro campo disciplinar, praticar a moderna crítica da Ciência, isto é, a que defende ser necessário, para compreender as “teorias” elaboradas por grupos académicos, ter em conta as configurações institucionais e os jogos de poder dentro das redes universitárias e de investigação, em especial em épocas de reconfiguração dos saberes, em que setores tradicionalmente marginalizados – v.g. por serem considerados “técnicos” – empreendem trajetórias de acesso àquelas esferas e, depois, de consolidação do estatuto, por vias diversas, não unicamente de construção científica (nada de diferente, de resto, ao anteriormente feito pelas ciências já instaladas). Porém, pela vastidão do tema, e a seriedade com que merecem ser abordadas as ideias em apreço, não seria possível tratá-lo de forma abreviada no âmbito de um artigo que procura contemplar a totalidade do campo científico, e não apenas uma das correntes deste. Preparamos um estudo sobre o assunto, que contamos publicar com brevidade.

⁵⁶ RIBEIRO, 2011. Na impossibilidade de fazer neste texto uma crítica mais alargada a este posicionamento, e porque a que temos em preparação, como referido na nota anterior, deixamos aqui alguns breves apontamentos, que atestam pelo menos a importância e urgência que conside-

científico esforçou-se por conseguir uma inscrição académica e de investigação *de per se*, com notável investimento nos modelos de formação universitária, tendo-se inserido, em termos de modelo internacional formativo e de investigação, no consórcio “iSchools”⁵⁷. Foi ainda despendido um significativo esforço na produção de literatura didática e de instrumentos de trabalho (com conceptualizações, e precisões terminológicas, nomeadamente, entendidas como fase imprescindível de afirmação de uma ciência)⁵⁸, bem como nas relações internacionais (embora a projeção seja sobretudo no Brasil). Nos últimos anos, a produção científica tem incidido, em Portugal, numa revisitação de alguns temas fundadores, como a metodologia, e a centralidade da informação⁵⁹; no Brasil, estudiosos mais inclinados para a esta escola de pensamento, outros dela mais críticos, têm trabalhado, com notável domínio da informação teórica atualizada e diversificada, em pontos por esclarecer ou debater, nomeadamente no que toca à relação da “disciplinas/ciências aplicadas” com a Ciência da Informação⁶⁰, ou no conceito de documento em relação ao de informação⁶¹.

Vejamos agora a segunda forma de configurar o campo disciplinar, a denominada “Ciência Arquivística”. Em muitos âmbitos académicos e de investigação, embora a Ciência da Informação seja considerada um campo científico da maior relevância, a arquivística é creditada com o estatuto de ciência, independente da primeira, e com ela tecendo relações de igual para

ramos dever ser atribuída à discussão do tema. No nosso entender seria urgente e imprescindível uma definição mais clara do que é uma “disciplina aplicada” (e esclarecer oscilações como a “ciência social aplicada” (SILVA, 2006: 140-141); de outro modo corre-se o risco de reproduzir a dicotomia ciência/ técnica de que a arquivística, a biblioteconomia, etc, tanto criticaram quanto à natureza da sua relação com a História. Um esforço de definir de modo claro e concreto a posição da arquivística dentro da CI, data de 2000 e não foi sistematicamente perseguido (SILVA, 2000). Em SILVA & RIBEIRO, 2008², a negação do estatuto de ciência à *Archival Science* e à *Library Science* é categórica, porque se considera que são “aplicações ou especificações teórico-práticas ínsitas a um «território» uno e identificável como tal” (p. 79) (talvez o termo “território”, com a sua conotação possessiva e fronteira, não seja a melhor maneira de definir um “campo científico” hoje em dia). De resto, dada a importância, capacitação científica, e inscrição académica da *Archival Science* (como adiante brevemente veremos), seria importante estabelecer um diálogo mais assíduo e fundamentado com os seus autores e fóruns de discussão; tal permitiria, por um lado, reforçar a cientificidade da proposta portuguesa, e, por outro, difundir as suas questões em ambientes mais alargados e críticos.

⁵⁷ <http://ischools.org/>

⁵⁸ Veja-se por exemplo SILVA, 2006: 137 e ss; e a ferramenta *DeltCI - Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação* (disponível em <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1668>).

⁵⁹ SILVA, 2015; SILVA, 2016.

⁶⁰ SILVA *et al.*, 2009; ARAÚJO, 2011.

⁶¹ RABELLO, 2009.

igual. O fundamento da distinção é, antes de mais, a especificidade da informação arquivística, e a complexidade das operações analíticas sobre ela realizada⁶². Na sua denominação mais corrente, em língua inglesa, a «Archival Science» é sobretudo um produto do repensar da arquivística pelas correntes pós-modernas⁶³, na qual confluíram as tradições arquivísticas e – parcialmente – de gestão documental da área norte-americana, canadiana e australiana, com a participação de arquivistas e *media-scientists* europeus como Eric Ketelaar ou Theo Thomassen⁶⁴, e com uma forte ligação às Ciências Sociais. Em 2002, no primeiro número da revista *Archival Science*, onde a escola encontra uma expressão privilegiada, Theo Thomassen subscreveu um artigo elaborado coletivamente que funcionou como manifesto da Ciência proposta (note-se que apresentado como podendo coexistir com outras perspetivas, aberto, e em progresso)⁶⁵. Os conceitos centrais são apresentados como o “documento [contendo informação ligada a processos]”⁶⁶ e o “arquivo”. Distingue-se de outras ciências em função do seu objeto, objetivos e metodologia:

“Its object is process-bound information, which is to say: both the information itself and the processes that have generated and structured that information. Its aims are the establishment and maintenance of archival quality, that is to say: of the optimal visibility and durability of the records, the generating work process and their mutual bond. Its methodology is the analysis, recording and maintenance of the links between the function of the information recorded on the one hand and its form, structure and provenancial context on the other”⁶⁷.

Tem uma ligação estreita às ciências sociais, nomeadamente à História social do arquivo (iniciada pela ligação à área de estudos do “power/ knowledge” de Peter Burke) e à antropologia/ estudos pós-coloniais. Apresenta um pensador teórico forte em torno da reconceptualização dos conceitos fundadores

⁶² THOMASSEN, 2001; KETELAAR, 2013; MCKEMMISH & GILLILAND, 2013; MACNEIL & EASTWOOD, 2017².

⁶³ Foi seminal o estudo de COOK, 2001; para um balanço, com olhar mais relativista, HARDIMAN, 2009; KETELAAR, 2016.

⁶⁴ Para uma apresentação da área, RUMSCHÖTTEL, 2001; KETELAAR, 2007.

⁶⁵ THOMASSEN, 2001.

⁶⁶ Optámos por esta formulação para uma correta tradução de *record*, na aceção seguida (THOMASSEN, 2001: 374).

⁶⁷ THOMASSEN, 2001: 382. Remetemos para o artigo para uma caracterização completa, que aqui nos é impossível fazer.

da arquivística, e um acentuado engajamento social, como envolvimento nos debates e ações sobre arquivos de comunidades, de minorias, novos tipos de arquivo, “desprovincialização do arquivo”, criação e discussão das instituições de memória social, etc. A revista *Archival Science*⁶⁸ é um dos seus principais fóruns, se bem que a linha editorial de publicações como a *The American Archivist*⁶⁹ (da *Society of American Archivists*), a *Archivaria* (da *Association of Canadian Archivists*)⁷⁰ e a *Information and culture* (editada pela *School of Information- U. Texas*) seja afim (a última dedicando-se, em especial, à história da informação, dentro do campo da Ciência da Informação)⁷¹. Nos últimos anos, os membros e as instituições de ensino ligadas à esfera da *archival science* têm dedicado uma atenção particular à investigação, desenvolvida em amplas redes internacionais. São exemplo da pujança alcançada a publicação recente de uma Enciclopédia da área de saber⁷², e da obra coletiva dedicada à investigação que nesta se leva a cabo, significativamente intitulado *Research in the Archival Multiverse*⁷³, assumindo a tendência crescente dos membros da AS para tomar como objeto o “mundiverso arquivístico”. De algum modo em paralelo com o já referido consórcio *iSchools*, e em reação a este, constituiu-se a partir de 2008 o consórcio *AERIS* - “Archival Education Research Initiative”⁷⁴-, com o qual cremos que seria importante desenvolver relações institucionais, por parte das universidades portuguesas.

Após uma apresentação em que, apesar dos condicionalismos de espaço, se tentou não atraiçoar a riqueza da reflexão deste(s) campo(s) do saber, ou destas formas diversas de construir um campo de saber, passemos ao conjunto de reflexões (ou interrogações/ perplexidades) sobre o modo como os ganhos daquele podem alterar o trabalho histórico. Repetimos a insistência na necessidade, por parte do historiador, de uma aprendizagem não utilitária de conceitos, metodologias e teorias. É fundamental, antes de mais, perceber o que dizem a Ciência da Informação e a Ciência Arquivística quanto ao documento, à informação, ao processamento de ambos, em si e por si, e não quanto às operações historiográficas.

68 <http://link.springer.com/journal/10502>.

69 <http://americanarchivist.org/?code=same-site>.

70 <http://archivaria.ca/index.php/archivaria>.

71 <http://www.infoculturejournal.org/>.

72 DURANTI & FRANKS, 2015.

73 GILLILAND et al., 2016.

74 <http://aeri.website/>; PUNZALAN, 2017. Os “institutes” são encontros de formação anuais hospedados pelas diferentes instituições parceiras.

Nas últimas décadas, o enorme interesse das Ciências Sociais pelo “arquivo” conduziu à aceitação generalizada de aspetos que antes passavam despercebidos. Referimo-nos, em especial, aos tópicos do arquivo como construção, dos arquivistas como mediadores/ transformadores ativos, do arquivo como dispositivo de domínio. Para os historiadores, além destas questões, há um muito maior interesse pela história dos saberes arquivísticos e biblioteconómicos, se bem que o seu contacto com estes aspetos – como nos casos anteriores – nem sempre seja feito por via da reflexão da Ciência da Informação ou da Ciência Arquivística.

Cabe porém perguntar qual a receção a ideias e questões de índole mais teórica e metodológica, em especial aquelas que estão no coração da constituição, como ciências, de antigos saberes existentes na órbita da História, que aí realizavam funções que, embora de relevo, eram subalternizadas. Dito de outro modo e considerando agora expressamente a arquivística, até que ponto a “revolução” que levou à capacitação científica desta como ciência, teve repercussões na forma de os historiadores pensarem aqueles materiais? A questão é tanto mais relevante quanto a nova ciência trabalha sobre uma significativa parte dos materiais da História.

O caso dos conceitos de documento e de informação pode servir-nos a uma primeira resposta, necessariamente exploratória. O conceito de “documento” é fundador na historiografia, como se ensina a qualquer aprendiz de historiador. O alargamento dos tipos de documento e a construção de questionários para os estudar foram pedras de toque da renovação historiográfica dos *Annales* e não só, sendo hoje um dado adquirido na prática da História. Porém, como vimos acima, a questão da natureza do ato e do pré-ato documental raramente esteve no *mainstream* da reflexão historiográfica. Ora, quer do lado da Ciência Arquivística, quer do lado da Ciência da Informação como ciência social, há uma enorme literatura sobre a natureza do documento, do “record”, da informação registada e não registada, do “ato informacional”, que toma estes conceitos e realidades como objeto mesmo da sua investigação, de modo não retrospectivo, ou seja, não os olhando como «fonte», como «vestígio», ou em função do que “sobrou” dela, mas a partir do momento do seu proferimento e subsequente conservação/destruição. Como é que as correntes que insistem particularmente na “Informação” como objeto de estudo, que integram a antiga Arquivística (de diferentes modos)⁷⁵, podem contribuir para a reflexão do historiador? O que é a “informação” para essas correntes? O que é a discussão “informação

⁷⁵ BLOUIN & ROSENBERG, 2011.

vs documento” e a separação daquela do seu suporte? Não pode levar à descontextualização e à ignorância do papel constituinte do “conteúdo da forma”, esse enorme ganho da “viragem linguística”?

Alguns trabalhos da Ciência Arquivística sobre as práticas de registo da informação contêm reflexões muito semelhantes às dos historiadores quanto aos limites das formas de conhecimento do “real” através de vestígios, traços, etc, introduzindo a mesma distância que aqueles já reconheceram quanto à possibilidade de conhecer o passado “tal como ele foi”. Um exemplo extremamente interessante é o estudo de Ciaran Trace, «What is recorded is never simply “what happened”. Record keeping in modern organizational culture», onde se interroga, a partir da Ciência Arquivística, a construção social do registo/documentalização, recusando uma visão ingénuo de que se regista “o que aconteceu”. A riqueza adicional da investigação nasce do facto de se centrar na produção de informação e seu registo (documentalização) de um produtor com regras institucionais prévias e muito formalizadas, para a concretização daquele ato – a polícia, no seu tratamento da delinquência juvenil –, que porém são constantemente negociadas e seleccionadas⁷⁶. O documento que documentaria o “real” pode, assim, “não documentar”.

Este exemplo mostra como uma forma muito relevante de colaboração será a partir da explanação dos conceitos, das lógicas de trabalho e da história da constituição disciplinar feita pelos próprios cientistas destes “novos” campos⁷⁷. Há um conjunto de barreiras tão mais difíceis de transpor quanto ou são demasiado familiares, ou demasiado ocultas. Estão no primeiro caso as redefinições de conceitos, mantendo as palavras conhecidas pelos historiadores; no segundo, a cientifização do que o historiador via como “técnicas” do arquivista, etapas mais ou menos desinteressantes que este ia realizando a fim de preparar os materiais de trabalho. Neste âmbito, são iluminadores os textos de Terry Cook sobre a evolução histórica da “archival science”, e sobre as “novas formulações de novos conceitos”⁷⁸. A reflexão sobre o passado e a prática disciplinar feita pelos próprios – com

⁷⁶ TRACE, 2002.

⁷⁷ “... let me to consider, in light of the increasingly frequent analysis of the archive within the academy, what it means to “be cognizant of [the archives’s] horizons, wary of its distortions, sceptical of its truth claims and critical of its collaboration with state apparatuses.” In other words, how does one effectively historicize the archive? One possible approach to this question is to focus on the logics and practices of “the archive”: interpretation, classification, identity, evidence and authenticity.” ROBERTSON, 2006: 70

⁷⁸ COOK, 1997; COOK, 2001; COOK, 2009; COOK, 2013.

todos os riscos que possa ter (mas neles também incorre o historiador ao fazê-lo para a sua ciência) – é muito mais rica do que feita por elementos externos. As tentativas de “bridge the archival divide”, encontrando novas formas de colaboração, de igual para igual, fundadas num conhecimento mútuo, e respeito pelas diferenças (muito mais do que numa bem intencionada ideia de interdisciplinaridade), que vemos em arquivistas como Tom Nesmith ou que presidem às conferências I-CHORA, são outros tantos exemplos a seguir⁷⁹.

Olhando a partir dos contributos da História, de que modos podem ajudar, por seu lado, linhas historiográficas pioneiras como a referida tentativa da historiografia alemã das práticas de saber e conhecimento, para historicizar a “informação” e situá-la como manobra antecessora do “conhecimento”? A ideia de informação como matéria diferente (prévia, concomitante) ao ato de registar, e a existência de todo um conjunto de práticas da sua “gestão” foi colocada no centro dos problemas, a partir dos anos ‘30 do século XX, pelas correntes da “information management” e “records management” – portanto, então, muito longe da “arquivística clássica”. A(s) conceptualização(ões) da “gestão da informação” pela Ciência da Informação e pela Ciência Arquivística podem ser usada pelo historiador? Capturar no tempo algo expresso (também) na pré-documentalidade obriga ao desenvolvimento de técnica de pesquisa novos, à valorização de indícios específicos. Os estudos sobre registo, manuseio e uso de informação em administrações complexas, a partir dos objetos materiais que a tal serviam (índices, inventários, instruções, etc) como os levados a cabo por Randolph Head para a Europa dos séculos XV a XVIII, são sem dúvida um passo de relevo⁸⁰; e o apelo a “novos protocolos de investigação”, que partam da «imaginação científica» do historiador, feito por E. Anheim, para abrir a profundidade retrospectiva da “fonte”, encontra aqui, talvez, uma aplicação possível.

A exposição das grandes linhas de referência teórica, na múltipla convergência disciplinar que as forma, demonstrou, espera-se, as virtualidades e vantagens de uma reflexão conjunta. A partir do lugar de que se fala, o da História, ela consubstancia-se, antes de mais, na possibilidade de um olhar renovado e mais profundo sobre os materiais de trabalho. Na segunda parte do texto, ir-se-á, assim, apresentar uma proposta concreta nesse sentido.

⁷⁹ Alguns textos essenciais: NESMITH, 2004; NESMITH, 2005; BLOUIN & ROSENBERG, 2011; ROBERTSON, 2011.

⁸⁰ Serão recolhidos em HEAD, [2018]; veja-se entretanto HEAD, 2015; HEAD, 2016.

II PARTE – Proposta de um percurso de investigação

Il n'existe pas pour l'histoire de source qui n'aurait pas existé d'abord en tant que document de son temps

*Ludolf Kuchenbuch*⁸¹

O percurso de investigação que se apresenta nasceu, com efeito, da frequência de várias áreas que não são a da formação própria – antropológica(s), arquivísticas, “informativas” – e da intenção de as conciliar, com um olhar sobre a História que não a classifique como “saber sobre o passado”, mas antes ciência da transformação social no tempo (numa temporalidade complexa)⁸² – e que toma como núcleo e local ideal para observar esta transformação, a “vida” dos materiais de trabalho, eles próprios existentes no tempo, por este continuamente trabalhados, e sendo também co-presentes do historiador. Nasceu, ainda, de uma prática de trabalho historiográfico, que no convívio com elas foi evoluindo, e acumulou insatisfação contra um modo de fazer História não interrogativo dos materiais⁸³.

O objetivo central é, portanto, o de reconstruir todo o caminho das chamadas “fontes”, na sua integralidade: da informação à materialidade documental, passando pelos usos ao longo do tempo, incluindo aqui as edições e a historiografia. Adequando a terminologia, estudam-se processos sociais com informação/ documentos, e com/ em arquivos/ sistemas de informação. Caso o arquivo/ sistema de informação, não exista, ou exista apenas parcialmente, procurar-se-á reconstituí-lo até ao maior nível de completitude possível, anotando, sempre, as operações realizadas para tal.

Entendemos este caminho – da produção de informação à utilização pelo historiador – enquanto processo social, com carácter dinâmico: a produção de informação – documentalização – arquivização (organizacional e histórica), com consideração do que se conserva e do que desaparece / desa-

⁸¹ KUCHENBUCH, 2004: 306.

⁸² Sobre a questão, MORSEL, 2016.

⁸³ No que toca à sua aplicação em arquivos de família, deve mencionar-se o trabalho colaborativo realizado com as doutorandas que prepararam ou preparam doutoramentos sobre o tema, desde 2009: Rita Nóvoa (cfr. NÓVOA, 2015); M^a João Andrade e Sousa; Margarida Leme; Alice Gago; Filipa Lopes; Judit Gutierrez de Armas. O programa ARCHIFAM e o projeto INVENT.ARQ também permitiram as discussões com outros colegas, sendo obrigatório destacar os generosos e sábios contributos de Armando Malheiro e de Abel Rodrigues, pioneiros na elaboração e aplicação de princípios e métodos de tratamento dos arquivos de família que têm sido de grande utilidade ao trabalho realizado na FCSH.

pareceu. É antes de mais necessário incorporar a perspectiva de que as instituições de Antigo Regime produziram informação e arquivos institucionais. Quando existiam, eram organismos vivos que geriam estes campos de ação. Elas não eram/ são os “seus” “arquivos históricos” que hoje se encontram depositados nas atuais instituições arquivísticas patrimoniais; e analisá-las segundo o percurso proposto implica sair deste horizonte final, que não raras vezes o historiador nem sequer interroga, tomando-o, como referem J. Morsel e L. Kuchenbuch, como ponto de partida. A perspectiva a adotar é, ao invés, estudar o processo que faz do arquivo histórico o ponto de chegada: a produção e gestão de informação [organizacional] no passado, como fazem os gestores de informação de hoje: origens, fluxos, lógicas, representações, comunicação intra e inter-institucional. Parte-se da reconstrução do universo, ou do panorama, de produção de informação e posterior documentalização, tendo-o em conta em si: tanto para a análise histórica global, como para avaliar de forma correta “o que restou”, não o absolutizando.

É por fim importante lembrar que, no caso das instituições de Antigo Regime, a natureza da informação circulante, gerível e documentalizável, não era apenas escrita – ou nem era maioritariamente escrita. Um aporte particular tanto da História antropológica, como dos estudos dos atuais arquivos de comunidades, ou dos “arquivos diferentes” (de matriz não europeia moderna, orais, pictóricos, simbólicos, etc), será o de incluir neste percurso a consideração, recolha e tratamento da informação imagética e oral, simbólica, memorialística e cerimonial, que era essencial para o funcionamento (e nossa compreensão) de muitas comunidades / grupos sociais, nomeadamente «Casas» e outras configurações institucionais da família: brasões, edifícios, relatos orais, etc.. Os estudos sobre arquivos de civilizações sem escrita, por exemplo, ajudam à perceção como terá sido feita a gestão e conservação da parte oral da produção de informação pré-moderna – ou pelo menos à tomada em conta da sua existência.

Apresenta-se aqui a aplicação deste percurso a um arquivo de família, do qual existam documentos diretos (eventualmente, adicionando-lhe referências de inventário aproveitáveis e/ou trabalhando numa reconstituição dos documentos produzidos e recebidos através dos exemplares pertencentes a arquivos de instituições relacionadas). A proposta é porém passível de outras escalas de aplicação – redes de várias instituições formalmente conectadas (produção e conservação de informação organizacional de uma ordem religiosa, por exemplo), ou espaços administrativos (produção e conservação de informação organizacional das instituições de uma circunscrição); em abordagens que congreguem fontes de diversa origem em torno de questões

(temas, geografias)⁸⁴, ou, ainda, quanto a uma fonte específica ou a tipologias de fontes (hagiografia, cronística: qual a estrutura de informação produzida e conservada que estamos a usar como central?)⁸⁵. É também possível, por fim, pensar para ela um escopo mais vasto: a partir da reunião de estudos sobre a produção e conservação da informação e da documentação organizacionais das diversas instituições de Antigo Regime (da Coroa, da Igreja, das diferentes formações corporativas), operar uma reconfiguração da paisagem informacional/documental daquela sociedade, desenhando um “mapa” das instituições, dos atos informacionais por elas produzidos e da sua “documentalização” e conservação – na esteira das propostas de Paolo Camarossano e seus continuadores⁸⁶. Nesse projeto, e partindo da assunção de que o “modelo arquivo nacional” destruiu aquela “paisagem”, e que é ilógico e lateral pensar nela a partir dos “arquivos onde hoje estão os fundos”, procurar-se-ia reconstruir uma rede de produção informacional e arquivística diversa, que passasse também pelo estudo da forma como os “nexos foram desligados”⁸⁷ nesse processo de transformação de arquivos organizacionais em arquivos históricos, que foi afinal o *road map* de uma outra paisagem – aquela onde viajou o historiador da Nação oitocentista (e viajam os seus sucessores?), para criar um discurso histórico que, desde os próprios fundamentos, falava mais – sem o dizer – desse “brave new world” do que do passado.

Percurso de investigação para a reconstrução da produção, documentação e conservação da informação organizacional pré-moderna.

O percurso é constituído por cinco etapas, que consistem, respetivamente: 1) estabelecimento de um conjunto de questões teóricas e metodológicas que sustentem um tratamento de fontes que seja, em si, tarefa científica de pleno direito (v.g., definição de arquivo tendo em conta o

⁸⁴ Seja-nos permitido remeter para um primeiro ensaio de tal, quanto ao tema da religiosidade dos leigos, no espaço da diocese de Viseu na Idade Média, contemplando fontes eclesíásticas, régias, e dos leigos (ROSA, 2016: 520-524)

⁸⁵ Como por ex. em LETT, 2008.

⁸⁶ A ideia de “cartografar” (estrutural e geograficamente) a produção de fontes surge da obra clássica de CAMAROSSANO, 1991; foi recentemente retomada, para Itália, num projeto denominado “Atlante della documentazione comunale (secoli XII-XIV)” <http://scrineum.unipv.it/atlante/ambiti-produzione/>), que oferece um modelo muito acabado de apresentação dos dados e dos problemas, feito no âmbito do projeto “PRIN *Culture politiche e pratiche documentarie nell'Italia comunale e signorile (secoli XII-XIV)*” (Universidades de Verona, Turim, Génova e florença), dirigido por Gian Maria Varanini; e sugerida como possibilidade, para as tipologias documentais da Europa pré-moderna, por Eddy Put, arquivista dos Arquivos Estatais Belgas e professor em «Archival studies» na Universidade Católica de Lovaina (PUT, 2007).

⁸⁷ Expressão inspirada no título da obra *I nessi slegati* (QUARTA, 2015).

contexto histórico, identificação de fontes institucionais para o estudo do mesmo e da instituição produtora, definição de abordagem teórica à organização produtora); 2) estudo aprofundado da história custodial, e levantamento preliminar das características da documentação de que se dispõe, nomeadamente quanto organizações já existentes e completitude; 3) caracterização, ponto por ponto, e a partir das fontes institucionais identificadas em (1), conjugadas com o reconhecimento dos materiais feito em (2), das formas como a organização em estudo produzia informação e a transformava em documentos, e como usou, conservou ou destruiu, ambas as instâncias; 4) junção dos dados até aí coligidos, para descrição substancial da estrutura da organização que lhe permitia produzir informação e constituir arquivo de determinados modos; tradução da mesma em instrumento do tipo “quadro de classificação”; por fim, organização da documentação restante (e/ou a reconstituída, ser for o caso); 5) colocação de questões historiográficas a partir de um tratamento aprofundado e científico – não exclusivamente “técnico” dos materiais (“fontes”). Serão evidentemente de diversa ordem, a partir dos questionários próprios à disciplina História, elaborados no cruzamento da historiografia e da teoria.

1. Questões teórico-metodológicas prévias

Bases de abordagem ao tratamento científico dos materiais, incorporados nos questionamentos historiográficos e teóricos de partida, e não colocados na fronteira anterior destes.

1) O arquivo e a organização em contexto

Definir uma abordagem de antropologia histórica do arquivo: evitar procurar o que não existia, distinguindo entre “práticas arquivísticas” e “arquivos”, entre “arquivos organizacionais” e “arquivos históricos”.

2) Fontes de história da informação e do arquivo

Definir e estudar as fontes desta natureza: o próprio acervo, constituições, regulamentos, documentos constitutivos/organizacionais; no caso da família, instituições de morgadio, testamentos, dotes, partilhas, outras indicações sobre a natureza institucional da família; inventários, índices, instruções sobre a conservação, recuperação documental).

3) A natureza da organização

Estudar a organização (família institucional, casa, morgadio, fideicomisso, etc). “Nova História” da família e das “casas”. Atenção historiográfica

renovada quanto às formas legais de enquadramento (fideicomisso). Antropologia histórica das organizações/ instituições; história institucional e administrativa.

2. Estudo das reconfigurações não-organizacionais dos arquivos

Reconstrução da forma como a documentação chegou até ao investigador, constituída em arquivo (mais ou menos “arquivisticamente formal”): cadeia de custódia, sua quebra (e qual), efeitos desta na integridade, organização, etc, dos acervos.

1) Estudar a extinção da organização e o processo de entrada em custódia pública dos documentos: história e formas (sécs. XIV-XVIII- legislação régia e eclesiástica sobre registo de vínculos; administração de casas; século XIX – legislação estatal sobre registo e extinção de vínculos; administração de Casas)

e/ou

2) Estudar a extinção da organização e o processo de entrada em custódia pelos proprietários privados (no caso dos Arquivos de Família, em geral, descendentes): recriações de distinção e afeto; usos. Uma “outra relação com o passado” (a valorizar a partir dos paradigmas de arquivos de comunidades, função identitária e memorialística do arquivo, etc).

3) Havendo, estudar e criticar a classificação e descrição arquivística (amadora ou profissional) da documentação

3. Estudo dos processos de produção, documentalização, conservação e uso da informação organizacional

O objetivo desta parte do percurso é o conhecimento aprofundado da informação produzida pelo corpo familiar, da sua documentalização, conservação e usos. Visa conferir a esta documentação um carácter organizacional e orgânico – “oficial”/ legal no contexto que este termo deve revestir no tipo de sociedade em que se insere –, e compreender os meandros da forma como o corpo familiar se relacionava com aquela, e de que modo a usou em sua defesa e proveito. Pretende ainda evitar o uso exclusivo dos “dados objectivos” (v.g., para estudo de patrimónios, parentesco, cultura, etc), sem que seja acompanhado de uma radiografia da forma como a instituição se documentou a ela própria. Finalmente, é um auxiliar muito importante para avaliar as perdas de documentação e os motivos destas, contri-

buindo para uma exatidão maior das hipóteses elaboradas a partir dos documentos existentes.

As fontes para este estudo são os próprios documentos, caso subsistam, e/ou inventários antigos dos arquivos (caso fidedignos e com informação utilizável, nomeadamente quanto a datação e teor dos resumos documentais), e/ou as cópias/ originais dos documentos conservados em outros arquivos (da Igreja, da administração régia, dos cartórios notariais, etc).

1) Processos de produção

De que forma a instituição produzia informação / documentação: formas e tipos, processos de autenticação, circulação interna da autoridade (administrador, cônjuge, herdeiro, funcionários, etc)

2) Tipologia da informação produzida

Que tipo de informação era produzido pela organização “família” e como era documentalizada: documentos «genéticos» como os que relacionavam os papéis familiares e as relações de parentesco (instituições de morgadios e capelas, testamentos, contratos de casamento, etc); os que diziam respeito à vertente “empresarial” da mesma (documentos de compra e de gestão de propriedades, documentos relativos a cargos administrativos remunerados, tenças, etc); documentos relativos ao relacionamento com entidades externas (Coroa, Igreja, câmaras, confrarias); documentos inseridos na representação simbólica e estamental (cartas de brasão, cartas de títulos, etc).

3) Processos de documentalização

Escritos, internos, com aposição de sinais, e quais; externos, autenticados e/ou conservados nos cartórios notariais/ nos cartórios de outras instituições (Coroa, Igreja, etc); orais (vestígios de tais práticas nas fontes disponíveis: v.g. “actas” de proclamações públicas, “actas” de reuniões), informais (escritos sobre família, narrativas várias, cartas, etc), iconográficos (brasões de armas apostos em locais de poder, retratos de personagens ilustres – v.g. em “galerias de antepassados”, ocasiões memoráveis, etc).

4) Processos organizacionais de conservação/ destruição

De que modo a organização “família” conservava a informação documentalizada por si produzida, à partida (que tipos de documentos conservava, por quanto tempo, como os transmitia); que tipos de documento destruía e porquê. Para além do interesse em si, beneficia a compreensão da natureza das “perdas” – nem sempre fruto do acaso ou dos acidentes,

e nesse caso com interesse direto para a ação da família (v.g. destruição de documentos relativos a familiares caídos em desgraça, censura de documentos considerados perigosos, etc)

5) Processos organizacionais de classificação

Como é que a organização família estabelecia a classificação dos documentos, partindo do princípio fundamental que existe nexos entre aquele ato e a força legal e real dos documentos («nexo arquivístico»). A classificação quase universal dos documentos das famílias baseadas em morgadio (ou outras formas de enquadramento jurídico) fazia-se a partir de cada uma das propriedades vinculadas, pois a vinculação conferia natureza legal aos documentos; se tem uma aparência “geográfica”, ou toponímica, não é tal, e é imprescindível ter isto em conta. Por seu lado, é fundamental conhecer os modos como imperativos burocráticos externos de produção de prova documental alteraram a forma de classificar os arquivos (por exemplo, exigência de produção de “tombos”, durante todo o Antigo Regime; em força e incidindo sobre todo o arquivo, a partir das leis iluministas de controlo da família nobre e dos institutos vinculares, bem como da ação final dos Estados liberais quanto ao registo, controle e abolição dos corpos sociais de Antigo Regime).

6) Processos organizacionais de descrição e de recuperação

Quais os modos de descrever os documentos e recuperá-los: que tipo de resumos, que elementos a constar nos mesmos (v.g. data, autor, cartório notarial de registo, repartição régia/eclesiástica de localização, mandato de elaboração), cotas (tipos, locais de aposição, referenciação a inventários, etc); tipos de inventário, índices, e outros instrumentos de auxílio à recuperação da informação (que contextos de elaboração, que amplitude/distorção do acervo, que técnica utilizada, etc); “inquéritos” direcionados à resolução de problemas concretos (distingui-los dos inventários propriamente arquivísticos); graus de acesso à recuperação dos documentos, dentro da organização.

7) Usos organizacionais

De que modo a organização família usava a informação/ documentação para o seu funcionamento interno e externo: coesão/ controlo, gestão, memória, prestígio, etc.

4. Reconstituição da estrutura de produção da informação organizacional e disponibilização dos resultados

Após o percurso radiográfico realizado no ponto anterior, é possível reconstituir e reconfigurar a forma da organização família através do conhecimento da documentação por ela produzida (v.g. autoridade do administrador, seus direitos e deveres, seu raio e tipo de ação); e, em simultâneo, conhecer o modo como essa orgânica da instituição se refletiu no “arquivo” que criava e mantinha.

1) Definir a orgânica institucional

Qual o tipo de organização família em presença: linhagística, horizontal, mista; que papéis sociais de autoridade e de subalternização; que formas de gestão dos bens e do poder; que estruturas de gestão internas, familiares ou não (feitores, capelães, secretários, etc) e de relacionamento externo.

Estabelecer um quadro de classificação orgânico (tendo em conta, como modelo de base, a estruturação genealógica da organização família, mas adequando-a a cada caso concreto).

2) Identificar a informação disponível (documentos/ referência utilizável aos documentos).

Identificar o conjunto total dos documentos disponíveis, sejam os direta, sejam os indiretamente conhecidos.

Identificar proveniências diversas (v.g. acervos entrados por casamento, doações, heranças; ou presentes por “apropriação doméstica” de documentos de função), e respeitá-las.

3) Classificar, ordenar, descrever

Realizar estas operações de forma correta, e segundo as normas arquivísticas, eventualmente recorrendo a programas informáticos elaborados em conformidade com as mesmas.

5. Questionamentos historiográficos

Conhecida do modo mais profundo, abrangente e “organizacional” possível a informação produzida e a sua documentalização, bem como todo o percurso desta, alcança-se um muito mais sólido **ponto de partida** para qualquer estudo histórico de aspetos concretos e particulares – para além do **ponto de chegada** que é próprio estudo histórico que constitui o percurso até agora realizado.

1) O que nos traz de diferente o estudo da informação sobre a organização produtora, do ponto de vista da interpretação histórica?

Interrogação sobre a diferença entre conhecer a instituição partindo / tendo em conta a informação por ela produzida, e um inquérito historiográfico que não faça tal. Para além da questão da “voz dos protagonistas”, o inquérito enriquece-se pela qualificação da informação restante (quantitativa e qualitativamente).

2) Que organizações relacionadas e que relação (para perceber como é que a produção e a arquivagem é alterada ou feita em função delas – Coroa, Estado, Igreja)?

Mapeamento do conjunto de instituições que se relacionavam com a organização família e de que modo (autoridade, amizade, compadrio, clientelismo, influência e outros modos informais, etc); estudo das formas como tal condicionou a produção, conservação, etc, da informação e da documentação; em casos de desaparecimento ou delapidação dos arquivos da organização, este tipo de estudo permite rastrear cópias de documentos conservadas nos acervos das instituições de relacionamento (v.g. cartórios eclesiais para testamentos, instituições, contratos, etc.; cartórios régios para cartas de ofício, mercês, etc)

3) [Questões em função do inquérito definido]

A realização deste percurso de tratamento do material de investigação “inserido na investigação” é um fim em si, mas pode evidentemente também ser um passo prévio a qualquer investigação com inquéritos diversos, relacionados com o conteúdo da informação disponível.

Bibliografia

ANDERSON, Kimberley (2013) – The footprint and the stepping foot: archival records, evidence, and time. *Archival Science*. 13, p. 1-23.

ANHEIM, Étienne (2007) – Ouvrir les sources au questionnement. In GATTINARA, Enrico Castelli, ANHEIM, Étienne – Introduzione. *Dimensioni e problemi della ricerca storica* 2, p. 20-28.

ANHEIM, Étienne (2012/13) – L'historien au pays des merveilles? Histoire et anthropologie au début du XXIe. Siècle. In *L'homme*. 203-204, p. 399-427.

ARAÚJO, Carlos Alberto Avila Araújo (2011) – Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. 2, nº 2, p. 19-41.

- AURELL, Jaume (2005) – *La escritura de la memoria. De los positivismos a los postmodernismos*. Valencia: Publicacions Universitat de Valencia.
- BASTIAN, Jeannette (2012) – The records of memory, the archives of identity: Celebrations, texts and archival sensibilities. *Archival Science*. 13, p. 121-131.
- BELOVARI, Susanne (2013) – Professional minutia and their consequences: provenance, context, original identification, and anthropology at the Field Museum of Natural History, Chicago, Illinois. *Archival Science*. 13, p. 143-193.
- BLOUIN, Francis X. Jr., ROSENBERG, William G. (eds.) (2007) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan University Press.
- BLOUIN, Francis X., ROSENBERG, William G. (2011) – *Processing the Past. Contesting authority in History and the archives*. Oxford: OUP.
- BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (coords.) (2009) – *A Ciência da Informação criadora do conhecimento*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BRENDECKE, Arndt (ed.) (2015) – *Praktiken der Frühen Neuzeit (Akteure – Handlungen – Artefakte)*. Viena: Böhlau Verlag.
- BRENDECKE, Arndt (et al.) (2008) – Information als Kategorie historischer Forschung. Heuristik, Etymologie und Abgrenzung zum Wissensbegriff. In: BRENDCKE, Arndt; FRIEDRICH, Markus; FRIEDRICH, Susanne (eds.) – *Information in der Frühen Neuzeit: Status, Bestände, Strategien. Pluralisierung & Autorität*, vol. 16. Berlin: LIT-Verlag, p. 11-44.
- CAMAROSSANO, Paolo (1991) – *Italia medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci Ed..
- CAPURRO, Rafael, HORJLAND, B. (2007) – O conceito de informação. *Perspectivas em CI*. 12 (1), p. 148-207.
- CHU, Heting (2015) – Research methods in library and information science: A content analysis. *Library & Information Science Research*, 37, p. 36-41.
- CLANCHY, Michael (1980-1981) – «Tenacious letters»: archives and memory in the Middle Ages. *Archivaria*. 11, p. 115-125.
- COOK, Terry (1997) – What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. In *Archivaria*. 43, p. 17-63.
- COOK, Terry (2001) – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. In *Archival Science*, vol. 1, nº1, p. 3-24.
- COOK, Terry (2009) – The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape. In *The Canadian Historical Review*. 90:3, p. 497- 534.
- COOK, Terry (2013) – Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. In *Archival Science*. 13, p. 95-120.
- COOPER, Frederick (2007) – Memories of colonization: commemoration, preservation, and erasure in an African archive. In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (eds.) *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, Michigan: Michigan University Press, p. 257-266.
- CORENS, Liesbeth (et al.) (eds.) (2016) – *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe*. Londres: *Past & Present supplement 11*, p. 9-49.

- DEBONS, Anthony (*et al.*) (2007) – Mapa do conhecimento da ciência da informação implicações para o futuro da área. *Brazilian Journal of Information Science*. vol.1, n°. 1, p. 3-32.
- DIRKS, Nicholas B. (2002) – Annals of the archive: ethnographic notes on the sources of history. In AXEL, Brian K. (ed.) - *From the margins: historical anthropology and its futures*. Durham: Duke University Press, p. 47-65.
- DURANTI, Luciana, FRANKS, Patricia C. (eds.) (2015) – *Encyclopedia of Archival Science*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- EL-LEITHY, Tamer (2011) – Living documents, dying archives: towards a historical anthropology of medieval arabic archives. *Al-Qantara*. 32/2, p. 389-434.
- ESCH, Arnold (2002) – Chance et hasard de transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historiques. In SCHMITT, Jean-Claude, OEXLE, Otto Gerhard (dir.) - *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 15-29.
- FONDIN Hubert (2005) – La science de l'information ou le poids de l'histoire. *Les enjeux de l'information et de la communication*, 2005/1, p. 35-54.
- FRIEDRICH, Markus (2013) – *Die Geburt des Archivs*. Berlin: De Gruyter.
- GAUCHI RISSO, Veronica (2016) – Research methods used in library and information science during the 1970-2010. *New Library World*, 117:1/2, p. 74-93.
- GEARY, Patrick (2007) – Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory. In BLOUIN, Francis X. Jr., ROSENBERG, William G. (eds.) - *Archives, Documentation, and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, Michigan: Michigan University Press, p. 106 – 113.
- GILLILAND, Anne (*et al.*) (eds.) (2016) – *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash University Publishing.
- HAMILTON, Carolyn (*et al.*) (dir.) (2002) – Introduction. In IDEM (dirs.) - *Refiguring the Archive*, London: Kluwer Academic Publishers, p. 7-18.
- HARDIMAN, Rachel (2009) – «En mal d'archive»: Postmodernist Theory and Recordkeeping. *Journal of the Society of Archivists*. 30:1, p. 27-44.
- HARRIS, Verne (2007) – *Archives and justice: a South African perspective*. Chicago: Society of American Archivists.
- HEAD, Randolph C. (2014) – Spaces in the archive, spaces of the archive: material, topographical and indexical articulations of space in early modern chancery record management. In FRIEDRICH, Karin (ed.) - *Opening Spaces: Constructions, visions and depictions of spaces and boundaries in the Baroque*. Wiesbaden: Harrassowitz, p. 505-519.
- HEAD, Randolph C. (2016) – Configuring European archives: spaces, materials and practices in the differentiation of repositories from the late Middle Ages to 1700. *European Historical Quarterly*. 46, 3, p. 498-518.
- HEAD, Randolph C. (2016a) – Historical case studies of pre-modern European archives. In GILLILAND, Anne (*et al.*) (eds.) - *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash University Publishing, p. 433- 455.
- HEAD, Randolph C. [2018] – *European Archivality, 1400-1700: Proof, Information and Political Recordkeeping*. Cambridge: CUP.

- IACOVINO, Livia (2010) – Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights and responsibilities. *Archival Science*. 10, p. 353-372.
- IGGERS, Georg et al. (2008) – *A Global History of Modern Historiography*. Edinburgo: Longman.
- JIMERSON, Randall C. (2009) – *Archives Power: Memory, Accountability, and Social Justice*. Chicago: Society of American Archivists.
- KETELAAR, Eric (2007) – L'archivistique dans le monde actuel. *Arhivelor = Archives review*. vol. 84. Disponível em <http://www.arhivelenationale.ro/images/custom/image/serban/RA%203-4%202007/03%20ketelaar,%20eric.pdf>.
- KETELAAR, Eric (2013) – Ten years of archival science. *Archival Science*. 10, p. 345-352.
- KETELAAR, Eric (2016) – Archival turn and returns. In GILLILAND, Anne (et al.) (eds.) (2016) - *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash University Publishing, p. 228-268.
- KUCHENBUCH, Ludolf (2004) – Sources ou documents? Contribution à l'histoire d'une évidence méthodologique. *Hypothèses 2003*, 1, p. 287-315.
- LESLIE, John (2002) – The importance of oral and extrinsic historical evidence in understanding Indian treaties. *Archivaria*. 53, p. 122-129.
- LETT, Didier (2008) – *Un procès de canonisation au Moyen-Âge : essai d'histoire sociale. Nicolas de Tolentino, 1325*. Paris: P.U.F.
- LODOLINI, Elio (1991) – El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. In GUTIÉRREZ MUÑOZ, César (ed.) – *Materiales de Enseñanza de la Facultad de Letras y Ciencias Humanas*. Peru: Pontificia U. Católica de Peru, p. 30-51.
- MACNEIL, Heather, EASTWOOD, Terry (2017²) – *Currents of Archival Thinking*. Santa Barbara: ABC-Clio.
- MCKEMMISH, S., GILLILAND, A. (2013) – Archival and recordkeeping research: past, present and future. In WILLIAMSON, K., JOHANSON, G. (eds) - *Research Methods: Information, Systems, and Contexts*. Victoria: Tilde Publishing, p 79-112.
- MORSEL, Joseph (2004) – Les sources sont-elles «le pain de l'historien»? *Hypothèses 2003*, 1, p. 273-286.
- MORSEL, Joseph (2004a) – Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du *Geschlecht* par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge. *Revue de Synthèse*, 125, p. 83-110.
- MORSEL, Joseph (2009) – Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*, hors-série 2 (2009).
Disponível em <http://cem.revues.org/document4132.html>.
- MORSEL, Joseph (2016) – « Traces » ? Quelles traces ? Réflexions pour une histoire non passéiste. *Revue Historique*, 680, p. 813-868.
- NESMITH, T. (2004) – What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in archival Work. *Archivaria*. 57, p. 1-27.
- NESMITH, T. (2006) – Reopening Archives: Bringing New Contextualities into Archival Theory and Practice. *Archivaria*. 60, p. 259-274.

- NIEUS, Jean-François (2016) – Introduction: pour une histoire documentaire des principautés. In HELARY, Xavier (et al.) (dir.) - *Les archives princières (XIIe-XVe. siècles)*. Arras: Artois Presses Universités, p. 9-21.
- NOUGARET, Christine (2004) – Les sources archivistiques Production organique ou invention de l'archiviste?. *Hypothèses 2003*, 1, p. 331-339.
- NÓVOA, Rita Sampaio da (2015) – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, Paris/ Lisboa: [s.n.] (tese de doutoramento em História, variante de Arquivística Histórica apresentada à U. Paris 1 e à Universidade Nova de Lisboa). Disponível em no espaço da autora em www.academia.edu.
- POUCHEPADASS, Jacques (2008) – A proposito della critica postcoloniale sul “discorso” dell’archivio». *Quaderni storici*. n. 3, p.675-690.
- PUNZALAN, Ricardo (2006) – Archives of the new possession: Spanish colonial records and the American creation of a ‘national’ archives for the Philippines. *Archival Science*. 6, p. 381-392.
- PUNZALAN, Ricardo (2017) – Fostering archival scholarship: introduction to the special issue on the Archival Education Research Institute. *Archival Science*. 17, p. 1–3.
- PUT, Eddy (2007) – Une flore d’archives ?. In AUBRY, Martine (et al.) (dirs.) - *Archives, archivistes, archivistique dans l’Europe du Nord-Ouest du Moyen Âge à nos jours*, Villeneuve d’Ascq. Disponível em <http://hleno.revues.org/185>.
- QUARTA, Antonietta (2015) – *I nessi slegati e l’ombra dell’archivio. Analisi strutturale dell’Archivio postunitario del comune di Firenze fra il 1865 e il 1876*. S.l.: Libreria universitaria.
- RABELLO, Rodrigo (2008-2009) – *O documento na Ciência da Informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica*. In *X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2008-2009)*. Disponível em <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/index>.
- RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O acesso à informação nos arquivos*, Porto: [s.n.] (dissertação de doutoramento apresentada à U. Porto).
- RIBEIRO, Fernanda (2011) – A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas em gestão & conhecimento*. 1, nº1, p. 59-73.
- ROBERTSON, Craig (2006) – Mechanism of exclusion. Historicizing the archive and the passport. In BURTON, A. (ed.) - *Archives Stories. Facts, fictions and the writing of history*. Durham: Duke UP, p. 68-86.
- ROBERTSON, Craig (2011) – *Introduction: Thinking about Archives, Writing about History*. In IDEM (ed.) - *Media History and the archive*. Londres e Nova Iorque.
- ROSA, Maria de Lurdes (2009) – Problemáticas históricas e arquivísticas atuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, p. 9-42.
- ROSA, Maria de Lurdes (2016) – A vivência do cristianismo pelos fiéis leigos - A experiência do sagrado cristão. In PAIVA, José Pedro (coord.) - *História da Diocese de Viseu*. Viseu/ Coimbra: Diocese de Viseu e IUC. Vol. 1, p. 517-568.
- RUMSCHÖTTEL, Hermann (2001) – The development of archival science as a scholarly discipline. *Archival Science*. 1, p 143-155.

- SASSOON, Joanna; BURROWS, Toby (2009) – Minority reports: indigenous and community voices in archives. Papers from the 4th International Conference on the History of Records and Archives (ICHORA4), Perth, Western Australia, August 2008. *Archival Science*. 9, p. 1-5.
- SCHENK, Dietmar (2013) – *Aufheben, was nicht vergessen werden darf*: Archive vom alten Europa bis zur digitalen Welt. Estugarda: Franz Steiner.
- SHILTON, Katie; SRINIVASAN, Ramesh (2007) – Participatory Appraisal and Arrangement for Multicultural Archival Collections. *Archivaria*. 63, p. 87-101.
- SILVA, Armando Malheiro da (2000) – *A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico*. Rio de Janeiro: CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos e ALA - Asociacion Latinoamericana de Archivos.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006) – *A informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da (2014) – O método quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com* (26), p. 27-44.
- SILVA, Armando Malheiro da (2015) – Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*. 2015 (1), p. 103-124.
- SILVA, Armando Malheiro da (2016) – Que Ciência da Informação precisamos para enfrentar a complexidade? *Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT): XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*. (disponível em https://drive.google.com/file/d/0B7rxeg_cwHajNVpMd21c3ZRREk/view)
- SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda (2008²) – *Das «ciências» documentais» à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da (et al.) (1998) – *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SILVA, Irisneide de Oliveira Sousa (et al.) (2009) – A relação entre arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*. 3, p. 281-289.
- SILVA, Jonathas, GOMES, Henriette (2015) – Conceito de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. *Informação e sociedade: estudos*. 251 (1), p. 145-157.
- STOCK, Wolfgang G., STOCK Mechtild (2013) – *Handbook of Information Science*. Berlin: De Gruyter.
- THOMASSEN, Theo (2001) – A first introduction to archival science. *Archival Science*. 1, p. 373-385.
- TOUGH, Alistair (2009) – Archives in sub-Saharan Africa half a century after independence. *Archival Science*. 9, p. 187-201.
- TRACE, Ciaran B. (2002) – “What is Recorded is Never Simply ‘What Happened:’ Record-keeping in Modern Organizational Culture. *Archival Science*. 2, p.137 - 159.
- VIVO, Filippo et al. (eds.) (2015) – *Archivi e Archivisti in Italia tra Medioevo ed età moderna*. Roma, Viella.

- VIVO, Filippo et al. (eds.) (2015a) – Archives and the writing of history. *Storia della storiografia* vol. 68 (2).
- VIVO, Filippo et al. (2016) – Archival Transformations in Early Modern European History. *European History Quarterly*, v. 46, n. 3, p. 421-434.
- VIVO, Filippo et al. (2016a) – Introduzione. In IDEM (eds.), *Fonti per la storia degli archivi degli antichi stati italiani*, Roma: Ministero dei beni e delle attività culturali e dell turismo, p. VIII-LXII.
- WALSHAM, Alexandra (2016) – Introduction: The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe. In CORENS, Liesbeth, PETERS, Kate, WALSHAM, Alexandra (eds.) - *The Social History of the Archive: Record- Keeping in Early Modern Europe*. Londres: *Past & Present supplement 11*, p. 9-49.
- YALE, Elizabeth (2015) – The History of Archives: The State of the Discipline. In *Book History*. 18, p. 332-359.
- ZINS, C. (2006) – Redefining information: from “Information science” to “knowledge science. *Journal of documentation*. 62:4, p. 447-461.
- ZINS, C. (2007) – Conceptions of information science. *Journal of the American Society of Information Science*. 58:3, p. 335-350.
- ZINS, C. (2007a) – Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. *Journal of the American Society of Information Science*. 58:4, p. 479-493.
- ZINS, C. (2007b) – Knowledge map of information science. *Journal of the American Society of Information Science*. 58:4, p. 526-535.
- ZINS, C. (2007c) – Classification schemes of Information Science: Twenty-eight scholars map the field. *Journal of the American Society of Information Science*. 58:5, p. 645-672.

BAUC Nº 30

INSTRUMENTOS DE PESQUISA ARQUIVÍSTICA

Acervo documental da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra

"Mano muito do meu coração..." Reconstituição do arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos e transcrição das cartas de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1775-1779)

De Vossa Excelência admirador e servo humilde. Catálogo da Correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior (1851-1884)

ESTUDOS

O poder episcopal e a Misericórdia de Viseu (1516-1720)

Análise da literacia no Convento dos Cardaes: 1681-1856

O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra: Assistência aos soldados enfermos e logística de guerra (1762-1766)

A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos - um caso prático

Os registos de degredados da Direção Geral do Ultramar

Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra – ponto de partida para questões e reflexões

Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação

ISSN

0872-5632
2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <http://www.uc.pt/auc>